UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

LUÍS ROBERTO MANHANI

"NAS DOBRAS DO ESQUECIMENTO OU NAS NÉVOAS DO TEMPO": O PASSADO E O NACIONAL NA IMPRENSA NEGRA BRASILEIRA (1833-1937)

FRANCA
2026

LUÍS ROBERTO MANHANI

"NAS DOBRAS DO ESQUECIMENTO OU NAS NÉVOAS DO TEMPO": O PASSADO E O NACIONAL NA IMPRENSA NEGRA BRASILEIRA (1833-1937)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da Universidade Estadual Paulista (UNESP) para obtenção do título de Doutor em História.

Financiamento: FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) processo n.º 2021/08951-0.

Orientadora: Prof.ª Dra. Karina Anhezini de Araujo.

FRANCA

2026

M277“

Manhani, Luís Roberto

“Nas dobras do esquecimento ou nas névoas do tempo” : o passado e o nacional na imprensa negra brasileira (1833-1937) / Luís Roberto Manhani. -- Franca, 2026

355 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca

Orientadora: Karina Anhezini de Araujo

1. História. 2. História do Brasil. 3. Imprensa Negra. 4. Historiografia Brasileira. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Dados fornecidos pelo autor(a).

LUÍS ROBERTO MANHANI

"NAS DOBRAS DO ESQUECIMENTO OU NAS NÉVOAS DO TEMPO": O PASSADO E O NACIONAL NA IMPRENSA NEGRA BRASILEIRA (1833-1937)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", como pré-requisito para a obtenção do título de Doutor em História.

BANCA EXAMINADORA

Presidente:

_____

Prof.ª Drª. Karina Anhezini de Araujo, UNESP

1º Examinador:

_____

Prof. Dr. Petrônio José Domingues, UFS

2º Examinador:

_____

Prof.ª Drª. Virgínia Camilotti, UNESP

3º Examinador:

_____

Prof.ª Drª. Ana Flávia Magalhães Pinto, UNB

4º Examinador:

_____

Prof.ª Drª. Lucia Helena Oliveira Silva, UNESP

Franca, ___ de _____ de 2026.

A todos e todas aqueles e aquelas, negros e negras, que me acompanharam na vida, mas não chegaram até aqui.

MANHANI, Luís Roberto. "*Nas dobras do esquecimento ou nas névoas do tempo": o passado e o nacional na imprensa negra brasileira (1833-1937).* 2026. 361 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Franca, 2026.

RESUMO

Durante todo o século XIX e o início do novecentos, a escrita do passado nacional se converteu em uma disputa que não se restringia aos lugares considerados oficiais de enunciação dos discursos históricos. Interessada nessa questão, a presente tese investiga os discursos sobre o negro nacional produzidos ao longo do oitocentos e nas primeiras décadas republicanas. Para tal, o estudo se concentra em um conjunto específico de fontes: os jornais comandados e escritos por homens negros, voltados à essa população: a chamada imprensa negra. A problemática central do trabalho é compreender os modos como são narrados os passados brasileiros e de quais maneiras o negro está inserido nessas narrativas e, portanto, na nacionalidade. O recorte temporal privilegia o primeiro periódico conhecido da imprensa negra, *O Homem de Cor*, publicado em 1833, e seleciona outros jornais com essa característica até 1937, momento em que o governo Getúlio Vargas opera uma ruptura democrática que impõe o fechamento dos periódicos remanescentes deste conjunto. Perpassando temporalidades marcadas por eventos como a Abolição da escravidão e a Proclamação da República, e alcançando as três primeiras décadas do século XX – com a formação da Frente Negra Brasileira e as relações da imprensa negra com o Governo Vargas (pelo menos até 1937) –, pretende-se descrever como personagens, eventos e acontecimentos históricos foram narrados na imprensa negra brasileira.

Palavras-chave: Imprensa Negra; Historiografia Brasileira; Negro; História do Brasil.

ABSTRACT

Throughout the entire 19th century and the beginning of the 20th century, writing about the national past became a dispute that was not restricted to places considered official sites for the enunciation of historical discourses. Interested in this issue, the present research project seeks to investigate the discourses about Black people and the national past produced throughout the 19th century and in the first republican decades. It focuses on a set of sources: newspapers run by Black men and women, the so-called Black press. The central problem of the work is to understand how Brazilian pasts are narrated and how Black people are inserted into these pasts and, therefore, also into nationality. The temporal scope prioritizes the first known newspaper of the Black press, *O Homem de Cor*, published in 1833, and selects other newspapers with this characteristic until 1937, when the government of Getúlio Vargas carried out a democratic rupture that imposed the closure of these newspapers. Through temporalities marked by events such as the Abolition of slavery and the Proclamation of the Republic, and reaching the first three decades of the 20th century, with the formation of the Frente Negra Brasileira and the relationships of the Black press during the Vargas Government (at least until 1937), the project intends to describe how historical figures, events, and occurrences were narrated in the Brazilian Black press.

Keywords: Black Press; Brazilian Historiography; Black; History of Brazil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Frontispício *O Homem de Côr* 44

Figura 2 – Francisco de Paula Brito 48

Figura 3 – Primeira página *O Homem:* Realidade Constitucional ou Dissolução Social.....58

Figura 4 – Galeria de Homens de Cor Ilustres, Henrique Dias. 65

Figura 5 – A Lei de Lynch no *Chicago Defender* 164

Figura 6 – Lais de Moraes, a vencedora do Concurso de Beleza do *Getulino* 184

Figura 7 - Quadro Redenção de Cam 265

Figura 8 – A Mãe Preta n'*O Clarim da Alvorada* 270

Figura 9 – Ontem e Hoje n'*O Clarim da Alvorada* 282

Figura 10 – Frontispício primeiro número de *A Voz da Raça* 283

Figura 11 – Frontispício segundo número de *A Voz da Raça* 284

De chinelos, caminhávamos por um bom tempo até nos encontrarmos em frente à escola onde Jason estudava. Sempre seguíamos juntos, o máximo possível, os nossos caminhos. Mas a escola era um desses lugares em que nos separávamos. Jason e eu nos conhecíamos desde os 4 anos e, no auge dos 12, trocávamos CD's e fitas cassete de rap e metal. Ouvíamos os(as) mesmos(as) músicos(as) em minha caixa de som (que mais *parecia uma colmeia de abelhas), à porta de minha casa, em frente à igreja que emprestava o apelido ao nosso bairro: "Igrejinha". Sempre ouvíamos tudo na maior altura possível. Conversávamos muito. Havia tanto em comum: filmes, música, dança, futebol, nossas famílias, dores, fome, trabalho... Tudo? Não éramos melhores amigos - eu tinha João, ele, Darcy – mas, ainda assim, éramos muito próximos. Hoje, já não há caminhos que nos unam. Na verdade, Jason já não tem caminhos, pelo menos não aqui. Naquele dia, em frente à escola dele, antes de nos despedirmos, reclamamos em uníssono sobre as aulas e o cansaço que estudar impunha todas as manhãs antes de suportarmos, à tarde, o cansaço imposto pelo trabalho. Perguntei sobre as disciplinas, assuntos, matérias. Havia uma preferida? Para mim: História, principalmente a do Brasil. Para ele: essa era a "pior". A pergunta incontornável diante da diferença foi: "Mas você não gosta de História?". A resposta veio como um cuspe: "- Não!". Eu tinha poucas ferramentas para argumentar, pouco arcabouço para compreender e muito pouco sentido a oferecer. O "por quê", entalado na minha garganta por algum estranho motivo (ele também perdido no tempo, assim como essa memória) não saiu. Mas, nem todas as respostas (a)guardam perguntas. Assim, nada ficou entalado na outra garganta - e então ouvi algo que* ***ainda está aqui****. Algo que abre, não por acaso, este texto de história que escrevo mais de 25 anos depois: "****- Não é sobre mim****".*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 1

PARTE I: O PASSADO NA IMPRENSA NEGRA DO SÉCULO XIX 43

CAPÍTULO 1: OS HOMENS DE COR E A GUERRA DAS PALAVRAS (1833) 44

CAPÍTULO 2: O HOMEM E O TEMPO DE FALAR: A ABOLIÇÃO NO HORIZONTE E A GALERIA DE HOMENS DE COR 58

CAPÍTULO 3: A PÁTRIA E O PROGRESSO: A REPÚBLICA E A DÍVIDA DA NAÇÃO 72

CAPÍTULO 4: O EXEMPLO É NEGRO E NACIONAL: O MEDO NEGRO E OS ESTADOS UNIDOS 92

CAPÍTULO 5: ENTRE OS LABIRINTOS DA MEMÓRIA, DA HISTÓRIA E DO ESQUECIMENTO: A ESCRAVIDÃO EM O EXEMPLO (1888-1930) 105

PARTE II: O PASSADO NA IMPRENSA NEGRA DO SÉCULO XX 120

CAPÍTULO 6: NORMAS, POLÍCIAS E A REPÚBLICA QUE NÃO FOI 121

CAPÍTULO 7: A FICÇÃO, A TESTEMUNHA E O PASSADO: NARRAR O IMPOSSÍVEL 187

CAPÍTULO 8: A NAÇÃO NEGRA DO GETULINO NO RAIAR DA ALVORADA DA RAÇA 218

8.1. A maldição do cientificismo: atrasos, entraves e civilização 227

8.2. Passados de um Getulino e a importância do negro soldado: cenas inaugurais 243

8.3. O presidente morto, negro. 248

8.4. As associações negras e aquilo que as une: o racismo 251

8.5. *O Clarim e a Alvorada* do passado: desde Cam, o brasileiro 254

8.6. A maldição de Cam: uma falácia bíblica, uma cor entregue ao sofrimento 259

8.7. Deus, Pátria, Família e Raça 268

8.8. Integração x luta: Henrique Dias e Zumbi dos Palmares 273

8.9. A Voz da Raça e suas frentes 283

8.10. A voz que diz a Raça Brasileira 291

CONCLUSÃO 305

FONTES CITADAS 310

BIBLIOGRAFIA 325

INTRODUÇÃO

O mais próximo de casa que eu estive foi o mar
Boto os meus pés na água e me lanço a pensar
Como é a vida aqui, como é a vida lá
Sinto que eu não sou daqui, pra casa eu quero voltar[1].

Eu não quero vida de pizzaiolo, e sim ser dono da pizzaria
Querem que eu me contente com nada
Sem meu povo tudo não existiria
Eu disse óh como 'cê chega na minha terra
Ele responde "quem disse que a terra é sua?".[2]

No século XIX, considerando-se o primeiro censo que levantou informações étnico-raciais no Brasil, realizado em 1872, ao menos 60% da população nacional era negra[3] naquele fim do oitocentos[4]. Os números da escravidão também podem ser indicadores da grande presença negra no país. Desde o início da importação forçada de africanos, por volta de 1530, até a extinção do sistema escravista em 1888 — embora essa não tenha sido a única forma de entrada de pessoas negras no país —, os números apresentam cifras impressionantes. A primeira menção documentada sobre a presença africana e negra no território brasileiro remonta a 1530, durante a expedição de Martim Afonso de Souza. Contudo, o próprio documento sugere que africanos estavam no porto à época, ou seja, indica que os desembarques de africanos no Brasil podem ter começado antes mesmo de 1530[5].

---

[1] ELNIÑO, Thiago. Atlântico. *In: Pedras, Flechas, Lanças, Espadas e Espelhos* (Álbum). Independente, 2019. Disponível em: https://open.spotify.com/intl-pt/track/4bDPl87ME8mYGHhODuOMRx Acesso em: 03 jan. 2025.
[2] DJONGA. Corra. *In*: *O Menino Que Queria Ser Deus* (Álbum). Ceia, 2018. Disponível em: https://open.spotify.com/intl-pt/track/0megDVVOygNhatbqGU9lBm Acesso em 02 mar. 2024.
[3] "Negro" é um conceito político construído por parte do movimento negro brasileiro nos anos 1960. Todas as pessoas que se autodeclaram "pretas" ou "pardas" compõem um mesmo grupo: "negros". Considerando-se que as vítimas de racismo, sejam elas descendentes de negros e brancos ou não, são atingidas de forma similar no Brasil, tornou-se importante reunir as vítimas do racismo brasileiro em torno de um mesmo conceito. Para saber mais sobre esse movimento: MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil:* identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, p. 113-114. Quando as fontes utilizarem outros conceitos como "cabras", "meia-cara", "cabritos", "homens de cor", estes serão citados diretamente dessa forma, dada a importância para compreender as nomeações utilizadas nos jornais.
[4] Apesar de Luiz Felipe de Alencastro questionar os métodos utilizados, ele também considera os números razoáveis, indicando que eles podem, na verdade, ser ainda maiores. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império, *In*: NOVAIS, Fernando. A (Coord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.) *História da vida privada no Brasil*: Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 87-88.
[5] MATOS, Artur Teodoro de. O livro da descarga da nau francesa apresada por Martim Afonso de Sousa na costa do Brasil em 1531. *In: Mare Liberum: Revista de História dos Mares*. n. 20, 2000, pp. 133-156.

Levando-se em consideração o tráfico transatlântico de modo geral, mais de 50% das pessoas retiradas da África e enviadas para a América tiveram como destino terras brasileiras[6]. O Brasil foi constituído a partir da escravidão. O sistema perdurou por mais de 350 anos, abrangendo os períodos colonial e imperial, e trouxe, sequestrados do continente africano pelo tráfico, mais de 4,8 milhões de homens e mulheres aos portos nacionais[7]. O *Cais do Valongo*, no Rio de Janeiro, reconhecido recentemente como patrimônio da humanidade, foi o local que mais recebeu escravizados em todo o mundo[8].

É importante salientar que esses números expressivos da escravidão não se restringiram ao período colonial. Entre 1820 e 1850, mais de 1,5 milhão de homens e mulheres negras chegaram ao Brasil[9]. Não menos importante é mencionar que, quando ocorreu o fim legal da escravidão, com a Lei Áurea, mais de 85% das pessoas negras residentes no país eram livres ou libertas. Quase 700 mil pessoas tornaram-se livres no momento da promulgação da lei. Trata-se, evidentemente, de um contingente enorme, contudo, de acordo com Ângela Alonso, ele correspondia a menos de 15% da população negra do país[10].

Há uma lacuna importante em relação aos dados étnico-raciais em contexto nacional. Após o questionário dos anos 1870, apenas em 1940 o fator étnico-racial seria novamente elencado[11]. Naquela ocasião, em um país com pouco mais de 41 milhões de habitantes, mais de 15 milhões de pessoas se autodeclararam negras. A população negra era — e continua sendo — *maioria no país*. O Brasil, em 2020, por exemplo, é o país com a maior população negra fora do continente africano[12].

Porém, este estudo não pretende analisar a demografia nacional do século XIX ou do século XX. Nem tampouco se dedicará ao estudo do tráfico de escravizados. O destaque aqui recai no fato de que, desde a invasão portuguesa à chamada Terra de Santa Cruz, até as primeiras

---

[6] IBGE, Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, p. 60.

[7] ALENCASTRO, Luiz Felipe de. África, números do tráfico transatlântico. In.: SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio. *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. Companhia das Letras: São Paulo, 2018, p 59.

[8] LIMA, Monica. História, Patrimônio e Memória Sensível: o Cais do Valongo no Rio de Janeiro. *Outros Tempos: Pesquisa em Foco - História*, *[S. l.]*, v. 15, n. 26, p. 98–111, 2018. DOI: 10.18817/ot.v15i26.657. Disponível em: https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/657. Acesso em: 13 out. 2025.

[9] ALENCASTRO, *op. cit.*, 2018, p. 59.

[10] ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas:* o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 33. Ver também alguns dos caminhos que esses cativos trilhavam para conseguir sua liberdade: GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José. *Liberdade por um fio:* história dos quilombos do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. REIS, João José. *Escravidão e invenção da liberdade*: estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982. MATTOS, Hebe Maria. *Das cores da liberdade:* os significados da liberdade no Sudeste escravista. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil:* séculos XVI-XIX. Petrópolis: Vozes, 2016, p. 199-240.

[11] ALENCASTRO, *op. cit.*, 1997, p. 125.

[12] REIS, João José. A presença negra: encontros e conflitos. *In:* IBGE. Brasil: *500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro, 2000.

décadas do novecentos, há forte presença de pessoas negras no Brasil. A partir do momento em que essa presença passou a ser aferida, demonstrou-se que constituíam uma parcela expressiva da população nacional e que, em uma grande extensão do território e boa parte dos séculos XIX e XX, eram maioria. Uma "maioria atrevida"[13], minorizada[14], mas ainda assim maioria.

O fato de serem "politicamente minorizados" significa que houve resistência e negociação ao longo desse amplo período histórico. Assim como, significa que houve agência histórica nesses mais de 100 anos. Revoltas, conflitos, levantes, quilombos, intermediações, alforrias, práticas econômicas diversas, engenhosidade cotidiana e múltiplas formas de mediação entre escravizados, livres e libertos – envolvendo populações negras e indígenas –, atravessaram todo o intervalo entre o século XVI e o final do século XIX, tornando-se fundamentais para compreender a formação do país[15]. Um dos principais motes dessas arenas de negociação e conflito foi a disputa pela narrativa nacional.

Apropriar-se do saber, do discurso e da autoridade de *narrar* constituía elemento fundamental da argumentação para os processos de integração, exclusão e identificação. Era um dos *a priori* tanto no século XIX quanto nas primeiras décadas do novecentos, momentos nos quais, guardadas suas diferenças, destacam-se entre aqueles decisivos para a construção da "Nação" e do "nacional"[16]. Compor um passado comum – um Brasil que historicamente congregasse em si uma "gênese" partilhada – para definir a inserção ou exclusão de parcelas da população; criar especificidades, inventar-se distinto de outras nações, afastando-se de algumas e aproximando-se daquelas tomadas como "modelo", constituía uma necessidade ocidental, não apenas brasileira[17].

No oitocentos e no início do século XX, o conceito de "nação" era, antes de tudo, o conjunto de cidadãos de um mesmo país. Porém, como observa Marcel Mauss, ao tratar a Primeira Guerra Mundial como uma "guerra de nacionalidades", raça, civilização e língua

---

[13] Cabe ressaltar que a ortografia dos textos do recorte temporal citados na presente pesquisa foi corrigida, excetuando-se os casos de palavras ou conceitos considerados importantes para a compreensão ou aqueles cuja grafia atual não exista, os quais foram demarcadas com o tradicional "[sic]". EDITORIAL. *O Homem de Cor*, Rio de Janeiro, n. 01, p. 01, 14 set. 1833.

[14] O conceito de "minorizado" tem se tornado fundamental para analisar parcelas populacionais que, mesmo sendo demograficamente maioria, têm acesso à uma pequena fatia do poder político, social, cultural e simbólico. SANTOS, Richard. *Maioria Minorizada*: um dispositivo analítico de racialidade. Rio de Janeiro: Editora Telha, 2020.

[15] REIS, João José. *Negociação e Conflito*: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

[16] CAMILOTTI, Virgínia; NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Conceitos e* Linguagens: construções identitárias. São Paulo: Editora Intermeios, 2013. NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Fragmentos da Identidade Brasil*: espaços, escritas, paisagens. São Paulo: Editora Intermeios, 2018.

[17] ERNEST, Gellner. *Nações e Nacionalismo*. Gradiva: Lisboa, 1983. HOBSBAWN, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1870*: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Editora Paz & Terra, 2012.

constituem conceitos basilares para a compreensão da formação histórica de cada país. O mesmo autor, em tom irônico, diz que "a raça cria a nacionalidade num grande número de espíritos... e porque a nação criou a raça acreditamos que a raça criou a nação"[18]. Ernest Gellner, filósofo e antropólogo checo, discute as fronteiras físicas, culturais e linguísticas que, além de não serem "naturais", dependem de um "*processo histórico comum*". O passado explica e justifica a unicidade e as separações. Criar uma "unidade política a ser definida" vai ao encontro ao apoio na história[19]. A "crença na origem comum e num processo histórico compartilhado", serve de "fundamento à noção de pertencimento a um grupo étnico", assim como às "ideias nacionalistas que dão sentido primordial à nacionalidade"[20].

Entre 1833 e 1937, os conceitos de "nação", "povo", "pátria" e "nacional" intercalam-se e atravessam-se mutuamente em relações com o conceito de raça. Em um dicionário do início do século XIX, o termo "nação" era definido como "a gente de um país, que se governa por suas leis particulares. Casta, *raça*: Gente de nação. Descendente de Judeus"[21]. Em outro dicionário lemos: "gente de um país, ou região, que tem língua, leis e governo à parte" ou "descendente de Judeus, cristãos novos", sinônimo de "*raça, casta, espécie*"[22].

No caso brasileiro, um país que continha enormes contingentes de descendentes de africanos e povos indígenas de múltiplas etnias espalhadas por todo o território, não seria tarefa fácil criar a *unidade* almejada, a qual não constituía uma "realidade" dada, mas precisava ser produzida, inventada e narrada historicamente. Esse objetivo foi perseguido tanto no início do século XIX, em uma nação recém-independente, quanto posteriormente, na nova República que se pretendia consolidar. O sonho de uma "civilização europeia nos trópicos"[23] ou uma "utopia purificadora"[24], nos séculos XIX e XX, respectivamente, passava pela produção de uma história capaz de justificar, explicar e articular todos esses impossíveis em um país de maioria negra e de população indígena originária.

---

[18] MAUSS, Marcel. La Nation. *In:* Oeuvres, vol. 03, Paris: Imprimerie Devouge, 1969, p. 595-596.
[19] GELLNER, Ernest. O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe. *In:* BALAKRISHMAN, Gopal (Org.). *Um mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1983, p. 124.
[20] SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. *In:* MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, Ciência e Sociedade.* Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996, p. 62.
[21] PINTO, Luiz Maria da Silva. *Dicionário da Língua Brasileira*. 1ª Ed. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832, p. 741.
[22] BLUTEAU, D. Rafael. *Diccionario da língua portuguesa* [reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes e Silva – natural do Rio de Janeiro]. Tomo II, Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira. – *com a licença da Real Mesa da Comissão Geral, sobre o Exame, e Censura de Livros*, 1789, p. 111.
[23] GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História nacional*. Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, p. 5-27, 1988.
[24] OLIVEIRA, André Côrtes de. *Quem é a "Gente Negra Nacional?"* Frente Negra Brasileira e A Voz da Raça (1933-1937). Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2006, p. 43.

Nesse sentido, duas funções se entrelaçam: a função *pedagógica* da história e sua utilidade para a formação da nação, possibilitando e justificando seu progresso e sua civilização[25]. No novecentos, imbricado com o conceito de raça, *natio*/*nationis* não designava apenas os que nascem em um mesmo território, mas também uma comunidade que compartilha o tempo, *o sangue*, a geração, a família ou a cidade, remetendo, dessa maneira, "à etnia, dela nutrindo-se, principalmente quando prevalece o conceito de nação baseado na raça e na língua". Para compreender-se o conjunto de elementos, a "gênese" deve ser "traçada", privilegiando a "*jus sanguinis* acima de qualquer outro critério de pertencimento, ensejando uma justificativa tradicionalista"[26].

Em 1830, segundo Valdei Lopes de Araújo, os conceitos de "civilização", "história" e "nação" ainda se encontravam em definição e mantinham-se em destaque nos textos dos letrados do período. Ainda que não estivessem bem definidas, é possível observar que uma "historicização da realidade" que "organiza os discursos". A mudança situava-se no contexto do fortalecimento de uma "História Universal" na qual cada nação, com sua civilização, deveria contribuir para a totalidade[27]. Nesse sentido, a "história deixa de ser apenas a sucessão de acontecimentos isolados" e converte-se em um olhar sobre o "desenvolvimento progressivo de uma identidade, cujo sujeito maior é o povo e o resultado é *a nação*", a qual constitui um "personagem histórico" que é, inclusive, "anterior à própria comunidade empírica"[28].

A "Nação" e o "nacional" seriam traçados a partir do passado. Espaço e tempo, articulados e atravessados por diversos saberes e poderes, integravam o projeto de consolidação do Estado-Nação no Império, assim como na República. Interna e externamente, produziam também o súdito, o cidadão, o político, o povo, o nacional, bem como quem eram os "agentes", ou seja, a agência histórica de uns e de outros nesse processo. Muitos e muitas foram aqueles e aquelas que reivindicaram a escritura do passado para produzir ou requerer uma identidade (também) brasileira.

A preocupação com as relações raciais se acentuou no século XX, desembocando, inclusive, em um projeto higienista na década de 1910. Não eram apenas questões sanitárias que saltavam aos olhos dos administradores, mas também o "controle moral de certos

---

[25] SILVA, Bárbara Winther da. *A escrita da história no IHGB no final do Império e Primeira República*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Pós-Graduação em História, 2015, p. 53.
[26] ADESKY, Jacques Edgard François D´. *Pluralismo étnico e multiculturalismo* - racismos e anti-racismos no Brasil. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997, p. 59-60.
[27] ARAÚJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo:* conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008, p. 103.
[28] *Ibidem*, p. 121.

segmentos sociais"[29], afastando-os do centro nervoso das grandes cidades, como ocorreu no caso de São Paulo. Criaram-se grandes bolsões pela cidade: havia um espaço para "estrangeiros", outro para "negros e mulatos" e um terceiro para os nomes mais antigos da sociedade paulistana oitocentista[30]. Simultaneamente, no período entre 1914 – com o início da Grande Guerra – e 1930, com Getúlio Vargas no poder, a maior parte da produção letrada sobre o país concentrava-se na imprensa. Nos jornais brasileiros, sobretudo os paulistas – de um estado que, no avançar do século XX, almejava ser o "Brasil" –, destaca-se um crescimento vertiginoso do "nacionalismo" diante do conflito mundial[31].

Entre tantos povos que habitavam esse espaço continental – imigrantes e nativos –, quem era, para parte da imprensa nacional, no século XIX e nas primeiras décadas republicanas, *o* "brasileiro"? Unidade imaginária e inventada, *o* "nacional" era múltiplo, mas deveria tornar-se *único*. De acordo com meus objetivos, minha atenção se centrará mais especificamente *no negro*. Houve conflitos pela história, pela *agência* histórica, pela escrita da história, pela maneira como ela seria narrada e pela *presença* nessas narrativas, travada em um *lócus* de produção de discursos não oficial ou, pelo menos, não destinado *unicamente* à produção da história ou de narrativas sobre o passado. Considerando a centralidade atribuída à História desde o oitocentos até meados do século XX, essa não é uma questão desprezível[32].

Sobre a história, nos anos 1960 assistiu-se a uma intensa mobilização do movimento negro brasileiro. Entre as reivindicações por igualdade, pelo fim do racismo, pela ampliação do acesso à educação, ao mundo do trabalho e a outros direitos, o ativismo político e institucional dessa geração de homens e mulheres negras compreendia que o ensino de história no país "enquadrava a África" e os "descendentes de africanos nos limitados patamares da colonização e escravidão"[33].

É sintomático que, em 1977, uma das principais vozes do movimento negro brasileiro do século XX, Maria Beatriz Nascimento (1942-1995), tenha afirmado categoricamente, em uma reportagem-documentário produzida para a *TV Cultura* por Gabriel Priolli Netto e

---

[29] SANTOS, Fernando de Oliveira dos. Pós-Abolição e a luta pela cidadania negra na cidade de São Paulo (1891-1930). Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2020, p. 44.

[30] FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1965, p. 10.

[31] CONSOLIM, Marcia. Circulação de intelectuais e recepção das novas ciências do homem francesas no Brasil: 1908-1932. Tempo Social, v. 33, n. 01, p. 17-51, 2021. ABUD, Katia. A ideia de São Paulo como formador do Brasil. In. FERREIRA, Antônio Celso; LUCA, Tania Regina de; IOKOI, Zilda Gricoli. *Encontros com a história:* percursos históricos historiográficos. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

[32] HARTOG, François. *Crer em História*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

[33] NASCIMENTO, Beatriz; RATTS, Alex (Org.). *Uma história feita por mãos negras:* relações raciais, quilombos e movimentos. Rio de Janeiro: Zahar, 2021, p. 13.

Armando Figueiredo Neto, que "*a história do Brasil foi escrita por mãos brancas*". Sua fala relembra um diálogo com seu professor, José Honório Rodrigues (1913-1987)[34], em que o catedrático, ao resenhar a obra de Robert Conrad, afiançou que a "*história do Brasil foi e continua sendo uma história de brancos, e de poucos mulatos e raríssimos negros*". Completando, Rodrigues salientou ainda que sempre "houve um filtro branco que permitiu que somente uma *parte da verdade* viesse à luz e não ferisse a consciência nacional" [35].

Nos anos 1970, a percepção de que a História do Brasil permanecia estruturada a partir de uma perspectiva branca não se dissolveu. O país produziu e legitimou seus modos de narrar-se historicamente e é necessário reconhecer que o fazer historiográfico foi capturado por um *locus* social específico, regrado por critérios de autoridade e legitimidade que funcionaram como dispositivos de exclusão, nesse caso, por meio do *dispositivo de racialidade*[36]. O *corpus* historiográfico nacional operou sob aquilo que Michel de Certeau caracteriza como o *lugar social da operação historiográfica*: a produção da história por sujeitos reconhecidos como autorizados, situados institucionalmente e respaldados por práticas disciplinares específicas as quais, no século XIX e nas primeiras décadas do século XX, ainda se encontravam em processo de definição[37].

O que se afirmava, portanto, era que esse "*lugar*" da história – seu espaço social e racial de enunciação – foi constituído e preservado a partir de um conjunto de *práticas* que, ao longo do tempo, restringiram o acesso de sujeitos negros à produção historiográfica e sua escritura, bem como à formulação de sentidos para o negro no passado nacional. Nesse registro, a afirmação de que a história do Brasil "foi escrita por mãos brancas" não é tomada como juízo moral, mas como um índice da operação de um filtro racial de possibilidade, cuja persistência revela a assimetria profunda entre diferentes grupos no interior da produção histórica e da narrativa sobre o Brasil[38].

---

[34] Destaco alguns estudos sobre história da historiografia do autor: RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*: introdução metodológica. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957. (2 volumes); *História e historiadores do Brasil*. São Paulo: Fulgor, 1965; *Vida e História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966; *A pesquisa histórica no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1969; *História e historiografia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1970.
[35] NASCIMENTO, *op. cit.*, p. 08. Grifos meus.
[36] CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de Racialidade:* a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
[37] CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. *In: A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 2017, p. 45-108.
[38] ASSUNÇÃO, Marcello Felisberto Morais de. Uma epistemologia da ignorância? Os estudos críticos da branquitude e a crise do cânone de intérpretes do Brasil. *Revista Teoria da História*, v. 27, p. 171-188, 2024; MIRANDA, Fernanda Rodrigues de. Colonialidade e silenciamento nos cânones literário e historiográfico brasileiros. *Anuario de la escuela de historia virtual*, v. 13, p. 202-217, 2022.

Desse modo, esta investigação não se dedica nem à análise da *branquitude*[39] nem de seu "pacto narcísico"[40] – embora a bibliografia sobre esses temas seja reconhecidamente indispensável –, nem à construção do movimento negro do último quartel do século XX. O ponto a ser destacado é que tais diagnósticos sobre a autoria branca do passado brasileiro revelam um campo de disputas mais amplo sobre quem tem o direito e o poder de escrever *a* História Nacional.

É possível afirmar que houve avanços significativos na produção de uma "história feita por mãos negras" desde os anos 1970 e as reivindicações de Rodrigues e Nascimento. Na mesma década, ocorreram iniciativas como a criação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (Ceaa), na Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro; a formação do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN); a organização da Sociedade Brasil-África e o Grupo de Trabalho André Rebouças; a realização da Semana de Estudos sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira, formada por estudantes negros e negras da Universidade Federal Fluminense (UFF); a Quinzena do Negro em São Paulo; e a apresentação de propostas de alteração do currículo universitário no interior do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF. Essas e outras iniciativas culminaram na produção de *outras* abordagens historiográficas sobre a população negra e na consolidação de historiadores e historiadoras negras dedicados a esse e outros temas, como Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez[41], Abdias do Nascimento[42], Guerreiro Ramos[43] e Clóvis Moura[44], responsáveis por investigar temáticas correlatas entre as décadas de 1950 e 1970.

Esse movimento por maior participação de pessoas negras no ensino superior desembocou, em 2012, na instituição do sistema de cotas nas universidades federais –

---

[39] A título de exemplo, cito o estudo mais detalhado da categoria no país: CARDOSO, Lourenço; MÜLLER, Tânia M. P. *Branquitude*: estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2017. Principalmente o capítulo de Ana Amélia de Paula Laborne: LABORNE, Ana Amélia de Paula. Branquitude, colonialismo e poder: a produção do conhecimento acadêmico no contexto brasileiro. *In:* CARDOSO; MÜLLER, *op. cit.*, p. 91-107.

[40] BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

[41] GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa...*. Organização de Flavia Rios e Alex Ratts. São Paulo: Zahar, 2018; *Por um feminismo afro-latino-americano:* ensaios, intervenções e diálogos. Organização de Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020; GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

[42] NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro:* processo de um racismo mascarado. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016; *O quilombismo:* documentos de uma militância pan-africanista. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2002; *O Brasil na mira do pan-africanismo*. Salvador: EDUFBA, 2002.

[43] RAMOS, Alberto Guerreiro. *A redução sociológica:* introdução ao estudo da razão sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996; *O problema nacional do Brasil:* introdução a uma sociologia do conhecimento brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1950; *Administração e contexto brasileiro*: esboço de uma teoria geral da administração. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

[44] MOURA, Clóvis. *Dialética radical do Brasil negro*. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2004; *Rebeliões da senzala:* quilombos, insurreições, guerrilhas. 5. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010; *Sociologia do negro brasileiro.* São Paulo: Ática, 1988; *O negro denunciado:* 200 anos de preconceito. São Paulo: Editora Anita, 1994.

inicialmente – e estaduais públicas[45]. Associações, grupos de estudos, cursos universitários e iniciativas individuais contribuíram significativamente para a produção de diversos saberes *pelos* negros no Brasil ao longo dos séculos XX e XXI. Todavia, neste trabalho, não examinaremos diretamente esses grupos, nem sua produção. Dentre as preocupações desses ativistas e pesquisadores no período de 1960 a 1980, destacava-se a elaboração de *uma história do negro* produzida por sujeitos negros – ou, como afirmou Nascimento, "o negro visto por ele mesmo"[46]. No entanto, no que concerne ao presente estudo, a denúncia do silenciamento *do* negro na história nacional ensinada e produzida no Brasil constitui a principal questão derivada dessas produções. A mesma Beatriz Nascimento afirmou, em 1974, que a "história da raça negra ainda está por fazer, dentro de uma história do Brasil ainda a ser feita"[47].

Entre a formulação dessa reivindicação por Nascimento e o ano de 2020, os avanços na constituição da história *do* negro no Brasil foram expressivos. No balanço realizado por Petrônio Domingues, podemos acompanhar esse processo e a mudança de *lócus* dessa produção tanto pela "ampliação de seu *corpus*", "de sua circulação e recepção", como na "inovação de suas narrativas". A fundação da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), em 2000, a expansão dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros em diversas universidades e a articulação da Rede de Historiadores Negros (RHN) evidenciam a ampliação das pesquisas sobre aspectos étnico-raciais no país. Essas iniciativas reforçaram a importância da "recuperação da história" e da "memória afro-brasileira" para constituir sujeitos negros como "*autoconhecedores dessa história* e das lutas do seu povo", promovendo a interpelação, a reinterpretação e a investigação sistemática da história e, mais amplamente, da experiência dos negros nas ciências humanas[48].

Em 2020, a Rede de Historiadores Negros organizou a Jornada em Defesa do Direito à História da Gente Negra, que reuniu um conjunto amplo e diversificado de pesquisas sobre a

---

[45] A Lei 12.711/2012 define regras para reservar, progressivamente, vagas a negros (pretos e pardos), indígenas e PcD (pessoas com deficiência). Os debates sobre a implementação das reservas foram intensos e trouxeram muitos dos enunciados que veremos ao longo deste trabalho, em discursos favoráveis e contrários. SANTOS, Juliana Silva. O discurso sobre as cotas raciais antes da Lei 12.711/2012: letramentos acadêmicos e a ampliação do acesso ao ensino superior no Brasil. Revista Brasileira de Linguística, n. 19 (1), mar. 2019. Ver também: NASCIMENTO, *op. cit.*, p. 11-12. SILVA, P. B. G. Negros na universidade e produção do conhecimento. In: SILVA, P. B. G.; SILVÉRIO, V. R. (Org.). *Educação e ações afirmativas:* entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003. SANTOS, J. S. *As cotas raciais em uma publicação jornalística universitária*: imagens das relações raciais brasileiras. 2016. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

[46] NASCIMENTO, Beatriz; RATTS, Alex (Org.). *O Negro visto por ele mesmo*: ensaios, entrevistas e prosa. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

[47] NASCIMENTO, *op. cit.,* 2021, p. 45.

[48] DOMINGUES, Petrônio. Por uma história negra. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 38, n. 85, p. 05, 2025. *Grifos meus.*

população negra no Brasil, alcançando grande público. Na mesma década, outras iniciativas, desta vez na imprensa, trouxeram a coluna "Nossas Histórias", publicada semanalmente no portal *Geledés* em parceria com o *Acervo Cultne*, e a coluna "Presença Histórica", no portal *UOL*. Muitas dessas ações dialogam com as orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que, após a promulgação da Lei 10.638/03, passou a exigir o ensino da história da África e dos afrodescendentes no Brasil[49]. Esse marco legislativo acelerou o processo, já em curso, de expansão das pesquisas sobre a história do negro no Brasil e a inclusão, em todas as áreas do ensino, da difusão dessas investigações[50].

Entre os intelectuais e letrados que investigaram a história do negro e criticaram a historiografia tradicional "branca", amplamente difundida no país, destaca-se Clóvis Moura (1925-2003), sociólogo, historiador e ativista. Muitas de suas análises procuram contrapor-se às narrativas que consideravam os negros, sobretudo no período escravocrata, como *agentes passivos* nos processos de organização, manutenção e derrocada do sistema. Tomando-os como "agentes históricos", Moura conceitualiza a *práxis negra* a partir de uma matriz marxista, demonstrando as múltiplas formas de resistência e atuação desses sujeitos: em insurreições[51], na formação e manutenção de quilombos[52] e em diferentes movimentos políticos negros[53]. Tais obras concentram-se principalmente no período que vai da colonização ao final do Império[54].

As críticas a uma historiografia da escravidão que representava negros e negras como agentes passivos – frequentemente associada a uma suposta "docilidade" ou "masoquismo" –, não se restringiram às obras de Moura. Nos anos 1980, diversos intelectuais debateram a "coisificação", "reificação" e os processos de subjetivação dos negros sob a escravidão[55],

---

[49] PEREIRA, Amilcar Araujo. A Lei 10.639/03 e o movimento negro: aspectos da luta pela "reavaliação do papel do negro na história do Brasil". *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 12, n. 17, p. 25–45, 2011. DOI: 10.5752/P.2237-8871.2011v12n17p25. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/cadernoshistoria/article/view/P.2237-8871.2011v12n17p25. Acesso em: 10 nov. 2025.

[50] *Ibidem*., p. 06.

[51] MOURA, *op. cit.*, 1993.

[52] MOURA, *op. cit.*, 1981.

[53] MOURA, Clóvis. *O negro:* de bom escravo a mau cidadão? Rio de Janeiro: Conquista, 1977.

[54] MOURA, *op. cit.*, 1983.

[55] Entre os principais nomes, podemos citar Fernando Henrique Cardoso – que, para Roberto Manoel Andeoni Adolfo, foi um dos mais radicais na defesa da coisificação subjetiva do escravizado –, Jacob Gorender – que criticou essa historiografia –, Emília Viotti da Costa, Florestan Fernandes, entre outros. ADOLFO, Roberto Manoel Andreoni. A historiografia brasileira da escravidão nos anos 1980: do enunciado ao eclipsado. Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2019. Dentre diversos outros autores e autoras, destacamos estes: GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Editora Ática, 1978; CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*: o Negro na Sociedade Escravista no Rio Grande do Sul. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2015; CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultural, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979; SLENES, Robert W. Escravidão e família escrava: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX). *Estudos Econômicos*, São Paulo, IPE, 17 (2), 1987.

frequentemente dialogando, de modo crítico ou não, com as interpelações de Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala* (1933)[56].

Embora, por longo período, a historiografia da escravidão tenha constituído o principal eixo de produção sobre a história negra no Brasil, observa-se, desde o início dos anos 2000, um movimento de reconfiguração do campo. Amparados pelas discussões do *GT Emancipações & Pós-Abolição* (ANPUH)[57] e por pesquisas que tratam o pós-abolição não apenas como recorte temporal, mas como problema histórico, historiadores e historiadoras passaram a examinar o caráter "inconcluso" da cidadania, incluindo a análise de permanências, a reorganização e a criação de novos "mecanismos de hierarquização, discriminação e exclusão racial". Vista como uma "escravidão racial", a escravidão atlântica é tomada do ponto de vista de uma diáspora forçada e a partir dos "processos de racialização ligados à memória da escravidão em seus aspectos econômicos, políticos, sociais, identitários, culturais e educacionais"[58].

Mas é importante destacar que, para a grande maioria dos historiadores e historiadoras desse grupo, apesar de haver *restos* e continuidades com relação à escravidão, houve a produção de outros dispositivos de exclusão racial e "racialização" antes e após a extinção do sistema, o que reforça a necessidade de analisa-los de maneira a impor uma outra perspectiva sobre todos esses mecanismos.

O esforço para sistematizar tais pesquisas ganhou força a partir de iniciativas como o *Seminário Internacional "Histórias do Pós-Abolição no Mundo Atlântico"* (UFF, 2012) e a subsequente coleção *Histórias do Pós-Abolição no Mundo Atlântico*, que buscou difundir investigações sobre trajetórias negras, estratégias de integração, formas de organização comunitária e recriações de práticas culturais[59]. O fortalecimento institucional, por sua vez, expressa a reconfiguração do campo historiográfico e seus novos mecanismos de legitimação. A fundação da ABPN (2000), a difusão dos NEAB's, a constituição da Rede de Historiadores Negros (RHN) e, mais recentemente, iniciativas públicas de divulgação científica – como a coluna "Presença Histórica" (*UOL*) – ampliaram o espaço de circulação dessa produção.

Tomando como referência a coleção *Personagens do pós-abolição: trajetórias e sentidos de liberdade no Brasil Republicano*, lançada em 2020, observa-se que as trajetórias de oito homens e mulheres que contribuíram, em alguma medida, para a história republicana do

---

[56] FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala:* formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006.
[57] RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, pp. 170-198.
[58] ABREU, Martha; DANTAS, Carolina V.; MATTOS, Hebe; LONER, Beatriz; MONSMA, Karl. *Histórias do Pós-Abolição no mundo Atlântico.* Niterói: Eduff, vol. 01, 2014, p. 03.
[59] *Ibidem.*, 03 v.

Brasil e que não receberam a devida atenção da historiografia até então, constituem os principais objetos da obra. Nós os compreendemos como sujeitos históricos que transgrediram os estereótipos de raça e *gênero*, os quais foram ressignificados ou mantidos durante o período republicano. Esses trabalhos têm por objetivo compor uma "memória" dos biografados e, simultaneamente, produzir uma *outra* história do Brasil a partir dessas personagens. Nomes como Juliano Moreira, João Cândido, Monteiro Lopes, Eduardo das Neves, Paulo Silva, Maria de Lourdes Vale Nascimento, Luciana Lealdina de Araujo e Maria Helena Vargas da Silveira são considerados "personagens históricos" – para os autores, "esquecidos" – que contribuíram de maneiras distintas para a consolidação de diversos saberes no Brasil, para métodos de resistência contra o racismo ou para políticas públicas voltadas a essa população[60].

Uma iniciativa semelhante foi desenvolvida pela filósofa Djamila Ribeiro, pela jornalista e tradutora Lizandra Magon Almeida e pelo editor Maurício Rocha, em 2021. O livro *Uma Nova História, Feita de Histórias: Personalidades Negras invisibilizadas da História* reúne diversos estudos sobre políticos, artistas e participantes de rebeliões negras desde o início do século XVIII até o fim do século XX. Composta por autores e autoras negras selecionados por meio de um edital, a obra recebeu mais de 200 textos biográficos[61]. Embora as questões que norteiam nossa investigação não estejam diretamente vinculadas aos estudos do pós-abolição ou às iniciativas biográficas, tanto o período recortado quanto várias das preocupações que emergem com a República – no caso dos primeiros –, assim como a *prática* biográfica no interior da historiografia, aparecem como problemas relevantes e integram as preocupações do presente estudo diante da emergência dos mesmos temas no *corpus* documental selecionado.

Há algumas análises desse conjunto de estudos do *Pós-Abolição* que tomam como objeto de investigação as mulheres negras ou o debate de gênero/raça que, para os propósitos deste trabalho, precisam ser aqui descritos brevemente e de forma incompleta. Isso ocorre porque, entre biografias e acontecimentos, há uma centralidade da questão de gênero que também emerge nas fontes selecionadas. A figura da "ama de leite", por exemplo, foi analisada por muitos(as) autores(as).

Compreendida como um eixo para observar tanto as relações raciais quanto as relações de gênero racializadas no Brasil, bem como suas consequências em diferentes épocas e localidades, a "ama de leite", ou "Mãe Preta", converte-se, por vezes, em modelo de feminilidade negra; em outros momentos, em referencial de gratidão associado ao período da

---

[60] *COLEÇÃO Personagens do Pós-Abolição*. Memórias Brasileiras – Biografias. Niterói: Eduff, 2020, 07 v.
[61] ALMEIDA, Lizandra Magon; RIBEIRO, Djamila; ROCHA, Maurício. *Personalidades negras invisibilizadas da História:* uma nova história feita de histórias. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

escravidão e, ainda, guarda dores e memórias da própria escravidão. Assim, a constituição da "Mãe Preta" torna-se referência no conjunto de *práticas* que incluíam o cuidado e amamentação dos filhos dos senhores ou, após o fim do sistema escravista, a criação e educação de filhos da elite por mulheres negras[62]. Continuada ou reestruturada, essa é uma prática que não deixou de ser notada, nem por essas investigações atuais, nem por parte do nosso conjunto documental.

Lélia Gonzalez (1935-1994), intelectual, ativista, filósofa e antropóloga brasileira, dedicou, a partir dos anos 1970 e ao longo da década de 1990, boa parte de suas pesquisas à observação do lugar das mulheres negras em uma perspectiva interseccional. Considerando raça e gênero, a autora mineira foi cofundadora do *Instituto de Pesquisas das Culturas Negras do Rio de Janeiro* (IPCN-RJ) e do *Movimento Negro Unificado*. Neste ínterim, criou, juntamente com outras intelectuais e militantes, o *Coletivo de Mulheres Negras N'Zinga*, grupo que, entre outras ações, propunha-se a descrever e analisar a vida de mulheres negras ao longo da história do Brasil.

Longe da possibilidade de uma descrição breve, a trajetória de Gonzalez é extremamente multifacetada. Nessa esteira, destacam-se seus estudos que culminaram na produção do conceito de *Amefricanidade*, por meio do qual propõe uma formação histórico-social brasileira a partir dos saberes e experiências de mulheres negras, afastando-se de pressupostos europeus ou eurocêntricos[63]. O desdobramento desse conceito é ainda mais relevante para este trabalho, pois, na obra *Por um feminismo Afro Latino Americano*[64], a qual reúne muitos de seus textos – entre eles uma apresentação originalmente publicada em 1988 na Bolívia –, a discussão recai sobre o lugar da mulher negra na história do Brasil.

---

[62] BARRETO, Raquel. "O racismo sob olho crítico de Lélia Gonzalez". Pernambuco - Suplemento cultural do *Diário Oficial do Estado* [online], 2019. Disponível em https://www.suplementopernambuco.com.br/artigos/2230-o-racismo-sob-olho-cr%C3%ADtico-de-l%C3%A9lia-gonz%C3%A1lez.html Acesso em 02/02/2020.
» https://www.suplementopernambuco.com.br/artigos/2230-o-racismo-sob-olho-cr%C3%ADtico-de-l%C3%A9lia-gonz%C3%A1lez.html. GONZALEZ, Lélia. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. In: *União dos Coletivos Pan-Africanistas - UCPA* (Org.). Lélia Gonzalez: Primavera para as rosas negras Diáspora Africana, 2018. p. 363-366. RONCADOR, Sonia. O mito da mãe preta no imaginário literário de raça e mestiçagem cultural. *Estudos de Literatura Brasileira* Contemporânea, n. 31, p. 129-152, 2008. SILVA, Maciel Henrique. Nem mãe preta, nem negra fulô. Histórias de trabalhadoras domésticas em Recife e Salvador (1870-1910). Jundiaí: Paço Editorial, 2016; XAVIER, Regina Célia Lima. Raça, Classe e Cor: Debates em Torno da Construção de Identidades no Rio Grande do Sul no Pós-abolição. *In*: FORTES, Alexandre et al. (Orgs). *Cruzando Fronteiras:* novos olhares sobre a história do trabalho. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2013; *A produção da identidade afro-brasileira no pós-abolição:* Imprensa negra em Porto Alegre (1902-1910). Revista de Iniciação Científica da Ulbra, Nº 5, 2006, p. 145-156.

[63] RATTS, Alex; RIOS, Flávia. *Lélia Gonzales*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

[64] LIMA, Marcia; RIOS, Flávia (Org.) GONZALES, Lélia. *Por um feminismo Afro Latino Americano*: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020; GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

Nesse sentido, a figura da "Bá" ou "ama de leite" torna-se central para contrapor essa "romantização" da sexualização, da violência sexual e dos maus-tratos no trabalho doméstico impostos às mulheres negras durante e *após* a escravidão[65]. A crítica de Gonzalez à construção da figura do mestiço se articula à sua análise sobre a mulher racializada no trabalho, de maneira geral e no trabalho reprodutivo. A "Mãe Preta" foi retomada por Rita Laura Segato em sua análise sobre a "dupla negação de gênero e raça"[66] e por Suely Gomes Costa, que cunhou o termo "maternidade transferida", compreendida por ambas como uma prática de "longa duração histórica". As pessoas nessa condição estão "presentes na vida social desde os primórdios coloniais" e essa imagem é "ignorada solenemente" por parte da historiografia brasileira, especialmente até os anos 1970, quando Lélia Gonzalez, entre outros e outras, retomou o tema com maior veemência[67]. Os estudos no campo da literatura, entretanto, já examinavam essa imagem constituída ao longo de muito tempo desde o início da década de 1960, com crescente destaque nas últimas décadas[68].

Com o crescimento significativo das análises sobre a produção imagética da mulher negra, em meio às outras representações, ampliaram-se também as perspectivas que orientam os espaços de observação. O "popular"[69], a produção literária[70], a antropologia – especialmente aquela que, durante a difusão de ideias eugenistas, negou a manutenção da "ama-de-leite" como problema de saúde[71] – e, inclusive, os estudos históricos sobre o período escravista[72], constituem apenas alguns exemplos. A *imprensa negra brasileira*, importante produção letrada dos séculos XIX, XX e XXI, também recebeu atenção de diversos estudos sobre o tema,

---

[65] GONZALES, Lélia. Racismo e Sexismo na cultura Brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje,* Anpocs, 1984, p. 223-244; *op. cit.* 2020; RIOS, Flavia; RATTS, Alex. A perspectiva interseccional de Lélia Gonzalez. In: CHALHOUB, Sidney; PINTO, Ana Flavia Magalhães (Org.). *Pensadores Negros-Pensadoras Negras do século XIX e XX*. Belo Horizonte: Traço Fino Ltda., 2016. p. 387-402.

[66] SEGATO, Rita. *O Édipo Brasileiro: a dupla negação de gênero e raça*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2006.

[67] GOMES COSTA, Suely: Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. *Revista de Estudos Feministas* N° 2, 2002, 301-323.

[68] RONCADOR, Sonia. O mito da Mãe Preta no imaginário literário de raça e mestiçagem cultural. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, nº. 31. Brasília, janeiro-junho de 2008, pp. 129-152.

[69] GOMES, Tiago de Melo; SEIGEL, Micol. Sabina das laranjas: gênero, raça e nação na trajetória de um símbolo popular, 1889-1930. *Revista Brasileira de História*, nº. 43, v. 22. São Paulo, 2002, pp. 171-93.

[70] SAYERS, Raymond S. The Negro in Brazilian Literature. New York: Hispanic Institute, 1956; LAJOLO, Marisa. Negros e negras em Monteiro Lobato. *In:* LAJOLO, Marisa. *Lendo e escrevendo Lobato*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. pp. 65-82.

[71] MACHADO, Antônio de Alcântara. Concurso de lactantes. Revista de Antropofagia, nº 7, ano 1. São Paulo, nov. 1928.

[72] GIACOMINI, Sonia Maria. Ser escrava no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 15. Universidade Cândido Mendes, 1988, pp. 145-70; *Mulher e escrava:* uma introdução ao estudo histórico da mulher negra no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1988; CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. Corpos que nutrem: mulheres procuradas e oferecidas para aluguel e venda na capital federal da Corte Imperial. *Tempo de histórias*, nº. 3, Universidade de Brasília, 2003; Procuram-se amas-de-leite na historiografia da escravidão: da 'suavidade do leite preto' ao 'fardo' dos homens brancos". *Tempo de histórias*, nº. 5, ano 5. Universidade de Brasília, 2001.

principalmente pela relevância atribuída à figura da "Mãe Preta" nos periódicos dirigidos por homens e mulheres negras[73].

Analisando um destes jornais, *O Exemplo*, publicado em Porto Alegre entre 1892 e 1930 – um dos mais longevos desse conjunto –, Maria Angélica Zubaran e Bianca Salazar Guizzo observam que, em um importante "intercâmbio" com outros países, como os Estados Unidos da América, a "imprensa negra meridional" projetou o monumento em homenagem à "Mãe Preta", inspirada em uma iniciativa semelhante ocorrida nos EUA, quando descendentes dos confederados – sobretudo mulheres – defenderam a construção de uma estátua da *Mammy,* estereótipo da mulher negra associado à maternidade e ao aleitamento no período escravista[74]. No caso brasileiro, outros agentes políticos, públicos e ligados a outros jornais – muitos deles brancos[75] –, compreendiam que o monumento teria força simbólica "para destacar as contribuições dos negros à nacionalidade", em um momento de mudança na "forma como a elite brasileira pensava" a raça, tornando possível "imaginar os afrodescendentes como parte integral da nação"[76].

Complexo, esse debate interessa-me pela própria campanha que remete ao passado, bem como, quais personagens e passados emergiram a partir dessa justificativa histórica. Além disso, esse movimento procura constituir, inclusive por meio da "Mãe Preta", uma *memória/história da escravidão* no Brasil e, mais especificamente, da *mulher na escravidão*. Há também um fator mais amplo, mas nem de longe menos importante: a invenção de uma "mãe" do Brasil negra tem o intuito de explicitar as *contribuições históricas do negro para a formação do país*. Portanto, não analisarei a figura da "Mãe Preta" ao longo do tempo, como fizeram os autores e autoras citadas, estando a minha preocupação centrada em como ela é mobilizada para produzir outro passado.

Parte da análise realizada por Gonzalez busca desconstruir a ideia e a mitificação do Brasil miscigenado como "prova" de uma nação sem racismo. A autora também discute as origens da fábula da "democracia racial", considerando que o cerne deste "mito" se consolida

---

[73] SEIGEL, Micol. *Uneven Encounters:* Making Race and Nation in Brazil and The United States. Durham and London: Duke University Press, 2009.

[74] Esse estereótipo se tornou muito presente na sociedade norte-americana, ver: *Ibidem*., p. 286-315.

[75] Nem sempre a "Mãe Preta" era retratada como algo positivo. Em 1879, o higienista Carlos Costa, em seu jornal *A Mãi de Família*, demonstra preocupações médicas com relação à prática da amamentação por terceiros, sobretudo as "negras africanas, estúpidas, cheias de vícios" e que, em sua visão, poderiam "transferir" esses "vícios" para as crianças. Ver: CARULA, Karoline. Perigosas amas de leite: aleitamento materno, ciência e escravidão em *A Mãi de Família*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012, p.197-214.

[76] GUIZZO, Bianca Salazar; ZUBARAN, Maria Angélica. Imprensa Negra no Rio Grande do Sul: "Raça" e Gênero na Campanha ao Monumento da "Mãe Preta" (1920-1930). *Revista de História Regional* 20(1): 165-179, 2015.

na já citada obra de Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala* (1933)[77]. Perdurando no tempo, também foi amplamente analisado por diferentes saberes no Brasil. Chamado por Roberto Da Matta de "fábula das três raças", a invenção de um país formado por três elementos – negro, indígena e branco – serviu, por muito tempo, para negar a existência do racismo e da exclusão dos negros na sociedade brasileira[78]. Desde a formulação da doutrina luso tropicalista de Freyre, sobretudo na obra mencionada e em *O mundo que o português criou*[79] (1940), essa "fábula" ou "mito", funciona "como invenção genealógica singular"[80], estreitando-se a partir de 1930, passando pelo Estado Novo e permanecendo na consolidação da Segunda República. Nesse sentido, a nação adotaria uma "política cultural explicitamente baseada nesses dois polares – mestiçagem e hegemonia da língua e das tradições portuguesas e latinas"[81].

Lilia Moritz Schwarcz lembra que, nos anos 1930, essa se tornou a "representação oficial da nação", numa produção de identidade nacional em que as noções de "povo" e "passado" "constituem elementos essenciais para a elaboração de uma nacionalidade imaginada"[82]. Nessa década, na qual o nacional-populismo se constitui como "núcleo" de aglutinação das discussões raciais, com os "elementos disponíveis", a mestiçagem passou a ter um caráter mais cultural que biológico. Com Freyre, outros autores e políticas públicas voltadas à disseminação desse "cadinho das raças", a narrativa da mestiçagem vinha acompanhada de um desejo de "singularizar a nação" e, no mesmo movimento, fez parecer que a miscigenação seria um "sinônimo de tolerância", convertendo supostos "hábitos sexuais da intimidade" em modelos aplicáveis de sociabilidade"[83].

Entre a sexualidade analisada por Freyre e a produção desse mito, mantém-se a lógica de inferiorização dos negros e de superioridade dos brancos, a qual descreve as violências da escravidão com certa "glamorização", convertendo os severos senhores em "paternais" e simbolizando, com outros elementos, uma espécie de "boa escravidão" em comparação ao sistema nos EUA: "a escravidão teria sido, por aqui, mais positiva que negativa". No destaque dado à "intimidade do lar", atento aos escravizados domésticos, Freyre ignora que a "média de vida era de vinte anos no trabalho" para escravizados no campo, assim como ignora as

---

[77] FREYRE, *op. cit.*, 1933.
[78] MATTA, Roberto da. Digressão: A Fábula das Três Raças, ou o Problema do Racismo à Brasileira". *Relativizando. Uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, p. 58-85.
[79] FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou*. Lisboa: Livros do Brasil, 1940.
[80] MACAGNO, Lorenzo. Três raças e uma nação? A propósito de África no Brasil e Brasil na África. *Realis, Revista de Estudos Antiuilitaristas e PósColoniais*. Vol. 01, n. 02, p. 110, jul.-dez. 2011.
[81] GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Raça, cor, cor da pele e etnia. *Cadernos de campo*, São Paulo, n. 20, p. 1-360, 2011.
[82] SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem Preto nem Branco, muito pelo contrário:* cor e raça na sociabilidade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012, p. 48-49.
[83] *Ibidem*.

violências sofridas no interior das residências senhoriais[84]. A ideia de "democracia racial" afasta o olhar das profundas hierarquias estabelecidas entre negros e brancos ao longo da história e produz um "senso de alívio entre brancos, em poderem se ver eximidos de qualquer responsabilidade" em relação aos problemas do passado, do presente e das possíveis consequências do racismo no futuro do país[85].

Clóvis Moura, além de se ocupar do "problema negro" no pós-abolição, publicou, em 1994, *Dialética Radical do Brasil Negro*, obra na qual sustenta que o racismo integra a própria formação histórica do país. Moura analisa, sobretudo, as dinâmicas das relações raciais entre brancos e negros no estado de São Paulo, partindo da colonização e alcançando os movimentos negros iniciados nas primeiras décadas do século XX[86]. As relações raciais no Brasil receberam grande atenção a partir do fim do século XIX e durante o início do novecentos, especialmente com a adoção de teorias raciais por parte da *intelligentsia* nacional. Os museus etnográficos, os institutos históricos localizados em diversas províncias ou estados, além das faculdades de direito e medicina, como as de Recife, Bahia e São Paulo, constituíram *locus* importantes de produção de saberes sobre o tema[87].

No âmbito dessas questões, a obra de Clóvis Moura que mais interessa aos objetivos desta investigação é *As Injustiças de Clio*[88]. Nela, Moura critica amplamente os estudos sobre a população negra e a recorrente "ausência de sua *agência* na história nacional". O autor contrasta "o viés freyriano (e culturalista)" que, segundo sua leitura, era hegemônico ou majoritário na produção acadêmica e letrada no início da década de 1980[89]. Moura, portanto, dedica-se a examinar "como o negro é apresentado e/ou representado na historiografia brasileira"[90], enfatizando sua condição de "*ser histórico*" e argumentando que apenas pela inserção *na* história esse sujeito pode ser efetivamente "humanizado"[91].

Assim, parte significativa da escrita da história do Brasil é analisada, como as obras de Frei Vicente do Salvador, Rocha Pita – sobretudo a escritura sobre Palmares –, Robert Southey

---

[84] *Ibidem*., p. 50-51.
[85] HASENBALG, *Carlos. Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFMG, 2005, p. 53.
[86] MOURA, Clóvis. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1994.
[87] ALONSO, Angela. *Ideias em movimento:* a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças:* Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
[88] MOURA, Clóvis. *As injustiças de Clio*: o negro na historiografia brasileira. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
[89] ASSUNÇÃO, Marcello Felisberto M. de. As injustiças de Clio revisitado: Clóvis Moura e a crítica da branquitude no campo historiográfico. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 15, n. 38, p. 235, jan.-abr. 2022.
[90] MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala*. São Paulo: LECH, 1981b, p. 14.
[91] MOURA, *op. cit.,* 1990, p. 15.

– que teria visto o negro por meio de "lunetas" inglesas – e o compêndio de História do Brasil de José Inácio de Abreu e Lima. Para o sociólogo e jornalista, houve um *continuum* entre esses autores e outros igualmente examinados, como Francisco Adolfo de Varnhagen, João Armitage, Heinrich Gottfried Handelmann, Euclides da Cunha e Francisco José de Oliveira Viana. Segundo Moura, essa "tradição" historiográfica exclui ou minimiza a participação da população negra na "formação e desenvolvimento da nação brasileira" a partir de uma narração que, entre os séculos XVII e XX, era composta por "elementos bárbaros, pagãos, gentios, sem capacidade civilizadora", enquanto os brancos aparecem como "elementos que impulsionaram a nossa sociedade em direção à civilização"[92].

Apesar das profundas diferenças entre o Frei que escreve no início do século XVII e Oliveira Vianna, mesmo que não "haja um racismo racionalizado e sistematizado", há diferentes formas de hierarquização racial e fundos de justificação tanto da pretensa inferioridade negra quanto da própria escravidão. Primeiro, a "ideologia religiosa" – "especialmente a cristã" – funcionou como um "anteparo que justifica a escravização dos *filhos de Cam*". Trata-se da narrativa bíblica segundo a qual Cam, filho de Noé, teria sido amaldiçoado pelo pai após vê-lo embriagado e nu. Naquele momento, Noé declarou que seus descendentes seriam "servos dos servos" dos descendentes de seus irmãos. Essa "maldição" não apenas não foi esquecida, como tampouco permaneceu restrita ao horizonte religioso do século XVII. Em versões deturpadas de leitura do texto bíblico, difundidas ao longo da história entre árabes, judeus e depois cristãos, afirma-se que os descendentes de Cam teriam formado ao longo de séculos a antiga Etiópia, sendo, portanto, antepassados dos africanos. Seus irmãos, Sem e Jafé, por sua vez, teriam originado – segundo essas leituras – povos instalados posteriormente no atual Oriente Médio e na Europa, respectivamente. Assim, árabes e europeus poderiam, supostamente, escravizar africanos sob uma pretensa legitimação de ordem divina[93].

Seguindo a análise de Moura, após a "justificativa" bíblica, o "privilégio" dos brancos passou a apoiar-se na noção de *raça* e na ideia de *civilização*. No início do século XIX, com a emergência de uma "corrente historiográfica científica", foram as "categorias evolucionistas" que forneceram as "razões de ordem biológica" supostamente capazes de explicar tanto a pretensa legitimidade da escravidão quanto – e o que mais nos interessa – a "ausência negra na

---

[92] *Ibidem.,* p. 213.

[93] A "Maldição" encontra-se descrita em: Gênesis. *In: Bíblia Shedd*. Traduzida por João Ferreira de Almeida. 2ª Edição. São Paulo: Vida Nova, 1997, p. 12; porém, David Goldenberg desconstrói essa interpretação, pois Canaã, filho de Cam, que em muitos casos aparece como verdadeiro portador da maldição, teria dado origem, na verdade, à parte do povo judeu: GOLDENBERG, David M. *The Curse of Ham*: race and slavery in early judaism, christianity, and islam. Princiton University Press, 2003.

história". Assim, fosse o negro interpretado como originário de um lugar amaldiçoado, como um imigrante de um lugar "bárbaro" ou "biologicamente inferior", era sistematicamente convertido em um "problema" nacional – resultado, segundo a interpretação de Clóvis Moura, de uma "ideologia" voltada à defesa do escravismo ou do "capitalismo" por parte de uma elite branca; ou, após o fim do sistema escravocrata, de um sistema para manutenção da hierarquia racial e social que se manteve no país[94].

Se direcionarmos a análise da escrita da história do Brasil à primeira instituição que se propôs a produzir uma narrativa histórica nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) – fundado no Rio de Janeiro, em 1838, amplamente financiado pelo governo imperial e que contou, inclusive, com a presença regular, pelo menos depois de 1849, do próprio Pedro II[95] –, torna-se ainda mais visível o mecanismo de exclusão ou silenciamento apontado por Moura. Embora o autor piauiense não tenha examinado diretamente a agremiação, dedicou-se à monumental obra de Francisco Adolfo de Varnhagen, publicada em 1854 e 1857[96].

A partir da leitura de Moura, Varnhagen constrói seu relato do Brasil segundo uma lógica em que as "personalidades que mantinham o poder" eram os únicos "agentes sociais e históricos que conduziam (este é o termo exato) o processo de transformação, o 'progresso' da nossa sociedade". Desta forma, para o autor, a "plebe, índios, os negros escravos, forros" e "pobres em geral" eram vistos como uma "borra desequilibradora, instrumentos passivos que se interpunham ao equilíbrio", signos da "desordem", "fatores de atraso" e "entrave"[97].

O historiador sorocabano, sócio do IHGB, não se deteve de maneira aprofundada na análise dos "africanos" no Brasil. Após destacar o papel da escravidão, afirmou que, "passando à América", por meio do comércio transatlântico, os negros "não só melhoraram de sorte", mas também "socialmente", em função do seu contato com "gente mais polida" e sua aproximação dos valores cristãos e da "civilização". Segundo Moura, Varnhagen considerava ter sido na América onde essa "raça" produziu "mais homens prestimosos e até notáveis". A suposta "índole" para o trabalho seria, para o autor, explicada pela "Providência", que teria dotado os africanos de força física e facilidade de aclimatação ao litoral, levando-os a aceitar com "facilidade" a "sorte que os esperava", isto é, a escravidão. A "contrapartida negativa que eles

---

[94] MOURA, *op. cit.*, 1990, p. 213-217.
[95] GUIMARÃES, *op. cit.*, p. 15.
[96] *Ibidem*., p. 93-128. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil.* Isto é do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento do Estado, hoje império independente, escrita em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda. Por um sócio do Instituto Histórico do Brasil. Natural de Sorocaba. 1. Ed. Madrid: Imprensa da V. de Dominguez, 1854, t. I; 1. Ed. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857, t. II.
[97] MOURA, *op. cit.,* p. 94.

imprimiram à civilização brasileira", para Varnhagen, viria logo em seguida: estes teriam "pervertido os costumes" no Brasil[98].

Há, contudo, *uma* figura negra que recebe destaque na obra de Varnhagen. Henrique Dias, soldado luso-brasileiro negro que combateu a invasão holandesa, é apresentado como "fiel" e honrado súdito do Rei. Dias e seu "grupo de valentes pretos" teriam abraçado a causa da expulsão dos holandeses, sendo aclamado "governador dos pretos" e "mestre-de-campo". Figura amplamente conhecida no século XIX, Dias retornará à análise aqui empreendida e, assim como na narrativa do mais ilustre sócio do Instituto, surgirá frequentemente associado a Felipe Camarão – indígena – e Vidal de Negreiros – branco –, assim como a uma "prometida alforria" concedida a seus comandados[99].

Outro fator relevante para a história dos negros no Brasil diz respeito aos quilombos do período colonial, principalmente Palmares. Tecendo correções, Varnhagen assinala que os mocambos e quilombos apenas poderiam ser considerados uma "república" com leis próprias pelos "amigos do maravilhoso", que também acreditavam na existência de um único líder, Zumbi[100]. Como a figura de Henrique Dias, Zumbi e os quilombos reaparecem em diversos momentos de nossa jornada. Outro exemplo desse passado negro evocado por Varnhagen é a Revolução do Haiti, mencionada na *História Geral do Brasil* quando o autor trata da Inconfidência Baiana – ou Revolta dos Alfaiates – ocorrida em 1798. Essa revolta seria resultado das ideias "incendiárias" que provinham da antiga colônia de São Domingos. Os lemas de outra Revolução, a francesa, retomados na Bahia, estariam associados às "cenas de horror" que teriam feito tremer os franceses quando, "exaltados", em meio a uma "província com tanta escravatura", vitimaram os brancos[101].

Moura entende que, no que se refere ao negro como "agente histórico e social", o "pensamento de Varnhagen" aponta apenas para a impossibilidade. Centrado nas ações decisivas dos homens "identificados simbolicamente com a raça branca", como o próprio Moura lembra, Varnhagen "não está sozinho"[102]. A perspectiva do intelectual piauiense, orientada pelo materialismo histórico, diverge da abordagem adotada nesta pesquisa. Ainda assim, suas análises mobilizam temas, acontecimentos e diagnosticam personagens e problemas que, em diversos momentos, serão retomados. Embora não considere "ideologia" ou "dominação de classe" como eixos centrais para analisar a historiografia sobre o negro no

[98] *Ibidem.*, p. 105-106.
[99] *Ibidem.,* p. 118-121.
[100] *Ibidem.,* p. 121-125.
[101] *Ibidem.,* p. 126.
[102] *Ibidem.,* p. 128.

Brasil, este trabalho reconhece que a atribuição de agência histórica e a discussão sobre nacionalidade são aspectos fundamentais dessa problemática. Se *História Geral do Brasil* representou a realização de um projeto historiográfico mais amplo e se Varnhagen foi, como indica Moura, fruto de um "grupo" mais extenso de letrados, torna-se necessário examinar a instituição que possibilitou a emergência desse e de outros discursos sobre o negro no passado nacional: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Durante o mestrado, investiguei os discursos sobre o negro na etnografia e na historiografia do IHGB. Naquela ocasião, a chamada "Casa da Memória Nacional", fundada em 1838, no Rio de Janeiro, germinou o primeiro projeto de História do Brasil feita *por* brasileiros[103]. Esse foi um local privilegiado de produção do saber histórico e geográfico em todo o século XIX e, por isso, recebeu grande atenção da história da historiografia brasileira. Próximo de uma "tradição iluminista", o IHGB desempenhou papel decisivo na "questão nacional" e no "delineamento de um perfil" para a nação brasileira, inclusive no rol mais amplo de nações, observando os "princípios organizadores da vida social do século XIX"[104].

Esse projeto de Brasil, no entanto, enfrentaria problemas diante de uma sociedade "marcada pelo trabalho escravo" e pela "existência de populações indígenas", o que "envolvia dificuldades específicas" quando comparado com os projetos análogos na Europa, além de estar "carregada de imagens depreciativas do 'outro'". Comprometida com o "desvendamento do processo de gênese da Nação", essa historiografia, levada a cabo pelos sócios do Instituto, devia construir uma "identidade própria" para um país recém-independente, promovendo uma "homogeneização" capaz de definir o "brasileiro"[105] e desvendar o "verdadeiro caráter nacional"[106].

A emancipação política, não significava, no IHGB, uma "oposição" em relação à antiga metrópole. O Brasil seria, a partir dessa visão, uma nação "continuadora de uma certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa". Como "representante da ideia de civilização no Novo Mundo", essa historiografia classificava as sociedades indígenas e africana como *a-históricas* e incivilizadas. O conceito de nação "operado", "é eminentemente restrito aos brancos" e, consequentemente, ao conjunto dos que poderiam ser considerados "nacionais".

---

[103] MANHANI, Luís Roberto. *O discurso sobre o negro na historiografia e na etnografia do IHGB* (1839-1925). Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, Programa de Pós-Graduação em História, 2021. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/151a5f95-957b-4a9c-bcf8-c8a759ab44b6/content. Acesso: 10 nov. 2025.
[104] GUIMARÃES, *op. cit.*, 1988.
[105] *Ibidem*.
[106] *Ibidem.*, p. 15.

Estes são os "outros" internos do Brasil, estranhos ao projeto de nação do IHGB: africanos, descendentes e indígenas[107].

Porém, nativos e negros não receberiam o mesmo tratamento no Instituto. Os indígenas seriam estudados para serem convertidos à "mitos nacionais", de modo semelhante aos "cavaleiros medievais no espaço europeu"[108], considerados "aptos a sofrer um processo civilizador"[109]. Sendo, em comparação a outros países, um "elemento de destaque na nacionalidade"[110]. Tanto é que "a problemática indígena" constituía "parte substancial da discussão mais ampla relativa à questão nacional"[111].

A principal publicação do IHGB é sua *Revista Trimestral*, cujo conteúdo evidencia essa diferença. Os "trabalhos e fontes relativos à questão indígena" ocuparam, "indiscutivelmente", "o maior espaço" da *Revista*, seja por meio da "publicação de fontes primárias", seja por "artigos" e análises sobre línguas, costumes, monumentos, etc.[112] Convertidos em uma "espécie de documento vivo, a ser preservado apenas na medida em que pudesse lançar luz sobre um momento remoto da civilização do Brasil"[113], e contribuindo para a construção de uma temporalidade anterior à chegada dos portugueses[114], os "estudos indígenas e de arqueologia" constituem o grupo mais relevante de publicações da *Revista do IHGB*[115]. Houve, entre os sócios vinculados ao movimento romântico, a "idealização" e a "necessidade" de "descobrir" os passados do Brasil nesse "objeto" nativo[116].

O Instituto Histórico não escreveu uma história *do* negro no Brasil. Tampouco preocupou-se com o negro *na* história do Brasil que escreveu. A etnografia, um saber que, na Europa, dedicou-se à investigação de sociedades africanas, especialmente pelo binômio da *oralidade/escrita*, no caso da entidade brasileira, concentrou-se exclusivamente no estudo dos nativos nacionais. O negro, de modo geral, "obtém pouca atenção" dos sócios da agremiação

---

[107] *Ibidem.*, p. 06-07.
[108] *Ibidem*., p. 17.
[109] TURIN, Rodrigo. *Tessituras do Tempo:* discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, p. 75.
[110] KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil:* a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; São Paulo: Edusp, 2009, p. 28.
[111] GUIMARÃES, *op. cit.*, p. 19.
[112] *Ibidem.,* p. 20.
[113] ARAÚJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo:* conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008, p. 168.
[114] KODAMA, *op. cit.*, p. 35.
[115] GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Produção e disseminação do conhecimento histórico no Oitocentos: a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *In:* ARRAIS, Cristiano Alencar; BENTIVOGLIO, Júlio. (Org.). *As revistas de história e as dinâmicas do campo historiográfico*. 1ed.Vitória (ES): Milfontes, 2017, v. 1, p. 43.
[116] NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica:* em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004, p. 118.

durante todo o século XIX e seria tomado, em grande parte das publicações nas quais figura, como um "fator de impedimento ao processo de civilização"[117] e ao "progresso da nação", sendo relegado ao "espaço de detração"[118]. Na maioria dos casos, os negros aparecem "de modo negativo", associados à pretensa impossibilidade de contribuir para a "cultura" ou para o "desenvolvimento da civilização brasileira"[119].

Entre as décadas de 1830 e 1870, prevaleceu um silêncio profundo e sistemático sobre a participação ou contribuição negra na formação nacional no IHGB. A quantidade de produções nesse período, durante o qual foram lançados mais de 50 títulos da *Revista do IHGB*, é bastante sintomática. Em quase 40 anos, apenas nove textos tomaram o negro como objeto[120], apesar do projeto historiográfico vencedor do concurso promovido pelo Instituto em 1840 – *Como se deve escrever a História do Brasil*, de Karl Friedrich von Martius – ter proposto explicitamente uma narrativa que contemplasse as contribuições das chamadas "três raças" (brancos, negros e indígenas) na constituição de uma "nova raça", a "americana", portadora, segundo o autor, de uma particularidade própria[121].

Houve a formulação do *negro-empecilho*, representado como obstáculo à "civilização" e à cultura e, portanto, ao projeto de nação almejado pelo IHGB. Entre outras propostas, destacam-se as necessidades de substituir negros nacionais por imigrantes europeus e do fim – controlado e gradual – da importação de africanos e da própria escravidão. Desde a primeira publicação que contém o negro como objeto na *Revista do IHGB*, até o final da década de 1860, três *prognósticos* sobre o futuro nacional consideram o negro um entrave para o desenvolvimento, o progresso e a implementação de uma civilização branca e europeia nos trópicos. Esses documentos reproduzidos, como parte do objetivo do Instituto de "salvaguardar" as fontes nacionais, recorriam ao passado para explicar o presente e projetar o futuro, delineando, de forma mais explícita e objetiva, os "entraves" que a presença negra representaria à constituição de uma nação concebida nos moldes europeus, civilizada e branca[122].

---

[117] GUIMARÃES, *op. cit.*, p. 17.
[118] SCHWARCZ, *op. cit.*, p. 147.
[119] Há uma reprodução de um documento em que Henrique Rebello considera que os negros são "entes sem cultura e civilização". REBELLO, Henrique Jorge. Memória e considerações sobre a população do Brasil. Revista do IHGB, T. XXX, Parte Primeira, p. 05-43, 1867.
[120] MANHANI, Luís Roberto. O Negro no IHGB: da constituição da "Casa da Memória Nacional" à operação da ausência. *Revista Aedos*, [S. l.], v. 17, n. 39, 2025. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/130146 . Acesso em: 23 set. 2025.
[121] MARTIUS, Carl Friederich Phillipe von. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista do IHGB*, Tomo VI, p. 389-411, 1844.
[122] MANHANI, L. R. Entre o Futuro Passado: os prognósticos sobre o negro no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1869). *Tempos Históricos*, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 237–268, 2023. DOI: 10.36449/rth.v27i1.30818.

Enquanto a presença indígena podia ser mobilizada como recurso para inserir o Brasil em uma temporalidade histórica compatível com a dos países europeus – ao recuar no tempo até o período anterior à chegada dos portugueses –, reservava-se ao negro o lugar de obstáculo à realização do projeto nacional[123]. Tais textos, simultaneamente, configuram um importante panorama da visão sobre o negro na elite letrada e revelam os *espaços de experiência* e os *horizontes de expectativa* em relação aos projetos de civilização e progresso da jovem nação[124].

A segunda temporalidade, centrada nos quilombos – notadamente Palmares –, constrói o arquétipo do *negro-estrangeiro* que, em meio ao *haitianismo* (ou medo branco), compreendia os agrupamentos como uma invasão "de dentro para fora". Veiculando diversos relatos contemporâneos às invasões portuguesas e holandesas às comunidades quilombolas, os letrados do Instituto não deixavam de se preocupar em arquivar esses acontecimentos, porém, ao mesmo tempo, destacavam a *estrangeiridade* de todos os moradores daqueles locais.

Houve uma quebra do silêncio sobre o negro, no contexto da Guerra do Paraguai (1864–1870). Um dos sócios mais longevos do Instituto, o cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro (1825-1876), literato, jurista e político imperial, construiu uma narrativa *pragmática de heroicização* de *um* negro, especificamente. Nesse sentido, destacou-se a figura de *Henrique Dias*. Sua memória foi mobilizada por meio de um dos *tropos* mais comuns do discurso histórico dos séculos XIX e XX: *a biografia*. Com o intuito de convertê-lo em exemplo emblemático da contribuição negra para a defesa do território, elaborou-se um conjunto com duas outras biografias, uma de Vidal de Negreiros e outra de Felippe Camarão, reforçando a dinâmica proposta por Martius: brancos, negros e indígenas lutando lado a lado pela libertação nacional contra o jugo estrangeiro[125].

O momento em que vem a lume, no final da década de 1860, em plena Guerra do Paraguai, reforça a possibilidade de que, como no passado, as "três raças" deveriam unir-se naquele presente contra a ameaça representada por outro inimigo externo: os paraguaios. A partir dos estudos de Joseph-Achille Mbembe, filósofo, historiador e teórico político camaronês, ainda é possível tecer uma outra aferição: existia uma "*Necropolítica*" nessa operação. Assim como ocorria nas "correrias" em África, nas quais os portugueses incitavam

Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/30818 . Acesso em: 23 set. 2025.

[123] KODAMA, *op. cit.,* 2009; TURIN, *op. cit.,* 2013.

[124] KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado:* Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

[125] MANHANI, Luís Roberto. Os "Cortesões do infortúnio": a heroicização pragmática de Henrique Dias nas páginas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Sæculum - Revista de História, [S. l.], v. 29, n. 51, p. 43–60, 2025. DOI: 10.22478/ufpb.2317-6725.2024v30n51.71383. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/71383. Acesso em: 10 jan. 2026.

populações locais a participar de suas milícias, expondo-as à morte, aqui, por meio da biografia de Dias, em um momento de fragilidade das forças brasileiras no Prata, mobiliza-se o exemplo do passado e das honras recebidas para enviar os nacionais indesejados — racializados — à morte contra os invasores republicanos, igualmente indesejados aos olhos da monarquia brasileira.

No final do século XIX, às vésperas da Abolição e da queda da monarquia, o negro passou a figurar de modo mais frequente nos discursos do Instituto. No entanto, sua presença se restringiu a artigos, documentos e estudos voltados ao processo de emancipação da mão de obra escravizada. É possível identificar dois objetivos para incorporação dessa história da Abolição em meio à ausência de investigações sobre a escravidão. O primeiro, consistia em reconstituir uma história da Abolição capaz de revitalizar a imagem da monarquia dos Bragança – protetores do IHGB –, então desgastada e associada a um sistema escravocrata condenado. Nesse processo, cada uma das legislações emancipatórias foi diretamente vinculada à ação de algum membro da Família Imperial.

Por outro lado, como os estudos centravam sua análise na agência de outros atores, relegava-se ao negro o papel de agente passivo, reduzido à condição de espectador dos acontecimentos. Produziu-se, assim, entre o fim do oitocentos e as três primeiras décadas republicanas, o duradouro binômio *negro-escravo* que obscurecia tanto a agência negra no interior do sistema quanto sua participação ativa nos processos e na mobilização pela abolição. Vale destacar que essa imagem do negro *apenas* enquanto escravo manteve-se, na produção da agremiação, entre 1870 – momento em que o movimento abolicionista alcança todo território nacional e ganha centralidade política – e 1937, demonstrando que este foi o discurso hegemônico no IHGB em sua *operação da ausência negra*[126].

Todo esse conjunto de práticas discursivas que, ora silencia, ora heroiciza, ora projeta ausência ou reduz o negro exclusivamente ao passado escravocrata, pode ser compreendido, como proposto, como uma *operação de ausência negra*[127]. Trata-se de um mecanismo mediante o qual a maioria da população nacional é convertida em "outro", isto é, em excluídos do projeto de nação em construção, bem como da própria nacionalidade, transformando-os em *estrangeiros e ausentes* por meio do *dispositivo da racialidade*[128]. O negro não compunha a história, a nação e não seria nacional, isto é, não fazia parte da "raça" brasileira. Apesar de suas

[126] MANHANI, *op. cit.,* 2025, p. 105-187.
[127] *Ibidem.*
[128] CARNEIRO, *op. cit.*, 2023. O conceito advém das reflexões de Michel de Foucault e seu "dispositivo de raça": FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade:* Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 306.

diferenças internas, esses discursos permaneciam vinculados a um projeto maior: a construção, sobretudo por meio da história, de uma nação concebida como branca, europeizada e civilizada nos trópicos[129].

Segundo Flávio dos Santos Gomes, a invisibilidade do negro na historiografia e nos lugares de escritura da história do Brasil, no século XIX e início do XX, pode ser compreendida e combatida pela leitura dos periódicos da imprensa negra. Esse conjunto de jornais "ajuda a escapar de armadilhas cuidadosamente preservadas por determinada parcela da *historiografia brasileira*" – aquela que aponta para uma "suposta ausência ou silêncio das fontes e a inexistência de documentos escritos sobre a população negra" no pós-abolição. Por meio desses periódicos, podemos compreender como uma parte dessa população "concebeu, projetou, construiu e, em outros momentos, iniciou a *desconstrução* de sua própria imagem e presença na sociedade"[130].

Retomando novamente Clovis Moura, dedicou-se a analisar um conjunto importante da imprensa nacional. Descrevendo essa imprensa "etnicamente diferenciada", afirma que ela ocupou espaço no debate público ao qual os "jornais tradicionais" não se dedicaram. Tratando "da vida social" e "cultural" de negros e negras em seu seio[131], a *imprensa negra* foi vista por escolas de comunicação, durante muito tempo, como "subproduto" da "cultura", mesmo sendo importante para uma grande parte da "comunidade negra", seja para narrar, debater ou propor diferentes temas, "anseios" e "comportamentos", seja para fazer reivindicações, protestos, denúncias, etc.[132]

A preocupação central do intelectual marxista era descrever parte da trajetória da *imprensa negra paulista*, que alcançou grande pujança no início do século XX e se mantém relevante até os dias atuais. O tema da "educação" dos negros, recorrente nos periódicos, aparece ora como meio de ascensão social, definindo uma "moral" e uma "ética" que possibilitariam uma aproximação com a "elite branca", ora como mecanismo de afirmação e ascensão cultural, que permite elaborar um conteúdo pedagógico do negro no próprio mundo, produzindo outro(s) negro(s) e outro Brasil dentro da dizibilidade possível elaborada por esses jornais[133].

---

[129] GUIMARÃES, *op. cit.*, p. 07.
[130] GOMES, Flávio dos Santos. *Negro e Política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005, p. 34.
[131] Trato especificamente da edição *fac-similar:* MOURA, Clóvis. *Imprensa negra*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1984; O negro e os órgãos de comunicação de massa. *Esboço de projeto*, 1978. Ver também: MALATIAN, Teresa. Cem anos da Imprensa Negra em São Paulo: da descoberta à edição *fac-similar*. *Revista Patrimônio e Memória*, São Paulo, Unesp, v. 14, n.1, p. 340-364, janeiro-junho, 2018.
[132] *Ibidem*, p. 05.
[133] *Ibidem*.

Houve uma relevante *produção biográfica* nesses jornais a partir de figuras negras do passado como Luiz Gama, José do Patrocínio, Henrique Dias, André Rebouças, Cruz e Souza, entre outros. A argumentação girava em torno da ideia de que publicizar esses nomes auxiliariam tanto na autoestima dos negros como no aumento do respeito entre os brancos e eles[134]. Em meio a denúncias de discriminação racial, reivindicações de igualdade, debates sobre a comunidade negra e a produção de grandes vultos "da raça", o passado seria evocado, reatualizado, retomado ou reafirmado dentro de parâmetros possíveis, no interior de regras próprias e verdades pactuadas. Moura não se debruçou sobre essa última assertiva, pois seu objetivo era descrever toda uma gama de jornais de maneira sucinta, com o desejo de fomentar mais estudos sobre esses objetos.

O apelo de Moura surtiu efeito. Tanto que, após os estudos pioneiros publicados no início da década de 1970, por Roger Bastide, muitas outras investigações surgiram. Em seu texto, o sociólogo francês delineia o que chama de "mentalidade da raça negra", separando em grupos – cronológicos e por ideologia – as diferentes "fases" da imprensa negra. Segundo sua investigação, ela teria começado no final do século XIX, em São Paulo, inicialmente centrando-se na luta por igualdade e liberdade e, ao alcançar a Primeira Guerra Mundial, integrando também o campo da luta por educação[135].

Essa centralidade se estendeu até 1930, modificando-se com a criação da Frente Negra Brasileira (FNB). Incluem-se, nesse período, segundo Bastide, os debates sobre a imigração branca e a ausência de acesso aos empregos pela mão de obra negra, assumindo contornos conservadores e planejados. No caso do jornal *A Voz da Raça* (1933), observa-se uma interlocução mais intensa com atores políticos, com outros movimentos públicos e sociais e com o contexto internacional, então marcado pela ascensão do fascismo. O interregno posterior destacado pelo autor francês, entre 1937 e 1945, é discutível, uma vez que, mesmo sem acesso a determinados materiais, pode ter havido a circulação de diversos jornais nesse período. O ano que marca o início do recorte, com o fechamento de muitos destes periódicos pelo governo de Getúlio Vargas, no contexto de imposição ditatorial, é mais emblemático.

Alguns outros historiadores, como Miriam Ferrara[136] e Petrônio José Domingues[137], adotaram outros enfoques para analisar parte deste conjunto muito heterogêneo de fontes.

---

[134] *Ibidem*.
[135] BASTIDE, Roger. A imprensa negra no estado de São Paulo. *Estudos afro-brasileiros.* São Paulo: Perspectiva, 1973.
[136] FERRARA, Mirian Nicolau. *A Imprensa Negra Paulista (1915-1964)*. São Paulo: FFLCH/USP, 1981.
[137] DOMINGUES, Petrônio José. Negros de almas brancas? – a ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo, 1915-1930. *Estudos Afro-Asiáticos,* ano 24, n. 3, 2002.

Ferrara denominou esse fenômeno dos jornais da imprensa negra no âmbito de um processo mais amplo de "consciência étnica" no Brasil. Tal movimento, em conformidade e continuidade com lutas travadas ainda no período escravista, manteve-se tecendo ligações entre letrados da imprensa e de associações, coletivos e comunidades consolidadas em todo o território nacional desde o contexto colonial. Domingues, assim como Antonio Liberac Cardoso Simões Pires[138], concentrou-se nas diversas sociabilidades negras constituídas nesses lugares. Como ambas as pesquisas têm como foco o Estado de São Paulo, a rápida urbanização, o crescimento acelerado e a discriminação social característica da elite branca paulista aparecem articulados à imigração europeia e às exclusões dos negros no mercado de trabalho[139].

Houve, contudo, outras perspectivas. Em estudo mais recente, o historiador Carlos Antônio dos Reis, que em certo sentido se aproxima mais dos objetivos desta pesquisa, analisa as identidades e representações sobre o continente africano nos discursos dos periódicos negros paulistas (1916 e 1978)[140]. A construção de múltiplas "Áfricas", por vezes até contraditórias, procurava compor uma representação do continente em um processo instável, variando conforme o direcionamento político e as estratégias adotadas por cada editor ou letrado responsável, bem como, por cada jornal. Observa-se que, paralelamente, nas composições desse "outro" continente, elaborava-se também uma proposta de "emancipação moral do negro", articulada a um "plano de história nacional" que se constituía ora pelo respeito à memória e ao passado, ora pelo fortalecimento de figuras de destaque dessa "comunidade", inclusive aquelas vinculadas à África[141].

O passado, nesse sentido, era evocado por diversas argumentações e servia de base para "afirmar positivamente seu lugar na história nacional", uma das demandas mais "urgentes". A própria nacionalidade, mediante uma "atuação direta no presente", seria capaz de promover e justificar a inclusão na cidadania e a integração dos negros, além de converte-los em *agentes*

---

[138] SIMÕES PIRES, Antônio Liberac Cardoso. "Associações de Homens de Cor" – Imprensa negra, movimentos negros e ideologias sociais (1915-1937). In: SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade. *A República e a questão do negro no Brasil.* Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

[139] Sobre a imprensa negra em São Paulo: GARCIA, Marinalda. *Os arcanos da cidadania*: a imprensa negra paulistana nos primórdios do século XX, São Paulo, Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, 1997; MELLO, Marina Pereira de Almeida. *O ressurgir das cinzas:* negros paulistas no pós-abolição: identidade e alteridade na imprensa negra paulistana (1915-1923), São Paulo, Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, 1999; LOPES, Maria Aparecida de Oliveira. *Beleza e ascensão social na imprensa negra paulistana* (1920-1940), São Paulo, Dissertação de Mestrado, PUC, 2001; DOMINGUES, Petrônio. A nova abolição. A imprensa negra paulista, *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 27, n. 3, Rio de Janeiro, 2004, p. 89-122. SANTOS, José Antônio dos. *Raiou a alvorada:* intelectuais negros e imprensa – Pelotas (19071957), Pelotas, Ed. Universitária, 2003, p. 79-152.

[140] REIS, Carlos Antonio dos. *A África impressa:* identidades e representações da África na imprensa negra paulista (1916-1978). Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Campus Franca, 2016.

[141] *Ibidem.*, p. 70.

na história brasileira. Muitos defendiam, inclusive, que este seria o alicerce para o fim do preconceito racial. Se fosse reconhecida a participação histórica do negro na "formação nacional", tal como era compreendida à época, ficaria evidente a "traição histórica sistemática" contra a raça que "construiu" o país. Nesse sentido, a alternativa era a "utilização" do "*conhecimento histórico* com uma atuação combativa" para imprimir uma "marca da negritude" no Brasil[142].

Reis observou também que, entre os periódicos investigados, os "vultos nacionais" receberam grande destaque. Não se trata apenas de "rememorar*" grandes nomes negros da história do Brasil*, mas de recuperar seus feitos, atribuindo-lhes sentido e reforçando sua importância para a história nacional. A *exempla* produzida auxiliava na composição de um panteão de "guias" destinados a inspirar a juventude negra e o público leitor de modo mais amplo[143]. Elas "não visavam", necessariamente, "descrever uma realidade, mas sim conferir-lhe um sentido, bem como produzir solidariedade social e viabilizar um projeto coletivo", conforme pontua a historiadora Carolina V. Dantas[144]. Entre as reivindicações para o tempo presente, o passado negro é evocado, também, por meio da exaltação à "Mãe preta"[145] na construção de outra história da abolição, mediante o clamor pela "memória" da escravidão, pelo fim de seus *restos* – sendo o racismo compreendido como o principal deles[146] – e pela rememoração da "maioria" negra na construção do país.

O importante estudo de Ana Flávia Pinto também indica a participação desses órgãos de imprensa nos debates pela abolição. *O Homem – Realidade constitucional ou dissolução social* (1876), por exemplo, publicado no Recife, procurava demonstrar, a partir de diferentes argumentações, a crueldade, ilegalidade e imoralidade do sistema escravocrata[147]. Com o fim da escravidão e a instauração da República, o número de jornais da imprensa negra cresceu exponencialmente. *A Pátria – orgam dos homens de cor* (1889) e o gaúcho *O Exemplo* (1892)[148], ainda no século XIX, além de *O Clarim da Alvorada* (1923), *Getulino* (1923), *O Progresso* (1928) e *A Voz da Raça* (1933), são apenas alguns exemplos desse crescimento. Muitos estudos sobre a imprensa negra se concentraram no estado de São Paulo, pela grande

---

[142] *Ibidem.*, p. 120-126. *Grifos meus.*
[143] *Ibidem.*, p. 130.
[144] DANTAS, Carolina V. Cultura histórica Republica e o lugar dos descendentes de africanos na nação. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). *Cultura política e leituras do passado:* historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/ FAPERJ, 2007. p. 229-248.
[145] REIS, *op. cit.*, p. 70.
[146] *Ibidem*, p. 108-120.
[147] PINTO, Ana Flávia Magalhães. De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833-1899). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, 2006*,* p. 117.
[148] *Ibidem*, p. 27.

disseminação desses jornais nesta região. Trata-se, aqui, das investigações pioneiras de Roger Bastide[149] e dos estudos desenvolvidos, posteriormente, por Miriam Nicolau Ferrara[150], Clóvis Moura[151], José Petrônio Domingues[152], Antônio Liberac Cardoso Simões Pires[153] e Jônatas Conceição da Silva[154], trabalhos que destacam diferentes aspectos da ampliação e do conteúdo desses periódicos ao longo do século XX.

Em outros estudos sobre a imprensa no início do século XIX, verifica-se que, ao evocar o passado, os jornais utilizavam "a história como instrumento pedagógico destinado a forjar uma nova visão do passado para legitimar ideias presentes e construir projetos futuros"[155]. Desse modo, recorria-se a exemplos, pontos retóricos ou argumentativos do passado para que a "experiência" servisse de "guia para o futuro". Tal compreensão científica considerava que esses passados "têm toda a aplicação" ao momento em que são evocados, não somente como o compreendia a *historia magistra vitae*, mas também com um caráter de aprendizado direto[156].

Os estudos de Bastide procuravam encontrar, nessas publicações, uma espécie de "mentalidade da raça negra"[157], dividindo em diferentes reivindicações tanto os periódicos como os períodos em que eles foram publicados. Segundo o autor, nos primeiros trinta anos do novecentos, a maioria dessas folhas procurava debater, principalmente, os ideais de liberdade e igualdade popularizados com o advento da Primeira Guerra Mundial e com o crescimento da inclusão de negros na educação primária, ainda na Primeira República. Contudo, a partir do surgimento da Frente Negra Brasileira (1931), grande parte dos artigos da imprensa negra passa a denunciar a discriminação da mão de obra negra e a preferência pela contratação de trabalhadores europeus, em um contexto de intensificação da imigração branca para o estado de São Paulo.

---

[149] Que inclusive cunhou a expressão "Imprensa Negra". BASTIDE, *op. cit.,* 1973. Ver também: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Brancos e Negros em São Paulo*. São Paulo: Global, 2008.
[150] FERRARA, Mirian Nicolau. *A Imprensa Negra Paulista (1915-1964)*. São Paulo: FFLCH/USP, 1981.
[151] MOURA, Clóvis. *Imprensa negra.* São Paulo: Imprensa Oficial, 1984. Ver também: *Brasil:* as raízes do protesto negro. São Paulo: Global, 1983; Formas de resistência do negro escravizado e do afrodescendente. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). *História do Negro no Brasil* – o negro na sociedade brasileira: resistência, participação e contribuição. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2004; *História do Negro Brasileiro.* São Paulo: Ática, 1992.
[152] DOMINGUES, Petrônio José. Negros de almas brancas? – a ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo, 1915-1930. *Estudos Afro-Asiáticos,* ano 24, n. 3, 2002.
[153] SIMÕES PIRES, Antônio Liberac Cardoso. "Associações de Homens de Cor" – Imprensa negra, movimentos negros e ideologias sociais (1915-1937), 2005.
[154] SILVA, Jônatas Conceição da. *Vozes Quilombolas:* uma poética brasileira. Salvador: EdUFBA; Ilê Aiyê, 2004.
[155] BASILE, Marcello. *A politização nas ruas:* projetos de Brasil e ação política nos tempos de Regências. Brasília: Senado Federal, 2022, p. 316.
[156] *Ibidem.,* p. 405.
[157] BASTIDE, *op. cit.*, p. 129.

Com a ditadura imposta pelo Estado Novo, em 1937, esses e outros jornais negros voltariam a figurar no cenário nacional apenas em 1945, quando, segundo Bastide, muitos de seus jornalistas passaram a integrar alguns dos crescentes movimentos de esquerda do país, imprimindo um cunho político e, por vezes, marxista aos protestos publicados nas páginas desses periódicos[158].

Enquanto a análise de Miriam Ferrara se aproxima dos direcionamentos de Bastide, Clóvis Moura procura demarcar o engajamento desses periódicos e seus escritores no combate ao racismo e no fortalecimento de uma "consciência étnica" negra no Brasil – em conformidade e continuidade com lutas travadas ainda no período escravocrata –, tecendo uma ligação entre a imprensa negra e os quilombos e associações criadas pelos africanos e descendentes ainda no contexto colonial[159]. Petrônio Domingues, por sua vez, concentrou-se nas diferentes construções de sociabilidade que esses órgãos de imprensa e outros mecanismos de associação negra do século XX possibilitaram, sobretudo, em meio ao racismo e discriminação da elite branca paulista durante o desenvolvimento de comunidades estrangeiras e da imigração na cidade de São Paulo.

Tendo em vista o que foi apresentado, o presente estudo analisa parte da escrita do passado nacional feita por mãos negras. Observa-se, especialmente, como o passado foi uma ferramenta, um saber mobilizado para integrar ou inserir o negro na História do Brasil e, com esses pretéritos compostos, converter, tornar, comprovar o negro brasileiro como um nacional. A nação foi o principal mote para combater o racismo, assim como o nacionalismo atuou como parte da comprovação da contribuição negra para a formação do país. *Estar* na História, ver-se na História, agir na História e, ainda mais importante, *escrever* a História, era parte primordial de projetos mais amplos e significativos. Passado, memória, esquecimento e História foram observados sob a luz da ideia de nação.

Para tanto, concentramos nossa análise em um *corpus* documental produzido por e para negros. Trata-se aqui, mais especificamente, da produção de narrativas sobre o passado nos jornais da chamada *imprensa negra*, conjunto de periódicos feitos *por* negros e *para* negros, com conteúdos relativos a essa população[160]. Nesse sentido, o principal intuito foi analisar e descrever as narrativas sobre o passado brasileiro veiculadas por estes letrados negros, nestes jornais, entre 1833 e 1937.

---

[158] *Ibidem*., pp. 130-133.
[159] MOURA, *op. cit.*, pp. 52-67.
[160] PINTO, *op. cit.*, 2006.

O início do recorte se dá com o lançamento do primeiro jornal conhecido deste conjunto, *O Homem de Côr*, impresso em 1833, na então capital do Brasil, o Rio de Janeiro. Percorrendo as mudanças ocorridas ao longo do século XIX – incluindo a Abolição e a Proclamação da República –, o texto adentra o século XX, observando, sobretudo, as narrativas sobre o passado escravista e, por fim, analisando os jornais que emergem na Primeira República e chegam até o ano de 1937, momento em que o governo de Getúlio Vargas empastela todos os periódicos deste conjunto, assim como boa parte da imprensa nacional.

Os letrados desses jornais, assim como a grande maioria das sociedades ocidentais entre o início do século XIX e as primeiras décadas republicanas, acreditavam na História, apesar dos abalos nessa crença que atingiram o último quartel do "século da história" e se agravaram com a eclosão da Primeira Guerra Mundial[161]. Muitos exaltavam "o lume da História" que "jamais se engana", mesmo com acontecimentos ocultos entre suas regras e escolhas, como o passado relacionado à Palmares[162]. Os quilombos constituem outro tema relevante com relação às críticas aos historiadores nos jornais. Vistos como positivos e, no caso de Palmares, até mesmo "pioneiro" na instauração de *uma* "República" na América. Segundo Zênio de Oliveira, apenas os "mais imparciais dos historiadores nacionais" tratava de Palmares. Muitos, de acordo com a crítica, compreendiam a história deste quilombo como "ficção literária", quando, na verdade, era um "monumento de orgulho nacional"[163].

Em resumo, este trabalho apresenta como hipótese central a presença de uma defesa, nestes jornais, da composição de *uma* história do negro que deveria ser também *uma* História do Brasil. Para grande parte desses letrados, "o negro" "representa em toda a nossa História um contingente de primeira ordem" e é necessário reconhecer "que ele não é inferior às raças" e que também "têm tido o seu papel na história"[164]. Não há um Brasil negro. Há um país que desconhece o "verdadeiro passado nacional" e a "História e as *tradições nacionais que somos nós* [negros]*, que são os nossos antepassados*", convertendo a nação em uma "caricatura ambulante do grande Brasil", mesmo após uma "epopeia de 300 anos"[165]. Estando no tempo e no espaço desde o início do que se compreende como formação do "Brasil", os negros tinham de *estar* na História e, portanto, serem incluídos na sociedade, sem distinções.

---

[161] HARTOG, *op. cit.*, 2017.
[162] SANTOS, Arlindo J. Veiga dos. À gente negra. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo, Ano IV, n. 28, p. 04, 15 jan. 1927.
[163] OLIVEIRA, Zênio de. Palmares, *O Clarim da Alvorada*, São Paulo, Ano VII, n. 26, São Paulo, p. 03, 13 mai. 1930.
[164] GUEDES, Lino. Ainda há juízes em Berlim! *O Clarim da Alvorada*, São Paulo, Ano IV, n. 36, p. 01, 16 out. 1927.
[165] FRONTISPÍCIO. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo, Ano VII, n. 25, p. 01, 13 abr. 1930. Grifo meu.

Com esse objetivo, produzimos um arquivo com os jornais da imprensa negra do Brasil que estavam disponíveis para consulta e *download online*, entre 2021 e 2026. Nessa toada, foram recolhidos todos os periódicos reconhecidos como integrantes da "imprensa negra". Desse modo, o arquivo conta com 54 títulos diferentes e mais de mil e oitocentos números. São periódicos de Bagé/RS (14), Cachoeira/RS (01), Campinas/SP (03), Florianópolis/SC (04), Pelotas/RS (02), Porto Alegre/RS (04), Recife/PE (01), Rio de Janeiro (04), Rio Grande/RS (01), Santa Maria/RS (01), São Carlos/SP (01), São Paulo (21) e Uberlândia/MG (01), contando ainda três jornais cuja localidade não foi possível identificar. Com a representação de seis estados, esses jornais foram recolhidos em arquivos como a Biblioteca Nacional Digital, o Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa da Unesp de Assis, o Arquivo Público do Estado de São Paulo, a Biblioteca Pública Pelotense, a Hemeroteca Digital Catarinense[166], o Acervo Afro Cultura Digital, o Acervo de Imprensa Negra Paulista da USP[167], a Hemeroteca do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS)[168], os arquivos do Museu Dom Diogo de Souza - FAT/Urcamp[169], o Acervo Digital - AEL Digit@l da Unicamp[170] e o acervo do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa[171]. No momento de redação desta tese, muitos destes arquivos não estão mais disponíveis para acesso *online.* Assim, o arquivo produzido abrange, além de seis estados, dezesseis cidades e três regiões do Brasil.

Tabela 1 – Arquivo da Imprensa Negra

Ano Início	Ano Final	Núm. Disp.	Título	Local
14/09/1833	1833	5	O Homem de Côr | O mulato, ou o Homem de Côr (a partir do número 03)	Rio de Janeiro-RJ
21/10/1833	21/10/1833	1	Brasileiro Pardo	Rio de Janeiro-RJ
07/11/1833	20/11/1833	2	O Cabrito	Rio de Janeiro-RJ
11/11/1833	15/12/1833	2	O Meia Cara	Rio de Janeiro-RJ
16/11/1833	16/11/1833	1	O Lafuente	Rio de Janeiro-RJ
13/01/1876	30/03/1876	2	O Homem: Realidade constitucional ou dissolução social	Recife-PE
10/04/1886	10/04/1886	1	O Judas	Porto Alegre-RS

166 https://hemeroteca2.cultura.sc.gov.br/docreader/docmulti.aspx?bib=acervo
167 Imprensa Negra Paulista | Universidade de São Paulo
168 Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
169 Museu Dom Diogo de Souza - FAT/Urcamp
170 Acervo Digital - AEL Digit@l | AEL - Arquivo Edgard Leuenroth
171 https://cultura.rs.gov.br/musecom

27/08/1891	27/08/1891	1	Alvorada – Periódico Crítico, Literário e Noticioso	Porto Alegre-RS
02/08/1889	24/07/1890	2-3	A Pátria: Órgão dos Homens de Cor	São Paulo-SP
11/12/1892	21/12/1930	560	O Exemplo	Porto Alegre-RS
15/11/1903	15/11/1903	1	O Baluarte: órgão oficial do "Centro Literário dos Homens de Cor"	Campinas-SP
06/09/1907	06/10/1907	1	O Propugnador: Órgão da Sociedade "Propugnadora 13 de Maio"	São Paulo-SP
05/05/1907	-	2	A Alvorada: periódico literário, noticioso e crítico	Pelotas-RS
1911	1916	2	A Pérola: Órgão do Club Dançante 15 de Novembro.	São Paulo-SP
16/05/1913	16/05/1913	1	O Rio Branco - Semanário literário, humorístico e esportivo	Bagé-RS
06/12/1914	06/12/1914	1	O Litterato - Órgão do centro literário e recreativo Castro Alves	Florianópolis-SC
15/11/1915	15/11/1915	1	Folha Rosea	Florianópolis-SC
17/10/1915	11/02/1917	5	O Menelik: órgão mensal, noticioso, literário e crítico dedicado aos homens de cor	São Paulo-SP
22/08/1915	22/08/1915	1	A Urucubaca - Jornal crítico e humorístico	Florianópolis-SC
24/02/1916	-	3	A Rua - literário, crítico e humorístico	São Paulo-SP
16/05/1916	-	2	O Xauter: Jornal Independente.	São Paulo-SP
1918	1921	8	O Alfinete: órgão literário, crítico e recreativo dedicado aos homens de cor	São Paulo-SP
06/04/1918	01/04/1919	2	O Bandeirante	São Paulo-SP
14/07/1919	31/10/1920	11	A Liberdade - órgão dedicado à classe de côr, crítico, literário e noticioso	São Paulo-SP
20/05/1920	29/05/1920	1	XXIX de Maio	Florianópolis-SC
29/08/1920	12/12/1925	3	A Liberdade - Folha Semanal Independente / Liberdade: Verdade, Direito, Justiça.	Bagé-RS

1920	1920	1	A Sentinella: órgão critico, literário e noticioso	São Paulo-SP
26/09/1920	-	1	A Defesa - Órgão da raça Ethyopica - Literário, noticioso e recreativa.	Bagé-RS
20/02/1921	-	1	O Carteiro: Semanário da Juventude	Bagé-RS
1922	1924	19	O KOSMOS – Órgão do Grêmio Dramático e Recreativo "Kosmos"	São Paulo-SP
12/05/1922	19/10/1935	3	A Tesoura - Órgão de Literatura, crítica e namoro	Bagé-RS
29/07/1923	1926	63	Getulino – Órgão para a defesa dos interesses dos homens pretos	Campinas-SP
03/08/1924	-	1	O Rouxinol - Órgão da Juventude	Bagé-RS
1924	02/03/1924	2	Elite: órgão oficial do grêmio dramático, recreativo e literário "Elite da Liberdade"	São Paulo-SP
06/01/1924	1940	58	O Clarim d'Alvorada	São Paulo-SP
22/02/1925	24/03/1929	3	A Hora - Hebedomadario, literário noticioso e crítico.	Rio Grande-RS
16/04/1925	26/04/1925	2	O Vergalho - Crítico, noticioso e literario.	Rio Pardo-RS
13/07/1924	05/07/1925	2	O Succo - Órgão Critico; Humorístico e Noticioso	Santa Maria-RS
25/05/1925	-	1	A Revolta: Folha literaria, noticiosa, recreativa e crítica	Bagé-RS
1926	1936	2	A Alvorada: periódico literário, noticioso e crítico	Pelotas-RS
13/05/1927	-	19	O Astro: Órgão crítico, humorístico e literário.	Cachoeira-RS
23/06/1928	28/09/1930	24	Progresso	São Paulo-SP
08/04/1928	13/05/1928	4	Auriverde: literário, humorístico, noticioso	São Paulo-SP
07/04/1928	23/03/1930	6	O Patrocínio – Órgão Literário, Crítico e Humorístico.	Piracicaba-SP
22/01/1928	-	2	O Teimoso - Órgão do Club Carnavalesco.	Bagé-RS
02/02/1932	-	2	Chibata: nós somos judas da raça, quem serão os christos?	São Paulo-SP
18/03/1933	02/11/1937	66	A Voz da Raça - Órgão Oficial da "Frente Negra Brasileira"	São Paulo-SP

13/05/1933	15/05/1933	1	Evolução: revista dos homens pretos de São Paulo	São Paulo-SP
1935	1935	2	O Clarim: publicação mensal da mocidade negra	São Paulo-SP
12/05/1935	02/06/1935	3	O Estimulo: semanário independente, literário e noticioso.	São Carlos-SP
01/09/1935	-	1	Tribuna Negra: pela união social e política dos descendentes da raça negra.	São Paulo-SP
10/11/1935	21/12/1935	2	A Raça: órgão da legião negra de Uberlândia	Uberlândia-MG
26/04/1936	26/04/1936	1	Arauto - Hebdomadário, literária, social	Bagé-RS
11/07/1937	21/05/1939	2	Socega Leão	Bagé-RS

Fonte: Elaborada pelo autor (2026)

O que procuramos identificar nesses 54 títulos foram os momentos em que, entre notícias, textos literários, artigos, datas comemorativas, reivindicações por direitos, cidadania, inclusão no mercado de trabalho e no ambiente escolar e, sobretudo, denúncias de preconceito racial — ou de cor —, emergem diferentes passados. São acontecimentos e personagens que vêm habitar o tempo presente em meio as colunas cotidianas. Buscava-se narrar passados para, ora com caráter pedagógico, descrever – na visão dos jornais – aquilo que não era investigado em espaços institucionais e nem estudado no espaço escolar; ora para descrever e compreender o seu passado e da nação, para descrever processos que culminaram em seus dias. O intuito, no primeiro caso, também era dar exemplos de negros e negras considerados importantes para a história do Brasil, com a finalidade de demonstrar, por meio desses passados, a contribuição negra para a formação social, cultural, política e econômica do país. As narrativas sobre o passado na imprensa negra foram, então, selecionadas, recolhidas e catalogadas em outra tabela com palavras-chave, evidenciando-se as diferentes emergências de outros "*negros*", outros brasis.

Antes de adentrar o conteúdo dos capítulos, é importante ressaltar alguns pontos com relação à presente análise. Em primeiro lugar, ela não se centrará na *materialidade* destes jornais, como fizeram outros investigadores dedicados a esse conjunto. A importância desse tipo de análise não pode ser questionada; todavia, diante de um conjunto tão amplo de periódicos, não foi possível concentrar a investigação no modo como a montagem, a produção e a construção dessas folhas se relacionavam com seus conteúdos. Além disso, não pretendemos nos deter aos letrados que compunham as redações. Assim como ocorre com a materialidade e

a produção, dado o enorme *corpus* documental reunido, optamos por indicar bibliografias que já efetivaram estudos sobre alguns destes homens e mulheres — ainda que em menor número — autores e autoras dos textos publicados nestes jornais.

O mesmo se aplica às instituições que permeavam e foram permeadas por parte das redações destes periódicos. Nesses casos, recorreremos a estudos e publicações nas quais esses problemas são analisados e descritos. Dessa forma, não realizaremos uma história da imprensa negra, necessariamente, mas percorreremos sua história, buscando os passados que foram considerados essenciais a esses letrados, sobretudo, para incidir sobre suas reivindicações – por meio da crença na história – e, ao mesmo tempo, compor um negro nacional e um nacional negro. Analisando todos os jornais do conjunto reunido, descrevemos, investigamos e citamos aqueles que, em alguma medida, trazem narrativas sobre o passado negro e nacional.

A tese está segmentada em duas seções. Na primeira parte, realizaremos uma análise dos periódicos da imprensa negra que foram publicados durante o século XIX. Percorrendo as páginas cariocas, passando pela cidade de Recife e, finalmente, alcançando o município de São Paulo, pretendemos destacar a significativa contribuição negra destas redações para a imprensa negra no Brasil. Nesse contexto, as leis de controle para transição da Abolição e da Proclamação da República constituem pontos relevantes, assim como os debates a respeito do considerável fluxo de imigrantes europeus, sobretudo para as regiões Sul e Sudeste do país. Ademais, levando-se em consideração *O Exemplo*, localizado em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, incluímos outra região do país, na qual muitos periódicos da imprensa negra foram publicados, para expor de que maneira o legado da escravidão será relatado e demandado por esses intelectuais.

Na segunda parte, voltamos nossa atenção unicamente aos jornais publicados entre 1900 e 1937, período marcado por um significativo aumento no volume, na produção e na complexidade da imprensa nacional. Entre os periódicos do início do século XX, sobressaem-se a formulação de uma polícia moral e novos interesses acerca da história brasileira. Como será possível observar, as letras constituirão uma ferramenta significativa na busca por narrar o período da escravidão e, entre outros aspectos, estarão relacionadas à história. Por fim, também nos dedicaremos especialmente à análise dos passados publicados em três periódicos vinculados às instituições negras. Esses veículos apresentam um discurso mais coeso entre si e em conformidade com os objetivos e interesses dessas associações, compostas por muitos de seus intelectuais.

No primeiro capítulo, analisarei a construção, por meio do passado, da ideia de *"maioria*" nacional nos primeiros jornais conhecidos da imprensa negra. Em 1833, temos o

lançamento de *O Homem de Côr, O Brasileiro Pardo*, *O Cabrito*, *O Meia Cara* e *O Lafuente*, periódicos que narram um passado ainda presente: as revoltas e resistências durante o processo que culminou na abdicação de Pedro I ao trono do Império do Brasil. Naquele momento, após a instalação das regências, Francisco de Paula Brito, importante editor do período, lançava seu jornal para bater-se contra aqueles que lhe faziam "guerra", uma guerra causada por sua cor. A partir de então, o eminente dono da Tipografia Brito & Companhia apresentava os alicerces para o surgimento de todos os outros periódicos da década de 1830, no Rio de Janeiro.

Entre as redações, encontramos homens livres de uma ascendente elite negra que mantinham importantes relações com a política nacional daquele início do século XIX. Essa condição jurídica e social não garantia acesso aos direitos previstos na Carta Constitucional de 1824, mesmo que esta não determinasse qualquer hierarquização de raças[172]. Tais periódicos cerraram suas portas no mesmo ano em que foram lançados e têm, portanto, além do pioneirismo, um mesmo contexto de disputas de narrativa – o período posterior à abdicação de Pedro I e a instalação das conturbadas regências. Como veremos, a "maioria atrevida" negra no país integrará parte das argumentações para inclusão nos direitos e na nacionalidade: era necessário provar que os negros, essa "maioria atrevida, de chinelo e cacete"[173], eram "brasileiros natos"[174].

Saindo do Rio de Janeiro e alcançando Recife, no segundo capítulo tratamos de *O Homem*, importante periódico que, entre outras produções relevantes, é conhecido por ser o primeiro a lutar pelo fim da escravidão. Em 1876, era possível tecer tal crítica, o que fica evidente em *O Homem:* "*A escravidão é um nó que não se desata; é preciso cortá-lo*"[175]. Vale destacar que, nesse caso, a maioria continua sendo mobilizada.

O mesmo jornal também é pioneiro no lançamento de outra importante ferramenta que será amplamente utilizada pela imprensa negra até 1937: *as biografias*. A "*Galeria de Homens de Cor Ilustres*", lançada no periódico pernambucano, tem um nome parecido com a seção especial da *Revista do IHGB,* intitulada *Galeria de homens ilustres por armas, letras e virtudes,* publicada desde o seu primeiro número[176]. A importância da produção de biografias para reivindicar o passado negro brasileiro será analisada a partir do nome que mais aparece nesses

---

[172] BRASIL. *Constituição política do Império do Brazil.* Rio de Janeiro, 1824.
[173] FRONTISPÍCIO. *O Homem de Cor*, Rio de Janeiro-RJ, ano I, n. 01, p. 01, 14 set. 1833.
[174] EDITORIAL. *O Cabrito*, Rio de Janeiro, Ano I, n. 01, p. 03, 07 nov. 1833. Grifo no original.
[175] O HOMEM: realidade Constitucional ou Dissolução Social, Recife-PE, Ano I, n. 10, p. 04, 16 mar. 1876. Grifo meu.
[176] OLIVEIRA, Maria da Glória de. Traçando vidas de brasileiros distintos com escrupulosa exatidão: biografia, erudição e escrita da história na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1850). *Revista História (São Paulo)*, n 26, vol. 01, 2007.

panteões de papel produzidos por esse conjunto da imprensa: Henrique Dias, mestre-de-campo compreendido como o maior exemplo da contribuição negra para o passado nacional. A utilização de documentos oficiais para indicar a veracidade das afirmações da reportagem torna-se emblemática tanto da preocupação com a verificabilidade das informações quanto da intenção de evidenciar a possível ausência dessa personagem na História produzida em outros locais de enunciação.

O terceiro capítulo investiga os jornais *A Pátria* e *O Progresso*, que surgem na cena paulista um ano após a Abolição e dez anos após a instalação da República, respectivamente. Um cenário não apenas de desesperança diante de uma emancipação do elemento servil sem grandes mudanças - uma Abolição incompleta -, mas também de uma República que não aboliu o preconceito de cor que muitos consideravam estar ligado somente ao sistema escravista. A história da escravidão e do movimento abolicionista divide espaço com biografias e a manutenção da "maioria". Se em *A Pátria,* lançado às portas da instalação da República, a mudança parecia produzir esperança, no caso de *O Progresso*, o novo regime era visto, muitas vezes, como pior que o passado imperial e colonial para os negros nacionais. Surge também, nos dois periódicos, sobretudo nas narrativas sobre a escravidão, a *corporeidade*. Em ambos os jornais, nota-se o surgimento de descrições do corpo, dos castigos, do suor, das dores e da *ancestralidade*, ou seja, remete-se muitas vezes aos "pais", "avós" e ascendentes negros, que viveram sob a escravidão, a fim de mobilizar emoções e lidar com um passado ainda muito recente, mas que parecia, desde 1889, não tratado suficientemente.

Diante da relevância desse passado, analiso *O Exemplo*, periódico gaúcho muito longevo, que compunha, entre suas linhas, os desafios e preocupações com o racismo. Em meio a seus debates, reaparecem as referências aos imigrantes, reforçam-se as biografias e confere-se especial atenção à escravidão. Porém, há ainda longas conjecturas sobre o racismo brasileiro e norte-americano, em meio a diversas denúncias de racismo lá e cá. Nota-se a compreensão da existência de um racismo *yankee* e *outro* no Brasil, sendo o primeiro um preconceito de raça, enquanto, no caso nacional, o preconceito seria de cor. O "medo negro" de movimentos como a Ku Klux Klan e os linchamentos nos Estados Unidos, durante os debates parlamentares sobre a proibição ou o incentivo à imigração de negros norte-americanos para o Brasil na década de 1920, geravam questões que se desdobravam na composição do preconceito de cor no país. As diferenças e estruturas compostas pelos autores negros desta folha também adentram o debate sobre o pan-africanismo, o qual será abordado com mais detalhes na segunda parte do trabalho.

O quinto capítulo, focado nas narrativas sobre o período da escravidão, um passado muito acionado pela imprensa negra deste recorte, demonstra como se delinearam as estratégias

narrativas e de memorialização dos mais de três séculos em que perdurou, em terras brasileiras, o sistema escravista. Entre a luta por memória, justiça e gratidão, o esquecimento também é operado para permitir convívio e manutenção, buscando afastar o "lodo" do cativeiro e a memória dos sofrimentos. O jogo entre a História, a memória e aquilo que deveria ser esquecido torna-se central para descrever como esse passado, entre datas comemorativas, monumentos e escrita, seria parte da prova da necessária inclusão do negro na nacionalidade, ao mesmo tempo que procura destruir o binômio negro-escravo que perdurou após a Abolição.

Dando início à segunda parte, o sexto capítulo analisa os primeiros jornais da imprensa negra brasileira no século XX. Partindo de *O Baluarte* (1903), *O Propugnador* (1907), *O Menelik* (1915), *O Alfinete* (1918), *O Bandeirante* (1918), *A Liberdade* (1919), *O Kosmos* (1922) e *A Alvorada* (1925), com alguma dedicação ao *Getulino* (1923), o enfoque se volta para as normas, políticas e polícias morais, assim como, para as desesperanças consolidadas com a República. O processo iniciado com a Abolição também era visto com mais pessimismo e a integração do negro na sociedade brasileira direcionou-se, de maneira muito enfática, aos policiamentos moral, ético, de costumes e comportamento. O intuito era combater o alcoolismo, a "vadiagem" e outras condutas que os letrados em torno dessas prensas consideravam maléficos aos negros e à imagem dos negros aos olhos brancos. Os escritores negros do início do novecentos também buscavam desmontar as teorias raciais que emergiram no cenário nacional a partir da década de 1870, debates que se intensificaram ao longo das décadas de 1920 e 1930.

A questão do pan-africanismo e seus desdobramentos entre diversos líderes que desembarcaram no país também será desdobrada no sexto capítulo. Houve publicações em vários jornais da imprensa negra brasileira – como o próprio *O Exemplo*, *O Alfinete, O Kosmos, O Bandeirante, O Clarim d'Alvorada* e o *Getulino* – de nomes relevantes do movimento negro estadunidense, como Robert Abott, Marcus Garvey, Booker T. Washington, etc. No entanto, se a adesão ao movimento por uma África livre do jugo estrangeiro angariava apoiadores, o pan-africanismo também se opunha, para muitos desses letrados, ao nacionalismo brasileiro. Seriam nacionais, antes de serem descendentes de africanos. A África, para os africanos. O Brasil, para os brasileiros.

No mesmo movimento, aumentaram as citações de autores de História, Antropologia, Etnografia e Filosofia, destacando-se notas com obras e páginas, o que indica um reforço na verificabilidade e na pactuação de verdade com o leitor, de acordo com as normas historiográficas do início do século XX. Essas citações também demonstram que, para parte

destes letrados, nestas primeiras décadas do novecentos, já havia obras que poderiam ser acionadas sobre a história do negro no país.

Após percorrer estes jornais, retomaremos as narrativas sobre a escravidão, porém, desta vez, com dois folhetins publicados, respectivamente, em *O Kosmos* e no *Getulino*. Com uma economia discursiva diferente, mesclam-se relatos fictícios com obras e documentos. No caso de *A Boa Severina*, publicada ao longo de diversos números do *Getulino*, há ainda um tom testemunhal em que o autor, José de Nazareth – Werneck Lacerda –, escritor branco, indica ter visto parte dos acontecimentos que relata com outras personagens e nomes. A impossibilidade de se narrar um acontecimento traumático de mais de três séculos, em consonância com as possibilidades do discurso ficcional e, no mesmo movimento, a comprovação por meio de documentos e obras renomadas para determinar a "verdade" do ocorrido, demonstram a intercambiável e complexa relação entre a literatura e a história, bem como, a memória, o testemunho e o passado violento brasileiro.

No último capítulo, observando-se diferentes associações, como o Centro Cívico Palmares, a Federação dos Homens de Cor de São Paulo e a Frente Negra Brasileira, serão analisados os jornais da imprensa negra: *Getulino*, *O Clarim d'Alvorada* e *A Voz da Raça*. Com o jornal campineiro, serão descritos os argumentos, autores e obras mobilizados para afastar a pretensa inferioridade dos negros nacionais diante de alguns saberes. Teorias como o darwinismo social, evolucionismo, positivismo e o determinismo climático eram combatidas com outros autores e teorias. O "mestiço" e a mestiçagem constituíam o ponto de ancoragem dos letrados negros para indicar um futuro negro e brasileiro em que sua população seria mais ou menos embranquecida. Em *O Clarim d'Alvorada,* outra pretensa justificativa para a exclusão dos negros e para a manutenção do sistema escravista é desmontada: a maldição de Cam, que teria condenado seus descendentes – incluindo aqueles deram origem à Etiópia – a serem escravos dos descendentes dos seus irmãos, Sem e Jafé, os quais, por sua vez, teriam migrado para partes da Europa e do Oriente Médio. Já a Frente Negra Brasileira e *A Voz da Raça*, com um discurso mais coeso e engendrado entre duas entidades, a organização e o jornal, buscavam construir a ideia de uma "Raça Brasileira", com suas particularidades e especificidades. O conservadorismo, o patrianovismo e os movimentos fascista e nazista na Europa desembocaram em um complexo feixe de relações que permitiu ao jornal da imprensa negra estampar em seu cabeçalho os dizeres: "Deus, Pátria, Família e Raça".

Entre os passados que emergem na imprensa negra nacional, entre 1833 e 1937, vemos a História, a memória e o esquecimento relacionando-se na produção de outros negros. Sobretudo, do negro brasileiro, um "nacional" que contribuiu para a composição do país, sua

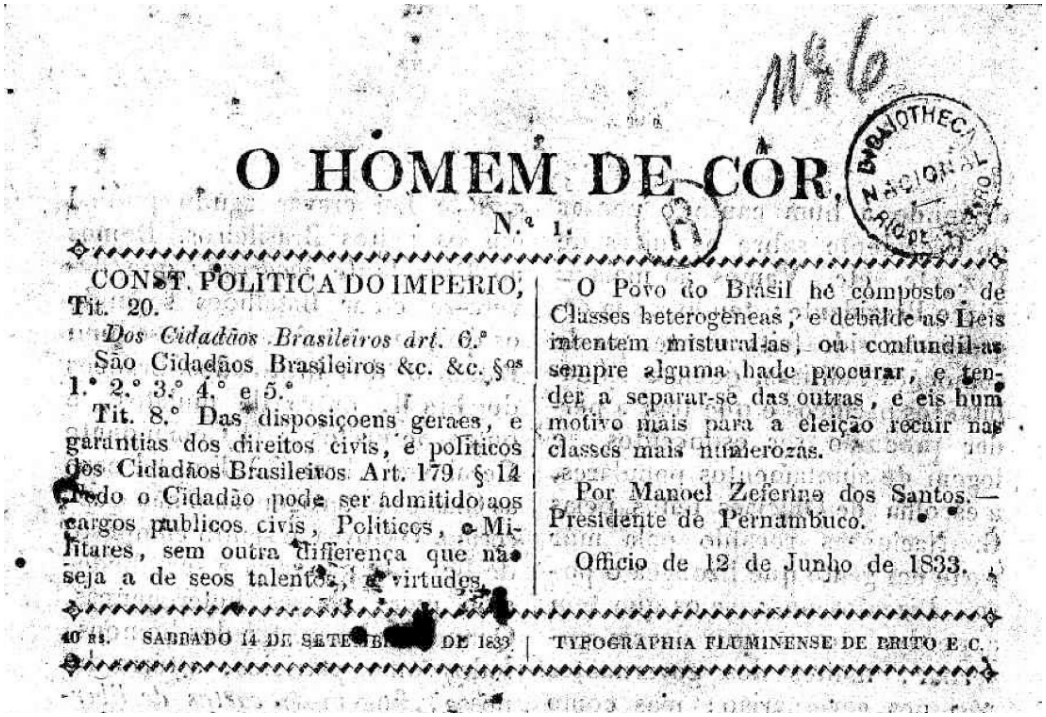
formação, progresso, civilização, cultura e povo. Para ser “brasileiro” *e* negro, um mosaico de narrativas do passado combateria uma história que esses letrados consideravam ter os deixado no silêncio ou na ausência. Reivindicar o passado também serviria, de forma pragmática, para debater teorias científicas ou religiosas que imputavam inferioridade ao negro. As relações entre os próprios periódicos e associações negras, bem como com líderes negros norte-americanos, fizeram com que essa rede se tornasse cada vez mais complexa e se relacionasse com diferentes problemáticas de cada período. As disputas pelo passado, pela história e pela memória participam da constituição do sujeito negro, da crença na história e da necessidade de possuir um passado, de estar inscrito na Nação e no passado nacional e de disputar o poder de narrar a história negra e, por isso, necessariamente, a própria História do Brasil.

PARTE I

O PASSADO NA IMPRENSA NEGRA DO SÉCULO XIX

CAPÍTULO 1
OS HOMENS DE COR E A GUERRA DAS PALAVRAS (1833)

Figura 1 – Frontispício O Homem de Côr



O HOMEM DE CÔR.

N.º 1.

CONST. POLITICA DO IMPERIO, Tit. 20.

Dos Cidadãos Brasileiros art. 6.º

São Cidadãos Brasileiros &c. &c. §os 1.º 2.º 3.º 4.º e 5.º

Tit. 8.º Das disposiçoens geraes, e garantias dos direitos civis, e politicos dos Cidadãos Brasileiros. Art. 179 § 14 Todo o Cidadão pode ser admitido aos cargos publicos civis, Politicos, e Militares, sem outra differença que não seja a de seos talentos, e virtudes.

O Povo do Brasil hé composto de Classes heterogeneas, e debalde as Leis intentem misturá-las, ou confundil-as sempre alguma hade procurar, e tender a separar-se das outras, e eis hum motivo mais para a eleição recair nas classes mais numerozas.

Por Manoel Zeferino dos Santos.— Presidente de Pernambuco.

Officio de 12 de Junho de 1833.

40 rs. SABBADO 14 DE SETE[illegible] DE 1833. | TYPOGRAPHIA FLUMINENSE DE BRITO E C.

FONTE: FRONTISPÍCIO. *O Homem de Cor*, Rio de Janeiro-RJ, ano I, n. 01, p. 01, 14 set. 1833

Desde o ruído intenso do choque entre as chapas de madeira e o papel entre elas, o jornal *O Homem de Côr* surge no Rio de Janeiro, em 1833. Em seu cabeçalho, lemos um artigo, promessa da Constituição de 1824, que afirma: "todo cidadão pode ser admitido em cargos civis e militares", não devendo ser considerada nenhuma *distinção* a não ser seus "talentos e virtudes"[177]. Da Constituição aprovada na Capital, passamos, em apenas alguns centímetros, a um trecho de um ofício do Presidente da Província de Pernambuco, Manuel Zeferino dos Santos, publicado naquele mesmo ano. Nele, afirma-se que o "povo do Brasil", por ser composto por "classes heterogêneas" que "tendem" a se separar, mesmo que "leis intentem misturá-las" ou "confundi-las", deve por isso ter em cargos de comando, nas tropas daquela província, aqueles que compõem as "classes mais numerosas"[178].

---

[177] Cabe ressaltar que a ortografia dos textos do recorte temporal da pesquisa citados será corrigida, observando-se as normas atuais da língua portuguesa para facilitar o entendimento, excetuando-se os casos em que as palavras ou conceitos sejam importantes para a compreensão ou não existam, sendo então demarcados com o tradicional "[*sic*]". FRONTISPÍCIO. *O Homem de Cor*, Rio de Janeiro-RJ, ano I, n. 01, p. 01, 14 set. 1833. Grifo meu.

[178] FRONTISPÍCIO. *O Homem de Cor*, Rio de Janeiro-RJ, ano I, n. 01, p. 01, 14 set. 1833.

A proposta do Ofício era organizar as "Classes" dos "cidadãos" por meio de cores, ainda que tal divisão não estivesse prevista na Constituição. A legislação era singular, enquanto a perspectiva era dual. O objetivo de Santos era impedir que negros ocupassem postos de destaque na Guarda Nacional, sugerindo uma segregação baseada na cor da pele, impondo que a "classe mais numerosa" escolhesse os dirigentes. Mas, qual seria a "classe mais numerosa"[179]?

O editorial do primeiro número de *O Homem de Côr* é o primeiro passo para respondermos a essa questão. Caso a determinação do presidente de província fosse implementada, além de ferir de "morte a Constituição", conforme o jornal, ela resultaria na formação de batalhões compostos por três categorias: "mulatos", "pretos" e "brancos". Aplicando-se o anseio do chamado "ditador", veríamos, segundo o periódico, "romper-se o nó que liga a Família Brasileira", pois a Constituição "não distingue o roxo do amarelo" ou "o vermelho do preto". Criar "batalhões segundo os quilates da cor", adotando a divisão entre "brancos do Brasil", "mulatos" e "pretos", levanta outra questão importante: "O Comandante Geral seria branco"? Parte das "classes heterogêneas" não aceitaria tal fato. Nessa "luta vergonhosa", caso se levasse em consideração a "maioria", a "balança" penderia "em favor das raças desprezadas, bem que não desprezíveis". A balança penderia para a "maioria atrevida, de chinelo e cacete"[180].

Para compreender a mencionada "maioria atrevida", é necessário recorrer ao jornal *Aurora Fluminense,* redigido por Evaristo Ferreira da Veiga e Barros (1799-1837), editor e político do Rio de Janeiro; e à outra edição de *O Homem de Côr*, em seu quarto número, ocasião em que o periódico já adotava o nome *O Mulato ou O Homem de Côr*. Evaristo da Veiga foi um liberal moderado atuante que sustentou a conjuntura durante o período das Regências, compreendido entre 1831 e 1840. Ao criticar parte daqueles que se envolveram nas revoltas que culminaram na abdicação de Pedro I, então imperador do Brasil, em 1831, Veiga teria os caracterizado como "patriotas de chinelo; homens de faca na manga; gente de cacete e punhal; rusguentos". Para o jornal *Sentinela da Liberdade*, essas afirmações referiam-se, em especial, a indivíduos "pretos" e "mulatos"[181].

[179] PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa Negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010, p. 24.
[180] FRONTISPÍCIO. *O Homem de Cor*, Rio de Janeiro-RJ, ano I, n. 01, p. 01, 14 set. 1833.
[181] SENTINELA da Liberdade. Rio de Janeiro-RJ, Ano I, n. 01, 20 nov. 1832.

Em meio às acaloradas polêmicas após as prisões de Maurício José de Lafuente[182], militar e tipógrafo pardo que disputou politicamente suas posições contra Evaristo da Veiga[183], a redação de *O Mulato ou O Homem de Côr* escreve que, quando se deram as disputas no bojo da Abdicação, homens como o "Sr. Lafuente" eram chamados de "verdadeiros brasileiros". Porém, após a saída de Pedro I, por ter a "pecha de ser mulato", o próprio Maurício Lafuente e outros da "raça misturada" seriam "atropelados" pela conjuntura. A situação quer, para o jornal, "exterminar a gente de cor, a quem a *Aurora* chamou – maioria atrevida"[184]. Sendo assim, a "maioria atrevida" referia-se a pretos e pardos.

A questão colocada por *O Homem de Côr* é: caso houvesse uma divisão por "quilates de cor" no interior da Guarda Nacional, como desejava Zeferino dos Santos, haveria um líder de cada uma das "classes"? Nesse caso, de qual delas sairia o "Comandante Geral"? De qual dessas "classes" seria, de acordo com a "maioria", ou seja, a demografia nacional, esse comandante? A disputa pela "maioria atrevida", desde as primeiras décadas após a independência política do Brasil, encontra-se no bojo da fundação do primeiro jornal conhecido da imprensa negra brasileira.

Os primeiros jornais da imprensa negra brasileira foram *O Homem de Cor* — que passou a se chamar *O Mulato ou O Homem de Cor* a partir de sua terceira edição —, *O Cabrito*, *O Lafuente*, *O Cabritinho*, *O Meia Cara* e *O Brasileiro Pardo*. Todos foram publicados em 1833, com no máximo quatro edições cada um, contendo quatro páginas cada. No estudo de Célia Marinha de Azevedo sobre esses pasquins, ela os categoriza como "imprensa cidadã" devido à presença de uma "negação da raça" em seus discursos[185]. De acordo com Azevedo, a principal preocupação dos letrados desses periódicos estava na implementação da Constituição e da cidadania para os negros livres. A década de 1830 marcou um momento de reconfiguração da cidadania e do conceito de raça no Brasil, logo após a emancipação política do país em relação a Portugal. Isso ocorreu em uma nação que "comportava não apenas uma das maiores populações escravas das Américas", mas também a "maior população de descendentes livres de africanos no continente" americano[186].

---

[182] Para mais informações sobre as polêmicas envolvendo a prisão de Lafuente, ver: LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas*: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 51-60.
[183] SILVA, Tamires Oliveira Souza da. *Luta por direitos, cor e imprensa:* a trajetória de Maurício José de Lafuente (Rio de Janeiro– 1831-1837). Dissertação (Mestrado) Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História e Relações Internacionais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2024.
[184] PRISÃO arbitrária do Sr. Lafuente. *O Mulato ou O Homem de Côr*, Rio de Janeiro-RJ, Ano I, n. 04, p. 01-04, 23 out. 1833.
[185] AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. A recusa da "Raça": antirracismo e cidadania no Brasil dos anos 1830. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 24, jul. Dez. 2005.
[186] MATTOS, Hebe. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, p. 13.

Concordando com a análise de Ana Flávia Magalhães Pinto, consideramos que a utilização do próprio termo "homem de cor", ao invés de afastar-se da noção de raça, aproxima os negros entre si. Pois todos eles – pretos, negros, pardos, *cabritos*, *meia-caras* e crioulos livres –, de acordo com o editor deste primeiro jornal, "sentem na pele" o racismo. A escolha de enunciados como "brasileiro pardo", "homem de cor", "mulato", "cabrito" ou outras denominações – muitas delas pejorativas no período[187]– indica como a classificação por qualquer um desses marcadores constituía um dos principais problemas enfrentados, porém, também assinala parte da solução: a mobilização em torno deles[188]. Esses termos funcionavam como operadores de exclusão, instrumentos pelos quais negros e negras eram afastados de seus direitos e da cidadania.

O título dos primeiros jornais desse conjunto reafirma que a "noção de brasileiro era noção a ser construída, que precisava ser defendida". Assim, o que Ivana S. Lima denomina "identidade", ou as "formas de ser brasileiro", articula-se com o fato de que "pardo" era quase sinônimo de "liberto"[189]. Esse é também um ponto central no trabalho de Ana Flávia Magalhães Pinto. No início do século XIX, além da noção de "nacional" ainda não estar plenamente delimitada, entre outros fatores, por haver convivência com "adotivos" e outros estrangeiros em várias regiões do território, afirmar-se "brasileiro" se tornaria peça fundamental na disputa pelo reconhecimento da cidadania[190].

Somava-se a isso o desejo pelo afastamento desses letrados da imprensa negra em relação ao escravismo. Por serem livres, esse grupo estava implicado no debate sobre um projeto apresentado à Câmara em 1833 que propunha excluir "libertos" da cidadania. Esses jornais enfatizam, de modo recorrente em seus editoriais e artigos, o "*nós*", "brasileiros", enquanto também é possível identificar marcas evidentes de que falavam de outros "nós". "Nós, os pardos"[191]; "Nós, negros"; ou, como aparece em um dos periódicos: nós, os "mulatos". Quem narra um dos ocorridos é "um *cabrito vosso patrício*"[192]. Em outra ocasião, afirma-se: "somos brasileiros, não seremos vossos escravos", pois "não aceitaremos os vossos despotismos

---

[187] FONSECA, Marcus Vinícius. Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX. *In:* ROMÃO, Jeruse (Org.). *História da Educação do Negro e outras histórias*. Brasília: SECAD/MEC, 2005, p. 103. Todos estes conceitos serão tratados mais adiante, de maneira mais detalhada, porém, faz-se importante ressaltar que, no caso do termo "cabra", João José Reis indica que, normalmente, ele era associado a pessoas "de pele mais escura que um mulato e mais clara que um negro [preto]": REIS, *op. cit.*, 1989, p. 85.

[188] PINTO, *op. cit.*, 2010

[189] LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas:* sentidos da mestiçagem no Império do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 12-13.

[190] GRINBERG, Keila. *O Fiador dos Brasileiros:* cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

[191] BRASILEIRO Pardo, Rio de Janeiro-RJ, ano 01, n. 1., p. 01, 21 out. 1833.

[192] EDITORIAL, *O Cabrito*, Rio de Janeiro-RJ, Ano 01, n. 1, p. 02, 07 nov. 1833.

praticados em *homens só da nossa cor*"[193]. O "divisionismo cotidiano" que interpelava constantemente a população negra não era apenas absorvido pela imprensa: era nela refletido e reelaborado. Por conta dessas hierarquizações, observam-se "práticas específicas" nesses jornais, assim como nas publicações posteriores da imprensa negra[194].

Os jornais negros de 1833 conviviam com a escravidão e, apesar disso, não teciam críticas contundentes ao sistema escravocrata, nem reivindicavam qualquer tipo de liberdade para os escravizados. A observação dessa imprensa não pode prescindir de pensá-la inserida em uma historicidade na qual o escravismo não podia ser criticado abertamente pelos letrados, visto que uma crítica desse tipo poderia cerrar as portas dos jornais. O cotidiano permitia certa ascensão social a negros livres, como é o caso dos editores dessas folhas. As ocupações urbanas e essa dinâmica faziam com que muitos dos livres e libertos quisessem se afastar de um possível "passado escravo"[195].

Figura 2 – Francisco de Paula Brito



FONTE: Retrato de Francisco de Paula Brito – Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, Brasil, 1835-1860, Gravura

[193] PRISÃO arbitrária do Sr. Lafuente. *O Mulato ou O Homem de Côr*, Rio de Janeiro-RJ, Ano I, n. 04, p. 01-04, 23 out. 1833.
[194] PINTO*, op. cit.*, p. 82-83.
[195] GRINBERG, *op. cit.*, p. 47.

Os nomes conhecidos que se reuniam em torno das prensas no início do século XIX eram de homens negros livres, com certas posses e relações importantes. Um caso exemplar e melhor investigado é o do primeiro editor desse conjunto: Francisco de Paula Brito. Proprietário da Tipografia Fluminense de Brito & Companhia[196], neto de libertos, Brito desempenhou um papel fundamental na publicação dos primeiros números conhecidos da imprensa negra. O editor se descrevia como um "brasileiro, ainda que de cor". Para ele, a "principal causa" da "guerra" que travavam contra ele, inclusive na imprensa, era a "sua cor". Essa condição carregava marcas que sua tipografia e relativa estabilidade financeira — se comparadas aos outros "homens de cor" — não apagariam[197].

Entre restauradores, moderados, exaltados e liberais, Paula Brito era, antes de tudo, um "homem de cor". Parte de uma geração de homens negros que fundaram diversos empreendimentos literários, musicais, alimentícios e jornalísticos, Brito tinha acesso à parte da elite branca e do poder. Porém, seu próprio nome não era realmente "seu". O sobrenome de seu avô paterno advinha do seu antigo "senhor". A partir de seu início como livreiro, aprendiz de tipógrafo e poeta, Paula Brito conseguiu adquirir uma papelaria de seu primo e depois fundar sua própria tipografia, em 1831[198].

Nos anos seguintes, houve um significativo crescimento das publicações da Tipografia Fluminense de Brito & Companhia, por onde circulavam jornais, revistas e folhetins de diversas matizes políticas. Para manter o negócio, os sócios – como indica o "& Companhia" na razão social – e o próprio Brito imprimiam periódicos que não pertenciam à sua corrente política, que não atendiam às suas demandas e que não abordavam, necessariamente, sua "guerra" ou sua "cor". Essa pluralidade evidencia que, para manter o ranger do prelo, tanto a tipografia quanto Brito precisavam abrir as portas do negócio para *outros*, inclusive para aqueles que o faziam ranger os dentes[199].

O fato de o Período Regencial ter presenciado uma explosão no número de jornais no Brasil também é relevante para a fundação desses periódicos. Naquele momento, havia ataques frequentes à imprensa, como ocorreu com a própria tipografia de Brito em 1831. Fatores internos e externos, como o desenvolvimento de tecnologias de impressão acessíveis e certa ascensão social destes homens negros livres, fizeram com que, no conjunto da imprensa brasileira, a imprensa negra emergisse. A inconstância do cenário político e financeiro

---

[196] GODOI, Rodrigo Camargo de. *Um Editor no Império*: Francisco de Paula Brito (1809-1861). São Paulo: Edusp, Fapesp, 2016.
[197] *Ibidem*, p. 78.
[198] *Ibidem*, p. 45.
[199] *Ibidem*, p. 91.

constituiu parte integrante da editoração de jornais deste período e, no interior dessa instabilidade social, política e de imprensa, a "cor da pele" desses editores não seria um fator a ser desconsiderado[200].

Tendo em vista esse cenário, é sintomático que o primeiro passado evocado na imprensa negra fosse próximo, na verdade contemporâneo e até presente. O passado que emerge nestes jornais cariocas de 1833 é o mesmo: as revoltas e disputas que resultaram na abdicação de Pedro I. Em meio a letrados que defendiam o retorno do monarca ao poder, enquanto outros eram abertamente favoráveis à manutenção das regências e à ascensão de Pedro II – quando alcançasse a maioridade –, os homens em torno deste conjunto de jornais debatiam o brasileiro, o Brasil e o futuro dos negros livres nacionais.

Durante o Período Regencial, moderados, exaltados, conservadores e liberais digladiavam-se no espaço público. O principal ponto de cada fundação, edição e artigo era a inclusão de negros livres e libertos. Esse argumento era fundamentado, primordialmente, na Carta Constitucional de 1824, a qual declarava iguais todos os "brasileiros"; todos eram "cidadãos" do Império, desde que livres, não fazendo qualquer menção à cor, etnia ou raça[201]. Apenas o "mérito", as "virtudes" e os atos de um homem poderiam servir para julgá-lo apto para cargos públicos, como os da Guarda Nacional, um dos pontos mais lembrados nas discussões da maior parte dos jornais de 1833.

De acordo com a legislação da época, todos os libertos eram, desde que nascidos no Brasil, considerados cidadãos. Os africanos eram excluídos, independentemente de sua ligação com o cativeiro. No que concerne à participação eleitoral, os libertos estavam limitados por renda[202]. Os "ingênuos", grupo que reunia os filhos de libertos – africanos ou brasileiros – nascidos no Brasil, eram cidadãos e poderiam votar e ser votados nos colégios eleitorais[203].

O Mulato ou O Homem de Cor, *O Brasileiro Pardo*, *O Cabrito*, *O Meia Cara* e *O Lafuente* são periódicos que têm objetivos claros: combater a discriminação pela cor – que ainda não era conceitualizada como racismo –, garantir os direitos adquiridos com a Constituição de 1824 – inclusive a inclusão em cargos públicos sem distinção de cor – e, em menor medida do que se verá ao longo deste trabalho, argumentar, *por meio do passado*, que a participação de

---

[200] PINTO, *op. cit.*, p. 67.
[201] BOXER, Charles. Relações raciais no império colonial português. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.
[202] MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. *Novos estudos CEBRAP*, n. 74, p. 107-123, 2006. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-33002006000100007. Acesso em: 24 out. 2022. p. 122-123.
[203] GOMES, Maria Isabela da Silva. *O problema da Cidadania nos prelos:* escravidão e liberdade no Brasil da primeira metade do século XIX. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, 2024.

negros ao longo da história do Brasil foi decisiva, principalmente no período da abdicação de Pedro I. Emerge a "*maioria atrevida*", defendida como ponto de ruptura na resolução da crise, ainda que abandonada pelos líderes brancos daquela movimentação. Em todos esses periódicos, encontram-se diferentes relações de disputa pelo poder com "brancos" que, por serem denominados assim, são compreendidos no interior das relações racializadas. Vale destacar que, enquanto os brasileiros eram chamados de "brancos", os portugueses, outros "inimigos", eram denominados de "chumbos", "bacalhaus" ou "adotivos", sobretudo no tocante àqueles que permaneceram no país após a abdicação[204].

As revoltas pela e contra a abdicação de Pedro I, em 1831, e os conflitos que se seguiram, como a *Noite das Garrafadas*, foram retomados pela imprensa negra. Em um trecho d*'O Cabrito*, esse passado e as disputas em torno dele são corroborados. A mensagem, dirigida aos "brasileiros mulatos", é enviada por um "cabrito", termo pejorativo comumente dirigido às pessoas negras no século XIX e que foi, assim como "Mulato" e "Meia Cara", ressignificado nessas folhas[205]. Era um "cabrito que hoje ainda tem manchas no corpo recebidas na[s] Rua[s] da Quitanda, Pescadores, Rozarida, etc." e que "ainda conserva na memória as expressões de que se serviram os insolentes *garrafistas*". A referência aos "garrafistas" remete aos "chumbos" que proferiram diversos insultos contra a população negra no ato e lançaram cacos de vidro misturados à aguarrás sobre os protestantes. Além da violência física e crueldade, insultos como "Cabelos insubordinados", "chibatas", "escória" e "feios" constituíram alguns dos ultrajes que, como salienta o editor, em caixa alta, foram direcionados aos "BRASILEIROS NATOS" pelos "adotivos"[206].

A "Noite das Garrafadas" foi um conflito entre portugueses e brasileiros que ocorreu no Rio de Janeiro entre 11 e 15 de março de 1831. Após ser rechaçado em sua visita a Ouro Preto, em Minas Gerais, o então imperador Pedro I retornou à capital esperando grande recepção. No entanto, em meio ao delírio dos portugueses e dos brasileiros entusiastas da família Bragança, um grupo de revoltosos contrários às medidas autoritárias do governante entrou em conflito com os primeiros. Os favoráveis ao monarca fizeram "chover" cacos de garrafas banhados em aguarrás sobre a população que marchava nas ruas do Rio de Janeiro. Foram pelo menos três dias de violência, com "portugueses" enfrentando os "magotes de povo", que incluíam "liberais

---

[204] Essas disputas aparecem: PRISÃO arbitrária do Sr. Lafuente. *O Mulato ou O Homem de Côr*, Rio de Janeiro-RJ, Ano I, n. 04, p. 01-04, 23 out. 1833; BRASILEIRO Pardo, Rio de Janeiro-RJ, ano 01, n. 1., p. 01, 21 out. 1833; O CABRITO, Rio de Janeiro-RJ, ano 01, n. 01, p. 03, 07 nov. 1833. O MEIA Cara, Rio de Janeiro-RJ, ano 01, n. 02, p. 03, 15 dez. 1833.

[205] FONSECA, Marcus Vinícius. Apontamentos para uma problematização das formas de classificação racial dos negros no século XIX. *Revista Educação Pública*, Cuiabá, v. 18, n. 36, p. 201-219, jan./abr. 2009.

[206] EDITORIAL. *O Cabrito*, Rio de Janeiro, Ano I, n. 01, p. 03, 07 nov. 1833. Grifo no original.

exaltados", além de negros, "pretos" e "pardos", divididos em dois grupos que, conforme indicam os textos, mantiveram-se em lados opostos. Houve muitos feridos – feridas que não cicatrizariam – e o fortalecimento de um claro sentimento antilusitano[207].

O Brasileiro Pardo descreve alguns momentos presenciados pelo seu redator. O "Imperador do Brasil" teria ao seu redor, nas "repartições públicas, no ministério e até na Câmara dos Senadores", alguns pardos; em sua própria "Casa Imperial" havia "pardos" que o serviam e que eram "bem tratados", recebendo "patentes", "condecorações", etc. Contudo, quando o mesmo Pedro I "despachava algum homem de cor", atribuía-se o ato a motivos muito mais complexos – e não ditos. O jornal afasta o argumento de pretensa "afeição do Príncipe para com os homens" de sua "classe". Assim, considera-se natural que, embora alguns negros defendessem o monarca – diante de uma inclusão parcial ou simbólica para afastar possíveis críticas, segundo o jornal –, outros lhe fizessem "oposição" diante de seus "despotismos"[208].

Em *O Meia Cara,* lemos que, diante da detenção "injusta" dos "honrados patriotas" que "lutaram" na Noite das Garrafadas, restava dizer: "Maldito seja o homem que se lembra de tornar o lugar de detenção" [...] "um continuado martírio de outro homem, que procura dar-lhe assim uma morte lenta", enquanto os "*outros do dia"* continuam livres, mesmo com atos que "desonram uma nação culta e livre". Apesar das divergências políticas, negros foram presos e abandonados pelo mesmo conflito em que "chumbos" e "brancos" foram considerados de "patriótica" ou "valorosa ação". Continuaram livres os brancos, mesmo com sua derrota – caso de muitos dos portugueses que reivindicavam a manutenção de Pedro I ao poder[209].

O Lafuente não era um jornal diferente dos demais publicados naquele 1833. Um dos objetivos, explicitado em seu número de estreia, era o de "defender o interesse dos homens de cor": "Cidadãos brasileiros de cor, escutai a sua voz, ouvi os seus brados, e morrerão os déspotas que o tiranizam e nos oprimem". A "tirania" de uma "administração sanguinária e traiçoeira" mantinha os "homens de cor" sob suas "espadas", sob a "pólvora" e sob as "bocas de bronze" "prestes a descarregar-se sobre o inocente povo e a vomitar a morte". Seria possível aos "Cidadãos de cor" e "amigos entusiastas da Liberdade" aceitar "que a corja de pelintras e de caturra vos capite, vos assassine, vos deporte e vos envie a ser pasto dos tubarões?". O "pasto" era conhecido. Havia um mar de passados em um mar que guardava muitas mortes de travessia.

---

[207] RIBEIRO, Gladys Sabina. As noites das garrafadas: uma história entre outras de conflitos antilusitanos e raciais na Corte do Rio de Janeiro em 1831. *Luzo-Brazilian Review*, vol. 37, n. 02, p. 59-74, 2000.
[208] EDITORIAL. *O Cabrito*, Rio de Janeiro, Ano I, n. 01, p. 03, 07 nov. 1833.
[209] O MEIA Cara, Rio de Janeiro-RJ, ano 01, n. 02, p. 03, 15 dez. 1833.

Com a abdicação, os novos governos – a crítica é geral em relação às regências – eram, para *O Lafuente*, inimigos dos "Cidadãos de cor". O uso de letras maiúsculas em "Liberdade" e "Cidadão" parece indicar a unicidade e a completude desses conceitos. Os "pelintras" abandonaram os negros à própria sorte tão logo ocorreu a mudança de governo, sendo os negros vencedores ou não[210]. Maurício José de Lafuente[211] – ex-cadete negro da Marinha em Pernambuco, dono de tipografia no Rio de Janeiro, comerciante e associado a diversos editores – foi preso em 1833 por "vadiagem" e sua prisão foi amplamente questionada nos jornais *O Homem de Cor, O Meia Cara* e, no periódico fundado pelo próprio, *O Lafuente.* Além de suas relações, o processo aberto contra ele, em 1832, após sua prisão durante um motim no Largo do Paço pela volta do Gabinete de 3 de agosto, resultou em uma detenção questionável em outubro de 1833 por porte ilegal de arma e, em 1835, em outro processo – este mais significativo –, por "abuso da liberdade de imprensa"[212].

Muitos negros, assim como o autor, compartilhavam do sentimento antilusitano que, em certos momentos, personificava-se na figura de Evaristo da Veiga (1799-1837) – literato, jornalista, político e editor da *Aurora Fluminense* (1827–1839). Veiga era um dos que reuniram negros em prol da retirada de Pedro I do trono. Em tom jocoso, a publicação afirma que muitos "pardos" concordaram com as ideias de Veiga, acreditando em sua "língua de ouro" e entendendo que, contra os portugueses e em favor de reformas mais amplas, poderiam encontrar "algum alento" naquele momento de crise. A posição de Pedro I fragilizava-se enquanto seus ministérios mobilizavam esforços para conter as resistências à centralização do poder. Palavras de ordem como "despotismo" e "golpe" eram comuns – especialmente após o fechamento da Assembleia Constituinte em 1823 – e circulavam rumores sobre uma possível reviravolta por parte do então imperador[213].

Faz-se necessária aqui uma breve consideração sobre o "Imperador" em questão, embora sem aprofundamentos, dado o nosso objetivo e a vastidão de historiografia a seu respeito[214]. Desde a Independência, Pedro I foi responsável por diversos atos impopulares, como a imposição de uma Constituição que conferia ao "Poder Moderador" amplos alcances e

---

[210] EDITORIAL. *O Lafuente*, Rio de Janeiro-RJ, ano 01, n. 01, p. 01-02, 16 nov. 1833.
[211] PRISÃO arbitrária do Sr. Lafuente. *O Mulato ou O Homem de Côr*, Rio de Janeiro-RJ, Ano I, n. 04, p. 01-04, 23 out. 1833.
[212] SILVA, Tamires Oliveira Souza da. O estereótipo do homem de cor como instrumento de controle biopolítico na capital do Império: a trajetória de Maurício José Lafuente (1831-1837). *In: 32º Simpósio Nacional de História – ANPUH Nacional,* Anais do Simpósio Democracia e Direitos Humanos: desafios para uma história profissional, São Luís do Maranhão, 2023, p. 01-16.
[213] BRASILEIRO Pardo, Rio de Janeiro-RJ, ano 01, n. 1., p. 01-02, 21 out. 1833.
[214] GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial*: volume I 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2025.

seu envolvimento em questões políticas portuguesas – incluindo a assunção ao trono de Portugal em detrimento de sua filha, Maria II. Essa postura conferiu-lhe uma imagem de "autoritário" e de antipatriota de "coração português"[215]. Ademais, tal percepção gerou uma aliança entre conservadores e portugueses em seu entorno, especialmente face às crescentes preocupações com os horizontes republicanos[216].

Ao congregar diferentes agentes, incluindo muitos pardos e pretos, Evaristo da Veiga destacava-se como "liberal". O editor do *Aurora Fluminense*, crítico do governo – embora não atacasse diretamente o monarca —, buscava apoio em diversos redutos para declarar "guerra ao governo". Segundo Gladys Ribeiro, suas "belas expressões" atraíram a adesão de muitos "homens de cor", especialmente em oposição aos "adotivos". Essa noção de "nacionalidade" que os "Evaristos", aqui reunidos em torno de uma única figura, reivindicavam como um "grito" por "princípios livres", era construída em contraste com portugueses. No entanto, como o tom sarcástico da publicação sugere, os "Evaristos", após a abdicação de Pedro I, foram abandonados. Dessa forma, a abdicação, que prometia um futuro melhor, acabou por restituir um passado ainda pior[217].

A expressão "maioria atrevida de chinelo e cacete"[218] remete, precisamente, ao que Evaristo da Veiga disse sobre negros que lutaram contra os portugueses naquele fatídico março de 1831[219]. Eram "patriotas de chinelo; homens de faca na manga; gente de cacete e punhal; rusguentos", pessoas "simples" que enfrentavam com tudo o que podiam os "chumbos" portugueses. Entre as garrafas que caíam das sacadas, insultos dirigidos aos negros e sangue derramado, o pensamento do redator de *O Meia Cara* parece restringir-se a um sentimento nostálgico de erro: "que diabo foi o que eu fiz, e os mais *da minha cor, e os brasileiros-brancos*, e toda a gente que caiu no laço?"; "Fizemos a maior das asneiras". Embora se permita "celebrar" "Pedro II", aqui descrito como um "anjo" "inocente" – criança, naquele 1833 –, o "7 de abril" é um "dia de verdadeiro luto" e considerado como a data de "origem de todas as desgraças que laceram o país"[220].

Após a quebra das garrafas, para *O Meia Cara*, muitos clamavam que "era melhor correr o véu sobre o passado" e esquecer os "crimes". Ocupantes de cargos públicos afirmavam ser

---

[215] RIBEIRO, *op. cit.*, p. 59.
[216] *Ibidem*., p. 120.
[217] *Ibidem*., p. 57-62.
[218] Essa expressão foi encontrada no primeiro número de *O Homem de Cor*, em *O Cabrito* e em *O Meia Cara*.
[219] SILVA, Tamires Oliveira Souza da. Cidadãos de segunda categoria": a tensão racial na imprensa fluminense do século XIX. *In: 33º Simpósio Nacional de História – ANPUH Nacional*, Anais do Simpósio: os (des)confortos da História e os futuros do ensino de História. Belo Horizonte, MG, 2025, p. 01-12.
[220] O MEIA CARA, Rio de Janeiro-RJ, Ano I, n. 01, p. 01, 11 nov. 1833. Grifos meus.

necessário "tranquilizar os ânimos" e apaziguar a nação. Contudo, o "véu" do "esquecimento" "só correu sobre a gente comprometida que tinha dinheiro ou parentesco que a salvasse", sobretudo aqueles "brancos". Após os conflitos das "Garrafadas", os "empregados foram postos na rua sem crime", julgados "sem processo", em desacordo com a Constituição e diante dos "olhos do poder". Enquanto isso, o "povo" se esvaía em palavras. Segundo o autor, os cargos públicos com pessoas negras, "com a exceção dos libertos da Guarda Nacional", já se encontravam "reduzidos" a "pertencer senão àqueles que nasceram livres", enquanto os "adotivos", após todo o banho de sangue e cacos, "sob quem haviam nos arremessado nas noites de março", "foram todos armados!". Veiga, assim como os "chumbos", teria "zombado dos cabras"[221] – outro epíteto pejorativo dirigido, mormente, às pessoas negras.

Em suma, os nascidos em Portugal, os "adotivos", foram perdoados e armados; as pessoas negras, segundo dois jornais, *O Brasileiro Pardo* e *O Homem de Cor*, uniram-se a Veiga e foram traídas após a conclusão de seus planos. O autor separa "os da minha cor" dos "brasileiros-brancos". O dia de festa converteu-se em luto, um dia que, para esses escritores, deu origem às "desgraças" que então enfrentavam. Os chamados à "nacionalidade" pelo apelo ao sentimento das multidões para que lutassem com ou contra os "chumbos" chegaram, no máximo, ao ponto anterior. Havia algo pior que o próprio "Imperador", o qual, ainda que não por "nobres sentimentos", admitia "homens de cor" em cargos e em lugares que passaram a lhes ser vetados. Não houve "restauração", uma nova colonização, ou vitória do "absolutismo", mas houve um retorno, para os negros, ao passado colonial.

O que se transmite nessas folhas, para além da traição, do desalento e da resistência, é um estreitamento das expectativas, uma deterioração percebida no horizonte. Ao voltar o olhar para a própria experiência, o que se observa é retrocesso, a sensação de ciclo. Não surpreende, portanto, que nesses periódicos de 1833, o passado narrado se apresente de forma tão vívida, evocando dois anos antes, fazendo do espaço de experiência um momento em que se esperou grandes mudanças para os "homens de cor".

Em novembro de 1833, um escritor anônimo observa que, após o 7 de abril e a absolvição dos "chumbos", o país não poderia alcançar "posteridade". Revela-se desespero, mas também a esperança de que, mesmo diante de derrotas, o Brasil jamais retornaria a uma "escravidão" política em relação a Portugal. Existiam "exemplos de heroicidade" que impunham à "facção cadavérica da Europa" a noção de que "Portugal sucumbiu na luta" e seus "fiéis súditos" – ou melhor, "fiéis escravos", como prefere o autor – deveriam conformar-se.

[221]EDITORIAL, *Brasileiro Pardo*, Rio de Janeiro-RJ, ano I, n. 1, p. 02, 21 out. 1833.

"Liberdade" "sustada"[222], marcada por vetos à cidadania, acima de tudo, por meio da cor. É essa a resistência de que fala *O Homem de Cor*.

A busca, nesses jornais, por elevar os "Cidadãos de cor" e inscrevê-los nos acontecimentos – descrevendo-os em seu lugar na sociedade — seria uma forma de escapar à *captura*? Durante o período em questão, os passados presentes são, tanto a colonização – cujo espaço de experiência remonta, pelo menos, ao século XVI e alcança 1822 – quanto a escravização, que ocorre no mundo dos letrados livres. Esta é a primeira parte daquilo que Achille Mbembe chamou de "vertiginoso conjunto". Nesse momento inicial, o da "espoliação organizada" – que se estende do tráfico transatlântico à produção de um "sujeito-objeto", "moeda" ou "mercadoria" —, há, para o autor camaronês, uma constante: tais indivíduos, embora capturados, nunca deixam de ser "sujeitos ativos". No século XIX, emergem as "escritas de si", autorretratos elaborados pelos próprios negros – "seres capturados por *outros*" – articulando, na linguagem, um "estatuto de sujeitos plenos do mundo vivo". Isso, parece-nos, é o que ocorre nesses jornais de 1833[223]. Trata-se de um primeiro passo decisivo.

É possível argumentar que estes homens buscavam produzir uma imagem do "negro" e do passado recente com o objetivo de inscrevê-lo em um acontecimento comum e, assim, inscrever a agência negra em parte da história da nação. A criação de narrativas nas quais o negro é um ator histórico pode ser compreendida como uma estratégia de integração na sociedade oitocentista, o principal argumento da presente tese. Surge, então, a questão: esses homens, reunidos em torno desses jornais, compartilhavam a mesma *crença* na História de que fala François Hartog, com relação ao século XIX ocidental como um todo[224]? Acreditava-se ser viável delinear a nação a partir de uma escrita sobre o passado e, desse modo, produzir pertencimento à mesma nação? Essas são algumas das questões que permeiam toda esta investigação.

A luta pela nacionalidade, pelo "ser brasileiro" *e* "homem de cor", continuará. Este foi apenas o início, o momento encontrado da primeira enunciação de um feixe de tensões duradouro e constante, que percorrerá os jornais da imprensa negra entre o oitocentos e, pelo menos, as três primeiras décadas do século XX. A fatídica "Noite das Garrafadas" não é necessariamente um ponto de inflexão, mas uma formação discursiva em disputa: um passado

---

[222] Aqui, estamos fazendo alusão à compreensão de *"humanidade sustada"* elaborada por Achille Mbembe. Para o filósofo, toda a humanidade de escravizados e descendentes, em países com a permanência de mecanismos de exclusão advindos da colonização e desse sistema, permanece em um limbo, uma espécie de contra verdade que pode ser retirada, independe de sua condição jurídica. MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. São Paulo: N-1 Edições, 2018, p. 79-81.
[223] *Ibidem*., p. 13.
[224] HARTOG, François. *Crer em História*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

recente que ingressa no jogo das relações de poder como "exemplo", mas também como "luto". É, simultaneamente, resistência e decepção, vitória e derrota. Os "cidadãos brasileiros" não eram "de cor" para muitos dos chamados "brasileiros". O máximo que os negros recebiam era uma "quase-cidadania"[225], a qual se manteria, por meio de diversas reatualizações e outros enunciados, pelo menos até o início da chamada Segunda República. *O Meia Cara* declara em seu editorial: espera-se que, um dia, "todos os pardos" e "pretos" "gozem das garantias que a Constituição em geral concede a todos os que são Brasileiros"[226].

Há enunciados nessas narrativas que são fundamentais para o procedimento analítico aqui proposto: o negro reivindica, pela primeira vez na imprensa negra, seu lugar como *sujeito histórico*, seja na "Noite das Garrafadas", seja no 7 de abril. Essa reivindicação instaura um caráter simultaneamente divisor e unificador: são "homens de cor" *e* "brasileiros", não um ou outro. Ademais, todo esse esforço revela que o passado, em especial o mais recente, servia como "evidência"[227] da participação ativa, constante e decisiva de negros e negras na construção do Brasil e, assim, da nacionalidade.

Essa "primeira geração de homens negros e mestiços letrados" debatia a discriminação racial, então chamada de "preconceito de cor", para encontrar um lugar para si no "mundo da escravidão e das letras", entre o "domínio da escrita e do código penal", definindo, ao mesmo tempo, um espaço para o grupo que representava[228]. O relevante aspecto de "sujeito da história" situava-se na linha tênue entre liberdade e escravidão e na disputa de narrativas no debate público. A almejada "união dos homens de cor" – negros, mestiços, pardos, mulatos – congregava-se em torno dos ideais de cidadania, de produção de passado e nacionalidade.

Nos jornais de 1833, evoca-se o passado próximo para salientar a necessidade de inserção de partícipes negros no interior dessa lógica histórica e também cidadã e, para comprovar que, mesmo ignorados depois, negros e negras livres eram nacionais e protegidos pela Constituição de 1824.

---

[225] Embora trate de outro período, o trabalho de Olívia Maria Gomes Cunha e Flávio Gomes, define o conceito de quase-cidadania da mesma forma que aparece nos jornais: direitos sustados, modos de exclusão fora da legislação e métodos de racialização da cidadania, ou seja, a cor também determinaria parte da possibilidade ou impossibilidade de estar no interior do conceito de "Cidadão": CUNHA, Olívia Maria Gomes; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Quase-cidadão*: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

[226] EDITORIAL, *O Meia Cara,* Rio de Janeiro-RJ, Ano I, n. 02, p. 02, 15 dez. 1833.

[227] HARTOG, François. *Evidências da História:* o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

[228] RIBEIRO, *op. cit.*, p. 59.

CAPÍTULO 2

O HOMEM E O TEMPO DE FALAR: A ABOLIÇÃO NO HORIZONTE E A GALERIA DE HOMENS DE COR

Figura 3 – Primeira página O Homem: Realidade Constitucional ou Dissolução Social



IGUALDADE

Todo o cidadão póde ser admittido aos cargos publicos civis, politicos ou militares sem outra differença que não seja a dos seus talentos e virtudes.

A lei será igual para todas quér proteja quér castigue, e recompensará em proporção dos merecimentos de cada um. — Const. art. 179, § XIII e XIV.

LIBERDADE

Nenhum cidadão póde ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma cousa senão em virtude da lei. Const. art. 179 I

FRATERNIDADE

Ama-te, que tem cão a teu irmão assi como a ti mesmo ou queres ser salvo para onde vai o proprio ao inferno, e não queiras para outrem o que não queres para ti. Liv. 3. Tit. 1 Cap. II. v. 11.

O HOMEM

REALIDADE CONSTITUCIONAL OU DISSOLUÇÃO SOCIAL

ANNO I — N. 9

(O HOMEM É PROPRIEDADE DE UMA ASSOCIAÇÃO)

O Homem tem por fim principal promover a união, a instrucção e a moralisação das homens de côr pernambucanos.

A Vingará a causa dos interesses legitimos delles e defenderá seus direitos politicos propugnando para que a Constituição seja uma realidade para todos os brazileiros sem destincção de classes.

As injustiças que lhes forem feitas serão levadas ao conhecimento do publico para que a indignação geral caia sobre aquelles que as tiverem praticado e o mesmo terá logar relativamente á oppressão e perseguição que soffrerem

Todos os outros cidadãos que contribuirem para que opprimidos ou perseguidos recorrerem ao Homem, encontrarão tambem benigno accolhimento, qualquer que seja a posição social do opressor ou do perseguidor.

Todos os negocios relativos á folha serão tratados na typographia do « Correio do Recife » ao poente da Matriz de Santo Antonio n. 15.

Recife, 9 de Março de 1876

Em o nosso passado numero mostrámos quem fôra o grande Henrique Dias, e como o governo portuguez o honrara não só durante a vida nomeiando-o governador e Mestre de Campo (tenente coronel), senão ainda depois de morto, mandando que seu corpo fosse enterrado á custa da Fazenda Real.

Em outro logar do presente numero encontrarão os leitores outros documentos procedentes do mesmo governo e tendentes ao mesmo fim de honrar o heroe pernambucano.

A côr preta que elle tinha não foi um obstaculo para que lhe fossem conferidas tão distinctas honras, e conforme mostraremos nos seguintes numeros, não foi somente para com este distincto brazileiro que assim procedeu o soberbo governo, pois que varios outros de côr preta ou parda foram por elle nomeiados, em remuneração dos serviços que prestaram, coronéis, tenentes coroneis, majores, capitães, etc., etc.

Agora perguntaremos nós homens justos, terá o governo brazileiro procedido do mesmo modo ?

Mostrem-nos actualmente em toda a provincia de Pernambuco um só coronel, um só tenente coronel, um só major da guarda nacional que seja de côr parda !

Mostrem-nos um só capitão, um só tenente que seja de côr preta !

Tinhamos antigamente batalhões milicianos de homens pardos e pretos, todos commandados e tendo por officiaes cidadãos pertencentes ás mesmas classes. Conheciamos ainda um coronel de nome Joaquim Ramos homem preto morador á praça da Boa-Vista, e um tenente-coronel de nome Joaquim de Siqueira Varejão, homem pardo, morador na rua que fica ao oitão da matriz da mesma freguezia, e filho do coronel Gregorio de Siqueira Varejão tambem da mesma côr. Nossos maiores fallavam-nos de varios outros pertencentes ás mesmas classes, bem assim de um grande numero de officiaes de patente menos elevada. Tudo isto acabou.

Seria porque os homens destas classes tenham degenerado de seus progenitores ? Pois nos seculos das trevas, durante o predominio do absolutismo poderam ellas produzir homens superiores e no seculo das luzes, no reinado da liberdade, teria logar o contrario ?

Não, a causa é outra.

Seja porém ella qual for, perguntaremos o que ganharam pessoalmente, os homens de côr com a proclamação da independencia e do imperio, para a qual tantos sacrificios fizeram ?

De que lhes serve que a constituição diga que todos os cidadãos podem ser admittidos aos cargos publicos civis e militares sem outra distincção mais que a que resulta de seus talentos e virtudes, se elles veem-se excluidos dos altos empregos militares e civis, não havendo nesta provincia, como acima dissemos, *um só* que seja actualmente coronel, tenente coronel ou major da guarda nacional, um só que seja chefe de nenhuma repartição publica ?

Será assim que deve ser entendida a igualdade perante a lei ?

Haverá neste caso sociedade verdadeira, ou haverá apenas uma ficção de sociedade ?

Tambem o leão da fabula foi sociedade para caçar, mas apanhada a preza, em vez de dividil-a igualmente com seus companheiros tomou todas as partes para si, dizendo que uma lhe tocava por direito de socio, outra pelo direito do mais forte, outra pelo direito de rei, e não tendo mais nenhum direito que allegar relativamente á quarta, disse : se alguem nella tocar eu o estrangularei immediatamente.

Será este o ponto a que se quer chegar ?

Oh ! a escravidão ha de acabar um dia, pacifica ou revolucionariamente. Temos mesmo a convicção de que esse attentado contra as leis da humanidade não poderá durar mais muitos annos, e então custe o que custar, o equilibrio se restabelecerá.

Sim, mais cedo que pensam alguns não haverá mais escravos no Brazil.

O primeiro passo para a regeneração futura da classe dos homens de côr brazileiros devemo-lo á intervenção directa da Inglaterra contra a qual tanto clamaram os interessados nesse infame trafico.

Se ella não fôra, talvez ainda hoje estivessemos presenciando a introducção clandestina de africanos escravos no solo da patria.

O segundo devemo-lo á influencia moral da opinião publica na Europa, á dos gloriosos exemplos dados pelas duas maiores nações do velho e novo mundo, a Russia emancipando os seus servos, depois da guerra da Crimea, e os Estados Unidos libertando seus escravos, e talvez ainda indirectamente á da guerra que sustentamos contra o Paraguay.

Graças á acção benefica destas causas poderosas, não nasce mais ninguem escravo no Brazil !

A extincção final virá, não como esperam alguns, por meios regulares, mas por meios extraordinarios. A escravidão é nó que não se desata, é preciso corta-lo. O membro gangrenado é amputado sob pena de ver-se corrompido todo o organismo. Somente, feliz do paiz em que essa operação não é deixada á mão convulsiva de algum ousado especulador que se põe á frente das massas populares irritadas !

A sabedoria aconselha que antes que isto possa vir a ter logar, um pratico de mão segura proceda com criterio á operação necessaria, e esse pratico entre nós não póde ser outro que o Sr. D. Pedro II.

Nem debalde a nação lhe conferio o tão significativo titulo de *defensor perpetuo do Brazil*.

Imite, pois, elle os gloriosos exemplos que lhe deram o czar Alexandre da Russia e o presidente Lincoln dos Estados Unidos, complete a obra que encetara com a lei chamada da emancipação do ventre, e seu nome passará á posteridade como o maior dos Brazileiros.

A sociedade só póde intervir na liberdade do cidadão para evitar damno aos outros, quando esse damno não dispensa a intervenção para ser evitado.

O cidadão só póde acceitar a intervenção da sociedade n'aquelles actos que se entendem com os outros.

Admittidos estes salutares principios, segue-se que o cidadão a respeito de si mesmo, de seu corpo e de sua alma, é soberano, guardadas as devidas e essenciaes limitações.

Dizemos guardadas as devidas e essenciaes limitações, porque a liberdade absoluta é incompativel com os laços que prendem a sociedade, tendentes a curar das necessidades, miserias e padecimentos dos associados.

A liberdade de todos, diz um philosopho moderno, sem o bem-estar, é uma caldeira sem valvulas, guardai vos da explosão.

A liberdade foi sempre para os povos antigos um bem de que tiveram ciume extremo

FONTE: ***O HOMEM: realidade constitucional ou dissolução social*****. Recife-PE, Ano I, n. 01, p. 01, s.d.**

Ampliando o escopo geográfico, saindo do Sudeste brasileiro e alcançando a cidade de Recife, em 1876, analisamos *O Homem: realidade constitucional ou dissolução social* – o primeiro jornal da imprensa negra a reivindicar o fim da escravidão no Brasil. Criado apenas oito anos após a promulgação da Lei do Ventre Livre – data que, como veremos, terá grande importância –, por Felipe Nery Collaço, *O Homem* traz no frontispício as divisas "Liberdade", "Fraternidade" e "Igualdade". Seus principais objetivos eram: "promover a união, a instrução e

a moralização dos homens de cor pernambucanos" e fazer com que a Constituição, dessa vez em 1876, fosse "uma realidade para todos os brasileiros sem distinção de classes"[229].

Cabe aqui um parêntese. Esse *gap* entre os jornais da imprensa negra – apesar de não ser possível investiga-lo aqui, por não constituir o nosso principal objetivo – é muito importante. Os jornais do Rio de Janeiro cerraram suas portas em 1833, e apenas em 1876 encontramos outro desses periódicos, desta vez em Recife. É pouco provável que não tenha existido nenhum periódico da imprensa negra ao longo desse intervalo de 43 anos; é possível que esse distanciamento e esse silêncio decorram de problemas de preservação e arquivamento das fontes. O que não é desprezível ao meu intento. Não há arquivo; o que demonstra que, desde o século XIX, até os nossos dias, não houve interesse em salvaguardar esses periódicos e mantê-los para a posteridade. Esse fato, em si, é revelador do desejo por este silêncio[230].

Retomando *O Homem*, a "Liberdade", em relação à passagem do "século das trevas", caracterizado pelo "predomínio do absolutismo", chega no "século das luzes", "reinado da liberdade". Curiosamente, atribui-se mais prestígio ao negro na época do "absolutismo" do que no contexto de uma "Liberdade" proclamada. Esse paradoxo é incômodo. A "igualdade", também negada mesmo "perante a lei", manifesta-se de forma mais clara na ilusão de ocupar cargos públicos, empregos importantes e alcançar sustento, algo que parecia possível sob o "predomínio do absolutismo". A "Fraternidade", entendida como "irmandade irrestrita", parece ausente. Nesse sentido, as divisas parecem um chamado à luta ou uma amarga ironia do tempo[231].

O termo "classe", assim como em outros periódicos do século XIX, é utilizado como sinônimo de raça. Impresso na Tipografia Correio do Recife, o jornal teve doze números em seu ano de fundação. Seu primeiro número também indica o caminho trilhado por seus letrados: "*Há tempo de calar e há tempo de falar. O tempo de calar passou, começou o tempo de falar*". Essa é uma diferença fundamental entre *O Homem* (1876) e os jornais mencionados anteriormente: agora era possível "falar", inclusive, sobre a imperativa necessidade do fim da escravidão. Um argumento presente em todos os periódicos analisados – e que já emergia em *O Homem de Cor* – encontra-se também no número de estreia do jornal pernambucano: a "classe dos homens de cor" era, "sem dúvida nenhuma", a "*mais numerosa e industriosa do*

[229] PINTO, *op. cit.*, p. 84.
[230] TROUILLOT, Michel-Rolph. Silenciando o passado: poder e a produção da história. Rio de Janeiro: Cobogó, 2024.
[231] O HOMEM*: Realidade Constitucional ou Dissolução Social*, Recife-PE, ano I, n. 09, p. 01, s/d.

Brasil"[232]. Acrescenta-se, assim, à categoria de "maioria", o adjetivo "industriosa", isto é, além de ser demograficamente a maior parcela da população nacional – e, neste caso, ainda mais expressiva em Recife —, era também a que mais trabalhou para o desenvolvimento da nação.

Apesar de estabelecer uma ligação entre os jornais, dada sua filiação à causa negra, seu público e assuntos em comum, não há indícios de tal aspiração nos periódicos cariocas[233]. A discussão angustiante sobre a exclusão da cidadania de negros e negras, iniciada, em 1833, como uma preocupação, ansiedade em relação ao futuro, torna-se uma realidade palpável em 1876. Visto como um "adorno na mesa dos medalhões Brasil afora", a Constituição não se tornou uma "realidade". Homens negros foram afastados de "cargos públicos", do poder político e da frequentemente mencionada Guarda Nacional. Caso fossem "tratados em pé de igualdade com os demais cidadãos" desde a promulgação da Lei, não haveria motivo para queixa. Em 1876, segundo o periódico, não havia, "nesta província", "um só emprego de alta importância e consideração que seja exercido por um homem de cor"[234].

No que se refere ao ambiente de seu surgimento, a província outrora conhecida como o "Leão do Norte" não detinha, no final do século XIX, o mesmo prestígio, sobretudo em razão da crise da economia açucareira. O censo de 1872 indica que pretos e pardos correspondiam a 64% da população de Pernambuco. Considerando que ainda havia escravizados, somando mais 10,5% da demografia local, pode-se afirmar com relativa segurança que mais de 70% da população pernambucana era negra[235].

Contudo, assim como ocorre no Rio de Janeiro quatro décadas antes, ser "maioria" não garante igualdade nem agência política. Um ano antes da criação d'*O Homem*, um decreto publicado no boletim oficial da província – *O Diário de Pernambuco* – repugnava a presença de homens negros em cargos de relevância e em posições que representassem o "papel de pai e outras insolências mais". A simples ideia de um funcionário negro, "pai" ou em papéis de destaque, em um território com 70% de negros, era considerada uma "insolência"[236]. A empreitada abolicionista do jornal, pioneira nesse conjunto, em seu quarto número, estabelece uma ligação intrínseca entre a possibilidade de cidadania plena e a inclusão de negros – livres ou libertos – em cargos públicos. Por um lado, era necessária a presença negra no poder; por

---

[232] EDITORIAL. *O Homem: realidade Constitucional ou Dissolução Social*, Recife-PE, Ano I, n. 01, p. 01, 13 jan. 1876. Grifo meu.
[233] PINTO, *op. cit.*, p. 88.
[234] O HOMEM*: Realidade Constitucional ou Dissolução Social*, Recife-PE, ano I, n. 09, p. 01, s/d.
[235] ALENCASTRO*, op. cit.*, p. 474-479.
[236] PINTO*, op. cit.*, p. 89.

outro, era obrigatória a "extinção total da escravidão no Brasil", no "único país do mundo em que tão reprovada instituição ainda desgraçadamente existe"[237].

No oitavo número do jornal, um letrado pondera que, seis anos após a Lei do Ventre Livre, "quase nada se há feito relativamente a esse assunto de tão vital interesse para o Brasil". Essa "persistência" era compreendida como temporária. O *horizonte de expectativas*, diante de um *espaço de experiência*[238] que incluía leis como a de 1831 – que proibiu o tráfico de escravizados –, a legislação de 1850 – que reforçou a proibição – e a própria Lei do Ventre Livre, apontava para a possibilidade de uma "extinção total" do sistema escravocrata[239]. A esperança da abolição, por vezes, recaía sobre iniciativas da própria família imperial; em outros casos, era considerada uma ruptura impossível sob a Coroa.

A "sereníssima princesa imperial" poderia assumir a responsabilidade, mas, de qualquer forma, a visão era de que a "extinção final virá", "não como esperam alguns, mas por meios extraordinários". A próxima afirmação é categórica: "*A escravidão é um nó que não se desata; é preciso cortá-lo*"[240], um "membro gangrenado é amputado" ou pode "ver-se corrompido todo o organismo". Assim, a "escravidão há de acabar um dia, pacífica ou *revolucionariamente*". O "atentado contra as leis da humanidade", para *O Homem*, "não poderá durar mais muitos anos", portanto, "custe o que custar, o equilíbrio se restabelecerá". A "sabedoria aconselha que, antes que isto possa vir a ter lugar" – uma revolução –, "um prático de mão segura" deve proceder "com critério à operação necessária". O "prático, entre nós, não pode ser outro que o Sr. D. Pedro II"[241].

Em seu décimo primeiro número, *O Homem* apresenta um texto de um autor francês sobre os malefícios da escravidão nos Estados Unidos da América. O objetivo do jornal era enfatizar a urgência da eliminação do sistema no Brasil. O periódico não indica autoria, porém, refere-se a uma sessão do primeiro volume de *Histoire de la guerre civile en Amérique*, escrito por Louis Philippe Albert d'Orléans e publicado em agosto de 1874, na *Revue des Deux Mondes*[242]. Isto é, com um intervalo de menos de dois anos em relação à publicação original, o jornal pernambucano publicou o artigo em português. A utilização de um francês da Corte, nobre, como voz "civilizada", indica a incorporação dos valores e princípios da civilização

[237] O HOMEM: realidade Constitucional ou Dissolução Social, Recife-PE, Ano I, n. 04, p. 02, 10 fev. 1876.
[238] KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado:* Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 268-329.
[239] O HOMEM: realidade Constitucional ou Dissolução Social, Recife-PE, Ano I, n. 08, p. 04, 16 mar. 1876.
[240] O HOMEM: realidade Constitucional ou Dissolução Social, Recife-PE, Ano I, n. 10, p. 04, 16 mar. 1876. Grifo meu.
[241] O HOMEM*:* Realidade Constitucional ou Dissolução Social, Recife-PE, ano I, n. 09, p. 01, s/d.
[242] D'ORLEANS, Louis Philippe Albert. Histoire de la guerre civile en Amérique. *In: Revue Des Deux Mondes*, Wentworth Press, Tomo 4, 1874, p. 30-41.

ocidental e, sobretudo, da cultura e civilização francesa, argumento reforçado em outra Corte, a brasileira.

As críticas à escravidão focam na degradação moral causada pela "instituição servil". De acordo com Conde d'Orleans, franceses e ingleses – citando "Buxton" e "Wilberforce" – aboliram o sistema após "toda a Europa" ser comovida pela leitura de *A Cabana de Pai Thomaz,* o que possibilitou a compreensão do "quadro dos sofrimentos imerecidos" de "semelhantes". A "escravidão do negro" "deprava no branco as ideias e os costumes". Acompanhando a escrita, há parênteses contendo comentários do jornal brasileiro que ora situam o contexto nacional, ora expressam críticas ou concordâncias em relação ao conteúdo[243].

Para além da "igualdade" entre livres, libertos e escravizados, o jornal identificava, no escravismo, um mecanismo de perpetuação dos "*ódios de cor*", sobretudo por meio dos "vexames policiais". Há resquícios da relação entre metrópole e colônia, uma vez que a "opressão que os descendentes de portugueses, outrora escravos dos romanos", "exercem sobre os descendentes de africanos, escravos dos portugueses", resulta do modo de vida que a colonização e, principalmente, a escravidão permitiam. Os negros eram a "maioria esmagadora" daquela sociedade. Os "descendentes de portugueses", argumenta-se, também foram escravizados. A escravidão "atual" era resultado de uma "injustiça indizível", mantendo um ódio que, para o letrado d'*O Homem*, era responsável pela manutenção do "preconceito de cor" entre os brancos nacionais, mesmo entre aqueles que não eram, necessariamente, descendentes de portugueses. Para livres ou libertos, ser negro significava estar vinculado à escravidão[244].

Coerente com seu subtítulo, o periódico não deixa de demonstrar que "ou" haveria "realidade constitucional" – igualdade entre negros e brancos – "ou" haveria "dissolução social". Essa seria a escolha: os "brancos" que oprimiam os negros deveriam "dar graças a Deus" por estes "não conhecerem, mesmo sendo as nossas classes *mais numerosas*, os seus direitos e sua força", pois, "de outro modo, não ousarias fazê-las passar por vexações tão ignominiosas". Assertivas de tom ameaçador dividiam espaço com propostas de negociação: segundo *O Homem*, a ideia era promover "partilha" entre todos os brasileiros. Apesar da "ingratidão" de "outros", era necessário "conviver" e "trabalhar" para que negros e negras ocupassem "o lugar" que lhes competisse "na sociedade brasileira"[245].

---

[243] A ESCRAVIDÃO nos Estados Unidos. *O Homem: realidade constitucional ou dissolução social*, Recife-PE, ano 01, n. 11, p. 01-02, 23 mar. 1876.
[244] O HOMEM: realidade Constitucional ou Dissolução Social, Recife-PE, Ano I, n. 10, p. 04, 16 mar. 1876.
[245] *Ibidem*.

A “maioria dos brasileiros” contribuiu de maneira ímpar para o país que os desprezava. Os negros contribuíram na “defesa das instituições nacionais e manutenção da ordem”, fosse ela interna ou “em chão estrangeiro”. Para *O Homem*, “não há canto no Brasil, onde não tenhamos [os negros] derramado o mais precioso sangue”. Seja em “ofícios” diversos, “artes mecânicas e liberais” ou “serventuários”, em “todos os misteres”, negros e “negras” fizeram parte da formação da “nação”. Na “construção” de “palácios e de todos os edifícios públicos” ou na ereção de “monumentos”, os negros são aqueles que “têm feito no Brasil” tudo o que a “prestância [*sic*]” e o “esforço” permitem. Também chama a atenção a menção às mulheres negras, algo que não aparece nos jornais de 1833 e que raramente aparecerá nas folhas posteriores. As “encantadoras irmãs, pobres de ordinário por inevitável capricho da sorte”, “servem nas casas dos ricos e aquartilhados”; inclusive, são elas que “amamentam os filhos” dos “fartos e contentes”[246].

Na folha recifense, outras imagens do “negro” emergem. Não havia apenas construtores de palácios – escravizados ou livres –, mas também letrados, artistas, trabalhadores dos mais diversos setores, incluindo mulheres. Essas menções tinham um propósito. Em 1876, os termos “negro”, “homem de cor”, “preto” e “escravo” haviam começado apenas recentemente a se distanciar, sem, contudo, se separarem completamente[247].

Considerando a época de seu lançamento, *O Homem* também apresentou argumentos – tanto filosóficos quanto científicos – para contestar a suposta desigualdade entre as “raças” humanas[248]. Os negros deveriam deixar de ser “considerados como inferiores aos que têm a cor mais clara”, “como se a cor, qualquer que ela seja, por si pudesse dar ou tirar merecimento a alguém”[249]. Em outra ocasião, a fundamentação provém, de acordo com a folha, de René Descartes e sua doutrina acerca das duas substâncias fundamentais do ser humano: corpo e alma/matéria e mente. “Iguais no corpo, iguais no espírito, não há entre eles senão diferenças acidentais”; portanto, “não se considerar superior” nenhum dos “elementos” nacionais, já que “todos são gerados do mesmo modo, nus, fracos, faltos de tudo”[250].

Outro autor mencionado é Georges-Louis Leclerc (1707-1788), o Conde de Buffon. A crítica, fundamentada nos argumentos do autor francês, comunica aos leitores que brancos, negros e amarelos são todos “o mesmo homem”, apresentado como única diferença o tom de pele, “tinto com a cor do clima”. Os “estudos anatômicos” realizados por “Pierre Flourens” –

---

[246] O HOMEM: realidade Constitucional ou Dissolução Social, Recife-PE, Ano I, n. 03, p. 02, 27 jan. 1876.
[247] PINTO, *op. cit.*, p. 82.
[248] PINTO, *op. cit.*, p. 100.
[249] O HOMEM: realidade Constitucional ou Dissolução Social, Recife-PE, Ano I, n. 04, p. 02, 10 fev. 1876.
[250] O HOMEM: realidade Constitucional ou Dissolução Social, Recife-PE, Ano I, n. 01, p. 02, s.d.

Jean Pierre Flourens (1794-1867) –, um fisiologista crítico da frenologia, demonstram que os "homens da raça caucásica (branca) e dos homens da raça etíope (preta)" têm "a mesma pele", alterando-se apenas o "*pigmentum*" e suas "granulações amorfas" que se "desenvolvem nas células da epiderme"[251].

Teorias e estudos científicos eram empregados para abordar as diferenças entre grupos humanos, teorias racialistas que encontravam um crescente apoio na década de 1870 no Brasil, especialmente em instituições de ensino de medicina, como a localizada no Recife. Buffon, em particular, destacou-se como um autor frequentemente mencionado por defensores dessas teorias, especialmente no que se referia à "mestiçagem" e sua contribuição para "reconduzir a espécie a traços originais". Os demais aspectos das obras do autor francês não tiveram relevância n'*O Homem.* Os perigosos "traços degenerados" atribuídos aos negros pelo mesmo autor não aparecem[252]. Assim como diversos outros letrados nacionais, alguns aspectos dessas teorias despertavam mais interesse do que outras partes das mesmas obras.

A Constituição estabelecia que "todos os cidadãos" poderiam acessar qualquer cargo em igualdade, então como explicar o fato de tantos negros – "a grande maioria" – terem sido apartados do serviço público? Questiona-se: "Será assim que deve ser entendida a igualdade perante a lei"? Nesse caso, haverá uma "sociedade verdadeira, ou haverá apenas uma ficção de sociedade"[253]? A "classe mais numerosa do país", a "única que trabalha, a única que, a falar propriamente, produz", era excluída desse processo. Como poderiam os "homens de cor", aqueles que desde o nascimento do Brasil "produzem o país", ser impedidos de ser "cidadãos" na realidade[254]?

O marco do periódico pernambucano mais importante ao nosso intento foi a criação de um espaço para biografias: a "*Galeria de Homens de Cor Ilustres*". Com um nome parecido com a seção especial da *Revista do IHGB,* intitulada *Galeria de homens ilustres por armas, letras e virtudes,* publicada desde o seu primeiro número[255], esse espaço exclusivo para biografias de "homens de cor" inaugurava essa prática na imprensa negra. O estudo e a publicação de biografias constituíram – e ainda constituem – um meio de estabelecer um *panteão negro*, demandando reconhecimento de grandes homens e mulheres dessa parcela populacional e visando, entre outros objetivos, estabelecer uma ligação entre estes e a

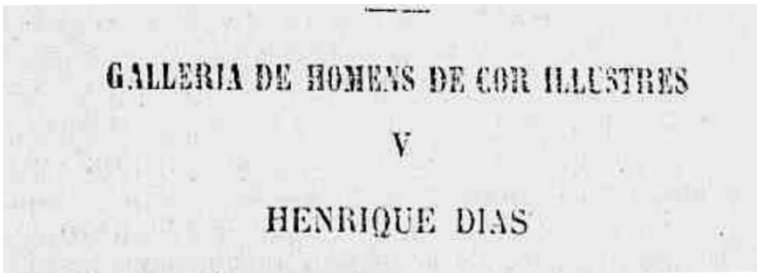
---

[251] *Ibidem.*
[252] MUNANGA, *op. cit.*, p. 28.
[253] O HOMEM*: Realidade Constitucional ou Dissolução Social*, Recife-PE, ano I, n. 09, p. 01, s/d.
[254] O HOMEM: realidade Constitucional ou Dissolução Social, Recife-PE, Ano I, n. 01, p. 03, s.d.
[255] OLIVEIRA, Maria da Glória de. Traçando vidas de brasileiros distintos com escrupulosa exatidão: biografia, erudição e escrita da história na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1850). *Revista História (São Paulo)*, n 26, vol. 01, 2007.

nacionalidade. Assim, recuperava-se e reinterpretava-se períodos históricos, demonstrando a contribuição negra à nação.

Para tratar especificamente dessa prática, em consonância com o procedimento de Pinto, dar-se-á atenção especial à galeria do nono número d'*O Homem*. Naquela ocasião, o homenageado foi Henrique Dias, mestre de campo do exército luso-brasileiro na luta contra a invasão holandesa ao Nordeste da colônia no século XVII, conhecido como "governador" dos "pretos e crioulos". Dias foi uma figura constante nas biografias publicadas pela imprensa negra até a década de 1920, permanência que sofreria um arrefecimento a partir da ascensão de outra figura negra importante: Zumbi dos Palmares. A contraposição, ou sobreposição, dessas duas personagens será tratada posteriormente, mas é importante mencionar que ambas, apesar das proximidades, diferem em aspectos fundamentais: o tipo de resistência e a atuação que exerceram.

Figura 4 – Galeria de Homens de Cor Ilustres, Henrique Dias.



GALLERIA DE HOMENS DE COR ILLUSTRES

V

HENRIQUE DIAS

FONTE: HENRIQUE Dias. Galeria de Homens de Cor Ilustres. *O Homem: Realidade Constitucional ou Dissolução Social, Recife,* ano I, n. 09, p. 02, 09 mar. 1876.

Há muitos nomes frequentemente biografados nessa imprensa: Luiz Gama, José do Patrocínio, André Rebouças, Cruz e Sousa, entre outros. Dias emergiu e permaneceu por muito tempo nesse conjunto como o maior exemplo de "brasileiro" negro, um "símbolo nacional" – ressalte-se que toda a vida do mestre de campo limitou-se ao período colonial, quando a "nação" não existia – que também demonstrava como, em outros tempos, negros eram incorporados a movimentos e cargos importantes no Brasil, recebendo honrarias do próprio rei e da Igreja Católica. Sua "cor preta" não havia sido "um obstáculo para que lhe fossem conferidas tão distintas honras"[256].

O Homem engajou-se pela abolição, em consonância com a efervescência do movimento abolicionista, no fim da década de 1860[257]; conduziu discussões sobre o futuro e o

[256] HENRIQUE Dias – Galeria de Homens de Cor Ilustres. *O Homem: realidade Constitucional ou Dissolução Social*, Recife-PE, Ano I, n. 09, p. 01, 09 mar. 1876.
[257]ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas:* o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

passado; além de produzir *biografias*. Na *cultura historiográfica oitocentista*[258], entre a *historia magistra vitae* e o *regime de historicidade moderno*[259], em meio à lenta e gradual passagem para o conceito moderno de história, os exemplos biográficos podiam servir tanto para a vida quanto para a nação[260]. O civismo moderno e as possibilidades que esse "ente" oferecia aos seus cidadãos para que se tornassem grandes homens somavam-se à exemplaridade moral e ética individual da Antiguidade[261]. Essas histórias se concentravam em grandes homens negros, apresentavam documentos oficiais – holandeses e portugueses, na biografia de Henrique Dias –, tinham regras pactuadas e verdades compartilhadas.

Os "altos feitos deste herói" do "torrão pernambucano" são descritos por meio de documentos oficiais. Após narrar batalhas ocorridas em Guararapes – as mais famosas –, *O Homem* reproduz a carta de "nomeação de Henrique Dias" como "Cabo e Governador dos Homens Pretos e Pardos em todo o Brasil". A missiva foi enviada ao Rei de Portugal por Fernando Mascarenhas, então "conde da Torre" e membro do "conselho de Estado de Sua Majestade". Nela, Mascarenhas informa que "achou por bem" "eleger e nomear" o "dito Henrique Dias para cabo e governador dos crioulos, negros e mulatos, que servem e adiante servirão nesta guerra e em todo o Brasil". De acordo com o documento citado, Dias deveria receber "toda autoridade, honras e preeminências, franquezas e liberdades que lhe tocarão" após a titulação, as quais deveriam ser "guardadas"[262].

Além da mencionada carta de 1639, há ainda outra reproduzida. O então "Conde de Oldemira", Francisco da Silva, solicita a "D. Afonso" que Dias seja reconhecido como "Mestre de Campo" do "dito terço" – o terço de gente preta – e que todos "o honrem e estimem" ao "exercitar o dito posto". O "soldo" concedido a Dias deveria corresponder ao cargo e o mestre de campo deveria receber "honras, privilégios, isenções, franquezas e liberdades" de acordo com sua nomeação. Tudo isso por ter feito "vanguarda à gente do dito terço", que sempre deveria "cumprir suas ordens"[263].

---

[258] DIEHL, Astor. *A cultura historiográfica brasileira:* do IHGB aos anos 1930. Passo Fundo: Ediupf, 1998.
[259] CEZAR, Temístocles. *Historia Magistra Vitae*: ensaio sobre a (in)definição do *topos* nos projetos de escrita da história do Brasil no século XIX. *In:* PROTÁSIO, Daniel Estudante (Org.). *Historiografia, cultura e política na época do Visconde de Santarém* (1791-1856). Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2019, p. 21-44.
[260] ARAÚJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo*: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira, 1813-1845. São Paulo: Hucitec, 2008.
[261] OLIVEIRA, Maria da Glória de. Brasileiros ilustres no tribunal da posteridade: biografia, memória e experiência da história no Brasil oitocentista. *Varia História*, v. 26, p. 283-298, 2010; *Escrever vidas, narrar a história*. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. 2009. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
[262] HENRIQUE Dias. Galeria de Homens de Cor Ilustres. *O Homem: Realidade Constitucional ou Dissolução Social, Recife,* ano I, n. 09, p. 02, 09 mar. 1876.
[263] *Ibidem.*

Parte dos objetivos da publicação sobre o mestre de campo está expressa no pequeno texto introdutório que precede os trechos reproduzidos dos documentos. Além de recordar a "origem" pernambucana de Dias – orgulho da folha conterrânea –, *O Homem* pede a seus leitores que "vejam" como "os antigos reis de Portugal sabiam confessar e honrar os serviços que lhes prestavam seus vassalos", independentemente da "cor", nomeando-os para altos cargos e "ordenando que todos" o "estimassem e respeitassem por tais". O intuito era que comparassem este nobre procedimento com o que se praticava naqueles dias, "embora se fale tão alto em liberdade, igualdade e justiça"[264].

Portadoras de *exempla*, as biografias constituíam uma prática amplamente conhecida desde Plutarco[265]. No início do oitocentos, diferente da Antiguidade, a nação passa a atuar como catalisadora, proporcionando o surgimento desses "grandes homens" e, simultaneamente, sendo estes os responsáveis pela constituição daquela. A individualidade renascentista e antiga dava espaço ao coletivo "Nação"[266]. Tal "gênese" era elaborada, entre outros aspectos, a partir do mosaico dos grandes nomes que a nação permitiu emergir e que faziam emergir a própria nação. Fundamentada em filosofias da história e no historicismo, os fatos eram selecionados pela intervenção do historiador, o qual fornecia o eixo de leitura e realizava a seleção e o enredamento necessários para delinear os caminhos da nação e de seus produtores[267].

A utilização das biografias no oitocentos também atende a demandas dos seus presentes. Delimitar quem foram e quais as ações dos "construtores da Nação" serve para reafirmar os caminhos e desígnios nacionais, inclusive para o futuro. Indicam-se ainda as possíveis condutas a serem imitadas ou reproduzidas no presente. Esses panteões de papel[268] estão ligados à concepção de história.

Levando em consideração os jornais em que Henrique Dias é o mote – em crítica à "repugnância" dos "brancos" para com os "descendentes da raça negra" –, outro periódico da imprensa negra, *O Exemplo,* de Porto Alegre, reativa a imagem do mestre-de-campo em 1893. Para o jornal, identificando a ausência de "coerência" nessas atitudes de repugnância, bastava recordar que, "quando a Pátria pede sacrifício ingente de seus filhos para desafrontar insultos lançados à sua face por uma nação inimiga", "brancos", "com raras exceções", normalmente

---

[264] *Ibidem.*
[265] PLUTARCO. *Vidas Paralelas:* Demóstenes e Cícero. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.
[266] BURKE, Peter. A Invenção da Biografia e o individualismo renascentista. *Revista Estudos Históricos*, V. 10, n. 19, p. 83-97, 1997.
[267] GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Uma história da história nacional: textos de fundação. *In:* LIMA, Ivana S. (Org.). *História Social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008, p. 397.
[268] ENDERS, Armelle. "O Plutarco Brasileiro". A produção dos Vultos Nacionais no Segundo Reinado. *Estudos Históricos*, n. 25, p. 42, 2000.

permanecem “no doce aconchego do lar”, pretextando este ou aquele “impedimento”. Os “homens de cor”, por outro lado, como o “nobre Henrique Dias”, “acorriam pressurosos às reivindicações dos brios nacionais”.

Era comum que o mestre de campo fosse evocado em denúncias de preconceito racial, tomado como exemplo para todo o Brasil e, pela história, merecedor de respeito. Ninguém poderia negar-lhe um lugar de destaque na história e, por extensão, tampouco a qualquer negro brasileiro. Entre “as fileiras de heróis que se oferecem em holocausto da Pátria”, há “o maior de todos”, o mestre de campo [269].

Henrique Dias ressurge em outra denúncia, desta vez envolvendo o ambiente escolar e o “peso” remanescente da escravidão sobre aqueles de “pele preta”. O jornal *O Exemplo* critica a maneira como se esqueciam os negros, demandando a necessidade de reconhecer e valorizar suas contribuições. O artigo foi provocado por um caso de racismo em uma “Escola Complementar de Porto Alegre”, onde o diretor, Clemente Pinto, teria ordenado que “as colegiais de cor trigueira ou morena não figurassem nas homenagens à Independência Pátria”, realizadas pela escola no Teatro São Pedro, no 7 de setembro de 1916. Trinta anos após a biografia de *O Homem.* Como “professor de História”, Clemente Pinto deveria ser o “maior cultuador dos fatos e grandezas da História Pátria”, contudo, “vultos de *Henrique Dias*, Patrocínio, Rebouças, Cruz e Souza, Cotegipe” e “outros pró-homens de nossa nacionalidade aos quais facultou Deus a cor de Otelo” não seriam observados e tratados em suas salas de aula. Esses “heróis de azeviche” não figuram nesse cenário em que se germinam “odiosidades mesquinhas e preconceitos soezes entre as alunas”[270]. Não era apenas necessário destacá-los nos jornais, mas também nas escolas, no ensino de História. Não estar *na história*, era *não estar*, não ser, nem nacional, nem homem, nem lembrado. Estando nela, seria nacional, exemplo e mote para defesa dos negros.

Quando argumentasse que alguma “ciência barata” afirma a “superioridade absoluta de sua raça [branca]”, torna-se crucial lembrar que o “negro foi o Atlas de Azeviche” que “sustentou sob seus ombros todo o peso da nossa economia”, “inteligência” e “heroísmo”, como Henrique Dias “um dia fez”. Teorias raciais, diante da *exempla* do mestre de campo, eram “fábulas inventadas de amoralismo orgulhoso feroz”[271]. Entre brasileiros “perfeitamente

[269] O EXEMPLO. Porto Alegre-RS, Ano II, n. 05, p. 01, 08 jan. 1893.
[270] OS PRECONEITOS na Instrução. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, Ano I – nova numeração -, n. 35, p. 01, 10 set. 1916.
[271] INTOLERÂNCIA de raça. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, Ano II, n. 19, p. 01, 06 mai. 1917.

iguais", deve-se aprender "a prezar aqueles que se distinguem por suas ações reveladoras de sua beleza moral"[272].

Entre "Vidal de Negreiros" – oficial branco, também atuante contra a invasão holandesa – e "Henrique Dias", "a distância é a mesma, na abnegação e na coragem, em que o sangue *luso* se confunde com o *africano*"[273]. O "maior herói da guerra holandesa", "cheio de santo patriotismo", emerge também no *Getulino,* jornal de Campinas, interior de São Paulo, em 1923, para ilustrar como "somos irmãos quando se trata de defender a pátria" [274]. Dias era meio de defesa e ataque contra preconceitos e apagamentos, contra apagamento histórico e difamação.

A apresentação de documentos remete à necessidade de evidência e verificabilidade, mas também serve para ressaltar a sensação de que não havia autores que trataram anteriormente do biografado. Não era apenas o "diretor" denunciado em *O Exemplo* que o "apagava" da história. Pelo texto introdutório de *O Homem*, é possível aferir que, além de trazer à luz um personagem histórico negro para que servisse de "exemplo", interessava narrar sua história e torná-la escritura, arquivo, passado tratado. O procedimento de expor as cartas enviadas ao rei de Portugal visava demonstrar como honras, respeito e reconhecimento eram requeridos e tomados como ordem, demandando que "todos" admitissem – parece haver uma possível oposição – que, a partir dessas missivas, era assim que Henrique Dias deveria ser tratado. Dá-se, por meio dos documentos, força ao argumento e à imagem de Dias. Autoridade dada pela história que, nesse momento, exigia evidências do ocorrido. O jornal, portanto, observa regras historiográficas do período e, no mesmo movimento, indica não haver uma história oficial que trate do biografado ou, pelo menos, que ela não é suficiente, verdadeira ou digna de nota.

As folhas, não raro, apresentavam parte do seu conteúdo como meio de instrução. As biografias também apontavam para o esquecimento dessas figuras, que deveriam ser conhecidas por todos os brasileiros, sobretudo pelos negros. Os "personagens da história" servem a propósitos distintos: à instrução em si, ao apresentar nomes relegados ao quase esquecimento; à demonstração, por meio de exemplos negros na história do país, da importância da contribuição para a consolidação da nação desde seus "primórdios"; e ao fornecimento de exemplos morais a serem seguidos pelos negros[275].

---

[272] EDITORIAL. A perniciosa manifestação do preconceito de cor em nossa capital. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, Ano II, n. 42, p. 01, 21 out. 1917.
[273] *Ibidem.* Grifo meu.
[274] CONCURSO de beleza. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 13, p. 01, 21 out. 1923.
[275] PINTO, *op. cit.*, p. 130-131.

Percebe-se uma forte crença na história destinada aos cidadãos. “Fazer justiça” era resgatar do *esquecimento* atos e pessoas que representavam exemplos individuais e coletivos. Nesse sentido, como destaca Temístocles Cezar, se a História molda os grandes homens e os historiadores a constroem, então estes últimos são os “verdadeiros mestres do jogo”: os “vivos controlam os mortos, e os mortos servem aos vivos”[276]. Se não havia vivos escrevendo sobre Dias ou, pelo menos, vivos que não chegaram aos letrados desse jornal da imprensa negra, eles “controlariam os mortos”, inclusive para “servir” aos vivos.

Na capital paulista, Arlindo Veiga dos Santos, em outro momento, traça exemplos de homens e mulheres que conquistaram “a gratidão e o amor de todos os brasileiros”, ora “na guerra”, ora “na paz”. Situado entre as grandes revoltas da década de 1930, “a hora é grave”: a “memória” e o “passado” deveriam alcançar a crise. Henrique Dias aparece como “o egrégio negro fidalgo”, “*o maior exemplo de brasileiro negro íntegro que se pode apresentar aos patrícios* [negros]”. Ele está entre as “figuras homéricas” que precisavam ser descritas e rememoradas, sobretudo naquele momento. Algo semelhante à memória de um soldado no entre guerras ou na Primeira Guerra Mundial. Aqueles “possuintes dessa herança” deveriam “transmiti-la aos seus descendentes, acrescentada de mil florões de riqueza”[277]. No caso de *A Voz da Raça*, o exemplo de Henrique Dias se destaca como “o maior”. Isso não ocorre por acaso: havia forte moralismo, militarismo e conservadorismo permeando a publicação e parte da Frente Negra Brasileira que geria o jornal[278].

No entanto, é importante destacar outro aspecto central para esta investigação. Convertido em “nacional”, Dias é símbolo da “injustiça” praticada ao não se incluir, na nacionalidade e nos direitos, seus “descendentes”. Em comemoração à Abolição, Isaltino Veiga dos Santos, irmão de Arlindo, critica severamente a legislação que, segundo ele, estabeleceu apenas uma “liberdade utópica”, “mentirosa”, “esfacelada” e “vergonhosa”. A Lei Áurea era uma “tapeação muito bem engendrada pelos magnatas” e “pela falada aristocracia”. Negros e negras, “dentro do Brasil, que *é nosso*”, construído “com o nosso sangue”, esquecem-se do “*espelho e exemplo* frizante de sua bravura indômita figuras como Henrique Dias, Zambi, Catarina Caramuru e outros”. Mesmo com a “guarda avançada das *fronteiras da Pátria”,* defendida pelos negros “desde os primórdios da colonização”, todos sentem-se “de fora” do

[276] CEZAR, *op. cit.*, p. 27.
[277] SANTOS, Arlindo Veiga dos. Aos Negros de boa-vontade. *A Voz da Raça*, São Paulo-SP, Ano I, n. 07, p. 04, 29 abr. 1933. Grifo meu.
[278] MALATIAN, Teresa. *O Cavaleiro Negro*: Arlindo Veiga dos Santos e a Frente Negra. São Paulo: Alameda Editorial, 2015.

país que ajudaram a defender: "inaceitável". O negro ainda tem sido tratado como "um *exótico* na sua própria terra"[279].

O Brasil de Henrique Dias, deveria ser o Brasil *dos* negros. Na imprensa negra, o entendimento de que as biografias poderiam ensinar negros e brancos sobre a formação do país era geral, pelo menos, entre 1872 e 1937, ainda que com diferenças ao longo deste recorte. Exemplos a serem seguidos, lições para o presente e para o futuro, modelos de patriotismo e nacionalidade, muitas vezes vistos como vazios na historiografia de seus períodos. Ausência sentida e denunciada, porém, também rebatida pelas contranarrativas dos jornais.

Há ainda outro assunto que emerge em *O Homem* e mantém-se relevante no periódico pernambucano e em São Paulo, no fim do século XIX e nas primeiras décadas republicanas: a imigração europeia e as relações de trabalho. O projeto da "grande imigração" para o Brasil foi concebido com o intuito de inserir brancos e livres em um país de maioria negra e com muitos descendentes de escravizados[280]. Com a Abolição, a "racialização das relações sociais" tornou-se mais evidente. É difícil definir se o processo se acentuou[281], mas é certo que foi um recurso utilizado com mais clareza, sobretudo em relação aos projetos imigratórios e aos limites da cidadania[282]. É sempre importante salientar que, além da contundente ação dos governos para fomentar a chegada de europeus, houve iniciativas bem-sucedidas de impedimento da entrada de negros – identificados como africanos – no Brasil. É o caso de um decreto que proibiu a entrada de pessoas do continente africano, promulgado em 1890, mas que, na prática, estendeu-se a todos os negros e negras, independentemente da origem[283]. A construção de um caleidoscópio de "Brasis" não é reduzida; é alterada, reatualizada e reconstituída[284].

---

[279] HENRIQUE Dias – Galeria de Homens de Cor Ilustres. *O Homem: realidade Constitucional ou Dissolução Social*, Recife-PE, Ano I, n. 09, p. 01, 09 mar. 1876.
[280] SEYFERTH, Giralda. A colonização e a questão racial nos primórdios da República. *In:* SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade (Org.). *A República e a questão do negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005, p. 28.
[281] MONSMA, Karl. Vantagens de imigrantes e desvantagens de negros: emprego, propriedade, estrutura familiar e alfabetização depois da abolição no oeste paulista. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 509-543, 2010.
[282] SOUZA, Gabriel Claveiro e. *O negro no Brasil República:* revoltas populares e movimentos sociais. Rio de Janeiro: Imperial Editora, 2024.
[283] KALY, Alain Pascal. O Ser Preto Africano no "paraíso terrestre" brasileiro – Um sociólogo senegalês no Brasil. *Lusotropie*, 2001.
[284] ALMEIDA, Silvia Capanema; SILVA, Rogério Sousa. Do (in)visível ao risível: o negro e a "raça nacional" na criação caricatural da Primeira República. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 52, p. 316-345, dez. 2013.

CAPÍTULO 3
A PÁTRIA E O PROGRESSO: A REPÚBLICA E A DÍVIDA DA NAÇÃO

O Estado de São Paulo foi palco privilegiado das disputas entre negros e imigrantes europeus. Com importância econômica, social e cultural crescente no início do século XX, e recebendo uma enchorrada de europeus, os jornais da imprensa negra dessa capital estavam inseridos neste debate[285]. Ana Flávia Magalhães Pinto observou que *A Pátria* (1889) e *O Progresso* (1899), periódicos que emergem pouco após a extinção da escravidão e logo depois do golpe republicano, respectivamente, alcançam as crises da República e a imigração[286]. No Censo de 1893, para apontar outra diferença entre os jornais cariocas e recifense observados anteriormente, São Paulo abrigava um grande número de estrangeiros e tinha uma parcela negra bem mais diminuta. Naquele fim do século XIX, os estrangeiros chegavam a 4%; brancos somavam 88%; e negros atingiam pouco mais de 10% da demografia paulistana[287].

O número de jornais da imprensa negra na capital paulista não pode ser diretamente associado a esses dados demográficos. A cidade passou por uma intensa industrialização, uma urbanização desordenada e por um desenvolvimento econômico, social e político especialmente acelerado em relação ao restante do cenário nacional. Todo esse ambiente facilitava o acesso a financiamento, máquinas e profissionais especializados em imprensa. Em São Paulo também havia um contato maior com outros membros da elite e com o restante do mundo[288]. Naquele período, "fazer jornal tornou-se uma das atividades centrais de grêmios escolares, das associações recreativas, dançantes e artísticas", pois o "monopólio da palavra impressa" estava em profusão[289].

O crescimento vertiginoso e desorganizado da capital paulista também gerou problemas graves como a falta de moradias, o aumento da violência e a migração interna, o que acabava resultando em uma massa de desempregados[290]. Com o fim da escravidão, um grande número de negros e negras, agora livres, também migrou para essa capital. O trabalho, com a entrada de imigrantes europeus, era escasso para os negros. Enquanto "elemento considerado de raça

---

[285] MORSE, Richard M. *Formação histórica de São Paulo*. São Paulo: DIFEL, 1970.
[286] PINTO*, op. cit.*, p. 133-137.
[287] FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1965. v. 1, p. 08.
[288] CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta:* periodismo e vida urbana, 1890-1915. Univ. Pontifica Comillas, 2000.
[289] CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em revista:* Catalogo de publicações da imprensa cultural e de variedade paulistana (1870-1930). São Paulo: Arquivo do Estado, 1997, p.23.
[290] CAMPOS, Candido Malta. *Os rumos da cidade:* urbanismo e modernização em São Paulo. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

inferior porque descendente de africanos", eram vistos ora como "viciados", "imorais" ou "incapazes para o trabalho livre"; ora, como "inimigos da civilização e do progresso", sobretudo nos discursos favoráveis à imigração de brancos – lembrando que, no fim do oitocentos, "as teorias raciais ainda estavam longe de cair em desuso"[291]. É nesse cenário que, apenas um ano e meio após a promulgação da Lei Áurea e com poucos meses de República, surge, em São Paulo, *A Pátria*.

No jornal, publicado após um intervalo de treze anos, cabe debruçarmo-nos sobre o problema das lacunas documentais com que esta e todas as pesquisas sobre a imprensa negra precisam lidar. Primeiramente, como apontado anteriormente, é importante que fique clara a ausência de jornais negros entre 1833 e 1876; e, agora, entre 1876 e 1889, com a criação *d'A Pátria*. Em 1886, sabe-se do lançamento de *O Judas*, jornal que não trazia assinaturas, teve apenas um número – "zero" – e sobre o qual podemos afirmar tratar-se de um exemplar da imprensa negra por se declarar um "jornal satírico" que criticava, de maneira jocosa, "os judas da raça" e os "espantalhos dos descendentes de Cam"[292], sendo voltado "aos negros brasileiros". Há, nesse jornal, críticas diretas aos "bacalhaus", portugueses residentes no Brasil. *O Judas* refere-se muito a Porto Alegre, o que nos leva a crer que tenha sido lançado nessa capital. Na leitura do jornal, não foi encontrada nenhuma menção ao passado[293]. Ademais, metáforas, sinônimos e ironia são dificultadores na compreensão dos artigos. Compreendendo-se no interior de um cenário específico, *O Judas* é um bom exemplar para entender a complexidade desse tipo de fonte.

É provável que outros jornais tenham sido publicados nesses intervalos de quarenta e três e treze anos, respectivamente, mas ainda não foram localizados. Essa também constitui uma das questões centrais desta pesquisa: a imprensa negra brasileira carece de um *arquivo centralizado e unificado* para toda essa produção ainda pouco digitalizada e dispersa pelo território nacional. Sobre *A Pátria*, não se tem acesso ao seu primeiro número, portanto, sabe-se apenas que sua segunda edição veio a público em 2 de agosto de 1889[294].

Criado como um "órgão dos homens de cor", este foi o primeiro jornal da imprensa negra – conhecido – a utilizar imagens em suas publicações. Tal fato é indicador de avanço tecnológico e prático, maior financiamento para a produção e dedicação à impressão. Próximo

---

[291] AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco:* o negro no imaginário das elites do século XIX. São Paulo: Annablume, 2004, p. 134.
[292] Referência ao filho de Noé amaldiçoado que, por erros em interpretações bíblicas, ligou-se aos africanos.
[293] O JUDAS, Ano XXX, n. 0, 1886. A numeração – "zero" e o "ano" – "sem ano" - são utilizados de modo satírico.
[294] PINTO*, op. cit.*, p. 135.

ao período de maior crescimento do movimento abolicionista, o impresso traz em seus primeiros quatro números uma homenagem aos "grandes abolicionistas". Apenas para citar alguns, em sua estreia foram lembrados Luiz Gama, José Bonifácio e Fernandes Coelho, "trindade" que escreveu seu nome "no coração dos brasileiros", os quais têm para com eles uma "dívida sagrada". Seria possível que algum "homem de cor" não se "curve ouvindo falar nesses beneméritos da pátria"[295]?

As demandas do jornal, de modo geral, eram muito próximas das levantadas por seus antecessores. Havia, é claro, diferenças importantes. A República e o término da escravidão tornaram-se relevantes pelas esperanças ou frustrações que esses acontecimentos geraram. Segundo *A Pátria,* os negros e negras brasileiros receavam aderir ao "partido republicano", o único que poderia garantir-lhes "os direitos de cidadãos, identificando-os perante a sociedade". Se a República combatesse "todos os preconceitos que existem, infelizmente, contra a raça de cor", ensinando-os "a procurar na educação, no trabalho" e "na família, a solidificação de seus direitos", seria possível promover "a igualdade entre as outras raças". Os partidos, de modo geral, pouco fizeram para alterar a situação dessas pessoas no pós-emancipação[296].

Os liberais, segundo a folha, "depois de 7 anos no poder", mantiveram-se "sem importar-se com a sorte dos míseros escravizados". O "partido conservador" ou "monárquico" também não havia realizado grandes avanços para essa "enorme" parcela da população. Os verdadeiros "credores" de sua "gratidão" eram aqueles que "sacrificando tudo", lutaram pela "libertação" dos escravizados – alguns "liberais", outros "conservadores". De qualquer modo, "para nós, homens de cor, em nada influiu a queda dos conservadores, assim como a ascensão dos liberais ao poder". Aqui, repetem-se as divisas vistas em *O Homem* do Recife, agora abertamente republicanas: "Liberdade, Igualdade e Fraternidade". Abraçando-se as "doutrinas republicanas", estas seriam as responsáveis pela "reabilitação de nossa raça *estigmatizada* pela escravidão"[297]. O *espaço de experiência,* portanto, parece apontar para um *horizonte de expectativas* melhor.

A extinção do cativeiro recebe outra leitura. Mais do que obra de uma "trindade", a Abolição converte-se em obra "do povo"; "Lei do Povo", *inclusive* do "povo branco"[298]. A "redenção" – conceito que será extremamente frequente na maioria dos periódicos – não

[295] Essas informações encontram-se no segundo número do jornal. GALERIA preciosa, *A Pátria*: órgão dos homens de cor, São Paulo-SP, Ano 01, n. 02, p. 04, 02 ago. 1889.
[296] EDITORIAL. *A Pátria:* órgão dos homens de cor, São Paulo-SP, ano 01, n. 2, p. 02, 02 ago. 1889.
[297] *Ibidem*.
[298] EMANCIPAÇÃO da Pátria. *A Pátria:* órgão dos homens de cor, São Paulo-SP, ano 01, n. 02, p. 03, 02 ago. 1889.

resultava da ação desta "ou [d]aquela individualidade, porque esse grandioso monumento que se levanta no Brasil é sustentado pela soberania popular". O "brado contra a escravidão tornou-se gigante" para fazer "desaparecer do seio de nossa sociedade *esse cancro* que teve o repugnante nome de escravidão". A Abolição é afastada das mãos da monarquia. O fim da escravidão é afastado da ideia de dádiva. O "povo" e os envolvidos no abolicionismo criaram a situação "impossível": "obra imposta *pelo terror* que inspirava ao trono e ao partido conservador", deixando como única opção a Isabel, "sabendo que a abolição seria forçosamente feita", render-se à "vontade popular", "receando a revolução"[299].

É relevante mencionar, como bem observou Pinto, que José do Patrocínio era ignorado nas homenagens aos abolicionistas deste jornal e de alguns outros, ligados aos republicanos. Patrocínio era considerado um aliado do partido monárquico. Até mesmo o Barão do Rio Branco poderia ser citado, mas Patrocínio, não[300].

Ao lidar com o passado recente da escravidão, o jornal, fundado pelo tipógrafo abolicionista Ignácio de Araújo Lima, deixa antever crueldades do sistema e como negros e negras construíram a nação com seu "sangue". A *corporeidade* descrita nos textos[301] rememora, com detalhes, o "martirológio dos infelizes filhos da África escravizados no Brasil". Artigos sobre a escravidão trazem palavras como "lágrimas", citam os "corpos alquebrados", o derramamento de "sangue", o "suor", a "dor" nos "olhos" e no corpo, as náuseas constantes, sentimentos e dores muito humanas que, em texto, ganham contornos bem definidos de quem são os alvos e as peles alvas – algo que não era exatamente comum ao relatar-se o passado na historiografia oitocentista e do início do século XX.

Rememorar o "martírio" dos escravizados por meio de metáforas, metonímias ou exemplos, descrevendo e narrando o corpo e suas partes, não era uma prática sem propósito. Entre o choque causado pela produção de corpo em texto e a crueldade e violências do passado escravista havia, nessa corporeidade, uma arma para a rememoração. Os "malvados" escravocratas "nutriam a terra com os corpos de nossos avós e pais e regavam-na com o seu

---

[299] 13 DE MAIO. *A Pátria*: órgão dos homens de cor, São Paulo-SP, ano 01, n. 02, p. 02-03, 02 ago. 1889. Grifo meu.

[300] PINTO*, op. cit.*, p. 138.

[301] ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O grito, o fogo, o animal: a presença do corpo na escrita da história, um gesto político de Michel Foucault. *In:* Eliana Kuster e Fernando Pinho. (Org.). *Foucault e a caixa de ferramentas:* modos de pensar sobre a cidade, modos de agir na cidade. 1ed.Vitória: Edifes, 2018, v. 1, p. 208-223; O passado, como falo? O corpo sensível como um ausente na escrita da história. *In:* Pablo Spíndola e Wagner Geminiano dos Santos. (Org.). *Teoria da História e História da Historiografia.* 1ed.Jundiaí: Paco Editorial, 2018, v. 1, p. 15-46; Nas profundezas rasas dos corpos: semióticas a-significantes e processos de subjetivação e dessubjetivação dos marcadores sociais de gênero. In: Ana Maria Veiga; Cláudia Regina Nichnig; Cristina Scheibe Wolff; Jair Zandoná. (Org.). *Mundo de Mulheres no Brasil*. 1ed.Curitiba: CRV, 2019, v. 1, p. 73-86.

sangue e com as suas lágrimas"[302]. A utilização do corpo também não era apenas uma estratégia retórica ou hiperbólica: era ancestralidade. Descendência direta, corporeidade e uma imagem de uma *plantação de Brasil regada pela escravidão*: a ligação direta dos descendentes e leitores e a aproximação entre a escravidão e formação nacional trazem, para a pele, parte dos objetivos destes jornais.

Referem-se aos "avós e pais" daqueles letrados – fossem realmente seus ascendentes ou não –, constituindo uma memória de dor e de "mérito" que engendrava, ora a justiça necessária, ora os "sacrifícios" dos negros em prol da "Pátria", para afirmarem-se como brasileiros *e* como negros. Conquistar a "Pátria para o liberto" era relembrar como "avós" e "pais sucumbiram entre sacrifícios e dores cruciantes, não no terreno da luta pela aspiração árdua, mas sob os golpes do açoite vibrados por braços possantes"[303].

Naqueles "amplos quadriláteros das fazendas, circulados por enorme multidão composta de homens e mulheres, míseros escravizados", "testemunhas mudas" "assistiam ao triste espetáculo" de "ver arrancarem-se do corpo do homem as suas carnes", "caindo os fragmentos deste corpo sobre o chão ensanguentado, onde mais tarde cairia também o esqueleto daquele corpo". A vida e o corpo, transpostos para a escrita como tradução, continham "um gemido abafado", um "último adeus dos seus irmãos", um "suspiro". Em *A Pátria* somos lembrados, com frequência, como os "descendentes desta raça que durante três séculos foi martirizada, extorquida, vilipendiada" e que, portanto, após todo o ocorrido, almejavam "Liberdade, Pátria e Descanso". Ainda que não fosse uma questão "definitiva", "a única solução" seria "A República", um "governo do povo pelo povo"[304]. Lembremos que, no Brasil, o negro era e é maioria.

Qual deveria ser, após tanto sofrimento, a atitude nacional perante os "legados" da "extinta escravidão"? Em *A Corte*, reportagem sem assinatura publicada no segundo número *d'A Pátria*, lê-se: "E nós, que sentimos correr em nossas veias o sangue africano, nós que nos *orgulhamos em pertencer a essa raça*, que foi a primeira que, penetrando no seio virgem da terra", "de lá voltou com as mãos cheias d'ouro e pedras preciosas", "que transformou-se em mantos, onde se esconderam tantos crimes e que ainda hoje existem nos cofres dos potentados", e não são, "ainda hoje" reconhecidas, mesmo após os "três séculos de trabalhos dessa raça

[302] 13 DE MAIO. *A Pátria*: órgão dos homens de cor, São Paulo-SP, ano 01, n. 02, p. 02-03, 02 ago. 1889.
[303] *Ibidem*.
[304] *Ibidem*.

expatriada e escravizada". Na República, é "*tempo*" de exigir "o nosso consagramento, para juntos combatermos as trevas em as quais, imersos estão ainda muitos dos libertos de ontem"[305].

A invocação dos corpos e da ancestralidade tece uma ligação singular entre passado e futuro, permitindo sentir, no corpo presente, o passado que recaiu sobre corpos pretéritos. Conforme afirma Durval Muniz de Albuquerque – com Gilles Deleuze –, se "a memória possui um caráter secundário, ela vem depois, para dar duração e extensão às experimentações intensivas dos corpos" e, "para trazer à superfície e estabilizar em gestos e expressões, em performances, o que se passa na profundidade das carnes", as "subjetividades são produzidas por meio não apenas de signos, de semiologias significantes", "mas também a partir de intensidades" e de "agenciamentos de distintas materialidades que atravessam os corpos", as quais ressoam e movem os corpos[306]. Esse modo de emocionar e "tocar" por meio do texto, transformando o enunciado "escravidão" – que parecia ser, já em 1889, um "passado" – em algo palpável, faz com que os corpos que leem também sejam afetados fisicamente pelo ocorrido.

A memória também atua nos afetos, nos sentimentos e pode produzir sensações que, por diversos fatores, a história nem sempre trará. Quando se evoca o passado *com a* corporeidade, constroem-se imagens, produz-se outra relação. Beatriz Nascimento tratou da corporeidade negra em relação à subjetividade[307]. Para a autora, "a corporeidade negra era superfície histórica e refletia saberes e experiências", um "contingente de identidade"[308]. O mesmo diz Nascimento sobre o "quilombo", considerado temporalidade negra a "corporeidade histórica era performada"[309]. O corpo negro, bem como os quilombos, converte-se em "documento vivo", não um texto-objeto, frio e inerte, aguardando o olho e a curiosidade do historiador". O "olho de legista como numa autópsia" não permite pensar que "vida e história se reencontram"[310]. No fim, a raça começa e termina no corpo. A escravidão era muito mais que um texto "científico" poderia descrever.

---

[305] *Ibidem*. Grifo no original.
[306] ALBUQUERQUE, *op. cit.*, 2019, p. 73-76.
[307] VINHAS, Wagner. *Palavras sobre uma historiadora transatlântica:* estudo da trajetória intelectual de Maria Beatriz Nascimento. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos) - Programa de Pós-graduação em Estudos Étnicos e Africanos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.
[308] NASCIMENTO, Beatriz. *Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual*: possibilidades nos dias da destruição. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.
[309] TRAPP, Rafael Petry. Raça, corporeidade e subjetividade em Beatriz Nascimento e Eduardo de Oliveira e Oliveira. *Revista História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 16, n. 41, p. 09, 2023.
[310] PINN, Maria Lídia de Godoy. Beatriz Nascimento e a invisibilidade negra na historiografia brasileira: mecanismos de anulação e silenciamentos das práticas acadêmica e intelectual. *Revista Aedos*, [S. l.], v. 11, n. 25, p. 90, 2020. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/96888. Acesso em: 18 nov. 2025.

Ao lidar com as memórias e histórias da escravidão que emergem na imprensa negra, é necessário compreender como essa corporeidade, tão presente nesses relatos, integra uma outra economia discursiva, visando produzir impacto e consolidar uma *outra* memória do sistema escravista e, porque não, uma *outra história da escravidão* – em contraposição a certa romantização e esquecimento –, o que é notável *apenas um ano* após a Abolição. Via-se esquecimento no ontem. Durante esse período, a escravidão, mesmo condenada, era raramente tratada como um acontecimento histórico ou debatida em termos de justiça e restituição. Dessa forma, entendemos que, entre a intencionalidade de escrever uma história da escravidão e demolir os esquecimentos, a corporeidade atua como ferramenta para corporificar, tornar palpáveis e visíveis, físicos e sensíveis, os horrores indescritíveis de mais de trezentos anos de estupros, assassinatos, espancamentos, tortura e trabalho.

As dores e os sofrimentos da escravidão eram compreendidos como parte integrante do corpo negro, elementos de uma ancestralidade que vinculava letras dos jornais e sangue. Com base em Beatriz Nascimento e Michel Foucault, pode-se conceber o corpo como "superfície histórica de inscrição dos acontecimentos"[311], inclusive da escravidão. *A Pátria* é o primeiro jornal a evocar o passado escravocrata, mas está longe de ser o único. A colonização, a escravidão e a racialização dos negros constituem processos integrados de inferiorização no Brasil, um "racismo múltiplo", complexo, que se altera ao longo do tempo, renovando suas técnicas, práticas, regras e tecnologias[312].

Sueli Carneiro, ao conceitualizar o *dispositivo da racialidade*, colocando-o em relação ao *dispositivo da sexualidade* operacionalizado por Michel Foucault, observa que, "no campo ontológico", tais instrumentos geram a "produção de sujeitos-forma" com um "vitalismo que irá se manifestar em todas as formas de expressão dessa nova subjetividade". No mesmo movimento, geram "outros sujeitos-forma, que irão encarnar, como oposto do vitalismo, uma espécie de 'anemia da vontade'". Isso torna não-brancos – ou, no caso de Foucault, as mulheres – um "outro" no investimento no corpo. Pelo funcionamento desse dispositivo "burguês", que Carneiro aplica à raça, constitui-se um "eu" dotado de "razoabilidade" – o branco –, produzindo-se *o* negro; de "normalidade", pois produz o "outro" anormal; e de "vitalidade", porque "inscreve o *Outro* no signo da morte"[313].

---

[311] FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
[312] RATTS, Alex. *Eu sou atlântica*: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.
[313] CARNEIRO, *op. cit.*, p. 41-42.

Por meio da racialidade, produz-se uma "superioridade pela produção do inferior", "agenciamento que esta superioridade produz sobre a razoabilidade, a normalidade e a vitalidade"[314]. O "corpo é a expressão da autoafirmação". Ele "funciona como marca dos valores sociais; nele a sociedade fixa seus sentidos e valores. Socialmente, o corpo é um signo"[315]. As tecnologias de controle, vida, morte, cuidado e proteção as quais, segundo Foucault, emergiram no século XVIII, mantêm o "valor diferencial"[316] e, por isso, fazem com que alguns corpos sejam considerados de menor valor, podendo ser mortos, espancados, destruídos e controlados por meio do *dispositivo da racialidade*.

Por intermédio do "eu" e do "outro", na produção de controle e de ordem, o corpo é parte essencial de violência e de resistência. Para o filósofo francês, quando nasce o controle sobre o corpo, nasce igualmente um "novo racismo". A "hereditariedade", a descendência e a "noção de degenerescência" imprimem no corpo o debate ontológico e natural e, nessa perspectiva, o processo de "expurgo" do "mal do corpo branco" faz com que esse mal seja depositado em "outros corpos", como o negro[317].

Em "cada momento da história, a dominação se fixa em um ritual; ela impõe obrigações e direitos; ela constitui cuidadosos procedimentos" estabelecendo "marcas, grava lembranças nas coisas e até nos corpos; ela se torna responsável *pelas dívidas*"[318]. Como o corpo traz em si, "em sua vida e sua morte, em sua força e sua fraqueza, a sanção de todo erro e de toda verdade, como ele traz consigo também, inversamente, sua origem-proveniência"[319]. A "subalternização de seres humanos segundo a raça" e a *biopolítica* que decide o "deixar viver e deixar morrer" fazem com que o corpo se torne, também, ao sobreviver, ao ser descrito de outras formas e ao reconstituir-se em modelos alternativos aos produzidos pelo saber e pelo poder, um meio de corresponder à resistência necessária ao dispositivo – no caso, o da racialidade[320].

Localizando no tempo essa perspectiva, para Foucault, a partir do século XIX, quando o "princípio da universalidade nacional teria eliminado a noção de guerra da análise histórica", a raça passa a ser retomada com um *racismo de Estado*[321]. Da biopolítica ao biopoder, surgem

---

[314] *Ibidem.*, p. 43.
[315] NOGUEIRA, B. Izildinha. *Significações do Corpo Negro.* Tese (Doutorado) - Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1998, p. 41.
[316] FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: c*urso no Collège de France. São Paulo, Martins Fontes, 2002, pp. 116-117.
[317] CARNEIRO, *op. cit.*, p. 45.
[318] FOUCAULT, *op. cit.*, 1979, p. 25
[319] *Ibidem*., p. 22.
[320] CARNEIRO, *op. cit.*, p. 72.
[321] FOUCAULT, *op. cit.*, 2002, p. 285

três novos elementos: *a população*, que nada mais é que a união de corpos múltiplos*; o controle* sobre fenômenos coletivos; e o *direito de fazer viver e deixar morrer*. O "racismo se inseriu", nesse momento, "como mecanismo fundamental do poder, tal como se exerce nos Estados modernos", e fez com que "quase não haja funcionamento moderno do Estado" que não "passe pelo racismo", tornando-o "indispensável como condição para poder tirar a vida de alguém". Desse modo, "a função assassina do Estado" opera por meio do próprio racismo[322].

> Assim, concorrem no domínio da racialidade no Brasil os dois gabaritos de inteligibilidade: o do dispositivo de poder, voltado para o adestramento e eleição/subordinação das racialidades, informado por visões raciais produzidas historicamente; e, em dimensão mais ampla, opera a lógica do biopoder conformando em nosso entendimento um dispositivo de poder híbrido: o dispositivo de racialidade/biopoder um instrumento de produção e reprodução sistemática de hierarquias raciais e, mesmo produção e distribuição de vida e de morte[323].

Como afirma Sérgio Adorno, a "fabricação da vida e dos viventes, como também a fabricação de algo monstruoso" – inclusive pela raça –, "justifica" a "possibilidade de sua eliminação sem controle" e "sem interditos morais contra 'as outras raças'"[324]. Nesse sentido, a única forma de resistência para o negro passa pela "tentativa de adentrar a sociedade disciplinar" e suas "dimensões do poder"[325], inclusive sobre o corpo. Narrar o próprio corpo, tornar visível a corporeidade daqueles que *também* sangram, choram, morrem, transpiram e respiram, era parte essencial da produção de *outro* corpo negro, ainda que reafirmasse algum tipo de subordinação no período da escravidão. O negro "representado", aquele constituído nas "práticas discursivas, congela os 'eus' latentes no interior do corpo negro, torna-os dormentes, anêmicos, pulsões irrealizáveis pela tirania do 'negro' anexado" [326]. Essa "universalidade" ocorre invariavelmente. A corporeidade, aqui, visa tornar humano o relato, por vezes excessivamente metafísico, de um passado histórico.

Parte do trabalho de Sueli Carneiro baseia-se em entrevistas realizadas com mulheres negras. Na descrição dos testemunhos colhidos, é possível observar que um "evento de radical unicidade" como a escravidão de "seus ancestrais africanos" ou brasileiros, tem efeitos permanentes e persistentes na "memória", nos "corpos", nas vidas. Assim como, "na história de seu país". Esses testemunhos, que Carneiro denomina "contra-história", ressignificam não apenas os "assujeitamentos", "estigmas" e "estereótipos" promovidos pelo sistema ou pelos

---

[322] *Ibidem*., p. 304-306
[323] CARNEIRO, *op. cit.*, p. 94.
[324] ADORNO, Sérgio. Racismo e Discriminação. In: Novas faces da cidadania: Identidades Políticas e Estratégias Culturais. *Cadernos de Pesquisa* n. 4. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP. São Paulo, Editora Entrelinhas, 2004.
[325] CARNEIRO, *op. cit.*, p. 95.
[326] *Ibidem*., p. 132.

"processos posteriores de exclusão social" do negro – como na República –, mas também *se* ressignificam, pois são "sobreviventes dos poderes disciplinares e do biopoder". Traçar o corpo, nesse sentido, é narrar uma "contra-história"[327]. O "corpo negro é em si mesmo", em sua "existência, *uma transgressão* no âmbito de um ideal de ego de uma sociedade que se deseja branca", por isso "civilizada nos parâmetros da cultura ocidental", que se vê como a "herdeira de seus códigos prescritivos no plano moral"[328].

A prática de dizer o corpo mantém-se ao longo do recorte abordado, entre os jornais de 1889 até 1937. Em outro jornal da imprensa negra do mesmo estado, *O Kosmos,* fundado em 1922, ou seja, trinta e três anos após o texto de *A Pátria*, encontramos um extenso artigo sobre "os pretos em São Paulo", com um panorama geral das condições de vida e das dificuldades destes nessa capital. Em meio às reivindicações por igualdade, o jornal afirma que "condenados à força do preconceito", mesmo diante da "igualdade de condições perante a lei", os negros não eram tidos como "*filhos legítimos desse colossal país*", um país que tinha sua "grandeza cimentada com o sangue" dos "avós" destes mesmos negros, um país feito com o "suor, enfim, dos nossos maiores". Homens que, na escravidão, "viveram iluminando a *história pátria* com seu secular martírio"[329].

Outros relatos aparecem durante a movimentação pela construção do monumento dedicado à "Mãe Preta", dessa vez, observando o corpo das mulheres negras. Exaltando a ideia da ereção do "monumento simbólico", o *Getulino*, jornal publicado em Campinas, interior de São Paulo, a partir de 1923, explica que "a mulher negra teve todas essas maldições e suportou-as com um estoicismo sobrenatural e vibrante", escrevendo "as páginas da história" com seus "gemidos" "numa ânsia de purificação"[330]. Apenas um ano depois, outro periódico de São Paulo, *O Clarim d'Alvorada* (1924), em artigo de Alberto Orlando, intitulado significativamente de "O negro na Evolução Brasileira", afirma:

> No gesto hercúleo do trabalho, rasgando o ventre da terra, deitando nela a semente da cana, do algodão ou do café, por suas mãos martirizadas e criadoras, iam muito do *seu sangue*, muito de *suas lágrimas*, qual divino fermento que faria brotar do chão em que se supliciava, para a majestade da vida a floração magnífica, dos canaviais, e dos algodões, que eram o outro, a riqueza para um senhor inumano [...] De tudo isso, para ele, só restava o insulto do convívio e da fome para seu corpo [...] Mas sua alma e seu instinto velavam, e um momento chegava então que esse homem sentia seu corpo atlético estremecer de revolta, e no trepidar ondulante da alma ardente e do instinto bárbaro, ia, em defesa de sua liberdade, bracejando uma foice, um machado, um

[327] *Ibidem*, p. 154.
[328] *Ibidem*, p. 302. Grifo meu.
[329] OS PRETOS em São Paulo. *O Kosmos*, São Paulo, Ano III, n. 28, p. 02, 16 nov. 1924. Grifos meus.
[330] O MONUMENTO à Mãe Preta e o Presidente eleito da República. *Getulino*, Campinas-SP, Ano III, n. 01, p. 01, 13 mai. 1926.

> arcabuz, ou um facão de mato oferecer batalha desigualíssima contra toda uma fazenda, todo um arraial ou uma cidade inteira[331].

Alinhada e utilizada em narrativas do passado escravista, a corporeidade serve também à integração à nacionalidade. Entretanto, há ainda a "justiça", a "reparação" ou a necessidade de "reconhecimento" dos feitos negros. *A Voz da Raça* (1933), outro jornal paulista, alega que "o Brasil deve a sua formação" ao negro e, portanto, "há injustiças a reparar" diante da "alma do negro sepultada há 400 anos" o qual "ainda reclama em prol de seus desventurados filhos que hoje vivem desamparados". Ligação direta entre passado e presente, por meio de uma ancestralidade, escreve-se ainda que "por todos os recantos desse vastíssimo território", "abnegadamente" cultivado, deixou-se "sangue e vidas gravados na grandeza deste vasto Brasil, que os maus brasileiros, enebriados pelo ouro, tentam desnacionalizar"[332]. Aqueles que formaram o país, segundo o jornal, foram desnacionalizados.

Palavras como "justiça", "dívida", "gratidão", "ingratidão" e "reparação" são muito mobilizadas. De *A Pátria* até 1937, escravidão e Abolição não eram vistas como *ato acabado*, como um *passado*, *passado*. Havia, ainda, resquícios da primeira e incompletude na segunda assombrando os brasileiros. Não houve fim, mas ressignificações e outros modos de excluir, ainda que estes celebrassem intensamente o fim da escravidão. A "justiça" seria retroativa, pois "ontem deram liberdade ao escravizado, mas esqueceram-se de que o liberto se transformara em *cidadão*". Além da liberdade, era preciso que tivessem o direito "*de ter uma Pátria*"[333]. A "punição para tantos crimes" ocorridos ao longo desse tempo era impossibilitada pelo próprio tempo: "é tarde, muito tarde". A "mais nobre e mais honrosa" missão deve ser garantir aos libertos e livres seu lugar *na* "nação", *no* Brasil, onde tantos haviam "sucumbido"[334].

A constituição de uma "memória" sobre o período escravocrata é desejo declarado. Entre as estratégias de reivindicação desse passado vivo, *A Pátria* e outros jornais também protestam contra o "modo frio" com que "o 13 de maio" era "acolhido" em seu período. Deixar de comemorar a data constituía uma "evidente falta de patriotismo" diante da Lei que "libertou o Brasil da mais degradante nódoa" de sua história. Tratados como "dias comuns", os dias 12 e 13 de maio reservaram apenas uma "surpresa": "nossa polícia" mandou "espancar e pisar a patas de animais os transeuntes que saíram de suas casas em busca de festas". "Completamente

---

[331] ORLANDO, Alberto. O negro na Evolução Brasileira. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano IV, n. 28, p. 03-04, 15 jan. 1927.
[332] MARIANO, João B. O Brasil ainda é dos Brasileiros. *A Voz da Raça*, São Paulo-SP, Ano I, n. 15, p. 04, 01 jul. 1933.
[333] EDITORIAL. *A Pátria:* órgão dos homens de cor, São Paulo-SP, ano 01, n. 2, p. 02, 02 ago. 1889.
[334] *Ibidem*.

desenganados", os moradores de São Paulo "tiveram que recolher-se a seus lares porque a prudência assim os aconselhava"[335].

Feriados, comemorações cívicas e monumentos, como veremos melhor adiante, constituirão uma das práticas mais comuns para construir uma memória da escravidão, inclusive cotidiana, estabelecida anualmente como parte desse passado negro e para torná-lo, na medida do possível, conhecido por todos os brasileiros.

Outro passado narrado nas páginas do periódico *A Pátria* é a Independência. A data não é comum neste conjunto de jornais. Vista como um "arranjo do pai e do filho", "combinado com alguns ministros", a "proclamação da independência no dia 7 de setembro de 1822", "não foi a emancipação do Brasil!", pois "um Estado independente e livre", não poderia manter "a superioridade numérica dos seus habitantes" "escravizada". Em uma poesia do chamado "chefe abolicionista do Norte", João China, encontra-se a prioridade em relação a todo o ocorrido: "A liberdade é me anjo, / É irmã da claridade; / A liberdade é o meu Deus, / Deus é a própria liberdade!", "Muito bem; mas precisamos, / *Não esquecer o passado*"[336].

A esperança depositada na República em *A Pátria* parece não se concretizar em *O Progresso*, criado dez anos depois, na mesma cidade. A folha tinha como único fim "prestar auxílio desinteressado" a todos da "raça a que pertencemos" e considera o movimento republicano — que "contava" com "*muitos pretos e mulatos (que vem a dar no mesmo)*"[337] em suas fileiras — uma "grande decepção". Aquele "idiota preconceito" "em vez de diminuir, cresce". "Proclamou-se a República, o governo da igualdade, da fraternidade e quejandas liberdades", porém, no "franco convívio com os negros" não se mantinham tais divisas[338]. O jornal foi criado em 24 de agosto de 1899, por José Cupertino e Theophilio Dias de Castro, ambos ligados à parte da elite negra de São Paulo. O escritório do jornal ficava na Rua das Flores, n. 45, sendo impresso pela Tipografia Soler, a qual, por sua vez, localizava-se na Rua del Riachuelo, no logradouro 34[339].

Os "filhos dos pretos", "que antigamente eram recebidos nas escolas públicas", "são hoje recusados"; "soldados pretos" "são postos oficialmente abaixo do nível de seus camaradas". Quando muito, era "convidado *um só negro*" para os "salões" e eventos

---

[335] *Ibidem*.
[336] CHINA, João. Poema: A Liberdade. *A Pátria:* órgão dos homens de cor, São Paulo, ano II, n. 03, p. 03, 24 jul. 1890. Grifo meu.
[337] Em diversos outros momentos dos jornais da imprensa negra o "preto", o "mulato", o "pardo" e o "negro" são colocados como um mesmo, ou seja, para esses letrados, diante de seu cotidiano, não havia diferenças significativas entre todos esses epítetos. Ao que parece – e podemos aferir que o mesmo ocorre em outros periódicos – não havia diferenciação dos racistas quanto a uns e outros.
[338] O PROGRESSO: órgão dos homens de cor. São Paulo-SP, Ano I, n. 01, p. 03, 24 ago. 1899. *Grifo meu*.
[339] PINTO*, op. cit.*, p. 148.

importantes. Parece-me que essa era uma estratégia utilizada por racistas, pois a mesma "inserção" – entre muitas aspas –, única e solitária, reaparecerá em outros reclames dos jornais. De acordo com *O Progresso*, nos "poderes públicos" esvazia-se a presença negra; o mesmo poder não se preocupa com o "adiantamento dos pretos", atirando-os "à margem, como coisa imprestável"[340].

Certa nostalgia do lugar ocupado por negros em diversos passados também será uma tônica comum na imprensa negra. O interessante é que, mesmo que alguns, como *A Pátria*, declaradamente republicano, vejam o novo regime como algo positivo para negros, a maioria dos jornais vê no passado monárquico e colonial como lugares mais inclusivos. O espaço de experiência dá a impressão de haver, em outros períodos, exemplos negros suficientes para determinar menos discriminação.

É importante ressaltar também que o poder e os saberes na República, proclamada apenas um ano após a Abolição, não deixaram de cercear a liberdade dos negros. As leis definiam uma separação por raças[341]. O Decreto n. 145, de 11 de junho de 1893, chamado de "Lei da Vadiagem", serviu para coibir a circulação de negros, taxando-os de "vagabundos", "vadios" ou "desordeiros". Disposição parecida ocorre com a "prática das "capoeiras"[342]. Outro decreto proibia o direito à fiança a réus por "vagabundagem" ou sem domicílio, no mesmo 1899 de publicação de *O Progresso*[343], apenas onze anos após o fim da escravidão.

As biografias reaparecem, principalmente para exaltar trajetórias individuais e concentrar argumentos sobre a importância dos negros para a história do Brasil, reafirmando a necessidade de inclusão desse grupo na educação básica. O rábula Luiz Gama, o mais lembrado nessa imprensa, é o primeiro homenageado em *O Progresso*. No artigo, "*lançando um olhar para o futuro, sem esquecermos o passado, vemos um homem preto*" que, "por sua índole, inteligência e amor ao trabalho", pôde ter um "papel saliente na sociedade, embora espíritos retrógrados afirmem o contrário". Esse avanço foi possível graças à inclusão na educação e às oportunidades "antes" disponíveis para "homens pretos"[344].

---

[340] *Ibidem*. *Grifo meu*.

[341] Para saber mais, recomendo o podcast: ANDRÉ, Thiago; BRITO, Raimundo. *Apartheid Tropical. Raimundo Brito; Thiago André, Audible Original. Audible Studios para Amazon Serviços de Varejo do Brasil Ltda*, 30 set. 2024.

[342] DE BARROS, L. P. A subalternização do negro brasileiro: reflexões gerais acerca das políticas do estado brasileiro na República Velha (1889 – 1930) e no Estado Novo (1937 – 1946). *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as* (ABPN), [S. l.], v. 12, n. Ed. Especial, p. 666–693, 2020. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/site/article/view/945. Acesso em: 01 nov. 2025.

[343] Trata-se do Decreto nº 3475, de 4 de novembro de 1899, que negava o direito de fiança a réus vagabundos ou sem domicílio e autorizava incursões policiais sem controle judicial, especialmente em regiões onde havia mais negros.

[344] O PROGRESSO: órgão dos homens de cor. São Paulo-SP, Ano I, n. 01, p. 03, 24 ago. 1899.

Gama foi autodidata: aprendeu a ler com a ajuda de um amigo de seus senhores e tornou-se rábula; porém, tais informações não aparecem nessa biografia. Outro ponto importante para este trabalho é que, para compor a imagem – nesse caso, havia de fato uma imagem de Gama acima da biografia –, utilizam-se informações da terceira revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894). Além de indicar que, ao menos, esses letrados liam as revistas dos institutos, estabelece-se uma autorização: com base na narrativa de um "Instituto Histórico", podia-se afirmar com *autoridade* os fatos da vida do ilustre abolicionista[345].

Emerge, entre as homenagens em *O Progresso,* uma personagem em específico que até aqui encontrava-se no silêncio, *Luiza Mahin*. Participante da Revolta dos Malês (1835), na Bahia, a mãe de Luiz Gama, segundo o jornal, era "trabalhadeira e entregava-se ao comércio da quitanda". Era "pagã" e "recusava-se a converter-se ao cristianismo". Presa em algumas ocasiões por "suspeita de envolver-se em planos de insurreição de escravos, que não tiveram efeito", após a "Sabinada", mudou-se para o Rio de Janeiro, onde se perderam seus vestígios[346].

Sem escolas, "apartados do espaço público" pela polícia e próximos de uma geração de escravizados, não era possível "exigir, pois, desses homens civilização que lhes não deram", pois, após serem "atirados da noite para o dia ao grande turbilhão social", não se poderia afirmar ausência de predicados que se exigem em uma "civilização". Com todas essas dificuldades, apagados e excluídos, os negros, ainda assim, "tornaram-se verdadeiros patriotas"[347].

Esses jornais do fim do século XIX questionam a "superioridade racial" psicológica e fisiológica, concentrando-se nos argumentos científicos para rebatê-los. Em *O Progresso*, vemos a afirmação de que "antropologistas" e "*historiadores*" dizem haver diferença significativa entre negros e brancos (ou indígenas), com observações falsas de "menor volume do cérebro" ou "da acumulação da massa encefálica na região occipital". A "frenologia" considera esse um "sinal de sensualismo e falta de concepção do mundo exterior", o que é apenas resultado do "atraso" destes "antropologistas" e "historiadores" na leitura e conhecimento dos "novos horizontes para a filosofia antropológica"[348].

O "homem não é mais estudado pelo seu corpo físico, mas sim pelo ambiente onde ele se desenvolve". Essa seria a diferença. Homens "de cor preta" "educados" na Europa, nessa perspectiva, seriam tão capazes quanto os "brancos" do Velho Continente. Essa raça, inclusive, está em outro estágio, uma raça "*cansada*" e, por isso, perderiam seu lugar de superioridade

---

[345] *Ibidem*.
[346] *Ibidem*.
[347] *Ibidem*.
[348] PINTO, *op. cit.*, p. 151-152.

nessa hierarquia para alguns desses "outros povos" que se "civilizarão e reivindicarão seus direitos"[349].

O "ambiente" dessa nova "filosofia antropológica" refere-se, provavelmente, às teorias naturalista e evolucionista que aportavam no Brasil – vindas da Europa – e eram reinterpretadas de modo a compreender o país. Nesse ínterim, "a nação é concebida como resultado da progressiva transformação das matrizes europeias pela ação do meio ou da mistura de raças". Para citar alguns expoentes brasileiros dessa interpretação, Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero (1851-1914), filósofo, historiador, escritor e literato; e Tristão de Alencar Araripe Júnior (1848-1911), advogado, crítico literário e escritor que foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; divergiam sobre qual das duas "ações" era a mais importante. Para Romero, a mistura de raças representava uma solução para a "civilização" nacional. O segundo, por sua vez, enfatizava o "meio" para a "adaptação das raças e da cultura aos trópicos".

No entanto, nenhum dos dois letrados afirmava que, no interior do progresso e da civilização, a contribuição e o desenvolvimento era uma possibilidade aberta aos negros[350]. A "orientação naturalista e etnológica dos críticos e historiadores, no Brasil, se relacionou à introdução" desse pensamento "evolutivo e dessacralizado" em um "movimento literário e científico" da "geração de 1870", "em que Romero, Araripe", João Capistrano de Abreu (1853-1927) – historiador reconhecido e etnógrafo cearense – "se engajaram na atualização filosófica e na crítica à monarquia e ao escravismo"[351]. Contudo, o objetivo central permanecia como antes: provar, pelo passado, a constituição da nação.

Outro conceito frequente em estudos que defendiam a inferioridade do negro era o de "civilização". No Brasil do século XIX, a América era identificada como um "Novo Mundo" em que os autóctones brasileiros poderiam, ao concluírem suas "jornadas formativas", atingir "o grau europeu de desenvolvimento" como cristãos e portadores da "Razão". Os missionários também se relacionam com essa compreensão a qual, a partir do século XVI, na Europa, via os "selvagens" a partir da ideia do "homem natural": eram povos "sem lei, sem rei, sem padres, sem o teu ou o meu"[352], algo que, em vez de ser considerado intrinsecamente mau, era entendido como "prova da existência de uma moral natural superior" [353].

---

[349] *Ibidem*.
[350] VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical:* história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 37.
[351] *Ibidem*, p. 41-43.
[352] DUCHET, Michèle. *Anthropologie et histoire au siècle des lumières:* Buffon, Voltaire, Rousseau, Helvétius, Diderot. Paris: François Maspero, 1971, p. 10.
[353] NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica:* em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004, p. 43.

Há uma ligação entre a "natureza virgem" com a qual os europeus acreditavam se deparara em sua chegada à América e a maneira como analisavam os nativos. A partir da oposição com o "Velho Mundo", estabeleceu-se um novo paradigma sobre a diversidade dos povos: a ideia de um "homem primordial" que poderia dar "razão à existência de todas as partes da terra, na tentativa de tornar o mundo pensável e inteligível". A oposição "barbárie/civilização" – quase intransponível – diferencia-se da oposição "civilização/selvageria"[354]. O "novo" continente – a América – era povoado por sociedades consideradas no estágio da "infância", recentes assim como seu próprio espaço. Havia "imaturidade" associada a essa "natureza geológica nova". Mesmo partindo do pressuposto de que se tratava de uma civilização que "decaiu" de outra superior, considerava-se viável que os indígenas e a América estivessem em uma "fase transitória", tendo "a possibilidade da sua recuperação e amadurecimento pela passagem do tempo" como um caminho em "direção ao progresso" – tudo isso, é claro, sob "influência europeia"[355].

A África, ao contrário da América, tinha contato com europeus desde a Antiguidade, vista como uma terra "monstruosa", "porta para o inferno", na qual habitantes não detinham "regras" e "leis", "brutos de razão". Os africanos não eram vistos como portadores "de pureza", como os indígenas do Novo Mundo. A terra "nova" opunha-se à "terra do pecado e imoralidade", terra de "homens corrompidos" e portadora do "signo da barbárie"[356]. A África era um continente que tivera contato e desenvolvimento paralelo aos europeus e asiáticos, nessa leitura. Para alguns iluministas do século XVIII, sua "perfectibilidade" não poderia ser atingida facilmente, mas, até então, era considerada possível. Com as descobertas geológicas sobre a idade do planeta e estudos sobre hereditariedade, a crença de que apenas o clima e a geografia influenciavam as diferenças entre os povos começou a perder força.

A tese decadentista postulava um "tipo racial" ideal, uma raça "primordial da humanidade" – a "caucasiana" – a qual, com o tempo, teria se dividido em "quatro variações", mediante um processo de "degeneração" devido a diferenças climáticas em cada continente. Essa compreensão aparece em Johann Friedrich Blumenbach (1752-1840) – quem cunhou o termo "raça caucasiana" –, influenciando posteriormente Jean-Jacques Rousseau e Georges-Louis Leclerc, conde de Buffon. O conceito de "degeneração"[357] surge no IHGB, o que indica

---

[354] *Ibidem*., p. 51.
[355] *Ibidem*., p. 53-62.
[356] SANTOS, Gislene Aparecida dos. *A Invenção do Ser Negro:* um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo: Fapesp, 2002, p. 54-55.
[357] Autores como Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias, Januário da Cunha Barbosa e Joaquim Norberto adotavam essa noção, sobretudo para os indígenas. TURIN, *op. cit.*, p. 57.

que houve algum contato com essas teorias racialistas neste mesmo período. Essa tese era harmonizada com outra concepção: o monogenismo. Considerando o ambiente cristão, Adão e Eva permaneciam como origem primordial da humanidade[358].

Em *O Progresso*, observa-se ainda a emergência da construção de outras imagens do negro, afastando-o do binômio negro-escravo. Cita-se "médicos ilustres", "advogados cujos nomes eram respeitados no mundo forense", "artistas importantes", "músicos" e "letrados". Essas imagens também serviam ao propósito de distanciá-los da imagem de incivilizados[359]. Luiz Gama é o maior exemplo dessa representação, mas nem de longe é o único. É sintomático que, mesmo possuindo um passado relacionado à escravidão – ainda que de maneira ilegal –, a escravização do rábula não seja mencionada. Além de reivindicar uma memória da escravidão e da justiça pelas realizações dos escravizados, há também o interesse em um relativo esquecimento. Inclusive, constituindo *outro* negro, criticando sobretudo a homogeneidade do discurso geral sobre essa população que, em muitos casos, nem mesmo teve ligação direta com a escravidão.

Há um equilíbrio tênue entre a necessidade de lembrar os escravizados e a negação do binômio negro-escravo. Tal movimento se revela complexo ao longo da análise e indica que, entre escravizados e livres, "mães pretas" e doutores, a "honra de nossa raça" e a "glória dos nossos avós que morreram no árduo trabalho" encontram-se na "formação da Pátria", por vezes da "Nação", em outras do "Brasil"[360].

Com centenas de milhares de imigrantes europeus desembarcando em São Paulo, os periódicos paulistas constantemente criticam a ausência dos negros em postos de trabalho. Esse era o "abandono do nacional" frente ao "estrangeiro". Essa associação não é fortuita; segundo a própria folha, negros "brasileiros" sofriam com o preconceito de brancos e "alienígenas", gerando uma aproximação entre "antipatriotismo" e racismo. Enquanto "imigrantes italianos" encontram uma "estrutura social" "altamente permeável", os negros debatiam-se com outra, "altamente impermeável". A "valorização da aparência branca", característica do "preconceito de marca", contribuiu sobremaneira para consolidar a ideia de superioridade dos descendentes de europeus, o que lhes garantiu vantagens políticas e financeiras desde sua chegada e, posteriormente, maior facilidade para estabelecer relações[361].

---

[358] KODAMA, *op. cit.*, 2009, p. 133.
[359] O PROGRESSO: órgão dos homens de cor. São Paulo-SP, Ano I, n. 01, p. 02, 24 ago. 1899.
[360] *Ibidem*, p. 03.
[361] OSÓRIO, Rafael G. Desigualdade racial e mobilidade social no Brasil: um balanço das teorias. *In:* THEODORO, Mário (Org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil*: 120 anos após a abolição. Brasília: IPEA, 2008, p. 75.

No estado de São Paulo, segundo *O Progresso*, havia mais de "300.000 trabalhadores europeus nas fazendas", contribuindo para "o desprezo" empregado "aos pretos pelos fazendeiros", "uma das principais causas da crise da lavoura". Imigrantes não davam "vazão" à produção. Não se pode afirmar que "o trabalho do europeu supera o *do nacional*", mesmo que "desinformados" digam que o trabalho dos primeiros é "impulsionado pela inteligência"[362]. Para Pinto, *O Progresso* já percebia algo que custaria "à academia brasileira" "mais de meio século": "as políticas imigrantistas não passariam de pretexto para a exclusão da população negra do mercado de trabalho em terras brasileiras"[363]. Porém, além de ressaltar as vantagens dos "pretos" em relação aos "brancos" no trabalho, o texto de Bernardino Ferraz também estabelece uma ligação intrínseca entre valorizar a mão de obra negra e a valorização do "nacional".

Na primeira metade do século XIX, havia "três dimensões" hierárquicas com relação aos negros: "*a cor, a nacionalidade e a condição legal*". A "*cor era negra ou parda*" e "gradações intermediárias" eram utilizadas de maneira mais inconstante. A nacionalidade era definida como "africana" – embora essa classificação incluísse subdivisões como "mina", "angola", entre outras – ou "crioulo", isto é, negro nascido no Brasil. A "condição legal" variava entre "forro" – liberto – ou "ingênuo" – nascido livre[364]. Porém, na segunda metade do século XIX, "preto" poderia significar – como demonstra João Reis no caso da Bahia – tanto africano quanto descendente[365]. Desse modo, "negro" passou a adquirir uma conotação pejorativa. Ao longo do oitocentos, "classe" também foi sinônimo de "raça", termo também frequentemente empregado para definir a "classe dos senhores" e a "classe de escravizados"[366]. Com o fim da escravidão, o termo "negro" indicava algum passado escravista, enquanto "preto" era mais utilizado como referência à cor, não necessariamente à condição ou posição social[367].

No entanto, durante a República, outros usos emergem, sobretudo vinculados às teorias raciais. Assim, "raça" passa a indicar uma ligação biológica e psicológica, ao passo que "negro" torna-se progressivamente menos pejorativo e é revalorizado pelos letrados da imprensa negra. Outras bases teóricas também aparecerem nesta última, como se pode observar em *A Liberdade*, jornal paulista analisado por Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, remetendo ao pensamento de

---

[362] O PROGRESSO: órgão dos homens de cor. São Paulo-SP, Ano I, n. 01, p. 04, 24 ago. 1899
[363] PINTO, *op. cit.*, p. 155.
[364] CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e a sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 22.
[365] REIS*, op. cit.*, p. 23.
[366] SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato em branco e negro*: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX, São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p. 186.
[367] GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Notas sobre raça, cultura e identidade na imprensa negra de São Paulo e Rio de Janeiro, 1925-1950, *Afro-Ásia*, núm. 30, 2003, p. 250.

William Edward Burghardt Du Bois. O conceito de "raça histórica" que nega o pressuposto biológico e se constrói a partir de particularidades histórico-sociais e culturais para determinar diferenças "acidentais" entre negros, brancos e indígenas, será importante a partir da década de 1920. Ademais, "negros" passa a designar grupo, substituindo de modo ainda mais incisivo o conceito de "classe"[368].

O conceito de "cultura" também se altera a partir do final do século XIX, passando a designar o "conjunto de manifestações artísticas e materiais desse povo" [369] que hoje podemos denominar afro-diaspórico[370]. Entre pessoas negras diaspóricas, as ideias de "nação", "nacionalidade, filiação nacional e nacionalismo", embora "supremas", como observa Paul Gilroy[371] – por permitirem ou não a inclusão dessas pessoas em uma comunidade local mais ampla –, apresentam diferenças significativas entre diferentes grupos "negros" que desembarcaram na América ou em lugares do próprio continente africano. Guimarães observa que a "posição dos negros" *no Brasil* e nos Estados Unidos, no que se refere à nacionalidade, difere: no Norte, há uma forte reivindicação da ligação entre os negros nos EUA e a África, ligação cultural e histórica; no Brasil, o negro deixava "meridianamente clara a sua *completa e integral adesão à pátria brasileira* e seu afastamento cultural da África"[372].

A "dupla consciência" do Atlântico Negro a partir da modernidade cria uma dialética contradição entre a identidade nacional e identidade racial[373]. No caso dos jornais paulistas do final do século XIX, observa-se o afastamento da cultura africana e uma aproximação e valoração dos valores civilizatórios, morais e éticos do que se poderia chamar – com Antônio Guimarães – de "elite branca"[374]. Essa outra dinâmica, não totalmente antagônica à dos *yankees*, faz com que doutrinas como o *pan-africanismo* tenham menor adesão entre negros brasileiros e promove o reforço mais incisivo na necessidade de inclusão do negro ao "Brasil", à história nacional, à cultura, memória e identidade desta nação[375].

É questão de demarcar as diferenças entre as perspectivas de uma folha anterior à República – *A Pátria* – e outra, também paulista, posterior à Proclamação do novo regime – *O Progresso*. A República, dez anos após a sua instauração, pode ser lida como uma virada decisiva na aplicação do *dispositivo da racialidade*. Porém, suas mudanças e atualizações não

---

[368] *Ibidem*., p. 255.
[369] *Ibidem*., p. 257.
[370] GILROY, Paul. *O Atlântico Negro:* modernidade e dupla consciência. São Paulo: Editora 34, 2012.
[371] *Ibidem*.
[372] GUIMARÃES, *op. cit.*, p. 258-260.
[373] GILROY, *op. cit.*, p. 36.
[374] GUIMARÃES, *op. cit.*, p. 260.
[375] FRANCISCO, Flavio Thales Ribeiro. A redenção da raça negra em uma perspectiva internacional: discursos do garveysmo no jornal O Clarim da Alvorada. *Faces da História*, *[S. l.]*, v. 1, n. 1, p. 89–105, 2017.

indicam necessariamente a inexistência ou diminuição do racismo no país. A produção de uma nacionalidade negra *e* brasileira, ou brasileira negra, continuou a ser gestada na imprensa negra de diversas maneiras e com enfoques diferentes no passado. Encontrar-se com a "Nação" a ser projetada seria um desafio em todo o território nacional.

CAPÍTULO 4
O EXEMPLO É NEGRO E NACIONAL: O MEDO NEGRO E OS ESTADOS UNIDOS

O Exemplo é reconhecido como o primeiro periódico da imprensa negra rio-grandense. Ele atuou continuamente entre 1892 e 1930, quando encerrou suas atividades devido a dificuldades financeiras[376]. Entre seus fundadores, destacam-se Marcílio de Freitas, Dário de Bittencourt e Arthur Andrade, que permaneceram à frente da redação até as primeiras décadas do século XX. Como funcionários públicos federais, gozavam de relativa estabilidade financeira, condição que lhes permitiu empreender no ramo jornalístico[377].

Quanto às motivações para sua criação, um dos exemplares do periódico apresenta uma justificativa elucidativa: Justino Coelho da Silva Júnior, figura próxima aos idealizadores do jornal, sofrera discriminação racial durante o período imperial por parte de Gaspar da Silveira Martins, então conselheiro de Estado. O episódio ocorrera quando Silva Júnior, aprovado em concurso público, teve seu resultado anulado por Martins sob a alegação de que o candidato possuía um "grande defeito": "não ter branca a cor da sua epiderme"[378].

Lançado no contexto pós-Abolição e pós-Proclamação da República, *O Exemplo* emergiu em um momento de significativas transformações em Porto Alegre, caracterizado por intenso desenvolvimento industrial, expressivo crescimento demográfico, expansão do sistema de ensino público e acelerado processo de modernização urbana[379] — embora esse progresso material coexistisse com crises políticas que afetavam todo o território nacional. Contudo, como o periódico não deixou de registrar, os *horizontes de expectativa* abertos pelo novo regime republicano — especialmente no que se referia à promessa de igualdade e à superação das hierarquias raciais e sociais —, mostraram-se frustrados já em seus primeiros anos.

As páginas de *O Exemplo*, ecoando denúncias comuns a outros periódicos negros brasileiros da época, documentavam recorrentemente: a truculência de agentes policiais contra a população negra; casos de discriminação racial contra crianças nas instituições escolares; as precárias condições de moradia em áreas periféricas; as tensões no mercado de trabalho entre trabalhadores negros, imigrantes europeus e brancos nacionais; e a completa ausência de políticas públicas assistenciais voltadas para a comunidade afrodescendente.

---

[376] É importante destacar que sua atuação foi interrompida diversas vezes, ainda que por pequenos períodos. PINTO, *op. cit.*, p. 157.
[377] ZUBARAN, Maria Angélica. Pedagogias da Imprensa Negra: entre fragmentos biográficos e fotogravuras. *Educar em Revista*. Curitiba, n. 60, abr./jun. 2016, p. 216.
[378] O APARECIMENTO d'O Exemplo. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, Ano IV, n. 33, p. 01, 02 jan. 1928.
[379] PERUSSATTO, Melina Kleinert. O Exemplo, a imprensa e os homens "de cor" em Porto Alegre no pós-abolição. *Intellèctus*, Ano XVII, n. 01, p. 29, 2018.

A partir de seu terceiro ano, o jornal passaria a chamar-se *O Exemplo: jornal do povo*. Fundado no centro da capital do estado do Rio Grande do Sul, em 11 de dezembro de 1892, por um grupo de pardos e pretos letrados, o periódico teve mais de 500 números publicados entre 1892 e 1930 – com algumas interrupções. Até 1920, os jornais contavam com 4 páginas cada, em tamanho e formato comuns do período, com um custo que variava com assinatura mensal de 500 réis e, posteriormente, quando se tornou trimestral, no valor de 1$500 mensais. Sediado inicialmente em uma barbearia, contou com importantes nomes em suas redações, como Arthur de Andrade, Marcílio de Freitas, Esperidião Calisto, Sérgio Bittencourt e seu irmão Aurélio Bittencourt Júnior[380].

Desde sua edição inaugural, *O Exemplo* colocou no centro de seus debates a problemática do preconceito racial[381]. Essa temática articulava-se intimamente com outra questão fundamental para o periódico: a reflexão sobre a pertença à nacionalidade brasileira e a construção de uma suposta "grande comunhão" entre os cidadãos do país[382]. O jornal identificava na "absoluta falta de instrução", que afetava desproporcionalmente a população negra, uma consequência direta do "preconceito de raça" então vigente[383].

Essas reivindicações conectam-se diretamente com os objetivos do presente estudo, pois, para os intelectuais negros vinculados à imprensa periódica, a plena integração dos negros na comunidade nacional — acompanhada pelo reconhecimento de parte dos brancos — e o acesso à instrução constituíam mecanismos essenciais não apenas para a melhoria das condições de vida, mas principalmente para o combate ao preconceito. Este último era compreendido como um dos legados mais perniciosos do regime escravista, uma espécie de "rastro" ou *resto* que persistia tenazmente na sociedade brasileira muito além da própria abolição formal da escravatura.

Compreendido como "o primeiro registro impresso da história da comunidade negra porto-alegrense, tratando-se de um testemunho de inestimável valor histórico e cultural"[384], *O Exemplo* buscou publicar biografias de grandes homens negros, inclusive para, "por meio de múltiplos recursos", produzir e disseminar "valores e modos de ser e estar no mundo", desempenhando "um papel pedagógico significativo na construção de subjetividades e identidades negras". A relevância desses discursos articula-se com outras formas de ação, como

---

[380] PINTO, *op. cit.,* p. 156-157.
[381] EDITORAL, *O Exemplo,* Porto Alegre, ano 01, n. 01, p. 01, 11 dez 1892.
[382] EDITORIAL, *O Exemplo*, Porto Alegre, ano 02, n. 16, p. 01, s. d. 1983.
[383] ATUALIDADE I. *O Exemplo*, Porto Alegre, ano 02, n. 28, p. 01, s. d. 1893.
[384] VIEIRA, Diogo de Moraes; ZUBARAN, Maria Angélica. A produção da identidade afro-brasileira no pós-abolição: imprensa negra em Porto Alegre (1902-1910). *Revista de Iniciação Científica da ULBRA*, n. 05, p. 03, 2006.

desestabilizar o "silêncio e o ocultamento sobre os intelectuais negros e as suas contribuições à cultura nacional"[385] e, desse modo, inserir esse segmento populacional em um "Brasil" ainda em construção.

Observando as reflexões de W. E. B. Du Bois, a formação de uma "consciência de si" entre negros, uma "consciência dupla", é inerente ao colonialismo e ao racismo, os quais não podem ser superados sem considerar a estranheza de "estar sempre a se olhar com os olhos dos outros". Ser negro e ser brasileiro configuram a construção necessária de "duas almas, dois pensamentos, dois esforços", quase "irreconciliáveis"[386].

A invisibilidade dos habitantes negros do Rio Grande do Sul[387] também gera desafios específicos. Houve uma outra valorização dos "elementos ligados à imigração de italianos e alemães", fomentada por políticas de "branqueamento" que trouxeram populações de países europeus; somada a um deliberado projeto de negligência em relação aos negros nas "políticas públicas"; e a uma "segregação socioespacial" que adquiriu especificidades no Sul[388], inclusive nas fronteiras com outros países da antiga América Hispânica[389].

Para Mário Maestri, a negação da escravidão, "ampliada pela historiografia" do século XIX e do início do XX, e a entrada de europeus criaram uma "cidade alemã" no sul do Brasil[390]. Esse mesmo movimento também tornava o preconceito mais "visível". Um artigo de *O Exemplo* indica que o racismo era maior no Rio Grande do Sul: a "distinção que há entre brasileiros de cor mista e os pseudo-brancos é, *mormente aqui no Sul*, tão profunda" "que às vezes, nem somos capazes de acreditar se, de fato, existe ou *não uma nacionalidade brasileira*"[391].

Porém, não é possível considerar a maior imigração europeia para esse estado ou pressupor, a partir desses números, maior racismo, como resposta para a concentração de jornais da imprensa negra nessa região. O Rio Grande do Sul era outro polo de desenvolvimento industrial e cultural. A entrada de máquinas de impressão, facilitada pela fronteira com a Argentina, por exemplo, pode ter influenciado o crescimento de periódicos publicados. Além disso, a renda média na província era alta em relação ao restante do país, dinâmicas que

---

[385] ZUBARAN, *op. cit.,* p. 216.
[386] DU BOIS, William E. B. *As almas da gente negra*. Rio de Janeiro: Ed. Lacerda, 1999, p. 54.
[387] BONETTO, Helena. Invisibilidade negra na cidade de Porto Alegre: uma pesquisa sobre imaginários urbanos. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
[388] BONETTO, Helena. A invisibilidade negra na cidade de Porto Alegre: uma pesquisa sobre imaginários urbanos. *Revista Para Onde!?*, Porto Alegre, v.12, n.1, p.164-172, 2019.
[389] SILVA, Fernanda Oliveira da. *As lutas políticas nos clubes negros:* culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no Pós-Abolição (1870-1960). – Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2017.
[390] MAESTRI, Mário. O negro e o imaginário étnico gaúcho. In: Diversidade étnica e identidade gaúcha. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 1994, p. 129-140.
[391] PELA Pátria. *O Exemplo*, Porto Alegre, ano III, n. 01, p. 01, 02 jan. 1918.

facilitam a circulação de ideias, bens e consumo, além de demarcar certa necessidade de posicionamento dos letrados da região sobre questões nacionais[392].

Dos jornais conhecidos da imprensa negra gaúcha, entre 1892 e 1937, reunimos: *O Exemplo* (1892-1930), *O Judas* (data desconhecida), *O Rio Branco - Semanário literário, humorístico e esportivo*, *O Astro: Órgão crítico, humorístico e literário* (1928), *A Hora - Hebdomadário, literário noticioso e crítico* (1925-1929), todos de Porto Alegre; *O Vergalho - Crítico, noticioso e literário* (1925) de Rio Pardo, *O Succo - Orgam Critico; Humorístico e Noticioso* (1924) fundado em Santa Maria, *A Alvorada: periódico literário, noticioso e crítico* (1907-?) em Pelotas; além daqueles jornais sediados em Bagé, cidade do interior do estado e que tem um grande número de periódicos da imprensa negra: *O Rio Branco - Semanário literário, humorístico e esportivo* (1913), *A Defesa - Orgam da raça Ethyopica - Literário, noticioso e recreativa* (1920), *O Carteiro: Semanário da Juventude* (1921), *O Palmeira* (1920), *A Tesoura - Orgam de Literatura, crítica e namoro* (1922-1932), *O Rouxinol - Orgam da Juventude* (1924), *A Revolta: Folha literaria, noticiosa, recreativa e crítica* (1925), *O Teimoso - Orgam do club carnavalesco* (1928), *O Boato: Semanário crítico, literário, humorístico e noticioso* (data desconhecida), *Lampeão - Folha Quinzenal* (1934), *Arauto - Hebedomadario, literária*, *social* (1936), *Socega Leão* (1937-1939) e *O 28 de Setembro* (1937-1939).

A abertura do primeiro número de *O Exemplo* deixa antever alguns dos pontos que serão nevrálgicos nas disputas narrativas sobre o passado. O intuito declarado do jornal era "mostrar à sociedade que também temos um cérebro que se desenvolve segundo o grau de estudo a que o sujeitemos", ainda que muitos discordem, por desconhecerem suas "legítimas aspirações". Muitos críticos abertos às "gritarias", o fazem por serem "parte dos doutrinários que julgam o homem pela cor da epiderme"[393].

Pouco depois de sua criação, o periódico dedica um artigo às comemorações do Ano Novo, feriado renomeado pela República como "dia da confraternização dos povos". A data instituída com o objetivo de "estreitar" laços entre "todos os brasileiros, todos os cidadãos autóctones da vasta região que ocupa quase metade da América Meridional", não surtiu efeito. Qualquer cidadão que "imparcialmente julga os fatos históricos" "sente-se, por assim dizer, coagido a exclamar que a confraternização não passa de uma utopia, de um vocábulo aplicável na teoria, mas de nulo valor na prática"[394]. Mesmo em "pleno regime democrático", aos negros não era "dado ainda gozar dos largos e benéficos princípios que derivam desse salutar sistema

[392] SILVA, *op. cit.*, 2017, p. 130.
[393] EDITORIAL, *O Exemplo,* Porto Alegre-RS, ano 01, n. 01, p. 01, 11 dez. 1892.
[394] CONFRATERNIZAÇÃO? *O Exemplo,* Porto Alegre-RS, Ano 02, n. 04, p. 01, 01 jan. 1893.

governativo". A "democracia" não era democrática para todos. Há uma "obsessão no espírito de várias entidades sociais que as leva à má compreensão de que não somos todos iguais perante a lei", "a qual estabelece para todos, sem distinção de raças, um incontestável direito às suas vantagens e garantias"[395].

Para deixar clara a "distinção" que ocorria cotidianamente, apresento um trecho de outra reportagem, dessa vez, referente a uma denúncia triste e que demonstra as (des)vantagens e (des)garantias dessa democracia:

> Lúgubre foi o quadro que presenciamos em dias da semana passada no lugar denominado Tristeza, a duas léguas distantes desta capital. A princípio julgamo-nos entre uma tribo de selvagens, mas infelizmente não!... estávamos em presença das autoridades locais. Que autoridades aquelas sem coração e humanidade! Veja!!! *Em um tosco e imundo barracão jaziam seis presos amarrados pelo pescoço aos esteios do mesmo; junto a um dos presos estavam uma senhora e três criancinhas, todos de cor preta e que choravam desesperadamente pela desgraça de seu esposo e pai.* [...] A vítima capital era um *pobre velho da cor preta que ali sofria duros castigos*. O que tinham feito esse pobre e essa miserável gente para assim serem tratados? Alguém nos disse que o pobre velho fora preso por haver contra ele suspeitas de crime abjeto, mas é sabido que o pobre velho vive honesta e laboriosamente e é bem quisto entre os moradores do lugar. Esperamos providências no sentido de serem respeitados nossos direitos, pois uma prisão imposta assim é somente uma atrocidade e uma violência infligida à liberdade desse nosso contemporâneo[396].

Denúncias de racismo estampam as páginas de todos os jornais da imprensa negra. Essa era uma forma de expor o preconceito e cobrar respostas. No extenso excerto tomado como exemplo dessa prática, chama a atenção o ato de aprisionar negros, amarrando-os pelo pescoço, tal como ocorria no período escravista, em 1893. No mesmo número, outro letrado responde ao ocorrido: "Mas então vós, que vos julgais oriundos de uma raça superior, que levais o vosso orgulho ao ponto de sentirdes repugnância dos descendentes da raça negra", deveriam ser mais claros, "revelar, em vossa atitude para conosco, mais coerência", pois os mesmos que desprezam negros são os "que, quando a Pátria pede sacrifício ingente de seus filhos para desafrontar de insultos lançados à sua face por uma nação inimiga", mantêm-se no "no doce aconchego do lar, pretextando este ou aquele impedimento", enquanto "os homens de cor, cheios de abnegado ardor", atendem "pressurosos à reivindicação dos brios nacionais". E continua: "Vós, num egoísmo abastado e vil, vos limitais aos regabofes da família"; "Nós, que contraste! Formamos, *na totalidade digna de nota*, as fileiras de heróis que se oferecem em holocausto da Pátria!"[397].

---

[395] O EXEMPLO, Porto Alegre-RS, ano 02, n. 05, p. 01, 08 jan. 1893.
[396] CONFRATERNIZAÇÃO? *O Exemplo,* Porto Alegre-RS, Ano 02, n. 04, p. 01, 01 jan. 1893. Grifos meus.
[397] O EXEMPLO, Porto Alegre-RS, ano 02, n. 05, p. 01, 08 jan. 1893.

No início do século XX, rememorando a data de 28 de setembro e a promulgação da Lei do Ventre Livre, o negro-soldado retorna. Para além de uma independência "incompleta", por manter-se o comércio de "carne humana" mesmo após declarar-se livre do "domínio português" na "Revolução dos Farrapos", em meio a uma guerra "em nome dos princípios sagrados da Liberdade e da Igualdade", os "revolucionários conservavam os seus próprios irmãos escravizados". De forma análoga, a Guerra do Paraguai, quando "o Brasil combatia em nome da liberdade a tirania de Solano Lopes", mantinha no esquecimento "milhões de seus filhos" que eram escravizados. Ao fim do conflito no Sul, "cuja vitória coube ao Brasil", "muitos escravizados que haviam generosamente oferecido seu sangue em defesa do nosso pavilhão", "tiveram como recompensa a ordem do governo de os entregar aos grilhões de cativeiro!"[398].

Em 1916, a mesma guerra é evocada, entre outras coisas, para rebater parte da publicação de *Curiosidades históricas brasileiras*, veiculada no *Correio do Povo* e escrita por "Coruja Netto". No mesmo ínterim, as biografias são explicadas. A retomada de figuras históricas do último quartel do século XIX e início do XX pretendia que os biografados se convertessem em "espelho onde, refletindo as tradições significantes dos antepassados, tomam-se valores necessários para o presente" e, dessa forma, "novas gerações" podem "mirar-se para com cívico estímulo guiar os seus passos". Coruja Netto teria "omitido" o fato de que "durante a Guerra do Paraguai", "nossas fileiras" eram compostas, "majoritariamente", por soldados "negros *brasileiros*". O autor teria chamado os militares negros de "africanos", gerando a crítica. Os ilustres "brasileiros", "em vez de um soldado brasileiro de origem africana", tiveram sua cor e seu corpo "sacudidos" pelo verdadeiro "patriotismo"[399]. Brasileiro! Africano, não. O momento em que é retomada a guerra, nesse segundo caso, também é revelador e não pode ser ignorado: a Grande Guerra em andamento se refletiria nestes periódicos.

Essa, porém, não foi a única crítica dirigida a Coruja Netto. Narrando outro episódio, o autor demarcou que, na mesma obra, durante a inauguração de uma estátua de Pedro Álvares Cabral, em 3 de maio de 1900, houve grande dificuldade na retirada do véu que cobria o monumento. Foi então que um "crioulo", "segurando-se com a mão esquerda", usou a "mão direita e os dentes" para desfazer o nó que impedia o pano de cair. Segundo Netto, um "diplomata" que acompanhava a cerimônia teria exclamado: "mal sabia Pedro Álvares Cabral, quando descobriu o Brasil, que aquele crioulo havia de descobri-lo". Para *O Exemplo*, caso se tratasse de uma observação elogiosa, tudo teria transcorrido como esperado "num país mestiço"; caso fosse jocosa, o autor deveria ter "poupado um pouco da tinta" e tomar a "boa

[398] 28 DE SETEMBRO. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano 02, n. 33, p. 03, 28 set. 1904.
[399] UBY, Carlos. Comentos. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano I, n. 16, 30 abr. 1916.

ocasião de ficar calado". Carlos Uby, autor da crítica, então reformula a frase: "mal sabia Pedro Álvares Cabral, quando descobriu o Brasil, *que haviam de convertê-lo numa senzala*, para, em vez de *um brasileiro*, um 'crioulo' descobri-lo"[400].

Entre os "soldados" e a "senzala", *O Exemplo* foi incansável defensor da comemoração nacional e do feriado de 13 de maio. Retirado das "folhinhas e calendários", o dia foi "esquecido" e substituído pela "Fraternidade Brasileira". Para o periódico, a mudança não se justifica. Com uma "fraternidade" que não é "fato completo, indesmentível", em um país em que persistem "antagonismos e odiosidades entre as populações desta grande terra", "a unidade nacional" foi feita "integralmente". Havia "dissenções preconceituosas entre filhos do mesmo país". "Não! A fase social aberta pela lei abolicionista ainda não está completa!". Mantêm-se "preconceitos de eras passadas" em meio a brasileiros "retrógrados" que ainda sonham com o "aviltamento ignóbil das senzalas" em detrimento da "comunhão dignificante de cidadãos igualmente livres na ordem social contemporânea". Seria essa uma nação[401]?

O argumento é histórico: "não têm todas as raças o seu acervo de serviços à grandeza da nossa pátria?". "Nas guerras travadas para defesa da integridade nacional, atraiçoou alguma delas seus compromissos?". A própria "História Pátria" "registra" os "feitos gloriosos de brancos, vermelhos e etíopes", inclusive "nas guerras travadas por esse país". No Brasil, "todos querem buscar superioridades que não possuem, linhagens nobres que jamais possuíram". A "era iniciada por 13 de maio de 1888 precisa ser melhor orientada", pois o "patriotismo é uma ficção, uma mentira ignóbil, quando demasiado valor se dá a mesquinharias preconceituosas, contrárias a ele". O Brasil, a nação, precisa de "*caracteres sãos e não de epidermes alvas*"[402]!

Porém, essas "mesquinharias preconceituosas", isto é, o preconceito racial no Brasil, não constituíam consenso entre os jornalistas de *O Exemplo*. Em um apelo pela instrução do negro, Miguel Cardoso assinala que, mesmo que muitos considerem que o "estado de acabrunhamento em que" vivem seja resultado do "preconceito de raça", para ele, esse era um resultado única e exclusivamente da "absoluta falta de instrução"[403]. Para "provar a veracidade" de sua asserção, utiliza-se de "vultos bem salientes de homens de cor" em um país em que "irmãos são chamados a ocupar cargos públicos", inclusive de "alta responsabilidade", "principalmente no mundo militar". Dessa forma, não era possível haver preconceito. Cardoso julga ter "provado que a instrução é o único motivo pelo qual eles têm o mérito que lhes é

---

[400] *Ibidem*. Grifos meus.
[401] A FRATERNIDADE brasileira. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano I, n. 18, p. 01, 13 mai. 1916.
[402] *Ibidem*. Grifo no original.
[403] CARDOSO, Miguel. Atualidade I. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano 02, n. 28, p. 01, desconhecido 1893.

dispensado" e que, "para esses" – homens negros ilustrados –, "não existe o preconceito de raça"[404]. Os exemplos novamente giram em torno de nomes como os de Luiz Gama, André Rebouças e José do Patrocínio.

A assertiva não ficou sem resposta. Na edição de número 32 do jornal, coube a Esperidião Calisto debater com Cardoso. Para o primeiro, o texto do segundo "danifica completamente o ferro frio em que temos malhado desde a fundação de nosso periódico": "o preconceito de raça, *oficialmente instituído*". Corroborando o argumento, Calisto recorre a um exemplo pessoal: "Quem escreve essas linhas frequentou a aula primária do primeiro distrito desta capital, dirigida pelo então professor público Raphael Antônio de Oliveira" que "separava-nos [os negros] em um quarto escuro contíguo à sala onde estavam os brancos". Era nesse espaço onde crianças negras recebiam "a instrução", na "penumbra da luz diurna que exiguamente nos iluminava": "Eis aí estabelecido o preconceito escolar, tendo por base a cor, nos afugentando das aulas públicas". As "exceções honrosas", são "exceções". "Não devemos nos vangloriar por posições adquiridas por tão alto preço", desde a escuridão da escola até a "descendência". É por meio dessas "injeções" negras "que os potentados anestesiam os brios dos homens de cor"[405].

Os exemplos também poderiam enganar. Esse é um ponto importante. Alçar um dos homens negros à cargos ou espaços mormente ocupados por brancos não torna esses ambientes isentos do racismo. O custo, os caminhos e os sofrimentos particulares para alcançar essas posições também não podem ser esquecidos.

O "preconceito", tanto no fim do século XIX como no início do novecentos, aparece com dois complementos: o "preconceito de cor", mais vinculado ao Brasil; e o "preconceito de raça", que ocorria nos Estados Unidos. Entre as teorias cientificistas que classificavam hierarquicamente as "raças" – como evolucionismo social, naturalismo, darwinismo social, positivismo e outras "práticas imperialistas das potências europeias"[406] –, há debates acalorados sobre a diferença entre negros brasileiros e de outros países. Os Estados Unidos são a principal referência para as relações raciais, compreendidos como um local onde a miscigenação e a tolerância racial eram consideravelmente menores. O surgimento de práticas institucionalizadas legalmente, como as *Leis Jim Crow* (1865-1965), o aparecimento da *Ku Klux Klan* (1865) e a

[404] CARDOSO, Miguel. Atualidade III. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano 02, n. 31, p. 01, desconhecido 1893.
[405] CALISTO, Esperidião. Pelo dever. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano 02, n. 32, p. 01-02, desconhecido 1893.
[406] BARBATO, Luís Fernando Tosta. A Raça em Revista: um guia de artigos comentados sobre a questão racial nas Revistas do IHGB (1870-1902). *Expedições*: *Teoria da História & Historiografia*, v. 05, n. 01, p. 96, jan.- jun. 2014.

ocorrência de linchamentos[407], fizeram com que muitos jornais da imprensa negra brasileira apontassem uma dinâmica racial distinta naquele país: diferentemente do Brasil, lá imperaria um "preconceito de raça", enquanto aqui predominaria um "preconceito de cor"[408].

Entre tantos estudos sobre o tema, podemos destacar os de Oracy Nogueira, sociólogo que cunhou o termo "preconceito de marca". A "pureza racial" sanguínea, como a "regra da única gota de sangue", popular nos Estados Unidos, é substituída por "marcas raciais" fenotípicas no Brasil[409]. O que mais importa é a percepção visual de caracteres físicos e não a ancestralidade *per si.* De qualquer forma, se é possível falar em "*haitianismo*" entre a elite branca brasileira – o "medo branco" de uma "onda negra" como a que conduziu a antiga colônia francesa de *Saint-Domingue* à revolução[410] –, há também um "medo negro" de uma onda de racismo aos moldes daquele que ocorria nos Estados Unidos. A maioria via racismo no Brasil, mas via também outro modo de relação nos *yankees*, o que, pela imprensa, transparece o pavor de haver grupos nacionais como a Ku Klux Klan ou os linchamentos.

A "mestiçagem", as "três raças", o "Brasil-cadinho" ou "paraíso racial"[411] são conceitos e termos que pretendiam indicar um país formado por negros, indígenas e europeus que viviam em harmonia. A presença das três raças é evocada de maneira frequente como explicação ou argumentação para a ausência de racismo no Brasil. Muitos dos jornais da imprensa negra tomam as três raças como um fato. Mas o que viemos a chamar de "democracia racial", essa concepção de um país que tem grande número de pardos e, por pressuposto, não tem preconceito racial, não é majoritária nos periódicos deste arquivo. Ideia contestada, não quanto à presença desses três elementos, mas devido ao seu caráter apaziguador, que sugere uma suposta harmonia universal no país. Havia indígenas, negros e brancos, mas nem de longe a presença garantia igualdade e a inexistência do racismo.

Grandes letrados do fim do século XIX e das primeiras décadas do XX defenderam essa ideia. Desde Karl Friedrich von Martius, em sua famosa "dissertação" premiada como "melhor

---

[407] BRITO, Luciana da Cruz. o crime da miscigenação: a mistura de raças no Brasil escravista e a ameaça à pureza racial nos estados Unidos pós-abolição. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 36, nº 72, 2016. FERRÃO, Renan Santos. As diferenças do racismo no Brasil e nos Eua: Uma aproximação inicial a partir de um olhar pelo controle social da população negra no pós-abolição. *Revista Res Severa Verum Gaudium*, v. 06, n. 02, p. 152, jan.-jun. 2022; OLIVEIRA, Maria Margarida Dias; FREITAS, Itamar Freitas; SANTOS, Magno Francisco de Jesus; SANTO, Fábio Alves dos; SEMEÃO, Jane. Pós-Abolição e as Relações Raciais. *Crítica Historiográfica*. Natal, v.4, n.15, jan./fev., 2024.

[408] MELLO, Luciana Garcia de. Revisitando as interpretações sociológicas sobre o racismo. *In:* BARROSO, Véra Lucia Maciel; MACEDO, José Rivair; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Racismo, relações de poder e história negra em Porto Alegre:* séculos XIX-XX. Porto Alegre: Evangraf, 2023, p. 24.

[409] NOGUEIRA, Oracy. *Preconceito de marca*: as relações raciais em Itapetininga. São Paulo: EDUSP, 1998.

[410] AZEVEDO, *op. cit.*, 2004.

[411] VENTURA, *op. cit.*, 1991.

plano para escrever a História do Brasil" pelo Instituto Histórico do Rio de Janeiro[412], passando por Sílvio Romero[413], Euclides da Cunha[414], Nina Rodrigues[415] e, posteriormente, Gilberto Freyre[416], a visão de um país mestiço – avaliada de forma positiva ou negativa – terá, como mencionado, defensores nos jornais que compõem este estudo.

Reunindo pontos importantes das duas últimas discussões apresentadas, tanto o "paraíso racial" quanto o "medo" norte-americano foram mobilizados em um debate parlamentar da década de 1920, e a imprensa negra não se omitiu neste cenário. O Brasil projetava, inclusive perante os estadunidenses, uma imagem de harmoniosa convivência entre negros e brancos[417], ao passo que, desde a década de 1910, a violência racial nos EUA se intensificava. No que se refere ao segundo, a partir dos confrontos em East St. Louis, Illinois, o país entrou em um vórtice de conflitos, inclusive armados[418].

Em 1921, a *Brazilian-American Colonization Syndicate* manifestou interesse, junto ao governo brasileiro, em adquirir propriedades no interior do estado do Mato Grosso para estabelecer colônias de negros norte-americanos. As reações do poder político foram majoritariamente contrárias. Andrade Bezerra e Cincinato Braga, ambos deputados, apresentaram um projeto de lei que proibia a "importação de indivíduos *da raça negra*"[419]. Embora não tenha prosperado, a iniciativa gerou um debate nacional que expôs o desejo de embranquecimento da população, o racismo contra negros e, em outra perspectiva – considerando os que apoiaram a proposta –, certa admiração aos Estados Unidos[420].

---

412 MARTIUS, Carl F. von. Como se deve escrever a história do Brasil (1844), *Revista do IHGB*, 1953, p. 189-190.

413 Com relação ao tema, destacam-se, entre todas as suas obras: ROMERO, Sílvio. *O Evolucionismo e o positivismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica, 1895; *O Brasil Social*. Rio de Janeiro: Typographia Jornal do Comércio, 1907; *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1888.

414 Destacamos aqui a obra: CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Cultix, 1973.

415 RODRIGUES, Raimundo Nina. Os mestiços brasileiros. *Revista Brasil Médico- Revista Semanal de Medicina e Cirurgia*, Rio de Janeiro, Ano IV, N. 07, p. 50-52, 22 fev. 1890; *O Animismo fetichista dos negros bahianos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935; *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Bahia: Progresso, 1894; *Os Africanos no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1988.

416 Isso ocorre sobretudo em: FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala:* formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

417 AZEVEDO, Célia M. M. (1996). Abolicionismo transatlântico e a memória do paraíso racial brasileiro. *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 30, pp. 151-162.

418 FRANKLIN, John Hope. *From slavery to freedom:* a history of Negro Americans. (5ª ed.). New York, Alfred A. Knopf, 1980; GROSSMAN, James R. *A chance to make good:* African-Americans, 1900-1929. New York/Oxford, Oxford University Press, 1997.

419 AMOS, Jair de Souza. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 1920. *In*: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (Orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro, Fiocruz-CCBB, 1996, pp. 59-82.

420 GOMES, Tiago de Melo. Problemas no paraíso: a democracia racial brasileira frente à imigração afro-americana (1921). *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 25, no 2, 2003, pp. 307-331.

Muitas foram as vozes contrárias à imigração negra norte-americana na imprensa negra, principalmente pela necessária valorização do negro nacional e por medo da importação do "ódio de raças" para o Brasil. Em agosto de 1921, quando o poderio bélico e financeiro dos *yankees* estava em plena ascensão, *O Exemplo* já os considerava um "país grandioso", exceto pelo seu "ódio de raças": essa era uma nação que "lincha os seus concidadãos de epiderme preta", que tinha "violento combate" entre "brancos e pretos" e onde "assassinaram cruelmente" um homem negro, um lugar de "injustiça atroz"[421]. Apesar da denúncia, outro artigo, intitulado "Os negros na América do Norte", exalta a ascensão financeira e a união de homens negros naquele país, mesmo ressaltando que nem assim o ódio racial diminuiu[422]. Essa "ascensão", porém, não impediu o interesse dos descendentes de africanos dos Estados Unidos em migrar para o Brasil[423].

Dois anos depois, a própria "Ku-Klux-Klan" também figuraria em publicações. A organização "tolerada ou pelo terror ou por criminosa conveniência de algumas autoridades" continuava a "perpetrar hediondos delitos que revoltavam a toda gente medianamente sensível". "Vários são os fins colimados pela 'Ku-Klux-Klan', e um dos primordiais é a guerra sem tréguas, incessante, *unguibus et rostribus*, aos negros". Os "linchamentos", que "quase tinham cessado" na América do Norte, "reapareceram numerosos, à sombra dessa tenebrosa *societas sceleris*"[424]. Diante do dilema entre um "paraíso racial" e um país que propunha proibir categoricamente a entrada de "pretos" ou "negros" de qualquer nacionalidade – e não apenas dos EUA –, o Brasil se encontrava, como em muitos momentos, numa encruzilhada.

O fato de a imprensa negra participar ativamente desse debate demonstra não apenas a importância desses diálogos para tais letrados, mas também como a atualidade do projeto remetia a argumentos do passado. Proibir a imigração "negra" poderia parecer impensável para um país tão negro. Maurício de Lacerda, escritor de um artigo publicado no Rio de Janeiro, apresenta outras questões que *O Exemplo* não ignoraria. "Alguns" negros seriam bem-vindos. O projeto propunha que, "com posses", ser-lhes-ia permitida a entrada, assim: "preto rico entra, mas o pobre não!" Outro fato surpreende: "neste século [XX] ainda se legisla" com "aqueles vocábulos do tráfico de escravizados, sobre 'importação' de homens, como se fossem

[421] OS NEGROS na América do Norte. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano XXIX, n. 31, p. 02, 14 ago. 1921.
[422] O CRÍTICO William Stanley, preto, ganha um Prêmio Célebre. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano III, n. 27, p. 01, 14 jul. 1918.
[423] A PROIBIÇÃO, no Brasil, da imigração de pretos. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano XXIX, n. 32, p. 01, 21 ago. 1921.
[424] A "KU KLUX KLAN". *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano XXXI, n. 15, p. 01, 15 abr. 1923.

mercadorias?" O artigo não é favorável à proibição ou à imigração negra norte-americana, mas luta contra seus termos[425].

Os *únicos* "pretos nocivos" para o artigo são os *yankees.* Ali, porque não se "misturam", "multiplicando-se espantosamente e sempre isolados ou hostilizados e cada vez mais retintos". Ali, o ódio nasce e cresce. De maneira irônica, afirma-se que aqui, "em breve", seriam todos "mestiços e depois morenos que se iriam esbranquiçando até a tez quase flamenca do pernambucano Bezerra", um dos deputados que propôs a lei. Destaca-se, ainda, que não houve nenhum debate sobre a imigração de brancos norte-americanos ou sobre a importação de "amarelos", "raças" que não foram impedidas de "se fixar" no país por "falta de braços" – um dos argumentos favoráveis ao projeto. Faltam braços. Reclama-se da ausência de empregos, cargos, acesso a negros. Sem resposta, *O Exemplo* questiona: "e os negros são MUTILADOS OU MANETAS?"[426].

A defesa da "raça" contra o projeto foi ainda mais "histórica". Essa "raça que entrou na constituição da raça brasileira, ainda em formação", "que protegeu a todos nós, durante a meninice, é a raça" da mulher que "serviu de ama, talvez à maioria dos srs. Deputados", a mesma raça que também produziu a "riqueza única que ainda possui o Brasil", aquela "criada pelo braço escravo!". Parte de nosso passado, os negros eram o celeiro "de uma série enorme de homens de cor, que se distinguiram em todas as classes e profissões", aqueles que "honraram o país"[427].

Defende-se uma série de mecanismos de inclusão e produção de memória sobre a escravidão, passado que consideram apagado ou esquecido, mesmo próximo temporalmente. A Ama de Leite, no início do século XX, torna-se um símbolo de parte dessa contribuição, tanto para brancos, por comprovar não haver racismo no país diante do contato entre mulheres negras e brancos "pequeninos"; quanto para negros, como ícone da reivindicação de uma "dívida" ou de "gratidão nacional" para com eles. Assim, defende-se um país negro, branco e indígena, na grande maioria dos casos e, no mesmo movimento, parte dos letrados fala em um "país mestiço" para a incorporação do negro; rememora-se grandes nomes negros como exemplos para e dos negros.

Os passados serão a base de todas essas argumentações e práticas. Era "na página de mais heroísmo da nossa História" que se encontrariam modelos e justificativas; nela "triunfa

[425] A PROIBIÇÃO, no Brasil, da imigração de pretos. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano XXIX, n. 32, p. 01, 21 ago. 1921.
[426] *Ibidem*.
[427] *Ibidem*.

um negro, Henrique Dias, vencedor dos holandeses" ou um "Zamby", "heroico chefe dos Quilombos"[428]. Por isso, afirma o jornal, "devemos, nós todos, reconhecer a igualdade entre o branco e o negro", pois todos "têm corpos, que expõem aos mesmos perigos do que *nós brasileiros*, durante a invasão holandesa no Brasil". Na história, "tivemos o prazer de ler os feitos do glorioso Henrique Dias"[429]. O presente reafirma o "traço vivo de uma psicologia racial, a que o vilipêndio de iníqua proscrição através de séculos não tirou as virtudes inatas do desprendimento" e "do sacrifício"; o negro é símbolo "de resistência da alma de um povo", "o brasileiro"[430].

A definição de "povo", inclusive, aparece no jornal *O Exemplo,* em 1918, como "uma reunião de homens, ligados pela religião, costumes, língua, e que, abstração feita do laço político", sente-se "alheio" aos *outros povos*. Esse conjunto de fatores não era suficiente no Brasil, "dada a diferenciação que se nota nas classes sociais" e por meio do "preconceito de cor". Assim, "ante tantos e tão deprimentes preconceitos, como admitir a existência de um vínculo forte a estreitar a todos, como filhos de uma *Mãe* que é a Pátria"? Os brasileiros seriam "irmãos ligados pelas mesmas aspirações"[431]? A produção dessa "brasilidade" era uma via de mão dupla: os negros eram (ou não) parte de uma identidade nacional, enquanto, ao mesmo tempo, procuravam configurar uma imagem positiva do negro no interior da cultura nacional[432].

[428] O NEGRO. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano XXIX, n. 34, p. 01, 04 set. 1921.
[429] ABREU LIMA, Percy de. O branco e o preto. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano XXX, n. 11, p. 01, 19 mar. 1922.
[430] AINDA há brasileiros de vergonha! *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano XXX, n. 28, p. 01, 30 jul. 1922.
[431] PELA Pátria. *O Exemplo*, Porto Alegre, ano III, n. 01, p. 01, 02 jan. 1918.
[432] FRY, Peter. *A persistência da raça:* ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CAPÍTULO 5

ENTRE OS LABIRINTOS DA MEMÓRIA, DA HISTÓRIA E DO ESQUECIMENTO: A ESCRAVIDÃO EM *O EXEMPLO* (1888-1930)

> *Não nos fatiguemos em embrenhar nos labirintos tão ígneos de maldades que os dramas lúgubres de homens escravo*, em nosso país fizeram ressumbrar a admiração universal; não! Pois que, além da imperiosa necessidade de empregar toda uma vida para dar um pálido reflexo das cenas horríveis que se passaram nos ergástulos dos pobres cativos, nutrimos o máximo empenho em *riscar*, tanto quanto possível, *de nossa memória esses horrores*, para que também o ódio, quiçá justo, não turve a superioridade de nossos sentimentos[433].

Entre passados, o mais acionado, em toda a imprensa negra deste recorte, é o da escravidão. Os mais de três séculos em que o sistema perdurou em terras brasílicas, bem como o agenciamento e relação entre a escravidão e o ser negro no Brasil, fazem com que este passado, um passado que não passa, seja o mais evocado nos jornais negros. Como sintetiza Mario Maestri: "O Brasil foi parido, aleitado e criado pela escravidão"[434]. Essa assertiva encontra eco nas análises de Katia Mytilineou de Queirós Mattoso[435] e Luiz Felipe de Alencastro[436], para quem a escravidão não constituiu mero aspecto da formação nacional, mas seu princípio organizador central. Nação, negro, passado e Brasil, intercalam-se, necessariamente, neste fim do século XIX e início do XX, com o passado escravista da "Pátria".

Neste capítulo, observaremos exclusivamente o periódico *O Exemplo*, para com ele traçar a passagem do século XIX ao XX e analisar o labirinto de enredos e narrativas que se engendrou em meio às páginas, letras, linhas, memórias, esquecimentos e história. Assim, além de analisar como este periódico em questão relata e trata das narrativas sobre a escravidão, ele será o mote para demonstrar uma estratégia que atravessa todos os jornais do arquivo composto para o presente estudo.

Ainda que contenham diferenças, as narrativas sobre os passados da escravidão são próximas em seus objetivos: construir uma memória dos mais de trezentos anos de escravização da população negra; rememorar grandes nomes do abolicionismo, sobretudo os negros; retomar figuras como o escravizado e a Ama de Leite; reivindicar uma memorialização de datas como o 28 de setembro, o 13 de maio e outras que, em alguma medida, permitiriam a inserção de

---

433 EDITORIAL, *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, Ano 02, n. 22, p. 01, 1893. Grifos meus.

434 MAESTRI, Mario. Silêncio, Marginalização, Superação e Restauração: O Cativo Negro na Historiografia Brasileira. *In.:* EUGÊNIO, João Kennedy (Org.). *Escravidão negra no Piauí e temas conexos*. Teresina: EDUFPI, 2014, p. 07.

435 MATTOSO, Katia. M. de Q. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

436 ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O trato dos viventes:* formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 6. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2008; PINSKY, Jaime. A escravidão no Brasil. São Paulo: Contexto, 2010.

parte dos negros na história do Brasil; bem como, lembrar a necessidade da "gratidão", da "justiça" e de memória nacional. Tudo isso, em relação a esse passado que, desde o fim do oitocentos, era visto como esquecido, mas nunca deixado para trás. Como demonstrado na citação acima, há um jogo nessa complexa dialética intrínseca à memória social — a necessidade imperativa de rememoração, mas também os mecanismos seletivos de apagamento que a acompanham[437].

Ao longo de sua extensa trajetória, *O Exemplo* consistentemente reivindicou a construção de uma memória que incorporasse, de forma crítica, o período da escravidão no Brasil — particularmente como um dos mecanismos para valorizar a contribuição africana e afrodescendente na "formação do Brasil". Cumpre destacar que essa abordagem não se limitava a uma visão unidimensional da população negra. O periódico dedicava amplo espaço à publicação de biografias e homenagens a intelectuais, cientistas, médicos, advogados, artistas e outros profissionais, buscando evidenciar sua atuação em múltiplos campos do saber e da produção cultural. Nesse sentido, a imprensa negra, como um todo, configurou-se como "espaço de resistência intelectual, onde homens e mulheres negras reescreveram sua história, confrontando o apagamento promovido pelas elites" [438].

Indiscutivelmente, a história e a memória da escravidão ocuparam lugar de destaque nas páginas do periódico gaúcho. Em datas comemorativas significativas — como o 13 de maio (Abolição), o 28 de setembro (aprovação da Lei do Ventre Livre) e, em certos casos, até mesmo o 15 de outubro (Proclamação da República) e o 7 de setembro (Independência) —, a questão escravista era sistematicamente recuperada e relacionada a esses marcos históricos. Por meio dessas rememorações periódicas, *O Exemplo* reivindicava não apenas o reconhecimento da experiência dos escravizados, mas também salientava a "dívida histórica" da nação para com essa população e para com a comunidade negra em geral.

A título de exemplo das argumentações em torno dessa memória, em 1916, o feriado de 13 de maio tornou-se alvo de intenso debate nacional após ser designado como o dia da "Fraternidade Brasileira". Os autores do artigo em questão — que optaram por permanecer anônimos — questionavam veementemente a memória que essa data supostamente deveria celebrar, denunciando as inverdades que identificavam nessa nova denominação. Sua argumentação manifestava-se por meio de perguntas retóricas incisivas: "É justificável tal assinalamento? Essa fraternidade é um fato completo, indesmentível? Não mais existem

[437] NORA, Pierre (Org.). *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Tradução de Yara Aun Khoury. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.
[438] FERRARA, *op. cit.*, p. 45.

antagonismos e odiosidades entre as populações desta grande terra?" O articulista, um dos intelectuais negros vinculados ao periódico, oferecia sua própria resposta contundente: "Não! A fase social aberta pela lei *abolicionista ainda não está completa*!", por isso era sempre importante "lembrar"[439].

A escravidão era caracterizada no periódico como "a mancha mais degradante e aviltante que se pode impregnar" em "uma nação". Esta mesma mancha que muitos setores da sociedade pretendia apagar "para honra de nossos créditos de povo civilizado". Embora reconhecesse o regime escravista como um "vexame pátrio", transferia o ônus dessa "vergonha" aos "descendentes dos nefários escravocratas", argumentando que foram seus antepassados que "chaparam nas páginas da história do Brasil" o sistema infame da escravatura. Segundo esta perspectiva, a redenção dessa *dívida histórica* exigiria que estes descendentes estendessem "a mão fraterna", reconhecendo que os afrodescendentes — vítimas desse sistema — possuíam pleno "valor físico, intelectual e moral", como comprovavam os feitos de seus próprios "congêneres"[440]. Assim, ainda que não fosse possível "*apagar da memória as cenas horripilantes do martírio dos nossos avós*", com essa atitude de fraternidade, conseguiriam ao menos "que os levássemos em conta da ignorância predominante na época dos negregados fatos"[441].

O "rancor" e a "mágoa" manifestados por indivíduos em "posições oficiais" reforçavam o que o periódico caracterizava como "mania de superioridade de raça" branca. Essa atitude, por sua vez, reavivava entre a população negra a "dor" que, nas palavras do jornal, "afoga a alma com a lembrança dos martirizantes castigos infringidos em nossos avoengos"[442]. Inegavelmente, tratava-se de uma memória difícil, porém fundamental. Podemos observar essa necessidade e, ao mesmo tempo, dificuldade em um artigo de 1904, no qual se destacava a impossibilidade de "emoldurar" nos "limites" daquele a crueldade que sofriam os escravizados. Embora a data – 13 de maio – pudesse ser considerada como marco de uma "redenção", a "memória" dos "horríveis padecimentos a que estavam sujeitos os infelizes" naqueles "covis negregados apelidados de senzala" levava Lindolpho Ramos – que escrevia apenas seis anos após a Abolição em *O Exemplo* – a descrever com vivacidade as "toscas paredes, seladas pelo timbre carunchoso do tempo" e "salpicadas do sangue que às vítimas tirava o açoite terrível",

---

[439] A FRATERNIDADE Brasileira. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, Ano 01 – nova numeração -, n. 18, p. 01, 13 mai. 1916. Grifos meus.
[440] CALISTO, Esperidião. 28 de setembro, *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano 02, n. 33, p. 3, 28 set. 1904.
[441] *Ibidem*.
[442] *Ibidem*.

que em 1905, ainda pareciam "impregnadas do cheiro das carnes chamuscadas pelo ferro quente"[443].

O articulista ressalta como permaneciam "vibrantes" os "gritos estridentes arrancados a muitos infelizes pela ação do torniquete". Contudo, apesar da intensidade dessas reminiscências — tão vívidas que pareciam reter seus odores originais —, o autor argumentava que certo esquecimento se fazia necessário. Concluía, assim, com um alívio aparente: "tudo cessou". Com isso, permite-se que finalmente "passássemos a *esponja do olvido* sobre esse quadro" [444]. Segundo outro artigo analisado, os "resquícios de escravocratas" que, pelo "hábito de terem vivido nas senzalas", mantinham a "tola esperança" de preservar os "costumes daquela época ainda hoje" e seriam responsáveis por casos como o ocorrido em 1917, quando um colégio de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, expulsou um menino de nove anos das aulas sob o "pretexto de ser preto". O periódico identificava nesse episódio a ressurreição da "velha pretensão do 'senhor branco' para com o 'escravo preto'", manifestada por meio de uma "memória seletiva" da "brancura" enquanto marcador social de prestígio, inclusive nas escolas[445].

Aqui, podemos observar um *uso do passado* escravista para compreender e protestar contra o preconceito, mas também um apontamento direto para os seus *restos* ou *rastros*. O texto concluía com um apelo veemente: "Precisamos deter *este vestígio* que enodoa e empalidece as *áureas páginas de nossa história*", abolindo este estúpido e pertinaz preconceito[446]. Para esses letrados, as continuidades do sistema, tanto quanto o apagamento desse passado, inseriam no seio da sociedade nacional uma rachadura entre descendentes de "escravizadores" e de "escravizados"[447].

As páginas da história, manchadas pela escravidão, não seriam apagadas, ainda que fosse necessário algum esquecimento. O *resto*, essa figura de um passado que não passa[448], a qual, para Michel de Certeau, pode retornar como um recalcado[449], aparece aqui como um vestígio do sistema que se mantém pelo "pertinaz preconceito" contra os negros. Diógenes Baptista aponta que o "abismo vexatório" que a escravidão abriu atinge muitos dos negros nacionais, inclusive causando naqueles de "alma mais sensível" sentimentos mais físicos. O

---

[443] RAMOS, Lindolpho. 13 de maio. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, Ano 02, n. 14, p. 02, 13 mai. 1904.
[444] *Ibidem*.
[445] EXPULSO por ser preto. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, Ano 2, n. 17, p. 01, 22 abr. 1917.
[446] *Ibidem*. Grifos meus.
[447] SANTOS. 13 de maio. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, Ano 1, n. 20, p. 01, 28 mai. 1916.
[448] POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Tradução de Dora Rocha Flaksman. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. p. 04.
[449] CERTEAU, Michel de. *História e Psicanálise*: entre ciência e ficção. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011, p. 71-86.

"preconceito" reaviva e faz escutar ainda "pela voz do sangue, os gemidos e o pranto dos seus antepassados, cujo despertar quase sempre era precedido dos estalidos do vergalho" dos "capatazes perversos". A memória em excesso ou mal gestada também era um problema e algum "perdão" daqueles "negrófobos" se fazia necessário[450].

Os feriados constituem uma suspensão do tempo cotidiano, transformando-se em "dias plenos para o exercício da lembrança que a repetição do calendário ajuda a preservar". Como forma de "revivificação do passado" e "ritualização da história", eles visam primordialmente a destacar valores coletivos associados a eventos significativos. O processo característico de formação dessas comemorações depende da construção de um consenso em torno dos chamados "momentos refundadores" — sobretudo de natureza nacional, no caso do século XIX e início do XX —, os quais mantêm estreita relação com as estruturas de poder vigentes e suas possibilidades discursivas[451].

Fernando Catroga observa, em relação ao caso português, que a instauração do regime republicano implicou o afastamento dos feriados religiosos e a tendência a ressignificar determinadas datas sob princípios morais e cívicos. Esse processo de secularização do calendário revela uma intrínseca conexão entre comemoração pública, construção nacional e projetos políticos[452].

O caso brasileiro não foi diferente. Havia a necessidade de instaurar modos de rememorar e reconstruir imagens e símbolos. Havia monarquistas e republicanos, havia diversas lutas internas as quais se refletiram, inclusive, na escola de datas comemorativas. Na análise de Lúcia Maria Lippi Oliveira, observa-se a "relevância da invenção das tradições" e das "festas oficiais" para a República brasileira, pois elas também são parte de um processo que visa "legitimar e dar coesão social à nação". O número de datas comemorativas cresceu muito após a instalação desse regime, com o intuito de demarcar a chegada do novo, a superação e até alguma modernização e integração com o restante da América do Sul[453].

As datas comemorativas, feriados e rememorações constituem "lugares de memória"[454] socialmente construídos como parte integrante de uma "memória coletiva"[455], inclusive

---

[450] BAPTISTA, Diógenes. Impressões. *O Exemplo,* Porto Alegre-RS, Ano 1, n. 28, p. 03, 23 jul. 1916.
[451] CATROGA, Fernando. Ritualizações da História. *In*: TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando. *História da História em Portugal (Séculos XIX-XX):* da historiografia à memória histórica. Lisboa: Temas e Debates, 1998, p. 329.
[452] CATROGA, *op. cit.*, p. 337-340.
[453] OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippe. As Festas que a República manda guardar. *Revista Estudos Históricos*, V. 02, n. 04, 1989, p. 181.
[454] NORA, *op. cit.*, 1993.
[455] HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Editora Vértice, 1990.

nacional[456]. Nas liturgias cívicas e celebrações públicas, encontram-se espaços privilegiados para as "lições vivas de memorialização", onde se atualizam e negociam significados históricos[457]. Em suma, o feriado possibilita uma memória reatualizada ano a ano e que contribui para a memória coletiva, como um passado (re)vivido todos os anos e que conta, dessa forma, com uma participação dos agentes em cada período.

No periódico, o feriado de 13 de maio frequentemente era mobilizado para recordar a "portentosa lei que deu liberdade a milhares e milhares de criaturas que viviam sob o cruel domínio da escravidão", assim como para reafirmar "a igualdade de condição política dos cidadãos". O passado escravista era evocado com o propósito explícito de "despertar o espírito adormecido de um povo desprotegido, vítima das injustiças e de todos os abomináveis preconceitos" [458]. Para a população negra brasileira, a rememoração da abolição constituía um ato de afirmação nacional e de pertencimento, permitindo identificar-se como membros da "mais nobre linhagem que se pode evocar; pois é ter-se a certeza de que se descende de um povo herói do trabalho, mártir da ganância selvagem da ociosa raça dos descobridores"[459].

Em janeiro de 1890, um dos primeiros atos do governo da República, ainda provisória, foi publicar um decreto sobre as festas públicas que deveriam ser celebradas pelo Regime. A "fraternidade universal", própria da República, procurava com suas festas e datas dar continuidade às "solidariedades das gerações". Foi neste momento em que se construiu o 13 de maio como dia "da fraternidade entre brasileiros". Essa seria a inauguração de um "inicio da igualdade entre todos", marcando o fim da escravidão como símbolo dessa "celebração" dos nacionais. Para os líderes, "ressaltar a abolição não parecia ser benéfico para a construção de uma memória republicana"[460].

No mesmo documento, o Governo Provisório afirma que "cada pátria deve instituir tais festas segundo os laços especiais que prendem os seus destinos aos de todos os povos". O estudo de Renata Figueiredo Moraes demonstra como os republicanos consideraram que a monarquia não criou tradições; assim, procuraram instituir festas que estabeleciam "continuidade com eventos históricos passados", valorizando a lembrança de feitos e heróis até então perdedores". Como a "monarquia, por sua própria natureza, estava condenada" e, para monarquistas, constituía um símbolo de "paz interna", "unidade nacional" e "prestígio internacional", a

[456] POLLAK, *op. cit.*, p. 15.
[457] CATROGA, *op. cit.*, p. 221.
[458] SANTOS, Alcibíades Azeredo dos. O dia de hoje. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano 02, n. 14, p. 02, 13 mai. 1904.
[459] A DATA. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano 02, n. 14, p. 01, 13 mai. 1904.
[460] MORAES, Renata Figueiredo. A República e as festas da abolição: Resistência e liberdade no pós-abolição. *Acerco*, Rio de Janeiro, V. 33, n. 01, 2020, p. 40-62.

"memória nacional procurava superar as versões e construir símbolos, sínteses que unifiquem, apaguem as diferenças e diluam as lembranças distintas".

Nos jornais, quando Isabel Bragança retorna como símbolo na década de 1920, em alguns casos, Oliveira considera que, entre 1889 e 1920, a interpretação monarquista manteve-se com relevância em todo o país. Nas complexas décadas de 1920 e 1930, no entanto, as comemorações passaram a rememorar figuras como as de Pedro II (em seu centenário de nascimento, realizado em 1925), considerando-se até mesmo criar um feriado em seu dia de nascimento[461].

No caso do 13 de maio de 1889, analisado por Renata Figueiredo Moraes, houve uma intensa mobilização das autoridades, agora republicanas, envolvendo um roteiro parecido com o realizado na festança de um ano antes. Movimentos "igualmente desejados", Monarquia condenada e exaltação da República unem-se para dizer sobre uma república que continuou o trabalho abolicionista. Nesta primeira festa, a figura da princesa seria esquecida. A cada ano após a mudança de regime, a celebração se afastava cada vez mais de "seus sentidos e sujeitos originais", sendo apropriada por aqueles que, "independentemente de parâmetros oficiais, continuavam a celebrar os sujeitos do passado", os abolicionistas e a princesa, inclusive em "ambientes de solidariedade dos tempos da escravidão, como as irmandades negras", por exemplo[462].

Nomes importantes da Abolição, como José do Patrocínio, eram "louvados", enquanto nem letrados nem brancos valorizavam as ações e a imagem da princesa, algo que continuou nos anos finais do século XIX. No caso dos negros, muitos ainda celebravam o "ato da assinatura da lei como fundamental para a liberdade dos escravos". Assim, independentemente da nomeação de "fraternidade entre brasileiros", negros comemoravam o fim da escravidão com forte presença de homens e mulheres. Irmandades e clubes realizavam missas, reuniões e comemorações próprias da "Abolição", não da "fraternidade"[463].

Festejava-se "o próprio papel" e promoviam-se festas que celebravam "símbolos negros", entre eles os abolicionistas. Meios de resistência e contrários à "manipulação dos sentidos da abolição diante da forma como a data era celebrada pela República", grupos negros negavam-se a aceitar o descarte dos abolicionistas e membros do parlamento. Nas irmandades,

[461] OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 185-186.
[462] MORAES, *op. cit.,* p. 42-43.
[463] *Ibidem*, p. 45-47.

em específico, a "princesa Isabel como redentora dos escravos" tinha um "aspecto sagrado" na "abolição"[464].

Disputas simbólicas e reapropriações da data tornam o 13 de maio um "marco político e social". Porém, "essas solenidades não deixavam de ser momentos de denúncia de permanências e de apagamentos de uma história". O que buscamos nos jornais aqui analisados é, em parte, o que Moraes encontra nos primeiros trinta anos da comemoração: uma "memória da celebração da liberdade por parte dos" libertos "e seus descendentes, na medida em que o peso político da festa era reduzido por autoridades e governos"[465].

O 13 de maio manteve-se como data festiva nacional entre 1890 e 1930, quando o governo de Getúlio Vargas, por meio do Decreto-Lei n. 1.408, de 1940, suprimiu o feriado, incorporando seu significado ao 1º de maio, "Dia do Trabalho". Essa medida buscava promover a "união" de todos os brasileiros sob uma narrativa trabalhista unificada, diluindo assim as especificidades da memória negra pós-abolicionista[466].

A construção de uma memória nacional que enfatizava a mestiçagem como processo harmônico e "pacífico" — impulsionada por obras historiográficas fundamentais como *Casa-Grande & Senzala* (1933) de Gilberto Freyre[467] — constituiu uma política central durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Essa narrativa, que atribuía aos colonizadores portugueses um papel conciliador nas relações com a população escravizada (particularmente com as mulheres negras), buscava forjar a imagem de uma democracia racial brasileira[468]. Nesse contexto, a supressão do feriado do 13 de maio e sua incorporação ao Dia do Trabalho (1º de maio) representavam um elemento-chave no projeto de produção de um entendimento da inexistência do racismo no Brasil[469], embora essa representação não encontrasse correspondência na realidade social[470].

Diversos números do periódico porto-alegrense dedicaram-se à chamada Lei do Ventre Livre. Celebrado, em muitos casos, como "fator que mais importantemente contribuiu para a extinção da escravatura"[471], o 28 de setembro era a marca do momento em que se declarou a

---

[464] *Ibidem*, p. 45-47.
[465] *Ibidem*, p. 60.
[466] ABREU, Martha Campos; PEREIRA, Matheus Serva (Org.). *Caminhos da Liberdade:* Histórias da Abolição e do Pós-abolição no Brasil. Niterói: EDUFF, 2011, p. 44.
[467] FREYRE, *op. cit.*, 2006.
[468] MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil:* identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
[469] SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco:* raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
[470] GUIMARÃES, *op. cit.*, 1999
[471] A LEI de 28 de setembro. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, Ano I, n. 38, p. 01, 28 set. 1916.

"condição de livre aos filhos de mulheres escravas que nascerem desde a data desta lei"[472]. Tida muitas vezes como "muito mais significativa"[473] que a própria Lei Áurea, a libertação do ventre tinha significados outros para os homens e mulheres negros.

Primeiro, porque ela destruiu uma das duas fontes da escravidão, sendo o ventre talvez a mais cruel. O argumento remete tanto à própria simbologia da escravidão quanto à resistência ao discurso de uma miscigenação pacífica. A "arbitrária e desleal norma até então seguida de equiparar humana gente aos animais, escravizar o filho pelo mesmo fato de o pai ser escravo"[474] também remetia à maternidade e à desumanização dessas mulheres ao terem seus filhos retirados de si.

> E as pobres, as desgraçadas mães, estes seres afetivos, cujas vidas, em todos os tempos, não foram senão reflexos dos risos dos queridos filhos, que de dores provaram, que sofrer negro e doloroso suportaram? Vendo os filhos de seus carinhos e de seus afetos arrancados aos seus braços para serem vendidos! [...] quantas vezes não tiveram os corações talhados, quando o chicote tovaca às carnes dos entes queridos, cujo corpo só deveria ser tocado por seus beijos autentíssimos[475].

A relevância atribuída à data era tão significativa que, além da criação do feriado em 28 de setembro — reivindicada pelo periódico *O Exemplo* e pelo Centro Cívico Palmares entre as décadas de 1910 e 1930 —, com outras entidades lideraram uma campanha para a construção de um monumento à "Mãe Preta". O projeto, que previa a instalação de estátuas nas capitais de São Paulo e Porto Alegre, além de Campinas, no interior do primeiro estado, buscava materializar "em nossa vida o símbolo de todas as virtudes generosas"[476], representando, ao mesmo tempo, o resgate do Brasil "*in totum*" daquela que era considerada uma "dívida imensa de gratidão para com uma raça modesta e afetiva, humilde e boa que muito deu e pouco, bem pouco, tem pedido à Pátria madrasta: a raça preta"[477].

Porém, essa "obra de reparação e justiça"[478], proposta por diversos jornais da Imprensa Negra em todo o país[479], também simbolizava outra violência, aquela negada pela democracia racial. Além de verem seus filhos serem retirados e vendidos, as mulheres escravizadas

---

[472] 28 DE SETEMBRO. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano 02, n. 33, p. 01, 28 set. 1904.
[473] 28 DE SETEMBRO. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano IV, n. 39, p. 01, 28 set. 1919.
[474] *Ibidem.*, p. 01.
[475] 28 DE SETEMBRO. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano 02, n. 33, p. 01, 28 set. 1904.
[476] MÃE Preta. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano XXXIV, n. 15, p. 03, 13 mai. 1926.
[477] MÃE Preta. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano XXXVI, n. 13, p. 02, 13 mai. 1928.
[478] O MONUMENTO à raça negra em São Paulo. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano XXXI, n. 40, p. 01, 28 out. 1923.
[479] Em São Paulo *O Clarim da Alvorada* e *A Voz da Raça* e em Campinas o *Getulino*, encamparam a mesma campanha.

conviviam com a violência sexual. Muitos jornais aproveitaram a data para rememorar essas crueldades negadas ou silenciadas por parte da historiografia do período:

> O amor de suas mulheres era lhes roubado pelo escravocrata que, sem o mínimo escrúpulo, não recuava de tornar sua amante aquela infeliz criatura que vergastava cruelmente para sugar-lhe o suor em proveito de seus negócios e que, um belo dia, mandava embora, vendida a outro senhor, conduzindo muitas vezes, em seu seio, o filho do próprio senhor que o vendera juntamente com ela [...] As filhas dos escravos essas também não escapavam à sanha impudica dos senhores, que abusavam delas, escudados na liberdade de agir que dispunham sobre a sorte de seus escravizados[480].

Entre as memórias e os esquecimentos necessários, dores e odores horríveis que alguns queriam fazer esquecidos, há um artigo em particular, publicado nos idos de 1921, que interessa muito ao nosso intento. Em "A Inescurecível Data", Antônio Lourenço tece uma "história da escravidão" a qual vai além do "esquecimento" que "emoldura a data nos dias atuais". Para o autor, é "importantíssimo o estudo" e a memória "da escravidão no Brasil, apanhado por primas os mais diversos". O "arbusto envenenado cresceu em nosso solo", criou "raízes" ligando-se a uma "série" de outras ocorrências que "pairam misteriosas sobre a nossa história e sobre a história de nossa nacionalidade que tem, por uma de suas bases a escravaria africana".

Lourenço compõe essa história, narrando navios negreiros, travessias e a contraposição entre a "atitude piedosa que se tivera para com os índios" – a escravidão indígena foi proibida por Bula Papal em 1680 – e a "diferença hipócrita de teólogos" que viam na escravização de africanos um "suposto e injustificável castigo para os descendentes de Cham"[481]. Em nossa análise, considera-se esse e outros artigos como históricos e não como reivindicação de memória. Nesses casos, além de traçar passados, há uma preocupação em determinar causas, efeitos, relações, parte integrante da historiografia do período. Além disso, em muitos casos, como o de "A Inescurecível Data", há uma clara necessidade de verificabilidade e veracidade no relato.

A memória e a história da escravidão foram reivindicadas com veemência em *O Exemplo*, entre 1892 e 1937. O excerto que abriu este texto, publicado em 13 de maio de 1893, exemplifica "Quão inúmeros foram os tormentos, os martírios que padeceram os infortunados homens de cor preta". Mesmo com o fim do "espetáculo mais estupendo de repugnantes misérias", a lembrança e o esquecimento, ambos de mãos dadas, lidam com a necessidade de saber dos "horrores" e esquecer, para que o "ódio, quiçá justo", não "turve a superioridade de nossos sentimentos". Ainda assim, afirma-se: "Não nos fatiguemos de embrenhar nos labirintos

---

[480] 13 DE MAIO. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano II, n. 20, p. 01, 13 mai. 1917.
[481] LOURENÇO, Antônio. A Inescurecível Data. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, Ano 29, n. 19, p. 01-02, 15 mai. 1921.

tão ígneos de maldades que os dramas lúgubres de homens escravo", por mais que seja "imperiosa necessidade de empregar toda uma vida para *dar um pálido reflexo das cenas horríveis* que se passaram nos ergástulos dos pobres cativos". Também é preciso "riscar, tanto quanto possível, de nossa memória esses horrores"[482].

Ricoeur propõe uma relação mais equilibrada entre lembrança e esquecimento, uma "justa memória". Um equilíbrio delicado entre o *dever* de lembrar e evitar uma memória excessiva pode ser o caminho para compreendermos o risco desse apagamento e do não esquecimento[483].

A *operação do esquecimento* da escravidão produzida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por exemplo – e por tantas outras instituições e por parte da elite nacional nas décadas que sucederam a Abolição[484] –, teve práticas bem definidas, evitando o arquivamento de documentos relevantes sobre o sistema escravista, não compondo uma história que levasse em conta o mais importante e estruturante componente da sociedade, economia e cultura nacional, além de aproveitar o movimento abolicionista e sua projeção no debate público para revitalizar a imagem da monarquia durante a cambaleante Primeira República. Rui Barbosa, Ministro da Fazenda entre 1890 e 1891, por meio da Ordem de Serviço n. 29, de 13 de maio de 1891, apenas três anos após a Abolição, promoveu a queima de arquivos sobre a matrícula e a emancipação de pessoas escravizadas[485].

Seguindo as ideias de Toni Morrison e Paul Gilroy, "a vida moderna começa com a escravidão", a qual "dividiu o mundo ao meio" — "ela dividiu em todos os sentidos" —, "dividiu a Europa", "fez deles alguma outra coisa", "senhores de escravos", e isso "os enlouqueceu". Podemos afirmar que existem custos associados a uma divisão dessa natureza, um "tributo" a ser quitado. Não se tratava de um mero conjunto de novas relações; era imprescindível "desumanizar" não apenas "os escravos", "mas a si mesmos". Para ambos os escritores, não é sem reconhecer esse fenômeno que conseguiríamos entender a Segunda Guerra Mundial ou até mesmo a Primeira Guerra, uma vez que o "racismo é a palavra que empregamos para abarcar tudo isso"[486].

---

[482] EDITORIAL, *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, Ano 02, n. 22, p. 01, 1893.
[483] RICOEUR, *op. cit.*, p. 89.
[484] SCHWARCZ, *op. cit.,* 2010.
[485] FARIAS, Juliana Barreto. Apagando rastros, limpando histórias: a queima dos documentos da escravidão no Brasil (1890-91). *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, n. 132, p. 34-39, set. 2016; LONER, Beatriz A. A queima dos arquivos: Rui Barbosa e a construção da memória nacional. *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 23, n. 1, 2001, p. 89-110.
[486] GILROY, *op. cit.*, p. 412-413; MORISSON, TONI. Living Memory. *In:* SHANDS, Kerstin W.; MIKUT, Giulia Grillo. *Living Language, Living Memory:* Essays on the Works of Toni Morrison. English Studies, 2014, p. 175.

Muitas das obras de Toni Morrison, W. E. B. Du Bois[487] e Homi Bhabha,[488] ao abordarem o período subsequente à escravidão, ou ainda, de maneira semelhante a Gilroy, ao analisarem o sistema na modernidade e seus desdobramentos, reconhecem o "poder da história em diversos níveis", levando em conta tanto as "concepções de tempo em disputa que possibilitaram [ou não] seu registro" quanto a necessidade e os modos de estabelecer uma "memória histórica socializada" com a "impossibilidade simultânea de esquecer"[489].

Consideramos relevante reiterar essas questões. Foi o "poder da história" que se transformou, após as abolições na América – de modo geral, tanto no Norte quanto no Sul –, na principal ferramenta para narrar aquele "evento" inenarrável – ou aparentemente inenarrável –, visando produzir e reivindicar a memória de mais de três séculos e, simultaneamente, no principal mecanismo de geração do esquecimento, o qual era, inclusive, compreendido como uma necessidade. Reiterando a análise do intelectual norte-americano, compartilhamos da concordância com Morrison quando este afirma que: "A luta para esquecer o que era importante a fim de sobreviver é infrutífera e eu [Morrison] desejo torná-la infrutífera"[490].

Em diversos aspectos, a história aparentava, no século XIX, ser insuficiente para relatar os eventos referentes à escravidão, especialmente no que diz respeito à visão dos próprios escravizados ao longo desse período. Nesse contexto, uma outra obra se mostra elucidativa. Desta vez, trata-se de uma produção de ficção histórica. Em 1981, David Bradley publicou *The Chaneysville Incident*, no qual narra a experiência de um historiador acadêmico que não dispõe dos recursos hermenêuticos indispensáveis para entender as "escolhas metafísicas dos escravos", refletindo sobre o suicídio coletivo daqueles que estavam submetidos ao sistema. A história aparentava carecer de instrumentos para elucidar ou possibilitar a criação de narrativas sobre a opressão do açoite. Bradley enfatiza que o historiador presente em sua narrativa deveria, antes de tudo, dominar plenamente sua profissão para, em seguida, descartar sua "instrução formal", a fim de alcançar seu objetivo: não seria viável reproduzir os relatos sobre os suicídios dos escravizados, ao serem apanhados durante a fuga, unicamente por intermédio das práticas históricas[491].

A explicação e a dotação de sentido sobre uma violência indizível dentro de um espaço e tempo em que houve destruição da experiência, desaparecimento do narrador, em que traumas

---

[487] DU BOIS, W. E. B. *Black Reconstruction in America.* Nova York: Atheneum, 1977.
[488] BHABHA, Homi. Post-colonial Authority and Post-modern Guilt. *In:* GROSSBERG, L. (Org.), *Cultural Studies*. Nova York: Routledge, 1992.
[489] GILROY, *op. cit.*, p. 413.
[490] MORISSON, *op. cit.*, p. 98.
[491] BRADLEY, David. *The Chaneysville Incident*. Londres: Serpent's Tail, 1986, p. 56. Tradução minha.

vivenciados eram geracionais, em meio ao crescimento vertiginoso da imprensa entre o fim do século XIX e o início do XX, são fatores que, juntos, tornam impossível o próprio ato de narrar[492]. Enquanto acentua-se o *regime de historicidade moderno*, momento em que a história, compreendida como feita no presente, passa a ser mais que o repositório de lembranças e acontecimentos – articulando possibilidades de futuro em relação a um progresso da racionalidade e da agência humana –, também ocorrem eventos como as duas Guerras Mundiais[493]. Assim, para Gilroy, a "dupla consciência" dos antes escravizados ou, para Morisson, a "*rasura*" no tempo que se instala com essa impossibilidade de narrar "o trauma da escravidão", permitem acentuar aquele afastamento do *espaço de experiência* e do *horizonte de expectativas* que Koselleck observa tão bem em sua obra[494].

Em 14 de dezembro de 1890, o então ministro da Fazenda da República, Rui Barbosa, expediu um despacho que determinava, como relatado anteriormente, "queimar todos os papéis, livros de matrícula e documentos relativos à escravidão" que estivessem sob a guarda daquela pasta ministerial. Em sua carta, Barbosa salienta que a "Nação brasileira, pelo mais sublime lance de sua evolução histórica, eliminou do solo da pátria a escravidão", "considerando, porém, que dessa nódoa social ainda ficaram *vestígios nos arquivos públicos da administração*". Assim, compreende ser necessário que a "República" *destrua "esses vestígios por honra da Pátria*" e em "homenagem" aos deveres de "fraternidade e solidariedade para com a grande massa de cidadãos que, pela abolição do elemento servil, entraram na comunhão brasileira"[495].

Na imprensa negra, esse movimento de silenciamento, apagamento ou esquecimento não passou despercebido. Em outro jornal, *O Baluarte*, sediado em Campinas, interior de São Paulo, e publicado a partir de 15 de novembro de 1903, a escravidão, "entre tantas lutas", deixou *"vestígios"*. São "*vestígios* desse passado de lutas": "ficamos nós, *fragmentos* quase imperceptíveis no mar revolto das paixões e das ideias preconcebidas". Se havia "pessimismo sempre crescente nos séculos", por ainda haver aqueles "presos à ignorância das gerações incultas", continuava-se também a negar em "absoluto ao homem de cor a parcela de racionalidade de que são possuidores todos os seres pensantes". Muitos, como os letrados de *O*

---

[492] BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política:* ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.
[493] HARTOG, *op. cit.*, 2015.
[494] KOSELLECK, *op. cit.,* p. 305-329.
[495] BARBOSA, Francisco de Assis; LACOMBE, Américo Jacobina; SILVA, Eduardo. *Rui Barbosa e a queima dos arquivos.* Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988, p. 114. Grifos meus.

Baluarte, perceberam ser "de nosso dever prosseguirmos na campanha defensiva da raça negra"[496].

Retornando a Morisson, dadas as diferenças entre Brasil e Estados Unidos da América, afirma-se que "vivemos em uma terra onde o passado é sempre apagado e a América é o futuro inocente no qual os imigrantes podem chegar e começar de novo". Como uma "lousa limpa", "o passado está ausente ou é romantizado". Não se procurou "acertar as contas" com esse passado. Tratando do fim do século XX, no caso *yankee*, "essa memória está hoje muito mais em perigo do que estava trinta anos atrás"[497].

Sem adentrarmos as diferenças entre a história e a memória da escravidão, no Brasil e nos Estados Unidos, há reiteradas reivindicações na imprensa negra nacional por uma história e uma memória da escravidão. Os *vestígios* do sistema, descendentes, "pais", "avós", assim como o próprio "preconceito de cor", são parte da criação dessa imprensa. A produção de uma memória ou história sobre os escravizados e sobre a escravidão será invariavelmente a maior demanda da imprensa negra nesse recorte. Por mais que percorramos alguns dos detalhes dessas emergências em cada um dos jornais, torna-se incontornável deter-nos especificamente nesse passado.

O fim da escravidão ocorreu um ano antes da queda da monarquia. Lembrando que, entre os séculos XVI e XIX, foi sob o regime monárquico (português ou nacional) que o sistema escravocrata teve seu apogeu. A monarquia no Brasil foi responsável pela manutenção do regime escravocrata. Por outro lado, é importante salientar que, como país independente, o Brasil manteve a escravidão, a qual se estenderia por todo o território durante 66 anos. Como defende Morisson: é "preciso [lembrar] porque somos responsáveis"[498].

> Os últimos cativos e seu destino após a abolição atraíam compaixão e simpatia, mas não pareciam apresentar maior potencial explicativo para a história do período. Com a abolição do cativeiro, os escravos pareciam ter saído das senzalas *e da história*, substituídos pela chegada
> em massa de imigrantes europeus[499].

O intuito de trazer imigrantes europeus para substituir a mão de obra dos negros até então escravizados é investigado pela historiografia nacional. A "elite industrial" escolheu a mão de obra europeia (branca) em detrimento da "classe dos vadios" e "perigosos", movimento que, por consequência, tornou ainda maior o número de desempregados nacionais. A "lei da locação de serviços", que regulava o trabalho e a importação de imigrantes, não previa um *lugar*

---

[496] NOSSO PROGRAMA. *O Baluarte*, São Paulo, Ano 1, n. 01, p. 01, 15 nov. 1903.
[497] MORISSON, *op. cit.*, p. 106; GILROY, *op. cit.*, p. 414.
[498] *Ibidem*, p. 98.
[499] MATTOS; RIOS, *op. cit.*, 2004, p. 170.

aos negros que haviam acabado de ter seu *status* legal alterado. A "vadiagem era o ilícito típico dos ex-escravizados", aqueles "que vagueavam pelas ruas, pois não tinham terra, teto, trabalho, nem posses"[500]. A conclusão não era nova: "isto é, ainda não ocorreu [no início do século XX] a efetiva transição de escravo para cidadão"[501].

Lembrar, esquecer e comemorar[502], partes fundamentais da formação e do desenvolvimento das memórias coletiva e individual de um povo e de uma nação. Museus, monumentos – como aquele em memória à Mãe Preta, nunca construído no Rio Grande do Sul ou em São Paulo –, datas comemorativas – como o 13 de maio, hoje substituído pelo 20 de novembro, Dia da Consciência Negra –, símbolos e rituais tornam-se importantes para compreendermos o passado e convivermos com ele. A distribuição desse "espaço de memória", na relação entre o passado e o presente, permite "sepultar os mortos" para dar lugar aos vivos[503], caminhar com eles pelos labirintos, não os enterrar no abismo do esquecimento.

[500] CARNEIRO, *op. cit.*, p. 89.
[501] CARDOSO, Fernando Henrique. Entrevista. *In:* POMPEU, Roberto Toledo de. *O Presidente segundo o Sociólogo, a nódoa da escravidão*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 15.
[502] NORA, *op. cit.*, p. 15.
[503] CERTEAU, *op. cit.*, p. 112.

PARTE II
O PASSADO NA IMPRENSA NEGRA DO SÉCULO XIX

CAPÍTULO 6
NORMAS, POLÍCIAS E A REPÚBLICA QUE NÃO FOI

Com o fim do século, chega ao fim a monarquia e o Império, dando início ao novecentos, em meio às turbulentas décadas da Primeira República. A escravidão havia terminado apenas 13 anos antes. Tanto o passado histórico quanto o período da monarquia e da escravidão, tal como a República e os eventos passados, continuaram relevantes na perspectiva dos autores da imprensa negra. Com a chegada do novo século, emergiam novas narrativas do passado, enquanto muitos elementos do século anterior eram preservados. As atividades de redigir biografias de indivíduos negros considerados notáveis; descrever as contribuições de homens e mulheres negros para a *formação* da nação; promover a noção de maioria demográfica e planejar o futuro; além das denúncias de racismo; tornam-se ainda mais frequentes nas primeiras décadas do século XX. Surgiram novas formas narrativas, assim como novos protagonistas na imprensa, com atores e periódicos inéditos. Tal aumento é notório na imprensa brasileira entre o começo do século e o final de nosso intervalo temporal, 1937.

É revelador que, apenas cinco anos após a Abolição, o "preconceito de raça" aparentasse ser "oficial", constituindo uma forma de exclusão ainda mais refinada, segundo a perspectiva dos intelectuais de *O Exemplo*. Pois, "derruído o cativeiro pelo retumbar dos golpes do abolicionismo na consciência trevosa e torpe dos que mercadejavam com os seus semelhantes", "sobreveio o preconceito de raça oficialmente instituído, não nas leis, mas impregnado nos costumes, o que é mais pernicioso". Ainda que seus coetâneos fossem compelidos a "festejar efusivamente a data luminosa de 13 de maio", essa data também teria o propósito de recordar que esse era apenas o "início da reivindicação de nossos direitos de cidadãos brasileiros"[504]. Não é que os escravizados não fossem brasileiros. Naquele "nefasto período", o cativeiro era "*feito por irmãos contra irmãos*!", "Sim!", "contra irmãos, porque a maior parte dos *escravizados eram também brasileiros*"[505].

O Exemplo percebia a "fase social aberta pela lei abolicionista" como um processo "incompleto", mantendo-se uma forma de nostalgia branca da escravidão[506]. "Deter este vestígio que enodoa e empalidece as *áureas páginas de nossa história*, abolindo este estúpido

[504] DUAS Palavras. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano 02, n. 22, p. 03, 1893.
[505] 13 DE MAIO. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano 02 [nova numeração], n. 14, p. 02, 13 mai. 1904.
[506] A FRATERNIDADE Brasileira. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano I, n. 18, p. 01, 13 mai. 1916.

e pertinaz preconceito, que ainda perdura na maior parte das famílias brasileiras", algo que a "luz meridiana da História" apagaria[507].

Existiram outros mecanismos no interior do *dispositivo da racialidade* que foram elaborados após a abolição da escravidão. Não que não existissem mecanismos fora da legislação que insidia sob os escravizados durante a vigência do sistema. Em diversas situações, tratava-se de *restos* e vestígios; entretanto, em muitos outros casos, referia-se a reatualizações e distintas formas de utilização desse dispositivo. O racismo no Brasil não pode ser atribuído unicamente à escravidão. Embora isso pareça evidente, é fundamental expor, ainda que de forma breve, alguns dos outros métodos de manutenção e fortalecimento das operações desse dispositivo em território nacional.

No dia 19 de novembro de 1889, o Decreto n. 6 determinou que apenas indivíduos alfabetizados estariam aptos a votar nas eleições da República, menos de um ano após a Abolição. Outro decreto, de número 50, instituiu, no mesmo ano, um código de posturas referente à urbanização da então capital, Rio de Janeiro. No entanto, a norma não se restringia apenas à expansão de cortiços e outras hospedarias. Pelo mesmo decreto, estabelecimentos, "vozerias nas ruas e praças" e "vadios" também eram classificados como crimes, com sanções que variavam entre multas e detenção[508].

No dia 7 de janeiro de 1890, foi promulgado o Decreto n. 119-A, que institucionalizou a separação entre a Igreja e o Estado. Na prática, entretanto, a nova legislação estabeleceu uma estrutura jurídica destinada à repressão das religiões que atualmente são reconhecidas como de "matriz africana", incluindo o Candomblé, a Congada e a Umbanda. A coleção "Nosso Sagrado", atualmente instalada no Museu da República e composta por mais de 500 itens relacionados a essas práticas religiosas, era, inicialmente, um conjunto de "provas de crime"[509].

A Lei Glicério, correspondente ao Decreto n. 528, promulgado em 28 de junho de 1890, visava estabelecer normas para a entrada de imigrantes no Brasil. No texto mencionado, afirma-se que "é inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho", desde que não se encontrem sob qualquer ação criminal em seu país de origem. Contudo, ressalta-se: "excetuados os indígenas da Ásia, ou da África", os quais poderiam imigrar para o Brasil apenas com autorização prévia do Congresso Nacional. Estabelecia-se que, no caso de uma pessoa tentar "importar" "indivíduos" desses "continentes", estaria sujeita a penalidades e à perda de "privilégios". Para esse propósito, a Polícia dos Portos ficaria

[507] 13 DE MAIO. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano I, n. 20, p. 01, 28 mai. 1916. Grifo meu.
[508] CÓDIGO de posturas (continuação*). Jornal do Commercio* (RJ). Rio de Janeiro, n. 44, p. 2-3, 13 fev. 1890.
[509] DE VIAGEM. *Tribuna Popular*, Salvador, n. 50, p. 3, 29 jun. 1890.

incumbida de fazer cumprir a legislação e obstruir o "desembarque de tais indivíduos"[510]. O periódico *O Progresso*, previamente citado, divulgou a inconsistência entre a "crise da lavoura", devido à "aparente falta de mão de obra", e o elevado número de indivíduos negros sem emprego. O jornal não considerava a imigração "branca" como uma solução[511].

O Artigo 157 do Código Penal de 1890 também abrangeu a "prática mágico-religiosa", vinculando a ação criminosa a atividades como o "espiritismo". Entretanto, ao não especificar o que se entende por "espiritismo", a legislação resultou em uma repressão ainda maior às práticas religiosas de origem africana[512]. A interdição da capoeira, prevista na mesma legislação, além da modificação da lei da vadiagem, também favoreceram a realização de ações arbitrárias por parte da força policial em relação à população negra. O artigo 158 do Decreto n. 847, datado de 11 de outubro de 1890, definiu o "curandeirismo" com uma formulação predominantemente influenciada pelo positivismo[513]. Subsequentemente, a penalização para a prática da "capoeira" foi intensificada em 1893, por meio do Decreto n. 145, de 11 de julho, o qual estipulou o encaminhamento dos praticantes a uma "colônia correcional", unificando em uma única categoria os "vadios" e "capoeiras"[514].

Ao apresentar essa breve descrição dessas legislações, não nos prestamos a uma análise detalhada das aplicações que impactaram negros e negras no período pós-abolição ou da destruição parcial da documentação referente ao período da escravidão, determinada por ordem de Rui Barbosa. Nosso propósito é consideravelmente mais simples. Não surpreende que o domínio de investigação acerca do período pós-abolição tenha se expandido consideravelmente, nos últimos anos, no contexto acadêmico brasileiro. As normas direcionadas a homens e mulheres que deixavam a condição de escravizados, assim como as formas de aplicar o próprio dispositivo da racialidade a toda a população negra no Brasil, sofreram modificações com certa celeridade após o 13 de maio de 1888.

Simultaneamente, um número considerável de negros e negras da elite nacional buscava narrar eventos passados, além de edificar várias camadas de lutas, com o intuito de produzir ou reivindicar a igualdade que o regime republicano e a Constituição, assim como a abolição da

---

[510] COLEÇÃO DE LEIS DO BRASIL - 1890, Página 1424 Vol. 1 fasc.VI.
[511] A CRISE da lavoura. *O Progresso:* Órgão dos homens de cor, São Paulo, n. 01, p. 04, 24 ago. 1899.
[512] GOMES, Adriana. A criminalização do espiritismo no Código Penal de 1890: as discussões nos periódicos do Rio de Janeiro. *Revista Eletrônica Cadernos de História*, ano 7, n. 2, dezembro de 2012.
[513] CAMARA dos Deputados. Projeto n. 250-1893, Parecer Congregação da Faculdade de Direito de São Paulo. 15 ago. 1894.
[514] LUSSAC, Ricardo Martins Porto. *Entre o crime e o esporte: a capoeira em impressos no Rio de Janeiro*, 1890-1960. Tese (Doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, 2016; LUSSAC, Ricardo Martins Porto; MONTI, Ednardo Monteiro Braga. Repressão à capoeiragem do Rio de Janeiro nos séculos XIX e XX: a infância criminalizada. *Revista Humanidades e Inovação*, v.8, n.33, fev. 2022; ABREU, P. *Os Capoeiras*. Rio de Janeiro: Tip. Seraphim Alves de Brito, 1886.

escravidão, deveriam assegurar a toda a população. Em uma das primeiras análises relativas à imprensa negra, Marina Pereira Mello caracteriza os jornais como um instrumento para a "integração do negro nacional" em uma sociedade que "celebra o estrangeiro", relegando o negro à condição de "invisível, inaudível, incapaz e inútil". A ordem republicana, nesse contexto, fortalecia tais reivindicações, uma vez que, em sua essência, e após a promulgação da Lei Áurea, não existia um suporte legal – e, em certo grau, uma justificativa política – para segregar negros enquanto "cidadãos" [515].

A mesma ordem possui outros valores que eram considerados estranhos aos negros. Na verdade, eram conceitos que para esse "negro" forçado ao longo de mais de três séculos e meio, o "escravizado", seriam impossíveis. Embora, é importante relembrar, parte dos negros nacionais não tivesse qualquer ligação com o sistema. Valores predominantes no início do século XX, como ordem, progresso, civilização, polidez, sobriedade, entre outros, constituirão parte do foco de uma busca por alinhamento com esses princípios em voga entre a elite negra letrada nos jornais da imprensa negra[516].

Como será evidenciado, tais valores morais e culturais adentraram significativamente os debates e os passados evocados nas produções dos periódicos, conformando uma polícia moral que procurava distanciar seus leitores de festas, salões e bailes, do alcoolismo, da vadiagem, da dança. A autodefesa e a imagem *do* negro uno e unívoco constituiriam parte dessa agenda.

Certas legislações buscavam desmobilizar grupos de pessoas negras que se organizavam em diversos segmentos. A proibição do "ajuntamento" – de pessoas –, estabelecida pelas legislações que regulamentavam a religiosidade ou a capoeira, poderia igualmente afetar comunidades negras sob grupos como "Centro Literário", "Grêmios", entre outros[517]. Os jornais poderiam ser impactados, embora não haja, nos periódicos do arquivo, denúncias acerca dessa ocorrência. O estudo de Ubirajara Damasceno da Motta, divulgado em 1986, acerca dos periódicos da cidade de São Paulo, sugere que era imprescindível, no início do século XX, estabelecer "comunicação dentro da comunidade afro-brasileira"[518].

---

[515] MELLO, Marina Pereira de Almeida. *O ressurgir das cinzas:* negros paulistas no pós-abolição, identidade e alteridade na imprensa negra paulista (1915-1923). 1999. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999, p. 98-101.
[516] *Ibidem.*, p. 115.
[517] DOMINGUES, Petrônio. A nova abolição: a imprensa negra paulista (1889-1930). *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, Universidade Candido Mendes, Ano 25, jul./dez. 2004, p. 543.
[518] MOTTA, Ubirajara Damasceno da. *Jornegro*: um projeto de comunicação afro-brasileira. Dissertação (Mestrado) – Instituto Metodista de Ensino Superior, São Bernardo dos Campos-SP, 1986, p. 78-80.

Motta procura inserir os jornais da imprensa negra no contexto mais abrangente dos debates na imprensa paulista, permitindo, assim, a observação de periódicos elaborados por operários e anarquistas vinculados às indústrias desse estado. Tal enfoque abrange imigrantes, os quais se tornaram, de forma bastante rápida, um "rival" no que tange ao mercado de trabalho. Ademais, o autor busca compreender quais seriam os possíveis "exemplos" que os negros poderiam seguir para "melhorar seu nível de vida"[519].

A rivalidade com os imigrantes que chegavam intensifica-se em razão de outras interações presentes nesse contexto. Com a extinção da instituição escravista, as relações raciais no Brasil "tendem a ser cada vez mais conflituosas, isto é, na medida em que iam sendo definidos os termos" de uma outra sociedade, uma "sociedade livre". É nesse ínterim que surgem novas formas de restringir a participação dos indivíduos negros nessa nova estrutura e, assim, o "racismo emergia nas relações sociais, tornando-as mais ríspidas". A pesquisa de Cleber da Silva Maciel, centrada nos periódicos da cidade interiorana de Campinas – em especial no *Getulino* –, sinaliza também uma alteração nos termos relacionados a essa comunidade que emergem nessas publicações. Isso se dá em decorrência de uma "grande mobilização", a qual resultaria em uma "produção cultural" preocupada com as "ciências" e com a ênfase na "crítica social e política"[520].

Clóvis Moura também notou uma transformação considerável na imprensa negra do século XX em comparação com as publicações do século anterior. Segundo o sociólogo, após a abolição, ocorreu um "aguçamento da luta de classes e da exclusão do negro dos espaços sociais mais remunerados e socialmente compensadores". O dispositivo da racialidade desenvolvido apresentava necessidades diferentes do passado, outras evocações para propósitos distintos e buscava afastar a concepção de um passado negativo, visando um futuro promissor para os negros, enquanto confrontava os discursos que consideravam a República ou a Abolição como um término do racismo.

Tendo em vista o exposto, neste capítulo buscamos apresentar os passados dos periódicos da imprensa negra editados nas primeiras décadas do século XX. A ênfase recai sobre os passados que emergem nestes jornais, os quais apresentam outra divisão, realizada devido às disparidades entre um grupo de periódicos e outro: as publicações entre as décadas de 1900 e 1930 têm uma diferença interna importante. Enquanto *Getulino* (1923-1926) tem uma organização própria e bem estabelecida com foco nas letras – prosa, folhetim, poesia –, *O*

---

[519] *Ibidem*.
[520] MACIEL, Cleber da Silva. *Discriminações raciais:* negros em Campinas (1888-1926). Campinas: CMU, 1997, p. 27-98.

Clarim d'Alvorada (1924-1932) e *A Voz da Raça* (1933-1937) são jornais que se legitimam, organizam e distribuem a partir da formação da Frente Negra Brasileira[521].

Dessa forma, na parte referente ao século XX, há três divisões: a primeira lidará com os jornais *O Baluarte* (1903), situado em Campinas, no interior paulista; *O Propugnador* (1907), de São Paulo; *A Alvorada* (1907), publicação de Pelotas, no Rio Grande do Sul; *O Menelick* (1915), também da cidade de São Paulo; *O Alfinete* (1918); *O Bandeirante* (1918); *A Liberdade* (1918); e *O Kosmos* (1922). Tais periódicos apresentam distinções em seu regime discursivo, em comparação com jornais anteriores, assim como em relação àqueles que serão examinados posteriormente.

No caso do *Getulino*, primeiramente, analisamos textos fictícios que procuravam aproximar os leitores das experiências dos negros no passado nacional, sobretudo aquele relacionado à escravidão. Em dois folhetins, é possível debater o emprego de textos que emergem no início do século e que compõem, em meio à narrativa de ficção, testemunhos, textos, artigos e livros de história. Continuando com o *Getulino* e passando à análise de *O Clarim d'Alvorada* e *A Voz da Raça*, observamos periódicos que têm maior estabilidade nas publicações, em sua organização interna, redação e publicidade. Ademais, apresentam discursos ordenados a partir de suas ligações em torno de um movimento negro mais centrado em lideranças, produzindo um discurso que segue regras e práticas mais claramente definidas, especialmente na luta contra o preconceito racial e na revisão do passado de formas diversas.

Na edição inaugural de *O Baluarte*, o programa do periódico ressalta a urgência de seu "aparecimento na arena do jornalismo" como um "fato de suma importância social", especialmente para combater a negação "absoluta" "ao homem de cor a parcela de racionalidade de que são possuidores todos os seres pensantes", relegando-os ao "suplício cruento de muitos séculos de escravidão" e "excluindo-o sistematicamente do convívio social" após o fim deste "suplício". Por meio dessas duas práticas, "sofrimento" e "exclusão", "pontificou-se com a soberania de um *dogma*, a decadência intelectual da raça e o aniquilamento moral da classe". O dever era prosseguir "na campanha defensiva da raça negra" a partir desse "órgão oficial do 'Centro Literário dos Homens de Cor'", "dedicado à defesa da classe"[522].

O *Getulino* se apresenta, de forma bastante semelhante, como um "órgão para a defesa dos interesses dos homens pretos". Entretanto, no seu segundo exemplar – o primeiro ao qual tivemos acesso –, em uma seção intitulada "A mocidade!", manifesta-se um tipo diferente de nacionalismo negro, um outro entendimento de nacionalismo e diversas formas de rememorar

[521] DOMINGUES, *op. cit.,* 2004, p. 548.
[522] NOSSO PROGRAMA. *O Baluarte*, Campinas-SP, Ano 1, n. 01, p. 01, 15 nov. 1903.

o passado afro-brasileiro. Compreende-se o ano de 1923 como um momento de "cumprir o dever" em relação à "Pátria" e no qual "todos Brasileiros nobres que conhecem e, sabem honrar o seu berço" devem ater-se a "defender as gloriosas tradições deste torrão abençoado", uma vez que a "Pátria carece de nós". Assim, a contribuição dos negros nesse contexto está ligada ao "heroísmo" de um "povo resoluto e forte" que não deixaria de resistir, mesmo diante de uma "mocidade" que deve voltar sua "atenção para o passado". O passado parece esvair-se do conhecimento geral. A "mancha negra da escravidão", em que "entes humanos, ao ardor sufocante do sol, trêmulos, exangues eram vergastados e obrigados a arrancar do solo o fruto que os seus *senhores*" gastavam ou "esbanjavam" "em pouco", parece ser ainda mais necessária[523].

Gervasio de Moraes, um dos participantes na criação do Centro Cívico Palmares, editor do *Getulino*, poeta e escritor, defendia que a "mocidade" negra deveria ter consciência de sua história, uma vez que, por meio dela, poderiam se entender como parte da nacionalidade, enfatizando, neste contexto, a importância do passado da escravidão. Existe uma diferença significativa entre os jornais paulistas após a década de 1920: havia uma demanda mais evidente por nacionalidade. A nação é construída de maneira mais direta a partir do passado e, como consequência, a história – enquanto disciplina – e, em especial, os historiadores, são evocados com mais frequência que anteriormente. Se, em *O Homem*, os documentos fundamentam, por exemplo, a biografia de Henrique Dias, é muito provável que, diante da dificuldade de encontrá-los ou da opção por não os citar, os redatores passem, a partir de 1920, a recorrer aos historiadores de ofício, como Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Raimundo Nina Rodrigues, entre outros.

Entretanto, essa não representa a diferença mais significativa entre os jornais do século XIX, incluindo os títulos mencionados anteriormente – até o *Getulino* –, e aqueles que surgiram após o periódico campineiro. A estruturação de uma comunidade, exemplificada pelo Centro Cívico Palmares, entre os anos de 1926 e 1928 – período em que se registra uma ruptura significativa na instituição, decorrente da liderança do inglês Joe Foyes-Gittens, alvo de severas críticas internas devido ao seu autoritarismo[524] –, pela Federação dos Homens de Cor de São Paulo e pela Frente Negra Brasileira (1931-1937), evidencia discursos mais elaborados e evoca

[523] MORAES, Gervasio de. A Mocidade! *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 02, p. 01, 05 ago. 1923.
[524] CARVALHO, Gilmar Luiz de. *A imprensa negra paulista entre 1915 e 1937*: características, mudanças e permanências. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de pós-graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, 2009, pp. 158-161.

memórias com maior coerência em cada um dos periódicos, em comparação ao que se observava anteriormente.

O Centro Cívico Palmares, surge de uma proposta do ativista afro-brasileiro Antônio Carlos, visando à edificação de uma biblioteca que foi finalizada em dezembro de 1926. Apesar de serem devedores a diversos outros movimentos negros, tanto o CCP quanto a FNB interagiram com diferentes mecanismos de ativismo, estabelecendo escolas, oferecendo cursos secundários, promovendo palestras, organizando saraus e pleitos políticos, e, finalmente, sugerindo a fundação de um partido que atendesse a essas demandas. A educação adquire um espaço ainda maior, a política se torna protagonista e, entre os intelectuais que estabeleceram esses jornais, somam-se nomes que se destacariam em várias áreas de atuação[525].

Um exemplo adicional que pode elucidar de que maneira essa organização propicia a exigência e a elaboração de outros passados, por meio de diferentes letrados e formas de escritura, é a trajetória de Lino Guedes, um dos cofundadores do *Getulino*, que se dedicou à escrita e à atuação em diversos outros contextos. O mesmo autor publicou, em 1928, o jornal *Progresso* e, já no século XX, lançou vários livros de poesia[526], além de ter contribuído para importantes periódicos, como o *Diário de São Paulo*, o *Jornal do Comércio*, o *Correio Paulistano* e o *Diário do Povo*, assim como o *Correio Popular* e o *Correio de Campinas* – sendo os três últimos ainda vinculados à Campinas e os anteriores, todos, a São Paulo. Na capital do Estado, fundou, posteriormente, *O Combate* (1912) e *O Maligno* (1924). Outro intelectual, Benedito Florêncio, integrou a Federação Paulista dos Homens de Cor e, assim como Guedes, foi membro do Clube Literário de Culto à Ciência, situado em Campinas[527].

Publicados em outro momento e envolvendo instituições mais claramente definidas em prol dos negros – com demandas melhor elaboradas, acompanhadas por nomes de destaque e fundamentadas em diferentes esferas –, esses periódicos também utilizavam modos de narrar que haviam sido anteriormente destacados na imprensa negra. Além disso, trouxeram à tona outros relatos e, simultaneamente, reinterpretaram e atualizaram, de diferentes maneiras, os acontecimentos em relação aos jornais que os precederam. As legislações discriminatórias que, na prática, reintroduziam – de diversas maneiras – uma hierarquização racial que perdurou

---

[525] DOMINGUES*, op. cit.*, 2007, p. 12. DOMINGUES, Petrônio. Lino Guedes: de filho de ex-escravos à elite de cor. *Afro-Asia*, n. 41, p. 133-166, 2010.
[526] A título de exemplo: GUEDES, Lino. *O canto do cisne preto*. São Paulo: Typographie Aurea, 1927.
[527] GUIRRO, Leandro Antonio. *Intelectualidade e Imprensa Negra Paulista:* os casos do *Getulino* e *Progresso* (1923-1931). Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, 2013, p. 45-50.

durante o período da escravidão, atendiam às demandas que emergiam, principalmente, no contexto urbano do início do século XX e à toda a população negra, agora completamente livre.

A elite negra que se reunia nas prensas para promover os interesses da população negra, antes de 1920, possuía escassos vínculos com a escravidão. Tratava-se, em sua maioria, de homens livres que possuíam, no mínimo, duas gerações anteriores com a mesma condição social. No exemplo de Lino Guedes, seus genitores foram inicialmente escravizados, mas conquistaram a liberdade antes de seu nascimento, em decorrência da Abolição. A formação educacional, sob a tutela do Coronel Olympio dos Reis, abrangeu o ensino fundamental e incluiu a entrada na "escola normal" com a intenção de se tornar professor. No entanto, abandonou os estudos ao finalizar o terceiro ano para se dedicar de forma integral ao jornalismo. A atuação que deve ser ressaltada nesse contexto é a construção de vínculos com diversas associações, como a Sociedade União Cívica dos Homens de Cor, o Centro Recreativo Dramático Familiar 13 de Maio, o Grêmio Recreativo Dançante Estrela Celeste; além de ser fundador do Grêmio Dramático Luiz Gama e sócio da Sociedade Dançante Belo Horizonte[528].

Miriam Ferrara, Roger Bastide e Gilmar Carvalho delineiam, cada um à sua maneira, classificações – sempre arbitrárias – acerca dessa imprensa. Concordamos, nesse aspecto, com a segmentação realizada por Carvalho, uma vez que é no *Getulino* que se consegue notar uma maior regularidade na periodicidade, permanência da equipe gestora por um período mais extenso, além de mensagens políticas mais diretas e incisivas, sempre em colaboração com membros de outros grupos, de diferentes órgãos e, com maior frequência em relação ao passado, com outros jornais que pertenciam ao mesmo conjunto[529].

Levando em conta o nosso objetivo principal, os passados evocados apresentam certas continuidades a partir da divulgação de *biografias* e da demanda por *datas comemorativas* e *monumentos* — sempre fazendo alusão ao passado —, além de uma produção vinculada ao *negro soldado* e à busca incessante pela inserção, mediante tais passados, na nacionalidade brasileira.

Entretanto, há um histórico e uma narrativa que se tornam progressivamente mais comuns e que, a nosso ver, possuem significativa relevância: a construção da ideia do país das "três raças" — branca, negra e indígena. Inicia-se, nesse conjunto, um processo de consolidação da imagem do "Brasil-cadinho" ou do "paraíso racial", fundamentada na coexistência das três raças, ainda que distintas, como demonstram *Getulino*, *O Clarim d'Alvorada* e *A Voz da Raça* ao conceberem esse "paraíso" idealizado como isento de racismo.

---

[528] DOMINGUES, *op. cit.*, 2010, p. 140.
[529] CARVALHO, *op. cit.*, p. 30-38.

Na segunda parte, além de relatar os periódicos que relembraram o passado ao longo do início do século XX, busca-se narrar a forma como cada um dos eventos, figuras históricas ou acontecimentos é abordado nos seguintes jornais: *O Exemplo*, *O Baluarte*, *O Propugnador*, *A Alvorada*, *O Menelik*, *O Alfinete*, *A Liberdade*, *O Bandeirante* e *O Kosmos*. Em tais periódicos, como será demonstrado, é possível observar aspectos de determinados valores que se firmam na tradição ocidental entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do século XX.

Outra das modificações mais significativas, em nosso entendimento, foi a ascensão de historiadores – ainda sem formação específica na disciplina – referenciados como fonte de autoridade e evidência. Os documentos, assim como observamos na biografia de Henrique Dias, em *O Homem* do Recife, são diferentes de historiadores e histórias não citadas. Possivelmente por não apresentarem um passado narrado que funcionasse como "evidência" para resgatar o pretérito, abriram espaço para diversas obras e autores que, de alguma forma, abordaram eventos e figuras negras. Silvio Romero, Nina Rodrigues, Afonso de Taunay, Afonso Celso, entre outros destacados autores da historiografia brasileira, passam a ser incorporados ao discurso da imprensa negra, enfatizando-se a relevância do passado afro-brasileiro, a fim de evidenciar e possibilitar a visibilidade da contribuição e da importância da população negra na constituição da nação.

Uma das principais distinções reside na dinâmica de estabelecer uma polícia moral, por meio de artigos e "sessões" moralistas, que indicavam comportamentos inadequados e prejudiciais à imagem dos negros, os quais deveriam ser evitados ou excluídos da convivência negra, especialmente em espaços públicos. O conceito de civilização; mais claramente definido; o progresso, ainda mais solidificado como objetivo; os "bons hábitos" e os princípios cristãos tornaram-se ainda mais significativos.

O continente africano e sua trajetória histórica recebem certa consideração e são observados a partir desses valores. Aparecem os concursos de beleza, apresentando outras imagens negras. Existem críticas evidentes que, de forma quase paradoxal, divergem entre os negros que buscam uma "aparência" branca e que, por isso, são vistos como hipócritas, ao mesmo tempo em que se estabelece um conjunto de práticas ocidentais a serem adotadas para o "aperfeiçoamento", a "elevação", "evolução" ou o "melhoramento" da "raça".

Em um cenário internacional complexo, marcado pelos eventos da Primeira Guerra Mundial, pelos colonialismos na África e pela ascensão estadunidense, surge a oportunidade de estabelecer laços sociais mais amplos entre informações provenientes dos Estados Unidos da América, de Angola, de Moçambique e do Haiti. Assim, aparecem, pela primeira vez, figuras proeminentes como Toussaint L'ouverture, Menelick II e outros notáveis líderes negros, como

o *yankee* Robert S. Abbott. As avaliações e críticas referentes aos imigrantes se intensificam com o aumento da presença de europeus, especialmente no Rio Grande do Sul e no estado de São Paulo, período em que os jornais exacerbam as tensões em uma competição aberta e contínua com esses novos grupos no país.

Para diversos pesquisadores que interagem com esse acervo documental, o início do século XX representa um aumento exponencial na quantidade de jornais brasileiros, incluindo a imprensa voltada para a população negra. Dentre esses "jornais alternativos", destinados a um público específico, os imigrantes que cresceram significativamente nas primeiras décadas do século XIX, destacam-se, especialmente, os periódicos voltados para tais colônias estrangeiras. Podemos mencionar o ítalo-brasileiro *Fanfulla* (1891); o *Diário Español* (1897); *Le Messager*, periódico francês em São Paulo, também de 1897; o *Fata Lubnan*, publicação árabe iniciada em 1912; entre outros[530].

De maneira análoga, e na mesma perspectiva, os clubes culturais, recreativos e associações, podem ser vistos como um espaço de interação entre essas novas mídias e os grupos negros que procuravam se organizar. Existiam também os jornais operários, que possuíam considerável circulação e que alcançavam um público mais abrangente por utilizarem, na maioria das vezes, o português como língua principal. Evidentemente, essas não constituem as únicas fontes para a composição das associações negras, uma vez que estas já estavam presentes no Brasil muito antes do aumento da imigração europeia nas últimas três décadas do século XIX, que alcançou seu ápice na época da República[531].

Benedito Prestes e Francisco José de Oliveira, ambos jornalistas que colaboravam em outros periódicos, atuavam n'*O Baluarte*, título que também se encontra em outros jornais, incluindo italianos e de orientação operária. No âmbito de Campinas, *O Baluarte* representou a primazia da imprensa voltada para a população negra. Com distribuição limitada e comercialização por meio de assinatura, além da retirada nas residências dos editores ou em associações específicas, há escassas informações sobre essa publicação em particular. No entanto, o contexto de sua edição atende, sobretudo, à população negra de Campinas[532]. Apesar disso, conforme evidenciam as cartas veiculadas em sua segunda edição, foi reconhecido e acolhido por diversos jornais da capital estadual[533].

---

[530] DOMINGUES*, op. cit.*, p. 550.
[531] MOTTA, *op. cit.*, p. 78.
[532] DOMINGUES*, op. cit.*, p. 554.
[533] NOSSO PROGRAMA. *O Baluarte*, Campinas-SP, Ano 1, n. 01, p. 01, 15 nov. 1903.

Os produtores, editores e autores dessas publicações não eram, em sua maioria, indivíduos com vasta experiência em tipografias e na redação de periódicos. Com "pouca escolaridade, raramente detinham algum conhecimento específico de jornalismo". No entanto, "com a ajuda esporádica de amigos" dentro dessas associações, havia letrados que detinham saberes sobre alguns "rudimentos do jornalismo". O método consistia na prática do "ensaio e erro", evidenciando que "aprendia-se fazendo"[534].

O policiamento moral ou "discurso puritano" – conforme designa Petrônio Domingues – embora apresentasse particularidades na comunidade negra, não se limitava a esse público, uma vez que diversos jornais paulistas buscavam "interferir na esfera privada dos indivíduos e até fazer calúnias da vida alheia". Lançado pelo Centro Literário dos Homens de Cor, *O Baluarte* tornou-se o pioneiro entre esses periódicos – com exceção de *O Exemplo,* de Porto Alegre – ao apresentar em suas páginas textos de ficção, incluindo poesias, contos e outras produções literárias de autores e autoras negros. Existiam, igualmente, áreas destinadas a celebrações de aniversários, comemorações, batizados, noivados, casamentos e outros avisos para a comunidade[535].

As normas legais e as práticas sociais mencionadas anteriormente, como a conhecida Lei da Vadiagem, assim como a República e os direitos e deveres a ela associados — fossem eles efetivamente cumpridos ou não —, ocuparam posição de destaque em diversos periódicos das primeiras décadas do século XX

No periódico *O Baluarte*, em artigo dedicado especificamente à República — seu segundo número foi publicado em 15 de novembro de 1903, em comemoração ao aniversário da implantação do regime —, Benedito Florêncio considerava essa data a mais significativa, do ponto de vista "político", para o país. De acordo com o autor, nenhuma outra celebração cívica "sintetiza melhor a marcha progressiva da Pátria Brasileira", uma conquista que foi "esculpida no Panteão da emancipação política do mundo latino" – essa também constitui a primeira referência a uma América "latina"[536].

Entretanto, a República não combateu as "doutrinas" "subversivas" fazendo com que os negros, sejam vistos, para Florêncio, como "seres imprestáveis" ou "entidades absolutamente improdutivas". Nesse argumento, os negros não poderiam compreender as "questões doutrinárias ou princípios filosóficos e científicos". Segundo o autor, tudo isso era uma mentira.

---

[534] PINTO, Regina Pahim. *O Movimento negro em São Paulo:* luta e identidade. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, USP, 1993, p. 67.
[535] DOMINGUES*, op. cit.*, p. 556.
[536] FLORÊNCIO, Benedito. O Advento da República. *O Baluarte*, Campinas-SP, Ano I, n. 02, p. 01, 15 nov. 1903.

A alteração de regime constituiu-se como a "consequência lógica do *evolucionismo* que agindo na esfera ilimitada do *determinismo*", inseria todas as "nações" e "povos" em seu "império do progresso, da civilização e da *independência individual*". A "história de seus empreendimentos cívicos" defende que o Brasil merece seu "laurel de glória imorredoura e imortalizada", por proclamar "definitivamente o reinado da confraternização moderna dos povos americanos"[537].

Nem mesmo no 15 de novembro se podia deixar de fazer alusão a outra data relevante: 13 de maio de 1888. Esse dia "imortal" foi a "base genésica" e *precursora* do 15 de novembro. Entre "agitações e tumultos" após a Abolição, figuraria, "lado a lado" com a derrocada do "edifício secular da monarquia", uma "velha instituição já carcomida do absolutismo governativo", sendo a Proclamação da República o evento que "fechou com chave de ouro" um "ciclo notável da nossa evolução política", iniciado com a Abolição[538]. Dessa forma, a formatação da República tornou-se viável devido ao "passo" realizado no 13 de maio, em virtude do sacrifício de numerosos "mártires", fossem eles escravizados ou não. Tal evento representou mais um estágio em nossa "evolução" em direção à "liberdade" e à "fraternidade". A confiança no novo regime aparenta ser mais acentuada em *O Baluarte* (1903) do que nos jornais *A Pátria* (1889) e *O Progresso* (1899).

Em uma "crítica moderna" ao preconceito racial, *O Baluarte* fará referência ao período da escravidão para recordar que os negros brasileiros eram "seres pensantes" assim como qualquer ser humano. No entanto, alguns "souberam se valer" das crenças na suposta inferioridade "racional" dos negros. Seguindo, para o jornal, foram os "traficantes imundos de carne humana" que, movidos por sua "louca ambição", criaram uma "falange de mártires insignes da humanidade que no labor insano de tantos anos". Com o intuito de "defender a classe", os letrados deste jornal, ainda que a duração e manutenção do periódico tenham sido breves, certamente se ocupavam com os imigrantes[539].

O Baluarte inaugura também uma sessão direcionada à "Literatura". Nesta mesma área específica, é a primeira aparição de um autor que se tornaria, posteriormente, comum na imprensa negra nacional: Silvio Romero. O artigo lida com a crítica de Romero a respeito da obra "A Filha do Artista", lançada por "D. Anália Franco", cujo nome completo é Anália Emília Franco Bastos (1853-1919), notável filantropa e autora de peças teatrais, poesias e romances, além de ter sido a fundadora da "Associação Feminina Beneficente e Instrutiva". O jornal a destaca como uma das "primeiras personalidades da literatura moderna" no Brasil, meio no qual

[537] *Ibidem*. Grifos meus.
[538] *Ibidem*.
[539] NOSSO PROGRAMA. *O Baluarte*, Campinas-SP, Ano 1, n. 01, p. 01, 15 nov. 1903.

muitos membros da "velha malta" de "literatos" desconsideravam a "exuberantemente produtiva" trajetória literária do país em busca de referências no Velho Mundo. Autoras e autores estrangeiros, "com costumes tão estranhos ao nosso país", segundo o jornal, prejudicavam "o valor moral do trabalho" e "nos tiram o gosto à leitura"[540].

A renomada obra de Anália Franco foi mencionada nos *Ensaios de Literatura*, nos *Princípios de Sociologia* e, especialmente, na extensa obra *História da Literatura Brasileira* (1902), de Sílvio Romero[541]. Na obra do crítico literário, destaca-se, inclusive, a presença de um "eminente patrício" – negro –, "Dr. Moraes Filho", a quem Romero não hesitou em direcionar críticas a respeito do "valor básico" da obra, embora esta tenha sido "vivamente aplaudida nas Festas e Tradições". Alexandre José de Melo Morais Filho (1844-1919) tratou da importância da contribuição africana para a "formação da literatura e da cultura brasileiras". Natural da Bahia, foi autor de várias publicações históricas, focadas, especialmente, nas tradições e festividades populares brasileiras, assim como nos ciganos no Brasil, abrangendo o período final do século XIX e o início do século XX[542].

A Filha do Artista é um texto com "paisagens encantadoras das nossas selvas", uma "poesia sublime" de "excelsa beleza", porém, entre elogios eminentemente literários que destacam as qualidades do Brasil, a autora descreve "fases distintas da escravidão" com "belezas", "festas campestres", "com descrições" que "cativam", "entusiasmam, e até enobrecem". Para Florêncio, a obra "destina-se a uma bela propaganda de moral tão pura que as filosofias com as argúcias jamais puderam delinear". Ao fim do artigo, o livro é indicado ao leitor por seu fim destinado à "Associação Beneficente Feminina de São Paulo"[543].

Um ponto adicional que merece ser enfatizado neste segundo – e único – exemplar de *O Baluarte* ao qual tivemos acesso é a mobilização de conceitos do regime moderno de historicidade que, apresentados aqui como exemplares do início do século XX, serão abordados. No "Programa", determinados conceitos adotados são significativos. Não obstante os "acontecimentos" excepcionais que "iluminam ainda hoje" as "páginas fecundas da história pátria", a veneração é voltada ao "livre pensamento" e à "independência humana" que, ao longo da "evolução moderna", contou com defensores movidos "pela voracidade impetuosa do Destino", mesmo que muitos permaneçam esquecidos e "vagarosamente sepultados na

[540] FLORÊNCIO, Benedito. Literatura. *O Baluarte*, Campinas-SP, Ano I, n. 02, p. 01-02, 15 nov. 1903.
[541] ROMERO, *op. cit.*, 1888
[542] RIBEIRO, Cristina Betioli. Alexandre José de Melo Morais Filhos (1844-1919): a prioridade da contribuição africana na formação da literatura e da cultura brasileiras. *Remate dos Males*, Campinas-SP, V. 29, n. 01, p. 423-439, jan./jun. 2019.
[543] *Ibidem*.

imensidade confusa dos tempos", deixando "às tradições históricas um rastro luminoso após sua passagem triunfal".

Quem são essas pessoas? "Os "abolicionistas sobreviventes que caminham para o futuro e estão no ocaso da vida". Além da proteção dos "vestígios", que representam os corpos negros e os nomes dos abolicionistas, é imprescindível defender a "Justiça" e o "Direito" – ambos em letras maiúsculas – da "Nação". Uma das distinções entre o primeiro conjunto de periódicos da imprensa negra do século XX e o segundo é a seguinte: "não queremos a luta – ambicionamos a paz". Entretanto, não devemos nos iludir; *O Baluarte*, na ausência de paz, declara: "não recuaremos diante da afronta porque sonhamos ainda a nossa completa emancipação"[544].

Não são poucas as elucubrações que poderíamos arriscar com esses termos. Entretanto, dando destaque aos trechos, é possível identificar diversos indícios de uma compreensão e relação com o tempo que busca a "iluminação", acredita no "Destino" – ou "Providência" – e que entende o "exemplo" do passado. Porém, também notamos que o "livre pensamento" diante da *confusão* daquele tempo; a dificuldade em manter a história e a memória frente a tantos eventos diferentes das "tradições históricas"; os conceitos de "Justiça" e "Direito"; indicam, em conjunto, um *regime de historicidade moderno* em contraposição à *historia magistra vitae*. Convivências estas, como bem observou Temístocles Cezar em relação à historiografia do IHGB, características de uma mudança ainda em curso no conceito de história[545].

O fenômeno da escravidão pode ser considerado um evento inacabado ou, de outra maneira, a emancipação – ou Abolição – revela-se incompleta, retornando à discussão do período analisado. Entretanto, existe ainda outro destaque deste periódico. Um breve artigo intitulado "Negro Milionário" menciona Juan May Kent – não há clareza suficiente para confirmar se este é o nome, uma vez que a impressão do jornal está quase ilegível nessa parte – um indivíduo que, de acordo com a publicação, foi o homem negro mais abastado do planeta e faleceu em 1903, legando 2 milhões de dólares a uma instituição católica. O enfoque do periódico se dá em virtude de seu êxito ao habitar um "espaço" "sem distinções de cor", a Filadélfia, nos Estados Unidos da América[546].

Diversos homens e mulheres negros norte-americanos que alcançaram certa ascensão social, a partir de *O Baluarte*, começam a ser destacados nas páginas da imprensa negra como referências que atestam que, em pelo menos algumas partes dos Estados Unidos, havia a

[544] A REDAÇÃO. *O Baluarte*, Campinas-SP, Ano I, n. 02, p. 01, 15 nov. 1903.
[545] CEZAR, *op. cit.*, 2019, p. 21-44.
[546] NEGRO Milionário. *O Baluarte*, Campinas-SP, Ano I, n. 02, p. 03, 15 nov. 1903.

possibilidade de indivíduos negros conseguirem êxito financeiro, em contraste com a situação no Brasil.

Igualmente relevante é o aparecimento da "Secção Moralista", a qual, embora não seja o foco deste trabalho por nem sempre evocar o passado, evidencia como essa polícia moral integrava o cotidiano da imprensa, esforçando-se para expor os equívocos de sua comunidade em relação aos valores ocidentais predominantes[547]. Conforme mencionado anteriormente, uma porção significativa desse conjunto, no início do século, dedicou-se, de um lado, a combater as legislações e os preconceitos que comprometiam ou obstruíam o progresso dos negros e, de outro, a fornecer orientações ou estabelecer normas que os aproximassem de um suposto "mundo branco", especialmente orientado pelos valores europeus.

Anos depois, em 1907, outro periódico pertencente a esse conjunto, *O Propugnador*, reafirmava como a "lei da vagabundagem" detinha arbitrariamente diversos "pretos", incluindo indivíduos "conhecidos" pelos escritores da publicação paulista. Dessa maneira, "precisamos gritar e gritar bem alto *é erro*", pois, caso os negros obtivessem, "em vez de processos", um "emprego que garanta o sustento a nossa família", tudo poderia ser diferente: "Não são e não somos vagabundos *nem intrusos* em nossa pátria!". No mesmo número inaugural *d'O Propugnador*, há uma publicidade que menciona a falta de suporte de *O Baluarte* pouco antes da fundação do novo periódico, evidenciando que não existia total concordância entre as publicações e, ainda mais relevante, que não constituíam um bloco monolítico de opiniões, nem a respeito das legislações que afetavam. Em alguns casos específicos a "raça negra" parece gerar suas "próprias pragas". De acordo com os intelectuais de *O Propugnador*, tais "intrigas" seriam unicamente eliminadas pela "civilização"[548].

Numerosos "infelizes nossos irmãos", seguindo a folha, necessitavam do apoio da assistência social, visto que muitos estavam sendo encarcerados por "falta de trabalho". Ninguém "ignora a dificuldade com que lutam principalmente o – preto – para adquirir um empreguinho nesta Capital", inclusive, "Dr. Celso Garcia" teria afirmado que "as crianças de cor são as mais sacrificadas", os "velhos de cor, depois de anos de cativeiro, aí estão sem abrigo, sem proteção, sem família", muitos tiveram suas "famílias" vendidas "como gado", de quem seria a "culpa"? Quem era o responsável por "livrar-se desse pecado cometido contra Deus e contra o próximo"? A resposta não se concretiza, então é sugerida uma proposta voltada ao "futuro": "deem-nos emprego que garanta o sustento à nossa família", deve-se "instruir e

[547] SECÇÃO Moralista: Excertos. *O Baluarte*, Campinas-SP, Ano I, n. 02, p. 04, 15 nov. 1903.
[548] EDITORIAL. *O Propugnador*, São Paulo-SP, Ano 01, n. 02, p. 01, 06 out. 1907.

multiplicar o número de pretos nas repartições públicas, nos bancos e em todos os ramos da atividade humana"[549].

Redigido por Ignacio de Amorim e Aleixo de Barros e publicado semanalmente em São Paulo, a partir da Rua Santo Amaro, n. 04, o periódico, apesar de muito breve, indica uma relação conflituosa com outras folhas, além de dificuldades financeiras. *O Baluarte* é citado neste jornal, o que também nos permite analisar o texto que a Federação Paulista de Homens Pretos veiculou em seu primeiro número, hoje indisponível. A reprodução integral do editorial de lançamento dessa outra folha também indica parte das necessidades e interesses de *O Propugnador*.

A "missão no seio da *classe preta*" deveria ser de "paz e harmonia" na busca pela união, para então promover *A Fusão das Sociedades* – título do texto reproduzido. Para *O Baluarte,* ainda não havia uma associação negra com "posição moral e social" como a "Federação". A própria instituição aparenta ter recebido intensas críticas, contudo, foram firmados acordos em torno de dois ideais: 1) A condenação à separação de cores na Guarda Cívica e suas ações com relação à lei da vagabundagem; e 2) A "festa imponente que conseguimos realizar este ano para comemorar a *data gloriosa da Abolição no Brasil*"[550].

A batalha, intensamente disputada, exigia a inclusão de negros e contestava a legislação que encarcerou muitos de seus "irmãos". Adicionalmente, tornava-se imprescindível a "comemoração" do 13 de maio, que, no contexto particular de *O Baluarte* e *O Propugnador*, era considerado um dia glorioso, resultado de um ato de "Isabel a Redentora". A conjuntura era de "crise" e "comoções" e exigia a congregação dos indivíduos negros, uma vez que a "União faz a força", conforme teria afirmado um "sábio socialista". Entretanto, embora haja a sugestão de um respaldo ao confrade de Campinas, a situação contrária aparenta não ter se concretizado, visto que os "ilustres colegas" não teriam oferecido suporte para *O Propugnador*[551].

A reunião de duas publicações da imprensa negra, ambas editadas no estado de São Paulo, parecia inviável, ao menos em sua totalidade. A Federação Paulista dos Homens de Cor foi constituída a partir da Irmandade São Benedito, do Colégio São Benedito e do Centro Literário dos Homens de Cor, localizados em Campinas. Todas essas associações estavam vinculadas à Irmandade de São Benedito, organização estabelecida em 1831, que se destacou no município ao acolher homens negros como membros. Francisco José de Oliveira, um dos

[549] COMEZAINA. *O Propugnador*, São Paulo-SP, Ano I, n. 02, p. 01, 06 out. 1907.
[550] A FUSÃO das sociedades. *O Propugnador*, São Paulo-SP, Ano I, n. 02, p. 01, 06 out. 1907.
[551] COMEZAINA. *O Propugnador*, São Paulo-SP, Ano I, n. 02, p. 01, 06 out. 1907.

fundadores de *O Baluarte* e professor de Ribeirão Preto, no interior de São Paulo, também assumiria a presidência da Federação em 1910[552].

Entre o "negro milionário" e "diplomatas negros", a união das folhas poderia ser difícil, mas também há enunciados que se repetem. Se em *O Baluarte*, o negro milionário é rememorado como possibilidade de ascensão – caso não houvesse preconceito –, o artigo sobre o diplomata Arthur Barolay, presidente da "República da Libéria" – em viagem a Londres e Paris, para definição de suas fronteiras –, lembrou que no ano seguinte (1908) seria criado um corpo diplomático do seu país para atuar junto às "grandes potências", sendo muito "bem acolhido em toda a Europa" [553]. Havia fôlego para esperanças nesse início do século XX?

Ao evocar nomes de importantes figuras da comunidade negra, *O Menelik* se destaca, talvez ao lado de *Getulino* – denominação que remete ao pseudônimo de Luiz Gama –, como a expressão mais ostensiva da intenção de exaltar um proeminente líder negro: o grande rei da raça preta, falecido em 1903"[554]. O falecimento de Menelik II, soberano da Abissínia, ocorreu em 1913. Entretanto, existe uma outra informação relevante acerca do homenageado: ele afastou os italianos de sua nação. Ao triunfar sobre a Itália, Menelik II não apenas desafiou uma parcela do imperialismo no continente, mas também evidenciou a ilusão da superioridade europeia, uma vez que, ao derrotar um poder europeu, estabeleceu-se como interlocutor nas negociações com a Inglaterra e a França sobre as fronteiras da Somália e do Sudão. A *exempla* do imperador se espalhou globalmente e estabeleceu raízes no Brasil, notadamente entre os italianos que, conforme afirma José Correia Leite, destacado ativista negro e residente do Bexiga, um bairro com forte influência ítalo-brasileira, referiam-se aos negros como "meneliks"[555].

A representação desse líder em particular provocou discussões, abrangendo, inclusive, Raimundo Nina Rodrigues e uma parcela de grupos e associações afro-brasileiras em São Paulo e na Bahia. No editorial de lançamento de *O Menelik,* a utilização do nome é detalhadamente explicada. Menelik II poderia ser considerado um "esquecido dos Homens de cor", embora não

---

[552] PEREIRA, Jose Galdino. *Os negros e a construção da sua cidadania:* estudo do Colégio São Benedito e da Federação Paulista dos Homens de Cor de Campinas - 1896 a 1914. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2001; TIEDE, Lívia Maria. *Sob Suspeita*: negros, pretos e homens de cor em São Paulo no Início do Século XX. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas-SP, 2006.

[553] DIZEM que Negro não se forma: Diplomatas Pretos. *O Propugnador*, São Paulo-SP, Ano I, n. 02, p. 03, 06 out. 1907.

[554] Menelik II foi um *ras* da Província Real do Choa e Imperador da Etiópia a partir de 1889, mantendo-se no poder até o ano de sua morte, 1913. Importante reformador, batizado de Sahle Mariam, fundou entre outras cidades, Adis Abeba, atual capital do país. MARCUS, Harold G. *The Life and Time of Menelik II* – Ethiopia (1884-1913). Oxford: Clarendon Press, 1975.

[555] CARVALHO, *op. cit.*, p. 75.

devesse ser, uma vez que era o "grande rei da raça preta". Antecipando eventuais críticas, o informativo prossegue com o "desabafo da alma de seu idealizador" que sugere que a "classe" pode desconsiderar a iniciativa, enquanto a "classe dedicada" concederia "aprovação geral". Por último, com o intuito de "conquistar a amizade geral", o periódico determina: "Expulsaremos piedosamente das colunas de *O Menelick*, este vocábulo chamado – combate"[556]. Esse é mais um exemplo de como a negociação parecia mais viável que a luta, neste momento.

O "órgão noticioso, literário e crítico dedicado aos homens de cor", foi criado por Deocleciano Nascimento que posteriormente atuará como colaborador em *O Clarim d'Alvorada*, *O Kosmos*, além de ter sido redator e diretor do jornal *A Voz da Raça* e figurou entre os periódicos mais duradouros da imprensa negra, operando de 1915 a 1963, embora com intervalos. Encerrando suas atividades em 1937, por determinação do Estado Novo, dispomos de apenas cinco registros para pesquisa, os quais integram nosso acervo. Os dois primeiros números divulgados em 1915, ou seja, o primeiro e o terceiro; um de 1916, que se refere ao número três, evidenciando outro intervalo; e, por fim, dois números publicados em 1917, correspondentes ao número treze e ao número quatorze.

Mensalmente, o periódico também afirma que seria "noticioso" para "travarmos conhecimentos de fatos que se são e passam sem prévio conhecimento da classe nossa" – os negros –; "crítico (só entre a classe) para colher os ditos filosóficos que navegam nos lábios desse povo"; "literário" para mostrar "ao mundo a sabedoria que ocultamente vagueia no cérebro da classe" e, por fim, "dedicado aos homens de cor para prestar-lhes homenagens"[557].

Com o objetivo de informar, realizar uma crítica interna à "classe", para fomentar "considerações filosóficas" nos próprios negros, bem como divulgar as produções literárias negras, *O Menelik* também almejava "prestar" homenagens a destacados nomes da "raça". Um dos eventos que se destaca nesta folha, pela primeira vez na imprensa negra, é a Revolução do Haiti.

O extenso texto intitulado "Episódio da revolta da Ilha de São Domingos", atribuído a Marcus Primus — provavelmente um pseudônimo que alude ao senador e general romano Marco Antônio Primo, em latim, *Marcus Primus* —, em tom romanesco, busca transmitir informações sobre os eventos ocorridos. Um "pobre camponês", residente em uma modesta habitação localizada em uma bela estrada, o qual não "tinha um só escravo para o ajudar a cultivar o seu pequeno campo", observa à distância o "incêndio" que devora tudo, incluindo as

[556] O MENELIK. *O Menelik*, São Paulo-SP, Ano I, n. 01, p. 01, 17 out. 1915.
[557] *Ibidem*, p. 01-02.

"plantações". Encarcerado em sua residência, acompanhado pela esposa e filha, vê o instante em que "os bravos homens de cor declararam-se livres do vaidoso jugo de malvados anos". Com a aproximação dos indivíduos de pele negra, intensifica-se o pânico da família - de pele branca – incluindo uma filha "linda, loura, mais loura que uma filha de Albion":

> [...] aquela turba louca pelo desejo de liberdade – liberdade, esta palavra santa que todos os cativos ao ouvirem-na estremecem, desejam-na ardentemente, que sacrificam-se por ela, dando até a própria vida! Que é o tudo para eles! Que é Deus, mãe, família, pátria, tudo! Esta faz despertar em seus ânimos exaltados o instinto sanguinário que estava sofreado por brutos. Agora que estão livres, agora que estão senhores de si, vingam-se das humilhações que sofreram tão cruelmente[558].

A invasão culminou em tragédia. Embora tenham ameaçado assassinar a "moça", um dos "pretos" intercede e impede o morticínio, um "milagre". Ele "ama" "com toda a sua alma aquela jovem". Poucos instantes antes, a mulher havia insultado o homem que a amparava naquele momento, afirmando que "negro não é gente". A súbita sensação de arrependimento é notada: "Então negro não era gente? Por quê seriam talvez os brancos melhores que os pretos?". No final, nada disso aparenta ter relevância. O líder da revolta, então, proclama sua norma: ao proteger a mulher por "amor a uma branca" este deve "falecer suavemente" "amarrado a uma árvore", como um "bravo". Cumprindo, portanto, de maneira sublime, o seu juramento de não se vingar das ofensas, o homem falecido agora repousa diante de numerosos que podem afirmar: "que os negros são tão gente como os brancos"[559].

Triste e surpreendente, a narrativa apresenta aspectos significativos no tocante ao nosso objetivo. A Revolução, que aconteceu entre 1791 e 1804, possui significado para a história da população negra globalmente. Seu caráter inovador e até impossível; como insurreição de escravizados vencedora, suscitou uma indagação crucial: seria viável uma revolução negra? A Revolução Negra, que parece ter inspiração na Revolução Francesa, sugere a possibilidade de desafiar a concepção de inferioridade atribuída aos negros? Os silêncios em relação à própria indignação revelam, de maneira significativa, até que ponto a hierarquização racial e as noções de inferioridade poderiam ser contestadas com uma maior disseminação dos ideais defendidos no Haiti. Michel-Rolph Trouillot, na obra *Silenciando o Passado*, destaca a urgência de eliminar a própria revolução de qualquer historiografia, inclusive em suas abordagens internas. Não é sem razão que se procura calar um acontecimento dessa magnitude[560].

---

[558] PRIMUS, Marcus. Episódio da revolta da ilha de São Domingues. *O Menelik*, São Paulo-SP, Ano I, n. 03, p. 01-02, 01 jan. 1916.
[559] *Ibidem*.
[560] TROUILLOT, *op. cit.*, 2024.

Voltemos à representação elaborada por Primus. Uma família branca e sem escravos é surpreendida pela revolução que se intensifica em prol da liberdade e em oposição à prática escravagista, a qual é objeto de crítica neste contexto. Entretanto, ao encontrar uma pessoa que o ofendeu de forma severa, de maneira racista, o nobre homem negro não apenas a perdoa, mas também a ama, a defende e se sacrifica por ela, com o intuito de demonstrar sua superioridade moral em relação aos brancos. Sem vingança, há perdão. A noção de fraternidade poderia ser adequada para caracterizar a cena, todavia, igualmente se faz presente o perdão resoluto e a convivência harmoniosa que se estabelece após a revolta e a conquista da liberdade. Essa reencenação refere-se a um país que, em meio à fúria, manteve limites morais e se olvidou da relevância do esquecimento e do pedido de desculpas.

Distante da pretensão de ser um relato histórico, a evocação, em forma de conto, de um passado heroico, embora violento, revela a trajetória que o próprio *Menelik*. O "conflito" seria evitado. Um ano após, em 1917, o decreto de lei n. 601, de 1850, é publicado no jornal, a fim de relembrar o quão "heroica" foi a Guarda Nacional, especialmente durante a "Guerra do Paraguai, defendendo os nossos direitos". No ano de 1893, durante a República, foi apresentado um projeto que visava "excluir esta milícia, com muitos serviços prestados à Pátria". A proposta foi reintroduzida por Maurício de Lacerda, parlamentar que manifestava sua "ingratidão à Guarda Nacional", insinuando a extinção dessa "veterana corporação que tem um antepassado de louros". A argumentação em favor da preservação da Guarda está intimamente relacionada ao seu histórico de conquistas; no entanto, não se observa uma disputa mais intensa, pois a intenção parece ser evitar descontentamentos entre os grandes nomes envolvidos, direcionando a crítica ao próprio Deputado do Rio de Janeiro[561].

Iniciado em 1915, existem algumas passagens de *O Menelik* que abordam a "grande guerra de extermínio das nações". De acordo com a folha, "*fatos históricos* nos ensinam de um modo palpável, qual deve ser nossa conduta no presente e no futuro". A "horrorosa e crepitante" guerra desnuda o "resultado dessa civilização mentirosa que os senhores das nações" que, ao fim e ao cabo, levou à "barbárie". Para o autor, "mais tarde ou mais cedo, refletir-se-ão na vida particular do indivíduo", "produzindo consequências imprevistas e às vezes desastrosas". Entretanto, a guerra é referida "acidentalmente", pois o objetivo era lembrar da importância da educação aos negros que, diante dos demais – "imigrados ou não" –, sentiam-se humilhados, o que é "capaz de reduzir-nos a uma *nova escravidão*". Antes o "negro era uma coisa, uma besta, como diziam"; depois da Abolição, ele seria "mais ou menos a mesma coisa, a mesma besta".

[561] PRAZERES, Octavio dos. Guarda Nacional. *O Menelik*, São Paulo-SP, Ano II, n. 13, p. 02, 29 jan. 1917.

Enquanto escravizado, o negro tinha algum "cuidado", como "máquina de trabalho"; depois foi simplesmente abandonado[562].

Diante do contexto global, João Velho enfatizava a "responsabilidade que temos" no tocante à inserção do negro no ambiente escolar e educacional, uma vez que, sem essa inclusão e dedicação, nenhum de seus direitos estaria assegurado. Ignorando o "mecanismo da vida" em relação a "indivíduos que antes e ainda agora se nos apresentam como superiores em tudo", os negros deveriam "estuda-los" para reconhecer seus "direitos" e "levar a uma luta mais séria". Aproveitando-se das críticas, o autor evoca o Congresso das Raças, "onde não tivemos nenhum representante", para demonstrar como o negro era considerado um "judeu errante". Reflitam, exorta *O Menelick*, "irmãos de raça", sobre o que teria se passado "pelo cérebro dos antigos senhores de escravos nesta terra" quando "souberam que livre o negro estava" e encontravam-se em "condição de conquistar os mesmos direitos que eles tinham perante a Carta Constitucional da Nação!"[563].

Em face do ambiente conturbado entre diversas nações, a falta de presença de indivíduos negros nos ambientes educacionais, associada às lembranças daquela mentalidade dos senhores de escravizados, indica que "é chegado o momento de firmarmos por uma quente energia" e "por um nobre sentimento de homem", capaz de esforços que "nos levem a emparelhar-se com os demais". O "costume" de determinadas pessoas negras de permanecer como "crianças mal desmamadas" requeria substituição por uma nova postura: "cuidemos de nós, pois"[564]. Observa-se que, mesmo sem empregar o termo "combate", ao longo de dois anos, *O Menelik* parece ter entendido que não existia outra forma de enfrentar o racismo brasileiro. De fato, na ausência de "combate", tornava-se imperativa a necessidade de autocuidado dessa comunidade.

As "crianças mal desmamadas" d'*O Menelik* aludem a indivíduos negros que não reconheciam sua condição de "liberdade" ou permaneciam comprometidos a tradições oriundas do período da escravidão. Uma porção dessa crítica foi veiculada na imprensa negra, especialmente durante as primeiras décadas do século XX. Lançado em 1918, *O Alfinete*[565], periódico satírico de grande relevância, foi concebido com o objetivo de "cutucar", "alfinetar" e criticar as práticas sociais de "negrinhos e negrinhas". Enquanto um "órgão literário, crítico

[562] VELHO, João. O que se vê. *O Menelik*, São Paulo-SP, Ano II, n. 14, p. 01, 11 fev. 1917.
[563] *Ibidem*.
[564] *Ibidem*.
[565] Com custos que variavam entre a assinatura anual de 4$000, semestral de 3$000, assim como exemplares à $100, o jornal foi publicado entre 1918 e 1921. Inicialmente era quinzenal e, a partir do seu último ano, tornou-se mensal. Localizado na Rua Tibiriçá n. 06, passou a ser retirado na Rua Rodrigo de Barros n. 53 a partir de 1921. Com 4 páginas em cada número, havia muitos pseudônimos que publicavam em *O Alfinete*, mais do que normalmente havia nos jornais da imprensa negra. Ao que parece, o tom crítico e satírico – mantendo-se polêmico – impedia que alguns dos letrados assinassem o periódico livremente. CARVALHO, *op. cit.*, p. 83-85.

e recreativo dedicado aos homens de cor", a publicação era liderada por Augusto de Oliveira e Frederico Baptista de Souza, tendo duração efêmera no contexto de São Paulo. Numerosas comunicações dirigidas a indivíduos negros ou brancos tornaram-se bastante intricadas, uma vez que referenciavam eventos em bailes, encontros e outras ocasiões nas quais o negro era alvo de críticas, fosse de um semelhante ou de detratores de pele clara.

Na mensagem dirigida "aos nossos leitores", redigida por Augusto de Oliveira, são apresentadas reflexões acerca do Brasil, da questão racial e dos conceitos relacionados a essa discussão, revelando tanto as críticas quanto os desafios que o periódico enfrentaria. Ao discutir o "papel da raça negra" nas "leis psicológicas das evoluções dos povos", Oliveira menciona que, embora existam "alguns países como os da África", onde o papel do negro permanece "inferior", há "igualdade de condições moral e intelectual quanto às outras raças" em todo o planeta. Um dos locais em que essa "capacidade criadora é assombrosa" são os Estados Unidos da América. Nessa "grande nação", tanto a indústria quanto a agricultura e o comércio são impactados pela capacidade da população negra, a qual possui uma "sólida cultura intelectual" voltada ao "progresso", estabelecendo-se paralelamente a "respeito de sua *rival*, a branca, com a qual trilha *paralelamente* no caminho da civilização"[566].

Contudo, como se encontrariam os negros no Brasil? Neste lugar, houve, "em tempos não remotos", "homens de cor, verdadeiramente orgulhosos da sua classe", como José do Patrocínio, considerado "espírito *combativista* [*sic*] no jornalismo brasileiro", tendo se destacado principalmente na "campanha abolicionista até quebrar os últimos elos que nos prendiam ao ferrete da ignomínia – a escravatura".

Luiz Gama é, igualmente, um modelo a ser seguido. Homem "também de cor", atuou "infatigavelmente em defesa de sua classe até o surgir do 13 de maio de 1888" na "aurora triunfal da nossa liberdade". Desde esse alvorecer, mesmo com uma "senda" aberta para "um futuro melhor", "nossa raça cai e desaparece insensivelmente no burburinho da civilização branca, atrofiando-se todas as suas energias", "desaparecendo moralmente", "sem nunca se impor a nenhuma questão quer de ordem social, quer intelectual"[567] Não faz muito tempo, indiciava a "senda" que foi aberta com a abolição um futuro "melhor"; entretanto, o futuro ainda não se concretizara. Assim, "de que serviu finalmente a lei do abolicionismo no Brasil?", "unicamente para mostrar ao estrangeiro a nossa aparente civilização". Abolindo a "escravatura oficial", "implantou-se o servilismo particular", derrubou-se o "regime de escravas obrigatórios", ergueu-se o muro imposto de "servos voluntários". Quem seriam "os culpados

[566] OLIVEIRA, Augusto de. Aos nossos leitores. *O Alfinete*, São Paulo-SP, Ano I, n. 02, p. 01, 03 set. 1918.
[567] *Ibidem*.

dessa negra mancha que macula eternamente a nossa fronte"? Para *O Alfinete,* os negros: "nós, unicamente nós que vivemos na mais vergonhosa ignorância", no mais profundo *absecamento* [*sic*] moral". Para solucionar essa situação, deve-se "extirpar" o analfabetismo e assim "veremos se podemos ou não imitar os norte-americanos"[568].

Se existiam várias "evoluções dos povos" e um papel significativo do negro nos Estados Unidos, mas não no Brasil, a distinção estaria na educação. Ao se referir abertamente à outra "raça", a "branca", como "rival" com a qual se seguiria "paralelamente" o caminho da civilização, ao mesmo tempo em que se critica o "burburinho da civilização branca", indica-se uma disposição para o confronto direto e, possivelmente, a ideia de que existiriam diversas formas de "evolução" ou caminhos a serem seguidos que não eram necessariamente as versões brancas[569]. Voltaremos, mais adiante, às discussões sobre as teorias raciais, mas é importante ressaltar como elas se manifestam aqui, relacionadas à psicologia, com conceitos que parecem fazer referência a Charles-Marie Gustave Le Bon (1841-1931)[570].

No texto *Preconceito de Raça*, dedicado "ao bom e dedicado amigo Candido Lopes de Siqueira", publicado no mesmo ano do artigo anterior, afirma-se que, "para cumprirmos nosso dever com a 'razão', o 'sentimento' e a 'pátria'" – que aqui se unem em um só conjunto –, devemos "estabelecer as necessárias proporções do nosso saber e das nossas virtudes". Assim, "calamo-los, por meio dos nossos exemplos, na prática de tudo quanto possa revelar o espírito, de bondade, de carinho, de doçura, de perseverança e de abnegação". Desse modo, falariam mais "alto que as palavras". O mundo, segundo Hercules de F. Leite, "gira na escala da evolução", e tudo nele carrega o "germe de uma vida que se manifesta com vibração, luz e calor". Com o progresso, chega-se ao "mistério da criação", momento em que se descobriu a "chave do verdadeiro conhecimento, que é a *unidade na diversidade*" ou a "essência divina" do universo[571]. A ideia da unidade na diversidade, sendo a chave do conhecimento aquela que parte da própria essência divina, não seria algo sem propósito no Brasil, que se reconhecia como um país das "três raças".

Não é a "forma corpórea" nem o "vestuário e calçado" que determinariam os homens, tampouco sua "cor preta", pois temos muitos que praticam o "Bem" e o "Dever", independentemente dessas "fatalidades". Existem negros exemplares, assim como "brancos ou esses moços bonitos que são verdadeiros parasitas sociais", com "cérebros ocos". O exemplo

---

[568] *Ibidem*.
[569] *Ibidem*.
[570] LE BOM, Gustave. *Psicologia da Evolução dos Povos*. Niterói-RJ: Teodoro, 2013.
[571] LEITE, Hércules de F. Preconceitos de Raça. *O Alfinete*, São Paulo-SP, Ano I, n. 02, p. 01-02, 03 set. 1918.

viria dos notáveis José do Patrocínio e Luiz Gama, "dois vultos" do "ideal da abolição"; mas também de "Coelho Netto", renomado escritor; Calixto Cordeiro – "caricaturista" –; "Armando Prado", advogado; e "muitos outros" que compunham a "glória" e o "talento" dessa "raça mártir". A "Pátria" destes homens seria a mesma que "infelizmente tem essa mancha [a escravidão] que os séculos *não limparão*, porque é monstruosa", que apenas acabou com o encontro dos "direitos da humanidade e da fraternidade, que é o amor de todos os seres!"[572].

Embora extenso, o texto também esclarece bem essa relação entre as biografias, a preservação da religiosidade e, consequentemente, a visão divina do mundo, com seus "mistérios da criação". Além disso, indica a "evolução", inclusive "em escalas". No entanto, o que se destaca é a "unidade na diversidade", algo que seria benéfico para um país demograficamente caracterizado por uma variedade de raças. A demanda por "exemplos" persiste em outro artigo da mesma edição.

Nesse contexto, os "filhos e netos de colonos africanos" – sendo esta a primeira vez que os negros são chamados de "colonos" – devem imitar os "estrangeiros" que "desembarcaram" para exercer uma variedade de ofícios. O autor José Benedito Martins aponta a direção: se os negros se dedicarem a aprender ofícios e não se conformarem em "obter uma modesta colocação de servente, de uma repartição pública ou de um escritório", eles poderiam ter uma vida melhor, até "parecida" com a de imigrantes europeus. Além de as "vossas filhas" "aprenderem costura, bordados e engomados", os homens deveriam, ao sair do "Grupo Escolar", aprender a ser "sapateiro", "funileiro", "mecânico", etc. Com o término da "Conflagração Europeia" – Primeira Guerra Mundial –, "todos os profissionais estrangeiros serão chamados para reconstruir todos esses grandes palacetes que foram demolidos pela guerra"[573].

Destaca-se, também, a situação de "estado lamentável em que jazem os homens de cor no Brasil, oprimidos de um lado pelas ideias escravocratas que de todo não desapareceram do nosso meio social" e, de outro, pela persistente e "nefasta ignorância" "em que vegetam este elemento da raça brasileira, inconsciente da sua humilde situação moral"[574]. No entanto, essa questão se torna evidente no número seguinte de *O Alfinete*. A resposta a essa condição, entre o passado escravista que ainda persiste e a ignorância em que, segundo o jornal, os negros se encontravam, seria "em dias futuros ter a consciência lúcida de que para eles, os seus direitos são confiscados", "a lei asfixiada e estrangulada e a justiça vilipendiada". A "igualdade e a

[572] *Ibidem*.
[573] MARTINS, José Benedito. Os pretos e o Progresso. *O Alfinete*, São Paulo-SP, Ano I, n. 02, p. 03, 03 set. 1918.
[574] *Ibidem.*

fraternização dos povos preconizadas pelos princípios de 89 na França e que a república implantou", "símbolo da nossa democracia", "com relação aos negros é uma FICÇÃO, é uma mentira que até hoje não foram postas em prática"[575].

A ideia de que os negros não teriam os mesmos direitos e que as leis os abandonariam, bem como a percepção de que entre a República e a Democracia o negro continuaria sendo negro no Brasil, não parecia ser unânime, tanto pelo texto de Martins quanto pelo reclame em relação à anônima "senhorita A. C. da Rua dos Gusmões", que "em pleno século XX", "não obstante ser de origem Africana", julga-se "Francesa", pois, apesar "de não pertencer a raça Caucasiana julga-se branca, e escarnece os pretos. Que hipocrisia!"[576]. As alfinetadas persistiam.

Os passados que *O Alfinete* buscava eram escassos, o que ocorria em meio a um futuro tão aguardado e planejado, ora pela demanda educacional, ora pela expectativa da saída de imigrantes ou da "evolução". A fé em um futuro mais promissor permanecia em evidência, fazendo com que o passado fosse negligenciado. O caldeirão de teorias raciais que desembarcaram e se entrelaçaram na vida nacional desempenharia um papel constante ao longo deste início do século XX. Arrazoadas pela necessidade, pela própria condição histórica do país ou pelos próprios interessados em negar – e isso ocorre em muitos casos – a inferioridade do negro, realocariam os pressupostos dessas "ciências" sobre as "raças humanas".

Apesar de seu tom satírico e polêmico, *O Alfinete* sugere, de forma geral, que o negro seria incorporado à civilização e ao progresso, contanto que tivesse acesso ao ambiente escolar e profissionalizante. O mesmo periódico retrata Isabel de Bragança de forma positiva, personagem que surge em 12 de outubro de 1921, diante de um "telegrama" recebido no dia 14 de novembro, proveniente de Paris, comunicando sua morte. Para Frederico Batista de Souza, o "15 de novembro" foi uma "festa" dividida entre os festejos daquele 1921 e um "corpo que jazia na câmara mortuária". "De quem era esse cadáver?" questiona, daquela que "quase por fatalidade esperou o dia da Proclamação da República" para "partir", "deixando lembrança e saudades".

A "princesa imperial", descrita como uma "mulher sublime" e "herdeira de um nome respeitável", foi responsável pela assinatura da amplamente mencionada Lei do Ventre Livre e da Abolição. Embora mutilado, o artigo solicita a "revogação da lei do banimento" dessa "mulher Brasileira" e faz uma oração: "bendita sejas vós, Altíssima Senhora; descanse em paz, enquanto aqui ficamos admirando o vosso caráter, o vosso patriotismo, a grandeza de vossa

[575] PARA os nossos leitores. *O Alfinete*, São Paulo-SP, Ano I, n. 03, p. 01, 22 set. 1918. Grifo no original.
[576] PARECE Incrível. *O Alfinete*, São Paulo-SP, Ano I, n. 03, p. 03, 22 set. 1918.

alma"[577]. Estamos na década de 1920, período em que outros pesquisadores notam uma revitalização da Família Bragança, especialmente em face das dificuldades que marcaram as crises da República[578].

> Com o passar do tempo, a imagem do soberano fora desatada dos símbolos da realeza, e, portanto, da própria monarquia. [...] Paradoxalmente, a República acabaria se aproximando dessa representação [idealizada e heroicizada], identificando o ex-imperador como o governante exemplar, o cidadão nacionalista e símbolo do patriotismo [...]. Dessa maneira, na década de 1920, num contexto marcado pela crise das instituições republicanas, em que sucessivos eventos questionavam os padrões culturais e políticos da Primeira República, a lembrança da *persona* de D. Pedro II avultaria. Contrastava com as reiteradas acusações de corrupção das autoridades, as denúncias de práticas violentas, de fraudes eleitorais, de falta de patriotismo dos governantes, enfim, de todos os vícios que abalavam a credibilidade do regime republicano.[579]

Embora a Abolição seja frequentemente lembrada como um ato de Isabel, a escravidão continua sendo uma "mancha" na "história do Brasil". A sujeira deixada pela "maior" mancha do país, inapagável e indelével, não passaria despercebida. No dia 28 de setembro, como é comum nesse grupo da imprensa, houve uma rememoração da Lei do Ventre Livre, com a crítica ao fato de a data não ser um "feriado". Se o Brasil não considerava a comemoração necessária, não se tratava de uma data "insigne". Para os "corações dos homens de cor", esse era um "feriado nacional". Lamentavelmente, de acordo com *O Alfinete*, muitos brancos e negros haviam se esquecido da lei. O pedido é para que os negros a conheçam, que recordem e compartilhem esse conhecimento, uma ausência "irreparável", para que nunca esqueçam o momento em que se "deu começo à nossa emancipação". O extenso artigo aborda todo o conteúdo da lei, desde a indenização aos senhores de escravos, a manutenção dos serviços até determinada idade, multas, processos, alforrias, sem deixar de exigir que se tornasse, cada vez mais, uma "comemoração" em memória da "libertação do ventre escravo"[580].

O "ventre", alvo da lei, faz um apelo sensível. Os jornalistas estão cientes disso. Enquanto "as pancadas eram o tributo do trabalho" das mães, "pela mão feroz do feitor", elas viam seus filhos "expostos a tão hediondo suplício". As "pobres criancinhas eram atiradas ao abandono, sobre a relva, rígidas de frio, privadas dos carinhos maternais". Com a "Lei Rio Branco", considerada o "verdadeiro prenúncio de uma redenção completa da raça negra", indicava-se o caminho para "dissipar a era de prepotência e de preconceitos que consideram o

---

[577] SOUZA, Frederico Batista de. Princesa Imperial. *O Alfinete*, São Paulo-SP, Ano IV, p. 01, 12 out. 1921.
[578] SALLES, Ricardo. *Nostalgia imperial:* escravidão e formação de identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.
[579] GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu:* Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007, p. 173-174.
[580] LEI do Ventre Livre. *O Alfinete*, São Paulo-SP, Ano IV, n. 75, p. 01-02, 28 set. 1921.

preto como ente desprezível". Finalmente, a nacionalidade retorna: essa é "uma das datas memoráveis da nacionalidade brasileira"[581].

Publicado durante um período reconhecido como uma "época de reformas sociais e de luta mundial", *O Alfinete* atravessa e é atravessado pela separação entre passado e futuro, entre *espaço de experiência* e *horizonte de expectativas*. Como nenhum outro jornal até então, ele evidencia ser um periódico de sua época. As teorias raciais se manifestam de forma clara, entretanto, a Grande Guerra provoca o primeiro grande abalo na ideia de modernidade, com seu futuro totalmente promissor, progresso inquestionável e sempre voltado para a "evolução" da civilização. O que foi observado por Reinhart Koselleck, François Hartog e Michel de Certeau surge n'*O Alfinete* como uma "época de reformas", considerando a luta mundial um "fenômeno" com "consequências" evidentes que "jamais poderiam escapar às organizações, legal ou ilegalmente constituídas" no Brasil[582]. De acordo com Benedito Florêncio, os negros brasileiros estariam em um momento crucial e nenhum deles deveria permanecer indiferente à crescente "campanha nacionalista":

> Em matéria de nacionalismo puro, de nacionalismo verdadeiramente cívico, sem as prejudiciais cores do Jacobinismo condenável, ninguém terá mais que reclamar que a raça infeliz a que pertencemos.
> *A história da raça negra no Brasil* oferece margem para um tema inesgotável, e certamente, nos dispensarão dessa tarefa pesadíssima para uma inteligência tão frágil e eivada de incompetência.
> Fácil será, no entanto, folheando salteadamente os seus periódicos mais notáveis, chegar-se-á conclusão que vimos de afirmar:
> Apesar dos seus feitos, porém, e do muito que a essa *raça deve a nação,* vivem os seus membros espezinhados pela sociedade e torturados pela crítica.
> *Parece até que ser preto neste país, é um defeito moral!*
> Não se quer saber da grandeza dos sentimentos, da nobreza de caráter, da elevação de vistas, da brancura no proceder: sendo preto, está condenado!
> É assim que vivemos neste meio que foi formado e regado com o suor dos nossos maiores; é assim que vivemos nesta terra onde tudo se nos negam, desde os direitos político-sociais, até a entrada em certar e determinadas congregações religiosas!
> A sociedade nos odeia, o povo branco nos persegue, e a religião nos exclui do seu completo patrimônio espiritual!!!
> Para todos existem aqui corações, venham eles até da China, mas, mas, para o desgraçado que teve a infelicidade de nascer escuro só há uma sentença: é preto...
> [...] Não é verdade que um branco marmóreo, de nariz aquilino e cabelos loiros, sendo ladrão, bêbado e imoral, é pior que um negro retinto honrado e digno!
> É verdade, e no íntimo a crítica reconhece plenamente isso, mas, não pode fazer justiça porque apesar de ser honrado, digno, de alma nobre e caráter sem jaça, *tem o defeito de ser preto*!!!
> Deste círculo vicioso não quer sair a sociedade.
> Não devemos esmorecer, porém porque a marcha dos séculos e a evolução transformista nos darão ganho de causa um dia.
> [...] Ontem éramos escravos, hoje somos livres, e tudo isso com os golpes das grandes lutas [...] lutar é viver, pois.

[581] RODRIGUES, A. 28 de Setembro. *O Alfinete*, São Paulo-SP, Ano 4, n. 75, p. 02, 28 set. 1921.
[582] FLORÊNCIO, Benedito. Carta sem Cor: caro Albino Aranha. *O Alfinete*, São Paulo-SP, Ano IV, n. 77, p. 02, 12 out. 1921.

> Devemos nos preocupar menos com o *passado da raça,* tratando agora de educa-la, preparando-a para as formidáveis lutas de amanhã.
> *O passado foi horrível e o presente péssimo; que devemos esperar do futuro?*
> Tudo, si tivermos o livro por escopo; nada, se continuarmos o culto das tabernas![583]

Embora extensa, a citação permite vislumbrar alguns dos problemas, questões, passados e futuros possíveis, ao menos para este letrado de *O Alfinete*. A necessidade de instrução se torna evidente, mas também são mais explícitos os contornos do racismo brasileiro. O cotidiano parece exigir cautela e força Florêncio a expressar de forma enfática o que acontecia naquela sociedade. A diferença na forma como os jornais noticiavam roubos, assassinatos e outros crimes, enfatizando a cor (ou raça) quando se tratava de um negro, constituía um desses problemas.

O texto de Florêncio começa com o "nacionalismo" durante a Primeira Guerra Mundial, as demandas e preocupações em relação ao "jacobinismo" – interpretado aqui como a esquerda, especialmente associada ao comunismo ou socialismo. Em seguida, aborda a "história da raça negra" e como ela, por meio dos "periódicos mais notáveis", evidenciava a importância dos negros para o Brasil e seu passado. A dívida do país para com essa "raça", mesmo que eles enfrentassem diariamente o racismo de seus compatriotas, seria ilustrada pela exclusão de negros e negras e pela percepção da "cor" como um "defeito". Florêncio recorre a três dimensões: sociedade, raça branca e "religião". Além disso, por meio da ideia de "evolução transformista" — que provavelmente se relaciona às teorias de Jean-Baptiste Lamarck (1744–1829) —, defende que os negros recebam educação e maior instrução, a fim de que possam alcançar um futuro melhor[584].

Entre o esquecimento do passado "horrível", as "grandes lutas" constantes em um "presente péssimo" e a lembrança dos "nossos maiores" – os negros nacionais –, a imprensa busca comprovar, por meio da história, sua importância. Raça, nação e história se entrelaçam para combater o racismo científico e sociológico na sociedade, assim como o "religioso" nas organizações religiosas. Evidencia-se também quem são os responsáveis por esse sofrimento: os brancos. A referência aos "periódicos" pode sugerir uma lacuna na história, pois, em 1920, havia uma produção não negligenciável sobre as questões raciais no país, bem como uma volumosa imprensa brasileira.

Até agora, referências a autores de história têm sido raras. No entanto, abordaremos esse tema um pouco mais adiante. Neste subtítulo, dedicado ao *Alfinete*, procuramos enfatizar a

---

[583] *Ibidem*.
[584] FLORÊNCIO, Benedito. Carta sem Cor: caro Albino Aranha. *O Alfinete*, São Paulo-SP, Ano IV, n. 77, p. 02, 12 out. 1921.

descrença, quase paralisante, em relação ao futuro; a noção de um racismo explícito vinculado às teorias raciais e religiosas; e, igualmente importante, como esses fatores constituíram barreiras para a inclusão dos negros, por meio do passado, na própria nacionalidade brasileira[585]. A principal maneira de derrubar as mesmas barreiras era também histórica e pelo passado.

O surgimento de enunciados de teorias como as "leis psicológicas da evolução dos povos"[586], "evolução das raças" e "evolução transformista"[587] sinaliza a aproximação com esses pressupostos que se consolidaram a partir do final do século XIX e ganharam destaque no Brasil no início do século XX. A imprensa negra passaria a dar cada vez mais destaque às questões ligadas a esses supostos avanços, seja no âmbito psicológico, racial ou social. Retomaremos, com o término da análise destes jornais das primeiras décadas republicanas, as discussões sobre as teorias raciais nos periódicos deste conjunto.

Os vínculos entre as folhas negras começam, evidentemente, na comunidade negra, mas tais redes de sociabilidade estão amplamente e quase sempre conectadas aos chamados grêmios recreativos. A demonstração dessa sociabilidade negra é evidenciada pelo lançamento de *O Bandeirante*, um dos jornais dessa imprensa no âmbito paulista. Joaquim Cambará, militar de carreira e presidente do Grêmio Recreativo Kosmos, responsável pelo jornal *O Kosmos*, e Antônio dos Santos, diretor do jornal e membro do Grêmio Recreativo, Beneficente, Dramático e Literário Bandeirantes, ambos vinculados a grêmios distintos, uniram-se em uma única ação[588]. Em 1918, ano em que surgiram muitos outros jornais em São Paulo, despontava *O Bandeirante*, "órgão mensal de defesa da classe dos homens de cor", declarando-se, posteriormente, como um "*órgão de combate em prol do reerguimento geral da classe dos homens de cor*". Não era apenas uma "causa coletiva", mas também uma "causa própria"[589].

Há aqui uma folha mais robusta e abrangente tanto em relação aos seus temas quanto às suas preocupações. Isso inclui uma seção de cobranças de devedores comuns, críticas sociais e comentários sobre matérias veiculadas em outros jornais, especialmente os de grande circulação. Após a publicação do primeiro número, ocorreu uma dissidência simultânea na organização e no grêmio, resultando em um atraso de quatro meses na divulgação da segunda edição[590].

---

[585] *Ibidem*.
[586] OLIVEIRA, Augusto de. Aos nossos leitores. *O Alfinete*, São Paulo-SP, Ano I, n. 02, p. 01, 03 set. 1918.
[587] FLORÊNCIO, Benedito. Carta sem Cor: caro Albino Aranha. *O Alfinete*, São Paulo-SP, Ano IV, n. 77, p. 02, 12 out. 1921.
[588] CARVALHO, *op. cit.*, p. 86-87.
[589] O BANDEIRANTE*,* São Paulo-SP, Ano I, n. 01, p. 01, ago. 1918.
[590] CARVALHO, *op. cit.*, p. 86-87.

No segundo número, há um breve artigo que despertou nosso interesse. O Instinto da Pátria, escrito por "De Chateaubriand por G. M. M.", aplaude o "amor à pátria", o mais "belo e moral dos instintos". O letrado, ao que parece, ao reproduzir um texto de outro, afirma que a "Providência" foi a entidade responsável por evitar a "calamidade", a qual consistiria em reunir todos os "homens" do mundo em uma única parte do globo. Homens distintos que a "Providência" uniu a um só solo, no Brasil, por meio de um "ímã invencível", como ocorreu até mesmo nos "gelos da Islândia" e nas "areias abrasadoras da África". Uma nação de natureza "ingrata" ou "rude", ou que lida com "perseguições" internas, continuará trazendo cada vez mais "encantos" ao seu nativo. Longe de sua "casa", os homens tendem a perecer, assim como seu amor pela Pátria. Assim, no final, o que realmente se anseia é sempre "cantar no vale essas baladas que também cantavam seus avós"[591].

Um "bárbaro" ou "selvagem" teria motivos sólidos para "preferir seu país e seu estado aos nossos", já que, apesar de uma possível natureza muito violenta, há o reconhecimento, "quer nele, quer nas artes que ele pratica", de "alguma coisa que revela ainda a dignidade do homem" e seu pertencimento. Após mencionar o "esquimó", o "escocês", o "selvagem" e o "bárbaro", o autor recorda o "árabe" e como ele nunca se esquece do "poço de camelo", assim como do "africano", que "sempre se lembra de sua cabana, sua zagaia, sua bananeira e a vereda da zebra e do elefante". Nesse meio tempo, o europeu "perde todos os seus dias em um navio", apesar do "rugir" do "oceano que o cobre a cem pés" ou em meio a uma "região de tempestades", pois "Deus lhe pôs uma marca de realeza".

Desse modo, cada um a seu modo, "apegando a pátria", "justifica sempre seu modo de proceder, e nós temos para com o nosso país, mil razões de amor". Em suma, todos os homens, independentemente de onde estejam, como um "passageiro desconhecido sobre o Oceano da vida", observam "elevarem-se os mares entre ele e as nossas dores". No entanto, "feliz por não ver senão de longe as tristes bordas do mundo", o homem persiste, pois "entre os povos civilizados o amor da pátria fez e sempre fará prodígios!"[592].

Não é surpreendente fazer referência ao amor à Pátria em meio a um conflito mundial que estava chegando ao fim. A exaltação ao país de origem – a noção de uma conexão natural, singular e indissolúvel entre sua terra natal e seus sentimentos – também não seria algo inédito. Destacamos este texto para ilustrar que, além das noções de leis, da "Psicologia dos Povos", da "evolução" e de conceitos relacionados à pretensão científica do início do século XX, existem

[591] DE CHATEUBRIAND. O Instinto da Pátria. *O Bandeirante*, São Paulo-SP, Ano I, n. 02, p. 02-03, ago. 1918.
[592] *Ibidem*.

outros pressupostos que persistem, dependendo do tema, dos objetivos e do contexto em que estão inseridos, como é o caso da "Providência".

O "preconceito de raça", mesmo em 1918, nem sempre estaria associado aos conceitos raciais considerados científicos. Ao mencionar uma reportagem preconceituosa "em tom irônico" do *Diário Popular*, publicada em 9 de abril daquele ano, *O Bandeirante* destaca, ao lado do texto sobre a Pátria e a "Providência", que o "vil e inconcebível preconceito de raça, que infelizmente existe em nosso país", manifestou-se com "surpresa" ao se deparar com um deputado negro eleito em Sergipe. Além de zombar do fato de ser um homem negro, a reportagem do correspondente do jornal no Rio de Janeiro condenava o "crime" praticado pelo parlamentar ao apoiar a lei que "assegurou o livre direito do voto popular", o que, segundo o autor de *O Bandeirante*, ainda era um "mito" no Brasil[593]. "Em que isso o impede de ser eleito?" – pergunta a folha. Embora seus direitos políticos estivessem assegurados pela Constituição, o que surpreendeu o repórter foi o "eterno desrespeito às nossas Leis", o preconceito de cor que ignorava a legislação, atuando como vetor de hierarquização.

Como é habitual na imprensa negra – e talvez em todos os jornais da época – a história constituiria a base da resposta. Este "País" "muito deve a seus filhos ilustres, pois, *repleta está a nossa História*, de atestados dos seus valores", tão "palpáveis" e "frisantes". Exemplos os quais, só por "capricho", possibilitariam "contrariar" esta "asserção". Negar o valor dos homens negros ao longo da história nacional apenas seria possível sem "curvar-se e render homenagem à Verdade"[594]. Neste ponto, retorna-se aos universais e uma "Verdade" com "V" maiúsculo coexiste com a "Providência". O mesmo ocorre com o "Destino" e com o "Homem" – referindo-se à humanidade – no número seguinte, quando se presta uma homenagem à memória do escritor do artigo anterior, Joaquim Cambará, que faleceu durante o intervalo das publicações[595].

Com a Primeira Guerra, os Estados Unidos emergem de forma mais evidente como uma potência, possivelmente a primeira com uma significativa presença de negros livres. Isso faz com que, em algumas ocasiões, esse país se torne um *espelho* para os negros brasileiros; em outras, torna-se aquilo a ser evitado. Retomando *O Alfinete,* lê-se essa comparação em sua contradição e complexidade. Lá, "na grande nação americana", "desde a guerra de secessão, o despertar de sua energia [do negro] tem sido um elemento crucial para a grandeza e prosperidade desse grande continente". A "rivalidade" racial dos *yankees*, em diversos

[593] CAMBARÁ, Joaquim. Deputado de Cor. *O Bandeirante*, São Paulo-SP, Ano I, n. 02, p. 02, ago. 1918.
[594] *Ibidem*.
[595] EDITORIAL. *O Bandeirante*, São Paulo-SP, Ano I, n. 03, p. 01, set. 1918.

momentos considerada um problema, aqui se apresenta como um elemento positivo. Isso se deve ao fato de que ela possibilitou o surgimento de um "orgulho natural de raças de origens e sentimentos inteiramente opostos", que, cientes de sua "posição no cenário da vida, não se deixaram dominar sem um protesto, quando a superior tolhe os passos da inferior"[596].

O "problema americano das raças" surge mais uma vez e de forma rápida em *O Alfinete*. O artigo anterior defendia aqueles que criticavam a folha por sua influência norte-americana e por uma alegada "separação entre as raças" ao se declarar um jornal para os negros, evidenciando que essa era uma questão complexa e longe de ser unânime. Em 1921, ou seja, alguns anos após o término da Guerra Mundial, e três anos depois dos elogios aos *yankees*, o jornal aborda um discurso do então presidente Warren G. Harding (1865-1923) a respeito desse "problema". De acordo com o artigo, o líder daquela nação teria solicitado que fossem deixados de lado "os preconceitos e antagonismos" e que "apoiassem uma política construtiva de confraternização das raças". Ademais, o "Sr. Dr. Arthur Neiva" afirma que "não é possível negar os preconceitos", como querem afirmar alguns pretos norte-americanos querem fazer, pois a diferença é evidente em ambos os países. Mesmo diante dos fatos, e reconhecendo-se que "existem alguns preconceitos" aqui, considera-se que isso seja "insignificante", porque observamos "muitos homens de cor, frequentando os mesmos Grupos sociais, Colégios e Escolas Superiores, onde os pretos se ombreiam com homens brancos"[597].

Como mencionado anteriormente, os debates internos entre as folhas e as comunidades negras, especialmente entre os intelectuais negros do início do século XX, tornaram-se cada vez mais frequentes em cada um dos periódicos. Porém, para o que nos interessa, seus argumentos fornecem pistas e indícios sobre como as disputas pelo poder e pela narrativa, bem como o discurso sobre o negro e a Pátria, a Nação ou o país, estão organizados. Durante as primeiras décadas do século XX, importantes pensadores como Marcus Garvey (1887-1940), Booker Taliaferro Washington (1856-1915) e William Edward Burghardt (1868-1963) ultrapassaram fronteiras e chegaram ao Brasil. Neste hemisfério, suas ideias eram frequentemente interpretadas como políticas ou incentivos de "separação de raças", apesar de suas significativas e relevantes diferenças[598].

Os Estados Unidos seriam, de fato, um exemplo de acertos e erros, tanto para negros quanto para brancos, brasileiros e norte-americanos. Embora D'Alencastro, o autor de "Grave Erro!", tenha empregado – literalmente – o "preconceito de raça" em um artigo do número

[596] A VERDADE. *O Alfinete*, São Paulo-SP, Ano I, n. 04, p. 01, 12 out. 1918.
[597] AZUOS. Reparando. *O Alfinete*, São Paulo-SP, Ano IV, n. 77, p. 02, 12 out. 1921.
[598] D'ALENCASTRO. Grave Erro! *O Bandeirante*, São Paulo-SP, Ano I, n. 03, p. 02-03, set. 1918.

anterior – ao abordar o "Deputado de Cor"[599] – somente nos EUA "existem preconceitos de raça; aqui, felizmente, não há esse tremendo flagelo". O mesmo texto também fornece exemplos. Na "América do Norte", o "preto constitui um elemento à margem da sociedade branca", "é odiado" em "Academias", "Repartições", "Grêmios", etc. Em todos esses locais, é "vedado o ingresso aos pretos".

Essa distinção entre "preconceito de cor" e "preconceito de raça", uma vez que a diferenciação não é evidente, parte do pressuposto de uma divergência entre modos de violência e de ação. Embora os negros americanos fossem vistos pelo letrado negro como "os de nossa cor", quando se tornavam vítimas da violência do vizinho do Norte, isso seria resultado do "rancor", das "perseguições e guerra de morte" que o jornal descreve "contra nós", referindo-se aos negros[600]. O argumento a respeito das distinções entre o racismo no Brasil e nos Estados Unidos geralmente menciona a separação *legal* entre as raças. Em outras palavras, enquanto lá existiam espaços reservados por lei para os negros, como nas ruas, nos transportes públicos e em clubes, aqui não havia uma legislação que previsse tal hierarquização clara. Se algo mudasse, aproximando-nos dos *yankees,* poderia ser para pior. Portanto, "provocar a utópica separação de raças será atrair sobre nós uma guerra sem tréguas", uma luta na qual os negros seriam "fatalmente vencidos e cobertos de opróbios", de acordo com *O Bandeirante*[601].

De acordo com o advogado, esse "grave erro", "cúmulo" e "disparate" pode ser interpretado como "lesa à Pátria". O "paralelo" traçado entre "nós e os negros norte-americanos" só pode ser feito por quem ignora a "atmosfera de prevenções, rancores, desprezos e perseguições" que os negros enfrentam no país ao norte. Apesar de "os nossos antepassados" terem origem no continente africano, é importante ressaltar que "se note, nós temos por berço e Pátria este grande País" – como já mencionado anteriormente. "Não somos africanos, somos brasileiros!". Em cada um dos "vinte e um estados" desse "colosso Brasil", sob apenas "uma bandeira", a "união" deve ser preservada, e a separação apenas resultaria em "ódios e possíveis lutas fraticidas".

D'Alencastro considerava que defender a separação era negar "a nossa pátria amada". Um local onde, segundo ele, pretos e brancos, unidos pelo amor à mesma terra, têm lutado pelo seu desenvolvimento: "Portanto, de que nos queixamos?". De acordo com o autor, os negros deveriam se "queixar" de si mesmos, de sua própria "negligência" e "falta de comunhão", especialmente nesta "Capital" — São Paulo —, onde o "elemento nacional se confunde com o

[599] CAMBARÁ, Joaquim. Deputado de Cor. *O Bandeirante*, São Paulo-SP, Ano I, n. 02, p. 02, ago. 1918.
[600] D'ALENCASTRO. Grave Erro! *O Bandeirante*, São Paulo-SP, Ano I, n. 03, p. 02-03, set. 1918.
[601] *Ibidem*.

estrangeiro". Assim como o estrangeiro possui seus centros de socorro e assistência, "nós, os nacionais" – negros —, também deveríamos nos organizar[602].

A construção do autor a respeito das diferenças se torna ainda mais evidente ao abordar os cargos ocupados por negros no Brasil e as chances de estarem nos mesmos espaços. Ao final de seu texto, ele apresenta uma espécie de receita do que "devemos fazer", o que torna ainda mais explícito seu propósito: "Não deve perpetuar a nossa raça, mas sim, infiltrarmo-nos" no "seio da raça privilegiada – a branca" pois, "repetimos, não somos africanos, mas, puramente brasileiros". Para isso, os negros brasileiros deveriam "elevar o caráter de nossos homens", "obrigar nossos filhos, irmãos e amigos a frequentar escola" e "incutir o espírito de nossas filhas" e "irmãs" com a "compreensão exata do que seja a honra e o apreço por si mesma".

De acordo com o texto, os homens negros são considerados "viciados", as mulheres são frequentemente percebidas como "mulambas [sic] e desgrenhadas" e os "meninos" são vistos como "vadios", "perambulando pela rua" em vez de frequentar a escola ou buscar um "trabalho honrado". E o autor prossegue: "solidifiquemos a fraternidade que nos confunde com os brancos nascidos debaixo da bandeira Auri Verde"! "O Brasil é a nossa pátria. Sejamos brasileiros e rememoremos as palavras de Roosevelt" — ditas pelo presidente americano durante sua visita ao solo brasileiro. Portanto, "pregar a loucura da separação de raças" é um "crime e lesa-Pátria" e finaliza: "O Brasil acima de tudo, primeiramente"[603].

Negar o preconceito de raça, aqui compreendido como "separação de raças", era diferente de afirmar não haver preconceito. Para D'Alessandro, é necessário que se acompanhe a moral, os bons costumes e o "caráter" dos negros para que estes sejam integrados. Dividir o país era "lesa-Pátria", antipatriótico, era ser contra o Brasil. Se em "Grave Erro!", texto anterior, o letrado afirma que não existe "preconceito de raça" no Brasil, alegando que "sempre ao lado de um preto está um branco".

Apenas um ano depois do fim da "Guerra"[604], em 1919, o mesmo periódico parece evidenciar a violência contra negros de outra maneira. Sem assinatura, a denúncia diz que os "homens de cor preta nesta terra sempre foram as vítimas" preferenciais de "recrutas" e "soldados", ou seja, "dos agentes da polícia". Naquele momento, diversos homens armados estavam "esmurrando os pobres homens de cor, que às vezes não têm uma pessoa que lhes possa acudir ou mesmo lavrar um protesto contra esses indivíduos bárbaros". Ao reproduzir uma matéria do jornal *O Estado de São Paulo* sobre um "pobre preto" que foi levado morto ao

[602] *Ibidem*.
[603] *Ibidem*.
[604] *Ibidem*.

cemitério pela polícia, acrescenta que, durante as preces e orações em seu rito fúnebre, quatro homens negros receberam "voz de prisão, só porque se tratava de gente de cor, pobre, vezada ao trabalho das oficinas e sem relações nenhuma com a polícia"[605].

O modo como se percebia a diferença entre os Estados Unidos da América e o Brasil em relação aos seus habitantes negros é fundamental para entendermos por que os movimentos de Garvey e Booker T. Washington, e até mesmo Du Bois, não conseguiram ter grande impacto em um país que distinguia o "preconceito de raça" do "preconceito de cor" e que optou por se identificar como "brasileiro" antes de reconhecer alguma conexão ancestral com o continente africano — mesmo sem negar essa ligação — ou se denominar "afro-brasileiro".

De acordo com as observações de Norberto Bobbio em seu Dicionário, o Estado-Nação, sobretudo a partir do século XIX – e agravando-se com o cenário da Primeira Guerra –, pressupõe a ideia de "laços naturais" a qual, por sua vez, liga-se diretamente à raça. Mas também observa que, quando incute a ideia de uma "Nação", o sentimento de nacionalismo depende de imposições ilusórias, como a união pela língua ou por "conteúdos típicos da nacionalidade". Os "costumes" e os "comportamentos" dos seus habitantes devem atender a fatores construídos pelo pretérito e, dessa forma, estar conectados à "gênese" ou às condições que possibilitaram o "nascimento" daquela comunidade, ordenando inclusive o "íntimo", o particular para o todo, fazendo com que cada indivíduo desse Estado-Nação se policie para pertencer e para demonstrar "lealdade" àquele país.

No que tange ao Estado *com* Democracia, como no caso destes jornais do início do século XX brasileiro, há ainda outro fator importante: para se ter nacionalismo, é necessário que os povos tenham "a consciência de sua unidade mediante a atribuição a todos os indivíduos dos mesmos direitos democráticos"; e, por meio dessa atribuição, dotar os mesmos indivíduos de "competência para participar da política de Estado"[606].

Sentindo-se fora do espaço estatal e do poder político, muitos dos letrados que acompanhamos tentaram incutir a ideia de um Brasil diverso para que não houvesse, até aqui, a reivindicação de uma "raça nacional", mas sim de uma unidade plural. No mesmo ínterim, os costumes ganharam espaço e maior relevância para que fossem ordenados de acordo com as práticas próprias do período, sendo, majoritariamente, ligados aos brancos brasileiros. O nacionalismo tão citado, o "verdadeiro" nacionalismo, para alguns, consistia também na lealdade, inclusive individual, como vemos nas biografias. Com o passar das duas primeiras décadas do século XX, vemos crescer a polícia moral, enquanto também cresce uma busca por

[605] OS AGENTES de polícia em ação. *O Bandeirante*. São Paulo-SP, Ano II, n. 04, p. 03, abr. 1919.
[606] BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 796-799.

valorização do negro em si, ou seja, do autocuidado, da autoimagem, da visão que os próprios negros tinham de si, referindo-se a uma atuação no âmbito da individualidade. Ser brasileiro pressupunha, igualmente, negar parte de alguma separação interna, com a qual, provavelmente, imaginavam que seriam derrotados.

Retomando as aparições de líderes norte-americanos nos jornais, é possível identificar tanto as preocupações com a nacionalidade quanto o *medo* do Brasil tornar-se mais parecido com os Estados Unidos da América. Em 1925, nas páginas de outro jornal paulista, *O Clarim da Alvorada*, textos de Booker T. Washington foram publicados abordando a "raça maldita" – os negros – e sua civilização[607]. Também são citadas escultoras negras como "Sara Edmonia Lewis", ou Sara Fuller, entre outras[608]. Em 1927, Washington apresenta um texto sobre a história da África, abordando a suposta superioridade branca e as conquistas africanas[609]. Porém, ele só é mencionado neste jornal. O relato do encontro em Lisboa traz a associação pan-africanista com um subtítulo impactante: "os negros de todo o mundo preparam-se para fazer guerra aos brancos"[610].

Aparentemente publicada no *Correio de Portugal* no mesmo ano, a matéria, assinada por Adriano Vasconcellos, começa com o conflito global – estamos em 1924 —, descrevendo a Europa como "decrépita" e uma "colossal caldeira onde epiléticamente [sic] fervem as paixões e ambições". No entanto, as "reflexões" acerca dos impérios, da França napoleônica, da Alemanha na Primeira Guerra Mundial, dos desdobramentos da Revolução Francesa e dos desafios futuros, referidos aqui como "enigma", culminam com a "missão importante e delicada" de um "Sr. Logan", "secretário adjunto da 'Association Pan-Africaine' em Lisboa". Em suma, o informante, um homem de cor com ascendência indígena em uma das colônias portuguesas da África Oriental, resumiu a proposta de Logan da seguinte forma: os negros dispersos pelo mundo devem se unir "para a conquista da África!". Para corroborar a história, o próprio "Sr. Logan" foi o entrevistado[611].

O texto provavelmente descreve um encontro com Rayford Whittingham Logan (1897-1982), um ativista e historiador americano envolvido no movimento pan-africano e que dedicou seus estudos às relações raciais nos Estados Unidos. Embora não fosse uma figura proeminente do movimento, Logan exerceu uma influência significativa nas deliberações e na disseminação dos eventos do III Congresso Pan-Africanista, realizado em 1923, nas cidades de Londres e

---

[607] BOOKER. A raça Maldita. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano II, n. 13, p. 01, 26 jul. 1925.
[608] BOOKER. Negro. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano II, n. 16, p. 02, 15 nov. 1925.
[609] BOOKER. O continente negro. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano IV, n. 28, p. 04, 15 jan. 1927.
[610] VASCONCELLOS, Adriano. Correio de Portugal. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 27, p. 01, 27 jan. 1924.
[611] *Ibidem.*

Lisboa. Ao analisar os tópicos discutidos no encontro, destacam-se o desenvolvimento e progresso dos africanos não apenas para o lucro europeu, mas para benefício próprio; uma demanda por autonomia para os governos da África Oriental Britânica e das Índias Ocidentais Britânicas; a abolição das lutas da minoria branca contra os negros no Quênia, na Rodésia e na África do Sul; além do fim dos linchamentos e de outras formas de violência racial nos Estados Unidos[612].

Retomando a entrevista, que foi publicada na edição seguinte de *Getulino*, Logan teria declarado ao entrevistador que o movimento era pacífico e não causaria transtornos aos governos europeus. "Pelo contrário", afirmou o secretário, "queremos ajudá-los na obra civilizadora do continente africano". O problema era unir-se contra a "dominação" dos negros por "violência", sem que lhes fossem assegurados os direitos que "se atribuem aos brancos"; enfim, continua, "como somos homens, queremos ser tratados como homens". A entrevista foi breve, porém, "a sorte do repórter" ajudou Vasconcellos, que, após breve diálogo com Logan, deparou-se, por acaso, com outro indivíduo relevante: João de Castro[613].

De acordo com o autor, Castro possuía um rosto "tão negro que até parece impossível como uma branquíssima alma lhe dá expressão". Considerado um "pensador" por Vasconcellos, Castro encontrou-se com o pan-africanista, o qual lhe teria declarado que Logan não era o "grande chefe dos negros", mas sim "Marcus Garvey", "o verdadeiro chefe dos negros de todo o mundo". Garvey liderava a Associação Universal de Melhoria dos Negros, que estava vinculada à Federação Africana de Lisboa, da qual Castro também era membro. Na entrevista, Logan se referiu a Garvey como "idiota", conforme relatado pelo repórter. No entanto, Castro discordou de forma veemente. Aqui se explicam os riscos dos "Jacobinos" e "revolucionários", que levaram, na França, à ascensão "terrível" de Napoleão e até à Guerra Mundial mencionada no início do texto. Castro era um "*gentleman*" que nunca adotou postura "violenta" nem "revolucionária". De forma abrupta, o texto retoma a entrevista, apresentando trechos que ainda não haviam sido mencionados[614].

Para alcançar uma "conquista da África", não era preciso mover os europeus, mas sim reivindicar o "lugar que pertence aos homens de cor" e o direito de "exigir que o gozo da terra africana seja partilhado por uns e outros em perfeito pé de igualdade". Segundo Vasconcellos, esse seria o principal objetivo de Logan. A missão de natureza econômica, mencionada pelo

---

[612] ROBERTS, Brian Russel. *Artistic Ambassadors:* Literary and International Representation of the New Negro Era. Virginia: University of Virginia Press, 2013, p. 125-126.
[613] VASCONCELLOS, Adriano. Correio de Portugal. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 28, p. 02, 03 fev. 1924.
[614] *Ibidem*.

secretário, ocorreu em Lisboa e estava vinculada ao líder do pan-africanismo em Portugal, Dr. José Antonio Magalhães. Ao ouvir o depoimento da entrevista, Castro teria declarado que não acreditava nesses objetivos. Quando Vasconcellos o questionou sobre o que queriam, ele respondeu: "a África para os africanos", ao que o entrevistador questionou: "Então vocês são os revolucionários!", ao que Castro replicou: "eu não disse isso". A reportagem conclui, "por nossa conta e risco", que existem "duas correntes em divergência". A primeira, liderada pelo norte-americano Burghardt Du Bois, luta "por meio da propaganda" para "obter o maior número de garantias possível" junto aos "governos dominadores". A segunda, chefiada pelo *yankee* Marcus Garvey, busca a apropriação da África em favor dos africanos, contra a vontade dos "brancos". A disputa não era justa nem simples; para Vasconcellos, parecia que eles eram mais adversários entre si do que "dos próprios brancos"[615].

Anos antes, em 1921, o jornal porto-alegrense *O Exemplo* mencionou Marcus Garvey e Du Bois em *Questão de Raça*, artigo que preconiza uma "nova guerra". O texto, que foi publicado primeiramente na revista *A Verdade* e depois reproduzido no periódico gaúcho, afirmava que, em meio à Grande Guerra, já se vislumbrava nos "horizontes" a "perspectiva de uma nova luta, possivelmente, mais temível, pelos precedentes históricos e pela fundamentação das causas". Esse "futuro" aterrador chegaria por meio da "luta de raças", principalmente, pela "instituição dos direitos da raça negra, ora discutida" nos Estados Unidos. As "consequências dos desastrosos preconceitos sociais e religiosos em suas várias modalidades" acabariam por ser um dos "fatores perigosos da vida futura" em uma "comunhão universal". Mais uma vez, aliam-se racismos, um deles "social" e outro "religioso". Segundo o artigo, a "luta dessas raças remonta à época dos *Semitas e Arianos*, há alguns milhares de anos"; desde então, "a raça branca enfrenta-se com a negra, na mais encarniçada luta", sem limites para as "atrocidades"[616].

Marcus Garvey se destaca como um dos organizadores da "Conferência Internacional Negra", ocorrida em agosto daquele ano, em Nova York. Com a "adesão de alguns milhões de homens", Garvey falou:

> A raça negra está resolvida a não mais sofrer. Chegou o momento para os 40 milhões de negros da África reclamarem e não perguntarem à Inglaterra, à França, à Bélgica, e à Itália: porque estais aqui? Mas de dar-lhes ordem de sair. O que é bom para o branco — continua o orador – é bom para o negro; isto é, a liberdade, a independência e a democracia. Não temos escusa a dar, nenhum compromisso a propor. Se os ingleses reclamam a Inglaterra, os franceses a França e os italianos a Itália, como sua pátria natal, os negros reclamam com o mesmo título a África e derramarão seu *sangue* para obtê-la. Redigiremos uma Declaração de Direitos para todas as raças negras, com uma Constituição para governar seus destinos... A mais sangrenta de todas as guerras

[615] *Ibidem*.
[616] QUESTÃO de raça. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano XXIX, n. 09, p. 01, 06 mar. 1921.

> está ainda *por vir*, quando a Europa ensaiar as suas forças contra a Ásia. Será então, a ocasião para os negros, o momento de tirar a espada a redenção da África[617].

Além do discurso enfático e ameaçador, Garvey supostamente teria impedido que negros se unissem ao exército dos brancos. Em seguida, "Dr. Du Bois" agrupou, em "sua mais recente publicação", asiáticos e negros em um único conceito, "negroides", uma vez que ambos vinham sendo oprimidos por um longo período. Dessa forma, os "toldam novamente os horizontes do futuro", simplesmente pela "absoluta falta de aplicação de um rudimentar princípio da moral cristã", que deveria ser o "alicerce" de toda sociedade[618]. Além das declarações de Garvey, seu discurso aborda questões relevantes sobre a "África para os africanos". É importante ressaltar que, sendo reproduzido de outro periódico ou não, esse texto em que se questiona os direitos dos brancos de intervenção no continente africano – de Garvey – defendendo a "moral cristã" como "alicerce", foi selecionado e escolhido para a publicação em *O Exemplo*.

Anos mais tarde, em 1924, o mesmo jornal noticiou um "Congresso Monstro de Negros". Sob a presidência de Garvey, que "responde perante os tribunais por crime de '*escroquerie*'" – fraude –, é caracterizado como o "maior congresso negro do mundo". O importante evento, promovido pela "Associação Universal para melhorar a sorte dos negros", tinha como finalidade "formar uma vasta união política destinada a proteger e a fazer respeitar os direitos da raça negra". Com um "programa" que incluía aspectos sobre "políticas, econômicas e também religiosas", uma de suas propostas "realmente curiosas" tratava da "deificação de Jesus como um homem sofredor dos negros", enquanto Maria, sua mãe, seria representada como uma mulher negra e o "Espírito Santo" como "uma criação de aparência imaginária pela raça negra".

Além do pedido de "cristão", há uma solicitação assinada por quatro milhões de pessoas negras para que a "Libéria" fosse reconhecida como a "verdadeira pátria dos negros". O "animador e principal figura desse congresso" foi o "presidente provisório da República da África", Marcus Garvey, "filho de humildes lavradores da Jamaica", que ainda "fundou um jornal" na juventude. O "*leader*" também estabeleceu a *Black Star Line* para "repatriar" negros ao continente africano. Sua empreitada é resumida em uma frase: "A África para os africanos"[619]. Embora não haja críticas a Garvey — além da menção ao processo conduzido

---

[617] *Ibidem*.
[618] *Ibidem*.
[619] UM CONGRESSO Monstro de Negros. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano XXXII, n. 30, p. 02, 28 set. 1924. O mesmo artigo foi publicado antes em *O Getulino*. UM CONGRESSO monstro de negros. *O Getulino*, Campinas-SP, Ano II, n. 49, p. 01, 17 ago. 1924.

por “tribunais americanos” —, também não existem muitos elogios aos temas e programas do congresso.

Foi na década de 1930 que Garvey mais apareceu nas páginas da imprensa negra brasileira. Como mencionado anteriormente, *O Clarim d’Alvorada* foi o jornal que publicou a maioria de suas declarações, na verdade, quase o único. Afora os exemplos já mencionados – como *O Bandeirante,* questionando possíveis divisões raciais, além dos relatos de *O Exemplo* –, foi o jornal *O Clarim...* quem mais se aprofundou no tema. Em uma matéria de abril de 1930, ao abordar a “Questão do Haiti”, um tema que a imprensa negra americana vinha acompanhando com bastante atenção, a ilha é descrita como o local “onde a raça negra” “escreveu uma das mais belas páginas de heroísmo” e de “superioridade racial”.

Ao recordar a “Resistência Palmarina” e compará-la a Toussaint L'ouverture, “herói de sua raça”, *O Clarim d’Alvorada* aborda o “imperialismo norte-americano”, que interferiu na “república negra” da América do Norte. Esse imperialismo “assume por tratado a inspeção da alfândega de direção da polícia, comandada desde logo por oficiais seus”. “Será que isto também se relacione com o miserável preconceito racial, hoje existente em toda América”? A resposta é imediata: “Não duvidamos, pois, o Haiti, é um país de negros, naturalmente 'é preciso acabar com isso'”, assim, “como se diz no Brasil” – pelo próprio jornal inclusive –, “Marcus Garvey tem razões para querer fazer uma república africana”[620].

Ao lado, na mesma página, aparece uma matéria do *The Chicago Defender* sobre “um linchamento no Texas”, na qual algumas das ideias de Garvey são abordadas, especialmente no que diz respeito à necessidade de “eliminar” o “preconceito racial” nas terras *yankees*. A reportagem menciona também a *The Universal Negro Improvement Association* como uma organização que se esforça para “dirigir as massas negras ao longo das linhas construtivas” para “o adiantamento dos negros”[621]. Gray, um defensor da “doutrina Garveysta”, também contribuiu com o artigo “O que devemos fazer para nos libertar”, publicado n'*O Clarim da Alvorada,* no mesmo ano de 1930.

De acordo com ele, “os povos pretos e morenos devem realizar a sua responsabilidade a si mesmos, e a sua relação às outras raças”, pois, “psicologicamente”, de forma “consciente ou inconsciente”, os negros têm permitido que os brancos controlem e assumam “as rédeas” de sua condição. “Se temos algum dia de nos emancipar, devemos primeiro pensar em termos do ‘EU’”. Essa atitude não estaria relacionada ao “egoísmo”, mas ao “próprio interesse e própria

[620] A QUESTÃO do Haiti. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano VII, n. 25, p. 04, 13 abr. 1930.
[621] GRAY, Arthur S. Um Lynchamento no Texas. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano VII, n. 25, p. 04, 13 abr. 1930.

preservação". Segundo Gray, "os povos brancos pensam que são superiores, enquanto muitos conscientemente creem que são". Assim, "os negros, a fim de combater com bons êxitos esse raciocínio errôneo, devem desenvolver uma contra-psicologia baseada em ORGULHO da raça", "amor de raça e respeito racial", pois eram "vítimas da propaganda branca por causa do nosso aceite de ideologia caucásia"[622].

Nesse ponto, o patriotismo ressurge, estabelecendo conexões com o que já observamos na imprensa negra brasileira. Este pode ser o principal ponto de concordância entre os jornais nacionais e a doutrina Garveysta: "Patriotismo quer dizer amor ao país, afim de ser um ardente patriota se deve *estar supremamente satisfeito com as condições nacionais*". Em outras palavras, apenas seria possível ter negros patriotas em um país que os valorizasse. Enquanto "as escolas alimentam essa" "psicologia" branca, deveria haver uma "instrução suplementar em *africanização* para todo negro e negra". A instrução sobre a história da África? É obrigatório ensinar a história do povo negro-americano nas escolas? De qualquer forma, o texto prossegue afirmando que, se os negros nos Estados Unidos simplesmente aceitarem e jurarem "aliança aos ideais americanos como eles estão agora", o próprio "cidadão negro" estaria agindo de forma "grotescamente irônica". Segundo o autor, aceitar as condições dos negros naquele país por patriotismo significava "perdoar o exemplo desaforado de linchamento" e as leis associadas ao "*Jimcrowism*" e à "legislação distintiva racial"[623].

Defende-se, portanto, que os negros desenvolvam uma "psicologia" fundamentada no "orgulho" e no "amor à raça" para alcançar o "respeito racial". Diante do diagnóstico "falta filosofia, em teoria e em fato", defende-se uma "africanização para cada negro ou negra" para, somente após essa jornada, "criarem" um "patriotismo" "próprio"[624]. Embora esse pensamento tenha particularidades relacionadas à África — às mudanças de regime e à autodeterminação dos africanos sobre suas terras —, ele pode ser vinculado aos debates brasileiros. Isso se dá tanto pela sua conexão íntima com o patriotismo e as mudanças necessárias no tratamento dos negros em cada país quanto pelas "filosofias", "psicologias" ou "teorias" que viam negros e negras como seres inferiores e que foram combatidas por muitos desses jornais. Todavia, há ainda outro destaque necessário. Parte do alcance das doutrinas pan-africanistas pode estar ligado a uma busca pela autodeterminação da narrativa histórica dos negros brasileiros e à construção de uma "psicologia" pessoal de autovalorização.

---

[622] GRAY, Arthur. O que devemos fazer para nos libertar. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano VII, n. 29, p. 04, 23 ago. 1930. Grifo original.
[623] *Ibidem*.
[624] *Ibidem*.

Na mesma edição de *O Clarim da Alvorada*, outro artigo de *The Negro World* é replicado, igualmente assinado por Gray. De forma mais simples, o artigo inicia com uma declaração sobre o continente africano: "Quando o homem branco vai para África, ele faz disso o seu dever juntar as cenas mais feias, mais brutas, mais escuras, mais bárbaras", que posteriormente são amplificadas na Europa e nos Estados Unidos. Por que não considerar que isso possa acontecer no Brasil também? A "essência" que aqui se liga ao "ser negro" não estaria presente em territórios nacionais? O autor afirma que existem "homens e mulheres de sabedoria e habilidade na África", mesmo que sejam ignorados e não "fotografados" pelos brancos. Retomando o líder: "Quando Marcus Garvey eletrificou o reino negro e estremeceu o mundo com o seu discurso", naquela "primeira Convenção Negra Internacional, a imprensa foi compelida" – "pela mera força de sua personalidade dinâmica, sua linda retórica, sua eloquência persuasiva, oração sublime" – a "dar-lhe colunas de publicidade". A imprensa teve que dar espaço a um homem que dizia querer "derrotar a Inglaterra, França, Itália, Portugal, Espanha e Bélgica e arrancar das suas mãos ensanguentadas a pátria do Negro", a África[625].

As ideias que este mesmo jornal classifica como "separatistas" entre negros e brancos, criticadas também por outros veículos da imprensa negra, geram uma contradição (ou não): existe preconceito de raça e/ou preconceito de cor no Brasil? Existem diferenças e preocupações diante do que acontece no país vizinho, ao norte, mas a distinção é geralmente ignorada, exceto em questões legais e legislativas. Aqui, não houve esse caráter, apesar de, como vimos, existirem muitas leis que estabeleciam distinções entre brancos e negros ou impunham dificuldades à população negra no Brasil. O sucesso dos negros norte-americanos é frequentemente destacado, pois, em termos financeiros e educacionais, eles estariam em uma posição mais avançada do que a vivenciada aqui. No entanto, a violência explícita ocorrida no Brasil, frequentemente denunciada nesses periódicos, parecia ser menor do que os linchamentos e a *Ku Klux Klan* nos Estados Unidos.

A "Lei do Lynch" foi abordada na imprensa negra. Há uma conexão entre essas acusações e o *garveyismo*, uma vez que, na maioria das vezes em que se citavam os linchamentos, as notícias eram reproduzidas ou baseadas em reportagens do *Washington Tribune*, *The Negro World* ou outros jornais americanos. No ano de 1930, em *O Clarim d'Alvorada*, um texto de Marcus Garvey foi traduzido especificamente para o jornal por Mario de Vasconcellos. Garvey, em sua fala, recorda que chegou "o momento de duplicarmos nossos esforços e energias". O problema é que o líder não poderia gerenciar e alocar os fundos

[625] GRAY, Arthur S. Sem nome. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano VII, n. 29, p. 04, 23 ago. 1930.

arrecadados em sua última convenção enquanto estivesse preso. Esse texto, veiculado em São Paulo, só poderia ter a finalidade de informar potenciais doadores ou participantes do movimento. Assim, podemos afirmar, apenas com base neste artigo, que havia conexões mais estreitas entre os intelectuais de *O Clarim d'Alvorada* e o movimento norte-americano[626].

Junto com o texto de Garvey, informa-se que a "América do Norte, terra do livre, país do bravo, o centro financeiro do mundo", voltou ao "selvagismo [*sic*] desconhecido até mesmo nos mais escuros matagais do universo". Além de condenar o "imperialismo" *yankee*, que interferia e buscava "dominar pequenos países da América" – como o Panamá (onde houve uma intervenção em 1903 e depois foram enviadas tropas em 1920) e o Haiti (a partir de 1915, com término em 1934) –, são relatados "quatro linchamentos" no território estadunidense "em um curto espaço de tempo". Os habitantes do Mississippi, Carolina do Norte, Geórgia e Texas, movidos por um "espírito sedento de sangue", mataram friamente negros nessas localidades. A "barbárie" envolveu "cinco mil homens e mulheres (brancos)" que, em "plebe", perpetraram esse "crime covarde". Após capturarem suas vítimas, ainda arrasaram completamente um "bairro de negros". Mais de "dois mil homens e mulheres (algumas grávidas, outras de parto) negras evacuaram seus lares", "afim de escapar da turba multa, sedenta e sanguinária". Tudo isso acontecendo no país que pretendia dominar o mundo, acreditando-se capaz de civilizar os povos[627].

Figura 5 – A Lei de Lynch no Chicago Defender

[626] GARVEY, Marcus. Chegou à ocasião de reduplicarmos as nossas forças. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano VII, n. 30, p. 04, 28 set 1930.
[627] DESTRÓI o paternal imperialismo norte-americano. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano VII, n. 30, p. 04, 28 set 1930. Grifos meus.



FONTE: A LEI do Lynch. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano VII, n. 30, p. 04, 28 set. 1930.

Abaixo dessa seção, a imagem acima é replicada. Neste caso, a montagem das matérias no espaço do jornal é bastante reveladora. Muitas vezes, ao lado de reportagens e textos sobre o pan-africanismo, atendo-se ao tema internacional, vemos matérias e textos sobre linchamentos e outras violências ocorridas nos Estados Unidos da América. Para os letrados da imprensa negra brasileira, essas eram imagens comuns ao negro norte-americano. Assim, seguir essas lideranças e seus motes de luta – com exceção daquelas relacionadas ao continente africano – seria uma boa opção aos nacionais?

Retomando o texto da imagem, clama-se por uma "lei nacional" que proibisse a continuidade dos "homicídios". Então, roga-se: "Cidadãos! Não somente da Raça Negra e seus mestiços, estão adoecidos pela hipocrisia e pelo *camouflage* praticados pelos Estados Unidos da América do Norte", tanto a "declaração de independência" como a "Constituição" estão sendo reiteradamente desrespeitadas. A causa do aumento da apreensão de negros é a violência, que poderia "culminar, no que tem sido predito – uma *guerra entre as Raças branca e Negras*".

O governo dos Estados Unidos estaria satisfeito? Se não houvesse esforços para uma solução e a indecisão persistisse, poderiam "converter as ruas de suas mais lindas cidades, em arquiteturas e civilizações, em autênticos rios de sangue". Como a reprodução era do jornal mais próximo a Garvey, a parte final surpreende, pois *O Clarim d'Alvorada* anuncia que em sua próxima edição publicaria uma "lista de linchamentos ocorridos de janeiro até a data

presente" (setembro de 1930). Esse fato foi noticiado no *The Negro World*, vinculado ao "imortal negro Booker T. Washington"[628].

Parece que nem *O Clarim d'Alvorada* nem qualquer outro jornal negro brasileiro se posicionou abertamente favorável ao movimento de Garvey ou em favor do movimento de Washington. As decisões adotadas seriam as pragmáticas, do dia a dia. Tanto a violência contra negros nos Estados Unidos quanto na África indicava que o foco era o preconceito racial (ou de cor, a depender do jornal e do período). As ações dos governos dos Estados Unidos eram criticadas por "outros" por meio de reproduções que levavam em consideração tanto os países africanos quanto os americanos, como Panamá e Haiti[629].

Leslie Bishop publicou um texto no mesmo jornal, em 1931, no qual *The Negro World* e Garvey voltam a ser mencionados. Segundo o autor, "está provado que grande parte dos escritores brancos do mundo procura demonstrar aos negros que eles ficarão sempre enganados na África ou fora de lá". No entanto, mesmo que tentem fazer isso, "Garvey tem enchido colunas no The Negro World demonstrando esse falso conceito que pairava na mente do nosso povo". Ele busca "trazer a compreensão de que só por meio da mediação do seu próprio governo o homem preto pode adquirir o seu bem-estar" e lutar para "fazer calar a propaganda desses escritores que procuram conservar o homem preto nessa eterna sujeição".

Com o título sugestivo "Conhece-te a ti mesmo", as teorias racistas são novamente confrontadas, desta vez por meio da escrita do negro, pelo negro e para o negro, desmantelando a noção de "sujeição" criada por "escritores brancos". Contudo, Garvey, Leslie e o próprio movimento são mencionados – o título que engloba três matérias faz referência ao "movimento Pan-negro" –, não sendo completamente ignorados, mas a atenção parece se concentrar no conteúdo, abordando como os negros eram "enganados" a respeito de seu destino tanto na "África quanto fora dela"[630].

De acordo com as pesquisas de Petrônio Domingues, o movimento foi classificado como "perigoso" pelos franceses na primeira vez em que foi noticiado no Brasil, em uma matéria publicada no *Correio da Manhã,* em agosto de 1921. O texto, extraído de *La Dépêche Colonial*, descreve Marcus Garvey como o líder denominado "Moisés Negro". Garvey fundou, entre outros empreendimentos, a companhia *The Black Star Line*, conforme relatado por um dos

---

[628] *Ibidem*.

[629] Há, ainda, no mesmo número, um artigo sobre a violência no Panamá, diante da "Associação para o levantamento da Raça Negra", com uma declaração de uma nativa, "Madame L. T. de Mena". UMA IMPETUOSA oradora. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano VII, n. 30, p. 04, 28 set 1930.

[630] BISHOP, Leslie. Conhece-te a ti mesmo. Propaganda. *O Clarim da Alvorada,* São Paulo-SP, Ano VIII, n. 38, p. 04, 20 dez 1931.

periódicos por nós analisados. A empresa possuía mais de 10 milhões de dólares para conectar três regiões: Estados Unidos, Antilhas e África. Havia também, entre seus navios, o jornal *The Negro World*[631].

Domingues nota que, apenas oito anos depois, o jornal brasileiro *O Clarim d'Alvorada* publicaria um texto completo com as reivindicações do movimento. Um dos "prosélitos de Marcus Garvey" afirmou que "o homem branco está tentando tudo que está no seu poder para nos subjugar", "estão tentando enganar os negros". Marcus Mosiah Garvey, nascido na Jamaica, teve um papel importante na greve de trabalhadores em Kingston, em 1907. Posteriormente, em 1914, ao retornar ao seu país natal, fundou a *Universal Negro Improvement and Conservation Association and African Communities League* (UNIA), uma organização dedicada à defesa dos direitos civis dos negros em todo o mundo. Seus *slogans* incluíam "Um Deus, um objetivo, um destino" e "África para os africanos, de casa ou no exterior". Sua atuação ganhou destaque internacional em pouco tempo. Dois anos depois de expandir suas atividades, o líder mudou-se para os Estados Unidos, estabelecendo-se principalmente no Harlem, em Nova York. Durante aquele período, o Sul e o Norte daquele país estavam agitados, com perseguições e assassinatos, linchamentos e um aumento acelerado da *Ku Klux Klan*. A Grande Guerra, que viu milhares de negros norte-americanos se alistando, expôs de forma contundente as disparidades e hierarquias raciais, especialmente quando esses soldados retornaram para casa e não foram tratados como heróis, ao contrário do que acontecia com os brancos[632].

Na década de seu ápice, os anos de 1920, o movimento chegou a alcançar mais de 1 milhão de membros e mais de mil sucursais. O periódico *The Negro World* não teve um papel pouco decisivo neste crescimento, sobretudo por sua propaganda e pela organização de diferentes projetos e eventos. Fundado em 1918, o jornal transparecia as tensões do período, mas, mais do que isso, soava extremamente radical para o início do século XX[633].

Domingues apresenta um dos discursos do líder negro jamaicano, publicado em 1921, no diário *O Combate*. Considera-se importante reproduzi-lo aqui:

> Somos 400 milhões de oprimidos que reclamam a liberdade […]. Ora, meus amigos, se os nossos irmãos brancos nos amarem, nós os amaremos; se nos odiar, nós os odiaremos. Não demos aos ingleses o direito de nos explorar; aos belgas o de nos brutalizar; aos franceses o de nós… não falemos. Que a França nos prove o seu liberalismo! Quem venceu a [primeira] guerra? O sangue do negro sobre o campo de

631 DOMINGUES, Petrônio. O "Moisés dos Pretos": Marcus Garvey no Brasil. *Novos Estudos*, Cebrap, São Paulo, v. 36, n. 03, nov. 2017, p. 130.
632 *Ibidem*, p. 131.
633 O jornal era semanal e possuía em média 13 páginas em cada edição. Chegando a 60 mil exemplares de tiragem, era publicado inclusive com textos em outras línguas, como espanhol e francês. Foi distribuído na Europa, partes da Ásia, no Brasil, em grande parte da América Central e, claro, do Norte. *Ibidem*, p. 132.

> batalha do branco. […] Ora, sabeis qual foi o reconhecimento dos brancos? *Nem sequer concederam uma cadeira na Conferência da Paz!* […] E são eles, os brancos enfatuados, que nos chamam netos de orangotango, que nos vão buscar para vencer as suas guerras; são eles que se julgam senhores do mundo, para ditar as suas vontades e efetuar os seus absurdos. *Unamo-nos e seremos livres!*[634].

O principal líder do movimento teve um papel fundamental tanto na defesa da autodeterminação dos povos africanos quanto na luta contra a "depreciação provocada pelo racismo no bojo da experiência diaspórica". Essa é a questão que mais nos interessa. Tratava-se de convocar os negros a "*reescreverem a história, valorizando seus heróis*, sua cultura, sua identidade, em suma, sua raça". Um dos fundamentos da negação da inferioridade do negro no *garveysmo* referia-se à origem do homem na África, considerando o continente como o "berço das civilizações". Dessa forma, estabelece-se uma "mãe-pátria" para todos e uma "terra prometida para os povos negros do mundo". A Libéria, que atraiu considerável atenção do ativista, recebeu investimentos na construção de ferrovias, indústrias, colégios e universidades, sendo considerada um local para os negros no interior de "seu próprio" continente.

Garvey buscava valorizar o negro por meio do "autorrespeito" e de um senso de grupo. Em certa medida, isso deixava os aspectos da emancipação econômica do negro em segundo plano, enquanto homens e mulheres da diáspora eram alocados em uma possível divisão para os negros na África. As questões ligadas à nação ou nacionalidade também ficaram, na doutrina de Garvey, não nos jornais brasileiros, em segundo plano[635]. Com seu "movimento social", Marcus Garvey estabeleceu um "programa de cunho pan-africanista, anticolonialista, assentado nos postulados do nacionalismo negro", fundamentado nos princípios do nacionalismo negro, que visava a "valorização das populações africanas e afrodescendentes espraiadas pelo mundo".

O garveyismo ganhou destaque nas notícias e notas da "imprensa regular" – não negra – a partir do começo dos anos 1920. Embora mencionassem alguns "exageros" do líder, a maioria das notícias o retratava como um grande defensor da "causa dos homens de cor". No entanto, conforme aponta o pesquisador, muitos intelectuais da época consideravam algumas de suas ideias "mais radicais", classificando-as como resultado de uma "quimera" quando eram ouvidas ou lidas por brasileiros. Isso acontece, de acordo com *O Correio da Manhã*, naquele 1920, porque, nesse país, não haveria "*preconceitos de raça ou de nacionalidade*". Os elogios estavam focados na luta contra a "opressão que os negros" enfrentavam nos Estados Unidos. Embora Petrônio Domingues reconheça que esses jornais demonstravam uma "crença" na "democracia racial", há também uma sugestão de que a "nacionalidade" brasileira incluía o

---

[634] *Ibidem*, p. 133. Grifos Meus.
[635] *Ibidem.*, p. 135.

negro. Isso pode ser parcialmente explicado pelo “mito” do país das três raças, mas também pode indicar outras estratégias além da criação de um país sem racismo[636].

Vimos anteriormente que a nacionalidade nem sempre é considerada um aspecto de inclusão, apesar do desejo de que fosse um elemento de união. Nos jornais da imprensa negra que analisamos até o momento, não se observa uma demanda por africanidade, nem grandes mobilizações pela libertação do continente africano do domínio europeu ou norte-americano. Fizemos uma breve passagem por alguns dos líderes negros que se opuseram ou criticaram publicamente as ideias do “Moisés Negro”. W. E. B. Du Bois é, possivelmente, o mais expressivo.

Depois de estabelecer a *National Association for the Advancement of Colored People* (NAACP), Du Bois manifestou que via o outro grande orador como um “demagogo e charlatão”. A Unia, fundada e liderada por Garvey, era considerada uma "“organização de orientação comunista que incitava o ódio racial” ou uma pregação sobre a “expulsão da raça branca da África”[637].

O Alfinete traz outro apontamento que não receberia grande atenção da imprensa brasileira e que não é necessariamente abordado no estudo de Domingues, a despeito de não ser o foco principal do artigo mencionado. Em 1923, o *Getulino,* de Campinas, abordou o preconceito ao afirmar que até “Jesus” foi afetado, quando o “próprio preconceito o deformou ao pintá-lo de branco, loiro e de olhos azuis”, sendo que Cristo era um “hebreu” “moreno” de “olhos escuros e cabelos castanhos”[638]. A discussão étnico-racial envolvendo personagens bíblicas não terminaria nesse ponto. Em 1924, *O Exemplo* reportou o congresso em Nova York como uma “Convenção Negra” e caracterizou a proposta de “substituir o Cristo branco por um Cristo negro”, afirmando que “Moisés, Davi e Salomão eram, senão negros, pelo menos de cor trigueira[639], escura”[640]. No mesmo jornal, em outra publicação, de forma inovadora, uma poesia de Guerra Junqueira, intitulada “Virgem”, descreve a figura como “morena”, assim como Cristo. Ambos são usados, inclusive, para afirmar que sua cor não é negada, pois essa também seria a cor dessas figuras religiosas[641]. O Primeiro Congresso Pan-Africanista, mencionado anteriormente como “Convenção”, também foi destacado em *O Jornal*, um periódico de grande

[636] *Ibidem*., p. 137.
[637] *Ibidem*., p. 135.
[638] CONCURSO de Beleza. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 13, p. 01, 21 out. 1923.
[639] Adjetivo comum no início do século XX para designar pessoas pardas: SANSONE, L. Nem somente preto ou negro: o sistema de classificação racial no Brasil que muda. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 18, 1996. DOI: 10.9771/aa.v0i18.20904. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20904. Acesso em: 19 jan. 2026.
[640] JESUS Cristo seria de cor preta? *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, Ano XXXII, n. 36, p. 01, 30 nov. 1924.
[641] JUNQUEIRA, Guerra. Morena. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, Ano II, n. 12, p. 01, 06 jan. 1903.

circulação que Petrônio Domingues observo. Seria deste jornal a "iniciativa" de "colorir" as imagens da Bíblia negra[642].

A informação sobre a criação de uma bíblia ilustrada com figuras negras – sugerida por Garvey e outros integrantes do garveyismo, como o "Sr. "Logan", Arthur S. Gray, entre outros intelectuais negros – teve sua repercussão considerada negativa na imprensa geral, enquanto, na imprensa negra, foi vista de forma positiva e única em *O Exemplo*[643].

Em suma, "o que se considerava exótico ou pitoresco era a invocação garveísta do princípio de autodeterminação das nações para os povos negros do mundo"; logo, segundo Domingues, "tratava-se de uma recusa ao nacionalismo negro". O periódico campineiro *Getulino* foi um dos que mais deu voz ao importante líder pan-africanista entre 1923 e 1926. É provável que tenha enviado uma coleção do jornal ao Congresso em Nova York, enfatizando especialmente seu slogan: "A África para os africanos"[644]. De modo geral, este periódico via o garveyismo de forma positiva, especialmente por sua criação de uma "vasta união política destinada a proteger e a fazer respeitar os direitos da raça negra"[645].

De forma mais ampla, a imprensa negra brasileira via com desconfiança a proposta de "expatriação" ou "repatriação" dos negros que viviam ao redor do mundo de volta à África. Em 1924, durante o debate sobre a lei que permitiria ou não a imigração de negros dos Estados Unidos para o Brasil, assunto já mencionado, existe uma carta de Cláudio Guerra – não encontramos informações sobre o autor –, publicada em dezembro de 1924, também no jornal *Getulino*. Nesse contexto, a "invenção" de uma "África para os africanos" era bem aceita, assim como a migração de norte-americanos ao "berço" de seus "avós". No entanto, esses últimos possuíam uma justificativa para tal: eram "repudiados da sociedade por um terrível e *recíproco* ódio de raça". Aquela nação era "madrasta" e sair era uma escolha "naturalíssima".

No contexto nacional, Guerra indaga: "que preto brasileiro pense em aderir a essa ideia, eu reputo o máximo de absurdo", "África é para os africanos, meu nego. Foi para o teu bisavô cujos ossos, a esta hora, a terra reverteu e em pó se tornou". Como brasileiros, "nossos" negros "nasceram, criaram e se multiplicaram" neste solo, em "sua pátria", estabelecendo raízes nessa "terra bendita" e "mãe carinhosa" que eles próprios "edificaram", inclusive enfrentando "invasões estrangeiras"[646]. A África para os africanos não era o problema, nem mesmo a

[642] DOMINGUES, *op. cit.*, p. 139.
[643] *Ibidem*., p. 141.
[644] *Ibidem*., p. 143.
[645] UM CONGRESSO Monstro de Negros. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano XXXII, n. 30, p. 02, 28 set. 1924.
[646] JUNQUEIRA, Guerra. Morena. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, Ano II, n. 12, p. 01, 06 jan. 1903.

expatriação de negros norte-americanos para a Libéria; o problema era considerar que os negros brasileiros deveriam ir para a África, que aquele era "seu" lugar. Eram, afinal, brasileiros.

Não se pode estabelecer, *a priori,* uma conexão entre *Getulino*, *O Exemplo* e *O Clarim d'Alvorada*, mesmo que essa pretensa ligação estivesse restrita ao movimento pan-africanista. No entanto, existem casos específicos em que textos extraídos de um ou outro desses periódicos eram reproduzidos. A forma como o movimento era divulgado nesses números indica que havia uma preocupação com as questões levantadas pelo pan-africanismo, o que permitia não só a impressão, mas também a tradução rápida de artigos de Garvey ou de outros líderes. Por exemplo, Mário de Vasconcelos, um poliglota baiano que contribuía para *O Clarim*..., traduzia os textos em inglês a serem publicados no jornal. De acordo com as memórias de José Correia Leite, fundador e um dos mais proeminentes intelectuais do periódico paulista, foi por meio de sua conexão com o jornal – iniciada na década de 1930 – que começaram a "conhecer melhor o movimento pan-africanista, o movimento de Marcus Garvey"[647].

Como Petrônio Domingues resume, o jornal demonstrava *alguma* simpatia pelo movimento no que diz respeito à "ordem internacionalista de retorno à África". Ao buscar "interpretá-lo e filtrá-lo em consonância com os anseios e as expectativas de seus editores", não havia uma identificação com a "essência africana". Em outra direção – que não é vista apenas nessa discussão —, os jornais da imprensa negra brasileira – inclusive *O Exemplo* e *O Clarim da Alvorada*, não analisados por Domingues — advogavam a "incorporação do negro a uma ideia de nação racialmente fraterna", uma "afirmação do nacionalismo" que era uma "política central dos jornalistas afro-brasileiros no período"[648].

Outra semelhança entre o movimento do líder jamaicano e alguns dos projetos que ocuparam as páginas dos jornais deste conjunto é um dos aspectos mais relevantes da luta dos negros naquela época: "eduquemos nossas massas". Mais tarde, em 1929, como demonstrado anteriormente, *O Clarim d'Alvorada* faria comparações entre as demandas de Garvey e as suas, traduzindo e publicando diversos de seus textos, incluindo um manifesto a respeito da educação[649].

Como é comum na interpretação, tradução e publicação, houve uma seleção dos artigos presentes no *The Negro World* e em outros veículos. Também foram escolhidos os objetivos: a

---

[647] LEITE, José Correia. *E disse o velho militante José Correia Leite:* depoimentos e artigos. Organização e textos de Luiz Silva (Cuti). São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 77.
[648] DOMINGUES, *op. cit.*, p. 144. Sobre o nacionalismo na imprensa negra: ALBERTO, Paulina L. *Terms of Inclusion:* Black Intellectuals in Twentieth-Century Brazil. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2011.
[649] GARVEY, Marcus. Eduquemos nossas massas. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano VI, n. 16, p. 01, 03 fev. 1929.

inclusão na educação, a África para os africanos que nasceram lá, a dignidade negra, a elevação moral e a criação de um inventário de grandes nomes negros. Rejeitava-se o internacionalismo e a noção de retornar ao continente "de origem". Flávio Francisco aponta que isso gerava uma tensão de poder entre dois extremos: buscava-se uma identidade nacional que reconhecesse o negro como brasileiro e nacional e, simultaneamente, uma indicação da crescente tensão internacional que poderia validar as ações políticas negras em diversas partes do mundo, onde eram referência, exemplo ou argumento[650].

Robert Abbott, outro importante líder do movimento negro americano, esteve no Brasil em 1923, durante sua viagem pela América do Sul, recebendo ampla cobertura da imprensa negra, tanto crítica quanto elogiosa. O fundador do *Chicago Defender* enfrentou obstáculos para ingressar no país, uma vez que a embaixada brasileira negou o visto devido à cor de sua pele. Após a intervenção da embaixada americana, Abbott ainda sofreu uma expulsão, no Gloria Hotel, ao buscar se hospedar no Rio de Janeiro. Posteriormente, em São Paulo, o mesmo aconteceu no Hotel Palace, de onde o norte-americano e seus assessores foram obrigados a sair após queixas de outros hóspedes[651].

O norte-americano via o Brasil como um exemplo de relações raciais em comparação com seu país de origem. Apesar dos eventos mencionados acima, o líder entendia que no país do Sul havia negros em várias áreas, evidenciando uma certa "cordialidade" entre as raças. O renomado dentista Dr. Alfredo Clendenden, um negro norte-americano que chegou ao Brasil no final do século XIX, foi encarregado de receber Abbott e acompanhá-lo em parte de sua estadia no país. No entanto, não se pode afirmar que a posição privilegiada do dentista tenha influenciado suas impressões. O fato é que o líder conseguiu conquistar seguidores locais, inclusive entre integrantes da imprensa negra, como José do Patrocínio Júnior; Evaristo de Moraes, orador e advogado; padre Olympio de Castro; e o famoso médico Juliano Moreira. O caso de Moraes e Castro é mais evidente: ambos contribuíram para *O Clarim da Alvorada*, escrevendo e traduzindo textos do *Chicago Defender*[652].

Para Abbott, "não havia problema de raça no Brasil, mas sim um amor pela liberdade que estava encravado profundamente na alma brasileira". No entanto, para *O Kosmos* – periódico da imprensa negra paulista, lançado em 1922 –, o "leader" "da raça negra em

---

[650] FRANCISCO, *op. cit.,* p. 101.
[651] FRANCISCO, Flávio Thales Ribeiro. *Fronteiras em* Definição: identidades negras e imagens dos Estados Unidos e da África no Jornal *O Clarim da Alvorada* (1924-1932). Dissertação – Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, USP, 2010, p. 72.
[652] *Ibidem*., p. 75.

Chicago", que recentemente havia proferido uma conferência no Teatro Trianon do Rio, não compreendeu o Brasil: "*essa igualdade existe aos pretos aqui – fantasia – puramente fantástica"*[653].

O tema abordado na conferência era a "verdadeira democracia" e, segundo Abbott, esse era o caso do Brasil, porque "repousa sobre os princípios estabelecidos pela igualdade humana". Mesmo que Abbott tenha experimentado à "primeira vista", "uma ilusão", um lugar onde o "preto e o branco" estão em todos os "atos sociais", considerando assim, não haver preconceito, é "só na aparência, porque particularmente o preto daqui, não está no que deve ser e chegar a ser". O líder norte-americano divulgou informações e, seguindo o costume da imprensa, fez comparações entre o Brasil e sua terra natal, com a intenção de que esses números chegassem aos negros nos EUA: "produzirá aos pretos de Norte América um sinal de evidente alegria" – diz o jornal —, "mas para os do Brasil, essa vai ser verdadeira decepção da tristeza"[654].

Embora tenha enfrentado racismo, Abbott afirmou não o ter "visto" no Brasil. Os negros brasileiros estariam familiarizados com essa "ilusão de igualdade", que representava a falsidade, o disfarce, a cordialidade e o jeitinho brasileiro de lidar com as relações raciais. Em terras brasileiras, os negros que escutaram, leram ou acompanharam as palavras do *yankee* poderiam, segundo o letrado de *O Kosmos*, acreditar nelas. Dessa forma, "conservando-os nessa ilusão de igualdade, em que perdura, o desprezo e todos os feitos apontados como inúteis e tolerados". Abbott parece ter decepcionado: esperava-se "uma lição de energia para fazer desaparecer a apatia em que definha o negro nesta terra, que parece integralmente capacitado e que a vida é um sonho que se esvai na campa"[655].

Durante o debate parlamentar de 1923, sobre a proibição ou incentivo da imigração de negros norte-americanos para o Brasil, o *Getulino* também noticiou a visita de Abbott, representante da "poderosa nação" do norte. A "carteira" do "líder" parece ter influenciado sua acolhida positiva pelos "brancos" nacionais, especialmente pelos que se opunham à proposta parlamentar, ou seja, os que apoiavam a imigração. Os "incensadores", com vozes de "falsete", "não se cansam de apregoar aos quatro ventos" os "benefícios que nos advirão se por acaso aqui aportarem os pretos norte-americanos". "Oxalá" "que esse estado de coisas melhore, ou fique como está", pois, a vinda dos "irmãos nossos", diferentes em "costumes, sentimentos e religião", seria um problema, apesar da defesa do "grande homem" no país[656].

---

[653] RODRIGUES, Abílio. Preto e branco. *O Kosmos*, São Paulo-SP, Ano I, n. 11, p. 01, 18 abr. 1923. Grifo meu.
[654] *Ibidem*.
[655] *Ibidem*.
[656] SEM NOME. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 04, p. 01, 19 ago. 1923.

A entrada destes "estranhos" "prejudica a solução do problema negro brasileiro e ameaça a harmonia da raça e a paz da nação". Benedito Florência via em Abbott "um homem preto, rico, escritor, que vive num meio onde não existe livre ação para ele" e que "chegando à nossa terra teria a sensação agradável de um prisioneiro posto, inesperadamente, sem liberdade". A nação, "também republicana", "também americana", satisfez o *yankee*, porém, não parece ter agradado a parte da redação do *Getulino*. Seu discurso foi considerado "quase um crime de lesa-consciência"[657].

No Rio de Janeiro, hospedado em um "hotel de luxo", o líder milionário não se mostrou interessado em "jornalistas ou homens públicos", "não confabulou com nenhum homem preto de responsabilidade político-social; enfim, tornou a sua viagem suspeita e misteriosa". O mistério estaria relacionado a interesses obscuros. O periódico sugere que, "de uma grande empresa de enormes recursos financeiros", o interesse residia em "comprar terras aqui e enviar ótimos elementos agricultores e conhecedores da lavoura do algodão". O "missionário campeão da raça negra" não publicou nem mesmo uma mensagem de saudação aos pretos norte-americanos ou "aos seus irmãos *mais felizes* do território sul-americano". Sem expressar suas intenções, ele "arrastou a embaixada abbotina ao Brasil, tendo a *alma matter* da mesma, se escusado de expor tudo nas tais conferências mascaradas"[658].

O artigo também menciona que Patrocínio Filho teria declarado que "essas conferências foram puramente embaladores e só podem ter feito mal aos negros do Brasil". Não foi possível confirmar a veracidade desse relato e, ademais, também não encontramos nenhuma declaração do filho do renomado abolicionista que contradissesse os discursos de Abbott. Vale lembrar que, à época, Patrocínio Filho era seguidor de Abbott. Aparentemente, quando observada por um espectador externo, a "*mistura por cima sem conhecer das substâncias componentes, ilude-se facilmente com a cor de chita*". Ainda que abordado mais profundamente adiante, o dilema das três raças nacionais, com a defesa da "mestiçagem", aqui é contrariado com veemência como um elemento que "comprove" a inexistência do racismo no Brasil[659].

Além do tom pejorativo, "quem testemunha essa harmonia, quase essa confusão de raças e cores, essa completa confraternização de brancos e pretos nas ruas, nos teatros, nos hotéis, nos bailes, e nos veículos"; "pretos ocupando cargos de destaque"; "quem encontra nos grandes colégios e estabelecimento de ensino oficial professores e catedráticos pretos lecionando brancos", teria "a natural impressão de estar num país de direitos e conquistas excepcionais,

---

[657] FLORÊNCIO, Benedito. Cartas de um negro. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 10, p. 01, 30 set. 1923.
[658] *Ibidem.*
[659] *Ibidem*.

onde não existe preconceito de cor nem distinção de raças". Seria o Brasil, para o movimento de Abbott, uma "*Canaã* dos negros!"[660]?

> Nós, porém, os negros brasileiros não endossamos de forma alguma os sugestivos entusiasmos do Sr. Abbot, porque ninguém mais apto para falar da injustiça do que a própria vítima. A situação do negro no Brasil comparada com a do da Norte América será o supremo ideal, isso, porém para aqueles que como o dr. Abbott, vem de um país onde o preto é considerado um leproso moral, é tratado como cão mais que desprezível, faltando-lhe toda defesa desde as páginas da lei até as camadas sociais. Aqui, felizmente, o ódio contra o negro não assume proporções tão bárbaras, pois não somos queimados vivos em fogueiras públicas, nem linchados pelas multidões sedentas de vingança. MAS DAÍ A VIR AFIRMAR-SE QUE NÃO EXISTE PRECONCEITO DE COR NO BRASIL, É COMO NEGAR A DERROTA DA ALEMANHA...[661].

O *Clarim d'Alvorada* adota uma perspectiva ainda mais crítica, porém com duas vertentes. A partir de um título marcante, o artigo "A Inquisição Moderna" aborda a visita de Abbott ao parlamento brasileiro em 1921. De acordo com a folha, o "grande jurisconsulto" "viera trazer uma mensagem de solidariedade de seus patrícios e, incumbido de espalhar aqui a *semente* da separação de raça", com as "mesmas condições em que vivem os pretos, lá no imenso e formidável país de Washington". Nesse contexto, ele teria analisado, "sem meticulosidade alguma", as "poucas organizações sociais dos negros" e, ao retornar ao seu país, "publicou suas impressões nas folhas jornalísticas, chegando até a condenar nossos costumes de foro civilizado..."[662].

Os Estados Unidos representavam, de fato, uma complexidade para os negros – e para os brancos também – no que diz respeito às diferenças, semelhanças e questões irreconciliáveis. O "colosso" econômico e militar chama a atenção, e o "mundo inteiro" se "assombra" com a "rapidez das edificações". Assim, "embora nós mesmos nos abismemos em assombro e nos aturdamos de admiração e pasmo", "devemos elevar bem alto o ambiente em que vivemos, nessa atmosfera límpida, sem as enucleações do ódio e sem a opressão desvirilizadora da intolerância", ou seja, "da Inquisição moderna", pois "desdobra-se o manto negro da ridícula intolerância" em todo o país[663].

As ideias de líderes negros dos Estados Unidos chegaram ao Brasil, ganhando destaque nos jornais da imprensa negra nacional. Elas foram amplamente divulgadas em diversos periódicos, especialmente no paulistano *O Clarim d'Alvorada*, mas também no gaúcho *O Exemplo* e no interiorano *Getulino*. No entanto, essa recepção não ocorreu sem resistência.

---

[660] *Ibidem*.
[661] *Ibidem*. Grifos no original.
[662] MORAES, Gervásio. A inquisição moderna. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano III, n. 27, p. 02-03, 14 nov. 1926.
[663] *Ibidem.*

Marcus Garvey, indiscutivelmente visto como um grande homem e um exemplo para a raça negra, tinha como seu principal defeito o pan-africanismo. Ao analisarmos os textos sobre Abbott, menos radical, a preocupação se concentrava no aumento do racismo no Brasil, visando à "separação" racial que estava acontecendo no país vizinho ao norte. O medo do racismo norte-americano persistia, mesmo quando seus líderes, seu "progresso" e sua prosperidade financeira eram admirados. Não era a visão de Garvey o problema, mas sua proposta. Não era a proposição de Abbott o impasse, mas sua perspectiva sobre o Brasil. Os que rejeitavam a ideia de que o Brasil possuía racismo – no mesmo sentido que ocorria nos EUA – pediam para que se evite ainda mais divisão. Já aqueles que reconheciam o racismo brasileiro entendiam as diferenças entre os dois casos.

W. E. Du Bois também possuía uma perspectiva de "Éden Racial" do Brasil. Em 1914, ao comentar o relato de viagem de Theodore Roosevelt, de 1913, Du Bois expressa sua opinião sobre o país. Embora concorde com as observações de Roosevelt sobre a integração dos negros na sociedade brasileira, ele critica com veemência a noção de que a miscigenação no Brasil teria causado "inferioridade", referindo-se aqui à quantidade. Du Bois classifica o Brasil como um país negro e recorre – surpreendentemente – a João Batista Lacerda, diretor do Museu Nacional Brasileiro, abertamente favorável ao branqueamento do país, chegando a propor o desaparecimento dos negros.

O autor argumenta que o *"negro participou efetivamente da história brasileira"*, portanto, não era "inferior" nem do ponto de vista demográfico nem étnico-biológico. Em contrapartida, usa o mesmo país para criticar a inferioridade e o racismo nos Estados Unidos, afirmando que o racismo aqui é menor ou, ao menos, não tão violento[664]. Ao recorrer à integração do negro no Brasil, afirmando que este "participou efetivamente da história", Du Bois ganhou a simpatia dos jornais; porém, essa aceitação não excluía o nacionalismo.

No entanto, nosso objetivo não é elaborar uma história do pan-africanismo no Brasil — assunto que pode ser explorado com mais profundidade nos artigos, teses e dissertações mencionados em nota —, mas evidenciar quão perceptível era essa diferença entre os tipos de racismo. À maneira de cada país, havia racismo, mas, no Brasil, viam-se ações cotidianas nas relações entre brancos e negros com hipocrisia, com disfarce, com nuances mais complexas que aquelas aplicadas aos negros nos Estados Unidos.

Para apresentar a questão de forma sucinta, enquanto os negros eram "estúpida e jeitosamente alijados da convivência social", uma "selvageria social" fazia parte de uma

[664] FRANCISCO, *op. cit.*, 2010, p. 78.

"perversidade criminosa" que não era "feita abertamente" – em outras palavras, por "determinação legal" –, mas por um princípio "miserável que começava na mais crassa ignorância" e terminava na "vingança de raça", aquilo que nos "dicionários se denomina preconceito". Ao ser "severamente rotulado pelo mundo civilizado como gente inferior, com uma cultura viciada e incapaz de exibir uma moral aperfeiçoada", o negro nacional ou, como o jornal prefere chamar, "a gente negra brasileira", construía-se em meio a esse racismo, entre o mundo dos brancos e a criação de um "outro"[665].

O Kosmos, um jornal paulista estabelecido em 1922, foi resultado de uma ação do Grêmio Dramático e Recreativo Kosmos, fundado 15 anos antes. O periódico circulou mensalmente até 1925. Bastante nacionalista – denominado "ufanista" por Carlos Reis –, retratava a fauna, a flora, os povos e as diversas interpretações do que constituiria o Brasil. Alguns exemplos podiam ser encontrados nas páginas de *Por que me ufano do meu país*, de Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior, o qual proclamava que o Brasil possuía "a natureza na sua grande obra criadora, na plenitude triunfal do seu vigor". Havia uma "estética aprimorada de nossas paisagens", o "Pão de Açúcar e o Corcovado", suas "artérias fluviais", "florestas frondejantes e maravilhosamente verdes", o Brasil era visto, em suma, como um "país predestinado, paraíso aberto em esplendores e o mais vivo orgulho de um continente"[666].

Com entusiasmo próprio, identificamos rememorações e reivindicações de datas importantes para a história do Brasil e dos negros brasileiros, como ocorrido no dia 28 de setembro em 1922. O artigo extenso a respeito da Lei do Ventre Livre e da falta de grandes celebrações (ou recordações) em relação à "Lei Rio Branco" lembra que, mesmo "não sendo esse dia considerado feriado nacional", "para os homens de cor" esse era um dia de "grata recordação". Outra dessas "duas leis" seria a lei dos sexagenários, a qual se tornou "para os escravos", "o prenúncio de uma nova era da liberdade". A "Lei Áurea" aparece, mais uma vez, como secundária diante das anteriores[667].

Os passados construídos em *O Kosmos* seguem as mesmas trajetórias da maioria dos jornais da época. Uma biografia de Luiz Gama no "40º aniversário da morte" do "grande chefe abolicionista", lançada em 1922, exemplifica essas continuidades. O rábula, ao prestar "serviços" inestimáveis "à raça", tornou-se um "batalhador incansável em prol da redenção dos escravos", "cravando" seu nome, "na história da abolição", como um "defensor" da "igualdade

---

[665] FLORÊNCIO, Benedito. Os pretos em São Paulo. *Kosmos*, São Paulo-SP, Ano III, n. 28, p. 01-02, 16 nov. 1924.
[666] BELEZAS Pátrias. *O Kosmos*, São Paulo-SP, Ano II, n. 35, p. 01, 18 mai. 1924.
[667] 28 DE SETEMBRO. *O Kosmos*, São Paulo-SP, Ano I, n. 04, p. 02, set 1922.

de todos os brasileiros e pelo direito dos seus Irmãos de raça". Natural da Bahia, "veio numa leva de escravos, mas predominando em si uma força de vontade e um interesse vivo pelas coisas elevadas". Pouco tempo depois, "se fez homem e adquiriu a carta de alforria, obtendo em seguida o lugar de solicitador no nosso foro". Até o ano de 1922, "seus conterrâneos" o homenageavam e preservavam "sua memória", além de "relembrar seus esforços em prol da humanidade"[668].

Assim como diversos outros jornais da imprensa negra brasileira do século XX, *O Kosmos* possuía um intenso caráter de polícia moral. Por estar associado a um Grêmio recreativo e por ter circulado na década de 1920, em meio a desesperanças e atuações mais contundentes, muitas críticas aos comportamentos dos negros são expressas em suas páginas. Essa não é uma atitude única desse período, como ilustra Sandra Jatahy Pesavento ao se referir a São Paulo no século XIX[669]. Ignorância, embriaguez, danças, bailes, reuniões e religião são temas recorrentes nesse conjunto. Em diversos casos, a escravidão é apontada como razão para a persistência da condição dos negros. Uma forma de "saneamento moral" dessa população é observada desde *O Exemplo* de Porto Alegre, em 1908[670], até o término de nosso recorte, em 1937[671].

Nas reclamações, podemos identificar, além das diferenças entre os jornais do século XIX e os do início do novecentos, outros fatores que contribuíram para a aparente continuidade desses "costumes" prejudiciais. Nesse início de século, havia debates ainda mais acalorados sobre o higienismo, a ênfase no fortalecimento das leis, o uso cada vez mais frequente do conceito de "civilização" e a interpretação moderna do conceito de história, evidenciando uma radicalização dessa prática.

Para ilustrar esse agravamento das questões morais, destaca-se um artigo reproduzido de *O Alfinete*, publicado originalmente em 12 de setembro de 1918. "Infelizmente, temos sido testemunhas oculares de fatos que muito prejudicam e desdenham os nossos homens de cor", seja "nos salões dançantes como em outros lugares", "um dos nossos que ri, graceja, acha graça de coisas que não há motivos de alegrias". O próximo trecho revela um elitismo, um interesse em encontrar-se entre os "salões, reuniões, lugares" "chics", pois lhe faltariam "polidez para

---

668 LUIZ Gama. *O Kosmos*, São Paulo-SP, Ano I, n. 04, p. 02, set. 1922.
669 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Uma outra cidade:* o mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2001, p. 39.
670 O EXEMPLO, Porto Alegre-RS, Ano IV, n. 156, p. 02, 06 jun. 1909.
671 VIEIRA; ZUBARAN, *op. cit.*, p. 145-156.

tanto". Continuando assim, seria "dificílimo" chegar, "ao menos na metade, da civilização que o Brasil tanto requer seus queridos filhos"[672].

Uma população "resignada ao desprezo piedoso do branco" não seria capaz de gerar um "Visconde de Jequitinhonha, nem um Rebouças, nem um Cotegipe, nem um Tobias Barreto". Pode-se supor que, aparentemente, no passado era possível criar grandes homens negros, algo que, no momento do artigo, não seria mais viável. Mais uma vez, o passado servindo como ponto de partida para criticar o presente. É a partir dele que se começa a avaliar o quão grave era a situação dessa parte do país[673].

Nesse ponto, podemos voltar a Stuart Hall. Essa articulação se dá em dois eixos, com os vetores sendo gerados ao mesmo tempo: o vetor da similaridade e continuidade e o vetor da diferença e ruptura. A identidade negra formada no Brasil envolvia, necessariamente, uma relação de aproximação e negação. A polícia moral, muito frequente na imprensa negra, está inserida nessa lógica [674].

Não surpreende que certos comportamentos pudessem "proteger o povo", desde que interpretados como alinhados à cultura hegemônica branca. Desse modo, *O Kosmos*, assim como diversos outros periódicos, via a "gente negra" como "atrasadíssima em tudo", cultivando "os vícios com rara especialidade". Essa mesma ideia era reforçada pelos "pretenciosos viventes felizes rebentos das raças superiores...". Fosse na afirmação cultural, nas "origens científicas do atraso da nossa forte e heroica raça" ou sob outro modo explicativo, era necessário manter-se e mudar-se, navegar – como diria Paul Gilroy – entre a visão de mundo dos brancos, afastando-se da embriaguez – que não parecia proibida àqueles –, dos bailes dançantes ou outros "divertimentos", permanecendo altivo, mas também requerendo sua própria identidade[675].

Acreditando ou não nas distinções inerentes entre as raças, os intelectuais negros de *O Kosmos* estavam cientes de que o "preconceito social" e a "condição humana na história dos povos" poderiam levar à criação de uma "raça inferior". Acreditava-se, também, que nenhum negro brasileiro tinha "culpa disso". Como poderiam esses "filhos legítimos desse colossal país" ser discriminados, mesmo com sua "grandeza cimentada com o sangue dos nossos avós, com o suor, enfim, dos nossos maiores"? A "constituição" não os colocou em "igualdade de condições perante a lei"? O *passado "prova"* que "aqui viveram iluminando a história pátria

---

[672] QUE HORROR! *O Kosmos*, São Paulo-SP, Ano I, n. 06, p. 03, nov. 1922.
[673] RODRIGUES, Abílio. Preto e Branco. *O Kosmos*, São Paulo-SP, Ano I, n. 11, 18 abr. 1923.
[674] HALL, Stuart. "Identidades Culturais e Diáspora". *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, p. 70, 1996.
[675] FLORÊNCIO, Benedito. Os pretos em São Paulo. *Kosmos*, São Paulo-SP, Ano III, n. 28, p. 01-02, 16 nov. 1924.

com o seu secular martírio e nós, herdeiros desse sangue dessa gente, ainda continuamos vivendo neste mesmo cenário do Novo Mundo", "dando a vida e o melhor das nossas energias para o engrandecimento dessa mesma história!" Chamados por muitos de "viciados", "incultos", "atrasados" ou "analfabetos", os letrados da imprensa negra muitas vezes combatiam, mas em outras negociavam[676].

No mesmo texto, *Os pretos em São Paulo*, há novamente uma comparação entre a condição dos negros nos Estados Unidos e no Brasil. No que diz respeito à educação dos negros, "os Estados Unidos foram sabiamente previdentes, pois, quando se pensou, à moda de um sonho, na libertação dos negros foi imediatamente decretada rigorosa obrigatoriedade da alfabetização". Em 1923, os letrados consideravam que existiam, no país do Norte, "colossais instituições de ensino, importantes faculdades e notáveis universidades" para negros, enquanto aqui, em seu país, havia o "preto brasileiro cultuando a ignorância, abarrotando os botequins, aumentando as estatísticas das prisões e edificando templos ao vício!"

No entanto, Benedito Florêncio exclama: "mesmo que 'tudo isso' seja um 'fato', a culpa não é nossa, repetimos e repetiremos"[677]. Aqui, retomamos Hall: não se pode criar uma oposição binária entre "as tradições deles versus as nossas" nas identidades formadas na diáspora, nem mesmo entre "um" ou "outro". As identidades negras e brasileiras não se limitam às diferenças e à "conjunção" "e"[678]. Na realidade, trata-se de uma "lógica da diferença da diferença" e de uma "lógica do acoplamento", a qual torna essa proliferação muito mais complexa[679].

Era frequente a proibição de negros e negras em determinados locais, o que resultava na segregação racial e na formação de espaços predominantemente negros, os quais nem sempre eram bem recebidos pela imprensa da época. Havia também uma divisão interna: ao "coibir a entrada de negro (crioulo) em recintos de negros (mulatos)", "demonstra tanta ignorância" que, "os próprios 'brancos' que por 'boemia' forem recrear-se com as aristocráticas 'mulatinhas' perceberão *o grau diminutivo cultural*", "daqueles que lhes abriram as portas de par a par e fecharam-na aos seus irmãos de raça"[680].

Existem campanhas que foram realizadas, especialmente nas grandes cidades, como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Porto Alegre, entre outras, como parte de um processo de reestruturação urbana. A urbanização acelerada e extremamente desigual resultou, no início do

---

[676] *Ibidem*.
[677] *Ibidem.*
[678] HALL*, op. cit.*, p. 345.
[679] VIEIRA; ZUBARAN, *op. cit.*, p. 155.
[680] A ALVORADA, Pelotas-RS, Ano II, n. 37, p. 03, 14 fev. 1932.

século XX, no deslocamento de populações, incluindo a população negra, para as periferias, além da imposição da ideia de "higienização"[681]. A mesma campanha lutava contra o alcoolismo, doenças como sífilis ou condições relacionadas à falta de saneamento básico, o ócio e outras práticas vistas como inadequadas em um país "civilizado"[682]. Além disso, a relevância do trabalho se destacava como um valor singular dessa modernidade: o ócio era desaprovado e a vadiagem era considerada ilegal. Assim, "o maior culto é o trabalho" e "por isso Deus é o trabalho"[683].

O intuito era estabelecer valores que eram mais amplos nessa sociedade. A inclusão seria impossível sem a internalização desses valores. Para "a elite política branca, o padrão do bom comportamento era: ser trabalhador, não ter passagem pela polícia ou processo-crime, não ter vícios, não ser boêmio, ser católico"[684]. Na discussão acerca da imigração de negros norte-americanos para o Brasil, *Getulino* expressava preocupação, entre outros aspectos, com "os perigos a que nos expúnhamos se o Brasil se abarrotasse de irmãos nossos, na verdade, mas de costumes, sentimentos e religião diversos"[685]. Mesmo quando havia o incentivo à educação dos filhos das pessoas negras, existiam situações em que a associação com os "bailes", o "álcool" ou outros comportamentos "condenáveis" surgia como contraponto. Como já mencionado, a escravidão era frequentemente considerada a raiz de muitos desses problemas.

Durante um debate fervoroso no *Getulino*, uma carta publicada no jornal afirmava que não existia um "empreiteiro de obras, um médico, um advogado, um padre" com "puro sangue negro" em Campinas, cidade onde o periódico estava sediado. Um dos letrados da publicação criticaria essa posição, mas, além disso, demonstraria como "logicamente, com a matemática dos algoritmos", era possível esclarecer o cenário. A "emancipação do elemento servil" só se concretizou em 1888, ou seja, "exatamente há 35 anos" (1923), e todos os "libertos" foram entregues à sociedade "em completo estado de atraso". "Analfabetos, embrutecidos, alcoólicos, inconscientes" e, por outro lado, portadores "*no organismo de uma pesadíssima contribuição de males hereditários e heranças atávicas*", os "pretos" constituíam um "*perigoso invasor na harmonia social da nação*".

---

[681] OLIVEIRA, Ângela Pereira. A racialização nas entrelinhas da imprensa negra: o caso O Exemplo e A Alvorada – 1920-1935. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, 2017, p. 62.

[682] Com relação à reurbanização das cidades, antes e depois da República, no início do século XX: CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril:* cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das letras, 1996. ENGEL, Magali. Educação, sanitarismo e eugenia: o negro e a construção da identidade nacional nos debates científicos da Primeira República (1889-1930). *In*: ABREU, Martha *et al*. *Histórias do Pós Abolição no mundo Atlântico:* Identidades e projetos políticos. V.1. Niterói: Ed. UFF, 2014. p. 47-61.

[683] A ALVORADA, Pelotas-RS, Ano III, n. 56, p. 08, 15 out. 1933.

[684] OLIVEIRA*, op. cit.*, p. 64.

[685] GETULINO, Campinas-SP, Ano I, n. 04, p. 01, 19 ago. 1923.

Não é possível determinar o grau de ironia no texto, uma vez que não tivemos acesso à carta que deu origem à resposta, embora saibamos, pelo próprio texto, que um membro da "Sociedade Protetora" era um dos responsáveis por ela. Ao serem "lançados" às ruas sem educação, dinheiro, ofício ou direito à igualdade, os negros não conseguiram "competir com seus ex-escravizadores" e permaneceram, por um período, em um "deplorável estado de condição social". Não era simples se "desvencilhar" do denso "lodo da escravidão", assim como, no que diz respeito a essa discussão, não era possível para aqueles recém-saídos do sistema "haurir certos princípios e ter certas noções", os quais só seriam adquiridos com o "ensino público"[686].

Porém, nada disso significava a inexistência de progresso. Ao longo desses 20 anos, o "negro livre" se dedicou a aprender, compreender e exercer suas atividades. A "família", o "lar" e a "educação" prosperaram, contribuindo para a "evolução" dos negros livres, como aconteceu em outras regiões, com a exceção dos irmãos norte-americanos, que foram alfabetizados e educados em cursos especiais antes de receberem a carta da liberdade. O autor realiza um cálculo "matemático", demonstrando que a "moral" só poderia ser aprimorada ao considerar os "20 anos" após a Abolição, período em que não havia negros na escola, e mais 20 anos até a conclusão da formação desses estudantes. Desse modo, em 1923, ainda não haveria resultados claros[687].

O trabalho aparece no número seguinte, dando continuidade à seção "Respondendo...". O negro é retratado como "naturalmente inimigo do trabalho", "indolente e preguiçoso", mesmo que "não seja por sua culpa". Na realidade, ele é uma "vítima do passado e do viciado cativeiro"[688]. A proposta, novamente inserida no debate sobre a imigração negra (neste caso, contra a proibição), conforme indicado em outro artigo de *Getulino*, era que todos os negros deveriam quintuplicar os "esforços". Ele clama: "eduquemos os nossos filhos", "sacrifiquemos tudo para elevá-los à altura do perfeito cidadão e dia virá que, proclamarão bem alto para todo universo, que são Brasileiros tão dignos como os demais o são" e, dessa forma, enquanto não forem "perfeitos", não seriam reconhecidos como brasileiros[689]. Novamente, a questão girava em torno do nacional.

A "reabilitação da raça" "deve ser o lema, não só do homem negro como dos que verdadeiramente aspiram para o belo Brasil um regime verdadeiramente democrático". O

---

[686] RESPONDENDO.... *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 04, p. 02, 19 ago. 1923.
[687] *Ibidem*.
[688] RESPONDENDO...*Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 05, p. 02, 26 ago. 1923.
[689] CAMARGO, T. Ecos do Projeto F. Reis. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 27, p. 01, 27 jan. 1924.

"martírio" do negro, "o preconceito tolo e vaidoso de alguns e a humildade senil hereditária", para o autor, convence "muitos pretos" "de uma inferioridade racial que em absoluto não existe"[690]. Dessa forma, parte desse desejo pelo "levantamento moral" dos negros relaciona-se à própria visão de si. Para que, "como a Phoenix", a "raça" ressurja "das cinzas da ignorância, do preconceito, do sofrimento, para a ordem e progresso do Brasil"[691].

Nessa imprensa, havia uma "escrita de si"[692] que buscava a "superação dos complexos e estereótipos que os inferiorizavam na busca da mobilidade social"[693]. Nesse contexto, podemos invocar o teórico indiano-britânico Homi Bhabha. Os negros em torno das prensas brasileiras empregavam a "cultura parcial da qual emergiram para construir visões de comunidade e versões de memória histórica que atribuem uma forma narrativa às posições minoritárias que ocupam", para produzir uma "outra história", assim como um "outro negro", ou melhor, o(s) próprio(s) negro(s), pois há diferenças significativas entre os "negros" de cada jornal. Nota-se, aqui, um "externo do interno", uma "parte no todo"[694] que se alimenta de outra imagem com base nas premissas da modernidade presentes na cultura em que estavam inseridas. O progresso e a civilização europeia, sim, mas também as ideias que envolviam o Brasil especificamente no início do século XX.

A escravidão afetou a autoestima dos negros. Essa aspiração por reconhecimento corresponde ao valor de autoestima dos que tiveram alguma ligação (ancestral ou não) com o sistema e que viam a descendência de escravizados como um defeito moral. Nesse contexto, afirma-se que "Nós de hoje não somos menos, porque eles tiveram a liberdade material". Os negros, "a despeito" de serem "libertos", continuavam, segundo muitos desses jornais, "presos à escravidão pelo lado moral". *A Voz da Raça* declararia, anos depois, que todos os negros brasileiros "sofrem do amesquinhamento e da diminuição", sentem "o preconceito e as preterições", "sofrem o vexame e o pouco caso"[695]. Isso acaba, inevitavelmente, sendo internalizado por parte dessa população. Por isso, há críticas àqueles que permaneciam, mesmo décadas após a Abolição, como "escravos", atados a uma submissão que, segundo os jornais, estava entre os seus.

---

[690] FERREIRA, B. H. Liberdade. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 22, p. 01, 23 dez. 1923.
[691] EDITAL, *Getulino,* Campinas-SP, Ano I, n. 02, p.01, 05 ago. 1923.
[692] Escrever é, portanto, "se mostrar", se expor, fazer aparecer seu próprio rosto perto do outro. FOUCAULT, Michel. "Escrita de si". In: FOUCAULT, Michel. *Ditos & Escritos V:* Ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 156.
[693] SANTOS, José Antônio dos. Intelectuais negros e imprensa no Brasil meridional. *Ìrohìm*. Brasília, ano XI, n.16, abril-maio de 2006, p. 157.
[694] BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.
[695] OS DESCENDENTES de Palmares. *A Voz da Raça,* São Paulo-SP, Ano III, n. 53, p. 02, 23 mai. 1936.

Existiam também outras iniciativas nesta mesma direção, como escolas de samba, grupos de recreação, times de várias modalidades esportivas – principalmente o futebol – e até concursos de beleza. O último caso também demonstra quais diretrizes o evento pretendia cumprir. Em 1923, a maior empreitada desse tipo traz "as impressões da vencedora em primeiro lugar" do "concurso de beleza" realizado pelo *Getulino*. Os principais pontos de suas "opiniões", "inteligência aguda e clara, tipo de criatura fina e distinta, exprimindo-se com facilidade", "por vezes, um sorriso de ironia leve", essa era "Laís de Moraes". Na entrevista, ela fala sobre o *Getulino*: "Foi uma hora feliz, que germinou no cérebro de titio, a grandiosa ideia" da "criação desse semanário, que num curto lapso de tempo muito tem feito em nosso favor". A entrevistada, vencedora do concurso, cita alguns nomes de "relevo"[696], nem todos negros e cada qual com suas principais contribuições:

> Faço justiça... um punhado de alevantadas almas, que pugne pela grandeza da língua materna, essa mesma língua que Ruy, com seu verbo ardente, Nabuco, com sua palavra eloquente, Gonçalves Dias, com seus versos maviosos e afinal Bilac, em cujo cérebro lampejava o fogo do patriotismo, souberam elevar tão alto o nome do Brasil[697]!

Figura 6 – Lais de Moraes, a vencedora do Concurso de Beleza do *Getulino*



[696] QUESTIONÁRIO. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 12, p. 01-02, 13 out. 1923.
[697] QUESTIONÁRIO. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 12, p. 01-02, 13 out. 1923.

FONTE: QUESTIONÁRIO. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 12, p. 01, 13 out. 1923.

No que diz respeito à presente pesquisa, há um trecho da entrevista de Laís de Moraes que reúne parte da conexão entre os três trechos destacados. Primeiramente, são apresentados os "valores" da vencedora, que a habilitam a enaltecer os grandes nomes do Brasil, tanto brancos quanto negros, vinculando-os ao patriotismo. Somente então a entrevistada abordará o que atualmente ocupa a maior parte de sua atenção:

> [...] também visou fazer um estudo da *nossa história pátria* "escrita pela espada do soldado". Cada trecho relembra uma vitória, trazendo sempre à sombra palpitante dos vivos a memória sacrossanta dos nossos antepassados, aqueles que semearam no descampado mundo da glória ergueram com o próprio sangue, a semente da árvore, cujo fruto hoje colhemos. [...] Por isso *Laly*, o "*Getulino*", onde só cantam o sentimento de alegria, amor, mocidade e heroísmo: não pode e não deve debruçar ante a mesquinhez da inércia, deixando que desapareçam: *nas dobras do esquecimento ou nas névoas do tempo*, os vultos benfeitores e grandiosos daqueles, que, vencendo toda a espécie de perigos como delícias, tendo de um lado as dificuldades da época, de outro a rigidez do tempo e a má vontade do meio, lutaram pela realização do mais nobre *desideratum*, que a liberdade neste país, o orgulho do Novo Mundo e mais justificada conquista que o Cruzeiro protege[698].

As palavras do jornal a respeito da "moça" também refletem, em parte, as expectativas em relação a uma mulher naquele ano de 1923. Sua "resignação", a religião "Apostólica Romana", sua inclinação pelos "caprichos da moda", em contraste com o "baile" que não aprecia, já que prefere o "culto à elegância" ao divertimento. A "honradez", a dedicação à "mãezinha", aos cuidados da casa e ao estudo da "história pátria", bem como a preocupação com os destinos do país e sua "devoção", insere-se em um contexto complexo e, juntamente com sua fotografia, compõem um conjunto de relações às quais se buscava atender[699].

Paula Sibilia, pesquisadora focada no ensino, acredita que esses jornais refletiam o que ela denominou de "pedagogia kantiana", ou seja, possuíam um caráter disciplinador, adestrador, civilizador e moralizador[700]. Os intelectuais da imprensa negra adotaram esse "saneamento moral" com o objetivo de promover a moralização dos costumes em campanhas de várias frentes. O "melhoramento" deveria ser acompanhado dessa moral. Não se tratava apenas desse grupo da mídia, mas, nesse contexto, havia outros modos, outros procedimentos, outras práticas e outra escrita. As biografias, mencionadas anteriormente, presentes desde 1876 até o final de nosso recorte, em 1937, também serviam como um arcabouço de exemplos morais, fornecendo

---

[698] *Ibidem*.
[699] *Ibidem*.
[700] SIBILIA, Paula. *Redes ou paredes.* A escola em tempos de dispersão. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

modelos e histórias individuais que ilustravam as melhores práticas e costumes a serem adotados pelos demais[701].

Desde pelo menos a publicação de *O Homem* em Recife, esses jornais priorizavam subverter a imagem dos negros e negras. Isso é exemplificado no concurso de beleza mencionado anteriormente, o qual, como fica claro na entrevista com a vencedora, não abordava sua beleza, mas sim seus hábitos, leituras e preocupações. É evidente que cada um dos periódicos, situados em diferentes regiões, estados ou cidades, estava inserido em um conjunto de relações que modificava as representações e os conceitos utilizados. No entanto, a moralidade e as biografias, assim como os exemplos que conectavam uns aos outros, eram universais. Em Campinas, especificamente, local do *Getulino*, a busca pela reconstrução da imagem do negro foi intensa e pôde ser observada, destacando-se a década de 1920, marcada pela transição entre valores antigos e novos[702].

A escrita de si, analisada por Margareth Rago, preocupada com a construção subjetiva da mulher negra no Brasil, pode servir para compreendermos parte dessa "polícia moral" nos jornais da imprensa negra. Escrever sobre os negros – ou negras, nesse caso – é "um trabalho de construção subjetiva na experiência da escrita", abrindo a possibilidade para um devir, "de ser outro do que se é, escapando às formas biopolíticas de produção do indivíduo"[703]. Mas há outras estratégias de composição de si e do negro que também envolviam outros modos de narrar o passado.

[701] ARFUCH, L. *O espaço biográfico*: dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010.
[702] MACIEL, *op. cit.*, 1997.
[703] RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se:* feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: EDUNICAMP, 2013.

CAPÍTULO 7
A FICÇÃO, A TESTEMUNHA E O PASSADO: NARRAR O IMPOSSÍVEL

O Kosmos surge no seio de um grêmio que, além de outros objetivos, buscava promover a entrada no campo das letras. Numerosos contos, obras literárias e, principalmente, poesias foram divulgados na imprensa negra do Brasil. Neste estudo, incluímos a análise de alguns desses textos em um cenário mais amplo, examinando as narrativas sobre o passado, os temas tratados e como o pretérito se manifesta no decorrer dessas práticas. Tanto *O Kosmos* quanto o *Getulino* constituem exemplos de como a ficção foi empregada para abordar passados impossíveis, passados que não eram acessíveis na historiografia oficial, nem estavam sempre presentes nas documentações às quais os letrados dos jornais tinham acesso. Ademais, acreditamos que os dois romances publicados nesses periódicos são os que mais evocam o passado e mantêm em pauta o negro, o nacional e, nesses casos, a escravidão.

Primeiramente, analisaremos a publicação de *A Família Escrava* no jornal de São Paulo a partir de 1924. Em seguida, detemo-nos às páginas do campineiro *Getulino*, que apresentam um dos textos de ficção mais intrigantes de toda a imprensa negra: *A Boa Severina*. O texto é assinado por José de Nazareth, o qual, de acordo com algumas pesquisas, pode ser um pseudônimo atribuído a Lino Guedes[704] ou a Lacerda Werneck[705]. Existem argumentos que indicam ambas as direções; no entanto, com base em um artigo que será apresentado a seguir, concordamos com a autoria de Werneck.

A estética do *roman-feuilleton,* ou folhetim, constituiu uma prática bastante frequente nos jornais brasileiros a partir do século XIX. Após a revolução burguesa de 1830, alguns estudos indicam que essa experiência começou na França. Angela Maria Rubel Fanini afirma que ela surgiu no Brasil, em 1838, com a publicação do Capitão Paulo de Alexandre Dumas no *Jornal do Comércio,* do Rio de Janeiro. Até 1870, mantinha-se em um tom conservador e alinhado aos preceitos da elite, quando passou a adotar uma perspectiva voltada à República e

[704] Lino Guedes atuou em grande parte da imprensa negra dos anos de 1920 e de 1930. Publicou, como poeta, O Canto do Cysne Preto (1926); Black (1928); Ressurreição negra (1928); Negro preto cor da noite (1932); Urucungo (1936); O pequeno bandeirante [s. d.]; Mestre Domingos (1937); Sorrisos do cativeiro (1938); Vigília do Pai João (1938); Dictinha (1938); Suncristo (1950); e Nova inquilina do céu. (1951). DOMINGUES, *op. cit.,* 2010.

[705] SILVA, Maria Eduarda Ribeiro da. *Como negra que sou, quero a vitória da minha raça:* a produção intelectual feminina na Imprensa negra paulista (1903 - 1930). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2025, p. 102.

ao abolicionismo[706]. Adaptado ao país, o estilo dos folhetinistas nacionais começou a "acomodar a economia vital de sua organização às conveniências das atmosferas locais"[707].

Além de possuírem um valor intrínseco, esses textos literários, contextualizados em seu período, forneceram um componente crucial da argumentação que a imprensa negra utilizaria ao abordar o passado negro brasileiro. Vale ressaltar que, não temos a intenção de analisar a estrutura narrativa dos folhetins, seus personagens, enredo, forma de publicação ou mesmo seu autor. Já existem estudos sobre essas publicações que focam nesses aspectos, como as análises dos historiadores Ruan Levy Andrade Reis[708], que aborda a produção feminina, e a dissertação de Maria Eduarda Ribeiro da Silva[709]; além da tese de José Roberto Gonçalves, que examina o jornal *Getulino* e se dedica especificamente ao folhetim em seu segundo capítulo[710].

Nosso propósito, neste trabalho, ao apresentar esses dois textos, não consiste em analisá-los como produções literárias, mas em evidenciar outras práticas a partir das quais o passado se manifesta nos jornais, especialmente o passado associado à escravidão, dada a limitada acessibilidade à grande parte dos documentos ou a testemunhos diretos daquele período. A ficção, nesse contexto, desempenhou a função de retratar os sofrimentos, as alegrias, as angústias, as rupturas e continuidades, bem como as vivências próprias da época e, ainda mais crucial, de criar um passado que, para muitos desses intelectuais, permanecia atual e, conforme suas próprias palavras, não havia sido contado ou, ao menos, não de forma suficiente.

Assim, percebemos tanto a forma como esse passado se manifesta quanto, principalmente, a interconexão estabelecida entre a elaboração da história, a corporeidade e as referências a documentos e obras, na busca por um acordo de veracidade com o leitor. A conexão com um texto histórico, que inclui intervenções do autor e referências, é a razão pela qual se aprofunda, de maneira mais intensa, no folhetim *Boa Severina*, o qual expressa de forma clara e explícita a intenção de estabelecer esse pacto.

O "romance original" de Pedro Ribeiro Vianna é uma obra de escrita primorosa, cuja narrativa se desenrola durante o período da escravidão. No século XIX, existia um "espaço

---

[706] FANINI, Angela Maria Rubel. *Os Romances-Folhetins de Aluísio de Azevedo:* Aventuras Periféricas. Tese (Doutorado) – Curso de Teoria Literária, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.
[707] TEIXEIRA, Cristiane Garcia. O uso da literatura folhetinesca na pesquisa história – uma possível contextualização da fonte. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, vol. 06, n. 12, dez. 2014, p. 91-103.
[708] REIS, Ruan Levy Andrade. Cidadania e educação dos negros através da imprensa negra em São Paulo (1915-1937). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), 2017. Esse autor, inclusive, inseriu um apêndice em sua dissertação que contém o conteúdo completo do folhetim *Boa Severina* e que, pela ausência, em nosso arquivo, de alguns dos números em que o texto foi publicado, também servirá à presente análise.
[709] SILVA, *op. cit.*, p. 102-132.
[710] GONÇALVES, José Roberto. *O Getulino - um jornal de carapinha*: jornal editado por jovens negros em Campinas (1923/1925). Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, História Social, 2012.

constante dos acontecimentos e personagens nas publicações folhetinescas" na imprensa, abrangendo, inclusive, o sistema. Oswaldo de Camargo e Maria Eduarda Ribeiro da Silva, ao examinarem as produções literárias de autores negros nos séculos XIX e XX, afirmam que a poesia se destaca como o principal tropo desse conjunto, uma vez que diversos desses escritores viam o romance como uma forma de "escravidão literária", em razão de representar um "esforço grande e contínuo"[711].

Assim, os folhetins não são encontrados em quantidade tão expressiva quanto à poesia, em virtude também da necessidade de uma dedicação exclusiva à escrita, algo que era incomum para os autores da época, fossem eles brancos ou negros. Ribeiro da Silva analisa que, tanto em *A Boa Severina* quanto em *A Família Escrava*, exploram-se as "dificuldades, violências e relações tecidas" ao longo desse período[712].

Pedro Ribeiro Vianna, dando continuidade ao estudo de Maria Eduarda Ribeiro da Silva, lançou obras que "atingiram significativa vendagem no final do século XIX e início do século XX". É o caso do romance *Elzira, a morta virgem*, publicado em 1883. O texto, veiculado por *O Kosmos* em 1924, fora, na realidade, redigido em 1884[713], com a intenção de, conforme reportado pela *Gazeta da Tarde* em uma matéria de abril daquele ano, servir de "propaganda à Sociedade Abolicionista Cearense, revertendo o produto de venda em favor dos escravizados"[714].

Começando em um tom nostálgico, com a representação do "sol brilhante e libertador de uma raça infeliz", o folhetim evoca como todo esse período "jazia mergulhado no oceano do esquecimento humano". Não existiam ainda, "no sangue de nossas veias", "os sentimentos nobres de liberdade, igualdade e fraternidade". O ser humano, "que fora criado pelas próprias mãos do Criador, vendia seu próprio sangue, sua própria imagem, e semelhança, desconhecendo a igualdade entre um e outro, entre o vendedor e o vendido". A família, tema central do texto, era um "valor" ainda não reconhecido nessa época. Situando-se no período da escravidão, uma era em que "quando revolver em seus arquivos a história mais célebre, a mais sublime, os feitos mais gloriosos dos dois séculos" – XVIII e XIX – "que se ufanam séculos das luzes, há de por força encará-la nodoada, com o ferrete ignominioso da venda do sangue de próprios irmãos e com direito legítimo taxará essa sociedade, que hoje chamamos civilização, de bárbara!"[715].

---

[711] CAMARGO, Oswaldo de. Apesar de tudo, a quase mudez... *In: O Negro Escrito*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1987, p.74.
[712] SILVA, *op. cit.,* p. 96.
[713] *Ibidem*.
[714] GAZETA da tarde, Rio de Janeiro, n .94, p. 02, 23 abr. 1884.
[715] VIANNA, Pedro Ribeiro. A Família Escrava. *O Kosmos,* São Paulo-SP, Ano II, n. 20, p. 04, 20 jan. 1924.

Entretanto, os mesmos papéis, ao serem "revolvidos", encontrarão uma página "dourada e nela lerão em caracteres indeléveis as palavras destes três símbolos das nações civilizadas: liberdade, igualdade e fraternidade". Sobre o futuro? Devemos "depositar sobre os túmulos dos homens, que tiveram essa grandiosa ideia de libertar uma família, dar à raça legítima a um povo e fazer homens dignos de uma sociedade civilizada"[716].

Tratando de uma das personagens, o "Capitão Caboclo", homem que um mês antes havia ancorado o seu navio em Angola com suas "mercadorias", deixava "um canto" de seu navio reservado a uma "carga especial". Nesse momento, Ribeiro nos convida a descer pela "boca da escotilha desse navio" e o acompanhar ao "antro escuro" que nos espera. Sua "escada de cordas nos conduz, descendo muitos degraus, segura por dois grossos ganchos de ferro e esticada e presa no fundo do navio", sem "nenhuma luz". Podemos ver "alguns instrumentos de suplício, como sejam: cordas, azorragues, troncos de ferro, etc, etc". No momento em que entramos, um "cheiro nauseabundo ainda exala" da "carga" anterior. Ali jaziam antes os "Africanos, que ora vem algemados, ora soltos, mas enganados, como vindo receber donativos de boas festas. Infeliz raça!". Aqui percebemos tratar-se de um navio negreiro, que receberia, ainda "à tarde", uma de suas "cargas". Aproximam-se, no entardecer, "algumas canoas grandes tripuladas de numerosa companhia de negros, seminus, vestidos apenas com uma curta tanga de riscado ou algodão branco mesclado". Mais de 600 homens, mulheres e "crianças" chegam ao navio[717].

Assim partia, após o aconchego das "mercadorias", "sob o murmúrio da espuma" e as "vozes de lamentação e desespero". O "sol da liberdade ocultava-se no horizonte", enquanto ouvia-se "Adeus, Pátria!", "Adeus, filhos!", "Adeus país". O folhetim de Ribeiro descreve os detalhes de cada uma das paragens do navio, cada qual com sua beleza, suas agruras; cada "aurora" importa, cada "nuvem" é narrada. O navio era embalado pelo "soluço da mãe sem o filho, do esposo condenado à ausência da cara metade", do "pai sem o querido filho e filha", "da filha roubada aos pais que deixava!". Assim era a "pesada" "mão da fatalidade", mais pesada que "uma bigorna", "mais cruel do que o punhal sanguinolento do assassino" que recaía sobre "as cabeças inocentes esmagando corações nobres, matando vidas caras e saudosas". Percorria o mar ao longo de dois meses, enquanto os "infelizes vinham no porão do brigue como animais ferozes", "trazidos e encerrados em jaula de ferro", comendo um "alimento imundo", enquanto ouviam-se os "lamentos de uns", "as imprecações de outros" e "finalmente de muitos o grito de ódio, acompanhado do acento de uma vingança futura", por vezes a "fraca

[716] *Ibidem*.
[717] VIANNA, Pedro Ribeiro. A Família Escrava. *O Kosmos,* São Paulo-SP, Ano II, n. 21, p. 04, 10 fev. 1924.

voz do moribundo, que preferindo a morte à escravidão, dilacerava as entranhas ou à fome se entregava"[718].

Essas cenas, que "arrepiam-se-nos [*sic*] as carnes, direis vós, caros leitores, e talvez presumireis ser uma *fábula ou conto de fadas*", na verdade, "agora mesmo entre nós, alguém talvez fosse testemunha ocular do que acabo de contar". Descrição à parte, retoma-se o interesse em evidenciar tratar-se de cenas reais que, ainda em 1924, em meio a essa ficção, poderiam ser, elas mesmas, descritas por "testemunhas"[719]. Na reportagem publicada pelo jornal *Gazeta da Tarde,* em 1884, o escritor afirma que "o Sr. Ribeiro Vianna" havia "*visto de perto o que é a escravidão*"[720]. Naquele mesmo ano, o mesmo periódico disse que o romance era um "produto" destinado à "redenção dos cativos". Dessa forma, como bem observa Ribeiro da Silva, além de ser um texto sobre os escravizados, foi um romance destinado a promover a libertação, as alforrias aos negros, então nessa situação[721].

A descrição das personagens — fictícias, é bom lembrar —, para Ribeiro, contribuía para ter, no leitor, uma "influência dupla", pois este vê diante de si o personagem e, além disso, "exerce ação na narração", já que se aplica, em quem lê, o desejo de saber o "desenlace" desta ou daquela figura. No caso do "Capitão Caboclo", é clara a intenção de causar ojeriza. O autor relata que este "desgraçado", "mandava para seu aposento de pouso aquela filha de suas escravas, que seu amor libidinoso lhe obrigava a empregar todos os recursos, a fim de possuí-las"[722].

Convidando seu leitor, com bastante frequência, a participar dos atos, descrições e a exercitar sua imaginação, Ribeiro reforça essa prática quando lida com as principais personagens de seu romance: as famílias Cassange e Gallinha. Ambas são descritas "desde Angola, onde essas inditosas criaturas foram seduzidas e conduzidas para bordo do Restaurador" – navio em que se passa boa parte do texto – e Ribeiro frequentemente lembra que os dois grupos eram formados por pessoas de muitas belezas e qualidades, além de constituírem "famílias distintas" e de "grande honra"[723].

O "senhor de escravos" da história também é apresentado de maneira parecida com a introdução do Capitão. Um homem "sem consciência", "nem sabia, quer natural, quer filosófica, ou religiosamente, que teria um dia de prestar contas", "entendia em sua alma

---

[718] VIANNA, Pedro Ribeiro. A Família Escrava. *O Kosmos,* São Paulo-SP, Ano II, n. 22, p. 04, 16 mar. 1924.
[719] *Ibidem*.
[720] GAZETA da tarde, Rio de Janeiro, n .94, p. 02, 23 abr. 1884. Grifos meus.
[721] SILVA, *op. cit.*, p. 96-97.
[722] VIANNA, Pedro Ribeiro. A Família Escrava. *O Kosmos*, São Paulo-SP, Ano II, n. 29, p. 04, 21 dez. 1924.
[723] VIANNA, Pedro Ribeiro. A Família Escrava. *O Kosmos*, São Paulo-SP, Ano II, n. 26, p. 04, 20 set. 1924.

denegrida e infame, de se apossar daqueles entes" lhe fazia apenas um "desgraçado"[724]. Quando relata os escravizados, sempre procura demonstrar sua humanidade, afastando-os da compreensão de "objeto" ou "coisa": eram "obras perfeitas da criação divina, seria dotado de sublimes predicados" [725].

Em outro texto publicado no mesmo jornal, *O Kosmos*, Camilo Castello Branco trata do amor entre os familiares. É possível perceber as conexões entre o texto de Ribeiro Vianna, ao lado do de Branco, pois os princípios que permeavam esses periódicos, como vimos, apresentam-se de forma mais ampla no valor da família, que "resume o completo das virtudes, instintos que engrandecem o homem e lhe dão ao espírito esses maravilhosos atributos que a história do Cristianismo nos faz admirar"[726] .

Essas ideias, assim como outras, também são encontradas na obra *A Boa Severina*, de autoria de José de Nazareth. Conforme mencionado anteriormente, alguns autores sugerem que o texto poderia ser atribuído ao pseudônimo de Lino Guedes, relevante colaborador de diversos periódicos da imprensa negra, especialmente na cidade de São Paulo. No entanto, ao analisar a reportagem do mesmo veículo em que foi publicada – o *Getulino* –, em outubro de 1923, período em que o folhetim ainda era promovido, é possível inferir que a verdadeira autoria é de Lacerda Werneck. Naquele momento, esse "brilhante jornalista" é apresentado como o responsável pelo "folhetim que vem sendo publicado nesta folha" – a única publicação existente no período – e caracterizado como um "batalhador vigoroso, de extraordinário talento"[727]. Werneck era natural do Rio de Janeiro, filho de "L. P. de Lacerda Werneck", também considerado "jornalista e escritor". O filho colaborou em diversos periódicos, tanto cariocas quanto paulistas, no início do século XX, incluindo o *Diário de Campinas*, o *Getulino* e o *Comércio de Campinas*. Atuou também como redator-secretário do *Diário do Povo*[728].

O "belo romance de costumes nacionais, intitulado" *Boa Severina*, possuía ainda o sugestivo subtítulo "cenas do cativeiro". Trata-se de um trabalho "escrito em puríssimo estilo" e de um "valor indiscutível"[729]. Sua contribuição com os folhetins não se restringia a este texto, uma vez que havia a intenção de publicar outra narrativa, *O Herói Henrique Dias*, conforme afirmado pelo próprio jornal, apresentando uma história que "despertará, estamos certos, o mesmo interesse dos das cenas do cativeiro". No entanto, esse projeto não foi veiculado e,

---

[724] *Ibidem*.
[725] VIANNA, Pedro Ribeiro. A Família Escrava. *O Kosmos*, São Paulo-SP, Ano II, n. 27, p. 04, 19 out. 1924.
[726] BRANCO, Camillo Castello. O amor da família. *O Kosmos*. São Paulo-SP, n. 23, p. 01, 20 abr. 1924.
[727] MACHADO, José G. Lacerda Werneck. *Getulino*, Campinas-SP, n. 12, p. 02, 13 out. 1923.
[728] SILVA, *op. cit.*, p. 102.
[729] BRANCO, Camillo Castello. O amor da família. *O Kosmos*. São Paulo-SP, n. 23, p. 01, 20 abr. 1924..

possivelmente, nem sequer redigido[730]. Abrangendo quarenta e oito edições do *Getulino*, *A Boa Severina* relata, a partir de 1850, um eu-lírico que busca expor a escravidão em sua brutalidade e ferocidade, discutindo temas que permeiam a religiosidade, a elite política e a vida cotidiana de certos indivíduos escravizados[731].

O romance, veiculado entre agosto de 1923 e setembro de 1924, se passa quase inteiramente na "fazenda São Solano", onde cerca de quatrocentas pessoas escravizadas trabalhavam ao lado dos personagens da história em questão. O local era administrado pelo proprietário, João Manuel Solano, um "fidalgo da Casa Imperial e comendador da Ordem da Rosa". Solano teria, segundo o folhetim, assassinado uma escravizada, o que o teria impedido – ao tornar-se *persona non grata* pelo monarca – de receber o título de barão. Além dele, residiam na "Casa Grande" sua esposa "Margarida", uma mulher de "temperamento mau" e "instintos sanguinários", e "meia dúzia de filhos" que, para Nazareth, herdariam os "atributos" do pai e a "maldade materna"[732].

As menções à crueldade de Solano e Margarida não são sem propósito. Desde seu início, o texto é extremamente gráfico quanto aos castigos aos escravizados. Todos os dias, ao "prestarem contas" de seu trabalho, muitas vezes a "quantia estabelecida não era atingida" e, assim. começavam "martírios" intermináveis que, como destacado diversas vezes por Nazareth, eram *sempre* presenciados por ambos os donos com "grande alegria". Enquanto os escravizados ganhavam "o mísero pão com o suor do seu rosto, conforme o preceito bíblico", seus "senhores" "fugiam" à obrigação, ganhando "com o suor daqueles, o seu farto alimento".

Ao relatar o aniversário de Solano em meio ao fim da colheita – sendo realizada uma festa "profana" e outra "religiosa" –, Nazareth, na segunda parte do folhetim, já descreve uma dessas cenas cruéis, pois, ao não atingida a cota necessária, "ia começar o suplício". "O feitor, afeito aos misteres de algoz" começa a "surrar", "na presença do senhor", muitos escravizados. Uma das vítimas, uma mulher, grita: "Sinhô, me perdoe! Meu filho passou mal durante o dia e eu tive de parar um pouco para lhe dar de mamar". Essa era Maria Cassange – mesmo sobrenome do folhetim anterior —, mulher de cerca de quarenta anos que deu à fazenda "oito crias". Solano não só aprecia o suplício, como também pede que se aplique ainda mais "chibatadas"[733].

---

[730] O NOSSO folhetim. *Getulino,* Campinas-SP, n. 54, p.03, 28 set. 1924.
[731] REIS, *op. cit.,* 2017, p.169.
[732] *Ibidem*, p.169.
[733] NAZARETH, José de. A Boa Severina – Cenas do Cativeiro. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 03, p. 02, 12 ago. 1923.

Após o "castigo", mãe e filho foram "soluçantes" dormir, "num abraço terno", em meio à sujeira da senzala. Os convidados do proprietário da fazenda, enquanto isso, conversavam alegremente sobre a "necessidade da existência da escravidão e os benefícios que advinham dos rigorosos castigos corporais". Nem Solano, nem sua esposa, nem filhos ou convidados que presenciaram a "bárbara cena" se sensibilizaram. Apenas a "mucama", vinda com a família do Rio de Janeiro, chorou ao ver o horror, dizendo: "*na Corte, não há disso*"[734]. Esse trecho do texto de Werneck – Nazareth – é intrigante. Acreditava-se não haver, no Rio de Janeiro, tais castigos?

Seguindo a narração, as festas em comemoração ao "natalício" de Solano continuam e duas das principais personagens do folhetim surgem: o padre Marcondes e Severiana. O padre será, em toda a narrativa, uma espécie de voz do espanto, enquanto, ao mesmo tempo, explica alguns costumes do período (em torno de 1850) ao leitor. No caso de "Severiana" — também referida como "Severina" em outros momentos —, protagonista que acompanharemos com espanto ao longo de toda a história, trata-se de uma "descendente de um casal de negros da raça Mina" que, desde os 14 anos, atuava como "mucama" na casa dos senhores. Em sua entrada, Severina é repreendida pela demora e recebe, de "dona Margarida", diversos golpes na cabeça com uma colher de pau, causando uma "grande brecha" de onde começou a "jorrar sangue" imediatamente[735].

Ângelo, residente dos quilombos, chega à fazenda e três "capangas", descritos como "perigosos valentões", partem à sua busca. O autor sublinha que são todos "filhos de uma mesma pátria", uma vez que "falavam a mesma língua, tinham a mesma fé". Enquanto um dos capangas exercia a função de "Capitão do Mato" e "vivia do nefando ofício de prender escravos fugidos", Ângelo era uma "vítima do desacerto das leis". A relevância deste folhetim para a presente pesquisa reside na sua descrição do período escravista – especialmente no que tange à "corporeidade"[736] presente nesses relatos –, na presença dos quilombos e de seus membros, retratados na figura de Ângelo e outros, um "herói na defesa da liberdade".

Esse personagem, que fora "amputado da comunhão social", acaba por "gozar na selva, como a desfrutavam ali os seres inferiores da criação". Seus algozes, entretanto, são retratados por meio de uma personagem descrita como um "abjeto parasita, ávido de dinheiro ganho com

---

[734] *Ibidem*.
[735] *Ibidem*.
[735] *Ibidem*.
[736] ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Corporeidade. *In:* ARAÚJO, Valdei; CEZAR, Temístocles; MENESES, Sônia (Orgs.). *Pequeno vocabulário de teoria da história.* Rio de Janeiro: FGV Editora, 2026, p. 62-64.

a maior ignomínia". Ângelo confronta o carrasco, "célere como um raio", e consegue escapar. Após conquistar a vitória na batalha, o quilombola retorna à sua casa e se depara com "Pai Pedro" – o qual sempre que é mencionado como "pai", aparece entre aspas. Esse encontro gera igualmente um aspecto intrigante na narrativa, uma vez que, ao se referir a ele, o autor descreve-o como um "velho negro príncipe de uma das mais antigas estirpes africanas, rei na sua terra e escravo no Brasil"[737]. A declaração de uma figura real africana entre os escravizados neste lado do Atlântico também é rara na imprensa negra do início do século XX.

Não sustentamos, com isso, que o assunto não tenha sido abordado. Existem pesquisas acerca do caso do príncipe Obá II, combatente na Guerra do Paraguai, que se proclamava rei africano e alcançou significativa notoriedade ao atuar na "Pequena África" – situada na área do então Paço Imperial – durante metade do século XIX, incluindo a realização de encontros com D. Pedro II, que, conforme os mesmos estudos, era considerado um autêntico monarca[738]. Poucos indícios relevantes existem acerca dessa personagem, tampouco há evidências de sua conexão com a monarquia. Temos um entendimento mais aprofundado sobre a história de Chico Rei, um líder africano que chegou ao Brasil no século XVIII e obteve sua liberdade mediante a aquisição de cartas de alforria para si mesmo e para seu filho. Libertando outros homens e mulheres que estavam em situação de escravidão, Francisco constituiu uma comunidade e foi "aclamado como rei" em Vila Rica, Minas Gerais[739].

Ocorreram manifestações da comunidade negra, de livres e não livres, as quais, de diversas maneiras, também exaltavam a monarquia africana. O caso das "Congadas" – com a representação do Rei do Congo – envolvia a encenação das batalhas entre mouros e cristãos, nas quais o "Congo Rei" se transformava em chefe e soberano dos cristãos. De acordo com João José Reis, existia uma mentalidade monarquista que permeava o pensamento de certos indivíduos negros, ressignificando ideias africanas sobre esse tipo de regime. Segundo o autor, essa era, de fato, uma das razões para a notável popularidade de Pedro II entre os negros do Rio de Janeiro[740].

Nos referidos ao jornal *A Voz da Raça* (1933) e à Frente Negra Brasileira (FNB), uma das instituições responsáveis pela sua publicação, assim como a Arlindo da Veiga dos Santos,

---

[737] NAZARETH, José de. A Boa Severina – Cenas do Cativeiro. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 04, p. 02, 19 ago. 1923.
[738] SILVA, Eduardo. O Negro e a Conquista da Abolição, *Revista USP*, n. 58. São Paulo, CCS-USP, jun.-jul.-ago./2003, pp. 48-57. O mesmo também aparece nos estudos de Sidney Chalhoub e Lilia Moritz Schwarcz. CHALHOUB, 1990. SCHWARCZ, 1993.
[739] MOURA, 2004, p. 99.
[740] REIS, João José. Quilombos e Revoltas Escravas no Brasil. *Revista USP*, n. 28. São Paulo, CCS-USP, 1996, pp. 14-39.

um dos principais idealizadores dessa organização, observa-se uma significativa valorização, defesa e até mobilização política em prol do restabelecimento da monarquia[741]. Persistem questões relacionadas às cosmogonias das religiões de matriz africana, como o Candomblé e a Umbanda, que frequentemente associavam a monarquia às divindades, conforme exemplificado pelo caso do Rei Xangô[742].

Os monarcas são mencionados na imprensa negra do século XX, especificamente no periódico *O Menelick*, que faz referência ao imperador Menelick II da Etiópia, fundado em São Paulo, no ano de 1915, conforme discutido anteriormente[743]. Entretanto, na maior parte das referências ao continente, até o final da década de 1920, o africano e a África eram retratados como um povo e um lugar "atrasados". Essas "apropriações de ícones da monarquia e da aristocracia foram instrumentais simbólicos utilizados pelos negros para reatualizar antigos regimes políticos africanos", além de "elevar a autoestima e servir de sinais de distinção entre os próprios negros". A possível "invenção de uma nobreza bem específica", "uma nobreza negra", funcionava de modo semelhante às biografias, destacando exemplos de outros indivíduos negros, não necessariamente atrelados à história da escravidão[744].

Voltando às descrições do folhetim a respeito dos quilombos, estes eram organizados em torno de um "rancho", coberto com "folhas de palmito", e a maioria de seus habitantes é caracterizada como "crioulo", com exceção de "Pai Pedro". Enquanto os quilombolas degustavam o frango fornecido por Severina na primeira invasão à fazenda, a celebração ocorria na casa de Solano. Ali, entre os presentes, perceberam a ausência da ave destinada ao padre, e não tardou até que a responsabilidade fosse atribuída a Severina. O sacerdote, ou "ministro de Deus", não demonstrou clemência ao tomar conhecimento do desaparecimento e da suposta responsável. Severina foi cruelmente punida, em função da declaração do religioso que afirmou: "negra assim é um perigo dentro de casa, o seu lugar é no eito, sob os chicotes do feitor e dos capatazes" [745].

Além das descrições, a narrativa transita entre os escravizados da fazenda e o quilombo, não apenas com o intuito de evidenciar ambos os contextos, entre o "martírio" e a "liberdade", mas também para entrelaçar as duas histórias mais adiante. Solano e seus "capatazes" buscavam o quilombo de "Pai Pedro" há bastante tempo e, com o recente contato, intensificaram ainda

---

[741] MALATIAN, 1988.
[742] PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos Orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 242-292.
[743] O MENELIK. *O Menelik*, São Paulo-SP, Ano I, n. 01, p. 01, 17 out. 1915.
[744] SOARES, Reinaldo da Silva. Negra nobreza: reis, rainhas e a aristocracia no imaginário negro. *Revista USP*, São Paulo, n.69, p. 92-103, março/maio 2006.
[745] NAZARETH, José de. A Boa Severina – Cenas do Cativeiro. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 06, p. 02, 02 set. 1923.

mais a procura do agrupamento. Outro trecho despertou nosso interesse. Há um relato sobre os ritos religiosos negros que acontecem nos quilombos. Nos jornais dessa imprensa, raras referências são feitas às práticas religiosas dos escravizados, assim como às religiões de matriz africana ou àquelas tipicamente africanas. Embora existam denúncias de repressão ao "curandeirismo" ou a outras práticas, dificilmente são apresentadas informações detalhadas nessas reportagens.

A mais significativa, nesse sentido, aparece em *O Exemplo*, em 13 de novembro de 1902, quando um "ato de violência inqualificável", praticado pela polícia daquele estado contra "filhos de africanos" que "herdaram de seus pais costumes e crenças". Quando tocavam seus "atabaques" no interior de sua própria casa, a polícia "arrombou" a porta e efetuou a prisão, sob a alegação de que a prática se "tratava de feitiçaria". "Por acaso", um dos redatores da folha passava pela rua "Fernando Machado" e presenciou o desdém das autoridades, que obrigaram os moradores a tocar seus tambores enquanto afirmavam: "quanta gente boa para se meter o facão!"; "essa negrada quando não apanha tem as costas quentes!". Dado o ato da prisão, todos foram levados da casa, incluindo "crianças" de "no máximo 10 anos" que levaram, segundo o relato, "duas bordoadas de facão"[746].

Apenas um mês depois, surgiu outra acusação, desta vez menos detalhada. Houve uma nova "batida" policial, de igual proporção, em um local diferente. Desta vez, a ré era "D. Maria da Glória", uma figura amplamente reconhecida na área central de Porto Alegre, sendo acusada de prática de "curandeirismo". O *Jornal do Comércio* havia realizado a acusação das ações da referida senhora; entretanto, os jornalistas d'*O Exemplo*, ao reproduzirem a decisão que absolveu a acusação com fundamento em outro caso de 1899, afirmaram que, no Brasil, existia "liberdade" para tais práticas e que "as opiniões de que as aplicações de um curandeiro são prejudiciais à saúde" não eram o "bastante para que se os condene, porque em contrário a estas opiniões há outras que aceitam como realmente vantajosas as aplicações aludidas"[747].

Aparecendo, em outros casos, sob a insígnia de "liberdade profissional"[748], os "curandeiros" não poderiam ser diretamente ligados, como ocorre na primeira denúncia descrita, às práticas religiosas com vinculações africanas. Porém, em *O Exemplo*, estes "profissionais" são defendidos em uma série de reportagens. Longe dali, *A Voz da Raça,* já em 1933, tece uma aproximação entre os "curandeiros" e o parco tratamento médico direcionado aos negros escravizados. Em uma reportagem longa, destinada a narrar "O que foi a raça negra",

[746] BATIDA nojenta. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano 01, n. 06, p. 01, 13 nov. 1902.
[747] ALVEJANDO. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano 01, n. 08, p. 01-02, 02 dez. 1902.
[748] LIBERDADE profissional. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, Ano 02, n. 34, p. 01, 02 out. 1904.

Olímpio Moreira da Silva parte da escravidão para lembrar as "raras vezes" de "alegria", incluindo a "hora" em que os "negros" "reuniam-se no terreiro e começavam sua dança selvagem que lhes recordava a aringa africana", "indicando o tempo em que a liberdade triunfara em suas ideias" ao som do "caxambu", que lhes causava "delírio"[749].

O Caxambu ou Jongo é uma expressão afro-brasileira que reúne danças e ritos e foi registrado, em 2005, como patrimônio imaterial cultural brasileiro pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Há variações do nome dessas práticas relacionadas ao Jongo, denominação mais comum no Rio de Janeiro e no Sul do país. Inclui-se aí o próprio Rio Grande do Sul, onde *O Exemplo* era publicado. Sua existência data, pelo menos, do início do século XIX[750].

No folhetim, o feitor que reuniu os capatazes para invadir o quilombo de "Pai Pedro" preocupava-se com o líder quilombola, pois esse, além de ser "respeitado por todos os seus parceiros" era considerado o "maior feiticeiro destas terras". Apesar de não "acreditar" em "mandingas" e em "bruxa", havia "temor" com o "mestre em fazer 'cangerês'" e "encanto" com "rabo de tatu" e "bacalhau"[751]. Tanto a "mandinga" como o "cangerês" são conceitos ligados às religiões de matriz africana no Brasil, com suas devidas diferenças. Desde o século XIX, com o crescimento de negros livres e libertos, surgiram confrarias religiosas nas periferias de grandes cidades e em alguns ambientes rurais em que se cultuavam divindades africanas[752]. No caso da "mandinga", normalmente relacionada a amuletos utilizados por negros do Reino de Mali, a palavra tem origem árabe e foi utilizada originalmente para descrever o povo da região do Norte da África, do Saara e do Sahel, porém, ganhou uma conotação mais ligada à religiosidade no Brasil[753].

Posteriormente, Nazareth foca em uma artimanha engendrada por um "desconhecido" que chegou ao quilombo. Prometendo ao líder "Pai Pedro" negociar a "redenção" de alguns cativos, um "espanhol de nome Dom Braz de Aguirra", "natural de Málaga", levou os

---

[749] SILVA, Olímpio Moreira da. O que foi a Raça Negra. *A Voz da Raça*, São Paulo-SP, Ano I, n. 21, p. 04, 16 set. 1933.

[750] CABRAL, S. R.; FILIPE, A. P. Jongo/Caxambu como patrimônio imaterial cultural brasileiro. *Revista Campo da História*, [S. l.], v. 9, n. 2, p. e319, 2024. DOI: 10.55906/rcdhv9n2-036. Disponível em: https://ojs.campodahistoria.com.br/ojs/index.php/rcdh/article/view/319. Acesso em: 11 fev. 2026; LACERDA, N. F. Jongo, Cultura e Resistência Negra no Basil. *Revista Mosaico*, v. 15, n.23, 2023.

[751] NAZARETH, José de. A Boa Severina – Cenas do Cativeiro. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 07, p. 02, 09 set. 1923.

[752] NEGRÃO, Lísias Nogueira. Cultos Afro-Brasileiros e Fluxos Migratórios. *Travessia*, mai./ago. 1991, p. 12-18. Para uma compreensão mais abrangente: BASTDE, Roger. As Religiões Africanas no Brasil. *In: Os Problemas da Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. da USP, 1971.

[753] SANTOS, Vanicéia Silva. As bolsas de mandinga no espaço Atlântico: século XVIII. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), 2008.

quilombolas ao seu navio e, "fascinando-os os espíritos" com sua promessa, após longa viagem, vendeu-os como escravizados[754]. A fazenda seguia com seu cotidiano, pois, com o sequestro dos quilombolas, nada foi encontrado no assentamento na chegada dos homens de Solano. Entra na narrativa, então, outra personagem, na qual se materializa essa cotidiana e recorrente tortura do sistema escravista brasileiro. Marciano era – e isso é importante – um "escravo quase branco, daqueles que vinham das províncias do extremo norte". Por vezes, era comum que nascessem livres, de acordo com o folhetim, e depois fossem vendidos pelos seus "progenitores". Destaca-se que esse foi o caso de Luiz Gama, por exemplo. Marciano se sublevou e, segundo o texto, "desrespeitou" o capataz da fazenda que, "ao levantar o relho para o castigar, foi por ele agredido e vencido"[755].

O castigo, no dia posterior, veio com grande fome, sede, "martírio", pois o homem foi amarrado nu durante mais de 48 horas, sem comer ou dormir, sem receber água e, por fim, recebeu "centenas" de chicotadas. Centenas. Centenas de vezes, o braço do feitor fez o arco da miséria brasileira. Por mais de cem vezes, essa vergonha nacional foi exposta de maneira a não ser possível virar o rosto. Cada um de seus balbucios, cada mero numeral que parece insignificante à nossa mente, era uma parcela do açoite.

Ali, jazia, depois dessa contagem, o corpo de uma pessoa. Ali, o corpo jazia, "desde as costas até as nádegas, a verter copioso sangue, emanado das feridas feitas pelos chicotes". "Aos gritos desesperados da vítima de tamanha, *mas comum barbaridade*, as pombas despovoaram o pátio". Porém, enquanto "as meninas" que "brincavam num ângulo do pátio", com "os olhos a marejarem lágrimas, correram para o interior da casa", "os meninos, ridentes, aproximavam-se do lugar do suplício, parecendo pelos maneios de suas cabeças dizerem: — Eu também hei de ter escravos!". As crianças, a mulher, os homens, todos assistiram passivos, observando. Apenas o padre Marcondes parecia encarar o martírio inacabável de Marciano com pena[756].

Diante do homem agonizando, o padre lhe ofereceu a "extrema-unção", também conhecida como "Unção dos Enfermos", pedindo que "confesse seus pecados" e se "arrependa deles". Porém, "um silêncio solene se fez" até que "num esforço inaudito, retorcendo-se no derradeiro movimento", Marciano "abre desmesuradamente os olhos e, sorrindo o último sorriso", "exclama: — Padre! Vai-te! Eu sou filho de padre!" e, só então, Marciano cerrou seus

[754] NAZARETH, José de. A Boa Severina – Cenas do Cativeiro. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 10, p. 02, 30 set. 1923.
[755] NAZARETH, José de. A Boa Severina – Cenas do Cativeiro. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 11, p. 02, 11 out. 1923.
[756] NAZARETH, José de. A Boa Severina – Cenas do Cativeiro. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 12, p. 02, 13 out. 1923.

olhos para sempre. Foi esse o momento em que a compreensão do religioso sobre a escravidão teria mudado. Se antes defendeu e solicitou o castigo de Severina, após ser atormentado pela última frase do escravizado em agonia, apegou-se "às ideias abolicionistas"[757].

Neste momento, o texto parece responder, afastando-se da ficção, às possíveis críticas que sofreria. O "mal" engendrado na fazenda, não era, em si, criado por José de Nazareth. Essa "terrível prática" do assassínio, da tortura em meio à "instituição negra, que maculou a vida de todas as nações americanas", ocorreu no Brasil e nos "Estados Unidos da América", conforme o relato de "Buckingham" em visita àquele país – há citações no original em inglês – e poderia ser encontrada também nos "jornais de Washington". O autor lembra também que, entre 1830 e 1850, a "população escrava aumentou trinta por cento" no Brasil. Essa "prática vergonhosa" de açoite e violência não era "privativa do caráter dos nossos patrícios", mas sim um vício da "perversidade humana", "inerente à instituição que tanto mancha a nossa história pátria". Depois, descreve, com citações à documentação do período, a aprovação da lei de 4 de setembro de 1850, que "extinguira o tráfico de africanos", reproduzindo uma reportagem sobre a prisão de um "espanhol" chamado "Francisco Ruvirosa", em 10 de maio de 1853, detido com africanos escravizados ilegalmente destinados à venda[758].

A mudança do narrador da história ficcional para um eu-lírico mais parecido com um jornalista é extremamente abrupta. Todavia, o próprio Nazareth procura explicá-la:

> Intercalando aqui, notas, como esta, temos por objetivo único *provar ao leitor* que não nos *entregamos à fantasia, e sim só narramos o que é autêntico*. *Esses fatos, buscados em documentos oficiais* de tal cunho, bastam para, de vez, *convencer o leitor do quanto de sinceros somos na execução da tarefa que nos impusemos* de dizer o que de bárbaro, de aviltante, de degradante envolveu o negro manto que agasalhou a maldita instituição[759].

Ao invocar a expressão "nós" e, em seguida, o verbo "somos", a tarefa aparenta ser uma responsabilidade coletiva; contudo, não se observa a inclusão do leitor, enquanto o "dizer", que parece fictício, cede espaço aos "fatos" procurados em "documentos oficiais". Ao desorganizar a narrativa, não se pode assegurar com precisão se a sua totalidade, apresentada ao longo dos 15 capítulos – até o momento –, ou apenas as partes que mencionam a comercialização ilícita de homens negros livres como escravizados, foi, de fato, confirmada por documentos. O mais

---

[757] *Ibidem*.
[758] NAZARETH, José de. A Boa Severina – Cenas do Cativeiro. Getulino, Campinas-SP, Ano I, n. 13, p. 02, 21 out. 1923.
[759] NAZARETH, José de. A Boa Severina – Cenas do Cativeiro. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 14, p. 02, 28 out. 1923. Grifos meus.

evidente é que, entre o ficcional e esse "nós", ocorre uma ruptura que dá origem a uma outra narração ou narrativa, iniciando assim o desejo de contar a história de outra maneira.

Entretanto, não existe uma distinção nítida entre essas iniciativas do autor. O relato acerca da fazenda, do quilombo, de Solano, de Pai Pedro e, principalmente, de Severina, sucede à exposição de documentos relativos a fazendeiros das províncias de São Paulo e Rio de Janeiro, os quais traficavam ilegalmente indivíduos livres; além de outros "cúmplices" que introduziram de forma clandestina homens negros no município de "Bananais", registrando, inclusive, seus nomes completos[760].

Esse é o motivo primordial pelo qual nos pautamos nestes folhetins. Existe a proposta de elucidar um período que, em diversas circunstâncias, os intelectuais dessa imprensa negra, inclusive os do *Getulino*, julgavam, ainda na década de 1920, inadequadamente relatado. Ao mesmo tempo, buscava-se gerar veracidade em relação ao aspecto principal da narrativa: relatar as violências sofridas durante a escravidão de forma a cativar o leitor com seus personagens não apenas por meio da narrativa histórica, como se entendia no começo do século XX. O *ethos* da "verdade", do "fato" e a rejeição da "fantasia" permanecem. A verificabilidade também se faz presente, mesmo em um espaço reduzido frente a um relato tão extenso.

Ruan Reis, ao examinar os textos literários publicados na imprensa negra do início do século XX, percebe que muitos deles compartilhavam uma característica comum: reivindicavam "uma narrativa da História nacional que aponta a participação do negro como fundamental, destacando o papel do escravizado", além de uma disputa clara pela "agência" nessa história[761]. Em um escrito de José Luiz de Mesquita, no mesmo *Getulino*, destaca-se a relevância das obras literárias de figuras negras como José Carlos do Patrocínio e João da Cruz e Souza, desconsideradas por "espíritos retrógrados, mesquinhamente apaixonados", os quais as negavam por suas "nulidades em conhecimentos históricos", sustentando que "os negros são burros e sem capacidade intelectual". Tais ataques não poderiam "deter a marcha dos negros que de dia para dia, ganham maior terreno à luz da História e da Razão"[762]. Dessa forma, a divulgação desses textos também funcionava como um modelo e uma comprovação da produção intelectual desse segmento da população.

O mesmo escritor também lançou dois contos que não abordam o período da escravidão, situando-se em seu tempo atual. Conforme observado por Reis, as narrativas encerram-se com

---

[760] *Ibidem*.
[761] REIS, *op. cit.,* 2017, p. 85.
[762] MESQUITA, José Luiz de. Os negros e a literatura nacional. *Getulino*, Campinas-SP, Ano II, n. 64, p. 08, 20 dez. 1924.

uma "lição moral", elemento que compõe a tarefa desses intelectuais de oferecer uma educação ética voltada para um comportamento julgado "educado" na época, o que poderia contribuir para a inserção na sociedade[763]. Mais relevante do que a narrativa em si, em nosso contexto, podemos perceber a outra intervenção do autor, ao indicar os "fatos" em contraste com as não-fantasias.

Voltam as intervenções de Nazareth. A "crueldade dos senhores de escravos"[764] não se restringia ao interior, como apontou a personagem "mucama" que, ao ver o "suplício" de um escravizado, exclamou que na "Corte não há isso"[765]. No "Rio de Janeiro", essa "barbaridade" era igualmente "horripilante". Para o autor, o Brasil era o único local, e mais especificamente, o único povo "civilizado" "moderno", que se "excedeu na prática de atos verdadeiramente selvagens" como esses. Sendo um país "essencialmente católico", não deveria ser possível que a "Sua Majestade Fidelíssima", título outorgado pela "Santa Sé", autorizasse tais crueldades. O povo "roubado na África" "era transportado para o Brasil em estado de absoluta nudez, desprovido de todo o conforto higiênico" nos porões "infectos" e em terrível "promiscuidade". É comum, em alguns dos relatos sobre a escravidão, nesses jornais da imprensa negra, que a questão sexual apareça[766].

Pela primeira vez, um outro autor é apresentado para embasar as afirmações de Nazareth. De acordo com o que relata Mello de Moraes, mencionado entre aspas, tropas e mais tropas de marinheiros e praças chegavam com os escravizados acorrentados aos "armazéns do Valongo". O porto, que recebeu o maior número de escravizados em todo o mundo, situado no Rio de Janeiro, destaca-se como núcleo das situações que avultavam os "nossos sentimentos" e "nossos costumes". Ademais, há descrições de homens "famintos" e "cobertos de feridas", "esqueletos sentados ou de cócoras" naquele cais. Em uma nova cena, no mesmo ambiente, descreve-se um "pretendente que revistava o corpo e os dentes de uma pobre escrava", enquanto outro "exigente" forçava um homem negro a "dançar" para "assegurar-se de sua destreza". Nazareth afirma: "essas cenas degradantes não eram, entretanto, tudo!". Como uma "carga bruta", desde as "costas de Moçambique", homens, mulheres e crianças eram transportados,

[763] REIS, *op. cit.,* 2017, p. 92.
[764] NAZARETH, José de. A Boa Severina – Cenas do Cativeiro. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 21, p. 02, 16 dez. 1923.
[765] NAZARETH, José de. A Boa Severina – Cenas do Cativeiro. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 03, p. 02, 12 ago. 1923.
[766] NAZARETH, José de. A Boa Severina – Cenas do Cativeiro. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 21, p. 02, 16 dez. 1923.

respirando “somente o ar oxigenado” dos porões das embarcações, recebendo alimentação escassa e “atirada” pelas “escotilhas” enquanto iam “definhando”[767].

Ao se considerar, desta vez, o jornal *O Diário Fluminense*, “cuja publicação existe em exemplares nas bibliotecas, em seu número de 16 de fevereiro de 1826”, observa-se que, consta um anúncio referente a mais uma edição da “Atalaia da Liberdade”, contendo a narração de um “bárbaro acontecimento”. Trinta e seis pessoas escravizadas tornaram-se “cegas” durante a “travessia marítima”. O “mal” mais recorrente que afetava os negros era, de acordo com Nazareth, a “cegueira”. Ainda que houvesse, logo à frente do porto, “instituições de beneficência”, incluindo a própria Santa Luzia, venerada como padroeira dos cegos – que exibia símbolos de fé e “fachadas” onde se podiam observar, “esculpidas por mãos de mestre”, as “armas cristãs”, como a “cruz”, a “âncora” e o “coração” –, não se encontrava “Esperança”, nem “Fé”, nem “Caridade” em relação aos escravizados.

Neste trecho, a prosa recupera um estilo literário ao descrever o “pôr do sol”, a “luz meridiana, no amplo campo aberto do mar”, ou a “luz do farol”, que “vai se apagando” em meio às “trevas” que se dissipam e “antecedem a majestosa aurora”, todo o horror associado ao “sacrifício humano”[768]. Neste cenário, que aparenta ser peculiar, o grotesco se configura de forma igualmente poética. Alertada a insensatez desses trinta e seis indivíduos:

> [...] quatro grumetes desabusados, quatro moços robustos, avançam com cordas nas mãos e, com maldosa perícia de algoz, um deles joga ao pescoço da primeira vítima a laçada mortal, enquanto outro ata à extremidade da corda um pesado pedaço de ferro velho e os outros dois erguendo o corpo do negro cedo, o atiram à água, que se abre para receber em sua voragem o objeto do inaudito crime: Morre o primeiro cego![769]

É provável que o leitor tenha notado a nossa intenção de, sempre que viável, articular as citações à nossa produção textual. Isso acontece, primeiramente, por ser a forma mais adequada que encontramos para relatar numerosas fontes. De fato, o presente autor não se considera hábil para realizar a escrita de outro modo. Entretanto, existem situações em que tal método torna-se impossível. É imprescindível examinar o texto com a devida atenção, assim como acontece com outros textos que buscamos referir parcialmente, porém, sem o uso de aspas. Trata-se de opções narrativas que, nesta situação, acreditamos serem necessárias.

---

[767] *Ibidem*.
[768] NAZARETH, José de. A Boa Severina – Cenas do Cativeiro. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 22, p. 02, 23 dez. 1923.
[769] *Ibidem*.

O "ato selvagem" narrado acima, esse flagelo absurdo, à luz do dia, na frente de muitas testemunhas, repete-se trinta e seis vezes, "à sombra do Pão de Açúcar", nas "águas poéticas da mais bela baía do mundo, iluminada por um sol sem igual"[770].

> Sem ver o que se ia dando com seus parceiros, sem atinar com a razão dos curtos gemidos que iam soltando ao ser estrangulados, os infelizes que aguardavam inconscientemente a hora fatal, inebriados pelo prazer de respirarem o ar tonificante, bendiziam esse momento, em que se viam libertados da masmorra, onde haviam perdido a vista[771].

O número seguinte, em que esse trecho prossegue, encontra-se mutilado, perdendo-se a parte adicional na qual outra citação de Mello de Moraes aparece. Então, Nazareth retorna. O autor contesta o "direito" de lançar homens vulneráveis e sem defesa ao mar, um direito "dado no Brasil aos negociantes de escravos". E isso não é tudo. Esse "bárbaro massacre" ocorria ante os "olhos dos milhares de espectadores", como no "Circo de Roma". Nem mesmo o Coliseu seria comparável. Havia certa dignidade no sacrifício de inocentes naquela civilização. Q O autor questiona novamente: "Que história outra, que não a nossa, consigna fato de tal jaez"? "Nenhuma!", responde. Mesmo os "cachorros vadios pegados nas praças públicas" não eram, em seus dias, afogados como antes. Porém, quando o "pobre escravo" não era um hábil "homem-máquina", não existia o reconhecimento do direito à vida e "nenhuma voz se levantava em prol do cativo, posto fora da humanidade". Nem mesmo a "Coroa"[772].

Sejam oriundos do "Estado" ou "particulares", "a Coroa possuía escravos". Não existia "magnificência imperial" aos negros. A declaração é acompanhada por outro documento: o "decreto de 18 de abril de 1829". A legislação estabelecia que "tem sido muito repetidos os homicídios praticados por escravos em seus próprios senhores", possivelmente, devido à "falta de pronta punição". Os "delitos de tão grave natureza", que podem, inclusive, "ameaçar a segurança pública", jamais poderiam ser perdoados, sendo ordenado, então, que "todas as sentenças proferidas contra escravos por morte feita em seus senhores, sejam logo executadas". O texto de Nazareth contém uma assinatura: "Lúcio Soares Teixeira de Gouvêa". Neste decreto, para o autor do folhetim – o qual, no contexto, aparenta se transformar em um outro gênero textual –, fica claro que não se admitiam possíveis erros judiciais, realizando e aplicando

---

[770] *Ibidem*.
[771] *Ibidem*.
[772] NAZARETH, José de. A Boa Severina – Cenas do Cativeiro. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 23, p. 02, 30 dez. 1923.

julgamento e sentença, o que demonstra que o "poder moderador não valia para o elemento servil"[773].

Ilustrando a maneira como esse decreto atuava, o autor cita um "acontecimento narrado pelo dr. Hermeto Lima", na obra "Rio de Janeiro 1821"[774]. No dia "17 de fevereiro de 1837, no largo S. Domingos", ocorreu o enforcamento de um "preto cego", "Domingos Moçambique", acusado de ser autor da morte de um caixeiro. O jornal informa que, alguns dias após a condenação, um outro indivíduo confessou a responsabilidade pelo crime, absolvendo assim o homem que havia sido sentenciado e falecido com honras de "grande bandido". Nazareth afirma: "A crueldade dos senhores era resultante das barbaridades das leis"[775].

As intervenções descritivas, que, ao incluir documentos, autores e datas, visavam à verificabilidade, frequentemente estabeleciam uma relação com o conteúdo da narrativa principal. Por exemplo, reavaliava-se essa legislação quando um indivíduo escravizado era condenado pelo mesmo delito, sendo inocente. Entretanto, as alterações entre a narrativa fictícia e as histórias jornalísticas, aludindo ao passado por meio de evidências e adotando uma persona distinta, superam os temas do folhetim. Em ocasiões distintas, elas abrangem mais trechos de *A Boa Severina* que se desenrolam em um período diferente na narrativa, apresentando personagens que, nesse estágio, não estão no foco central da história, embora ainda façam retorno posteriormente. Após recordar que a "Coroa" não intervinha em favor dos escravizados, obstruindo inclusive a defesa ou admissão de erro na condenação, vem o "clero" – que pode ser relacionado ao Padre Marcondes – que "pregava aos escravos absoluta obediência aos senhores", mas a esses últimos, não lembrava nem o "exercício da Caridade" nem o "direito à vida", como deveria ser diante da "letra canônica" da religião[776].

Para abordar a severa "forma de se capturar um negro fugido", "naqueles tempos"[777], imediatamente após a menção ao decreto e a Hermeto Lima, faz-se referência, então, a Machado

---

[773] *Ibidem*. O texto original do decreto – citado corretamente, mas com um erro na data, na verdade 11 de abril e não 18, pode ser verificado em: COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL – 1829. Vol. 1, parte II, p. 263.
[774] A obra em questão trata-se, na verdade, de uma coleção de quatro volumes, escrita por Mello Barreto Filho e o próprio Hermeto Lima, publicada, posteriormente, entre 1939 e 1943. Não podemos afirmar com certeza qual é a obra de Hermeto Lima citada, publicada antes de 1924. Pode tratar-se de *O Suicídio no Rio de Janeiro*, de 1913; ou – é bem mais provável – os estudos de Lima sobre a Dactiloscopia, publicados no *Boletim Policial*, em junho de 1907: LIMA, Hermeto. *O suicídio no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1913; LIMA, Hermeto. A identidade do homem pela Imprensa Digital (Dactyloscopia). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908. Mas, o texto está presente em: BARRETO FILHO, Melo; LIMA, Hermeto. *História da Polícia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: A Noite, Volume II, 1940.
[775] NAZARETH, José de. A Boa Severina – Cenas do Cativeiro. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 23, p. 02, 30 dez. 1923.
[776] NAZARETH, José de. A Boa Severina – Cenas do Cativeiro. *Getulino*, Campinas-SP, Ano II, n. 24, p. 02, 06 jan. 1924.
[777] *Ibidem*.

de Assis, em seu relato "Pai contra Mãe"[778]. Dali extrai-se – assim como anteriormente demonstrado com documentos, descrições acerca da capital do Brasil e outros textos, sem distinguir ficção de uma suposta veracidade – as agruras de uma mulher escravizada que dá à luz ao natimorto, "fruto" das insuportáveis torturas que a mãe sofreu durante sua fuga e captura. O autor então retorna, desta vez, com a citação de "Van Boelen", mencionada pelo "Dr.". H. J. do Carmo Netto, abordando o "castigo infringido nas fazendas aos escravos"[779].

O primeiro, provavelmente, trata-se de Jacobus van Boelen e sua obra "Viagens nas Costas Oriental e Ocidental da América do Sul", publicada em 1835 – em alemão –, sobre as paragens e andanças, realizadas entre os anos de 1826 e 1829, a bordo de um navio mercante chamado "Wilhelmina e Maria"[780]. No texto, são abordadas as expedições do autor, incluindo uma estadia de sete semanas no Rio de Janeiro, além de relatos sobre o conflito entre o Brasil e as províncias do Rio da Prata. Antes de chamar o viajante por intermédio de Carmo Netto, Nazareth, mais uma vez, reitera a severidade das sanções nos "sertões" e no Rio de Janeiro, onde essas práticas, caracterizadas por suas "cenas bárbaras", também "triunfavam", "expondo-nos ao menosprezo dos estrangeiros que visitavam o nosso país, observando nossos hábitos"[781].

É relevante ressaltar que, conforme sugere o texto, há o desejo pela elaboração de uma memória, uma narrativa que busca se estender aos outros. Nesse contexto, a relevância do subtítulo é superior à de seu predecessor: "aos meus netos"; enquanto, em outra coluna, o mesmo autor assina um texto com o subtítulo de "contos e fábulas", no qual não há intervenções como as relatadas anteriormente.

O próximo a integrar o mosaico criado em *Boa Severina* e garantir verificabilidade é José Clemente Pereira que, "na qualidade de Intendente de Polícia da Corte", em 17 de setembro de 1828, decretou um ato para que os "senhores" providenciassem vestimentas para seus escravizados, os quais "andavam inteiramente nus pelas ruas do Valongo, o que constitui um escândalo público". Em outro "ato oficial", datado de dezembro de 1832, Aureliano de Souza Oliveira Coutinho, à frente do texto do jornal, noticiou ao "Juiz de Crime" de "São José" sobre um delito cometido por uma mulher que "martirizava uma escrava sua, ainda jovem", em razão

---

[778] O conto de Machado de Assis foi originalmente publicado em uma coletânea chamada "Relíquias da Casa Velha", em 1906. Não encontramos a primeira versão do conto, porém, mantém-se o texto original na publicação de 2007. ASSIS, Machado de. *50 contos/ Machado de Assis*; seleção, introdução e notas John Gledson. – São Paulo: Companhia das letras, 2007.

[779] NAZARETH, José de. A Boa Severina – Cenas do Cativeiro. *Getulino*, Campinas-SP, Ano II, n. 24, p. 02, 06 jan. 1924.

[780] BOELEN, Jacobus van. Reize naar de Oost-en Westkust van Zuid-Amerika en, van daar, naar de Sandwichsen Philippilnsche Eilanden, China enz. gedaan, in de jaren 1826, 1827, 1828 en 1829, met het koopvaarkijschip Wilhelmina en Maria, door J. Boelen, Joh. Zoon. (Volume 1). Amsterdan: Tem Brink & De Vries. 1835.

[781] *Ibidem*.

de a cativa ter "se deixado seduzir por um amante daquela". A "senhora" não foi mencionada, o que, segundo o autor, constituía algo desnecessário, pois seria facilmente dedutível[782].

Os "atos que nos envergonhavam" diante de todo o "mundo civilizado" eram divulgados pela imprensa. Após a publicação de um anúncio em um periódico a respeito de um "prêmio" destinado àquele que localizasse um escravizado, a igreja respondeu, mesmo em um "país cuja religião oficial era a católica, apostólica, romana", que "não se reconhecia a alma do escravo", tratando-o, assim, perante todos, como um "animal". Reafirma-se, igualmente, que "toda a nossa narrativa se restringe aos fatos que aconteceram na Corte", os quais ocorriam em todo o território nacional[783].

José de Nazareth não se limitava a ser um autor de literatura. Havia, de maneira clara, a intenção de defender e explicar a "verdade". Convoca-se novamente Mello Morais, em sua obra "O Brasil Social e Político", a qual relata como as "escravas menores" eram adquiridas entre os "10 e 12 anos" para serem entregues "à perdição" e "à imunda exploração" de seus senhores. Mencionando, inclusive, a página 72 "da obra referida", a "desmoralização" era evidente. Certamente, este é um instante do folhetim em que se nota que até mesmo o próprio autor se contém – da mesma forma que retivemos a respiração na sua leitura inaugural. Não existem relatos sobre as situações enfrentadas pelas *crianças* citadas. Neste trecho, foi possível identificar com maior clareza a obra mencionada e o autor. A obra de Alexandre José de Mello, publicada em 1872, apresenta um subtítulo emblemático: "ou o que fomos e o que somos"[784].

Ao recordar como a Lei do Ventre Livre não foi "plenamente observada", Nazareth considera que apenas a Lei Áurea teve impacto nos "alicerces do trono brasileiro". Em um espírito de reverência, igualmente descreve que, embora a abolição tenha ocorrido somente em 1888, "Pedro II" — dispensando o "Dom" — era "grande patriota, o salto monarca, com o seu magnânimo coração cheio de virtudes cristãs, fosse infenso à negra instituição", que "tanto ofuscou a história pátria na época de nossa formação, nada podia [ele] fazer"[785].

Dessa forma, com toda essa oposição à escravidão – e "compreendendo os desejos e anseios de seus vassalos" –, a responsabilidade foi transferida ao "legislativo". É bastante

---

[782] NAZARETH, José de. A Boa Severina – Cenas do Cativeiro. *Getulino*, Campinas-SP, Ano II, n. 24, p. 02, 06 jan. 1924.
[783] NAZARETH, José de. A Boa Severina – Cenas do Cativeiro. *Getulino*, Campinas-SP, Ano II, n. 25, p. 02, 13 jan. 1924.
[784] *Ibidem*. A obra citada é: MORAES, Alexandre José de Mello. *O Brasil Social e Político* ou o que fomos e o que somos. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & Cia, 1872. Para saber mais sobre o autor e suas obras: JESUS, Simoneide Correia de. *Mello de Moraes e o modelo de escrita científica e historiográfica do Brasil Império*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, 2016.
[785] *Ibidem*.

complicado e extremamente desafiador determinar se toda essa reverência era irônica. A leitura preliminar sugere uma certa reverência ao monarca, mas, em seguida, seu "grande valor" é reiterado. Entre as "assaz minuciosas disposições" da legislação proposta em 1871, destinada à abolição da escravidão, consta a seguinte cláusula: "Fica proibido demorar-se negro algum nos quartos de S. M. I.", "devendo cada um entrar e sair somente nas ocasiões indispensáveis". O mesmo "monarca" foi, conforme este trecho, "quem ensinou aos seus súditos a verdadeira democracia, quando teve, num baile" no Paço, "aquele gesto nobilíssimo e que se tornou assaz conhecido".

O autor refere-se ao baile amplamente reconhecido no qual "as notas sonoras de uma valsa" embalaram um "grande homem, descendente próximo de africanos", um escritor "notável" e "jurisconsulto de renome", que "ofereceu o braço a uma dama", a qual, por ser branca, recusou-se a unir-se "ao preto" na dança. Nesse momento, o imperador teria levado sua filha e solicitado que ela dançasse com o homem. Isabel e André Rebouças dançavam para a história[786].

As práticas e normas da escrita sobre o passado, identificadas no folhetim *A Boa Severina,* precisam ser melhor detalhadas. Aqui, a corporeidade aparenta estar em consonância com a caracterização apresentada por Durval Muniz de Albuquerque na obra "Pequeno vocabulário de teoria da história". O "estado ou uma condição vivenciada pelos seres humanos" não se refere às "carnes" ou à carnalidade em si, mas à busca de uma identidade que se estabelece por meio de normas, disciplinas, regras, valores, ideias e códigos que determinam cada sociedade, em um dado tempo e espaço, resultando em um "corpo construído". A condição de ser "negro", ser "escravo" ou ser um homem ou mulher submetido aos castigos corporais desse sistema que, no Brasil, sustentou-se por mais de três séculos, não era plenamente compreendida pelos leitores de 1923 apenas por meio da descrição física. Sendo assim, faz-se necessário recorrer a uma abordagem ontológica, a qual concebe um "corpo fabricado", definido também por esses sofrimentos, os quais podem se tornar incompreensíveis[787].

Conforme afirma Saidiya Hartman, a "violência fundadora" da escravidão, quando reinterpretada e traduzida para o texto, visa transcender os relatos que, em grande parte, representavam apenas um "encontro com o poder", como aqueles encontrados em jornais. Embora não seja viável "provar sua língua", conforme a concepção de Michel Foucault – em

---

[786] *Ibidem*.
[787] HARTMAN, Saidiya. *Cenas da sujeição*: terror, escravidão e criação de si na América do século 19. São Paulo: Editora Fósforo, 2025, p. 73.

sua obra Vidas Infames[788] –, uma vez que não se trata de descrições da própria vítima, é evidente o anseio de "dar voz" e de, por meio dos relatos de açoites, feridas e mortes, tocar a sensibilidade do leitor. A prática mencionada, presente em ambos os folhetins, não se desvia do "arquivo da escravidão", no qual reside a violência primordial abordada por Hartman. Busca-se "imaginar" as violências e a própria impossibilidade de transformar essas personagens em "sujeitos"[789].

As narrativas presentes na imprensa negra não estão isentas das críticas que Hatman direciona ao relato de Frederick Douglass, sobre o padecimento de sua tia Hester, em sua obra biográfica[790].

> [...] a facilidade com a qual tais cenas são comumente reiteradas, a casualidade com a qual elas circulam, e as consequências dessa exibição rotineira do corpo assolado do escravo. Ao invés de incitar a indignação, muitas vezes elas nos isolam da dor em virtude de sua familiaridade – o caráter reiterativo ou restaurado desses relatos e a nossa distância deles são sinalizados pela linguagem teatral frequentemente utilizada para descrever esses casos – e especialmente porque eles reforçam o caráter espetacular do sofrimento preto. O que me interessa são as maneiras pelas quais somos chamadas a participar de tais cenas [...] está em jogo aqui a precariedade da empatia e a linha imprecisa entre testemunha e espectador[791].

José de Nazareth adverte aos leitores, desde o início de seu texto, que pretende não só narrar *o que viu*, mas também dar um panorama sobre a escravidão no país:

> Basta que o leitor saiba que quanto formar a narrativa, é autêntico, é verídico, pois como impressos numa chapa fotográfica, se conservam os passados fatos, nitidamente, *na retina de quem os descreve,* para que se compreenda, em toda a sua extensão, o que foi o cativeiro no Brasil.
>
> Não nos balançamos a fazer uma pesquisa histórica sobre em que povo deva recair a culpabilidade da nefanda "instituição"; para nós, pouco importa saber se foram os ingleses, ou não os exploradores dessa torpe "indústria" nos seus primitivos dias de existência. O que queremos é narrar, provar, porém, que em 1850, isto é, quase meio século antes da abolição da escravidão, como em 1888, exercia-se, no Brasil, a mais cruel e ignominiosa prática de inominável barbaridade[792].

A problemática de relatar tais violências, que nem sempre se relacionam à intenção de representar a realidade, mas que podem provocar sensibilização, ou, como prefere Hartman, "isolar" o espectador (ou leitor) das aflições apresentadas, não constitui nossa principal preocupação, apesar de incluir os argumentos da autora. José de Nazareth ou Werneck,

---

[788] FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. *In: Estratégia, poder-saber*. *Ditos e Escritos IV*. Tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 2007.
[789] HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. *Revista Eco-Pós*, v. 23, n. 03, 2020, p. 12-33.
[790] DOUGLASS, Frederick. *Narrativa da vida de Frederick Douglass:* e outros textos. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
[791] HARTMAN, *op. cit.,* 2025, p. 04.
[792] NAZARETH, José de. A Boa Severina – Cenas do Cativeiro. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 02, p. 02, 05 ago. 1923. Grifo meu.

apresenta-nos a narrativa de Severina e Laurindo, sendo aquela a protagonista, com o texto percorrendo sua juventude até o momento de seu falecimento, com minuciosidade nos diferentes núcleos de personagens. Isso nos leva a inferir que se trata de uma ficção baseada nas vivências que Werneck testemunhou.

As letras que representam o pai do autor, "L. P. Lacerda Werneck", podem referir-se a Luiz Peixoto Lacerda Werneck (1824-1885), o qual, por sua vez, era filho de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck (1795-1861) – 2º Barão de Paty do Alferes. Ambos pertenciam à alta aristocracia rural do Vale do Paraíba, na região fluminense. Proprietários de terras, escravizados e ocupantes de cargos públicos nas áreas militar e política, a família Lacerda Werneck possibilitaria a José de Nazareth um relacionamento direto com a escravidão[793]. Francisco Peixoto de Lacerda Werneck publicou uma variedade de obras acerca do escravismo rural durante o Brasil Imperial, posteriormente compiladas por Greenhalgh Faria Braga[794].

O filho mais velho de Francisco, Luís Peixoto de Lacerda Werneck, também se dedicou à escrita de obras históricas, destacando-se especialmente sua obra que aborda a transição para o trabalho livre e a importação de imigrantes europeus para a agricultura nacional[795]. Dado que Luiz teve oito filhos e que não há referência ao nome completo do autor no jornal *Getulino* – além da dificuldade em se localizar sua ligação com a fundação da "revista Luneta" e sua atuação como secretário do Diário do Povo, ambos mencionados no texto de José Machado sobre o autor do folhetim –, não é possível afirmar com precisão se o autor em questão é André Peixoto Lacerda Werneck ou um de seus descendentes[796]. Nesse caso, pode-se apenas conjecturar.

O que parece certo é a pretensão de dizer-se testemunha, inserir-se naquele período para dar verificabilidade e pactuar veracidade em relação ao leitor. Mas, observemos os autores citados. Após a alusão indireta ao texto de Friedrich von Martius, a qual será relatada mais adiante, com o intuito de evidenciar que a crueldade não se restringia apenas aos "escravos", mas que "os donatários" igualmente manifestavam tendências ao "despotismo", detendo "em suas rudes mãos todos os poderes", o "monarca" – referindo-se a "D. João III – dava-lhes o

---

[793] SLENES, Robert. Grandeza ou decadência? O Mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888. In COSTA, Iraci del Nero da. *História econômica e demográfica*. São Paulo: IPE/USP, 1986; CASTRO, Hebe M. Mattos de. Laços de família e direitos no final da escravidão. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.) e ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). *História da Vida Privada no Brasil:* Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 359-360.

[794] WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. *Memória sobre a fundação de uma Fazenda na Província do Rio de* Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1985. BRAGA, Greenhalgh H. Faria. De Vassouras: História, Fatos, Gente. RJ: Ultra Set. 1978.

[795] WERNECK, Luís Peixoto de Lacerda. *Ideias sobre colonização, precedidas de uma sucinta exposição dos princípios gerais que regem a população*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1865.

[796] MACHADO, *op. cit.*, 1923.

impulso para “impor a pena de morte”, “a peões, escravos e índios” por meio da “Carta Régia de 28 de setembro de 1532”. Nazareth não deixa de retornar às “desumanidades” da escravidão por meio do texto de Rodrigo Octávio, em “Festas Nacionais”[797].

Naquele período, comercializavam-se homens e mulheres “não por cabeça, mas por tonelada nos porões dos navios, como verdadeira mercadoria”. O mesmo Octávio também é mencionado no contexto dos Jesuítas, e, em seguida, Handelmann retorna para recordar o “Padre Antônio Vieira” e sua “ação abolicionista”. O próximo a ser mencionado, Robert Southey[798], aborda a “velhice” de Antônio Vieira e sua experiência de convivência, enquanto “prisioneiro em Belém”, com uma única “escrava”. O mesmo se aplica a Joaquim da Silva Rocha e sua obra “História da Colonização do Brasil”[799], na qual discorre sobre a escravizada que, mesmo sob ameaças, permaneceu resoluta ao lado do jesuíta[800].

Uma razão adicional para abordar detalhadamente o folhetim *A Boa Severina* é que, ao contrário do que observávamos em *O Homem*, publicado em Recife, e até mesmo em *O Exemplo*, no final do século XIX, essas obras não constituíam unicamente documentos integrados à narrativa. Constata-se que, desde 1920, pelo menos, houve um notável aumento do número de autores citados com o propósito de indicar e referenciar o passado mencionado. Não é possível determinar se houve crescimento no acesso às referidas obras, uma vez que existe um intervalo temporal significativo entre os livros evocados: *História do Brasil*, de Southey, 1862; Rodrigo Otávio, lançado em 1893; os escritos de Hermeto Lima, que datam provavelmente do início do século XX[801]; e, por fim, soma-se a isso o estudo de Joaquim da Silva Rocha, de 1918.

Pode-se afirmar que os letrados em torno das prensas de *Getulino* mencionaram mais autores consagrados da historiografia nacional, o que também acontece com *O Clarim d’Alvorada* e *A Voz da Raça*, assim como em *O Exemplo*, ao longo do princípio do século XX. De certo modo, essa prática é parte da exigência da atividade jornalística de remeter ao passado, revisitando eventos para assegurar credibilidade, verificabilidade e contextualização de seus argumentos. O que essa discrepância parece indicar é que não havia estudos disponíveis ou acessíveis sobre a história do negro no Brasil antes dessa segunda década do século XX. O

[797] A obra citada é: OTAVIO, Rodrigo. *Festas Nacionais*. Rio de Janeiro: Briguiet, 1893.
[798] SOUTHEY, Robert. *História do Brazil*. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1862.
[799] ROCHA, Joaquim da Silva (Org.). *História da Colonização do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918.
[800] NAZARETH, José de. A Boa Severina – Cenas do Cativeiro. *Getulino*, Campinas-SP, Ano III, n. 02, p. 26, 20 jan. 1924.
[801] LIMA, Hermeto. *A identidade do homem pela Imprensa Digital (Dactyloscopia)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

mesmo indício também aponta para a possibilidade de haver obras sobre esse passado, mas que não estavam em conformidade com os objetivos dos autores da imprensa negra. Assim, a dependência recaía mais diretamente sobre documentos e fontes do que sobre pesquisas nas áreas de antropologia, literatura e história, ao longo do oitocentos.

Citações explícitas e que apresentavam referências – ainda que incompletas, mas que estivessem bastante alinhadas com o formato utilizado na *Revista do IHGB*, incluindo o nome do autor, o título da obra e, ocasionalmente, os números das páginas – constituíam uma ferramenta de persuasão, autoridade e convencimento em relação aos passados abordados. Tratava-se de um acordo com o leitor, buscando a afirmação de verdade em um texto fictício que procurava descrever e narrar um passado autêntico e, conforme ressalta o próprio José de Nazareth, que não provinha da "fantasia".

Após narrar o importante evento e a dança entre Isabel e Rebouças, a demografia nacional passa a ser o foco central em *Boa Severina*. Apresenta-se uma análise de "Handelmann", constante na obra "História do Brasil, p. 130", a qual faz referência à predominância da população negra em Salvador durante a época em que esta cidade ainda exercia a função de Capital do Brasil. A questão examinada consiste em "comprovar" que "um dos elementos étnicos que predominou na constituição de nossa raça" foi, "*incontestavelmente*, o negro" [802]. Em 1560, a população do centro político da colônia sobressaísse com uma maioria negra, em 1798, "a população do Brasil apresentava 1.500.000 negros em comparação a 800.000 brancos", conforme "Maciel da Costa" em "Memória sobre o tráfico", publicada em 1821[803]. Diante desses "dados estatísticos", "o estrangeiro audacioso para, como sempre acontece, nos deprimir, diz, *pejorativamente*, *que somos um país de pretos*!". "Que o sejamos!"[804].

Ao parafrasear e reinterpretar as palavras de Carl Friedrich von Martius, autor do artigo *Como se deve escrever a história do Brasil*, dissertação agraciada com o prêmio do concurso promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1840[805], o autor insere uma espécie de aderência ao argumento do "Que o sejamos!" (uma nação de "pretos") em relação

---

[802] *Ibidem.* Grifo meu. A obra é de Heinrich Gottfried Handelmann, historiador alemão, e foi publicada em 1860. HANDELMANN, Gottfried Heinrich. *História do Brasil*, v. 1. Tradução brasileira do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; introdução e notas de Odilon Nogueira de Matos; notas de Basílio Magalhães. 2. Ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1978.

[803] A obra é: COSTA, João Severiano Maciel da. *Memória sobre a necessidade de abolir a introdução dos escravizados no Brasil*: sobre o modo e condições com que esta abolição esse deve fazer e sobre os meios de remediar a falta de braços que ela pode ocasionar. Oferecida aos Brasileiros. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1821.

[804] NAZARETH, José de. A Boa Severina – Cenas do Cativeiro. *Getulino*, Campinas-SP, Ano II, n. 26. p. 02, 20 jan. 1924. Grifo meu.

[805] MARTIUS, *op. cit.*, 1840.

ao próprio raciocínio do renomado botânico alemão, apresentado aos membros da referida instituição carioca:

> Como um caudaloso rio, em cujo leito correm as águas diversas dos afluentes, *traz o líquido precioso da sua fonte, da sua nascente remota*, assim também a raça brasileira conserva o valoroso continente africano[806].

Esta é a segunda ocasião em que o texto vencedor do concurso do Instituto aparece na imprensa negra. A primeira, também no *Getulino*, aconteceu apenas três meses antes. Ao delinear a defesa da "gratidão nacional", através da "ereção de um monumento à raça negra" no "nosso país", Evaristo de Moraes inicia a segunda parte de seu texto com uma citação do *Jornal do Brasil*:

> Não se dava ao negro outro direito, senão o de trabalhar exaustivamente, sob chicote, para felicidade do "senhor". E, sempre estoico, resignado, cheio de humildade, sofrendo perseguições cuja lembrança, hoje, faz vibrar os nervos, o negro cumpria o seu fadário, dando ao mundo uma prova de estupenda resistência[807].

Nenhuma pessoa que se considerasse "séria" teria a audácia de contestar a "verdade contida nestes dois períodos". Essa "injustiça" direcionada aos negros não se restringia, entre nós, "à negação de direitos". Embora "tivessem os negros ajudado os portugueses na conquista da terra, na resistência à invasão batava, na formação da nacionalidade"; mesmo que tenham vivido "estrelados na família brasileira", "influindo em nossa constituição étnica", "na nossa língua, nos nossos usos, nos nossos costumes, na nossa religião e nas nossas instituições"; sendo alijados da própria riqueza que criaram – "que permitiu os nossos progressos intelectuais, a nossa cultura – não merecem em tempo oportuno, a atenção dos nossos cientistas, *nem dos nossos historiógrafos*". Para Moraes, os negros foram menos "venturosos do que os aborígines", pois não houve quem os investigasse por lhes conhecer a língua, as origens, a vida, as coisas que "constituem os traços distintivos dos grupos humanos". Apenas "muito tardiamente" houve essa preocupação, o que torna o assunto "cheio de dificuldades quase insuperáveis"[808].

É nesse panorama de lacuna quanto à presença negra na história do país, mesmo em meio a diversas figuras proeminentes, que Martius surge ao lado do "sábio francês" Fr. Camilo de Monserrate. Trata-se de "dois estrangeiros" "que sugeriram o que deveríamos praticar [na escrita da história] com grandíssima vantagem para nós [negros]". O renomado naturalista, em

---

[806] NAZARETH, José de. A Boa Severina – Cenas do Cativeiro. *Getulino*, Campinas-SP, Ano II, n. 26. p. 02, 20 jan. 1924.
[807] MORAES, Evaristo de. A raça negra e a gratidão nacional. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 15, p. 01, 04 nov. 1923.
[808] *Ibidem*. Grifo meu.

"10 de janeiro de 1845", encaminhou sua notável memória ao "Instituto Histórico", na qual, depois de indicar a contribuição do elemento português e a do elemento indígena, fez esta referência ao elemento negro"[809]:

> Mister é indagar a condição dos negros importados, seus costumes, suas opiniões civis, seus conhecimentos naturais, preconceitos e superstições, os defeitos e virtudes próprios de sua raça, etc. etc., se demonstrar quisermos como tudo reagiu sobre o Brasil[810].

Apesar da incorreção na data – o texto foi redigido originalmente em 10 de janeiro de 1843, não em 1845 –, o trecho incluído no artigo do jornal é preciso. Na sequência do alemão, surge o francês, desta vez através de uma biografia elaborada pelo "Barão de Ramiz Galvão", relembrando a aspiração do Frei Monserrate de publicar uma "ampla galeria de tipos africanos", "com um texto que incluísse os vocabulários das diversas nações", observações sobre as religiões e tradições, entre outros aspectos[811].,

Enquanto em *Boa Severina*, no "leito" onde fluem as "águas diversas", o "líquido precioso" origina-se de uma "nascente remota", o continente africano, em *Como se deve escrever a história do Brasil*, a "formação do homem convergido de um modo particular três raças" – "de cor de cobre ou americana, a branca ou Caucasiana" e "enfim, a preta ou etiópica" – detinha um "motor especial" de cada raça e, "necessariamente se segue que o português, que, como descobridor, conquistador e Senhor", influi "poderosamente" nesse desenvolvimento. Foi ele, o "elemento" português, quem deu as "condições e garantias morais e físicas para um reino independente". Assim, o português era o "mais poderoso e essencial motor". Aqui, centra-se o contexto do "poderoso rio" e seus afluentes.

> O sangue português, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos afluentes das raças Índia e Etiópica. Em uma classe baixa tem lugar esta mescla, e como em todos os países se formam as classes superiores dos elementos das inferiores, e por meio delas se vivificam e fortalecem, assim se prepara atualmente na última classe da população Brasileira essa mescla de raças, que daqui a séculos influirá poderosamente sobre as classes elevadas, e lhes comunicará aquela atividade histórica para a qual o Império do Brasil é chamado[812].

Na perspectiva de Martius, o "poderoso rio" representaria o "sangue português", o componente capaz de incorporar os "pequenos afluentes" indígenas e negros. Com o passar do tempo, a ocorrência dessa "mescla" em uma "classe mais baixa" tende a influenciar as "classes superiores", envolvendo esses "elementos inferiores". Com os "séculos", alcançaria, portanto,

---

[809] *Ibidem*.
[810] *Ibidem*.
[811] *Ibidem*.
[812] MARTIUS, *op. cit.*, p. 383.

as “classes superiores”. Assim, no rio reconhecido por Nazareth, as “diversas” águas seriam equivalentes e o líquido mais precioso, aquele que provém de longínquas origens, seria o que também preserva o “valoroso continente africano” [813]. Evaristo de Moraes, por sua vez, determina que “estas valiosas sugestões” não foram seguidas por longos anos. Os “míseros africanos e seus descendentes” seriam aproveitados apenas para o “eito”, nas “minas” ou nos “engenhos”, nos “campos de batalha e em toda a sorte de ocupações pesadas ou desprezíveis”[814].

Segundo Moraes, houve uma “época em que esteve em moda o ‘indianismo’, manifestado na literatura”, espalhando-se como “obsessão coletiva” – “talvez oriunda do opróbrio do cativeiro imposto aos negros”. Em seguida, ocorreu uma “reação” movida por um “pequeno núcleo de escritores nortistas”, sob as novas “orientações da Biologia, da Sociologia, da Etnologia, da Crítica Literária, do Direito, da História, da Demografia e da Ciência das Religiões”. Para Morais, os dignos de nota eram: “Tobias Barreto, Sílvio Romero, Arthur Orlando, Clóvis Bevilaqua e Martins Júnior”, sobretudo Sílvio Romero, que mais “persistentemente insistiu na propaganda da enorme contribuição da raça negra para o amálgama do povo brasileiro”. Foi ele quem, para Evaristo de Moraes, “ridicularizou a prosápia de uns supostos ‘latinos’ que, entre nós, toleravam apenas a mescla com o ‘caboclo’”, negando e repelindo qualquer “suspeita de ligação com a raça negra”. A obra citada é a “copiosa” História da Literatura Brasileira: “É de justiça conquistar um lugar para o africano em nossa história”, devendo haver “mais equidade na distribuição dos papéis em nossa luta de quatro séculos” [815].

Em uma outra publicação, igualmente atribuída ao pseudônimo José de Nazareth, o autor volta a discutir as contribuições dos negros à “raça brasileira”, desta vez referindo-se ao “caldeamento” — um conceito prevalente na época — do “indígena”, que é simbolizado pelo “amor” e “coração” imortal de Moema; do “negro”, “cujo estoicismo reside em Henrique Dias; e do “branco”, “cujo denodo, nenhum homem excedeu Mathias de Albuquerque, no setentrião e Estácio de Sá no meio-dia”. Os “três fatores”, “unindo-se” para “o nascimento de um povo”, brasileiro. Diversos nomes de importantes personalidades, de diferentes etnias, surgem para evidenciar que o “tolerante” brasileiro acolhe o “estrangeiro como um amigo”, assim como recebe “cristãos, judeus e maometanos”. Nazareth, com pressa, descreve rapidamente a

[813] NAZARETH, José de. A Boa Severina – Cenas do Cativeiro. *Getulino*, Campinas-SP, Ano II, n. 26. p. 02, 20 jan. 1924.
[814] MORAES, Evaristo de. A raça negra e a gratidão nacional. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 15, p. 01, 04 nov. 1923.
[815] *Ibidem*.

"influência" "aborígene" enquanto estende-se na contribuição do negro para a "formação de nossa raça"[816].

Imediatamente, o texto afirma que não é relevante "o meio pelo qual o africano foi introduzido no Brasil". Fosse pelas "alvas praias", ou pelo "esmeraldino Atlântico", a "infâmia da barbaridade" da escravidão, esse "cortejo desumano", não era o fator mais relevante. "Silêncio e muito silêncio", exclama. Complementa em seguida que, em relação aos "traficantes de escravos, Deus já os há de perdoar". O que realmente se sobressai é que o "negro ocupou sempre papel preponderante nas estatísticas", constituindo a maior parte nos "recenseamentos da população". Os números exibidos correspondem àqueles que o próprio Nazareth apresentou em *Boa Severina*: Salvador, no ano de 1549, e a totalidade do país, em 1798, com uma quantidade de negros que era quase o dobro. O autor pontuava que a desconsideração desses fatores não era viável, tampouco desejável[817].

A anatomia, a "alma", o "cérebro", tudo apresentava semelhanças entre negros e brancos – ou seja, há a exclusão dos indígenas dessa análise. A única distinção residia na tonalidade da pele. Assim, "deveríamos seguir a lição dos franceses, que sabem honrar os seus antepassados", sejam "celtas", "francos" ou "romanos". Para os romanos, conforme mencionado pelo autor, o marco inaugural era o apogeu da cidade de Ática e a desintegração de Cartago, Esparta e da própria Roma. Nosso momento, por sua vez, parece ser a "Nova Ilíada" — aludindo a Oliveira Martins — que se desenrolou ao longo de "trinta anos": a guerra contra os holandeses[818].

Henrique Dias é reintroduzido, e sua narrativa é recontada para, em seguida, com menor grau de detalhes, serem situados ao seu lado Marcílio Dias, José Maurício, Luiz Gama, José do Patrocínio, entre outros. Assim, "a demonstração da superioridade da raça africana torna-se evidente para os observadores", inclusive para aqueles que são reticentes em relação à ideia, principalmente se "compararmos o negro ao índio". Existia algum "indígena que figura em nossa narrativa do primeiro e do segundo reinado em uma posição de relevância"? Excetuando-se o "mameluco" e o "caboclo", bem como os "cruzamentos", os "negros puros" estão presentes em todas "as classes sociais". Embora aparente relegar os povos indígenas em suas laudatórias, o autor inclui nomes e estabelece uma equivalência entre negros e nativos em termos de "bravura". Apesar de parecer que sua afirmação indica uma postura oposta ao cruzamento, no

[816] NAZARETH, José de. A Raça Brasileira. *Getulino*, Campinas-SP, Ano II, n. 64, p. 04, 20 dez. 1924.
[817] *Ibidem*.
[818] *Ibidem*.

parágrafo final o autor afirma que "mestiçado ou não, é o negro brasileiro de índole boa, de coração nobre, de espírito altivo e digno" [819].

Esses dois últimos elementos – as críticas às teorias raciais e as utilizações da compreensão do Brasil como país das "três raças", da mestiçagem e da presença destas raças na formação nacional – serão os principais pontos tratados no próximo capítulo, centrado nos jornais *O Clarim d'Alvorada* e *A Voz da Raça*, além do próprio *Getulino*. É importante ressaltar que pretende-se destacar os momentos em que uma "raça brasileira" emerge e quais os diferentes meios utilizados para rechaçá-la ou reafirmá-la. Como vimos até aqui, o mito do nascimento da nação ou da "cena inaugural" brasileira é, na maior parte dos casos, relacionado à luta contra a invasão holandesa no século XVII e, portanto, Henrique Dias e outras figuras, ligadas à guerra contra os batavos como representantes das três raças nacionais, também voltarão a figurar na investigação.

[819] *Ibidem*.

CAPÍTULO 8
A NAÇÃO NEGRA DO GETULINO NO RAIAR DA ALVORADA DA RAÇA

O *Getulino*, jornal da imprensa negra sediado em Campinas, interior de São Paulo, surge com uma proposta clara para a "mocidade" negra. O intuito de orientar as novas gerações aparece desde o segundo número do jornal. Campinas era vista como o "sacrossanto berço do imortal Carlos Gomes". Mas, antes disso, era mais uma parte do Brasil, o país que orgulha os filhos campineiros diante das mais belas "páginas da história" nas quais "rebrilham fulgurantes feitos, que demonstram claramente o heroísmo de um povo resoluto e forte". Voltando suas atenções para o passado, o texto de Gervásio de Moraes rememora a "mancha negra da escravidão" e como, "mais tarde", raiou a "Liberdade". É com esse caminho percorrido que "hoje, a mocidade toda embriaga-se de prazer, de alegria" e aquela "triste e horrorosa situação se foi, desfez-se aquela humilhação".

A "mocidade" que hoje é "descendente daquela mesma raça", com seus "direitos conquistados", como o direito de "educarmos para congratularmos nas conquistas da Civilização", deve voltar "vossos olhares nas verdejantes matas", ver o "sol lançar os seus reflexos de ouro traçando o nome aurifulgente – Liberdade – e os vossos corações transbordarão de alegria enaltecendo o nome sacrossanto do Brasil". No início de sua ode ao nacionalismo, Moraes apresenta um breve resumo: a educação serviria ao negro para que este se sentisse impelido a sacrificar-se pela Pátria, "honrar o seu berço" e "defender as gloriosas tradições deste torrão abençoado", pois a mesma pátria "carece de nós"[820]. Aos jovens, a Nação.

Muitos "jovens intemeratos na arena jornalística" se reuniram em torno de uma folha de Campinas no início de 1923. Os mesmos, segundo texto publicado no quinto número do *Getulino* – trecho de uma carta de um "campineiro" que diz ter, com o surgimento do jornal, a "alma transpassada de elevado júbilo" –, buscavam o "reerguimento moral e intelectual da nossa raça em Campinas, quiçá, no Brasil inteiro". A "literatura, a arte, a serenidade de espírito e bem-estar" seriam os primeiros e mais decisivos campos de batalha para "elevar os espíritos"[821].

Como uma "terceira tentativa audaciosa e brilhante" da criação de um jornal para "defender os interesses dos homens de cor", *Getulino* emerge das ruínas d'*O Baluarte* e do periódico *União*, "já falecidos" em 1923. Nesse mesmo artigo, o qual contextualiza o surgimento do jornal que homenageia, há uma preocupação com *quem* faz a imprensa negra:

[820] MORAES, Gervásio. À Mocidade! *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 02, p. 01, 05 ago. 1923.
[821] SEM NOME, *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 05, p. 02, 26 ago. de 1923.

"apenas desejamos que os jornais criados para defender os interesses dos homens de cor sejam, de fato, dirigidos e colaborados por homens pretos". Isso ocorre, segundo o texto, "porque ninguém sabe melhor o que lhe dói que o próprio doente". Se se destaca o *Getulino,* "dirigido, redigido e colaborado por homens pretos, salvo raríssimas exceções" e que "tem causado ótima impressão nos meios intelectuais", é porque os "jornais de pretos escritos por brancos sempre mereceram a nossa censura". No caso deste periódico, é possível "atirar pedras à vontade", porque "não temos telhados de vidro"[822].

Lançado semanalmente com custo de 200 réis, no caso da compra avulsa, o *Getulino* conta com 64 números publicados ao longo de mais de dezoito anos de manutenção, com algumas interrupções. Seus redatores correspondiam-se com diversas outras localidades, como Lavras, Limeira, Itapira, Mogi Iguaçu, além da própria capital, São Paulo[823]. Com circulação e manutenção relativamente estáveis, entre 1923 e 1924 – período de maior estabilidade –, manteve-se constante, retornando em 1925. O *Getulino* cerrou derradeiramente as portas em 1926, apesar dos esforços. Sua assinatura anual era de 12$000 e semestral de 7$000. Estima-se que sua tiragem girava em torno de mais de 1.500 exemplares mensais[824]. Com mais anúncios que os jornais anteriores, podemos afirmar, com Carvalho e outros estudiosos, que *Getulino* empreendeu mudanças com relação a seus antecessores, construindo uma rede de patrocinadores e anunciantes importante[825].

Os redatores do *Getulino* são vistos por Mary Santos — uma leitora e escritora que, nesse caso, enviava missiva aos redatores — como os "novos lutadores pela emancipação completa da classe", para que em um futuro "não muito remoto" vejamos "sucumbir a nossos pés esses *espantalhos* que a tudo e a todos aniquilam, deturpam e amesquinham — o preconceito de cor – e, só então deixaremos de ser o eterno escravo das conveniências sociais"[826]. A escravidão, que os torna "espantalhos" perante a sociedade, permanecia, ainda que de maneiras diferentes. A questão é que essa ligação causava, no dia a dia, hierarquias de raça as quais mantinham os negros à parte da cidadania. Assim, "apesar de há 35 anos a Princesa Isabel ter assinado a lei 3.353, declarando extinta a escravidão do Brasil", "os desmandos a que viemos assistindo levam-nos a crer que estamos livres, mas algemados à dura *soberbisse* [*sic*]

---

[822] *GETULINO*, Campinas-SP, Ano I, n. 11, p. 01, 07 out. 1923.
[823] Para mais informações sobre a materialidade do jornal: MIRANDA, *op. cit.,* 2005.
[824] CARVALHO*, op. cit.*, p. 115-119.
[825] O jornal chegou a ter vinte e três propagandas em um só número e contar com uma página apenas para publicidade. Os anunciantes variaram muito, mas, de modo geral, encontravam-se entre eles profissionais liberais e lojas de roupas, cigarros, livros, etc. *Ibidem., p.* 118.
[826] SANTOS, Mary. Luz e Liberdade. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 05, p. 01, 26 ago. 1923. Grifo meu.

dos autocratas e ferrenhos escravocratas"[827]. Como vimos ao longo de todo este trabalho e – em muitos casos – ainda vemos em nosso cotidiano, esse passado não passou.

Há muitos caminhos importantes desse periódico a serem destacados com relação aos anteriores. Fundada no interior de São Paulo, a folha contou com a editoração de figuras conhecidas da elite negra paulistana do início do século XX, como Lino Guedes, Gervásio de Moraes e Benedito Florêncio. No caso de Lino Guedes, filho de libertos que nasceu em 1897, em Socorro, também no interior de São Paulo, teria atuado como poeta, escritor e jornalista, contando, ao longo de sua carreira, com o apoio de um grande nome da sociedade paulista, Coronel Olympio Gonçalves dos Reis. Antes de fundar o *Getulino*, Guedes trabalhou em jornais menores e tradicionais, como o *Diário do Povo*, *Correio de Campinas e Correio Popular;* bem como *Jornal do Comércio*, *Correio Paulistano e Diário de São Paulo*. No interior da imprensa negra, comandou *O Combate* (1912), *O Maligno* (1924) e *O Progresso* (1928), todos em São Paulo[828].

Benedito Florêncio – que em muitos casos assinou seus artigos como Machadinho — fundou, antes do *Getulino*, *O Baluarte* (1903) e o *União* (1917), empreendimentos que não duraram muito tempo. Florêncio foi tesoureiro na Federação Paulista dos Homens de Cor – da qual Lino Guedes também fez parte – e era membro do Club Literário de Culto à Ciência. O mesmo pode ser dito de Gervásio de Moraes, outro grande nome do *Getulino*. Além de compor outros impressos da imprensa negra, com outros letrados negros paulistanos, fundou também o Centro Cívico Palmares, em 28 de setembro de 1926[829].

Há mais estabilidade na periodização do *Getulino* em relação aos demais jornais desse conjunto. Conta, também, com uma equipe gestora estável, um relacionamento próximo com outras instituições e jornais e, o que mais nos interessa, a participação de integrantes de organizações e instituições de uma incipiente instituição negra que, entre outras coisas, procurava compor um quadro da nação e do nacional, *com* e *para* o negro, a partir de um conjunto mais complexo de discursos. A periodização adotada neste trabalho dialoga com a de Carvalho, pois compreende-se que, observando a divisão proposta por Miriam Ferrara[830], o jornal campineiro foi o primeiro a trazer essas características, tendo um escopo editorial e um discurso mais alinhado e organizado em torno de certas ideias e ideais[831].

---

[827] SEM NOME. *Getulino,* Campinas-SP, Ano I, n. 08, p. 01, 16 set. 1923.
[828] GUIRRO, *op. cit.*, p. 47-50.
[829] CARVALHO, *op. cit.,* 2009, p. 113-114.
[830] FERRARA, *op. cit.*, p.30
[831] *Ibidem*, p. 80.

Ana Flávia Magalhães Pinto também observou que o discurso contra a discriminação racial e a reivindicação de ações políticas mais diretas surgem, de maneira mais enfática, no *Getulino*[832]. Porém, cabe destacar que *O Exemplo*, de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, passou por uma mudança parecida, com maior organização e uma gestão mais centralizada, no fim da década de 1920.

A particularidade de ser um periódico localizado no interior de São Paulo, em Campinas, é importante, mas não cabe apenas ao *Getulino*. Entre as décadas de 1900 e 1930, a cidade contou com pelo menos cinco jornais da imprensa negra. Casos como o já tratado *O Baluarte*, *O Combate* – ambos com equipe parecida com a do *Getulino* —, *A União, A Protetora* (1919) e *Maligno*(1924). No início do século XX, Campinas crescia vertiginosamente e era um importante polo industrial e comercial. Próximo da capital, contando com o incremento de migrantes de diversos pontos do país e, inclusive, até a década de 1880, com escravizados que chegavam por meio do tráfico interno, período em que a demografia do município se tornou mais negra[833].

A população negra de Campinas, observando-se o jornal, era vista pelos brancos como "naturalmente" inimiga do trabalho, "indolente" e preguiçosa. O editorial diz que o "nosso negro é tragicamente uma vítima do passado e do viciado cativeiro de quatrocentos anos". O estrangeiro, que também desembarcou na cidade próxima a São Paulo, "chega ao Brasil, vai para a fazenda, passa à cidade, seus patrícios dão-lhe o lugar de servente, põe-lhe a colher e o martelo nas mãos" e, pouco depois, "é mestre, é empreiteiro, está no primeiro plano, sendo o *preferido*". Para muitos, o "elemento estrangeiro" era "portador de uma outra educação", trazia "na bagagem de sua atividade outras energias" que brasileiros, fossem "brancos, pardos" ou "pretos", não tinham. O próprio branco nacional entregou-se ao imigrante. O "subalterno" europeu de ontem torna-se rapidamente o "senhor", "o patrão", o "capitalista de hoje"[834].

Márcia Naxara estudou as maneiras como os trabalhadores brasileiros eram representados. Em *Estrangeiros em sua própria terra*, vemos a construção de um "mito" da população nacional como "imatura", uma memória coletiva que se manteve por um longo período no imaginário brasileiro. Dando um "sentido de constatação, de modo que a sua existência pareça ser decorrente da própria natureza", eliminando assim, a "qualidade histórica

---

[832] PINTO*, op. cit.*, p. 62.
[833] MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888. São Paulo: Edusp, 2014; O Plano e o Pânico: Os movimentos sociais na década da Abolição. São Paulo: Edusp, 2010. MACIEL, Cléber da Silva. *Discriminações raciais:* negros em Campinas (1888-1926). Campinas: Editora da UNICAMP, 1987, p. 53-119.
[834] *GETULINO*, Campinas-SP, Ano I, n. 05, p. 03, 26 ago. 1923.

das coisas", afastando-se da história e fincando-se nela, esse "mito" foi parte da justificativa da própria permanência da escravidão. Com a Abolição nos horizontes, houve um movimento de manutenção dessa visão para auxiliar nas propostas de importação de estrangeiros para o país, marginalizando parte dos brancos pobres e negros nacionais[835].

Só o Estado de São Paulo abrigou mais de 56% do total de mais de quatro milhões de imigrantes europeus que aportaram no Brasil entre 1886 e 1934[836]. Mas, apesar de incômodo, o incremento de europeus brancos não foi o único elemento do Velho Mundo que chegava com força ao Estado. O racismo erguia barreiras em leis, costumes e cultura, afastando negros de serviços básicos como os de saúde e educação, atenuando possíveis conquistas da Constituição e da República[837]. Diferentes teorias raciais ganhavam espaço entre os letrados da elite paulista, principalmente em espaços como o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, que procurava compor uma raça "paulista" com diferentes visões sobre a miscigenação, competindo com o restante da nação pela imagem do "brasileiro", disputa afiançada pela liderança nacional do Estado[838].

Entre o positivismo, o darwinismo social, a eugenia e suas aplicações políticas, a forte imigração e o determinismo geográfico, interesses específicos destacam-se na relação entre um passado escravista hierarquizante e subordinador e uma elite majoritariamente branca a qual, em muitos casos, era descendente de fazendeiros que possuíam escravizados. A propagação de ideias de inferioridade racial de negros e indígenas – de maneira muito diferente – ganhou fácil adesão entre tantas reformulações do nacional e do "paulista"[839].

A ideia defendida era a de que negros e indígenas precisavam de "tutela" do Estado para que, "caboclos", "mamelucos", "pretos", "recém-libertos", recebessem, aos poucos, "liberdade da consciência, liberdade do espírito", sobretudo, por meio da "educação" e do "trabalho"[840]. Ao mesmo tempo, havia, desde os anos finais da escravidão, em São Paulo, a impressão de que, com tantos "movimentos de vai-e-vem, ao procurar satisfazer as múltiplas demandas dos seus

---

[835] NAXARA, Márcia Regina Capelari. Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro 1870/1920. São Paulo: Editora Fapesp, 1998, p. 45-19.
[836] HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café:* Café e sociedade em São Paulo, 1886-1934. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 68.
[837] DOMINGUES, *op. cit.*, p. 16.
[838] MAHL, Marcelo Lapuente. *Teorias raciais e interpretação histórica* – o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1894-1940). Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2001, p. 55.
[839] COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*: momentos decisivos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 373.
[840] ARANTES, Mario de. Colonias Orphanologicas - Os que devem receber educação nas colônias. *O Estado de São Paulo*, p. 02, 12 jan. 1893.

senhores, os escravos foram construindo uma teia de relações de solidariedade" e, assim, "a cidade lhes pertencia"[841]. Em Campinas, a impressão não era diferente.

Houve iniciativas, em todo o país, de organizações negras em torno de associações, clubes, irmandades, etc. Um dos exemplos mais recuados no tempo, a Irmandade da Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, funcionou de maneira paralela entre os séculos XV e XVI, mas manteve-se por pelo menos mais de duzentos anos como um modo relevante de agrupamento de negros e negras, desde Portugal até o Brasil[842]. A manutenção de redes como essa não era fácil. No início do século XX, "as quitandeiras foram expulsas do Centro, por atrapalharem o trânsito"; já em 1903, a igreja do Rosário foi "desapropriada e demolida", tendo "seu largo transformado em Praça Antônio Prado e sua rua, nomeada Imperatriz, renomeada XV de Novembro, em homenagem à República". Pouco depois, a "Irmandade dos Remédios, um dos símbolos da luta contra a escravidão, foi removida para dar lugar à Praça João Mendes"[843]. É nesse cenário paulista que surge o *Getulino* e também a Federação Paulista dos Homens de Cor[844].

A fundação da Federação dos Homens de Cor (FHC), uma "sociedade beneficente", ocorreu em São Paulo, em 28 de novembro de 1909[845]. Sua primeira iniciativa foi a criação de uma biblioteca própria em 1910; seguida de um jornal, *A Federação*, em 1911; e, a partir de 1915, passou a organizar comemorações cívicas ligadas a datas históricas e aos negros, como 21 de abril — chegada dos portugueses —, 28 de setembro, 13 de maio — leis do Ventre Livre e da Abolição respectivamente —, entre outras. A "escola mista do Centro da Federação dos Homens de Cor" foi fundada em setembro de 1913, com uma renda considerável da própria Câmara Municipal de São Paulo. Tornando-se oficial em 1914, seu estatuto definia que a agremiação pretendia "trabalhar pelo desenvolvimento moral, intelectual e social dos seus associados e dos homens de cor do Brasil", contando com planos para – além da própria escola

---

[841] CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. *A Luta Contra a Apatia:* Estudo da instituição do movimento negro anti-racista na cidade de São Paulo (1915 – 1931). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (dissertação de mestrado) 1993, p. 26.

[842] QUINTÃO, Antonia Aparecida. *Irmandades Negras:* Outro espaço de luta e resistência (São Paulo:1870-1890). 1. ed. São Paulo: ANNABLUME, 2002, p. 32-48.

[843] CARDOSO, *op. cit.*, p. 29.

[844] DIAS, Maria Odila da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX:* Ana Gertrudes de Jesus. São Paulo: Brasiliense, 1984; ROLNIK, Raquel. *Cada um no seu lugar!* São Paulo, início da industrialização: geografia do poder. São Paulo, 1981.

[845] Houve iniciativas anteriores, mas que não renderam tantos frutos. Uma delas foi a Sociedade Cooperativa dos Homens de Cor, criada em 1902 e a Sociedade Beneficente dos Homens de Cor, fundada em 1906, como demonstram Tania Regina de Luca e Claudio Batalha e Marcelo Mac Cord, com abordagens diferentes. LUCA, Tânia Regina de. O sonho do futuro assegurado: o mutualismo em São Paulo. São Paulo: Contexto, 1990, p. 130. BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (Org.). *Culturas de classe:* identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2004, pp. 96-100.

– promover assistências médica e previdenciária, organizar palestras, conferências e manter, na ordem do dia, as comemorações cívicas que já se propunha a tornar mais importantes[846].

Escrita por Ciro Costa, a poesia "Pai João", lida na abertura dos trabalhos da Federação, em 1917, também publicada no jornal *Getulino*, em 1923, parece indicar as possibilidades de, diante de um passado triste e de sonhos perdidos, projetar outro futuro. Naquela "marcante festa de 13 de Maio", no salão Celso Garcia, no centro de São Paulo, as tristezas não cessam:

> Do Taquaral à sombra, em solitária furna,
> Para onde, com tristeza, o olhar ansioso alongo,
> Sonha o negro, talvez, na solidão noturna,
> Com os límpidos areais das solidões do Congo;
>
> Ouve-lhe a noite a voz plangente e taciturna,
> Num magoado suspiro entrecortado e longo,
> E o rouco, surdo som, zumbindo na cafurna
> É o urucungo, a gemer, na cadência do jongo.
>
> Bendito sejas tu, a quem, certo, devemos
> A grandeza real de tudo quanto temos!
> Sonha em paz! Sê feliz! E que eu fique de joelhos,
> Sob o fúlgido céu, a relembrar, magoado,
> Que os frutos do café são glóbulos vermelhos
> Do sangue que escorreu do negro escravizado[847]

Esse papel da escravidão, dos escravizados e, nessa relação, também dos negros na vida nacional, seria retomado no jornal. No seu terceiro número, publica-se um texto de Evaristo de Moraes sobre como a "escravidão foi fator irrecusável da nacionalidade brasileira". O "fenômeno social do Cativeiro" não poderia ser ignorado no Brasil. Os argumentos que sustentam essa importância do sistema e, por consequência, da introdução de escravizados no país, são mobilizados pela voz de "inimigos" da emancipação, ou seja, o jornal apresenta falas de grandes nomes que eram contrários à Abolição em 1888 para demonstrar a importância do sistema e da luta por seu fim.

A "associação brasileira" dependeu, sustentou-se, manteve-se e organizou-se, a partir da escravidão. Citando letrados conhecidos daquela década de 1920, diz que o "negro, fruto da escravidão africana, foi o verdadeiro elemento econômico, criador do país e quase o único". Depois de evocar a voz de João Ribeiro, em sua obra "História do Brasil"[848], é Sílvio Romero quem afirma que os "africanos civilizaram campos, enriqueceram o Brasil"; quer sob o

---

[846] DOMINGUES, Petrônio. Esta "magnânima volição": a Federação dos Homens de Cor. *Revista História (São Paulo)*, n. 37, 2018, p. 04. Disponível: https://doi.org/10.1590/1980-4369e2018032. Acesso em 02 de abril de 2026.
[847] COSTA, Ciro. Pai João. *Getulino*, Campinas-S`P, Ano I, n. 14, p. 02, 28 out. 1923.
[848] RIBEIRO, João. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia, 1914.

"domínio português", quer sob a "nova forma política", após a independência. O negro foi quem "trouxe ao Brasil o pouco de civilização que nele existe", teria afirmado Tito Lívio de Castro[849].

Não nos determo necessariamente no argumento, mas em um conceito-chave que permeia toda a "contribuição" destacada aqui: "civilização". Chamados de "africanos", "pretos" ou "escravos", estes ou aqueles trouxeram ao Brasil "civilização". Unir-se em torno desse conceito não é um acaso. Unir-se em torno de uma federação, também não. As citações com nome do autor, da publicação, ano e página (no caso, "Revista Brasileira, Vol. VIII, p. 312", ou "O Problema Nacional Brasileiro, 1914, p. 11"), também não são em vão[850]. Visto em "estado de atraso" desde a escravidão, parte pela ausência de instrução, parte pelas suas "heranças atávicas" e "males hereditários", o negro brasileiro encontrava-se, para uma parcela significativa dos letrados do *Getulino*, vinculado ao "lodo da escravidão"[851].

A escravidão, o motor da introdução do negro no país, tinha dois lados claros. Um deles apontava para a importância do negro no interior da economia e da formação do país a partir do escravismo. Outro, que recebe especial ênfase dos letrados do *Getulino*, faz com que esse "lodo", o epíteto de escravizado ligado diretamente à cor da pele, mantenha a hierarquização que a legalidade do sistema impunha entre senhores e escravos, transposta, agora, para negros e brancos. Se comprovada a contribuição dos negros para a civilização nacional, tal processo, para os letrados, poderia ser revertido.

Com nomes reconhecidos em outros jornais, da imprensa negra ou não, o *Getulino* foi fundado em 29 de julho de 1923, com investimento dos empreendedores Alcino de Moraes, Martinho de Andrade e Christino José de Andrade. Inspirado, como destacado anteriormente, no pseudônimo de Luiz Gama — reconhecidamente admirado por Lino Guedes —, em suas *Trovas Burlescas do Getulino*, o periódico era impresso em papel-jornal, para reduzir custos. Apresentava, em suas primeiras páginas, colunas com textos mais diretos, politicamente engajados e com assuntos considerados mais importantes para a população negra. Ademais, como vimos, publicava textos literários com frequência, com destaque especial para *A Boa Severina*. Entre suas linhas, era possível observar cartas recebidas pela redação, poesias e sugestões de leitores, além de anúncios os quais, na maioria dos casos, apareciam em sua última página, o que indica uma comunicação direta com seu público.

---

[849] MORAES, Evaristo. O Papel do escravo na civilização brasileira. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 03, p. 01, 12 ago. 1923.
[850] *Ibidem*.
[851] RESPONDENDO...*Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 04, p. 02, 19 ago. 1923.

A Federação teve um papel relevante em momentos de ebulição social e política relacionados ao preconceito com negros: alinhou-se a governos e governantes — algo comum em empreendimentos deste tipo na década de 1920 —; homenageou nomes como Epitácio Pessoa (1919-1922) e Washington Luís (1926-1930); projetou e organizou eventos cívicos; e estabeleceu comunicação direta com líderes negros dos Estados Unidos da América, recebendo Abbott, como já relatado, em sua sede em São Paulo[852]. Todas essas iniciativas e outras visavam não apenas defender o homem de cor, mas também, segundo Petrônio Domingues, "a defesa do nacionalismo", "sentimento e desejo de se viver em uma 'comunidade imaginada' unificada, harmonizada, despreocupada com as diferenças de 'raça', 'classe' ou 'gênero'[853].

As comemorações relacionadas a eventos históricos, caso das rememorações cívicas citadas anteriormente, não escapavam do ideal do "nacionalismo" ou dos modos de narrar o passado brasileiro *com* o negro que acompanhamos até aqui na imprensa negra. Eram citados, homenageados e relembrados nomes negros. Publicavam-se biografias que visavam apontar para exemplos, mas que também mantinham um caráter cívico-pedagógico para o plural-singular "Nação". Além disso, propôs-se a construção de "monumentos à raça negra", rememorando também a sua contribuição — sobretudo na escravidão – para a formação do país.

Segundo reportagem publicada em *O Paiz,* tratando da Federação, isso ocorre pois, "desde os primórdios do Brasil nação, a raça negra constituiu o que foi de mais substancial na formação da nacionalidade", "tudo fazendo com o seu trabalho, tudo regando com o seu sangue e tudo efetivando com a maior força que o Brasil pode contar". O que se frisa é que: "Olvidar, é impossível", "o esforço do negro, e a própria terra, que nos é tão amiga, se revoltaria ante a falta de compreensão dos magnos deveres que impõe a gratidão". O "engrandecimento do Brasil" torna a gratidão com o negro uma necessidade. Há muitos "monumentos simbólicos" que "se têm levantado; até mesmo *o simbolismo estrangeiro*, vazio de ardor e de fé, é bem de se consagrar um, também, à raça negra". Mais uma vez, os estrangeiros são uma questão[854].

Se os imigrantes tinham, no cenário paulista, suas homenagens, era impossível imaginar uma cidade brasileira sem uma homenagem aos negros. A "cooperação" do "Centro da Federação dos Homens de Cor" era associar-se ao projeto para que essa "tão patriótica homenagem", fosse "coroada de louros a magnânima volição". Vale lembrar que, todo esse movimento se deu em meio às comemorações do 13 de maio[855]. O ideal de um monumento

---

[852] Segundo Domingues, houve uma grande aproximação entre nomes do *Getulino* e da Federação, com o proprietário do Chicago Defender e com notícias sobre a FHC sendo veiculadas no jornal estadunidense.
[853] DOMINGUES, *op. cit.*, p. 08.
[854] POLÍTICA do Districto. *O Paiz,* Rio de Janeiro-RJ, p. 04, 28 dez. 1923. Grifo meu.
[855] *Ibidem.*

dessa monta encontra-se no interior de um "discurso politizado da memória" que, segundo Domingues, "traduz representações, sonhos, projetos e anseios de reconhecimento"[856].

A "Mãe Preta", figura já tratada, era o principal projeto da imprensa negra naquele 1920. A contribuição negra, nesse caso, das mulheres negras para a formação, o desenvolvimento e a construção do país, fazia necessário demonstrar gratidão à raça que, além de ter "ajudado os portugueses na conquista da terra", "na resistência à invasão batava", na "formação da nacionalidade", ainda "influindo em nossa constituição étnica, na nossa língua, nos nossos usos, nos nossos costumes, na nossa religião e nas nossas instituições jurídicas", foram os criadores "quase exclusivos da riqueza material", o que "permitiu os nossos progressos intelectuais, a nossa cultura", ainda que muitos "historiógrafos" ignorem essas assertivas[857]. Para Evaristo de Moraes, portanto, a gratidão à raça negra não era suficiente e, entre outros fatores, os "historiógrafos" contribuíam para isso.

Com Petrônio Domingues, podemos resumir a FHC e seu "O programa redentor": "articulava um liame intercambiável entre 'raça' e 'nação'"; procurava se "autovalorizar" e, ao mesmo tempo, "esposar a 'comunidade imaginada' chamada Brasil". Na Federação, e também no *Getulino,* os negros nacionais eram vistos como "os autênticos brasileiros". O "destino" e os "projetos e ideais", da FHC e da folha, "confundiam-se com os da nação". A identificação "negro" mesclava-se com "brasileiro". Cabia "à FHC assumir um papel proativo" para garantir "aos associados direitos (proteção social, participação política, educação, etc.)", "celebrando o acervo cívico, simbólico (história, mitos e ritos) e, sobretudo, afro-brasileiro", sem abandonar a ideia de "fomentar interlocuções e alianças com as diversas agências públicas e privadas, tendo em vista o pleno exercício da cidadania"[858].

8.1. A maldição do cientificismo: atrasos, entraves e civilização

Porém, a escravidão não era o único "lodo" do qual o negro brasileiro – na visão dos letrados do *Getulino* – precisava se desvencilhar. No interior de um cenário de reconstrução da nação, do nacional e do brasileiro, o jornal campineiro também se encontrava em meio às discussões sobre imigração – a integração do negro e dos estrangeiros e um crescimento vertiginoso da capital paulista –, assim como no seio de mudanças epistemológicas sobre o

[856] DOMINGUES, *op. cit.*, p. 16.
[857] MORAES, Evaristo de. A raça negra e a gratidão nacional. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 15, p. 01, 04 nov. 1923.
[858] DOMINGUES, *op. cit.*, p. 19-20.

universal "Negro", entre teorias sobre a desigualdade das raças e das origens – múltiplas ou não – da diversidade humana.

> Sem possuir propriamente uma nação e com um Estado reduzido ao servilismo político, o Brasil carecia, portanto, de uma ação reformadora nesses dois sentidos: construir a nação e remodelar o Estado, ou seja, modernizar a estrutura social e política do país. Foram esses os dois parâmetros básicos de toda a produção intelectual preocupada com a atualização do Brasil face ao exemplo europeu e americano. E foram ambos cingidos pelas duas correntes antípodas que assinalaram os modos de pensar a Belle Époque: o cientifismo e o liberalismo[859].

A escravidão era um fator que retroalimentava o racismo – preconceito de cor ou raça – e que levava à necessidade do combate. Porém, com estes dois elementos, cientificismo e liberalismo, não seria o único. Segundo Evaristo de Moraes, "o que mais realça o papel da raça negra no Brasil é a circunstância primacial de não ter o *cruzamento entre ela e a raça branca* confirmado a teoria do *lunático Gobineau*"[860].

José Arthur de Gobineau (1816-1882), nascido na França, foi um diplomata que se dedicou à filosofia e também às teorias raciais de meados do século XIX. Com relação ao Brasil, Gobineau chegou a ser designado como ministro plenipotenciário da França na Corte do Rio, em 19 de junho de 1868. A recusa do cargo pode estar relacionada à distância de sua família em Paris, mas também às suas impressões sobre o país. O Brasil era uma nação "mestiça", ou seja, um "povo degenerado", destituído dos valores "originais" das raças[861]. Gobineau desembarcou no país, em março de 1869, tendo uma visão da "miscigenação" extremamente pessimista. Para ele, além de ser "impotente para jamais se civilizar" pela sua "repugnância", os "mestiços", assim como "os animais", eram impotentes por natureza, incivilizáveis por princípio, um "estágio" irreversível[862].

Entre conceitos cunhados, encontramos, em *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas,* publicado entre 1853 e 1855, o de "raça ariana"[863]. Com os movimentos da Primeira Guerra Mundial e, em vias de revelar-se outro conflito, segundo Moraes, os "alemães puseram ao serviço da sua megalomania étnica" tanto as teorias do francês como as formuladas por "Lapouge e por Le Bom"[864].

---

[859] SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão:* tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983, p. 83.
[860] MORAES, *op. cit.,* p. 01. Grifos meus.
[861] PETRUCCELLI, José Luís. Doutrinas francesas e o pensamento racial brasileiro – 1870-1930. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 7, dezembro 1996, 134-149.
[862] GOBINEAU, Arthur. Ensaio sobre a Desigualdade das Raças Humanas. Curitiba: Antoniofontoura, 2021, p. 44.
[863] *Ibidem.*, p. 215.
[864] MORAES, *op. cit.*, p. 01.

Georges Vacher de Lapouge (1854-1936) foi um antropólogo francês que se dedicou tanto ao "racialismo" quanto à eugenia, sendo reconhecido como fundador da antropossociologia. Ele analisou o cruzamento de raças, a mestiçagem e as raças humanas de modo geral. Estudando a queda da natalidade na França oitocentista, o autor afirmou que o "mestiço humano" seria o responsável pela baixa de nascimentos. Lapouge fez essa assertiva, é importante destacar, observando o cruzamento entre animais, mas nunca investigou o mesmo processo com humanos.

No mestiço, para o francês, a "necessidade moral de perpetuar sua raça não existe", pois sentia que, em si, as heranças diversas se debatiam suficientemente para "evitar" sua reprodução, reduzindo-se a um "egoísmo social" e, por isso, tornando-se um possível causador de "rupturas de laços sociais". Estes últimos, por sua vez, incluíam a nacionalidade. Para além disso, Lapouge defendia que as "populações mestiças" ou "miscigenadas" não tinham futuro. Com o tempo, o "elemento europeu" seria "eliminado", como teria ocorrido no Peru e Haiti, lugares analisados pelo autor. O Brasil "segue o mesmo caminho e formará, talvez daqui a um século, um estado negro, a menos que ele retorne, o que é provável, à barbárie"[865].

Tornando-se um "estado negro", a maior probabilidade, para Lapouge, é que o país retrocederia em sua "civilização", retornando para o "estágio" em que se encontravam os africanos. Evaristo de Moraes, em seu artigo, reproduz parte deste trecho final. Além de demonstrar conhecimento sobre as teorias de Lapouge e Gobineau, Moraes faz questão de mencionar partes das obras desses autores em português, para conhecimento geral, assim como para reforçar seu saber e autoridade sobre o assunto.

Gustave Le Bon, por sua vez, estudou antropologia, psicologia, medicina e sociologia, com ênfase sobre a "mente popular", resultando em sua "psicologia das multidões". Suas ideias filiam-se ao poligenismo, uma teoria que considerava que o gênero humano tinha diversas origens diferentes entre si, ponto debatido durante boa parte do início do século XIX. O autor chegou a propor que, nas colônias francesas, as diferentes raças fossem separadas umas das outras e que a metrópole abandonasse qualquer projeto educador, por sua inevitável impossibilidade de sucesso. O caso francês inspirou Le Bon a considerar que, com o cruzamento ou mistura dessas pretensas "raças", havia o risco das características de cada uma delas, sobretudo da branca, desaparecerem ou se deteriorarem[866].

---

[865] VACHER DE LAPOUGE, Georges. *Les Sélections Sociales.* Paris: Librairie Thorin & Fils, 1896, p. 187-192. Tradução de: PETRUCCELLI, *op. cit.*

[866] MARPEAU, B. *Gustave Le Bon.* Parcours d'un intellectuel 1841-1931. Paris: CNRS Editions, 2000.

O texto de Moraes pretendia demonstrar que o Brasil não retornou à "barbárie" preconizada décadas antes por Le Bon e que o negro contribuiu com a civilização, o que Gobineau e Lapouge consideravam uma impossibilidade. Para tal, o autor cita o "germanista Stewart Cariberlain", na verdade Houston Stewart Chamberlain (1855-1927), britânico que se mudou para a Alemanha e participou ativamente de grupos antissemitas. Em sua obra *Os Fundamentos do Século XIX*, sustentou que a raça ariana era superior às demais e, em seu período, ao contrário do que afirmava Gobineau, o qual a compreendia como extinta, teria como descendentes os alemães. Chamado pelo *Getulino* de "discípulo de Gobineau", o inglês teria "aproveitado" as teorias do francês para, em sua "obra capital", admitir que, mesmo que fossem "inevitáveis", os "estragos do mestiçamento" tinham uma exceção: o Brasil, "onde as circunstâncias são essencialmente diferentes"[867].

O caso de Chamberlain é um caso mais raro, pois ele não é citado em outros jornais desse conjunto da imprensa. O britânico em questão naturalizou-se alemão durante a Primeira Guerra Mundial e desenvolveu teorias que compreendiam que os atributos físicos, morais, espirituais, históricos, além das imperfeições de cada grupo, determinaram os "germanos do norte da Europa", em especial, como o mais elevado dos grupos humanos. O britânico-alemão teria recusado a herança de Gobineau, declarando-se um seguidor de Charles Darwin, sendo traduzido do alemão para o inglês em 1910 e, posteriormente, para o francês em 1913 – não é possível saber qual a versão lida por Moraes. Chamberlain atacava enfaticamente a raça "semita", mormente ligada a judeus, por ser inferior e até incapaz de desenvolvimento tanto no plano cultural quanto no moral, científico e tecnológico. Portanto, o autor não se dedicou exclusivamente à análise dos negros[868].

Mas, o "sucesso" dos arianos, em todos esses cenários impossíveis aos "semitas", não se deu apenas por sua superioridade racial, mas também por terem uma "nacionalidade". Uma humanidade destituída de raça e nacionalidade não poderia vigorar. Isso teria ocorrido, para o autor, a partir da queda do Império Romano e do "caos racial" instalado na Europa com o fim dessa unificação. Em meio aos escombros, Chamberlain via o fortalecimento e estabelecimento da Europa Ocidental, cultura e civilização superior que, a partir dos germânicos, criaram tanto os costumes e a cultura que permaneceram (no século XIX) quanto as "Nações", modo de vida mais complexo que foi um "farol de luz e de esperança para o resto do mundo".

---

[867] MORAES, *op. cit.*, p. 01.
[868] FAVA, Fernando Mendonça. Houston Stewart Chamberlain: apontamento breve. *Cadernos do CEIS20,* Coimbra: Edição CEIS20, 2007, p. 07-16.

Com o "cruzamento" – proibido pela *Tora* – entre judeus e indo-europeus, a degeneração intelectual e moral era um risco. Especialista em botânica, Chamberlain, apoiando-se em Francis Galton e sua proposta eugênica, compreendia ser possível fazer, projetar e aplicar uma "seleção artificial" por meio de políticas públicas que permitissem uma reprodução entre raças isoladas restrita os "mais aptos"[869].

Não encontrei nenhuma menção de Chamberlain ao Brasil, porém, Moraes poderia saber, em 1923, que o "cruzamento" de raças não era bem quisto pelo inglês naturalizado na Alemanha. A disputa, para além de uma luta entre teorias raciais, encontrava-se no campo da "civilização", ou seja, o negro foi um fator de civilização no Brasil. O negro não era inferior e os cruzamentos – no caso dos pardos – não eram um fator de impedimento ou atraso e, portanto, o país devia sua "gratidão à raça negra". Chamberlain serve de ponto final a um texto que pretendia, sem rodeios, render seus leitores ao nacionalismo necessário e transformar seus "adversários" – os que discordavam – em inimigos da pátria.

A mestiçagem não era vista como um problema pela imprensa negra, sobretudo com a inexistência, para muitos deles, de um "brasileiro puro", "sem mescla de outro sangue, senão os dos nossos gloriosos antepassados, os heroicos lusitanos que, irmanados com o valoroso africano", "descortinaram os horizontes intérminos da nossa adorada Pátria, contribuindo para a nossa entrada no cenário das nações"[870]. Mas, no tocante ao combate ao racismo científico, tal postura não se restringiu ao artigo de Moraes[871].

No mesmo ano, apenas alguns meses depois, Christovam A. Júnior, no *Getulino,* descreve a mestiçagem como "fato" inegável no Brasil, apontando que "Blainville" – Henri Marie Ducrotay de Blainville (1777-1850) –, "tão só pela cor da pele, pela simples aparência exterior, pela vestimenta da carne, dividiu os homens em três raças", "extravasando em divagações filosófico-sociais" uma divisão que, depois, o "positivismo utilizaria". Para o autor, o "sociólogo francês" não via inferioridade ou superioridade entre as raças, em contraposição ao que fez "Chailln's Ashango"[872].

É possível que se trate do viajante e antropólogo Paul Belloni Du Chaillu (1831-1903), o qual escreveu sobre Ashango – onde hoje se localiza o Gabão — quando foi enviado pela Academia de Ciências Naturais da Filadélfia para uma expedição ao continente africano, culminando em estudos pioneiros sobre gorilas e sobre o povo "pigmeu" da África Central. Um

---

[869] *Ibidem*, p. 16-23.
[870] CONCURSO de Beleza. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 13, p. 01, 21 out. 1923.
[871] MORAES, *op. cit.*, p. 01.
[872] A. JÚNIOR, Christovam. Liberdade Intelectual. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 13, p. 04, 21 out. 1923.

de seus objetivos, ao analisar os gorilas, era encontrar uma "raça intermediária" entre este primata e os homens e mulheres que viviam na África, considerando os últimos o grupo humano mais próximo desses animais[873].

A "divisão" de Blainville que, segundo o autor do jornal, não hierarquizava as raças, seria aquela que considerava a raça "branca como sendo *a mais inteligente*, a amarela a *mais ativa* e a negra a *mais sentimental"*. Essas condições de "superioridade de compensação" não convenciam o autor: "Negar atividade e inteligência à raça negra é desconhecer os fatos históricos". Os homens e mulheres negros têm inteligência e ação "em grau suficiente de sua condição", "assim como as duas outras têm de sentimentalidade aquilo que a atividade e a inteligência" os permitem. Com relação ao "sentimentalismo", Júnior considera que o "sentimento na raça negra é o que há de mais belo, é o que a coloca tão soberbamente junto às duas outras", como comprova a "poesia de Cruz e Souza": "O sentimentalismo levaria ao patriotismo, portanto, também à ação e inteligência, para esses fins"[874].

O "sentimentalismo" do negro aparece em outras ocasiões, normalmente vinculado ao positivismo. Longe de uma análise profunda, o positivismo instalou-se no Brasil, espalhou-se pelo país e se estabeleceu, por fim, na própria bandeira nacional. Em 1921, rememorando o 13 de maio daquele ano, *O Exemplo*, jornal da imprensa negra sediado em Porto Alegre, já tratado anteriormente, faz uma ode ao positivismo que, segundo o letrado do periódico gaúcho, considerava a "raça negra" a "raça do futuro". O "Templo da Humanidade" e "Auguste Comte" (1798-1857), francês que sistematizou o positivismo, por meio do "Sr. Bagueira Leal", teriam afirmado que "as outras raças", "branca e a amarela", "avançaram mais aos caminhos da civilização porque, até hoje, a evolução humana necessitou, sobretudo, dos especiais esforços da inteligência e da atividade", porém, o "futuro" demanda um "progresso" que se baseará, sobretudo, "no sentimento", onde afirma-se que "a raça negra" "é, por isso, a raça do futuro", e "desempenhará na história do planeta um papel semelhante ao que até esta idade foi cumprido pelas outras raças"[875].

Em outro momento, quando se debatia a proibição da imigração de negros norte-americanos para o Brasil, podemos ler, no mesmo jornal, outra defesa que Auguste Comte teria feito, na mesma direção, com relação ao negro: "como dizia Augusto Comte", essa é uma "raça 'que é a do futuro', pelos dotes do coração e pela extraordinária bondade"[876]. Vista como uma

---

[873] CORREA, Sílvio Marcus de Souza. A antropofagia na África Equatorial: etno-história e a realidade do(s) discurso(s) sobre o real. *Afro-Asia*, n. 37, p. 14, 2008.
[874] A. JÚNIOR, Christovam. Liberdade Intelectual. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 13, p. 04, 21 out. 1923.
[875] AINDA o 13 de maio. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano XXIX, n. 26, p. 02, 03 jul. 1921.
[876] OS NEGROS na América do Norte. *O Exemplo*, Porto Alegre-SP, ano XXIX, n. 31, p. 02, 14 ago. 1921.

raça "sentimental" ou "afetiva" – como aparece de passagem em outro artigo do mesmo jornal[877] —, tal imagem é apresentada outras vezes nessa imprensa negra. O surgimento do positivismo como um defensor ou, pelo menos, como portador de uma visão positiva sobre o negro, no caso d'*O Exemplo*, pode ser explicado, em parte, pela filiação do letrado Teixeira Mendes ao jornal. Vice-diretor da Igreja Positivista do Brasil, de 1903 até 1927, trata-se de um abolicionista que aparece no próprio periódico como um "positivista ortodoxo, propagandista tenaz das doutrinas comtianas — que conhecia profundamente —, aproveitador de todas as ocasiões e de todos os pretextos para sustentar os seus princípios"[878].

O positivismo apareceu também em *Auriverde*, jornal de São Paulo que foi publicado a partir de 1928. Segundo o editorial, os positivistas brasileiros compreendiam que só eram "brasileiros os que têm esses três sangues" – indígena, negro e branco —, algo que incomodava, pois, para o *Auriverde,* "além de que o cruzamento na espécie humana não está sujeito a regras pré-estabelecidas", no Brasil há "brasileiros que descendem somente de germânicos, de latinos, de árabes, de pretos", assim como "pode haver os que descendem de duas, três, quatro ou mais raças"[879].

Quando se deram os debates sobre a alteração na bandeira nacional, acrescentando-se a frase "Ordem e Progresso", Behemme Deó, provavelmente um pseudônimo, escreveu em *A Voz da Raça*, no ano de 1933, uma crítica à adoção do "dogma" do positivismo. Questionava-se: "como foi que se impôs então ao povo brasileiro a aceitação em sua bandeira de um lema que constitui ensinamento de uma escola filosófica, um dogma da Religião da Humanidade?" Os "discípulos de Augusto Comte bem poderiam dispensar de fazer a bandeira citar o que necessitamos". Mais importante "seria estampar no nosso maior símbolo a representação que fomos e do que somos", um lema que "gravasse um símbolo que exprimisse tudo o que necessitamos": "uma Cruz, a gloriosa Cruz que assistiu ao descobrimento desta pátria-cristã, da Terra-de-Santa Cruz"[880].

A entrada do positivismo no país foi amplamente estudada. Segundo José Murilo de Carvalho, a filosofia positivista era a favor do regime republicano, considerando-o o último passo para uma sociedade positiva[881]. A influência dos positivistas não foi desprezível, estando

[877] SOBRE a imigração de yankees de escura têz. *O Exemplo*, Porto Alegre-SP, ano XXXII, n. 04, p. 01, 10 fev. 1924.
[878] TEIXEIRA Mendes, o positivismo e o abolicionismo. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano XXXV, p. 01-02, n. 27, 18 set. 1927.
[879] PRECONCEITOS que devem desaparecer. *Auriverde*, São Paulo-SP, Ano I, n. 02, p. 01, 08 abr. 1928.
[880] DEÓ, Behenne. Modificação da bandeira nacional. *A Voz da Raça*, São Paulo-SP, Ano I, n. 06, p. 02, 22 abr. 33.
[881] CARVALHO, José Murilo. A formação das almas: o imaginário da República do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

presente, inclusive, entre os militares que efetivaram o golpe de 1889. Com relação às raças, o indígena recebeu especial atenção do Apostolado Positivista do Brasil, chegando a reconhecer, ao longo da Assembleia Nacional Constituinte de 1891, a soberania desses povos sobre seus costumes, leis e territórios[882].

A doutrina que emerge a partir da trilogia de escritos de Auguste Comte, o "Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo", foi escrito em 1824, durante o curso do autor sobre a "filosofia positiva" e "Catecismo positivista", escrito em 1853. Os três trabalhos apresentam as bases da teoria positivista, inclusive o lema "amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim". Com relação às raças, na voz de Deodoro Alves Soares, um dos expoentes do higienismo evolucionista e figura ligada à Escola Positivista, a mestiçagem seria um caminho que teria apenas dois resultados possíveis: ou um "processo de regressão que pode conduzir até mesmo à extinção desta raça"; ou "um progresso irreversível que também poderá conduzir ao surgimento de uma nova raça"[883]. Portanto, no que tange a este ponto, seria favorável ao intento de parte daqueles letrados em torno da imprensa negra.

Como observa Lilia Moritz Schwarcz, o discurso racial brasileiro recebeu influências das mais diversas teorias e nelas se respaldou. O poligenismo, que compreende diversas origens para o humano, com essa característica, facilitou a ancoragem de muitas dessas teorias a partir de suas gêneses. Como a "estrutura racial" adotada por Paul Broca, a qual impediria que essas raças alcançassem altos graus de civilização e cultura, enquanto, ao mesmo tempo, condenava a miscigenação *a priori*. Afinal, a inter-relação entre seres inferiores e superiores só poderia degradar o último.

Tal premissa teve alguma convergência com os pensamentos de Comte, pois o francês utilizou a frenologia para analisar cérebros humanos e dividi-los em três partes associadas ao sentimento, à inteligência e à atividade ou ação. Essas diferenças eram, sim, "secundárias" para o autor, pois o meio e outros fatores poderiam alterá-las com relativa frequência[884]:

> Com efeito, as mais pronunciadas e mais fixas de tais diferenças vitais, aquelas de onde deriva a *irracional noção das raças*, parecem devidas a *influências locais*, lentamente *acumuladas pela hereditariedade*, até produzirem o máximo correspondente de variação orgânica. Esse feliz apanhado de Blainville constitui pelo menos a melhor hipótese que admite um tal assunto, onde, por conseguinte, a sã

[882] RODRIGUES, Cintia Régia. O positivismo, o Estado Nacional e as populações fetichistas no Brasil. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH, São Paulo, jul. 2011, p. 02-05.
[883] SÁ, Tânia Regina Braga Torreão; MAGALHÃES, Lívia Diana Rocha. Scientificismo "a moda" brasileira: positivismo e regeneração social. *Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde*, Hygeia, n. 13, vol. 24, jun. 2017, p. 147.
[884] SCHWARCZ, *op. cit.*, p. 54.

> filosofia prescreve empregá-la, enquanto fatos certos e numerosos não a desmentirem[885].

Em primeiro lugar, a raça é determinante, mas não é a única e nem a mais preponderante. Além disso, a leitura de que o "positivismo" utilizou as divisões de Blainville está correta. Os negros, com essa observação do cérebro, seriam os mais "sentimentais", os brancos mais "inteligentes" e os asiáticos mais "ativos". Indígenas e outras etnias são ignorados, não necessariamente por Comte, menos ainda pelos positivistas, mas nas referidas divisões.

> Quando se comparam profundamente nossas três principais raças, únicas cuja distinção seja verdadeiramente positiva, elas apresentam atributos respectivos que tenderão a torná-las equivalentes, quando nossa completa sistematização utilizar todas as forças humanas. No contraste dos dois extremos, já se pode reconhecer que os negros são tão superiores aos brancos pelo sentimento como inferiores pela inteligência[886].

Muitos dos destaques engendrados para combater os racismos das mais diferentes correntes explicitam o problema dos negros nacionais: não seria hereditariedade, biologia, origem ou qualquer outra justificativa pseudocientífica, mas, sim, a ausência da educação e de trabalho. Conforme A. Júnior, muitos "sociólogos e psicólogos de meia tigela prognosticam o desaparecimento da raça negra", fato comprovadamente falso. Aceitando-se ou não, "o papel do negro está traçado, não há como fugir": "eis o que é de todos quantos têm nas veias o sangue da mesma têmpera dos gamas e dos patrocínios"[887].

Em meio ao debate de proibição ou incentivo da imigração de negros norte-americanos para o Brasil, Lapouge e Gobineau retornam, lado a lado com Stewart Chamberlain e "Huxley". O projeto do deputado Fidelis Reis, como vimos, foi um assunto acaloradamente discutido entre os letrados da imprensa negra. Debater a entrada de negros no país, no Brasil, não poderia ser apenas sobre imigração. Entre apoiadores da entrada dos *yankees* e proibicionistas, argumentos contra "negros", e não contra a imigração, emergiram em meio ao caos parlamentar de 1923. No *Getulino*, Evaristo de Moraes retorna, em dezembro daquele ano, para salientar que a lei que proíbe a imigração centra-se erroneamente nos "negros norte-americanos", considerando benéfica a entrada, por exemplo, de "amarelos" em território nacional. A ideia de mais negros no país "apavora os brancos ou quase brancos desta nossa terra". Dessa forma, não era sobre imigração, mas sobre a entrada de novos negros no Brasil[888].

---

[885] COMTE, Auguste. *Política Positiva de Augusto Comte II*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 214.
[886] *Ibidem*, p. 221.
[887] A. JÚNIOR, Christovam. Liberdade Intelectual. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 13, p. 04, 21 out. 1923.
[888] MORAES, Evaristo de. Brancos, Negros e Mulatos. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 23, p. 01, 30 dez. 1923.

Moraes compreende que, no tocante ao pavor da imigração, há uma origem para esse temor. Para ele, "parece incrível que, no ano de 1923, e no Brasil, alguém se lembre, ainda, de se apoiar em Gobineau e Lapouge", que "se revelaram alheios às condições da fusão étnica operada entre nós, e, imbuídos de preconceitos, não puderam prever os progressos da nossa civilização". "Conde Arthur de Gobineau", um "orientalista, poeta, romancista, escultor e diplomata" esteve no país entre "1868 e 1870, representando a França, e gozou da intimidade e da estima de Pedro II". Assim, torna-se "desculpável" que em seu "*Essai sur l'inégalité des races humaines*", publicado entre 1835 e 1855, não tenha reconhecido como errôneas ou "desmentido" suas teorias depois de estar no Brasil. Sua "ciência (mesmo a complicadíssima de um Gobineau) não liberta o indivíduo de umas tantas prevenções, nativas ou adquiridas". Assim, nessa visão, Gobineau escreve e depois conhece o Brasil, por isso poderia ser desculpado, mas nem por isso deixa de estar errado[889].

O autor demonstra conhecer a obra do autor francês e vai além, ressaltando como "enganam-se os que nele enxergam um gabador de toda gente branca". Os superiores, para Gobineau, eram apenas aqueles "livres de misturas étnicas", ou seja, aqueles da "Europa Central". A grande maioria foi espalhando-se e diluindo-se entre outros povos e em outros pontos da Europa. Assim, a "conclusão" é de que "não são povos da vanguarda, povos da elite, o francês, o espanhol, o italiano, o português", logo, "os que se julgam superiores são, também, tidos por inferiores, na opinião de Gobineau". Porém, tempos depois o "*gobista* alemão Stewart Chamberlain, porta-bandeira do germanismo científico" reconheceu a "excepcional" "situação" do Brasil[890]. Vale pontuar que, na imigração para o estado de São Paulo, além dos portugueses, a maior parcela dos imigrantes era composta por espanhóis e, sobretudo, italianos[891].

Essa "escola *preconceitista* [*sic*]" de Gobineau via a América como território de "degradação social", um "amontoado de mestiços" esperando a "dominação estrangeira", mas, ao olhar para os "Estados Unidos", via-os como "capazes de vantajosamente exercer tal dominação". A "ojeriza do Conde contra a mestiçagem, ojeriza que decorre da sua teoria étnica, baseada, ao mesmo tempo, na superioridade inconfundível dos arianos" "e na absoluta inadaptação dos povos de outras raças às aquisições da inteligência", "às normas da moral e às

---

[889] *Ibidem.*

[890] MORAES, Evaristo de. Brancos, Negros e Mulatos. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 23, p. 01, 30 dez. 1923.

[891] O Brasil recebeu, entre 1870 e 1930 mais de 3,5 milhões de imigrantes da Europa. O Estado de São Paulo (ou Província) recebeu no mesmo período mais de 55% desse contingente. Para se ter uma ideia, entre os anos de 1905, 87% das terras paulistas pertenciam a brasileiros e 1920, quando apenas 63% dos donos de terra em São Paulo eram nacionais. Em 1920, 2/3 da população da cidade de São Paulo era de imigrantes europeus e filhos. Em 1920, quase 65%$ das empresas do Estado eram de estrangeiros, nesse caso, considerando-se também asiáticos e sírio-libaneses. OLIVEIRA, Lucia Lippi. *O Brasil dos Imigrantes*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2010, pp. 74–74.

conquistas do direito", tornava-o um "apologista do afastamento mantido entre as raças nos Estados Unidos". O argumento de Moraes se demonstra fechado. Se se defendia que o Brasil não tinha futuro por ser mestiço, algo que se estendia a boa parte da América, com forte presença indígena, negra e branca, como era possível que os Estados Unidos fossem tão bem-quistos, inclusive por brasileiros?[892].

Para Gobineau, segundo Moraes, "os piores elementos brancos que a Europa para lá enviasse não seriam tão degenerados como as populações mexicanas e brasileiras", essas "misturadas de brancos com indígenas e negros". Para os brasileiros, era simples "desarticular" as pretensões de Gobineau. No "que toca aos mestiços, e, em particular, aos mulatos, olhem os bons observadores para o Brasil, do passado e do presente, e acabarão sorrindo da ciência etnológica de Gobineau, ridicularizado" [893]. A história, o passado e o presente brasileiros, demonstram, na prática, para Moraes, que Gobineau estava errado.

O "amontoado de mestiços", "que formava, no pensar dele, toda a população do Brasil, progrediu de forma assombrosa", "a despeito dos erros e abusos de uma administração inábil e perdulária". Aqui, os marcadores de *civilização* tomam forma. Foi "nas ciências, nas letras, nas artes e nas indústrias" que "milhares" de "mestiços declarados, de todos os matizes", "se distinguem e se impõem, desmentindo a tese de Gobineau e o prognóstico de Lapouge". Segundo o autor, no *Getulino,* apenas a "citação apologética de tais escritores" constituía uma "verdadeira afronta à nação brasileira"[894]. No Brasil, o negro é "o mais forte, a maioria nacional". Esse é um país "inegavelmente" "de mestiços" e "não imbuída de preconceito racial", ainda que "os nossos poucos preconceitistas [*sic*]" considerem os negros "indesejáveis"[895].

A aparição do nome de Thomas Henry Huxley (1825-1895) também torna o debate mais complexo. Biólogo e antropólogo, o britânico, seguidor de Charles Darwin, especializou-se em anatomia comparada e debateu ardentemente com Samuel Wilberforce em Oxford, na década de 1860. Huxley estudou, principalmente, a relação de distanciamento ou aproximação entre o humano e os primatas. O autor classificou as "raças humanas" em nove categorias e era opositor de Louis Agassiz, por exemplo, por compreender que haveria apenas uma origem do Homom[896]. Com o objetivo de compreender o lugar do homem na natureza, o autor debateu

---

[892] MORAES, Evaristo de. Brancos, Negros e Mulatos. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 23, p. 01, 30 dez. 1923.
[893] *Ibidem*.
[894] *Ibidem*.
[895] MORAES, Evaristo de. Sem nome. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 25, p. 01, 13 jan. 1924.
[896] ALVES, Ana Maria de Alencar. *Redutos da ciência na "Era dos Museus":* Inglaterra, França, Estados Unidos e Brasil. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de São Paulo, USP, 2004, p. 27-45.

com outros cientistas as ligações e distanciamentos com os primatas, utilizando-se de comparações entre as estruturas físicas destes últimos e do ser humano, recorrendo, para tal, a conceitos do período, como "gradação" e "cadeia do ser", além de estudos craniométricos.

Com relação às divisões entre raças humanas, as classificações utilizadas por Johann Friedrich Blumenbach (1752-1840) se mantêm, considerando-se, por fim, que a diferença entre as raças humanas mais ou menos "avançadas" era, proporcionalmente, a mesma que "entre o mais inferior dos homens e o macaco mais superior"[897]. Não temos a intenção de nos aprofundar mais nas obras dos autores citados, mas é possível perceber que existia, entre os letrados do *Getulino*, muito conhecimento a respeito dessas mudanças entre teorias sobre as diferenças humanas das mais diversas vertentes.

No *Getulino*, o advogado e ativista trabalhista "mulato" Evaristo de Moraes se destaca como combatente do racismo dito científico. Outra figura já tratada anteriormente, Lacerda Werneck – único branco de que se tem notícia a escrever regularmente no *Getulino* – discute, no mesmo ínterim do projeto de Fidelis, algumas outras teorias. Segundo o autor, Harry Johnston (1858-?) "estudou profundamente, os traços deixados pelos negros no sul da França, e na parte da Itália", assim como "Buffon", na sua *Historie naturelle e particuliére"*, sustentando, assim, que houve "mestiçagem" em lugares e nações considerados "civilizados".

Georges-Louis Leclerc, conde de Buffon (1707-1788), naturalista e escritor, foi um dos precursores das teorias raciais. Enquanto os "poligenistas sustentam que o negro viera ao mundo separado *da humanidade*", "Prichard" – James Cowles Prichard (1786-1848) – "sustentou com tanto talento a tese monogenista que o próprio Jean Finot" terminou por concordar com ele[898].

Nesse ínterim, portanto, a questão era a miscigenação. O negro, aqui considerado um conceito que reúne em si os pardos – "mulatos", "miscigenados", "misturados" – e o preto, era constantemente relacionado e se relacionava com todos estes conceitos. Mulato, Evaristo de Moraes é chamado de "negro" e "homem de cor. Havia uma aproximação constante entre pardos e pretos nessas folhas, nas quais, na maioria dos casos, não se discriminavam tais diferenças.

A disputa pelo "mulato" e, de maneira ainda mais enfática, a defesa do Brasil "miscigenado", têm seus sentidos. Além de todo o arcabouço já construído em torno do "Brasil cadinho" ou "paraíso racial", como já analisado, havia um interesse político, teórico,

---

[897] UCHÔA, Raphael; WAISSE, Silvia. A "Antítese Essencial": T.H. Huxley e o lugar da humanidade na natureza. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 51-64, jan./jun. 2015. A principal obra de Huxley, com relação à divisão de raças é: HUXLEY, Thomas. *Man's Place in Nature*. London: Williams and Norgate, 1863.

[898] WERNECK, Lacerda. Os negros norte-americanos. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 31, p. 01, 24 fev. 1924.

metodológico e epistemológico em não compreender os "mestiços" como degenerados em um território de maioria "miscigenada". Se o Conde de Gobineau afirmou que o brasileiro era uma "população totalmente mulata, viciada no sangue e no espírito e assustadoramente feia"[899], não era possível aceitar, como brasileiro e livre de críticas, que ele estivesse certo.

Sílvio Romero, da Escola de Recife, por outro lado, defendia: "Formamos um país mestiço", "se não no sangue, ao menos na alma"[900]. Instalado em outro centro, no Rio de Janeiro, mais especificamente no Museu Nacional, João Batista de Lacerda sustentava que, mesmo como um "país mestiço", o "Brasil mestiço de hoje [1911] tem no branqueamento em um século sua perspectiva, saída e solução"[901].

Tanto James Prichard quanto Johann Friedrich Blumenbach defenderam teses monogenistas ao longo do século XIX, ao contrário de Jean Louis Rodolphe Agassiz (1807-1873), ferrenho crítico de Charles Darwin que compreendia que a humanidade tinha variadas origens e os negros eram de outra linhagem se relacionados com a maioria dos europeus. Blumenbach descreveu uma gradação de cinco raças entre os humanos das quais a branca, ou caucasiana, e a marrom, ou americana, representavam a ponta de sua organização, enquanto a "mongol" e a "preta", ou "etíope", correspondiam aos "extremos de degeneração da espécie humana". Os indígenas nacionais, nesse sentido, seriam parte de um estágio transicional: para cima, alcançando os caucasianos, ou para baixo, chegando aos "etíopes" ou "mongols"[902].

Agassiz viajou para o Rio de Janeiro quando já era um cientista renomado, ao contrário de Darwin. Em solo brasileiro, encontrou-se com grandes nomes nacionais, apresentou palestras no Museu Nacional, em Belém, e tornou-se amigo do então imperador Pedro II. Analisando os "tipos humanos", Agassiz construiu estereótipos entre os cruzamentos de negros, brancos e indígenas que perduraram no Brasil[903]. A citação de Evaristo de Moraes, em que diz conhecer de "Agassiz até Le Bon", não foi em vão[904]. Mas, em 1923, o momento era outro.

A "biologia geral" a qual se refere Moraes, citando "Grasset", diz que que não se aplicam leis como as que Agassiz e Le Bon defendiam, "sem reservas". Os "mal agouros dos Gobineau, dos Lapouge e outros fazedores de teorias tendenciosas" condenavam "à decrepitude e à extinção" povos inteiros. Há "provas, durante a guerra e depois da guerra, da vitalidade,

---

899 RAEDERS, G. *O Conde Gobineau no Brasil.* 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 96.
900 ROMERO, *op. cit.*, 1968, p. 296.
901 LACERDA, João Batista. *Sur l' Métis au Brésil.* Paris: Imprimerie Devougue, 1911, p. 25.
902 UCHÔA, *op. cit.*, p. 51-64.
903 DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. O Darwinismo no Brasil, nas ciências naturais e na sociedade. *Rev. UFMG, Belo Horizonte*, V. 21, n. 1 e 2, p. 124, jan./dez. 2014.
904 MORAES, Evaristo de. Brancos, Negros e Mulatos. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 23, p. 01, 30 dez. 1923.

pelo menos igual à dos que aquele escritor supunha menos impuros e, portanto, superiores"[905]. Joseph Grasset (1849-1918) foi um médico neurologista francês que investigou diversas áreas, inclusive psiquiatria, chegando a escrever sobre raças no fim do século XIX. Não encontramos alguma citação específica do autor sobre a "condição" brasileira, porém, é possível que, por sua compreensão mais favorável à miscigenação, ele tenha sido acionado[906].

Nos últimos anos da década de 1910, algumas das teorias raciais mais debatidas no Brasil foram se convertendo em críticas a esses mesmos autores. Em 1918, Gilberto Amado, apenas a título de exemplo, afirmava que essas teorias continham muitos "exageros". Os "Gobineau, dos Vacher de Lapouge, dos Chamberlain, para não falar de Elisée Reclus, de Agassiz e de Gustave Le Bon", "ao qualificar-se de 'inferiores' as raças mestiças do Brasil, quer-se dizer que lhes falta o hábito do trabalho e a capacidade cívica", que seriam apenas resultantes próximas de um processo de "experiência política"[907].

Porém, há ainda outro conceito que aparece nesses periódicos. A "fusão de raças" que o Brasil representava, para os letrados do *Getulino*, de maneira mais unificada e centralizada que nos jornais anteriormente analisados, era a "condição primordial da nacionalidade". Negar este "ideal" era negar o próprio país, era "falta de patriotismo", como um golpe para "ferir e desmanchar esse anseio do país", "impedir a evolução formativa da nacionalidade", um "crime", que só a ignorância em coisas da pátria, pode produzir". A "fusão" entre todos aqueles que teriam contribuído para a "Pátria" era inegável, porém, a atuação do negro recebe destaque em diversos momentos, sobretudo quando o passado é evocado para tal.

No mesmo texto, afirma-se que "o Brasil não é filho do estrangeiro, não é tão pouco só do branco nacional que, se existe com as modalidades atuais", "é porque o *preto o amamentou*, o *embalou*, e, com inaudito esforço, arroteou os campos, desbravou florestas e formou fazendas" no país[908].

Em outubro e novembro de 1923, quando ainda se comemorava o "Concurso de Beleza" do *Getulino*, destacado anteriormente, o jornal se viu obrigado a rebater reações, na grande imprensa e em outros espaços, que visavam "ridicularizar o concurso de beleza promovido por esta folha". Se em novembro daquele ano escreve-se que jornais italianos, como *Il Pasquino*, afirmaram que "a gente preta também é humana" e que ataques como esse eram contrários ao país e aos "maiores brasileiros, os de maior talento" que combateram "tão nefando sentimento"

---

[905] *Ibidem*.
[906] DOMINGUES, *op. cit.*, 2014, p. 145.
[907] AMADO, Gilberto. *Grão de Areia*. São Paulo: José Olympio, 1948, p. 13.
[908] U.C. Fusão de Raças. *Getulino*, Campinas-SP, Ano II, n. 32, p. 01, 02 mar. 1924.

de preconceito[909], em outra ocasião, no mês de outubro, a folha procurou demonstrar que os "gloriosos antepassados" do Brasil eram "brancos" e "negros".

A "fusão" e a presença dos "heroicos lusitanos" foi o que possibilitou que, "irmanados com o valoroso africano", descortinassem "os horizontes intermináveis da nossa adorada Pátria". Como "irmãos", "quando se trata de defender a Pátria". Havia, para os letrados do *Getulino*, "Ligas Nacionalistas" que procuravam convencer do contrário, com o objetivo de "afastar o brasileiro branco do brasileiro de cor", negando aos últimos aquele "sentimento dos fundadores da República": "igualdade e fraternidade". Negar essa presença negra e branca era colocar o "negro patrício" "fora da comunhão nacional". É nesse momento em que se aciona novamente Henrique Dias, "o maior herói da guerra holandesa", e seu "santo patriotismo", ainda que esse patriotismo ocorra antes mesmo de haver uma pátria, é necessário acrescentar. Desse modo, em diversos momentos, o "mestiço", a "fusão" ou a presença destas "raças" na formação, no passado e na História do Brasil eram acionados para integrar o negro e combater os preconceitos – o racismo – com veemência[910].

Quanto ao "mestiço", torna-se importante destacar outro artigo do *Getulino* para demonstrar como a maior parte dessa imprensa negra compreendia a união entre pretos e pardos (ou mestiços) sob a "raça negra". O professor José Luiz de Mesquita, conhecido pelo seu trabalho de educação e alfabetização em Lavras, Minas Gerais, era também músico e poeta e participou da redação do jornal a partir deste mesmo 1924[911]. Poucos meses depois, publicou um longo texto que buscava apresentar um panorama geral da "Raça Negra no Brasil"[912]. O caso de Mesquita elucida parte da integração entre o referido periódico e outras localidades, bem como as preocupações desses letrados com a instrução formal para negros. Porém, no que concerne ao objetivo do presente trabalho, interessa-nos demonstrar como a visão sobre o conceito de "negro" se aproxima daquela adotada pelo IBGE, ou seja, somando-se pardos e negros.

No texto, além de lembrar de grandes nomes da "raça humilde na sua origem e grande na sua alma", o autor destaca como ela "vem prestando à nossa Pátria desde o dia em que neste solo abençoado ergueram a cruz santa, marco bendito do Cabral descobridor" um trabalho "indispensável". Tanto em relação aos "assuntos de nossa História", como às "nossas letras", fazem ver nossas "belezas imensuráveis da gloriosa terra brasileira" e, nos "fatos históricos

---

[909] FERREIRA, B. H. Que atrevimento!...*Getulino*, Campinas-SP, ano I, n. 15, p. 02, 04 nov. 1923.
[910] CONCURSO de Beleza. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 13, p. 01, 21 out. 1923.
[911] MIRANDA, *op. cit.*, p. 37.
[912] MESQUITA, José Luiz de. A raça negra no Brasil. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 51, p. 01, 07 set. 1924.

antepassados", nossas "glórias", fazendo "reviver na alma nacional "os combates do Paraguai tantas vezes gloriosos graças à intrepidez dos nossos soldados".

Nos "fatos da Inconfidência Mineira, do Grito do Ipiranga e de outros pontos memoráveis da História Pátria", fazem sobrepujar-se nomes e "a memória dos nossos grandes homens". Nessa ocasião, Mesquita lembra que "no desenrolar de todo esse volumoso compêndio", "no folhear de tantas e de tantas obras que enriquecem a biblioteca nacional", "muito *raramente aparece o valor da raça negra* na cooperação de todos esses surtos de patriotismo", mesmo que estes enobreçam tanto "nossa nacionalidade". Ainda que não seja possível haver "contestação de fato algum que fulgure nos anais da História" "em que não tenha a cooperação incansável da raça negra", nomes como os de "Henrique Dias e José do Patrocínio", "defendendo o Brasil nos campos de batalha" ou "trabalhando dia e noite na imprensa e na tribuna" pela "liberdade da raça oprimida", respectivamente, parecem encontrar-se no esquecimento nacional[913].

Afirma-se, com veemência – remetendo à obra de Afonso Celso, "Porque me Ufano de Meu País": "Eu me ufano de meu país quando vejo ilustrando as letras nacionais um negro como Cruz e Souza, um Luiz Gama e outros". Dessa forma, é "indiscutível" que, "embora, predomine ainda em parte o despeito ferrenho das outras raças amarelas ou brancas" "contra o evoluir dos negros", "jamais poderão deter o passo célere do progresso humano" no qual o "negro nacional" foi fator preponderante[914].

Une-se assim, Luiz Gama, filho de um homem branco com uma mulher negra[915]; Cruz e Souza, poeta filho de pais pretos e alforriados[916]; José do Patrocínio, lido, por vezes, como "mestiço"[917] e, em outras, como "preto"[918]; com o arcebispo de Mariana, Silvério Gomes Pimenta, filho de descendentes de africanos; todos sob a alcunha do "negro nacional". Essa era uma prática comum nesse conjunto da imprensa, ainda que, em determinadas ocasiões e rebatendo críticas específicas com relação às teorias raciais, o "mestiço" ganhasse destaque. O mesmo pode ser dito do conceito de "preto", que por vezes reunia em si pardos e pretos. Analisando a "péssima situação dos homens pretos em São Paulo", Benedicto Florêncio trataria

---

[913] *Ibidem*.
[914] *Ibidem*.
[915] HONRA a Luiz Gama. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 10, p. 01, 30 set. 1923; GUEDES, Lino. Luiz Gama. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 50, p. 02, 24 ago. 1924.
[916] SANTOS, Mary. Luz e Liberdade. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 05, p. 01, 26 ago. 1923.
[917] BUENO, Silveira. Os Gênios da Raça. *Getulino*, Campinas-SP, Ano III, n. 01, p. 02, 13 mai. 1926.
[918] SANTOS, Mary. Luz e Liberdade. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 05, p. 01, 26 ago. 1923.

de diversos homens que sofreram com o "repúdio e constantes vexames" nesta cidade, um "fenômeno" que atingia, para o autor, todos aqueles "de cor", "pretos ou mestiços"[919].

Tal conjuntura também pode ser observada em outro jornal, o qual se relaciona com este mesmo capítulo, *O Clarim d'Alvorada*. Discutindo a desunião e possíveis rusgas que surgem entre os "pretos" e "mestiços", sobretudo no âmbito do que José Correia Leite chama de "ideias", o autor busca combater as críticas à "Confederação", que, naquele contexto, procurava consolidar-se. A "Confederação", na verdade, o Centro da Confederação Paulista dos Homens de Cor – empreitada do jornal que acabou não se realizando por completo –, lançou um "manifesto" que, para Leite, "não ofendia quem quer que fosse e não continha fantasias imaginárias, e inverdades que viessem a magoar a moral dos nossos patrícios". Continuando, diz que "existe um elevado número de apóstolos, mas, cada um costuma apostolar por conta própria, andam sempre desentendidos e, desta feita", chocando-se "violentamente". Então, afirma: "pretos ou mestiços é uma coisa só, todos descendem da mesma raça, todos são negros". Reafirmando essa questão, considera que, sem "harmonia", "o preto deverá ser combatido pelo próprio preto". O "preto", o negro e o "mestiço" misturam-se na luta, uma "mesma luta", para Leite[920].

Em outro momento, já em 1927, A. J. Santos escrevia n'*O Clarim d'Alvorada* sobre como a "grande obra da Ação Negra no Brasil" deveria se concentrar na melhoria e no "levantamento" do "nível intelectual e moral" do "negro". Mas, no início de sua narrativa, a primeira questão colocada é, "antes de começar", "explicar o que entendemos por negro": "é negro toda a gente de cor, preta, mulato, etc, descendente do africano e do indígena". Porém, o mesmo Santos salienta: aquele não era o "lugar" para "explicar as premissas dessa conclusão"[921]. Dessa forma, o "mestiço" não era uma questão para os letrados do *Getulino*: a "mestiçagem" aparecia na medida em que se debatia teorias que o consideravam inferior, degenerado ou impassível de civilização.

8.2. Passados de um Getulino e a importância do negro soldado: cenas inaugurais

Em 1923, uma série de textos foi publicada no *Getulino*. O "Papel do Escravo na Civilização Brasileira", escrito por Evaristo de Moraes, traça um panorama histórico da

---

[919] FLORENCIO, Benedicto. Os pretos em São Paulo. *Getulino*, Campinas-SP, Ano II, n. 53, p. 01, 21 set. 1924.
[920] LEITE, José Correia. Capacidade dos incapazes. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano III, n. 24, p. 02, 22 ago. 1926.
[921] SANTOS, Arlindo J. Veiga dos. Palavras aos pais negros. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano IV, n. 33, p. 03-04, 13 mai. 1927.

escravidão no Brasil. O texto busca, desde uma ode à Abolição, explicitar o papel da "raça negra" a partir desse sistema. Todavia, mais do que isso, Moraes narra uma emancipação dos escravizados que perpassa legislações e nomes, como os de Eusébio de Queiroz e Rio Branco, para comprovar que era necessário compor uma história do Brasil que considerasse o negro como elemento primordial dessa nacionalidade. Os processos que culminaram na Lei Áurea são intercalados com autores como Silvio Romero e Franklin Távora, um "literário" e outro "romancista", os quais solicitavam que os letrados nacionais prestassem mais atenção à "raça preta"[922].

A complexidade do texto, assim como a citação de autores que, naquela década de 1920, já poderiam ser acionados para indicar a obrigação nacional de investigar o passado negro brasileiro, constituem aspectos importantes aos intentos do *Getulino*. Neste periódico, "Isabel, a Redentora", é incorporada às homenagens aos defensores da Abolição. Ela era tida como a "encarnação do amor ao próximo", como um "anjo protetor da raça negra", concedendo, em sua "bondade", uma "liberdade relativa", em 28 de setembro, para depois haver uma liberdade "integral", em 13 de maio. Junto ao texto é reproduzida uma foto de Isabel Bragança, já mais envelhecida. O "gesto de bondade"[923] será rememorado em outras ocasiões.

Porém, os abolicionistas em geral, com exceção da antiga Princesa, encontravam-se "nas dobras do esquecimento ou nas névoas do tempo" em que os "benfeitores e grandiosos daqueles que, vencendo toda a espécie de perigos como delícias", "tendo de um lado as dificuldades da época, de outro a rigidez do tempo e a má vontade do meio", "lutaram pela realização do mais nobre *desideratum*, que é a liberdade neste país", "o orgulho do Novo Mundo e mais justificada conquista que o Cruzeiro protege"[924].

A visão do passado, no mesmo "Questionário" da vencedora do Concurso de Beleza realizado pelo *Getulino*, também responde à necessidade de memória e esquecimento: mesmo que seja um "orgulho" do "Novo Mundo", o Brasil tinha um passado que não era digno de si. A "resignação é um meio eficaz de atentar à mágoa", portanto, é necessário "nem rir de tudo, nem chorar por qualquer coisa". Rememorar com parcimônia era o que permitiria o riso, enquanto o esquecimento possibilitaria que o choro não durasse para sempre[925].

Como aludido anteriormente, havia alguma "Nostalgia Imperial" na década de 1920. Isabel, provavelmente, foi, ao lado de Pedro II, a figura mais mobilizada para revitalizar a

---

[922] MORAES, Evaristo. O Papel do Escravo na Civilização Brasileira. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 03, p. 01, 12 ago. 1923.
[923] GETULINO, Campinas-SP, Ano I, n. 10, p. 01, 30 set. 1923.
[924] QUESTIONÁRIO. Getulino, Campinas-SP, Ano I, n. 12, p. 01-02, 13 out. 1923.
[925] *Ibidem*.

imagem do Império diante das crises que atingiam a combalida República Brasileira. O passado, em meio à "Ascenção dos Mulatos", do mesmo Moraes, viria demonstrar as exclusões de pretos e "mulatos" durante o período colonial. São "vários documentos legislativos" que "refletem" "o rebaixamento proposital dos mulatos, pelos brancos".

Um "português" que governou o Rio de Janeiro, "Alberto Ayres Saldanha de Albuquerque Coutinho Mattos e Noronha", publicou, em "27 de junho de 1724", um texto legislativo que declarava que "todo o negro ou 'mulato' que se achar jogando, 'qualquer jogo', será açoitado". Em outra ocasião, cinco anos depois, o Governador Luiz Vahia Monteiro "vedava aos mulatos usarem capote, pau de porrete, nestes precisos termos": "Depois de se tocar 'Ave Maria', à boca da noite, nenhum mulato ou negro 'forro' ou cativo, possa usar capote ou baeta, no decurso de toda a noite até se tocar, pela manhã a alvorada". O "porrete" ainda foi proibido de modo geral: "não poderão usar os ditos *'mulatos', nem pretos*, pau ou porrete de dia ou de noite'"[926]. O passado não é bom ou ruim. O passado não é, necessariamente, algo que passou.

Moraes continua desenhando as legislações excludentes e, mesclando-se "pretos" e "mulatos", proposição comum nessa imprensa, descreve "açoites" realizados, no "lugar mais público" da "Vila", apenas pela utilização de "tecidos" proibidos, como a "lã". Em 1810, segue Evaristo de Moraes, "Arruda Câmara" diz que é necessário "cessar" a proibição do acesso de "pretos" e "mulatos" aos "lugares públicos". O epíteto utilizado por Câmara, segundo o autor do *Getulino,* foi "homens de cor". O objetivo era exterminar o "atraso" "dessa gente", apenas para que, "quando necessário seja possível chamá-los". Com preconceito de cor ou não, "jamais pode o Brasil progredir sem eles intervirem coletivamente em seus negócios". Eram "maioria". Com a "monarquia, ou sem ela, 'deve a gente de cor ter ingresso na prosperidade do Brasil'".

Após detalhar legislações excludentes do passado, o letrado alcança 1810 e, para o jornal, "os mulatos tiveram, de fato, 'ingresso na prosperidade do Brasil', fartamente contribuindo para ela". A exclusão cessou com o fim do Brasil Colônia? Para Moraes, sim. "Desde o 1º Império, foram eles notáveis estadistas e sentaram-se nos conselhos da Coroa"; "foram oradores e publicistas e, por vezes, guardaram o principado da palavra e da pena"; "foram médicos e tiveram aos seus cuidados a preciosa saúde dos dois Imperadores"; foram, ainda, "advogados"; "o primado do verso no período romântico"; "foram musicistas" que, inclusive, receberam a "chegada da Família Real ao Brasil", os "confundindo"[927].

---

[926] MORAES, Evaristo. A Ascenção dos mulatos. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 12, p. 03, 13 out. 1923.
[927] *Ibidem*.

No mesmo ano, o próprio Moraes escreve sobre Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo (1849-1910), texto no qual Isabel aparece "vacilante" diante do dilema entre a Abolição e o Trono. Foi, segundo o letrado, Nabuco quem a convenceu[928]. Assim como ocorre em outros lugares de enunciação, mesmo os mais autorizados, havia polifonia nas narrativas sobre o passado, inclusive entre textos do mesmo autor, no mesmo jornal.

Unindo-se negros, nação e biografia, Henrique Dias catalisa o momento de "formação do Brasil", da "nacionalidade" e da "Pátria". Foi por meio da "guerra" que se "fundou" o país. Além de "ajudar os portugueses na conquista da terra", foi na "resistência a invasão batava" em que a "formação da nacionalidade" se deu e, portanto, foi com Henrique Dias que essa contribuição se consolidou. Ainda que os "historiógrafos" e "cientistas" brasileiros ignorassem essa "cena" nacional, não se interessando por suas "origens", "linguagem", "vida íntima" e seus "traços distintivos", os negros só "muito tardiamente" seriam tratados. Os "negros importados" eram, a partir daí, nacionais. É importante ressaltar que os "negros importados" encontravam-se no passado, aqueles que vieram da África, aqueles que não eram "brasileiros", pois, depois da "invasão batava", todos seriam, acima de tudo, brasileiros[929].

A crítica de Moraes aos "historiógrafos" e "cientistas" contrasta com as citações de Távora e Romero em outro texto publicado no mesmo ano, no mesmo jornal, pelo mesmo autor. Ainda sobre a "Raça Negra e a Gratidão Nacional", aparecem "Camilo de Monserrat" e um "botânico alemão", provavelmente Martius, como relatado antes, que teriam solicitado estudos sobre os "africanos" e seus descendentes. Romero retorna, com a companhia de Tobias Barreto e outros, para reafirmar que, "atualmente", sobretudo em um "núcleo de escritores nortistas", retomaram essa necessidade de se investigar a "contribuição da raça negra para o amálgama do povo brasileiro". São "quatro séculos de nossa luta" que deveriam ser computados na História do Brasil, "milhões" de pessoas, "nossa gente", formaram o país, "o negro foi, assim, um robusto civilizador"[930].

Aqui, o texto analisado anteriormente precisou ser retomado. O que cabe ao intento deste trabalho é demonstrar como a narrativa histórica destes jornais não era unificada. Mesmo procurando manter maior coesão, em o *Getulino*, Evaristo de Moraes e outros letrados dessa década de 1920 ainda se debateriam com dificuldades no tocante à unicidade dos discursos.

---

[928] MORAES, Evaristo de. A vocação libertadora de Joaquim Nabuco. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 14, p. 01, 28 out. 1923.
[929] MORAES, Evaristo de. A raça negra e a gratidão nacional. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 15, p. 01, 04 nov. 1923.
[930] *Ibidem*.

Em outro momento, analisando a "psicologia de José do Patrocínio", o mesmo Moraes, muito ativo nos três primeiros anos do *Getulino*, daria outro panorama sobre o abolicionismo e, com isso, sobre a História do Brasil. No texto, lemos o pronunciamento do autor, na Academia Fluminense de Letras, sobre os discursos de "Joaquim Nabuco e Andrade Figueira" na "Câmara dos Deputados", para esquadrinhar a contribuição de Patrocínio naquele período. Porém, o detalhe recai na defesa do último à Isabel e à Coroa. Patrocínio é visto como um "endeusador de Isabel", admitindo as "transigências do Trono", "divinizando o gesto da princesa olvidando dados recentíssimos que ele mesmo reverberará", como os "republicanos" e "abolicionistas" que tanto trabalharam para o fim da escravidão. Porém, visto como "renegado", Patrocínio deve ser considerado um "apóstolo", ainda que seja "merecedor de definitiva excomunhão"[931]. As críticas à monarquia, portanto, eram correlatas às homenagens.

Para além da polifonia dos jornais e dos letrados em torno de suas prensas, cabe demonstrar, neste espaço, a importância dos conflitos armados para essa história narrada entre as colunas dos periódicos por nós coletados. São acionadas a Guerra do Paraguai, a partir da qual são lembrados apenas "Caxias" e "Ozórios", enquanto esquecem de "reviver na alma nacional" a luta dos negros no "Sul" do país[932]; e a Guerra contra os holandeses, que tem grande importância para determinar, em parte destes jornais, a gênese nacional. Apenas os "malditos" que negam a contribuição negra perante um "sangue cheio de patriotismo" que não admitem, sem titubear, que "Henrique Dias" foi o "maior herói da guerra holandesa"[933].

Vista como uma cena inaugural do nacionalismo, as batalhas contra a invasão dos holandeses ao Brasil colonial são bastante evocadas para demonstrar a presença do negro no momento de origem do país, sobretudo a partir de um dos nomes mais homenageados desse conjunto de jornais, Henrique Dias. Porém, se ele se encontrava naquela cena de origem do desejo pela nação, do sentimento de nacionalismo e onde, pela primeira vez, teria havido a união de todos os brasileiros – mesmo antes do Brasil emancipado –, ele também teve ao seu lado brancos e indígenas.

Quando analisamos os estudos sobre o passado negro no Brasil, por meio das Revistas do IHGB, encontramos, na biografia de Henrique Dias, a mesma ideia de um país inaugurado na Guerra. Além disso, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro (1825-1876) também inseriu, em seu panteão de papel, Vidal de Negreiros e Filipe Camarão, branco e indígena, respectivamente.

---

[931] MORAES, Evaristo de. Um pouco de psicologia de José do Patrocínio. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 37, p. 01, 06 abr. 1924.
[932] MESQUITA, J. Luiz de. A raça negra no Brasil. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 51, p. 01, 07 set. 1924.
[933] *Ibidem*.

O projeto da "mescla das três raças" com certeza foi importante para essa composição[934]. O negro, na visão do *Getulino*, citando um discurso do "Dr. Fidelis Reis" que propunha a proibição da imigração de negros norte-americanos para o Brasil, "conosco pelejou os combates mais ásperos da formação da nacionalidade, trabalhou, sofreu, e com a sua dedicação, ajudou-nos a criar o Brasil que aí está"[935].

Em homenagem a Dias, vemos, no *Getulino*, Lino Guedes explicitar que, para além do "Bayard da Liberdade", o "valente negro Pernambucano" – uma "flor agreste de uma civilização embrionária", síntese admirável da bravura de um povo" – rememora como, "até a independência", "os batalhões compostos de soldados e oficiais pretos tinham no Brasil o nome de batalhões de 'Henrique Dias', ou simplesmente dos 'Henriques'". Tais "unidades do exército nacional" foram, "por influência do espírito mesquinho de escravocratas, que viam nessas unidades" "grandes ameaças", "dissolvidas". Assim, deixa-se, "até hoje" – 1924 –, "no olvido o valoroso negro soldado, cujo corpo se encontra no convento de Santo Antonio em Recife". O exército, a Guarda Nacional ou outra corporação armada possibilitaram não só a presença de um negro de relevo, reconhecido na cena "embrionária" da Nação, mas também acesso à "nobreza": "Preto, mais nobre que um nobre; ou nobre como um Bragança, sob a epiderme de cobre; uma alma doiro descansa!". Esse era Dias, mas também o negro-soldado[936].

8.3. O presidente morto, negro.

Há ainda outra questão a ser destacada em relação ao passado que emerge no *Getulino*. O Brasil teve um presidente negro. Nilo Peçanha pouco aparece na imprensa negra brasileira, porém, após o seu falecimento, Lacerda Werneck publica uma homenagem em que se descreve a "crise na política nacional" instalada com sua morte e como, tal qual um dos "Reis Magos" – lembrando que um deles era negro –, "guiava-nos ao tabernáculo da Pátria" em uma "regeneração dos costumes políticos" brasileiros. "Morreu como um justo", "um eleito do Criador". Suas últimas palavras são reproduzidas: "conscientemente, nunca odiei ninguém". O presidente "morreu Firme no seu propósito político, exarado no enunciado do seu programa governamental, quando disse querer governar fazendo política de 'paz e amor'".

Traçando seu perfil, Lacerda destaca as "altas posições" que alcançou: "chegou a ser o supremo magistrado da República", era um "espírito culto, educado na escola dos princípios

[934] MANHANI, *op. cit.*, 2025b.
[935] MORAES, Evaristo de. Sem nome. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 25, p. 01, 13 jan. 1924.
[936] GUEDES, Lino. Henrique Dias. *O Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 44, p. 02, 15 jun. 1924.

democráticos", com uma "alma sumamente boa, saturada dos princípios cristãos, governou o seu Estado natal por duas vezes e conduziu a Nação" em uma "época assaz melindrosa". Era um "escolhido da Providência". Seu túmulo, longe de só guardar um "cadáver", recebeu "a maior" "Fé dos bons patriotas, que sentiam em seus peitos, arder o fogo da Esperança"[937].

Esse "novo Moisés" é quem manda que se "abram as águas" para o "campo de combate "de que resultará a nossa Redenção". Com sua morte, "se foi o nosso único arrimo, o nosso único homem capaz de se bater pelo restabelecimento da república"[938]. Nilo Peçanha – Nilo Procópio Peçanha (1867-1824) –, faleceu em 31 de março de 1924. Foi presidente do Brasil entre 14 de junho de 1909 e 15 de novembro de 1910. Além de político, formou-se em Direito na Faculdade de Recife, em 1887. Deputado, senador e Constituinte, foi Presidente do estado do Rio de Janeiro entre 1903 e 1906. Foi eleito em 1906 para vice-presidente da República e, com a morte de Afonso Pena, assumiu a presidência por pouco mais de um ano. Posteriormente, ocupou outros cargos de importância, como Ministro das Relações Exteriores, mais uma vez candidato pelo movimento Reação Republicana[939].

Nilo Peçanha, apesar de ser o primeiro e único presidente negro do Brasil, não surge com frequência nestes jornais. Nossa hipótese para este caso é que, como um homem negro – esse universal que conforma comportamentos, hereditariedade, ações, costumes e caráter –, seria arriscado fazer homenagens e dar destaque a esse fator, considerando-se que havia a possibilidade de Peçanha cometer graves erros como político e, desse modo, recair sobre todos os negros as críticas a ele direcionadas. Com sua morte, Lacerda considera ser possível homenageá-lo. Vale lembrar que Werneck Lacerda era um homem branco.

Em *O Exemplo*, Peçanha aparece em 1921, anos antes de sua morte. Porém, não se tratava de uma rememoração do seu período como presidente, nem mesmo de seus feitos. O que o jornal procurou denunciar foi o preconceito de cor dos críticos do político carioca. Trazendo alguns trechos de um texto do "sr. dr. Martins Francisco dos Santos", o jornal reproduz as "belezas" que ele escreveu. "O homem é o mais ingrato dos animais" e "O brasileiro, o mais ingrato dos homens", enquanto "o negro o mais ingrato dos brasileiros". Aqui, segundo Santos, "o negro sempre respondeu com ingratidão à generosidade dos que procuravam favorecer". O autor ainda indica que, como dizia "Aristóteles", "classificando os

[937] WERNECK, Lacerda. Nilo Peçanha. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 37, p. 01, 06 abr. 1924.
[938] *Ibidem*.
[939] TINOCO, Brígido. *A Vida de Nilo Peçanha*. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1962; SILVA, Hélio. *Nilo Peçanha* –7º Presidente do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Três, 1983; PEÇANHA, Celso. *Nilo Peçanha e a Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

homens em turmas que nasceram para obedecer" e que "nasceram para mandar": "Negro é negro e branco é branco".

O Exemplo continua sua argumentação, pois esse "preconceito de cor é uma moléstia contagiosa, cujo micróbio é pior do que a da peste branca (tuberculose)" e, por isso, contamina "todas as camadas sociais, com o seu vírus violento". Esse "vírus", atinge, inclusive, o "chefe da nação", que pediu que excluíssem os negros de fazerem parte de "um vaso de guerra, que partia para os Estados Unidos da América do Norte, todos os marinheiros de cor!". Chamar alguém de "negro" é uma ofensa para muitos, como fazem os "jornais que atacam a candidatura à presidência da República do sr. dr. Nilo Peçanha", "como nada podem dizer do eminente estadista, que é uma glória de sua Pátria", tentam "rebaixá-lo", "chamando-o o mulato beiçudo", "pernóstico, mestiço, moleque, e outras belezas, próprias só de gente mal educada"[940].

O presidente negro era ofendido por ser negro. Mesmo depois de seu mandato presidencial, relegava-se ao fato de ser negro o problema de sua candidatura. Era muito complexo defendê-lo enquanto exercia o cargo máximo do país. Era possível defendê-lo, sim, sem ressalvas, quando era ofendido por ser aquilo que esses jornais se propunham a proteger. Suas escolhas políticas, assim como as dos editores e escritores dessas folhas, com certeza influenciaram nessa ausência de Peçanha – ou pelo menos na falta de uma presença marcante – nos jornais da imprensa negra brasileira. Porém, o fato de representar, diante do universal negro, todos os negros nacionais e, em caso de erro, essa mesma falta recair sobre todos, não é desprezível. Morto, o presidente poderia ser negro.

O caso de *O Exemplo* é intrigante. Longe das disputas políticas em que Peçanha estava envolvido, no Rio de Janeiro, o jornal gaúcho chamou às urnas os cidadãos nacionais para o pleito de 1 de março de 1922. Declarando-se, "frisamos bem", "independente" e sem "ligações partidárias ou compromissos políticos ou religiosos", o jornal considera ser aquele um "momento" "tormentoso" e, por isso, necessária uma intervenção. Entre os "dois candidatos antagônicos" que disputavam a "direção do país", escolheu-se apoiar Nilo Peçanha em detrimento de Arthur Bernardes da Silva.

Nilo Peçanha aparece como um exímio político, "Senador da República", "fluminense" que governou de forma "laboriosa e combativa" o país. Entre seus feitos, destaca-se a fundação do "Ensino profissional em todos os Estados do Brasil", além de "outras três dezenas de positivos benefícios". Sua trajetória é destacada, assim como sua atuação em meio ao conflito

[940] RAMOS, Lindolpho. O ódio de raças. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano XXIX, n. 40, p. 01, 23 out 1921.

mundial enquanto representante do Brasil. A "conclusão a tirar desses fatos todos" era a de que, pelo seu "luminoso passado", Peçanha seria, "melhor do que ninguém", o mais "apto a empreender" as políticas defendidas pelo jornal. Porém, nenhum ato destacado vinculava-se às relações raciais. Destaca-se, em contrapartida, a experiência anterior do presidenciável e seu "rol de serviços prestados à Pátria"[941].

Ainda que não se saliente a "cor" de Peçanha, em 1923, no mesmo jornal, o "preconceito de cores" que sofria retorna. Segundo a reportagem, o "Sr. Lanza" teria utilizado Gustave Le Bom e Enrico Ferri para chamar de "bode" Nilo Peçanha, um "mulato ilustre". Estamos em 1923 e Peçanha já estava morto. O primeiro presidente negro só foi chamado de mulato por essas folhas negras após a sua morte[942]. Assim, os homenageados nessa imprensa, sobretudo nas biografias – veiculadas com muita frequência, como já relatado –, seriam encontrados em personagens de um passado que permita homenagear mortos. Os vivos, ainda presentes, eram arriscados para pessoas tão passíveis de violência e crítica.

8.4. As associações negras e aquilo que as une: o racismo

Com a formação do *Getulino* vinculada à Federação dos Homens de Cor, criada em 1909, há maior coesão nos discursos que emergem neste periódico em meio a uma República que, de diversas formas, tornou limitada a cidadania negra:

> [...] politicamente em decorrência das limitações da República no que se refere ao sufrágio e às outras formas de participação política; seja social e psicologicamente, em face das doutrinas do racismo científico e da "teoria do branqueamento"; seja ainda economicamente, devido às preferências em termos de emprego em favor dos imigrantes europeus[943].

Parte da estratégia de combate às exclusões dessa parcela populacional ocorreu, com seus devidos pressupostos e diferentes estratégias, nos próprios jornais que surgiram após a Proclamação. Como vimos em *A Pátria* e *O Progresso*, além de *O Exemplo*, *O Baluarte*, *O Propugnador*, *A Alvorada*, *O Menelick*, *O Alfinete*, *A Liberdade*, *O Bandeirante* e *O Kosmos*, tratava-se de reivindicações por maior atuação política e social; meios de atuar diante das ondas de imigração europeia e contra as discriminações; além de descrever os preconceitos no trabalho público e privado, lutando por maiores e melhores oportunidades de emprego. Há também uma forte camada de policiamento moral e ético, procurando aproximar o

[941] CIDADÃOS: às urnas! *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano XXX, n. 08, p. 01, 26 fev. 1922.
[942] O PRECONCEITO de cores e o sr. Lanza. O Exemplo, Porto Alegre-RS, ano XXXI, n. 18, p. 02, 06 mai. 1923.
[943] ANDREWS, George Reid. O Protesto político negro em São Paulo (1888-1988). *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 21, Rio de Janeiro, 1991, p. 32.

comportamento e os costumes de parte da população negra nacional daqueles esperados, no Ocidente, pelo civismo, de todos os membros do Estado-Nação.

Com mais estabilidade na gestão, em suas publicações e periodicidade, o jornal *Getulino* também tem reivindicações mais objetivas e um engajamento ligado a seus líderes – sobretudo Deocleciano do Nascimento, Lino Guedes, Gervásio de Moraes e Jayme de Aguiar – e outras associações, como o Centro Cívico Palmares e a própria Federação, além de diferentes jornais deste conjunto – *O Kosmos* e *O Clarim d'Alvorada* se destacam. Apesar de adotar outra divisão com relação aos periódicos da imprensa negra, Miriam Ferrara compreende que foi com o *Getulino* que se iniciaram as "reivindicações como instrumento de luta", com um caráter ainda mais ligado ao associativismo e com maior integração entre letrados negros interna e externamente[944]. Mesmo que tomemos tal periódico em seu "caráter de transição", o que também podemos observar em jornais tratados anteriormente, como *O Exemplo*, concordamos com as observações de Gilmar Luiz de Carvalho em sua investigação, considerando o *Getulino* o primeiro jornal com este caráter[945].

Como já salientado, a iniciativa do jornal, a partir de ligações, mesmo que não oficiais, com associações negras, não é uma exclusividade deste periódico, ainda que se possa associar, de maneira mais direta, as atuações enfáticas da Federação dos Homens de Cor de São Paulo ou do Centro Cívico Palmares, aos membros mais proeminentes desta folha. Em diversos pontos do país, com especial atuação em São Paulo, diferentes associações, grêmios e clubes emergem com intuitos mais definidos.

> Em São Paulo, apareceram o Club 13 de Maio dos Homens Pretos (1902), o Centro Literário dos Homens de Cor (1903), a Sociedade Propugnadora 13 de Maio (1906), o Centro Cultural Henrique Dias (1908), a Sociedade União Cívica dos Homens de Cor (1915), a Associação Protetora dos Brasileiros Pretos (1917); no Rio de Janeiro, o Centro da Federação dos Homens de Cor; em Pelotas/ RG, a Sociedade Progresso da Raça Africana (1891); em Lages/SC, o Centro Cívico Cruz e Souza (1918).7 Em São Paulo, a agremiação negra mais antiga desse período foi o Clube 28 de Setembro, constituído em 1897. As maiores delas foram o Grupo Dramático e Recreativo Kosmos e o Centro Cívico Palmares, fundados em 1908 e 1926, respectivamente[946].

De "cunho eminentemente assistencialista, recreativo e/ou cultural, as associações negras conseguiram agregar um número não desprezível de 'homens de cor'". Foram mais de 123 associações negras, apenas em São Paulo, sendo algumas exclusivamente formadas e comandadas por mulheres negras[947]. O caso da Federação – com Benedito Florêncio como

[944] FERRARA, *op. cit.*, p. 54.
[945] CARVALHO, *op. cit.*, p. 111.
[946] DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Revista Tempo*, n. 12, vol. 23, 2007, p. 103.
[947] *Ibidem*, p. 104.

tesoureiro, também um dos principais colaboradores do *Getulino* – alia-se ao do Centro Cívico Palmares (CCP), o qual contou com a presença de Lino Guedes, Gervásio de Moraes e o próprio Benedito Florêncio em sua fundação, no ano de 1926.

O Centro Cívico Palmares chegou a ter uma biblioteca, um grupo de teatro, uma seção específica com mulheres e um curso de alfabetização. Isaltino Veiga dos Santos e seu irmão, Arlindo; Marcos Rodrigues dos Santos e Vicente Ferreira – entre outros nomes de lideranças negras que, em meio a várias iniciativas, também atuaram em redações de jornais da imprensa negra – encontravam-se em torno do CCP. A entidade manteve-se ativa por pouco mais de um ano, encerrando-se em 1929, devido a discordâncias internas.

As sociedades recreativas tinham uma "dupla" função: "servir de espaço de sociabilidade negra e, ao mesmo tempo, local de desmontagem das bases que potencializavam a repressão indiscriminada de manifestação da população de cor"[948]. Mas, na década de 1910, outros agentes surgiram do seio de uma nova geração de letrados negros paulistas. Gastão R. Silva, José Correia Leite, Frederico Baptista, Jayme Aguiar, Gervásio de Moras e outros, procuravam imprimir um caráter distinto a essas associações: elevar social, moral e fisicamente os negros nacionais. Com o intuito de zelar pelo interesse dos negros, facilitando sua instrução física, moral e intelectual e os incentivando ao "aperfeiçoamento", o Centro surge em São Paulo. Antônio Carlos, sargento da Força Pública, idealizador da instituição, pretendia construir um espaço para a discussão de política e de obras sobre o negro. O próprio José Correia Leite, anos depois, explicou a iniciativa:

> O objetivo de Palmares foi de fazer a aproximação do negro para uma tentativa de levantamento para acabar com aquela dispersão que havia e está havendo até hoje. O que Palmares queria era que o negro se tornasse um elemento de força, de conjunto. Não precisava que toda a raça negra se reunisse, mas pelo menos parte dela tivesse aquela consciência. Falava-se na família palmarina, na família negra. O objetivo era de união e de aproximação[949].

Com o tempo, a instituição sofreu com dificuldades financeiras. Além de mudanças de sua sede, sob a administração de Joe Foye-Gittens, um inglês, centraliza-se o poder e pululam denúncias de desvios da escassa verba do Centro. Inicialmente, encontrava-se sediado em uma casa alugada no bairro Cambuci, para depois mudar-se para a Rua Lavapés. Todavia, foi no ano de 1928 em que a crise se agravou. Muitos dos mais importantes líderes que encabeçavam a iniciativa decidiram renunciar às suas posições na entidade. Porém, no mesmo ano, antes dessa ruptura, o Centro chegou ao ápice de sua atuação. Em meio ao protesto contra um ofício da

[948] CARDOSO, *op. cit.*, 1993, p. 54.
[949] LEITE, *op. cit.*, p 74.

Guarda Civil do Estado de São Paulo, líderes da CCP se encontraram com o presidente Washington Luís e com o então governador do estado, Júlio Prestes. Saindo triunfantes das reuniões, os letrados conseguiram derrubar a proibição da entrada de negros na Guarda[950].

No interior do Centro Cívico Palmares, José Correia Leite, Gervásio de Moraes, Manoel Antônio dos Santos, Roque dos Santos, Arlindo Veiga dos Santos e Isaltino Veiga dos Santos seriam nomes que formariam tanto a redação d'*O Clarim d'Alvorada*, jornal paulistano que se tornaria um dos mais importantes e longevos da imprensa negra brasileira; como *A Voz da Raça*, periódico ligado à Frente Negra Brasileira que também teria grande importância ao longo dos anos de 1933 e 1937. Se o objetivo do Centro era "zelar pelos interesses dos homens pretos", prover e incentivar sua "instrução física, moral e intelectual", bem como manter reuniões e exercícios para discutir assuntos sociais e manter escolas, cursos, biblioteca e outras iniciativas educacionais, a Frente Negra Brasileira teria um estatuto mais complexo e melhor estruturado[951].

Durante suas crises, mais notadamente a dissidência dos irmãos Veiga dos Santos, entre o fim de 1928 e 1929, a "imposição de absolutismo" do presidente Joe Foye-Gittens chegou a estampar *O Clarim d'Alvorada*, em texto escrito por Gervásio de Moraes, um dos letrados que se afastou, naquele ano, do Centro Cívico Palmares[952]. A decadência do CCP, uma das entidades negras mais importantes do início do século XX, com diversos letrados ligados aos jornais da imprensa negra aqui analisados, levou ao surgimento, anos depois, da Frente Negra Brasileira. Nesse sentido, de acordo com os objetivos deste trabalho, o que nos interessa é a formação de grandes nomes da imprensa negra no interior dessa entidade. Muitos deles, inclusive, formariam a redação de *O Clarim d'Alvorada.*

8.5. *O Clarim e a Alvorada* do passado: desde Cam, o brasileiro

São Paulo era vista, em 6 de janeiro de 1924, como uma capital que progredia em tudo: "indústria, comércio e agricultura", já "quanto às ciências, nem nos é possível com maior precisão vos esclarecer, haja vista os últimos tempos". Assim, publica-se *O Clarim*, um "órgão que surge hoje, pobre, mas cheio de esperanças, apesar de ser redigido por rapazes inexperientes, mas de bons intentos"[953]. Discreto, sem demonstrar claramente seus objetivos,

---

[950] PINTO, *op. cit.*, 1993.
[951] CARVALHO, *op. cit.*, p. 155-162.
[952] MORAES, Gervásio de. Aos negros sensatos de S. Paulo. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano VI, n. 16, p. 04, 03 fev. 1929.
[953] EDITORIAL. *O Clarim*, São Paulo-SP, Ano I, n. 01, p. 01, 06 jan. 1924.

suas reivindicações e seus ideais, o editorial, composto pela redação do jornal – José Benedito Correia Leite (1900-1989)[954] e Jayme de Aguiar –, encontra-se presente no primeiro número de *O Clarim* o qual, após quatro edições, em 13 de maio do mesmo ano, tornou-se *O Clarim d'a Alvorada*.

A primeira página de seu número de estreia não nos deixa antever ser este um jornal da imprensa negra. Seu subtítulo não aponta para os "homens de cor", como a maior parte dos periódicos deste conjunto, apenas se apresentando como um "órgão literário, científico e político". Porém, sua segunda página, com uma nota biográfica à João da Cruz e Souza – poeta muito lembrado nestes jornais[955] –, e sua terceira página, na qual são apresentados argumentos para a união dos "homens de cor", apresentam a vinculação desta folha às reivindicações pela população negra do Brasil[956].

Outro ponto interessante é o fato de que há, na quarta página do jornal, dois textos em italiano, um tratando do lançamento do próprio *Clarim* e outro que diz: "Gosto muito do Brasil e dos brasileiros", mas há ressentimento quando os brasileiros dizem aos italianos não serem estes nacionais. O argumento seguinte é revelador: por ser casado com uma "bela mulatinha" que "fala português corretamente" e "tem muito dinheiro", sendo um negociante com um filho que estuda no comércio junto com Matarazzo" , o "italiano" era um "brasileiro"[957]. Ambos os textos são uma sátira aos italianos, escritos com um português macarrônico, brincando com a maneira como falavam os imigrantes deste país[958].

Editado em São Paulo, *O Clarim d'Alvorada* teve circulação em outras cidades do interior, como Sorocaba e Botucatu, mas também alcançou o Rio de Janeiro e cidades da Bahia[959]. Entre 1924 e 1933, foram publicados 57 números, com relativa estabilidade, manutenção de parte dos integrantes e quantidade de anunciantes – sobretudo após sua quinta edição. A partir de 1928, mais precisamente fevereiro daquele ano, Correia Leite assume a liderança e imprime maior atenção à questão racial, construindo escolas, cursos, atividades e campanhas – incluindo algumas relacionadas a políticos –, com destaque para narrativas que "passavam pela questão do reconhecimento do papel do grupo negro na *história do país*"[960].

---

[954] Nascido em São Paulo, José Correia Leite era filho de um homem branco com uma mulher negra filha de escravizados. Leite teve grande contato com os italianos, sobretudo após mudar-se para o bairro do Bexiga, em São Paulo, onde começou a perceber-se racializado a partir desse contato. FRANCISCO, *op. cit.*, p. 28-30.
[955] CRUZ e Souza. *O Clarim*, São Paulo-SP, Ano I, n. 01, p. 02, 06 jan. 1924.
[956] LEITE, José Benedito Correia. A União faz a força. *O Clarim*, São Paulo-SP, Ano I, n. 03, p. 03, 06 jan. 1924.
[957] CARRETA, Juo P. U Clarino. *O Clarim*, São Paulo-SP, Ano I, n. 03, p. 04, 06 jan. 1924.
[958] FRANCISCO, *op. cit.*, p. 25-26.
[959] FERREIRA, Maria Cláudia Cardoso. "Pelo interesse dos Homens Pretos, Noticioso, Literário e de Combate". O jornal O Clarim d' Alvorada no pós-abolição (1924-1932). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH, São Paulo, julho 2011.
[960] *Ibidem*, p. 01.

Apresentando uma média de quatro páginas no total, o jornal era dividido em duas colunas e seu custo semestral era de 2&500 – avulso custava $200 –, sendo publicado sempre mensalmente. Vendido em bailes, endereços próprios e grêmios recreativos, o periódico tinha uma tiragem padrão, porém sua manutenção de quase duas décadas, com retornos esporádicos e com outra fase, ainda que menor, iniciando-se em 1940, chama a atenção pela longevidade e, como veremos, pela organização interna que transparece em suas colunas, com opiniões mais complexas e alinhadas entre si[961].

O passado ocuparia um lugar central para o jornal. Em seu terceiro número, Moyses Cintra, um colaborador que participava frequentemente com uma coluna chamada "Imitemo-los", traça um rápido histórico entre a escravidão, a nobreza do período colonial e monárquico e as transformações que ocorreram até os seus dias. O intuito era demonstrar a necessidade de "zelar pela nossa raça", por meio de "mais reuniões", "associações", etc. Se "noutros tempos, quando se via um pobre negro, esfarrapado", pensava-se que, mesmo trabalhando muito para o "sr. Barão e a Sra. Baronesa", aquele homem seria apenas um "coitado", segundo Cintra, "hoje" sabe-se que aquele "miserável escravo" foi um dos que mais "se esforçaram pelo engrandecimento de nossa Pátria". Mesmo "naqueles tempos de tirania", derramaram "seu sangue, sacrificaram seus lares, deram a própria vida, sucumbiram naquelas fazendas" em que só "se viam castigos e se ouviam gritos de desespero, *que ecoam em todos os recantos desta terra*, que é hoje tão conhecida pelas potências do universo". Muitos ainda eram "escravos", porém eram cativos da "embriaguez", do vício e da ausência de "força moral". Mesmo abandonando o vício em álcool, seria possível alguma mudança, "exceto" para "os degenerados por hereditariedade"[962].

O "valor" dos "antepassados", para Leite, viria da análise da nossa "história", pois, para o "progresso" e para a "ordem de nossa pátria", todos os escravizados lançaram-se em auxílio do Brasil. Eram "mártires". A ideia para "introduzir na *evolução social* o valor da nossa raça" era criar associações de cunho beneficente para, ao fim desse processo, fundar a "Sociedade Confederação dos Homens Pretos", "com a cooperação das novas gerações para que sempre defendam o valor da raça!"[963].

A mesma importância conferida à história pode ser percebida em um longo texto sobre a "Redenção de nossa Raça". Recuando ao debate parlamentar sobre a Lei Áurea, descreve-se com detalhes alguns dos acontecimentos que antecederam a promulgação da extinção da

[961] FRANCISCO, *op. cit.*, p. 29-36.
[962] CINTRA, Moysés. Um Dever. *O Clarim*, São Paulo-SP, Ano I, n. 03, 02 mai. 1924, p. 2.
[963] LEITE, José Correia. Valor da Raça. *O Clarim*, São Paulo-SP, Ano I, n. 04, p. 01, 06 abr. 1924.

escravidão, com destaque para como as "nações civilizadas" viam o Brasil antes e depois da Abolição. Aqui, a *corporeidade* da descrição traz até mesmo os suicídios de escravizados diante do cansaço "de tanto sofrer". Isabel de Bragança é a primeira a ser lembrada, sendo descrita como uma "Senhora Nobre" "a quem devemos dar o título de mãe de todos os cativos"[964].

A "extinção do elemento servil" é apresentada como uma aspiração para que o Brasil "se desfaça da infeliz herança". Como de costume, retoma-se o presente: hoje, "que todos nós somos livres, que vivemos em comunhão com todos os homens tendo as mesmas regalias", o negro é uma "raça forte e poderosa que promete muito cooperar em prol dos seus descendentes do Brasil". Surgem, então, os abolicionistas: "Luiz Gama, José do Patrocínio, José Antônio Bento, Rio Branco e Ruy Barbosa", os quais, para a matéria, "trabalharam pela remissão dos nossos mártires". Para o futuro, o jornal propõe: "perdoemos de coração aqueles que foram a causa da escravidão dos nossos antepassados!"[965].

Em "Evocações", coluna que escreveu nos três primeiros números de *O Clarim*, Leite retorna, na quinta edição, para dizer, após retomar 1908 e as comemorações do 13 de maio do mesmo ano, que o "tempo da liberdade" chegou. Pela voz de "Sr. Ângelo", que teria sido um escravizado e recebido em sua casa diversos negros que comemoravam a data, o jornal diz que os "atrozes padecimentos" dos escravizados não deveriam ser descritos para não "atormentar" os "espíritos" daqueles que os ouviam: "Caros patrícios, do passado vamos esquecer, é para o presente que devemos olhar, porque temos liberdade de pensamento". O samba elogiado no texto, que teria ocorrido na mesma residência do "Sr. Ângelo", tem um trecho reproduzido, no qual o passado e a nação se unem novamente: "*Nois somos bão brasileiro; todos de bão coração; djá findô os desespero; viva a lei da abolição!*"[966].

O tom relativamente pacificador e de esquecimento do periódico, ao menos em seus primeiros números, sobretudo com relação ao passado, é mantido ao se lidar com o racismo e as diferentes rusgas entre os negros nacionais. É "necessário que nós pretos esqueçamos da cor", afirma o autor E. J. Alves, no mesmo ano de 1924. "Somos os produtores, os escravizados, os espoliados, os sacrificados, os infelizes, enfim, somos aqueles que trabalhamos para a grandeza da pátria". Os "exploradores privilegiados" são o principal problema, "sejam eles brancos ou pretos", caso de "rara experiência", pois "ainda" não existe "nenhum explorador preto nesta Capital, que representasse nosso inimigo, conheço alguns pretos que só por possuírem uma colocaçãozinha pública ou mesmo particular" "já procuram fugir de seus irmãos

[964] A REDENÇÃO de nossa raça. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano I, n. 05, p. 01, 13 mai. 1924.
[965] *Ibidem*.
[966] LEITE, José Correia. Evocações. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano I, n. 05, p. 02, 13 mai. 1924.

pretos", "aliando-se aos brancos, amarelos, etc.". Assim, "o inimigo do preto é o próprio preto". Apesar de apelar para a classe, o intuito é o mesmo de folhas anteriores e as críticas são parecidas: "nós, trabalhadores, devemos *nos unir* para combater os que gozam o capital privilegiado, embora sejam da nossa cor"[967].

O intuito de fundar uma instituição voltada ao "homem de cor" permaneceu nos horizontes dos letrados em torno do *Clarim*. A "Confederação dos Homens Pretos" deveria reunir as "sociedades dançantes" para aumentar o número de sócios rapidamente e, com esse caminho percorrido, "com a cooperação das novas gerações", defender "o valor da raça". Todavia, ela não chegou a acontecer.

Houve mudanças importantes em *O Clarim d'Alvorada*, ainda que paulatinamente instaladas. O tom conciliador e menos político passou a ser mais enfático e direto. Em seu segundo número com a *Alvorada* em seu nome, "com a devida vênia", recita-se o já citado "soneto", "Pai João", de Cyro Costa, para lembrar da festa de 13 de maio de 1917, realizada "pela Federação dos Homens de Côr". O autor do soneto, segundo o jornal, tinha o intuito de "compartilhar das alegrias da *raça redimida*"[968]. Mas, essa matéria ainda teve pouco destaque, ocupando a terceira página de um número que ainda continha muitos textos literários e pouco preocupados com reivindicação direta, em comparação com o que se veria no ano seguinte.

A "discórdia" entre negros continuava a figurar com destaque no oitavo número d'*O Clarim d'Alvorada*, ainda que se tenha descrito, no artigo de Correia Leite, "O preto e a Pátria", o grande contributo do negro nacional para o Brasil[969]. Provavelmente, as tentativas frustradas de fundar sua própria federação, ou melhor, "Confederação", tenham trazido um sentimento de desunião e certa desesperança com relação à parte dos negros que procurava angariar para sua empreitada.

Com Maria Angélica Motta Maues, podemos observar as mudanças do jornal acompanhando os subtítulos de *O Clarim da Alvorada*. Se em seu início apresentava-se como um "órgão literário, noticioso e humorístico", a partir de 1928 passa a adotar o subtítulo "pelo interesse dos Homens Pretos – noticioso, literário e de Combate". Em 1931, o subtítulo tornou-se ainda mais direto: "Órgão da Raça Negra"[970]. Com mais "Combate", surgiriam também debates que, de alguma forma, levavam a crer que os negros eram inferiores ou, no caso dos

---

[967] ALVES, E. J. O inimigo do preto é o preto! *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano I, n. 05, p. 03, 13 mai. 1924.
[968] PAI João. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano I, n. 06, p. 03, 22 jun. 1924.
[969] LEITE, José Correa. O preto e a pátria. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano I, n. 07, p. 03, 12 out. 1924.
[970] MAUES, Maria Angélica Motta. *Negro sobre negro:* a questão racial no pensamento das elites negras brasileiras. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1997, p. 97.

textos selecionados, partiam de um pressuposto errôneo – proveniente de uma leitura equívoca dos textos bíblicos – que justificava a escravidão dos povos do continente africano pela cor da pele e, por consequência, mantinha-se, mesmo após o fim do sistema, como um meio de fundamentar a desigualdade entre as raças e o racismo contra os negros.

8.6.A maldição de Cam: uma falácia bíblica, uma cor entregue ao sofrimento

A "redenção da raça" ou, após a Abolição, a "raça redimida", eram expressões utilizadas com muita frequência na imprensa negra do início do século XX. A tomada deste ponto se relaciona com parte do que se compreendia como *justificativa sagrada* para a escravidão dos africanos e que, em alguns dos textos dos jornais, seria rebatida e debatida, como ocorre com as teorias raciais relatadas anteriormente. No entanto, é possível compreendê-las, em certa medida, a partir da compreensão do próprio conceito de "Redenção".

Em latim, *redentio* indicava a compra de algum produto ou sua entrega. Em hebraico, a mesma palavra é utilizada para compra e, em aramaico, significava "livrar-se da dívida". A redenção, aqui, parece se alinhar ao que o aramaico compreende: os negros tinham uma dívida, paga ou não com a Abolição. Mas, qual dívida era essa? Era uma maldição. A maldição lançada por Noé ao seu filho Cam foi amplamente relacionada à escravidão africana, principalmente nos Estados Unidos da América, a partir do século XIX. O mesmo foi observado na Europa e, acompanhando os estudos de David Goldenberg, no mundo árabe e islâmico e entre povos judeus[971].

A primeira vez que a maldição emergiu no *Clarim d'Alvorada* foi em um artigo escrito por Booker T. Washington, negro norte-americano que liderava parte do movimento pan-africanista que figurou nos jornais da imprensa negra brasileira, como já relatado. Segundo Booker, os "arraigados preconceitos contra a raça negra" existem desde os "tempos diluvianos". As "sagradas escrituras" dizem que os "descendentes de Cham [ou Cam]", por sua vez, filho de Noé, teriam migrado para a África. Cam, filho de Noé, teria dado origem à "raça maldita", título do artigo. Assim, seguindo o raciocínio, muitos ainda afirmavam, em 1925, que os negros são "amaldiçoados até hoje".

> Pois os descendentes de Cham, foram para a África, os de Jafet, povoaram a Europa e a posteridade de Sem, estendeu-se pela Ásia. Destas três raças, dizem as escrituras, foi a de Cham, a raça maldita, a primeira que teve preponderância, indo estabelecer-

[971] GOLDENBERG, David M. *The Curse of Ham*: race and slavery in early judaism, christianity, and islam. Princiton University Press, 2003.

> se no Egito. Ora, deste modo dir-se-ia que somos amaldiçoados até hoje e que, portanto, não temos razão de lamentar a nossa sorte[972].

A história de Noé é bem conhecida. O sobrevivente do Dilúvio era descendente de Seth, um dos filhos de Adão e Eva. Enquanto Abel foi morto por seu irmão Caim, "marcado" por Deus, Seth sobreviveu como abençoado. Então, a descendência de Caim se proliferou, assim como a de Seth. A justiça divina no Antigo Testamento não era muito complicada. Todos os filhos dos filhos do assassino seriam amaldiçoados e os filhos dos filhos de Seth, abençoados. Noé e seus descendentes, portanto, teriam as bênçãos de Deus, por pressuposto. Com a iminência das águas, Noé e sua família seriam os escolhidos, os únicos sobreviventes que, depois do dilúvio, deveriam repovoar a terra e guiar a humanidade. Dessa forma, todos os descendentes de Caim morreriam e estes descendentes de Seth, seriam salvos. Deus havia se arrependido de sua criação, pois o homem o havia decepcionado. O recomeço se daria com o patriarca Noé, sua esposa (não nomeada), seus filhos Sem, Cam e Jafé e suas respectivas mulheres (mais uma vez, anônimas no texto bíblico). Além deles, apenas os animais seriam poupados.

Essa história, muito conhecida no Ocidente, remete-nos à Arca, ao Dilúvio, ao temperamento colérico do Deus do Antigo Testamento e ao "recomeço" da humanidade. Presente na *Torá*, na *Bíblia* e no *Alcorão*, o dilúvio tornou-se parte da memória ocidental. Segundo o *Gênesis*, por quarenta dias e quarenta noites, o céu despencou e a água que purifica banhou todo o planeta. Com um ramo preso em seu bico, uma pomba branca deu à família de Noé a notícia de um longínquo lugar seguro em terra. Noé, esposa, filhos e noras chegam em terra firme, descem da arca e dão início ao novo tempo. É aqui que nos concentraremos.

Após plantar uma videira, Noé fez vinho. O texto não deixa claro se Noé sabia que o líquido produzido pelo arbusto o deixaria bêbado, porém, isso aconteceu. Embriagado e nu, Noé é encontrado por Cam que, em troça, chama seus irmãos para vê-lo. Sem e Jafé, por sua vez, andando de costas para o pai, o cobrem com um tecido sem vê-lo. Após acordar e tomar conhecimento do ocorrido, Noé se enfurece e profere uma maldição. Aqui há divergências nas interpretações sobre o acontecimento. Para alguns, Noé lança sua fúria sobre Cam, amaldiçoando-o. Para outros, o patriarca direcionou a maldição ao seu neto, Canaã, filho de Cam, para atingir o filho de maneira ainda mais severa. De qualquer maneira, a interpretação

[972] WHASINGTON, Booker T. A raça Maldita. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano II, n. 13, p. 01, 26 jul. 1925.

mais corrente entre os teólogos é a segunda[973]. Assim, Noé teria dito: "Maldito seja Canaã; seja servo dos servos de seus irmãos"[974].

Diante da maldição, toda a descendência de Canaã seria condenada a ser "servo dos servos" dos filhos de Sem e Jafé. Mas retornemos à Cam. O filho de Noé teve ainda outros três filhos: Cuxe, Mizraim e Pute. Canaã também teve filhos: Sidom e Hete, que seriam os responsáveis por diversos povos que habitaram "Sidom", "Gerar", "Gaza", "Sodoma", "Gomorra", "Admá", "Zeboim" e "Lasa". Sodoma e Gomorra, como sabemos, não foram lugares muito abençoados por Deus. Os descendentes de Canaã dariam origem principalmente ao povo "cananeu", que habitou, segundo o texto, o que hoje seria o Iraque, o Irã, Israel e Palestina, ou seja, uma porção do Oriente Médio. Parte dos cananeus também migraria para o Egito, onde seriam escravizados pelos descendentes de Mizraim, outro filho de Cam, além dos descendentes de Jafé, que também haviam migrado para o mesmo local[975].

Em outro livro, "Josué", podemos ler o que, para muitos, seria uma revelação da concretização da maldição de Noé. Ao se encontrarem com Josué e o povo de Israel, "os "heteus, os amorreus, *os cananeus*, os fariseus, os heveus e os jebuseus" tentaram enganá-los, selando uma falsa aliança. Contudo, após chegarem ao fim de seu caminho, tendo prometido ao "Senhor" não os ferir, os príncipes da congregação de Israel os condenaram a outro castigo: "Vivam" e estes se "tornaram rachadores de lenha e tiradores de água para toda a congregação". E Josué complementou: "Agora, pois, sois malditos; e dentre vós nunca deixará de haver escravos"[976]. Entre os cananeus e os israelitas, o texto daria sua resposta ao Gênesis e à condenação de Canaã. Mas e os africanos?

Votando à Bíblia, segundo a escritura, os descendentes de Cuxe, irmão de Canaã, por outro lado, teriam migrado aos poucos para a região que hoje conhecemos como Arábia Saudita e Iémen, por onde alcançariam o Chifre da África e a Etiópia. Inclusive, em alguns outros trechos, o próprio texto bíblico se refere à "etíope" ou "africano", utilizando um termo muito parecido no hebraico para "Cuxe". Assim, Cuxe ou "Kush" e "etíope"[977] eram utilizados como sinônimos. O termo "Kush" servia também, durante a Idade Média e no Antigo Testamento da Bíblia Hebraica, para designar uma parte da África ao sul do Egito[978].

---

[973] GOLDENBERG, *op. cit.*, p. 168.
[974] BÍBLIA. Gênesis. *In: Bíblia Shedd*. Traduzida por João Ferreira de Almeida. 2ª Edição. São Paulo: Vida Nova, 1997, p. 12.
[975] GOLDENBERG, *op. cit.*, p. 168-170.
[976] BÍBLIA, *op. cit.*, p. 316-317.
[977] *Ibidem*., p. 1078.
[978] Tradução do Hebraico em: GOLDENBERG, *op. cit.*, p. 41. Ver também as definições em: GOLDENBERG, David M. *Black and Slave*: the origins and history of the Curso of Ham. Berlim: Degruyter, 2017, p. 07-08.

Retomando o artigo de Booker T. Whashington:

> Qual foi o crime praticado pelo pai dos negros, nos tempos primitivos, que fez com que essa raça até hoje seja escarnecida pelos ignorantes, desprezada pelos cegos de espírito, perseguida e trucidada pelos brancos selvagens lá na Norte América? É que papai Cham, riu-se de Noé por vê-lo embriagado... Daí toda a sorte de injustiças que sofre esta raça feliz; digo feliz, e o leitor em breve estará comigo[979].

Se considerarmos o texto bíblico, entre os filhos de Cam, Mizraim teria dado origem ao povo egípcio; Pute, aos eritreus; Cuxe, aos etíopes; e Canaã, aos cananeus. Cuxe poderia, diante do exposto, escravizar os descendentes de Canaã e não o contrário. Mas, abandonemos por um instante o texto bíblico. O importante, nessa questão, é compreender que há uma ligação entre a pele negra e a maldição dos "servos dos servos". Ainda que ela não venha do texto bíblico, mas sim de interpretações posteriores, essa crença foi perpetuada.

Na língua portuguesa, a primeira associação entre Cam, Cão ou Ham e a cor de pele negra ou o continente africano data de 1453, nas *Crônicas do Descobrimento da Guiné*, escritas pelo português Gomes Eannes de Zurara. O cronista, escrevendo sobre as primeiras incursões dos portugueses na África, comenta sobre o encontro com os povos da costa africana atlântica. Ali, o autor destaca que "estes negros, ainda que sejam mouros como os outros, são, porém, servos daqueles por antigo costume". Em seu entendimento, "isso se deve à maldição que Noé lançou sobre seu filho Cam, após o dilúvio". A "geração" de Cam, estaria "sujeita a todas as outras gerações do mundo"[980]. Essa ideia não aparece apenas nesta crônica, mas cabe ressaltar que é Cam, e não Canaã, quem é lembrado. Seria então Cam o amaldiçoado?

A questão aqui é a interpretação mencionada anteriormente. Em alguns casos, inclusive para justificar que os africanos foram os amaldiçoados, apesar de o texto bíblico deixar claro que a fúria de Noé recaiu sobre Canaã, muitos compreenderam que o próprio Cam foi condenado. Isso teria ocorrido, de acordo com a escritura, porque Kush ou Cuxe deu origem ao povo africano e, portanto, se o seu pai Cam foi o amaldiçoado, seria "justificável" a escravização desses povos, continuando a genealogia da maldição. Na literatura islâmica sobre o Velho Testamento, sobretudo entre os séculos I e XIII, há ainda outras compreensões da genealogia de Noé, considerando Cuxe filho de Canaã e não seu irmão. Dessa forma, a maldição se estenderia aos *kushitas*, ou seja, aos etíopes[981].

Independentemente de ser Cam ou Canaã o portador da maldição, ambos, em alguma medida, estão ligados à África. Mas a marca não é o continente. Entre os textos do Oriente

---

[979] WHASINGTON, *op. cit.*, p. 01, 26 jul. 1925.
[980] AZURARA, Gomes Eannes de. *Crônica do descobrimento e conquista de Guiné*. Paris: J. P. Aillaud, 1841, p. 125.
[981] GOLDENBERG, *op. cit.,* 2017, p. 76-80.

Próximo, há outras "consequências" da maldição que perpassam as "marcas" deixadas. Em alguns casos, como em um livro do século X, houve uma "transformação fisiológica" em Cam: "o cabelo de Cam e seus descendentes enrolava-se" e Deus "enegreceu os descendentes de Cam"[982]. Não é à toa que essa exegese do texto bíblico ocorreu entre os séculos V e VII, quando parte do Oriente escravizava uma porção do continente africano e o comércio de escravos crescia.

Porém, houve interpretações do Velho Testamento em tradições judaicas que também direcionavam a "maldição" de Noé ao continente africano e, de forma mais direta, faziam essa mesma ligação com a cor da pele ou outras características físicas de pessoas negras, como ocorre em *The Legends of the Jews,* de Louis Ginzberg. Segundo o texto, quando Noé e sua família entraram na arca, Deus "abençoou Noé e seus filhos", porém, com uma ressalva: só poderiam ser "fecundos" e se multiplicar após desembarcarem da arca. Durante todo o "holocausto", ninguém poderia ter relações sexuais. Mas, o texto segue e faz uma ligação entre Cam, o "cão", e o "corvo": todos os três violaram essa "conduta" e todos "receberam uma punição". A de "Cam" foi que seus "descendentes eram homens de pele escura"[983].

Em algumas leituras, Cam aparece como "Cão" e, nessas interpretações judaicas, o próprio filho de Noé teria copulado com um cachorro durante o dilúvio. O autor ainda continua: "os descendentes de Cam, por meio de Canaã", possuem os "olhos vermelhos porque Cam olhou para a nudez do pai", também têm "lábios deformados" pois "Cam falou com seus lábios para seus irmãos acerca da condição indecorosa de seu pai", seus cabelos crespos seriam uma consequência de como "Cam torceu a cabeça para ver a nudez do seu pai". A cultura e os costumes dos africanos e suas vestes, ou a ausência delas, também estão ligados à maldição. Para Ginzberg, os negros "andam nus, porque Cam não cobriu a nudez do seu pai"[984].

O próprio Cam não poderia ser o portador da maldição, pois Deus havia abençoado toda a família de Noé ao entrar na arca. Essa obra de Ginzberg foi escrita em 1909, quando já havia migrado da Alemanha para os Estados Unidos. Em 2009, a obra recebeu uma nova impressão em homenagem ao centenário do seu lançamento. Ginzberg não reitera as lendas, ele apenas as narra. Porém, a importância de seus textos e suas mais de 50 reimpressões demonstram que, pelo menos no país da América do Norte, suas palavras foram muito observadas, inclusive por igrejas presbiterianas, pentecostais e neopentecostais.

---

[982] *Ibidem*, p. 92.
[983] GINZBERG, Louis. *The Legends of the Jews.* The Project Gutenberg: Domínio Público, 1998, p. 54. Disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/gu001493.pdf] Acesso em: 08/03/2024. Tradução minha.
[984] *Ibidem*., p. 31.

O que podemos compreender diante de todos esses relatos é que, a partir do Oriente, da compreensão muçulmana do texto do Velho Testamento, durante um período de expansão para o continente africano e escravização de seus nativos, a "maldição de Cam" e sua ligação com o negro e com a escravização alastraram-se para o Ocidente, quando este também passou a ter um tráfico de escravizados maior. A ligação entre a cor da pele, o cabelo, a origem geográfica e a manutenção e/ou justificativa do sistema escravista, ainda que sem base no texto bíblico, manteve-se importante após esse período, inclusive na América.

Em seu translado, a maldição aparece, pela primeira vez deste lado do Atlântico, na colônia inglesa. Criticando a escravidão em 1700, o juiz de Massachusetts, Samuel Sewall, afirmou que os negros não eram "da posteridade de Cam" e, dessa forma, não estavam "sob a maldição da escravidão"[985]. Porém, segundo David Goldenberg, em seu estudo sobre tal questão, ao contrário da Europa, os textos que citavam a maldição na América visavam muito mais encontrar uma justificativa religiosa para a escravidão do que para a origem da pele negra. Isso ocorre pois os estudos etnográficos e biológicos, além das justificativas climáticas, já se sobrepunham, nesse quesito, à interpretação bíblica da origem dos africanos desde o século XVIII. Além disso, a escravidão tinha ainda mais importância na América e, dessa forma, seria o foco da "maldição"[986].

José Correia Leite também escreveria sobre a pretensa maldição. Segundo o redator, "dizem as histórias que os pretos são amaldiçoados, mas se isto é fato, será por ventura, somente os do Brasil" pois "excetuando os de outras nações que progridem consideravelmente, engrandecendo a sua pátria e sua classe", os brasileiros negros ficavam "cheios de entusiasmos" com os "jornais estrangeiros e os progressos daqueles nossos irmãos de raça" em outros países[987]. Quando descrevemos os debates sobre o pan-africanismo nos jornais da imprensa negra brasileira, entre 1910 e 1930, notou-se que *O Clarim d'Alvorada*, além de ser mais próximo de Robert Abbott – proprietário do *Chicago Defender* – e dos ideais do próprio Booker T. Washington, também mantinha diálogos com periódicos *yankees*. Provavelmente, a "Maldição de Cam", que não era tão presente no Brasil período, tenha ganhado mais espaço neste jornal, graças aos debates levados a cabo no vizinho do Norte.

Compreender as diferenças humanas sempre foi uma busca da humanidade. A compreensão bíblica evoca o Dilúvio, por meio dos filhos de Noé que teriam formado a

---

[985] *Ibidem*, p. 145.
[986] *Ibidem*, p. 155-156.
[987] LEITE, José Correa. E, após a liberdade... *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano II, n. 14, p. 01, 30 ago. 1925.

diversidade humana a partir de suas migrações. Assim, negros, brancos, indígenas e asiáticos seriam "explicáveis" a partir da diáspora dos rebentos do patriarca. Assim como as teorias raciais que se iniciam nas primeiras décadas do século XIX e ganham força a partir de 1870, essa outra maneira de explicar as diferenças físicas entre os seres humanos, no caso, sobretudo da epiderme, afasta-se da ciência. É esse distanciamento, considerando-se o período – meados da década de 1920, no Brasil –, que chama a atenção.

Entretanto, a religião cristã ocidental também impunha outros meios para justificar a negra instituição. Muitos "escravagistas" iam procurar na Bíblia outras bases seguras da escravidão. No folhetim *A Boa Severina*, publicado semanalmente no jornal *Getulino*, o autor faz um longo preâmbulo sobre as diferentes interpretações de textos sagrados e o "direito divino". Entre elas, está o fato de "Moisés" ter dado permissão "aos pais para a venda temporária dos filhos", como ocorreu, segundo José de Nazareth, nos escritos do autor francês Aimé Martin[988]. O argumento de uma maldição divina trazia sempre em seu não-dito a necessidade de "redenção", dessa forma, a própria escravidão seria "um benefício para o negro", inclusive por ser incorporado à "cristandade[989].

É possível compreender que parte do cristianismo, do judaísmo e do islamismo produz uma maldição que torna "servos dos servos" todas as milhões de pessoas que apresentam determinadas características físicas ou nasceram na região que estas mesmas religiões escolheram ser a África. Depois, impõem a necessidade de "redenção" pelo trabalho forçado e escravização, inclusive porque, para serem redimidos, devem converter-se à mesma religião que os "amaldiçoou", aceitando, assim, a maldição como verdade. Porém, o que seria "redenção" na compreensão bíblica?

Figura 7: Quadro Redenção de Cam

[988] NAZARETH, *op. cit.*, n. 27, p. 01, 27 jan. 1924.
[989] A ESCRAVIDÃO. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano VI, n. 23, p. 01-02, 25 jan. 1930.



FONTE: Modesto Brocos. *A Redenção de Cam* (1895). Óleo sobre tela, 199cm x 166cm. Rio de Janeiro: Museu Nacional de Belas Artes.

A "redenção" poderia ocorrer com o casamento entre negros e brancos e o "clareamento" dos descendentes, o que não descarta o "apagamento" da "marca" de Cam, mas parte para um argumento mais científico. Porém, as expressões "redenção", "redimir-se" ou "raça redimida" aparecem muito mais ligadas a essa passagem bíblica ou, e é aqui que nos concentraremos, à própria escravidão e seu término.

No latim, o substantivo "redenção" vem de *redemptio*[990], muito mais próximo de aluguel, arrendamento, compra, negócio, resgate, do que de "salvação" ou "libertação". No novo testamento, é inevitável não reconhecermos em Jesus Cristo um "redentor" dos pecados humanos, alguém que pagou por todos os pecados com o sacrifício. Por isso, aceitando recorrer ao suplício, ao martírio, ao "holocausto", Cristo teria redimido todos os pecadores, todos os outros homens e mulheres do mundo que nasceram em pecado. Mas, no velho testamento, o termo "redenção" é utilizado como um "gesto de Deus em favor do homem". Os verbos hebraicos "*ga'al"* (redimir) e *"padah*" (resgatar ou libertar) são quase sinônimos e possivelmente vem de termos jurídicos do período, pois serviam tanto para escravizados quanto para o preço de venda de uma propriedade. Em um mesmo campo semântico, a palavra "salvação", ou "redenção", seria relacionada à *pagamento de uma dívida*, em alguns casos com Deus. Assim, a própria "alforria" seria um meio de "redenção"[991].

[990] RENDENÇÃO. *Dicionário Michaelis*. São Paulo: Editora Melhoramentos Ltda, 2015.
[991] GOLDENBERG, *op. cit.*, 2017, p. 62.

A redação de *O Clarim d'Alvorada* sabia da força da ideia de maldição. Quando a "avidez dos traficantes" direcionava-se para "o continente negro", "*teólogos* e doutores", "à compita, pretendiam justificar o cativeiro". Os teólogos "assentados na bíblia e lembrando-se da ruidosa maldição de Noé sobre Cam, porque este, vendo-o dormir descomposto, numa hora de embriaguez involuntária, se rira dele". Os "doutores, incumbiam os 'Direitos das Gentes'". Por um lado, portanto, "justificavam que a escravidão era o castigo divino a incidir sobre os epígonos de Cam". Por outro, "o negro era equiparado aos animais", conforme o "título dezessete do livro quarto das Ordenações do Reino": "Quando os que compram escravos, ou bestas, os poderão enjeitar por doenças, ou manqueiras"[992].

Se a "redenção da raça" pode ser relacionada à *redemtio* bíblica, à compra ou resgate de sua salvação, a "raça redimida" indicava uma dívida desta raça que precisava ser paga. Os letrados d'*O Clarim d'Alvorada* não concordavam com a maldição de Noé, mas a relacionavam à escravidão com certa frequência e, no caso da redenção, ela aparece sobretudo em textos que abordavam o período de mais de três séculos de manutenção do sistema e suas consequências. Mas, como vimos, esse não seria o único mecanismo de hierarquização e discriminação racial.

Muitos negros, para o jornalista d'*O Clarim d'Alvorada*, diziam ter "imenso pesar de serem pretos. Isso, em "virtude de se tornar difícil tudo para o homem preto, neste mundo". Desse modo, é preciso "paciência", "não devemos desanimar", todas as raças sofreram em todos os sentidos". Alguns "dizem que nós sofremos porque somos filhos de uma *raça pobre*, outros porque somos pretos" e, "outros mais", "dizem" que os negros sofrem por serem "*inferiores* em tudo e por tudo; não é verdade!". O texto de Horário da Cunha, publicado em março de 1926, preocupa-se em, por um lado, congregar mais jovens aos intuitos dessa imprensa e, por outro, tratar das teorias que descrevem o negro como inferior. Para tanto, recorre ao "Dr. Noé de Azevedo", para Cunha, um "ilustre letrado paulistano", que teria feito uma "conferência", "no dia 13 de maio de 1919", com o tema "As Raças Humanas", na qual destaca que a "luta tem constituído a Lei da Vida".

Com isso, Noé de Azevedo afirma que "*não há raça superior, nem raça inferior, o que há é raças mais adiantadas e outros mais atrasadas!*". A mudança na maneira como engendrava-se o discurso do jornal faz com que, ao invés de concentrar-se apenas em uma polícia moral e cívica, recorra-se aos "antepassados", ao "orgulho" que os "pretos da América

[992] A ESCRAVIDÃO. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano VI, n. 23, p. 01-02, 25 jan. 1930.

do Sul" têm de como aqueles "deixaram seus nomes bem recompensados nas páginas belíssimas da nossa História"[993].

As teorias que consideram a "raça" negra "atrasada", seriam rebatidas. A ascendência com relação aos africanos, não. Partindo de um policiamento moral e controle de costumes, os jornais do início do século XX passariam a tratar do passado e descrever momentos em que a união dos negros fez a diferença em prol deste conjunto. A "integração" do negro nessa sociedade, era necessária na medida em que os costumes, usos e a moral fossem adaptando-se às exigências do tempo, não necessariamente do Brasil. Ao longo da década de 1920, o passado escravista foi mais retomado e as ligações com o continente africano ficando mais frequentes até que desemboquem em outros conceitos que aqui emergem, mas se desenvolvem mais posteriormente: "raça", "Deus" e "Família", começam a aparecer juntos.

8.7. Deus, Pátria, Família e Raça

Um dos responsáveis, ao lado de Correia Leite, por todas as paulatinas nuances dessa transformação é Arlindo José da Veiga Cabral dos Santos (1902-1978), político, professor, jornalista e literato que participou do Centro Cívico Palmares e da Sociedade Negra da Cultura. A partir de 1927, passou a escrever no mesmo *O Clarim d'Alvorada*. Em seu primeiro artigo publicado neste periódico, em janeiro daquele ano, o ser "africano" passa a ser positivado. Em "À Gente Negra", Arlindo Veiga dos Santos – como normalmente assina – fez, em forma de soneto, uma ode à descendência africana. Em sua poesia, o "sangue" africano era "nobre" e "ferve". Nem mesmo a escravidão era vista como motivo de "desonra", mas sim, como um símbolo de "heroísmo":

> Africano, Africano! O teu sangue me ufana,
> Ferve dentro de mim, dá-me o vigor dos Bravos!
> Não! Desonra não é ter o sangue de escravos
> Quando ao seu cativeiro o heroísmo se irmana!
>
> Servil, plasmaste um povo!... E, embora a voz profana
> Bolse a ti todo o agror dos seus gritos ignavos,
> GENTE NEGRA, sê nobre! E às maldições os cravos;
> Mostra, ao lume da História: Ela jamais te engana.
>
> Se do teu sangue nobre a Pátria se envergonha,
> Luta por ela sempre, e reage só a medonha
> Potência que assombrou nas rochas de PALMARES.
> Doutros venha a traição! Porém, tu, na atalaia,
> Vela pelo Brasil, para que não decaia

[993] CUNHA, Horácio. Sentimentalismo dos Pretos. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano III, n. 19, São Paulo, p. 04, 21 mar. 1926.

O brio da nação que vende os seus altares!...[994]

O número especial em que escreve Arlindo Veiga dos Santos apresenta homenagens à figuras do próprio *O Clarim d'Alvorada*, como José Corrêa Leite, Jayme de Aguiar, Lino Guedes, Gervásio Moraes, Luiz Barbosa, Horácio da Cunha, Luiz de Souza, F. Batista de Souza, Alfredo E. da Silva (Presidente Honorário do Club Elite da Liberdade, naquele momento), Argentino Wanderley (Tesoureiro do Clube Campos Elyseos), Benedicto Bordine, Moacyr de Oliveira, Deocleciano Nascimento, Antonio Magno, Claudiné Florêncio, Francisco Santos, Benedicto Ribas e ao próprio Santos, com fotos e textos dos homenageados. Com seis páginas, muitos textos e ainda com "órgão literário, noticioso e humorístico" abaixo do título do jornal, comemorava-se o seu aniversário[995].

Um texto de Booker T. Whashington, no mesmo número, também remete ao continente africano para consagrá-lo como "sagrada terra dos nossos avós", considerada por muitos, "injustamente", um "matagal cheio de feras e de negros imbecis", mas que era, na verdade, "séculos antes da nossa história", composta por "brilhantes civilizações cuja pompa e grandeza se fazia sentir em todos os pontos de vista"[996].

Outra efeméride, esta não tão comemorada, estava ligada ao "apelo" pela "fundação nesta Capital da Confederação dos Homens de Cor", que completava mais de um ano em janeiro de 1927. Mesmo dizendo ter "esperanças de ver realizado esse nosso intento", o texto de José Corrêia Leite não demonstra estar próxima a sua realização. Para ser, como se quer, "grande e poderosa" e conter em si a "totalidade da classe", a empreitada, que busca tornar "firmes e coesos" os negros, precisaria ser forte e consolidar-se aos poucos para, por fim, manter-se na "peleja sacrossanta do aperfeiçoamento moral de nossa gente"[997].

Sem a Confederação, outro que clama pela "consciência" da "Gente de Cor do Brasil" – em maiúsculas – é Arlindo Veiga dos Santos. Abaixo de sua foto, lemos que, "sem embargo do que possam rosnar os pedantes das suspeitas ciências antropológicas e etnológicas" que "certos 'sábios'" adotam "contra a identidade nacional brasileira", são os "nossos e que hão de salvar o Brasil desse caos que os 'sábios' estabeleceram". Ou seja, os negros seriam os principais

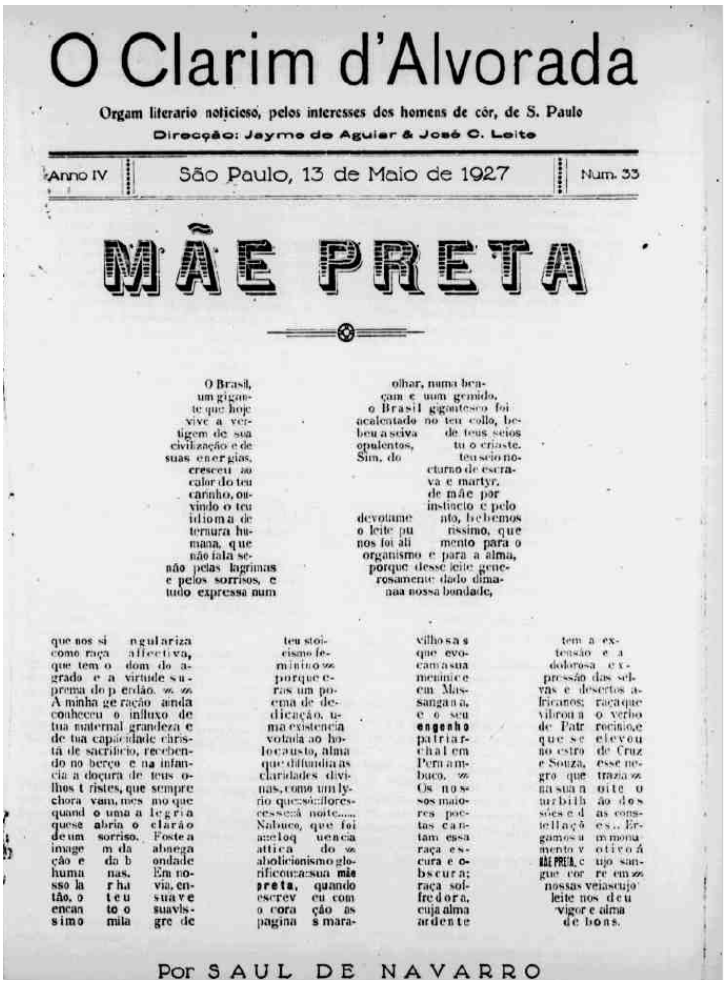
[994] SANTOS, Arlindo J. Veiga dos. À gente negra. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano IV, n. 28, p. 04, 15 jan. 1927.
[995] *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano IV, n. 28, p. 01-06, 15 jan. 1927.
[996] WASHINGTON, Booker T. O Continente Negro. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano IV, n. 28, p. 04, 15 jan. 1927.
[997] LEITE, José Corrêia. Muito Agradecido...*O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano IV, n. 28, p. 01, 15 jan. 1927.

alvos e, ao mesmo tempo, os mais aptos para combater as "teorias macaqueadoras e de contrabando"[998].

Para Santos, portanto, havia "sábios" da ciência antropológica, etnográfica ou não, que importavam, sem crítica e critérios, teorias "macaqueadoras" da Europa e Estados Unidos, as quais diziam ser a população nacional uma impossibilidade com tanta "gente de cor". As teorias raciais, mesmo com algumas menções, não figuram com frequência *n'O Clarim d'Alvorada,* como ocorre no *Getulino.* Veiga dos Santos seria um dos responsáveis pela crítica mais direta e pela introdução de outros valores, mais conservadores e até mesmo avessos aos dos demais letrados em torno deste jornal.

O mesmo autor também retornaria em outro número especial. No dia 13 de maio de 1927, em meio à campanha pela construção da estátua da "Mãe Preta" e, claro, das comemorações da Abolição, *O Clarim d'Alvorada* publicou um número especial.

Figura 8 – A Mãe Preta n'*O Clarim da Alvorada*



O Clarim d'Alvorada

Orgam literario noticioso, pelos interesses dos homens de côr, de S. Paulo

Direcção: Jayme de Aguiar & José O. Leite

Anno IV | São Paulo, 13 de Maio de 1927 | Num. 33

MÃE PRETA

O Brasil, um gigante que hoje vive a vertigem de sua civilização e de suas energias, cresceu ao calor do teu carinho, ouvindo o teu idioma de ternura humana, que não fala senão pelas lagrimas e pelos sorrisos, e tudo expressa num olhar, numa braçam e um gemido. O Brasil gigantesco foi acalentado no teu collo, bebeu a seiva opulentos, de teus seios Sim, do teu seio nocturno de escrava e martyr, de mãe por instincto e pelo devotame nto, bebemos o leite pu rissimo, que nos foi ali mento para o organismo e para a alma, porque desse leite generosamente dado dimanaa nossa bondade,

que nos si ngulariza como raça affectiva, que tem o dom do agrado e a virtude suprema do perdão. A minha geração ainda conheceu o influxo de tua maternal grandeza e de tua capacidade christã de sacrificio, recebendo no berço e na infancia a doçura de teus olhos tristes, que sempre choravam, mesmo quando uma alegria quese abria o clarão de um sorriso. Foste a imagem da bondade humanas. Em nosso lar tão, o teu suave encanto o suavissimo mila gre de teu stoicismo feminino porque eras um poema de dedicação, uma existencia voluntaria ao holocausto, alma que difundia as claridades divinas, como um lyrio que sófloresce á noite..... Nabuco, que foi acerbo negação attica do abolicionismo glorificou-a: **mãe preta,** quando escrev eu com o cora ção as pagina s mara vilhosas que evocam a sua memoria em Massangana, e o seu **engenho** patriarchal em Pernambuco. Os nossos maiores poetas cantam essa raça escura e obscura; raça soffredora, cuja alma ardente tem a extensão e a dolorosa expressão das selvas e desertos africanos; raça que vibrou a o verbo de Tate recinio, e que se elevou no estro de Cruz e Souza, esse negro que trazia na sua noite o urzibilhão dos sóes e das constellações... Erguemos a memoria mento v otivo á MÃE PRETA, cujo sangue cor re em nossas veias cujo leite nos deu vigor e alma de bons.

Por SAUL DE NAVARRO

[998] SANTOS, Arlindo J. Veiga dos. À gente negra. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano IV, n. 28, p. 04, 15 jan. 1927.

FONTE: NAVARRO, Saul de. Mãe Preta: 13 de maio. *O Clarim d'Alvorada*, São Paulo-SP, Ano IV, n. 33, p. 01, 13 mai. 1927.

O trigésimo terceiro número do periódico é revelador de alguns dos aspectos que precisamos nos debruçar. Primeiro, a importância da figura da "Mãe Preta" é novamente destacada. O 13 de maio, como data cívica para rememoração da Abolição, também. Porém, como já vimos, esses eram motes muito comuns na imprensa negra nacional na década de 1920. O que mais interessa nesta edição é que ela é voltada, quase integralmente, à História do Brasil. Após a bela capa realizada por Saul de Navarro, com destaque para a dificuldade técnica da composição, faz-se uma homenagem aos abolicionistas Luiz Gama e José do Patrocínio com uma ilustração de cada um deles e um texto complementar.

A "nossa Pátria", cheia de "páginas brilhantes" de "seu apogeu", ilustra para as "gerações futuras" como devem ter um "grande devotamento dos seus antepassados". Após os grandes feitos das "descobertas" e da "independência" há, no seio dos acontecimentos mais diversos, o "humilde e brioso negro africano que para cá veio derramar o seu sangue, labutar durante longos anos". A estes, "a nossa terra lhe devia de há muito, pelos seus sofrimentos, sacrifícios inqualificáveis, uma grande gratidão". Mas, atendo-se a data, "hoje comemoramos, com entusiasmo grandioso, o trigésimo nono aniversário dessa Lei, que firmou a nossa nacionalidade". O "Brasil coeso, solidário hoje, presta a mais significativa homenagem aos abolicionistas" para continuar, em seus dias atuais, "nas lutas do progresso, das ciências, das artes, nesta terra, sem ressentimentos, onde, felizmente, impera a fraternidade, ligada a todos os predicados dignos de bons brasileiros"[999].

Na ocasião, Veiga dos Santos trata, como já aludimos, como o negro é "toda gente de cor, preta, mulato, moreno", em outras palavras, aqueles que descendem do "africano e do indígena". Mas, seu texto não para por aí. Outro valor inserido com mais veemência no debate no interior do jornal, a partir do referido poeta e político, é o de "Família". Era ali que a "grande obra da Ação Negra no Brasil" deveria começar, a "célula-mãe" de toda a "sociedade civil". A família seria o "o protótipo da sociedade política ou estado mais perfeito, isto é – Monarquia". Com essa comparação, continua: "são elas" – família e monarquia – "um mútuo dar e receber de amor e fidelidade; são o dever e as obrigações que se satisfazem no refluxo recíproco das dádivas"[1000]. A "Ação" do negro brasileiro ligava-se, por meio de Arlindo Veiga dos Santos, a

[999] TRIGÉSIMO novo: 1888-1927. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano IV, n. 33, p. 02, 13 mai. 1927.
[1000] SANTOS, Arlindo J. Veiga dos. À gente negra. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano IV, n. 28, p. 04, 15 jan. 1927.

outra ação, a Ação Imperial Patrianovista Brasileira, organização que o mesmo ajudou a criar e que alcançou relevo nacional entre o final da década de 1920 e o início de 1930[1001].

A Ação Imperial Patrianovista Brasileira foi a mais significativa representante dos monarquistas conservadores e teve grande adesão de parte da população negra brasileira. Seu fundador, Arlindo da Veiga dos Santos, que também compunha a Frente Negra Brasileira e escrevia, como vimos, nos jornais *O Clarim d'Alvorada* e *A Voz da Raça*, reunia, com grande frequência, assim como a Ação que fundou, o tradicionalismo e o nacionalismo extremos. O intuito era juntar aqueles que pretendiam contribuir para uma restauração da monarquia no país. Nos próprios jornais, como já demonstrado, foi possível perceber a adesão de negros e negras ao apoio da monarquia em seus anos finais. Portanto, Veiga dos Santos e os patrianovistas sabiam que seus objetivos dialogariam com parte da população negra[1002].

Não seria possível, para este trabalho, passar pelo trigésimo número de *O Clarim d'Alvorada* sem comentar o artigo "A voz da História e os pretos modernos". Todavia, retornaremos posteriormente a Veiga dos Santos.

A "colaboração grandiosa emprestada pela pujança da raça negra, no desbravamento do nosso querido solo, tornou-se um fato inegavelmente valorizado", pois foi, entre outras coisas, o "primeiro alicerce da riqueza econômica da nossa querida pátria", entrando no "caldeamento racial daqueles primitivos tempos". Dessa forma, "prestando" deste "concurso valioso à formação desta grande nacionalidade brasileira", os negros são "herdeiros" dessa "raça titânica" e "heroica" que "neste grande momento" deveria falar. Não era possível "quedar calados", ou não recordar "os feitos dos nossos antecessores" em um momento tão grave. O tempo era de retomar a "formidável questão racial" que "avoluma-se com os desencontros de ideias" e, portanto, "o negro sensato deve caminhar altaneiro sempre, com as vistas voltadas para esse passado grandioso" e, na "coletividade", o "negro moderno saberá vencer" o "rosto de ódio".

Mas, essa não era uma opinião unânime com relação ao negro. Para muitos, o "negro moderno" anda em um "retrocesso completo" e é visto como "um elemento nocivo à sociedade", "quando eles mesmos esquecem que descendem da mesma raça", mesmo com os "esforços" daqueles que procuram negar essa descendência, a "cor não desbota com facilidade"[1003].

[1001] MALATIAN, Teresa. *O Cavaleiro Negro:* Arlindo Veiga dos Santos e a Frente Negra Brasileira. São Paulo: Alameda, 2015.
[1002] MALATIAN, Teresa M. *Império e missão:* um novo monarquismo brasileiro. 1.a. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

[1003] A VOZ história e os pretos modernos. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano IV, n. 33, p. 12, 13 mai. 1927.

A rusga interna da comunidade negra retornava. A mudança era realizada aos poucos e outros pressupostos do jornal mantinham-se na ordem do dia. De qualquer maneira, a História era a "voz" que poderia dar aos "pretos modernos" não apenas o exemplo, mas também os argumentos necessários para responder os opositores.

8.8. Integração x luta: Henrique Dias e Zumbi dos Palmares

As oposições entre a integração do negro, por meio da polícia moral; sua adequação aos costumes e modos; uma valorização do trabalho e da organização; assim como as disputas internas que, entre outras coisas, dificultavam a mobilização dos negros em torno de uma só agremiação e um projeto político mais definido; são retomados por meio das lutas pretéritas e com a construção de novas reivindicações. Em nova fase, a partir de 1928, *O Clarim d'Alvorada* – neste primeiro caso, José Corrêia Leite – demonstra parte dessa passagem.

Henrique Dias sempre foi um dos nomes do passado brasileiro mais presentes entre as linhas dos jornais da imprensa negra. Luiz Gama, José do Patrocínio e Rebouças aparecem com quase a mesma frequência, mas há uma diferença significativa: a tríade do abolicionismo negro localizava-se no século XIX, Henrique Dias recua, como nenhum outro nome negro, ao século XVII. Porém, Dias era visto como um homem de valor, bravo e inteligente, ligado ao exército, apresentando condecorações junto à Igreja e ao governo colonial. Era um soldado que, mesmo sendo negro, chegou ao reconhecimento do Rei e do Papa, um combatente que obedecia fielmente a seu monarca, servindo sua "Pátria" – mesmo considerando-se o período colonial, é assim retratado nos jornais. Figura menos constante, Zumbi dos Palmares era acionado esporadicamente.

A partir do fim da década de 1920, porém, as imagens de Palmares, dos quilombos e de Zumbi surgiriam com mais frequência e, por vezes, parecem suplantar e substituir o protagonismo de Henrique Dias. Exemplo disso, a matéria assinada por José Corrêia Leite, em abril de 1928, inicia-se com um preâmbulo: "Escravo não, não morri nos ferros da escravidão lá nos Palmares vivi". O clamor pela união dos negros em torno da desejada Confederação, buscando uma organização social coesa, dá lugar à Palmares. Do desejo por uma "mocidade" educada e ligada às letras, ao anseio de ver "a pujança indomável dos modernos 'Zambis'". As "palmeiras agigantadas e seculares" são a esperança e o modelo para essa geração que "vem aparecendo grandiosa". Se a "história" os ignora, é "porque as glórias da minha raça, não vieram dos faustosos castelos medievalescos", mas sim "dos escombros de três séculos de tolhimentos e abnegação".

A escola da "história" do negro era a escola de "D. Silvério, Patrocínio, Luiz Gama e outros imortais". Com relação ao momento, sobretudo pensando-se a Abolição, "há quarenta anos digo eu – estamos em festas: agora chega. Para a caserna devemos seguir, cada negro, cada mestiço, deve ser um soldado do ideal". O exemplo para a "caserna" que se pretendia consolidar não era Henrique Dias, mas sim Palmares, era esse, "um soldado do ideal". As festas, dariam lugar à luta: "Palmares se levanta, hoje, em nome da minha ou da nossa raça", "OU SEREMOS TODOS PALMARINOS, OU PALMARES NÃO SERÁ UMA OBRA DE NEGROS"[1004].

José Corrêia Leite remete aos quilombos, mas também aponta para o Centro Cívico Palmares. Responsável pelas festas do 13 de maio, uma "alvorada de fé e de civismo" em que se entoa o "hino de resistência Palmarina que veio servir de lenitivo e desafogo aos esperançados de hoje". E por esse fato, Leite compreende que "o Centro Cívico Palmares está de parabéns", pois a comemoração naquele 13 de maio de 1928 foi uma "edificante vitória" "na maior data da história do Brasil". O autor critica ainda os "dissidentes" negros, porém, já não vê a Abolição com os mesmos olhos. A "falta de união, existente em nosso meio", seria resultado do "abandono que foi dado ao negro cativo, depois do treze de maio de 88". Abandono que se estendeu ao país, "já republicano"[1005]. Portanto, "aos negros de São Paulo, aos verdadeiros palmarinos de Piratininga", o mesmo autor clama para que deixem uma "singela flor" sob o túmulo de Evaristo de Moraes, um "mulato", "gênio da raça"[1006].

Palmares, assim como Zumbi, deveriam ser levados a sério pelos "historiadores". Zênio de Oliveira considera que "os historiadores precisam encarar Palmares, a 'Tróia Negra'", como uma realidade e não uma "ficção". Chamando Oliveira Lima, pontua que a "legião negra comandada pelo intrépido Zumbi" lançou um germe da "ideia republicana" nas Américas. O pioneirismo seria impressionante. "É tempo, portanto, de se adjudicar também, mais esse aos outros padrões de glória", ou seja, não devem ser destacadas apenas as glórias conquistadas "pelos negros escravizados, nossos destemerosos ascendentes", mas também da "Tróia Negra", "tragédia épica" que "a voz de muitos historiadores tolos do passado fez ecoar até nossos dias, inçada de lacunas, inquinada de deturpações, as mais clamorosas".

Manuel de Oliveira Lima (1867-1928) foi um escritor, crítico literário, diplomata e historiador recifense que escreveu obras sobre a literatura e a história brasileira e portuguesa.

[1004] LEITE, José Corrêia. Preparemos homens para amanhã. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano I, n. 2 (Nova numeração), p. 02, 01 abr. 1928. Grifo no original.
[1005] OS DOIS 13 de maio. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano I, n. 05 (Nova numeração), p. 02, 03 jun. 1928.
[1006] LEITE, José Corrêia. Um gênio da raça. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano I, n. 07, p. 01, 12 ago. 1928.

O autor fez parte de importantes instituições científico-culturais como o IHGB, a Academia Brasileira de Letras e o Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco[1007]. Seu pensamento com relação às relações raciais no Brasil filia-se à concepção determinista geográfica de Thomas Buckle, o qual imputa às condições locais, climáticas e geográficas, parte do desenvolvimento cultural e civilizacional de cada uma das nações. O clima era considerado mais importante que a raça para o "desenvolvimento da história da humanidade"[1008].

Desse modo, segue o artigo dizendo que os "*aristocráticos da história* brasileira", do "presente" e do "passado", que ignoram Palmares, deveriam colocá-lo no "lugar que a justiça lhes concede no concerto das ideias político-sociais". Evoca-se, a partir daqui, "Ferdinand Denis", uma "voz insuspeita" que fala de Palmares – tradução do próprio Zênio de Oliveira – como uma "importante exceção: onde há no Brasil um governo regular de negros fugitivos"[1009].

Jean-Ferdinand Denis provavelmente seja considerado "insuspeito" por se tratar de um estrangeiro. O viajante, historiador e escritor francês, escreveu uma importante coleção de estudos sobre o Brasil após sua chegada ao país em 1816, onde permaneceu até 1921. Escreveu *Scénes de la Nature sous les Tropiques*, publicado em 1824, obra que tinha filiação ao Romantismo, guardando uma celebração do indígena. Porém, o autor também escreveu sobre Palmares de maneira elogiosa, em sua novela *Palmares.* O texto é composto por "duas narrativas encaixadas uma na outra". A primeira delas, "passada no século XIX", "envolve três personagens": um jovem europeu, um "velho negro forro, Juan", e seu filho. Juan conta a história de seu pai, líder dos quilombos, desde sua saída da África até sua morte nos quilombos de Alagoas[1010].

Entre os "historiadores brasileiros, que se referem à Palmares com imparcialidade, sem intuito de sobreleva-lo aos demais, cite-se o nome de Rocha Pitta" e, o "mais imparcial dos historiógrafos brasileiros", *Ferdinand Denis*. Este último considerava que os habitantes do quilombo "plantaram a sua liberdade nos escarpados penhascos da Serra da Barriga", tendo os palmarinos sido derrotados apenas pela "superioridade de material bélico por parte de seus opressores". Caso não houvesse essa queda, "já teríamos", segundo o texto, "há dois séculos", uma "São Marino Negra nesta parte do continente". O que a experiência palmarina demonstrava, para Zênio Oliveira, era que "muitas ideias político-sociais já eram, há dois

---

[1007] FORSTER, Maria Thereza Diniz. *Oliveira Lima e As Relações Exteriores do Brasil:* o legado de um pioneiro e sua relevância atual para a diplomacia brasileira. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011.
[1008] HENRICH, Nathalia. *O antiamericano* que não foi: os Estados Unidos na obra de Oliveira Lima. Porto Alegre: Edi PUCRS, 2021, p. 49.
[1009] OLIVEIRA, Zênio de. Palmares. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano VII, n. 26, p. 03, 13 mai. 1930.
[1010] ROUANET, Maria Helena. Indagações sobre a função da literatura no século XIX. *Brasil, Revista de Literatura* Brasileira, n. 17, Ano 10, 1997, p. 45-46.

séculos, atos quase perfeitos numa raça qualificada de inferior e retardada mental". Os ditos "superiores", no entanto, só "em 1889, saíram do estado potencial". A República negra, nessa argumentação, era tão anterior à República do Brasil que essa seria prova suficiente da inexistência da superioridade entre raças[1011].

A única vez que Palmares aparece relacionado à República, neste conjunto de jornais, foi no *Getulino*, em texto escrito por Afonso Celso, homem branco que aparece algumas vezes no periódico. Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior (1860-1938) foi um político, professor, historiador e literato brasileiro. Nascido em Ouro Preto, posteriormente formou-se na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Foi membro e presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no período, tendo escrito para outros jornais como o *Jornal do Brasil* e o *Correio da Manhã*[1012]. Para alguns dos estudiosos da trajetória do autor, em certos aspectos, ele se aproximava das ideias desenvolvidas posteriormente por Gilberto Freyre, destacando o papel africano na formação e no desenvolvimento do país. O próprio Afonso Celso afirmou que não há, "graças a essas nobres atitudes" dos grandes homens negros, "preconceito racial" no Brasil e, por isso, o país "produziu negros ilustres"[1013].

Homenageando Joanna Angélica e o "preto Nicolau", personagens que Afonso Celso diz serem "esquecidos" mesmo "nos núcleos mais cultos do país", este exemplo de "abnegação, sublime sacrifício obscuro, digno, porém da raça que tamanhas provas de nobres sentimentos afetivos deu ao Brasil", liga-se à outro dos grandes nomes negros, "Henrique Dias", e à "raça que primeiro fundou um estado independente e livre na América de Colombo": "a República de Palmares que depois de resistir cerca de 60 anos a repetidas investidas, epicamente sucumbiu"[1014]. Mesmo com menos destaque, Henrique Dias aparece ao lado de Palmares.

Outro artigo que busca rebater esse "atraso" ou essa "inferioridade" que muitos apontam nos negros, também evocando Palmares, preocupava-se, na verdade, com a Revolução do Haiti. Visto como um "assunto que a imprensa negra norte-americana vem focalizando com grande interesse", "o Haiti é uma onde a raça negra, escreveu uma das mais belas páginas de heroísmo e superioridade racial". Com o avanço da sanha imperialista dos Estados Unidos em direção às Antilhas, naquele abril de 1930, a "Questão do Haiti" voltou ao centro do debate sobre racismo.

[1011] *Ibidem*.
[1012] CONTI, Viviane Ferreira. *Republicano no Império, Monarquista na República*: a trajetória intelectual de Afonso Celso (1892-1938). Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2023.
[1013] ENDERS, Armelle. Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. p. 296-298
[1014] CELSO, Afonso. Joanna Angélica e Nicolau: figuras épicas, merecida glorificação. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 04, p. 01, 19 ago. 1923.

A ilha, ocupada pelos *yankees* entre 1915 e 1934, teve um grande revés com mobilizações populares do início da década de 1930[1015]. *O Clarim d'a Alvorada* afirma que, "logo depois da conflagração europeia", a crise voltou à "pequena república negra, e o imperialismo norte-americano, assume por tratado a inspeção da alfândega de direção da polícia, comandada desde logo por oficiais seus". Mas, o que mais interessa é que a resistência dos haitianos aos invasores é comparada à "resistência palmarina", assim como, "Toussaint L'ouverture aparece como Zumbi – o herói de sua raça"[1016].

A passagem d'*O Clarim d'Alvorada* para um jornal mais estruturado, com opiniões diversas, mas com a busca de um discurso uníssono, convergiu com o crescimento da figura de Zumbi e de Palmares entre os anos de 1926 e 1930. Outro jornal, o *Progresso,* ligado a muitos dos idealizadores do *Getulino* e colaboradores do *Clarim d'Alvorada*, como Lino Guedes e Argentino C. Wanderley, também apresentaria um estudo sobre a "Tróia Negra" entre suas colunas.

Publicado em 1928, o pequeno texto, o qual não é assinado, apresenta o período das batalhas no quilombo como "a maior parte da tragédia dos quilombos nas Alagoas". Com o intuito de apresentar rapidamente o quilombo e seus habitantes que, segundo o texto, "levaram até extremos sobre-humanos a resistência aos que pretendiam reconduzi-los ao cativeiro", o autor chega à Zumbi, o qual "sabe-se" "foi morto por um oficial de nome Mendonça, que dessa imolação recebeu recompensa pecuniária": "A morte do grande negro se verificou à margem do riacho, que ainda conserva seu nome". Os "méritos singulares" e as "lutas homéricas", de acordo com o texto, foram "precursores inconscientes de todos os protestos levantados no Brasil contra o fato odioso da escravidão". Aqui, o fato de o esquecido Palmares não deter uma data entre as comemorações cívicas nacionais era considerado um "grave erro"[1017].

No mesmo jornal, um ano depois, "Henrique Dias" é tido como um "um hino de grandeza à heroicidade da raça, no seu amor extremado ao Brasil". Ademais, "Palmares com o negro Zumbi" é apresentado como "*outro* padrão de glórias da raça negra"[1018]. O periódico que mais reivindicou a heroicidade e exemplaridade de Zumbi e de Palmares foi *A Voz da Raça*. Isaltino Veiga dos Santos, irmão de Arlindo, escreveu "Liberdade Utópica" em 1933, no dia da comemoração em virtude da Abolição. O negro, segundo o referido autor, "tem como espelho

[1015] ROSA, Renata de Melo. A Construção da Desigualdade no Haiti: experiências históricas e situações atuais. *Universitas: Relações Internacionais*, [S.L.], v. 4, n. 2, p. 0-24, 22 out. 2007.
[1016] A QUESTÃO do Haiti. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano VII, n. 25, p. 04, 13 abr. 1930.
[1017] TRÓIA Negra. *Progresso*, São Paulo, Ano I, n. 04, p. 02, 07 set. 1928.
[1018] PROGRESSO, São Paulo-SP, Ano I, n. 10, p. 02, 21 mar. 1929.

e exemplo frisante da sua bravura indômita, os gigantes HENRIQUE DIAS, ZAMBI, Catarina Caramuru e outros"[1019].

Em outro momento, no mesmo 1933, em um longo texto sobre "O que foi a raça negra" – a ser melhor abordado mais adiante –, Palmares é visto como um "ideal" que, com "a confusão motivada pela invasão holandesa", reuniu aqueles que procuravam abandonar os "seus martírios", na Serra da Barriga. Olímpio Moreira da Silva faz um balanço sobre a "República Quilombo ou Palmares", a qual, "sob a chefia de Zambi", segundo ele, chegou a alcançar "20 mil" habitantes. "Zambi, perdendo suas aspirações", teria combinado "com seus restantes companheiros, que ainda combatiam heroicamente e deliberaram não mais servirem como escravos". Essa mesma "deliberação trouxe como consequência a liberdade": "A Morte". Com os "olhos fitos no solo de sua terra", dirigiram-se todos os seguidores e Zumbi "ao precipício formado pelo próprio vácuo", "abraçaram-se, os verdadeiros amigos e, humedecendo o solo de sua Pátria com uma lágrima, atiram-se do alto do rochedo".

O tom mítico do texto cresce e a diferença com relação às publicações anteriores sobre os quilombos e seus habitantes, também. A biografia de Henrique Dias, publicada em *O Homem,* de Recife, talvez seja se aproxime mais dessa representação. Com a derrota dos quilombolas, retoma o autor, "as lágrimas que transformaram as faces negras foram derramadas no solo brasileiro". Faz-se uma "grande sombra" das lágrimas nessa mesma terra e faz também, brotar "o nosso ideal requerendo justiça de povo civilizado"[1020].

O passado evocado *n'O Clarim d'Alvorada* trata um Brasil e um negro entrelaçados em todos os aspectos. Segundo publicação de 1929, economicamente, a escravidão e o trabalho dos escravizados seria um dos princípios organizadores da nação, mas não somente. Pioneiros, a "gloriosa raça africana assistiu ao nascer do país", lhe povoou, "formou sua riqueza agrícola", "desenvolveu sua indústria extrativa" e, militarmente, defendeu a Pátria de "seus primeiros invasores do norte". Mais tarde, outro "inimigo" foi derrotado nas "campanhas do Sul". Na "história civil, política, artística, literária, a colaboração da raça foi de todos os tempos" a mais relevante. Muitos "jornalistas", "oradores", "poetas", "jurisconsultos" e "artistas" negros seriam o suficiente para, na voz evocada de Sílvio Romero, demonstrar a contribuição negra para o Brasil.

[1019] SANTOS, Isaltino Veiga dos. Liberdade Utópica. *A Voz da Raça*, São Paulo-SP, Ano I, n. 09, p. 01, 13 mai. 1933.
[1020] SILVA, Olímpio Moreira da. O que foi a Raça Negra. *A Voz da Raça*, São Paulo-SP, Ano I, n. 21, p. 04, 16 set. 1933.

Todavia, em 1929, esses exemplos não bastavam. Mesmo "diante disso", "vem os medrosos que temem a crítica e a vergonha, tremem quando aparecem os tais sociólogos da Europa", "que só sabem dizer que, a raça negra é uma raça inferior". "Felizmente" alguns "brasileiros reconhecem o valor dessa raça infeliz". O autor refere-se à campanha pela construção do monumento dedicado à "Mãe Preta". Esse seria um "sinal de gratidão", "não para envergonhar o Brasil", pois "a prova da mestiçagem da raça, está em todo o desenvolvimento da nação, até no curral da Presidência da República, a raça negra, já teve seu representante"[1021]. O último caso citado se refere a Nilo Procópio Peçanha (1867-1924), primeiro e único presidente negro do Brasil, que governou o país entre 1909 e 1910.

O passado, sobretudo o da escravidão, sempre se mantém entre a necessidade de esquecimento e da memorialização, do perdão e da dívida, do reviver e do deixar passar. Nesse sentido, muitas biografias aparecem, com destaque para Luiz Gama, sendo o rábula o mais homenageado. A seção feminina, que se inicia em 1929, com diversos textos escritos por homens em seus primeiros anos, apresenta discussões sobre o feminismo, sobre usos e costumes e mantém, como em outras colunas, uma polícia moral muito ativa entre 1926 e 1931.

Apresentando uma maior proximidade com jornais como o *The Negro World* e com letrados norte-americanos como Marcus Garvey, Booker T. Whashington, Arthur Gray, entre outros nomes ligados ao pan-africanismo e outros movimentos – que chegam, inclusive, a pulicar em *O Clarim d'Alvorada* –, o jornal chama atenção pela sua integração e pela manutenção de uma rede de intelectuais negros, sobretudo, no Brasil e nos Estados Unidos da América. Se não há tantas críticas às teorias raciais, como ocorre com o *Getulino*; se não há textos que argumentam contra esses pressupostos, há, como em nenhum outro periódico deste conjunto, a utilização da "maldição" de Cam, filho de Noé, o que possibilitou que descrevêssemos essa pretensa justificativa religiosa para a escravização de africanos.

Os letrados d'*O Clarim d'Alvorada*, liderados por Gervásio de Morais e José Correia Leite, lançaram a iniciativa de criar o Centro da Confederação dos Homens Pretos para reunir diversas instituições e fortalecer a organização e aproximação dessa elite negra de São Paulo. Sem sucesso, muitos dos colaboradores e editores do periódico participavam do Centro Cívico Palmares que, após crises, terminou por dissolver-se e desembocar, com outras lideranças, na criação da Frente Negra Brasileira, em 1931.

No mesmo ano, em setembro, publica-se um editorial no trigésimo sexto número do jornal, em que são descritas as "preliminares" para a FNB. Tais "preliminares", "levantadas

[1021] RAUL. Há negros no Brasil, sim. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano IV, n. 12, p. 02, 06 jan. 1929.

para a organização da FRENTE NEGRA BRASILEIRA", estavam "focalizadas dentro de todas as nossas precisões urgentes". O momento era, segundo o jornal, de "transformismo político-sociais". Considerava-se a FNB como "Unitária", "Proveitosa" e necessária. Porém, havia já a previsão de alguns problemas. Os "ânimos de seus idealizadores" deviam preparar-se para que não "se desfaçam diante das incoerências, e as controvérsias antecipadas"[1022].

A unidade que o jornal almejava com a Confederação, a qual aparentemente não foi atendida pelo Centro Cívico Palmares, que aparece poucas vezes n'*O Clarim d'Alvorada* – mesmo com muitos de seus colaboradores e de sua redação entre seus associados – parecia possível a partir da Frente Negra Brasileira. A questão é que, para o jornal, "movimenta-se novamente, o cérebro pensante dos negros de S. Paulo" os quais, em um "momento" que "é dos mais precisos", vêm somar "a luta pelas reivindicações de direitos". Nesse tempo de "agitação", "o povo negro brasileiro, definirá esse prélio gigantesco, a sua posição de combate". Para isso, "a Frente Negra Brasileira" "marchará imperturbável, em busca de uma completa restauração das tantas energias dispersas". O tom é de conflito, crise e, por isso, de uma maior necessidade de realizar-se a união. Nessa "angústia universal, em que este país, procura uma solução as suas aflitivas situações", a "hora é chegada", "marchemos para o porvir melhor": "Aliste-se negro, na Frente Negra Brasileira"[1023].

A Frente Negra Brasileira (FNB), em outro editorial, chama atenção para o pretérito:

> Os negros de São Paulo, não podiam deixar de reafirmar fora de qualquer concepção atávica, os tradicionais feitos da raça que madrugou nos alicerces da estrutura nacional; assim, como elemento preponderante e civilizador, assomou na grande hora histórica que a pátria brasileira atravessa, para lançar na seara fértil, a semente de carvalho - e, em 4 meses de agitação, a planta dos séculos, enraizou nessa vibração de entusiasmo, e vai frondescendo dia a dia [...] Assim pois, em franca atividade, a Frente Negra Brasileira, prossegue na senda do progresso. Caminha em passos largos, demarcando na estrada do porvir grandioso, o sentimento que aspira esse movimento sadio, que a mentalidade da raça negra, projeta em meio de todas as conquistas político-sociais, retemperando no concerto das realizações modernas [...] Portanto, a FRENTE NEGRA BRASILEIRA, faz, um ardoroso apelo, para que todos saibam superiormente, tomar as definições imprescindíveis que o momento imperioso pede a nossa ação conjunta pela causa da PÁTRIA E DA RAÇA[1024].

Os "alicerces da estrutura nacional" poderiam relacionar-se com o período da escravidão, mas também com os grandes nomes que o próprio jornal destacava. Como "civilizador", o "progresso" é outro conceito importante para os negros da Frente Negra, suas

---

[1022] EDITORIAL. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano VIII, n. 36, p. 01, 28 set. 1931. Grifo no original.
[1023] O NOSSO dever é enfileirarmos. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano VIII, n. 36, p. 01, 28 set. 1931.
[1024] EDITORIAL. Editorial da Frente Negra Brasileira. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano VIII, n. 38, p. 03, 20 dez. 1931.

aspirações e projetos. Como uma "planta dos séculos" que se "enraizou", a organização é descrita como continuadora dos passos negros desde o início do país.

Entretanto, essas atividades coletivas e agrupamentos negros nem sempre reuniam pessoas com as mesmas preferências e ideologias políticas. Na FNB, José Correia Leite, "adepto de ideias à esquerda", estava lado a lado com os irmãos monarquistas e conservadores, Arlindo e Isaltino Veiga dos Santos. Porém, Arlindo, por exemplo, também era filiado às entidades religiosas católicas Congregação Mariana da Igreja de Santa Ifigênia e o Centro de Estudos Marianos D. José de Camargo Barros. Ademais, fundou o Centro Monarquista de Cultura Social e Política Pátria-Nova, gênese do patrianovismo. Os irmãos Veiga dos Santos eram muito críticos à democracia liberal, à República e ao comunismo que, para além do Partido, tinha grande atuação no Brasil do período[1025].

Os destaques dados ao "momento" relacionavam-se, primeiramente, à crise de 1929. As condições de vida, já muito precarizadas da população negra, foram ainda mais agravadas pela crise mundial. As oportunidades de trabalho reduzidas e a piora nas condições fizeram com que muitos perdessem seus empregos ou precisassem trabalhar ainda mais pela mesma renda[1026]. Além desse fator, desde o fim da década de 1920, houve um agravamento da crise política que terminou por desaguar na "Revolução de 1930"[1027], da qual muitos negros participaram[1028].

O movimento político-militar que encerrou a Primeira República (1889-1930), levando Getúlio Vargas ao poder, contou com diversos atores importantes, fossem democratas, liberais, militares ou intelectuais da imprensa. Além disso, também se engendrou entre as linhas da imprensa negra[1029]. O entreguerras; as crises econômica e política; a emergência do conflito interno e do Governo Getúlio Vargas; assim como a trajetória de organização e participação

[1025] PARDINHO, Ingrid Aveldiane Adriano. *Frente Negra Brasileira e o Integralismo no jornal A Voz da Raça* (SP, 1933-1937). Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras de Assis (FCL-Assis), Assis, 2025, p. 19-22.
[1026] MALATIN, *op. cit.*, 2001, p. 54.
[1027] CARDOSO, Antônio Dimas; PEREIRA, Laurindo Mekie (Org.). Intelectuais e a modernização do Brasil: os caminhos da Revolução de 1930. Montes Claros: Editora Unimontes, 2020.
[1028] OLIVEIRA, L. L. *A Frente Negra Brasileira:* Política e questão racial nos anos 1930. Rio de Janeiro: UERJ, 2002.
[1029] SANDES, Noé Freire. 1930: entre a memória e a história. *História Revista*, Goiânia, v. 8, n. 1, p. 143-160, 2010; GOMES, Angela de Castro. "Empresariado e legislação social na década de 30". *In:* ABREU, Alzira Alves de(coord.). *Revolução de 1930:* seminário internacional. Brasília, D. F.: Ed. Universidade de Brasília, 1982. p. 271-298; FRITSCH, Winston. "Apogeu e crise na Primeira República, 1900-1930". *In*: ABREU, Marcelo de Paiva. *A Ordem do Progresso:* dois séculos de política econômica no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. p. 45-78.

negra desde o fim da escravidão e a chegada de novas gerações à essa elite negra; constituem fatores que se coadunam em um feixe de relações que se encerraria na criação da FNB[1030].

Por outro lado, o próprio Governo Getúlio Vargas aprovaria, em meio ao discurso nacionalista, manifestações culturais negras como símbolos nacionais, caso da capoeira, do carnaval, do samba, com especial destaque para o decreto n. 19.482, de 12 de setembro de 1930, em que se instituía a obrigatoriedade de dois terços de nacionais em postos de trabalho. A partir de todas essas mudanças, havia alguma esperança de que, com o fim da "República Velha", ocorressem transformações sociais e econômicas efetivas para essa população[1031]. Da Frente Negra Brasileira, esperava-se uma reunião de reivindicações com centralização e força política, com legitimidade e reconhecimento.

A esperança no futuro, sem deixar de olhar para o passado, perpassava essa e outras iniciativas. Com uma significativa ilustração na qual o "ontem" é representado por um homem com um chicote e o "hoje" a partir de um homem negro com as mãos acorrentadas, porém, com os elos rompidos, o artigo "Ontem e hoje" também dispõe das datas "1888" e "1932". Com "força simbólica de confrontar duas épocas", o editorial d'*O Clarim d'Alvorada* tenta demonstrar como, "através dos choques e dos entrechoques" que sacodem a "raça", ainda há "inspirações" que podem "abrir" os "horizontes", "grandes esperanças". No "ontem", "o reio de couro cru, anavalhando carnes e derreando energias"; no "Hoje!", "o sol corusco de uma liberdade proforma", onde o "escarnio" mantém-se e atualiza-se. A "luta" e suas "armas" são lançadas em busca de um "mundo" de "leis mais concentradas" em "uma Democracia interessante". Em *O Clarim d'Alvorada*, o "Ontem e hoje!" aparece em 1932, em "dois sentidos que são dois polos em cuja delimitação o negro está dentro deste século". O "amanhã", uma "herança aos que continuarão uma obra que nós não lutamos, mas ajudamos conservar a sobrepondo pedra sobre pedra"[1032].

Figura 9 – Ontem e Hoje n'*O Clarim da Alvorada*

[1030] LIMA, Alex Benjamin de. Em Tintas Negras: cultura imprensa e intelectualidade em *A Voz da Raça* (1933-1937). Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Unesp, 2011, p. 47.
[1031] *Ibidem*, p. 49-50.
[1032] EDITORIAL. Ontem e hoje. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano IX, n. 41, p. 01, 13 mai. 1932.



O dia de fè da Raça Negra

O Clarim da Alvorada

ORGAM DA MOCIDA DE NEGRA

ANNO IX São Paulo, 13 de Maio de 1932 NUMERO 41

13 DE MAIO

(A DATA DA REMIPCÃO DOS CAPTIVOS)

Hontem e Hoje

-HOJE-

1888 1932

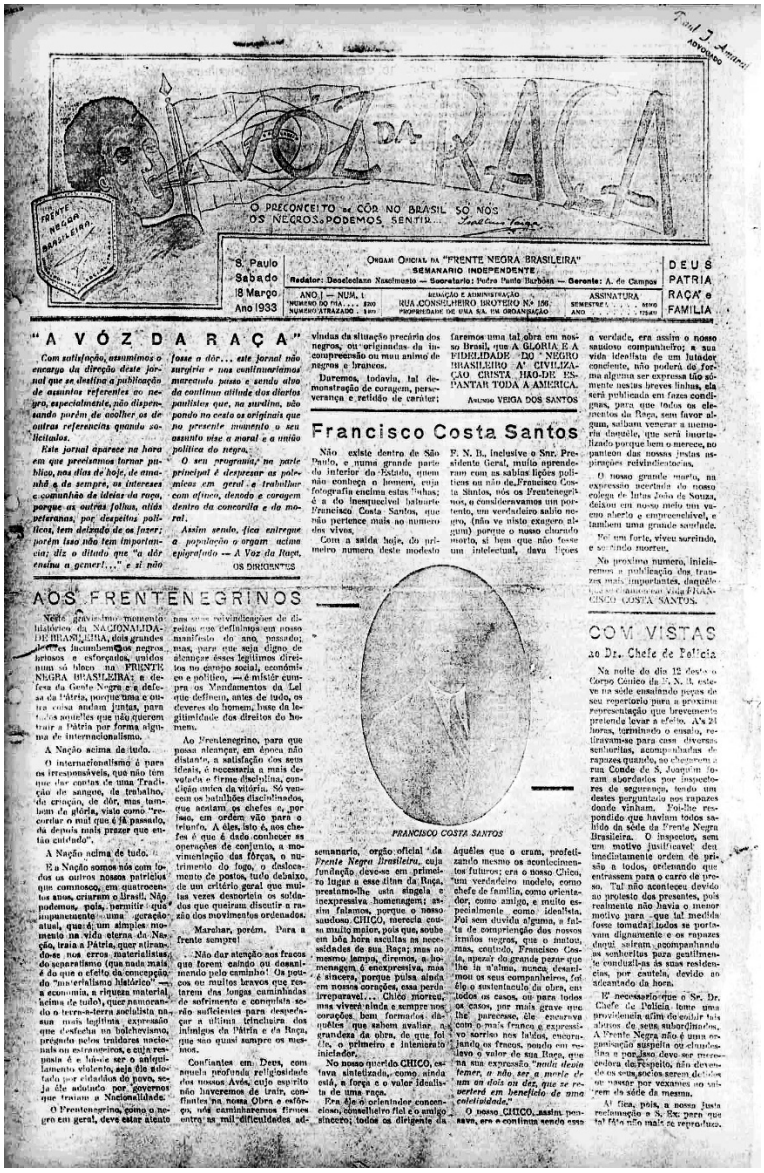
Leiam

FONTE: *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano IX, n. 41, p. 01, 13 mai. 1932.

Do ontem ao "hoje", entre o fim do Centro Cívico Palmares, o início da Revolução de 1930 e do Governo Getúlio Vargas e a atuação da Frente Negra Brasileira e de um de seus principais líderes, Arlindo da Veiga dos Santos – patrianovista e conservador –, passemos, então, ao jornal *A Voz da Raça*, órgão oficial da FNB.

8.9. A Voz da Raça e suas frentes

Figura 10 – Frontispício primeiro número de *A Voz da Raça*



A VOZ DA RAÇA

O PRECONCEITO DE CÔR NO BRASIL SÓ NOS OS NEGROS PODEMOS SENTIR...

FRENTE NEGRA BRASILEIRA

S. Paulo — Sabado — 18 Março — Anno 1933

ORGAM OFFICIAL DA "FRENTE NEGRA BRASILEIRA" — SEMANARIO INDEPENDENTE — Redator: Deocleciano Nascimento — Secretario: Pedro Paulo Barbosa — Gerente: A. de Campos

ANNO I — NUM. 1 — NUMERO DO DIA ... 200 — NUMERO ATRAZADO ... 300

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO — RUA CONSELHEIRO BROTERO Nº 150 — PROPRIEDADE DE UMA S.A. EM ORGANISAÇÃO

ASSIGNATURA — SEMESTRE ... 1$000 — ANNO ... 2$000

DEUS PATRIA RAÇA e FAMILIA

"A VÓZ DA RAÇA"

Com satisfação, assumimos o encargo da direcção deste jornal que se destina a publicação de assumptos referentes ao negro, especialmente, não dispensando porém de occupar os de outras referencias quando solicitados.

Este jornal apparece na hora em que precisamos tornar publico, nos dias de hoje, de amanhã e de sempre, os interesses e comunhão de ideias da raça, porque as outras folhas, aliás veteranas, por despeitos politicos, tem deixado de os fazer; porém isso não tem importancia; diz o ditado que "a dôr ensina a gemer!..." e si não fosse a dôr... este jornal não surgiria e nos continuariamos marcando passo e sendo alvo de continuas alfinete dos diarios paulistas que, na surdina, não pondo no centro os originaes que no presente momento o seu assumpto visa a moral e a união politica do negro.

O seu programma, na parte principal é desprezar as polemicas em geral e trabalhar com afinco, denodo e coragem dentro da concordia e da moral.

Assim sendo, fica entregue a população a orgam acima epigrafado — A Voz da Raça.

OS DIRIGENTES

AOS FRENTENEGRINOS

Neste grave momento historico da NACIONALIDADE BRASILEIRA, dois grandes deveres incumbem aos negros patrioticos e esforçados, unidos num só bloco na FRENTE NEGRA BRASILEIRA: a defesa da Gente Negra e a defesa da Patria, porque uma e outra coisa andam juntas, para todos aquelles que não querem trair a Patria por forma alguma de internacionalismo.

A Nação acima de tudo.

O internacionalismo é para os irresponsaveis, que não tem que dar contas de uma Tradição de sangue, de trabalho, de crença, de dôr, mas tambem de gloria, vista como "recordar o mal que é já passado, da depois mais prazer que entristecer".

A Nação acima de tudo.

E a Nação somos nós com todos os outros nossos patricios que commosco, em quatrocentos annos, criaram o Brasil. Não podemos, pois, permittir que impunemente uma geração actual, que é um simples movimento na vida eterna da Nação, traia a Patria, quer atirando-se nos erros materialistas do socialismo (que nada mais é do que o effeito da concepção do "materialismo historico" — a economia, a riqueza material, acima de tudo), quer namorando o terra-a-terra anciolista na sua mais bestial expressão que desfecha no bolchevismo, prégado pelos traidores nacionaes ou estrangeiros, e cuja resposta é e haverá ser o aniquilamento violento, seja dos aliciadores por cidadãos do povo, seja dêle adoptado por governos que traiam a Nacionalidade.

O Frentenegrino, como o negro em geral, deve estar alerta para esse reivindicações de direitos que definimos em nosso manifesto do anno passado; mas, para que seja digno de alcançar esses legitimos direitos no campo social, economico e politico, — é mistér cumprir os Mandamentos da Lei até deffendel-os, antes de tudo, os deveres do homem, base da legitimidade dos direitos do homem.

Ao Frentenegrino, para que possa alcançar, em época não distante, a satisfação dos seus ideais, é necessaria a mais devotada e firme disciplina, condição unica da victoria. Só vencem os batalhões disciplinados, que acatam os chefes e, por isso, em ordem vão para o triunfo. A dizer, isto é, aos chefes é que é dado conhecer as operações de conjunto, a movimentação das forças, o momento do fogo, o deslocamento de postos, tudo debaixo de um criterio geral que muitas veres desmorona os soldados que queiram discutir a razão dos movimentos ordenados.

Marchar, porém. Para a frente sempre!

... Não dar attenção aos fracos que forem caindo ou desanimando pelo caminho! Os poucos ou muitos bravos que restarem das longas caminhadas de soffrimento e conquista serão sufficientes para desesperar a ultima tentativa dos inimigos da Patria e da Raça, que sou quasi sempre os mesmos.

Confiantes em Deus, com aquella profunda religiosidade dos nossos Avós, cujo espirito não haveremos de trair, confiantes na nossa Obra e esforços, não caminharemos firmes contra as mil difficuldades adversidades da situação precaria dos negros, ou originadas da incompreensão ou máu animo de negros e brancos.

Daremos, todavia, tal demonstração de coragem, perseverança e retidão de caracter; faremos uma tal obra em nosso Brasil, que A GLORIA E A FIDELIDADE DO NEGRO BRASILEIRO Á CIVILIZAÇÃO CRISTÃ HAO-DE ESPANTAR TODA A AMERICA.

ARLINDO VEIGA DOS SANTOS

Francisco Costa Santos

Não existe dentro de São Paulo, e numa grande parte do interior do Estado, quem não conheça o homem, cuja fotografia encima estas linhas; é o Dr. Francisco Costa Santos, que não pertence mais ao numero dos vivos.

Com a saida hoje, do primeiro numero deste modesto semanario, orgão official da *Frente Negra Brasileira*, cuja fundação devemos em primeiro logar a esse dilun da Raça, prestamos-lhe esta singela e inexpressiva homenagem; attestamos, porque o nosso saudoso CHICO, merecia cousa muito maior, pois que, soube em hora hora acudir as necessidades de sua Raça; mas no mesmo tempo, diremos, a homenagem é enexpressiva, mas é sincera, porque pulsa ainda em nossos corações, essa perda irreparavel... Chico morreu, mas vive-á ainda e sempre nos corações bem formados daquelles que sabem avaliar a grandeza da obra, de que foi elle, o primeiro e intemerato iniciador.

No nosso querido CHICO, estava sintetizado, como ainda está, a força e o valor idealista de uma raça.

Era elle o orientador conscioso, conselheiro fiel e o amigo sincero, todos os dirigentes da

FRANCISCO COSTA SANTOS

Aquelles que o eram, profetizando mesmo os acontecimentos futuros; era o nosso Chico, um verdadeiro modelo, como chefe de familia, como orientador, como amigo, e muito especialmente, como idealista. Foi sem duvida alguma, a falta de comprehensão dos nossos irmãos negros, que o matou, mas, comtudo, Francisco Costa, apezar do grande pezar que lhe ia n'alma, nunca desanimou os seus companheiros, fazendo o sustentaculo da obra, em todos os casos, ou para todos os casos, por mais grave que lhe parecesse, êle encarava com o mais franco e expressivo sorriso nos labios, encorajando os fracos, pondo em realevo o valor de sua Raça, que na sua expressão *"muito desia temer, e não ser a morte de um ao dois ao dez, que se recobrará em beneficio de uma colectividade."*

O nosso CHICO, assim pensava, era e continua sendo esse

COM VISTAS ao Dr. Chefe de Policia

Na noite do dia 12 deste o Corpo Cenico da F. N. B. esteve na sede ensaiando peças de seu repertorio para a proxima representação que brevemente pretende levar a effeito. A's 21 horas, terminado o ensaio, retiravam-se para casa diversos senhorites, acompanhadas de rapazes quando, ao chegarem a rua Conde de S. Joaquim foram abordados por inspectores de segurança, tendo um deste perguntado aos rapazes donde vinham. Foi-lhe respondido que haviam todos saido da séde da Frente Negra Brasileira. O inspector, sem um motivo justificavel deu immediatamente ordem de prisão a todos, ordenando que entrassem para o carro de presa. Tal não aconteceu devido ao protesto dos presentes, pois realmente não havia o menor motivo para que tal medida fosse tomada; todos se portaram dignamente e os rapazes depois sairam acompanhando as senhoritas para gentilmente cumprirem as suas residencias, por cautela, devido ao arcantado da hora.

E' necessario que o Sr. Dr. Chefe de Policia tome uma providencia afim de coibir tais abusos de seus subordinados. A Frente Negra não é uma organisação suspeita ou clandestina e por isso deve ser merecedora do respeito, não devendo os seus socios serem detidos ou nesse por vexames ao sairem da séde da mesma.

Al fica, pois, a nossa justa reclamação a S. Ex. para que tal fáto não mais se reproduza.

FONTE: ***A Voz da Raça*****, São Paulo-SP, Ano I, n. 01, p. 01, 18 mar. 1933.**

Com o texto que diz que "O preconceito de cor no Brasil, só nós os negros o podemos sentir..." e com "Deus, Pátria, Raça e Família" ao lado da filiação do jornal com a Frente Negra Brasileira, o primeiro número de *A Voz da Raça*, publicado em março de 1933, surge com muitas imagens do que viria ser a folha. Segundo texto dos dirigentes, um dos objetivos do jornal é divulgar a "comunhão de ideias da raça" que "outras folhas", "aliás, veteranas", "por despeitos políticos, tem deixado de os fazer". O "programa" de *A Voz da Raça*, ainda segundo os dirigentes, é "desprezar polêmicas em geral e trabalhar com afinco, denodo e coragem dentro da concórdia e da moral"[1033].

Figura 11 – Frontispício segundo número de *A Voz da Raça*

[1033] A VOZ da Raça. *A Voz da Raça*, São Paulo-SP, Ano I, n. 01, p. 01, 18 mar. 1933.



FONTE: *A Voz da Raça*, São Paulo-SP, Ano I, n. 02, p. 01, 25 mar. 1933.

Em seu segundo número, *A Voz da Raça* surge com outro frontispício. Segundo o jornal, a nova arte foi realizada pelo sócio "Olavo Xavier". Nessa edição, o jornal já se encontra em meio às críticas "polêmicas" que dizia querer manter-se longe. Com uma imagem que remete à Zumbi dos Palmares, destaca-se ao lado o título do periódico e uma bandeira do Brasil. O subtítulo ganha mais destaque e o nome de Isaltino Veiga dos Santos lhe dá autoria. Com relação às polêmicas, em carta aberta, Arlindo da Veiga dos Santos, "presidente geral da F. N. B.", responde ao texto de Astregesilo de Athayde, publicado na *Folha da Noite*, em 29 de fevereiro de 1932. Aqui, mais uma vez, os objetivos da FNB ficam claros: "integralização absoluta, completa, do negro em toda a vida brasileira (política, social, religiosa, econômica, operária, militar, diplomática, etc.)"[1034].

A discussão sobre a "clandestina" instituição, segundo Athayde, estende-se a outro jornalista, Salomão Ferraz, autor do livro "A Fé Nacional", o qual, aparentemente, critica o integralismo e como ele "procura influenciar os elementos da raça preta, constituindo a 'Frente Negra Brasileira' com tendências acentuadamente monárquicas". A resposta aponta para a chefia de Arlindo da Veiga dos Santos sob o movimento patrianovista no Brasil, porém, apesar de compartilhar o mesmo presidente, teria suas diferenças: na FNB ele é "somente negro e nada mais". Para diluir quaisquer dúvidas, afirma-se claramente: "A Frente Negra Brasileira, não está, e não tem ligação com ninguém", ela está com "o Brasil, e com os Negros, para a qual foi criada"[1035].

Após o golpe de 3 de outubro de 1930, com Vargas no poder, a polarização, que já aumentava nos anos anteriores, extremou-se em dois flancos: de um lado, uma esquerda dividida entre a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e o Partido Comunista; do outro, à direita,

[1034] SANTOS, Arlindo da Veiga dos. A Frente Negra Brasileira: e um artigo do Sr. Austregesilo de Athayde. *A Voz da Raça*, São Paulo-SP, Ano I, n. 02, p. 01, 25 mar. 1933.
[1035] AGINDO de má fé. *A Voz da Raça*, São Paulo-SP, Ano I, n. 02, p. 01, 25 mar. 1933.

muitos se reuniam sob os guarda-chuvas do Governo e vinculavam-se à Ação Integralista Brasileira (AIB). Com a fundação da FNB, em 16 de setembro de 1931, organizaram-se, a partir do salão das Classes Laboriosas, nomes de relevância como Arlindo Veiga dos Santos, Isaltino Veiga dos Santos, Francisco Costa Santos, David Soares, Horário Arruda, Alberto Orlando e Gervásio de Morais. Um mês depois, em outubro, publicou-se o Estatuto aprovado pela associação em evento realizado no mesmo salão. Segundo Petrônio Domingues, alguns dos integrantes se consideravam mais "evoluídos" do que seus "irmãos de cor" que não participavam da Frente. Em pouco tempo, mais 15 mil sócios ingressaram na entidade ainda em 1932 e, em 1936, ela já se espalhava com filiais e mais de 60 delegações em todo o interior de São Paulo e em estados como Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Além de formar militantes, a FNB também formou uma milícia própria que, apesar de não usar armas, oficialmente, dividia-se em capoeiristas e seguranças[1036].

A Ação Integralista Brasileira (AIB), tinha uma postura complexa com relação a questão racial. Para Jaqueline Tondato Sentinelo, a corrente de pensamento hegemônica no movimento era "racista"[1037]. No caso de Natália dos Reis Cruz, seu estudo aponta que o Integralismo não era uma mera "cópia" do movimento fascista europeu, havendo um "espírito revolucionário" entre os ideais da entidade. Segundo a autora, parte da homogeneidade que se pretendia atingir na sociedade brasileira comprometia um discurso que imputasse qualquer valor às raças. Para ela, o movimento tendia a "rejeitar qualquer forma de luta que pudesse dividir a Nação", por isso, "opunha-se também às divisões étnico-raciais, afirmando, em nome da irmandade cristã, a importância da harmonia entre os brasileiros de todas as raças e classes sociais". Parte dos investigadores que se debruçaram sobre a AIB também considera que o pensamento integralista via o "processo de miscigenação racial" como "resultado da história" e da "alma" do "povo brasileiro"[1038].

Romatis Jacino compreende que Plínio Salgado, líder da Ação Integralista, recusa a eugenia de Raimundo Nina Rodrigues, o qual considera a mestiçagem um "problema" e se aproximava mais da eugenia representada pela obra de Modesto Brocos em *A Redenção de Cam*, obra aqui exposta durante a análise d'*O Clarim d'Alvorada*. Salgado, portanto, acercava-

[1036] DOMINGUES, Petrônio. Os descendentes de africanos vão à luta em terra brasilis: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e Teatro Experimental do Negro (1944-1968). *Projeto História*, São Paulo-SP, n.33, p. 131-158, dez. 2006.
[1037] SENTINELO, Jaqueline Tondato. O lugar das "raças" no projeto de nação da Ação Integralista Brasileira. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 108, maio 2010, p. 145-249.
[1038] JACINO, Ramatis. Frente Negra, Ação Integralista e o Conservadorismo como estratégia de enfrentamento ao racismo (1930-1937). *Revista História* (São Paulo), n. 181, 2022, p. 11.

se mais de Euclides da Cunha e Gilberto Freyre, autores que "sustentavam a ideia de que a miscigenação era inexorável e positiva" para a construção da nação.

Mais religioso – e, portanto, defensor da igualdade dos homens diante de Deus – do que científico, o ideal Integralista defendia que cada um devia se elevar segundo suas vocações, afastando "toda superioridade", inclusive a de classes e de raça. Os estrangeiros, por outro lado, eram vistos como um problema brasileiro, pela sua influência e riqueza, chamando-se costumes aproximados com os dos europeus, por exemplo, de "estrangeirismos" errôneos[1039]. A ideia expressa em carta do Presidente da Ação é de se "unir todos os brasileiros em um só espírito"[1040]. Para Jacino, "Plinio Salgado posicionou-se explicitamente contra "as ideias do racismo biológico, pretensamente científico", na carta aos integralistas em 1934, "onde sintetiza a posição do movimento com a frase": "o problema do mundo é ético e não étnico"[1041].

A FNB teve três grandes cisões segundo a historiografia que se debruçou sobre ela. A primeira, em 1932, faz surgir o Clube Negro de Cultura Social; a segunda, ocorrida no mesmo ano, resultou na criação da Legião Negra – que seria importante durante o conflito militar de 1932, em São Paulo –; e, por fim, em 1933, parte dos sócios da Frente Negra Brasileira, devido a discordâncias, fundaram a Frente Negra Socialista. A entidade, apesar de contida nessa questão, teve adesão e colaboração de intelectuais brancos, como Oswald de Andrade e Menotti Del Picchia, assim como Artur Ramos e Cassiano Ricardo.

Alguns dos letrados da FNB, que também atuaram em *A Voz da Raça,* a exemplo dos irmãos Veiga dos Santos, eram próximos de Getúlio Vargas, sendo recebidos pelo presidente em 1933 em uma audiência especial[1042]. Houve divisão interna dedicada a cada uma das áreas em que se pretendia atuar: uma ligada à instrução e cultura; outra à música; uma associada a diversos esportes, sobretudo, o futebol; outra ao atendimento de saúde e jurídico; e uma dedicada à arte, à dramaturgia e à imprensa.

Em recado aos "frentenegrinos", como eram chamados os associados à FNB, a urgência do momento era clara: "neste gravíssimo momento da NACIONALIDADE BRASILEIRA", é necessária a "defesa da Gente Negra e a defesa da Pátria", "porque uma e outra coisa andam juntas, para todos aqueles que não querem trair a Pátria" por algum "internacionalismo". "A Nação acima de tudo". A "Nação", para o periódico, "somos nós com todos os outros nossos patrícios que conosco, em quatrocentos anos, criaram o Brasil". O "internacionalismo" é

[1039] *Ibidem*, p. 09.
[1040] SALGADO, Plinio. Trechos de uma carta. *Panorama*, ano 1, n. 4/5, p. 5, abr./maio 1936
[1041] JACINO, *op. cit.*, p. 14.
[1042] *Ibidem*, p. 136-137.

vinculado aos "erros materialistas do separatismo" – "que nada mais é do que o efeito da concepção do 'materialismo histórico'" –, ao "socialismo", "ao bolchevismo", aos "traidores nacionais ou estrangeiros". Fala-se em "aniquilamento violento" contra "cidadãos do povo" e contra "governos que traiam a Nacionalidade". A "trincheira" de luta dos frentenegrinos é contra os "inimigos da Pátria e da Raça, que são quase sempre os mesmos".

Defender a nacionalidade, a Nação ou a Pátria, era o mesmo que lutar pela "Raça" e vice-e-versa. Se "Raça" e "Pátria" já apareceram, "Deus" seria o próximo. É "confiantes" nele e com "profunda religiosidade", como "nossos avós", que a "Obra" será alcançada. Para terminar seu texto de apresentação, Arlindo da Veiga dos Santos declara: "A GLÓRIA E A FIDELIDADE DO NERO BRASILEIRO À CIVILIZAÇÃO CRISTÃ HÃO DE ESPANTAR TODA A AMÉRICA"[1043].

O jornal *A Voz da Raça* foi longevo e estável. Publicado entre 1933 e 1937, quando o Estado Novo impôs o fechamento de diversos periódicos, inclusive o próprio, totalizou 70 edições. Em seus primeiros números, era semanal, depois, tornou-se quinzenal ainda em seu primeiro ano de funcionamento. Por fim, entre 1936 e 1937, teve periodicidade mensal. Em formato de tabloide, a maioria de seus números tinha quatro páginas, com uma organização interna padrão. Nesse sentido, pouco se distinguia dos jornais anteriores deste conjunto. Suas tiragens foram mensuradas – já que o jornal não apresenta a tiragem em suas publicações – entre 1000 e 5000 números para cada edição. O que talvez seja passível de destaque, desse modo, é que sua distribuição e venda eram mais organizadas, graças à Frente Negra Brasileira. Seu custo variava entre $200 e $400 para venda avulsa e 6$000 mensais, enquanto a assinatura anual tinha custo de 12$000[1044].

Entre denúncias de preconceito de cor, reivindicações por trabalho, saúde e educação, *A Voz da Raça* traziam grandes aspirações de nacionalismo, o qual, embora presente em todos os periódicos da imprensa negra entre 1833 e 1937, nunca foi tão claro e extremista. Mas, não seria só esse ponto que se tornaria mais evidente e enfático. "Grandes pela religião, grandes pelo patriotismo, grandes pela moralidade", os negros eram, para *A Voz da Raça*, "grandes sobretudo pelo grande amor ao Brasil". Havia valorização na "herança" de seus "Antepassados", que lhes deixaram uma "integridade humana que honraria qualquer nação de mil anos de vida ornada de glórias as mais opulentes". Arlindo da Veiga dos Santos, que escreve

[1043] *Ibidem*. Maiúsculas no original.
[1044] LIMA, *op. cit.*, p. 61-63.

"Aos negros de boa-vontade", além dessa declaração, ainda em 1933, admite ser esta uma "hora grave"[1045].

Em parte, o próprio texto explica tal gravidade. Seria a primeira vez, no sétimo número do jornal, em que Adolf Hitler aparece. Se "a gente negra brasileira" não se bater contra os "Calabares" – traidores –, o que restará será "denunciar ao Brasil um elemento perigoso", um "cadáver pobre" que precisa ser "urgentemente removido", como "o soberbo Hitler está procedendo com os judeus da Alemanha". O texto tem um tom saudosista. Para além de inserir "Hitler" no debate, o negro era mais respeitado e alvo de gratidão apenas no "passado nacional". Então, Santos questiona: teriam morrido as "qualidades velhas da Raça no elemento negro?" Era necessário lembrar o passado. O passado dos "ousados Palmarinos", "de Henrique Dias, o egrégio negro fidalgo, O MAIOR EXEMPLO DE BRASILEIRO NEGRO INTEGRO que se pode apresentar aos patrícios", além de "todas as figuras homéricas de negros que enchem nossa História"[1046].

Como observa Alex Benjamin de Lima, em todos os números de *A Voz da Raça* há um "plano argumentativo" que se "espraiava para tempos pretéritos, a legitimar anseios e demandas quanto ao presente e ao futuro". A História é compreendida como uma polissemia de narrativas que contém fragmentos do tempo passado as quais, sistematizadas, poderiam servir "de prova inconteste da importância e *missão* do negro na viabilização do Brasil enquanto Nação"[1047].

Mais comum do que em qualquer outro jornal da imprensa negra desse recorte temporal, os letrados em torno deste periódico se preocuparam em polemizar e debater outras narrativas sobre o negro e o passado nacional:

> Episódios horrendos da escravatura no Brasil, Guerra do Paraguai, e outras tantas cousas que muita gente bonita, *como por exemplo os pretensos sociólogos desconhecem, mesmo porque a história pátria nada diz a respeito*, ou quando assim não é adulteram tudo, como fizeram os seus historiadores com a gloriosa epopeia de Palmares na Serra da Barriga, que deveria constar em nossa história como uma das maiores glorias de um povo, que embora oprimidos, deram ao mundo e muito especialmente ao Brasil, provas de seu valor moral e material; isso tudo, os homens do Brasil esconderam e continuam escondendo, *com o fito único de menosprezar o valor indiscutível da raça que fez o Brasil*[1048].

A história pátria "nada diz a respeito", ou "adulteram tudo", com relação aos negros. Se não há confiança na "História", os "historiadores" são acusados de mudar a "gloriosa epopeia

---

[1045] SANTOS, Arlindo da Veiga dos. Aos negros de boa-vontade. *A Voz da Raça*, São Paulo-SP, Ano I, n. 7, p. 04, 29 abr. 1933.
[1046] SANTOS, Arlindo da Veiga dos. Aos negros de boa-vontade. *A Voz da Raça*, São Paulo-SP, Ano I, n. 7, p. 04, 29 abr. 1933.
[1047] LIMA, *op. cit.*, p. 69.
[1048] SANTOS, Isaltino Veiga dos. Um batalhador sincero. *A Voz da Raça*, São Paulo-SP, Ano I, n. 13, p. 04, 17 jun. 1933.

de Palmares", enquanto "pretensos sociólogos" ignoram o negro, sobretudo em relação ao período em que perdurou o sistema escravista e a Guerra do Paraguai, "com fito único de menosprezar o valor indiscutível da raça que fez o Brasil". Tratava-se, portanto, de um preconceito de cor. O esquecimento enganoso, uma história adulterada e uma falsa sociologia, imprimiam menosprezo pelo negro. Sobre Palmares, inclusive, Isaltino dos Santos considera que "os falsos historiadores" transformaram os "heróis daquela jornada em temíveis facínoras"[1049].

Com o intuito de preencher a lacuna denunciada, muitos textos sobre o passado tiveram espaço entre as colunas de *A Voz da Raça*. Henrique Dias seria o primeiro a ser biografado. Em uma coluna sobre "O concurso da raça negra na grandeza do Brasil", aparece como o "Múcio Scévola de cor preta", pois podia, "na história pátria", "competir sem desdouro com o paradigma do valor romano dos velhos tempos"[1050]. O apelido de Múcio Scévola brasileiro pode advir da biografia escrita por Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, que utilizou o mesmo epíteto em seu texto publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1868[1051].

Um número depois, é Palmares quem recebe sua "defesa". Para José Bueno Feliciano, a história "gloriosa de Palmares, tem sido desvirtuada, por grande parte dos nossos historiadores". Estes "acusam" "os heróis daquela epopeia gloriosa de ladrões, assassinos e coisas feias". A "História" os "esqueceu". Essa mesma História, "ou é imparcial ou não é história, é tapeação" e o tempo da "tapeação" passou, "pois quando alguém procura uma crônica qualquer sobre fatos da História Pátria", deseja "instruir-se e não ser tapeado". Para Feliciano, enquanto "escondem" os quilombolas, se "elogia escandalosamente" Domingos Jorge Velho, um "ambicioso aventureiro". O motivo? "Porque aqueles eram negros e este era branco"[1052].

> Porque queiram ou não queiram os brancos atrasados ainda imbuídos de ideias escravocratas, Palmares é para nós que marchamos a passos largos para a integração completa (religiosa, moral, social e intelectual) do negro na vida brasileira, Palmares constitui para nós o exemplo do quanto pode a nossa Gente quando libertada do despotismo escravocrata, Palmares representa para nós, que o conhecemos por outros

[1049] *Ibidem*.
[1050] O CONCURSO da raça negra na grandeza do Brasil - Um Múcio Scévola de cor preta: Henrique Dias. *A Voz da Raça*, São Paulo-SP, Ano I, n. 09, p. 02, 13 mai. 1933.
[1051] PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. Biografia dos brasileiros ilustres, por armas, letras, virtudes, etc. Henrique Dias. Revista do IHGB, Tomo XXXI, Parte Primeira, p. 365-383, 1868. Analisei essa biografia de Henrique Dias em minha dissertação de mestrado: MANHANI, Luís Roberto. O discurso sobre o negro na historiografia e na etnografia do IHGB (1839-1925). Dissertação (Mestrado), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2021, p. 72-90. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/entities/publication/3ee403cc-5d13-46a7-aa8e-4f8324ac5313. Acesso em 06 mai. 2026.
[1052] FELICIANO, José Bueno. Em defesa de Palmares. *A Voz da Raça*, São Paulo-SP, Ano I, n. 10, p. 01, 20 mai. 1933.

> meios que não os da literatura de sentimentalismo doentio e de 'xingaçoa' envenenada das nossas atrasadíssimas escolas, Palmares representa para nós, o negro organizando *um dos mais perfeitos governos da América* justamente quando os corifeus da perpétua escravatura o apresentava como naturalmente ignorante[1053].

A seguinte comparação é interessante, pensando no contexto geográfico em que se firma: "Não há motivo para menosprezar tanto os palmarinos ao mesmo tempo que se canta a glória dos bandeirantes", pois "estes praticaram muitas faltas na ânsia de se enriquecerem e escravizar os indígenas". A "epopeia" memorável de Palmares deve "merecer os mesmos elogios e igual, senão maior, respeito ainda que os feitos das bandeiras". Para o letrado de *A Voz da Raça*, Palmares, e não as bandeiras, "resume todo valor, toda coragem, todo o heroísmo e abnegação da Raça Brasileira". Importante frisar, da "Raça Brasileira". O intuito do texto também é reforçado em seu final: "teremos iniciado a reparação de uma das mais graves injustiças da 'História'"[1054].

8.10. A voz que diz a Raça Brasileira

A menção à uma "Raça Brasileira", merece atenção. Ainda em 1933, em outro texto de Arlindo Veiga dos Santos, o autor parece explicar melhor o que seria essa "Raça Brasileira". Com a "alarida" dos feitos do "ditador Hitler", iniciou-se uma campanha "de afirmação prática da raça germânica" em sua obra de "resgate nacional". Era 1933, os horrores dos campos de concentração eram ainda desconhecidos. Há uma clara crítica à democracia-liberal, que teria levado a Alemanha à "ruína". Então, afirma-se: "Está certo Hitler!", por levantar-se contra o "ópio entorpecente de 14 anos de república liberal-democrática". Aqui, no Brasil, em mais de quarenta anos de "batuque solene" da democracia, não se afirmou nossa "raça", "a nossa Raça luso-índio-negra", e ainda se permitiu que o país se tornasse uma "pagodeira internacional em que todo estrangeiro chegado na véspera mandou, deu leis e conselhos de perdição". O que seria da nação se, ao invés de valorizar os estrangeiros e de negar a "nossa Gente Negra", tivéssemos valorizado os negros[1055]? A questão mais importante, para nosso intento, vem a seguir:

> Nós também temos uma Raça! Se não há, como não pode haver, um só Tipo Nacional, somos uma Raça Mestiça, com os nossos Negros, Cafuzos, Caboclos, Negroides, Brancoides, e (até!) os Bugres que ainda moram no mato.

[1053] *Ibidem*.
[1054] *Ibidem*.
[1055] SANTOS, Arlindo da Veiga dos. A Afirmação de Raça. *A Voz da Raça*, São Paulo-SP, Ano I, n. 12, p. 01, 10 jun. 1933.

> [...] Já estávamos definidos mais ou menos na guerra holandesa, na qual demos boas lições aos "arianos" europeus[1056].

Ingrid Aveldiane Adriano Pardinho, investigou a Frente Negra em suas relações com o Integralismo e o jornal *A Voz da Raça*. A autora dedicou-se, especificamente, à compreensão de "nação" presente no periódico. Abordando as publicações, destacam-se figuras históricas como Carlos Gomes, "considerado alguém que honrava as tradições brasileiras"; na política, Pedro I e José Maria da Silva Paranhos – que compôs o Gabinete que aprovou a Lei do Ventre Livre –; Henrique Dias é a figura mais exaltada, incessantemente relacionada com Felipe Camarão e Vidal de Negreiros – sempre acionando as "três raças" –; porém, é Luiz Gama a personagem mais homenageada em suas biografias.

Pardinho vê os conceitos de "patriotismo" e "nacionalismo" sendo utilizados como sinônimos em *A Voz da Raça*. A "identidade nacional" é ligada ao "nacionalismo cultural", focado nos costumes, etnia e língua que são tomados como "naturais" pelo periódico; um "nacionalismo católico", ainda que em menor medida, para a autora, complementa os primeiros aspectos destacados[1057].

A pátria deveria ser cultuada como uma religião. Em parte das publicações, apenas os negros nacionais teriam essa predisposição. Os negros só poderiam ter sucesso em sua luta por direitos e integração com um "nacionalismo radical" vinculado diretamente ao passado, pois, era necessário e possível "recuperar honras pretéritas e construir um futuro glorioso". Portanto, alia-se parte da *historia magistra vitae* e parte da compreensão moderna do conceito de história. A "democracia falida" e o "comunismo" destrutivo compõem as críticas a outros países e permitem observar, com clareza, o desprezo por ambos em *A Voz da Raça*. Porém, com o passar do tempo, em uma "segunda fase" do jornal, a partir da saída de Veiga da liderança do periódico, a democracia passa a ser vista, majoritariamente, como algo positivo entre os textos que tratavam da "nação" ou da "pátria" [1058].

Dessa forma, não há, nem pode haver, outra unidade que não essa unidade-plural. A formação dessa "Raça Brasileira", portanto, deu-se – mais ou menos – na invasão holandesa ao nordeste luso-brasileiro no século XVII. A ideia de que, com Henrique Dias – negro –, Felippe Camarão – indígena – e Vidal de Negreiros – branco –, forma-se a tríade nacional e que a Guerra contra os holandeses seria o momento em que se fundou a nação, o nacional e, portanto, o brasileiro, não aparece apenas em *A Voz da Raça.* Com grupos muito bem definidos, brancos,

---

[1056] *Ibidem*.
[1057] PARDINHO*, op. cit.*, p. 137-140.
[1058] *Ibidem*, p. 140-144.

indígenas e negros lutaram contra estrangeiros para expulsá-los pela Coroa. A presença das três raças nessa guerra é utilizada de maneira constante pelos letrados do *A Voz da Raça* e aparece em outros jornais da imprensa negra, ainda que com menos destaque e constância. Chama atenção também o uso frequente de maiúsculas para tratar das "Raças", seja com o negro, o indígena, o "Cafuzo", etc. Trata-se de universais, definidores e indivisíveis.

A visão de uma "cena inaugural" brasileira, a partir dos conflitos contra os invasores, aparece de forma ainda mais clara em um artigo do jornal *Getulino*, publicado em 1924, também com o título "A Raça Brasileira". Escrito por Lacerda Werneck, que assina como José de Nazareth, o mesmo autor de *A Boa Severina*, o texto apresenta a "gênese brasileira" e de "nossa raça" a partir dos três "elementos": indígena, negro e branco. Porém, ao lembrar do "elemento negro", é Henrique Dias quem personifica o "estoicismo" da raça.

Comparada à Babel, quando "Deus" dividiu a humanidade em diversas línguas, no Brasil, "uniram-se para criar uma raça varonil da guerra, inteligente na república das letras, inigualável em suas conquistas". Nem "Roma", nem "Esparta", nem os "franceses", com suas origens, poderiam ter tanto orgulho da "origem" dessa "raça nacional" como os brasileiros. Na "Guerra-Holandesa", segundo o autor, assim chamada por Oliveira Martins, que se estendeu por mais de trinta anos, Henrique Dias, Filipe Camarão e Vidal Negreiros foram os "brilhantes" de nossa história. É claro que, o destaque maior recaí sobre Dias, afinal, Lacerda cita diversos outros nomes de negros ilustres para provar seu ponto[1059].

Com relação às críticas à democracia, Arlindo Veiga dos Santos, especificamente, centralizava muitas das decisões da Frente Negra Brasileira e era um dos líderes da redação do jornal oficial da entidade. O primeiro presidente dessa organização fazia "constantemente apologia ao fascismo europeu" e "era radicalmente contrário à democracia", como demonstra Domingues em seu estudo, mas também pudemos observar no próprio periódico. Todavia, não era apenas o referido redator que defendia os regimes autoritários que emergiam no Velho Continente. Uma parte da intelectualidade negra nacional dos anos 1930 passou a fazer declarações públicas e a defender ideais destes movimentos da Itália e Alemanha[1060].

A preocupação com a entrada de "estrangeiros" também se faz presente em todo o jornal. Isso ocorre por diversas razões que escapam do escopo desta pesquisa, porém, podemos destacar a grande imigração de europeus para o país, com especial atenção à São Paulo, cidade que crescia e que teve um fluxo relativamente constante de italianos, espanhóis e portugueses, entre 1870 e 1920. Além disso, o socialismo debatido nos espaços políticos, assim como o

[1059] WERNECK, *op. cit.*, p. 04, 20 dez. 1924.
[1060] DOMINGUES, *op. cit.*, 2006, p. 137-138.

comunismo, era associado a um "internacionalismo" e aos imigrantes. Se estes motivos eram entrelaçados com diversos outros modos de percepção dos negros, observamos como a imprensa negra criticou um país de maioria negra que projetava a presença de brancos europeus, conferindo, a estes últimos, políticas públicas às quais aqueles não tinham acesso. O trabalho, muitas vezes negado aos negros, era preferencialmente ocupado pelos mesmos estrangeiros.

Há ainda o fator que diz respeito às filiações de alguns dos membros da FNB e da redação de *A Voz da Raça*. O integralismo brasileiro cresceu muito na década de 1930, alcançando mais de 1 milhão de militantes entre 1933 e 1937. Diversas pessoas de distintas classes sociais, etnias e nacionalidades atuaram no movimento. Para atender a uma população que considerava um povo "imaturo", para o integralismo, eram necessários movimentos educacionais para melhoramento físico, científico, social, político, religioso e econômico[1061]. A Ação Integralista agrupava-se internamente em departamentos de estudo e propaganda, mantendo semelhanças com o fascismo italiano, como o autoritarismo, a valorização da disciplina e da submissão, a hierarquia muito bem delimitada, a militarização, o culto ao nacional e à fidelidade[1062].

Com esses dois últimos fatores, a preferência por estrangeiros e certo ideal de brancura em relação ao projeto de branqueamento nacional e o nacionalismo exacerbado pelo integralismo e o patrianovismo – assim como a ascensão do fascismo e o sentimento de refundação nacional da década de 1930 –, fazem com que os inimigos "de fora" do país fossem, também, alvos preferenciais. Outro texto sobre a "Raça" brasileira lembra que a "Resposta" de Arlindo dos Santos se direcionava a um "canalha anarquista-comunista-socialista, que obedece aos patrões judeus e estrangeiros". Os negros deveriam se colocar a "postos contra a onda estrangeira" que toma "nosso trabalho" e quer "dominar, por um regime iníquo e bandalho, o Brasil dos nossos avós"[1063].

A "incompetência e cegueira" dos governos brasileiros foi o que permitiu que toda essa "troça de estrangeiros imigrantes" entrassem no país, governos que eram "democráticos do passado", que se empenhavam na "negação da nossa Raça", importando estrangeiros para

[1061] CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *O integralismo*: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). São Paulo: EDUSC, 1999.
[1062] SILVA, Maria Aparecida Pinto. *A Voz da Raça*: uma expressão negra no Brasil que queria ser branco. Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, 2003, p. 44.
[1063] SANTOS, Arlindo da Veiga dos. Resposta a um boletim. *A Voz da Raça*, São Paulo-SP, Ano I, n. 27, p. 01, 09 dez. 1933. Grifos no original.

"esmagar os negros, que vão ficando completamente à margem da vida e do trabalho", pois muitos locais "não aceitam empregados de cor"[1064].

> Contra as tramas dos inimigos da Pátria, os verdadeiros Brasileiros são SÓ BRASILEIROS: não há negros, não há brancos, não há frentenegrinos, não há chapa única, não há patrianovista, não há fascista. HÁ SÓ BRASILEIROS[...]
> [...] Que nos importa que Hitler não queira, na sua terra, o sangue negro? Isso mostra unicamente que a Alemanha Nova se orgulha de sua raça. Nós também, nós Brasileiros, temos RAÇA. Não queremos saber de *arianos*. QUEREMOS O BRASILEIRO NEGRO e MESTIÇO que nunca traiu nem trairá a Nação.
> [...] Hitler afirma a raça alemã. Nós afirmamos a Raça Brasileira, sobretudo no seu elemento mais forte: O NEGRO BRASILEIRO[1065].

Entre os campos de batalha, a narrativa sobre o passado seria privilegiada. "Ao negro, a quem o Brasil deve a sua formação, nunca se lhe deveriam fechar as portas", pois, "se há injustiças a reparar, esta é uma das principais, que a alma do negro sepultada há 400 anos ainda reclama em prol de seus desventurados filhos". Naquele 1933, para João Mariano, os negros "vivem desamparados por todos os recantos desse vastíssimo território que eles abnegadamente cultivaram até 88", "deixando seu sangue e vidas gravados na grandeza deste vasto Brasil, que os maus brasileiros, enebriados pelo ouro, tentam desnacionalizar"[1066]. Mas, as "contribuições" do negro no passado e no presente não paravam por aí.

Silvério de Lima escreve, sobre a "culinária" nacional, como houve "contribuição dos negros" para essa cultura, na "insurreição de 1837 na Bahia", assim como na "comoção épica dos Palmares". É inegável, pela história, que o negro era um nacional. Nada seria "mais anormal" se "o historiador" brasileiro não encontrasse, no ocorrido, esse "exemplo". O mesmo texto lembra também de Manoel Guerino, que "foi membro da Academia Baiana de Letras e do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, com a autoridade que lhe é peculiar em tais assuntos". Guerino teria escrito "uma obra pondo em relevo o valor do colono negro como fator principal para a economia nacional". Até admite-se que "ainda não tivemos o prazer de ler" a obra, mas mesmo assim, essa seria um "ótimo roteiro" para "nossa vida histórica". Tal aspecto não constituía uma prática comum. Para o jornal, normalmente a "História" não estudava ou ensinava o "valor do negro" nacional. Esses "serviços, grandes pelo seu conjunto e alto valor histórico", "deviam ser melhor compreendidos para que nos fossem dispensadas maior assistência e estima e não o indiferentismo 'sistemático' e relativo esquecimento a que nos tem relegado"[1067].

[1064] *Ibidem*. Grifos no original.
[1065] *Ibidem*. Grifos no original.
[1066] MARIANO, João B. O Brasil ainda é dos Brasileiros. *A Voz da Raça,* São Paulo-SP, Ano I, n. 15, p. 04, 01 jul. 1933.
[1067] LIMA, Silvério de. *Surget et Ambula*. *A Voz da Raça*, São Paulo-SP, Ano I, n. 17, p. 01, 15 jul. 1933.

O texto de Silvério de Lima continua, no número seguinte, sob o interessante título "*Surget et ambula"*. Une-se a "redenção" de uma raça, tão propalada com o significado bíblico do "levanta-te e caminha", dito diversas vezes com o intuito de cura e recuperação, com o poema de Rui de Noronha sobre como a África, "pátria do mistério", deveria levantar-se de seu sono infindo[1068].

Indicando que houve uma nova superação, uma nova fase, Lima se preocupa com o caráter étnico da nação, a fim de adotar um complexo jogo de memória, esquecimento, justiça e injustiça. Um tipo de perdão e dívida com o passado brasileiro, os brasileiros e o negro. O "grande corpo nacional", do ponto de vista "étnico", seria aquele que "mais evidencia todo o nosso valor racial". Não há espaço para "alimentação de ódios e rancores, mesmo porque, não existem culpados", "o que se passou, e o que se tem desenvolvido até os nossos dias é perdoável, porquanto é fruto de erros que se formam no seio da própria humanidade". O que se mantém é o desejo de mudança: o "levantar-se" do título se daria por meio dos "exemplos que nos legaram os grandes vultos de nossa raça". Levantar-se era, em parte, lutar pela construção de outra narrativa história e, nessa luta, indica Silvério de Lima, "invocai a memória do grande brasileiro Luiz Gama, o patrono da raça negra em São Paulo"[1069].

A conformidade de um discurso sobre o passado, através dessa organização que se inicia com a Frente Negra Brasileira, mas se complexifica com o tempo – incluindo aí a formação da redação de *A Voz da Raça* –, faz com que este seja o jornal mais unívoco nas escolhas, seleções e recortes sobre qual passado seria retomado, quais personagens, além de como ele seria evocado, memorizado ou reatualizado. Momentos específicos da história nacional seriam mobilizados. A Guerra do Paraguai, por exemplo, é outro caso, parecido com o da guerra contra os holandeses. Na visão desses letrados, havia uma ideia de participação das três raças no conflito e, é claro, com maior e mais importante contribuição dos negros brasileiros em ambos os casos.

Em outra oportunidade, vemos um longo texto que remete a "10.000 antes de Cristo", momento em que haveria apenas "3 raças civilizadas", "a RAÇA VERMELHA que habitava na Atlântica; a RAÇA AMARELA que habitava em Lemuria e a RAÇA NEGRA que habitava na África". Escrito por Olímpio Moreira da Silva, o texto foi publicado em diversos números – 20 a 31 – de *A Voz da Raça*. Percorre-se, do Oriente ao Ocidente, a história da raça negra da África ao Brasil. "A civilização dos negros versava sobre conhecimentos astrais, prática da magia e a arte militar", pois, "toda Raça tem por fim, depois de atingir o máximo de civilização,

[1068] NORONHA, Rui de. *Os Meus Versos.* Maputo: Texto Editores, 2006.
[1069] LIMA, Silvério de. *Surget et Ambula*. *A Voz da Raça*, São Paulo-SP, Ano I, n. 18, p. 01, 05 ago. 1933.

escolher um meio para a destruição própria", como "aconteceu com as raças Amarela e Vermelha". Assim, é por isso que "a Raça Negra também teve que passar pelas mesmas penas marcadas por Deus"[1070].

Em "1.500, na Era Cristã, com a descoberta do Brasil, os negros julgaram sair da penitência que vinham fazendo". Aproveitando-se o "fracasso entre os africanos", houve uma proposta de "compra para os negros". Desde o "círculo de Ram", as "guerras" no interior do continente, de 10 mil anos antes de Cristo, até a chegada dos Europeus à África, os negros, sem "um chefe", passaram a ser "enganados", "iludidos" pelos brancos para que vendessem negros com a promessa de irem para um lugar melhor[1071].

Olímpio da Silva, então, passa a descrever a vida e a morte nos "tumbeiros" até o desembarque. No Brasil, nas fazendas, "passando mal, sendo chicoteado e trabalhando muito sem resultado" o negro foi, pouco a pouco, despertando a iniciativa e a inteligência", "iluminando" seu "raciocínio" e os desejos pelos "preceitos de civilização". Foi essa "evolução" que "autorizou" a "fuga" ou "desvio dos cruéis humanos que não os compreendia o sacrifício". Foi "aproveitando" a invasão holandesa que surgiu Palmares.

Nessa narrativa, portanto, após "despertar" sua "inteligência", aos poucos, os negros ou africanos passaram a refugiar-se nos quilombos. Então, o autor descreve os grupos e Zumbi, seu suicídio, as "lágrimas" e as "provas" de um "povo civilizado" entre os muros de Palmares. Silva não poupa saltos temporais, mas, em 1758, segundo ele, já havia contrários à escravidão, no Brasil e em Portugal, para depois descrever as legislações que, gradualmente, emanciparam os negros aqui. Após Joaquim Nabuco, o apoio do Papa Leão XIII e a campanha de Isabel, "Redentora Princesa Isabel", inicia-se a fase final do "sofrimento". Foi "com estes sinistros sofrimentos e privado de conforto liberal" que, "em parte", o negro viveu. Desse modo, "ainda há negros que esquecem o que os seus antepassados sofreram e levam a vida a criticar do seu próprio EU"[1072].

O autor também pensaria, em outro número, nos imigrantes, pois "estes estrangeiros, ao chegarem ao nosso querido Brasil, em condições idênticas as dos africanos, encontram logo o apoio e a proteção necessária ao seu modo de viver", "talvez orientados em não aceitarem os negros brasileiros em seus serviços". Com todo o "privilégio" ao outro, seria apenas com a fundação da FNB que mudanças significativas às condições de vida dos negros começariam a

---

[1070] SILVA, Olímpio Moreira da. O que foi a Raça Negra. *A Voz da Raça*, São Paulo-SP, Ano I, n. 20, p. 04, 02 set. 1933.
[1071] *Ibidem*.
[1072] SILVA, Olímpio Moreira da. O que foi a Raça Negra. *A Voz da Raça*, São Paulo-SP, Ano I, n. 25, p. 01, 11 nov. 1933.

surgir, segundo Silva. Essa seria a hora, pois, "de acordo com os grandes centros filosóficos, cada raça tem a sua fase de igualdade". Olímpio da Silva faz, ainda, uma breve recapitulação do texto: "a Raça Negra já foi extinta com as guerras", "entrou na fase do sofrimento e agora iniciou a fase de civilização entrando na igualdade", pois, mesmo com "1888", quando entrou na "fase da igualdade", a "Raça Negra" continuou sofrendo com o "abandono e o passado odioso"[1073].

Pensando no "destino", retoma-se o passado também em 1934, em outro texto, dessa vez de Raul Amaral. Recua-se "três séculos" e às contribuições negras na lavoura, nas florestas e no exército, sobretudo nos "montes de Guararapes", contra os holandeses[1074]. Seu "olhar retrospectivo" se trata de um *prognóstico*[1075], pois apresenta um espaço grande de recuo no tempo para diagnosticar problemas do presente e, assim, projetar o futuro.

Apesar de Guararapes ser evocada, o maior "exemplo, imortal, de disciplina, de ordem" e de "heroicidade" foi o de "Palmares, chefiados por Zumbi". Mas, tudo isso é negado pelos "historiadores e sociólogos modernos deturpando os seus compêndios instrutivos", "com referências mais ou menos tolas relativas ao negro, visando unicamente inferiorizar-nos esquecendo-se mesmo da ação desta nossa raça na formação do Brasil". Esse "olhar retrospectivo", "fixemos bem quanto nos custou arrebentar as algemas e os grilhões do jugo estranho" para recordar os "mártires de todas as gerações, os que deram a vida pela liberdade".

Havia esperança com relação ao saber histórico. Parecia possível, se "consultamos histórias, concatenando dados de uma e de outras", perceber todas as grandes contribuições do negro ao Brasil. Encontraríamos mais do que "o negro-escravo", haveria, o "negro-soldado, o negro-douto, o negro-artista, o negro-sábio" e, ainda mais importante, para Raul J. Amaral, "tudo isso muito claro e facilmente verificável"[1076].

Textos com uma economia discursiva parecida aparecem, com frequência, em *A Voz da Raça*[1077]. Há também críticas mais diretas à historiadores. Com a visão de que "o negro precisa entrar violenta e tenazmente na HISTÓRIA DO PRESENTE DO BRASIL" e por isso, conquistar violentamente o SEU LUGAR na comunidade nacional", Arlindo da Veiga dos

---

[1073] SILVA, Olímpio Moreira da. O que foi a raça negra. *A Voz da Raça*, São Paulo-SP, Ano I, n. 31, p. 03, 03 fev. 1934.
[1074] AMARAL, Raul J. Avante: que destino, afinal, nos aguarda? *A Voz da Raça*, São Paulo-SP, Ano I, n. 33, p. 08, 17 mar. 1934.
[1075] KOSELLECK, *op. cit.*, p. 31.
[1076] AMARAL, Raul J. Avante: que destino, afinal, nos aguarda? *A Voz da Raça*, São Paulo-SP, Ano I, n. 33, p. 08, 17 mar. 1934.
[1077] SANTOS, Arlindo Veiga dos. Que o negro brasileiro não se iluda! *A Voz da Raça*, São Paulo-SP, Ano II, n. 42, 15 dez. 1934; SANTOS, Arlindo Veiga dos. Marchando. *A Voz da Raça*, São Paulo-SP, Ano II, n. 36, p. 04, 28 abr. 1934.

Santos defende que esse lugar deve ser "tomado", "porque – desengane-se! – ninguém lhe dará por bem". Há "historiadores" "que negam sistematicamente a influência negra no Brasil, como por exemplo o seu *Manoel Bomfim*"; enquanto outros, "negam até, perante as nações do mundo, que haja negros brasileiros no Nosso Brasil". Negando ou não, alguns "perdem a tramontana quando algum francês, inglês, ou outro qualquer alienígena irritado nos chama" o Brasil de "terra de negros, mulatos e mestiços". Ainda há aqueles que "conspiram": "É PRECISO ARIANIZAR ISTO AQUI! Como seu *Oliveira Viana* e mais alguns sabidos..."[1078].

O caso da lembrança de Oliveira Vianna é compreensível. O bacharel em ciências jurídicas e sociais foi aluno de Sílvio Romero e escreveu *Raça e Assimilação*, publicada em 1938. Porém, já publicava textos sobre o tema desde 1910[1079]. A partir da faculdade, Vianna conheceu as teses do positivismo, do evolucionismo e do materialismo que se encontravam em voga naquele período (fim do século XIX e início do XX), depois, procurou aplicar tais pressupostos na análise dos "problemas nacionais"[1080].

Em diversas oportunidades, Vianna verbalizou sua admiração a racistas como Ratzel, Gobineau, Lapouge e Ammon. Em 1920, o mesmo autor publicou um estudo histórico-psicológico sobre as populações brasileiras. Em *Evolução do povo brasileiro*, publicado inicialmente como um capítulo introdutório do censo oficial de 1920, fornecia, segundo o próprio autor, "evidências empíricas dos progressos do Brasil no caminho do branqueamento", chamado poro ele de "arianização". Mesmo com pressupostos de inferioridade e superioridade entre as raças, para Vianna, era possível que saíssem desse "estágio", fazendo "gradações" entre elas para compreender a "evolução racial do Brasil".

Segundo Thomas Skidmore, Vianna chegou a uma conclusão sobre a miscigenação que era incompatível com as próprias teorias que advogava: "o Brasil estava chegando à pureza étnica por meio da miscigenação". Com a desvalorização da contribuição indígena e negra em toda a sua obra, sobretudo daqueles "puro-sangue", sem miscigenação, o autor foi muito criticado por letrados negros e brancos, a exemplo de Gilberto Freyre. Para Skidmore, Vianna foi um agente da "transição" entre o racismo científico, que vigorou com mais força até 1914, e a filosofia social culturalista que se tornou dominante a partir da década de 1930[1081].

[1078] SANTOS, Arlindo Veiga dos. Que o negro brasileiro não se iluda! *A Voz da Raça*, São Paulo-SP, Ano II, n. 42, p. 01, 15 dez. 1934. Grifos no original.
[1079] SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco:* Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 277.
[1080] RAMOS, J. de S.: Ciência e racismo: uma leitura crítica de Raça e assimilação em Oliveira Vianna. *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, vol. 10(2):573-601, maio-ago. 2003.
[1081] SKIDMORE, *op. cit.*, p. 279-280.

O caso de Manoel Bonfim (1868-1932) era mais complicado. Segundo historiadores(as) que investigaram o pensamento do médico, psicólogo e historiador, ele foi um dos poucos pensadores da Primeira República a criticar as teorias da desigualdade racial de modo sistemático. Segundo Marina Rodrigues Tonon, "Bomfim, ainda afirmou que há sim misturas de gentes e de raças, porém, sem que isso signifique profundas discordâncias étnicas" que poderiam "separar os brasileiros" ou "impedir uma unidade nacional"[1082]. O autor não compreendia haver determinismo biológico na formação do povo nacional, tanto "os sentimentos, os valores e as práticas derivavam do sistema de vida" e, a partir dele, cria-se uma "base psicológica comum que seria transmitida por hereditariedade formando o caráter nacional"[1083].

Outro autor que aparece em *A Voz da Raça* é o jornalista, político, advogado e historiador Rocha Pombo (1857-1933). Nesse caso, o tom era elogioso. O mesmo Arlindo Veiga dos Santos, em 1934, escreve que, para defender seus direitos, os negros podem apenas citar Rocha Pombo. Naquele momento, Pombo teria afirmado que "estudando-se o negro sob o ponto de vista que particularmente nos interessa agora, isto é, no seu concurso para a nacionalidade", deveríamos reconhecer que ele é, em toda a história, um "contingente de primeira ordem". Além de "defender toda a costa", ocupou as "fazendas", "resistindo heroicamente aos índios"; o negro atuou no exterior, pois no Paraguai foi o "mais notável", assim como em "conflitos internos". Por fim, afirma-se que, segundo a História, "o negro veio retemperar a raça branca que se transladou para a América", dessa forma, essa "raça histórica em formação", "incontestavelmente lucrou muito com o sangue africano"[1084].

Com o tempo, parece haver resultados dessa produção. Em 1937, textos indicam que, para os letrados de *A Voz da Raça*, houve avanços. Segundo Arlindo dos Santos, novamente, "vai já indo longe o tempo em que se cuidava apenas de rebaixar o maior contributo racial da formação brasileira: o Negro". Havia, para ele, "hoje", "toda uma literatura séria, que deixou o campo do romantismo racista para entrar no campo rijo da observação do real, numa dissecação sociológica do nosso caso nacional de miscigenação". Essa é a primeira vez que encontramos a palavra "racista" em um texto dessa imprensa, cabe ressaltar. Esse era um processo de uma

---

[1082] TONON, Marina Rodrigues. Reinventando o Brasil: Manoel Bomfim e a crítica à historiografia brasileira. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Assis, 2014, p. 59.
[1083] SANTOS, Wilmihara Benevides da Silva Alves dos. *Povo e raça na formação da nação:* o debate entre Manoel Bomfim e Sílvio Romero. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006, p. 101-103.
[1084] SANTOS, Arlindo Veiga dos. Que o negro brasileiro não se iluda! *A Voz da Raça*, São Paulo-SP, Ano II, n. 42, p. 01, 15 dez 1934.

"glorificação da verdade, que vem a ser, afinal, uma reabilitação nacional dos filhos de Henrique Dias". O "testemunho do real" sobrepôs-se ao "cientificismo oco". Parabeniza-se, então, aqueles "heróis da grande campanha que se está processando no Brasil para o enlevamento cultural completo do Negro Brasileiro"[1085].

A luta agora era por datas cívicas, pois, "vai comemorar-se, neste mês, a data de Tiradentes", "revestida de todos os caracteres do romantismo que antepôs à realidade do negro forte e operoso do Brasil, o índio esquivo que vivia na improdutividade das selvas". No entanto, há em nossa "História" diversos eventos em que o trabalho, o "sangue", a "luta" e a "independência" do negro demonstram-se de relevo. O que Arlindo pede é que se inclua uma "celebração de PALMARES", do "Estado Palmarino", senão no cenário nacional, "ao menos no calendário frentenegrino". O "dia de Palmares e dos seus reis ou Zambis" impedirá que se diga novamente que "foi Tiradentes quem primeiro pensou em independência!"[1086].

Os "estudos da história brasileira" passam a ser compreendidos, "com sua palavra imperativa", como aliados. Em outro texto de Arlindo dos Santos, ao tratar dos "ecos da escravidão", além de traçar um breve histórico e elogiar a história, Isabel é retratada como o grande nome da Abolição por um monarquista/patrianovista. Nomear Isabel como "redentora" não era o mais comum na imprensa negra. Havia jornais que simpatizavam com a figura da Princesa Regente, mas em *A Voz da Raça*, todas as vezes em que a escravidão é evocada, Isabel – com outros nomes, como Luiz Gama e Rebouças – torna-se a grande liderança, o catalizador para que a Lei Áurea ocorresse[1087]. Era a agência de Arlindo e Isaltino Veiga dos Santos.

As argumentações contra os historiadores não podem se confundir com uma crítica à história. A crença na história era a base para que se retomasse, com tanta frequência, e mais do que em qualquer outro jornal, o passado produzido, reunindo enunciados conhecidos da população em geral e habilitando ou reatualizando figuras negras para a exemplaridade. O passado aqui é operado para reforçar os argumentos do presente, mas, mais do que isso, procura-se reconstituí-lo, reescrevê-lo, ainda que em uma linguagem que a imprensa possibilita e autoriza.

Ao contrário do que vimos antes, não há documentos citados, nem obras detalhadas à maneira do *Getulino*. A linguagem é mais política, ideológica e direta. Porém, é perceptível a necessidade de recorrer ao passado. A História, em um jornal organizado a partir da Frente

---

[1085] SANTOS, Arlindo da Veiga dos. Datas Históricas. *A Voz da Raça*, São Paulo-SP, Ano IV, n. 64, p. 01, abr. 1937.
[1086] *Ibidem*.
[1087] ARLINDO. Ecos da Escravidão. *A Voz da Raça*, São Paulo-SP, Ano IV, n. 64, p. 01, abr. 1937.

Negra Brasileira, com uma ordenação centralizada, torna-se uma ferramenta do discurso mais unívoco, ainda que não hegemônico, de uma contranarrativa histórica do Brasil e do lugar do negro nessa formação.

O Brasil era, para *A Voz da Raça*, um país formado por negros e mestiços, por vezes, com portugueses e, em raros casos, indígenas. A gênese nacional, localizada na invasão holandesa, prescrevia o futuro: o maior vulto, Henrique Dias, encontrou-se com os menores, brancos e indígenas, e se bateu para defender a nação, a pátria, o Brasil. Era nacionalismo, fidelidade, utilidade e ação. O caso de Palmares, mais frequente que em qualquer outro periódico aqui analisado, apresenta o pioneirismo de um Estado independente, da resistência dos negros aos portugueses e, em casos mais drásticos, como vimos antes, a primeira república das Américas. As biografias se mantiveram em alta até 1937 e, assim como ocorreu com as outras folhas do conjunto, elas reuniam em si duas frentes: provar a contribuição dos negros para o progresso, a formação e a consolidação do Brasil; além de fornecer exemplos para negros e negras, enquanto convencia brancos de sua importância.

Fascismo, autoritarismo, militarismo, patrianovismo, nacionalismo, cientificismo e eugenia, movimentos que transpassaram *A Voz da Raça*, comportam parte dos discursos em meio à reformulação pela qual o próprio país passava desde o golpe de 1930 e seus desdobramentos. Os passados negros nacionais que emergem neste jornal têm diferenças importantes com relação aos demais. Inicialmente, é preciso destacar que o caráter da FNB e de seus líderes – os irmãos Veiga dos Santos, com ligações com a AIB e o patrianovismo –, faz com que os conceitos de "nação" e "patriotismo" ganhem ainda mais destaque e tenham um caráter específico. Com isso, o passado recebe ainda mais destaque e passa a ter direcionamentos próprios, levando em conta as filiações dos seus membros e suas ideologias.

A unicidade do discurso, muito importante para compreender um feixe complexo de relações e enunciados que emergiam, também traz especificidades com relação aos demais jornais da imprensa negra nacional. Se considerarmos o *Getulino* e *O Clarim d'Alvorada* como periódicos alinhados entre si, a partir de entidades externas, ao aproximarmos ambos de *A Voz da Raça*, é possível afirmar que os dois anteriores parecem uma transição para uma coesão que se consolidaria com o jornal da FNB, sobretudo em seus dois primeiros anos.

Há a utilização, como ocorreu antes, de certas maneiras de narrar o passado nacional, além de eventos e personagens que já apareciam em diversos periódicos deste conjunto. Porém, a repetição desses nomes e acontecimentos se dá em outro diapasão, com direcionamentos e usos que ligados às ideologias e à organização próprias deste jornal. Se a "raça" era um conjunto

de "indivíduos semelhantes, pertencentes a uma mesma espécie pela sua forma orgânica"[1088], levando em consideração que há uma divisão entre raças, reafirma-se que existe uma raça brasileira, união das raças negra, branca e indígena, que se relacionam no Brasil desde o início de seu desenvolvimento e, por isso, comporiam juntas a "raça" nacional.

A "mescla" desses elementos, presentes desde a "gênese", teve um papel de maior destaque em *A Voz da Raça* do que em qualquer outro periódico aqui reunido. Entre os textos em que o passado negro é evocado, é possível perceber uma aceitação, ainda que com ressalvas, de certa inferioridade do negro, porém, o que se destaca é que, mesmo com essa pretensa característica, elencada a partir de autores como Sílvio Romero, Nina Rodrigues, Arthur Ramos e Delgado de Carvalho – que aparecem na folha –, a contribuição dos negros para a civilização, formação e progresso do país é indiscutível. O tema de destaque, quando essas figuras são citadas, é a colaboração negra para a sociedade brasileira. Nesse sentido, Pardinho defende "a condição dos negros como sujeitos históricos primordiais" e como "partícipes da vida nacional", desde seus primeiros "germes", criticando autores e "historiadores" que não levam em consideração esse processo e os classificando como antipatrióticos e antinacionais[1089].

Entre a organização do Centro Cívico Palmares e a Frente Negra Brasileira, *A Voz da Raça* era um jornal preocupado em descrever o passado dos negros, mediante acontecimentos importantes para a História do Brasil, com o intuito de inseri-los no processo histórico, compreendido como formador da nação, para, então, colocá-los, mais do que em outros periódicos da imprensa negra, lado a lado com indígenas e brancos, na História do país que auxiliaram a construir. O passado precisava justificar, evidenciar e descrever que o negro nacional era nacional, brasileiro e, acima de tudo, invariavelmente parte do passado, do presente e necessário para o futuro.

O país "mestiço", que aqui ganha mais destaque, em grande parte dessa construção, não poderia desvencilhar-se da inexistência de um "racismo" à brasileira, pois, para comprovar a convivência e harmonia, era preciso produzir uma homogeneidade entre brasileiros que não seria possível com mais e mais preconceito. As denúncias não eram silenciadas, mas individualizadas e direcionadas ora a ideologias como o comunismo, o estrangeirismo ou o internacionalismo, ora a erros e preconceitos individuais contra os negros, atribuídos à ignorância do processo histórico ou às "novas" ciências que emergiam na década de 1930 — e mesmo um pouco antes.

[1088] PARDINHO, *op. cit.*, p. 77.
[1089] *Ibidem*, p. 81-84.

Liana Trindade considera que o jornal se alinhou, assim como a Frente, ao mito da democracia racial[1090]. Com Pardinho e Justiniano Costa[1091] e André Oliveira[1092], é possível dizer que, como a ideia de "democracia racial" em si ainda não se encontrava definida e tal noção de "mescla" existia desde, pelo menos, o texto de Karl Friedrich von Martius para o IHGB[1093], o que se procurava em *A Voz da Raça* seria, por um lado, não negar a presença dessas três "raças" na formação nacional e, por outro, destacar com veemência a parte negra dessa formação.

A frase presente desde o primeiro frontispício do jornal – "o preconceito de cor, no Brasil, só nós, os negros, o podemos sentir" –, assim como as denúncias de racismo presentes ao longo de nosso recorte, entre 1933 e 1937, não permitem dizer que o preconceito do Brasil se atenuava. Esse movimento só ocorre quando há a comparação com os Estados Unidos da América, algo que aparece nos demais jornais do início do século XX, mas com menos críticas, pois, com os irmãos Veiga, a própria democracia e liberalismo norte-americanos também comporiam a crítica.

A Voz da Raça não é uníssono. Havia pelo menos duas frentes distintas no jornal, além de diferenças entre os períodos de maior ou menor atuação dos irmãos Veiga dos Santos, a qual não pode ser desprezada. Todavia, os passados evocados e descritos, narrados ou rebatidos pela folha, guardavam parte da necessidade de se compor um passado para justificar a nacionalidade negra que, em si, é sintomática do preconceito de cor e de outras narrativas históricas que excluíam os negros desse processo. O negro era nacional e, no caso deste jornal, nacionalista, patriota, imprescindível para o país, constituindo, também, o futuro da nação.

[1090] TRINDADE, Liana Salvia. O negro em São Paulo no período pós-abolicionista. In: PORTA, Paula. (org.). História da cidade de São Paulo – A cidade na primeira metade do século XX 1890 – 1954. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 117.
[1091] COSTA, Justiniano. A bandeira da Frente Negra. *A Voz da Raça*, São Paulo-SP, ano 3, n. 56, p. 1, ago. 1936.
[1092] OLIVEIRA, André. *Quem é a "Gente Negra Nacional"?* Frente Negra Brasileira e A Voz da Raça (1933-1937). 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2006, p. 45.
[1093] MARTIUS, *op. cit.*, 1844.

CONCLUSÃO

O passado foi extremamente importante para a imprensa negra brasileira entre 1833 e 1937. Acionando personagens, eventos e acontecimentos relevantes, os letrados negros deste conjunto de jornais constituíram diversas narrativas sobre a História do Brasil para, sobretudo, incluir-se na nacionalidade brasileira. Ser brasileiro e nacional dependia de um lugar no processo histórico. Porém, o dispositivo de racialidade e o universal "negro" fazem com que seja necessário comprovar, por meio destes passados, as contribuições do negro para a formação do país e, dessa forma, sua imprescindível e indiscutível inserção entre os nacionais. A crença na História e em seu poder existiu e manifestou-se nesse conjunto, entre 1833 e 1933. Ao longo de mais de um século, vimos as diferenças na compreensão de "História", assim como pudemos perceber os diversos conjuntos de passados elaborados em seu *espaço de experiência*. Estar no passado era importante, tanto quanto ter o poder de o narrar. Estar na História, fazer História, era parte integrante das reivindicações de todos estes jornais e, portanto, de parte dos negros nacionais.

As estratégias para narrar esses passados apresentaram semelhanças ao longo de nosso recorte. Primeiro, há a mobilização da ideia de "maioria", presente desde o primeiro jornal. Retomar a demografia nacional, a maioria negra, se manteve em voga até 1937. Essa "maioria" só poderia ser retomada, de tempos em tempos, por meio do recorte de passados que permitiam constatá-la. A luta contra o preconceito e pela inclusão do negro na nacionalidade, necessariamente, dependia de narrativas que considerassem essa maioria parte integrante do processo de constituição e contribuinte em diversas áreas que não só a econômica – muito ligada ao período escravista.

Homens de letras, literatos, advogados, poetas, juristas, médicos e tantos outros "negros" foram destacados diante de diversas historiografias que procuravam manter o "negro" estritamente ligado à escravidão. Combatia-se, portanto, o binômio negro-escravo, muito bem construído ao longo de séculos. Com essas figuras, por meio das biografias, compunha-se o mosaico nacional e um panteão de exemplos. As seções em que se descrevem os feitos, ações e conquistas de homens negros indicavam uma convivência complexa entre o regime de historicidade antigo e um conceito de história *magistra vitae*, fornecendo exemplos a serem seguidos. Também se fazia presente o regime moderno de historicidade e a necessidade de vidas ilustres para elucidar não só como o universal negro produziu o país, mas também como a nação possibilitou um conjunto de grandes homens negros que também compunham a própria nação.

Da maioria à biografia, percorremos diversas regiões de um país continental e, para tanto, tivemos de abrir mão da análise de inúmeros aspectos desse conjunto de fontes. Para apresentar e analisar todos os jornais disponíveis em um longo recorte temporal, não foi possível observar questões importantes para a historiografia da imprensa, como a materialidade, as redações, as condições de produção e os principais personagens. Para isso, utilizamos a grande bibliografia disponível. Nosso intuito, com um recorte tão grande, espacial e temporalmente, era investigar os passados em uma longa duração e observar suas continuidades e rupturas, descrevendo-se os mesmos personagens e eventos de maneiras distintas, além dos novos passados evocados e descritos.

A imprensa negra escreveu História do Brasil. A mesma imprensa buscou produzir memória e esquecimento. Os letrados em torno dessas prensas procuraram narrar passados que consideravam renegados ou esquecidos pela historiografia do período. O objetivo era incluir o negro na história nacional e narrar os momentos em que os negros nacionais auxiliaram na produção, formação, constituição, luta e reivindicação de um passado que compreendiam efetivamente ter ocorrido.

Em torno das disputas pela narrativa do passado brasileiro e da própria nação – conceito que, entre as primeiras décadas do oitocentos e também do novecentos, já prescindia de um passado que a justificasse –, esses letrados negros se concentraram em demonstrar, para além da maioria demográfica e dos grandes nomes, que o negro esteve, desde o princípio, presente e atuante em sua formação. Um negro *é* nacional. Negro *e* brasileiro. Dessa forma, debate-se teorias raciais e religiosas que inferiorizavam o africano, o preto ou o "mestiço" para que fosse possível a essa população ser considerada um fator de avanço do progresso, da cultura e da civilização brasileiras.

Esse nacionalismo fez com que movimentos internacionais, como o pan-africanismo, tivessem pouca adesão integral dos letrados da imprensa negra brasileira, pois, apesar de apoiar, de maneira geral, uma "África para os africanos", a ideia de um retorno à África ou de uma ligação direta entre a descendência africana e o continente teve mais detratores que entusiastas. A materialidade dos jornais contribuiu para esse cenário, assim como a compreensão, bem difundida internacionalmente, de que, no Brasil, não havia racismo. O preconceito nos Estados Unidos da América era visto como mais violento e perigoso que o do Brasil, muitas vezes diferenciado entre um "preconceito de raça", no caso *yankee*, e um "preconceito de cor", em nosso país. De certo modo, a hereditariedade brasileira defendida como mestiça, em que se considerava mais os traços físicos para definir quem seria ou não negro, era tratada de maneira distinta do racismo que considerava a "gota de sangue".

O passado mais evocado neste conjunto, com certeza, foi o passado escravista. O sistema que perdurou por mais de 350 anos em solo brasileiro e que por muito tempo vinculou-se aos negros não poderia deixar de ser narrado por jornais da imprensa negra. Além de descrever as violências e agressões perpetradas contra parte dessa população ao longo da vigência do cativeiro, esses jornais utilizaram-se da corporeidade para dar ainda mais ênfase às cotidianas violências de brancos contra negros naquele sistema. O "suor", o "sangue", as "lágrimas" e as dores físicas dividiam espaço com uma ligação direta de ascendência, com a aparição de "nossos avós", "nossos pais", "nossos antepassados" para reforçar esse vínculo.

Lembrar a escravidão para rememorar os sofrimentos e as vitórias negras ao longo do tempo seria um projeto claro dessa imprensa. Para tanto, relembravam-se acontecimentos específicos e reivindicavam-se datas cívicas e comemorações para o dia 13 de maio, 28 de setembro e outras datas relevantes para os negros, as quais, segundo os letrados, a partir do fim do século XIX e da instauração da República, passaram a ser utilizadas para outros fins e até mesmo esquecidas pelos *outros* nacionais. Há ainda a campanha pela ereção da estátua da Mãe Preta, outra de Luiz Gama e ainda de José do Patrocínio. Todos esses movimentos visavam rememorar e narrar a história dos negros, do Brasil e da escravidão no Brasil, mas também levantavam questões sobre dívida, gratidão e justiça.

As biografias e textos que narravam o processo de Abolição ressaltavam a participação e a agência dos negros na aprovação de leis, em protestos e até mesmo na formação dos quilombos como forma de combate ao sistema escravista. Parte dos jornais daria especial atenção a personagens como José do Patrocínio, Isabel Bragança e aos Pedros I e II, enquanto outros considerariam que o papel dessas figuras, sobretudo da família imperial, foi menor ou nulo. José do Patrocínio era associado à monarquia e, quanto mais republicanas as folhas eram, menos ele aparecia entre os homenageados. Na década de 1920, houve uma revitalização da imagem da monarquia, mas seu auge, no caso da imprensa negra, ocorreria a partir da entrada dos irmãos Veiga dos Santos em *O Clarim d'Alvorada* e, sobretudo, com a Frente Negra Brasileira e *A Voz da Raça*.

A partir do *Getulino*, houve maior coesão e centralização nas redações e nos discursos dos jornais desse conjunto. Mas, antes, é importante destacar o papel do texto ficcional na construção de narrativas sobre o passado da escravidão. Em *Boa Severina*, acompanhamos personagens criados para a trama do folhetim, enquanto as intervenções do autor – Werneck Lacerda – traziam outro narrador, uma espécie de testemunha dos ocorridos, que se mescla com o contador da história fictícia e, mais especificamente, cita autores, obras e documentos que corroboram seus dados. O mesmo jornal contava com letrados do Centro Cívico Palmares entre

seus fundadores e principais colaboradores. Com ele, também observamos uma complexificação do processo de impressão – maior tiragem, além da estabilidade nas publicações e entre seus escritores –, momento em que se iniciava uma ainda incipiente estabilidade e profissionalização destes periódicos. No entanto, entre os passados que emergiam nesse jornal, destacam-se aqueles textos nos quais se debatiam as teorias raciais provenientes da Europa e dos Estados Unidos da América, a partir do final do século XIX, para contrapor uma suposta inferioridade da raça negra.

O Clarim d'Alvorada, um dos mais importantes e longevos periódicos da imprensa negra brasileira, permitiu que outra pretensa justificativa para a proposta de inferioridade negra – que também justificou, em parte, a escravização dos africanos – fosse demonstrada. Referimo-nos aos momentos em que a "maldição de Cam" foi retratada e discutida, partilhando ora fé e crença, ora descrença e negação da "maldição". Contudo, tanto o *Getulino* como *O Clarim d'Alvorada* tiveram muitos passados evocados. As biografias não desapareceram, tornando-se cada vez mais vinculadas à nação, enquanto a história da escravidão era paulatinamente reivindicada e escrita nestes periódicos. Como no caso do jornal de Campinas, a redação d*'O Clarim d'Alvorada* fez parte da Federação dos Homens de Cor de São Paulo e, posteriormente, do Centro Cívico Palmares e da Frente Negra Brasileira. Esses movimentos do início do século XX, como vimos, tornam o discurso de *A Voz da Raça* o mais coeso. Com a coesão, adentram nas narrativas as perspectivas de seus principais idealizadores, como o conservadorismo, os valores cristãos e o militarismo.

As disputas pelas narrativas do passado nacional que ocorreram ao longo do século XIX e do início do século XX contaram com intensa participação dos letrados – e algumas letradas – da imprensa negra. No interior das redações desses jornais, buscou-se narrar passados considerados esquecidos pelos historiadores e outros escritores brasileiros, mas também apresentar novamente e de outra maneira aqueles acontecimentos históricos já narrados em obras de relevo. Havia uma pactuação de verdade entre os escritos e os leitores desses jornais, a qual, em diversos momentos, demandou citações de autores e fez com que se recorresse diretamente a documentos oficiais ou não – também citados.

Ainda que o objetivo principal dos periódicos da imprensa negra brasileira fosse combater o preconceito racial e informar essa parcela da população da situação dos negros no país, tanto para compor-se na qualidade de grupo como para elaborar-se enquanto agente histórico, era preciso narrar um passado no qual o negro estivesse presente e, na ausência de narrativas que levassem em conta essa "raça", os próprios letrados as produziam.

A maioria da população do país sentia-se "*nas dobras do esquecimento ou nas névoas do tempo"* [1094] *de uma* História do Brasil. Compreendia-se fora *dessa* história, *desse* passado e, muitas vezes, do país construído a partir dessa História. Ausentes da história, ausentes da nação. Sem se perceberem no passado, não era possível que todos os vissem e os negros se vissem como parte integrante, como "nacional". Sem estar, em alguma medida, na "gênese" nacional, não seria possível estar na nação. Sem escrever o próprio passado, não se poderia ter o poder de escapar dessas "dobras do esquecimento" ou das "névoas do tempo" as quais, no Brasil do século XIX e início do XX, não se encontravam apenas entre mãos brancas.

[1094] QUESTIONÁRIO. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 12, p. 01-02, 13 out. 1923.

FONTES CITADAS

O HOMEM DE CÔR (1833)

FRONTISPÍCIO. *O Homem de Cor*, Rio de Janeiro-RJ, ano I, n. 01, p. 01, 14 set. 1833.

PRISÃO arbitrária do Sr. Lafuente. *O Mulato ou O Homem de Côr*, Rio de Janeiro-RJ, Ano I, n. 04, p. 01-04, 23 out. 1833.

BRASILEIRO PARDO (1833)

BRASILEIRO Pardo, Rio de Janeiro-RJ, ano 01, n. 1., p. 01, 21 out. 1833.

EDITORIAL, *Brasileiro Pardo*, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, p. 02, 21 out. 1833.

O CABRITO (1833)

EDITORIAL, *O Cabrito*, Rio de Janeiro-RJ, Ano 01, n. 1, p. 02, 07 nov. 1833.

O CABRITO, Rio de Janeiro-RJ, ano 01, n. 01, p. 03, 07 nov. 1833.

EDITORIAL. *O Cabrito*, Rio de Janeiro-RJ, Ano I, n. 01, p. 03, 07 nov. 1833.

O MEIA CARA (1833)

EDITORIAL, *O Meia Cara,* Rio de Janeiro-RJ, Ano I, n. 02, p. 02, 15 dez. 1833.

O MEIA Cara, Rio de Janeiro-RJ, ano 01, n. 02, p. 03, 15 dez. 1833.

O MEIA Cara, Rio de Janeiro-RJ, Ano I, n. 01, p. 01, 11 nov. 1833.

O LAFUENTE (1833)

EDITORIAL. *O Lafuente*, Rio de Janeiro-RJ, ano 01, n. 01, p. 01-02, 16 nov. 1833.

O HOMEM (1876)

A ESCRAVIDÃO nos Estados Unidos. *O Homem: realidade constitucional ou dissolução social*, Recife-PE, ano 01, n. 11, p. 01-02, 23 mar. 1876.

EDITORIAL. *O Homem: realidade Constitucional ou Dissolução Social*, Recife-PE, Ano I, n. 01, p. 01, 13 jan. 1876.

HENRIQUE Dias – Galeria de Homens de Cor Ilustres. *O Homem: realidade Constitucional ou Dissolução Social*, Recife-PE, Ano I, n. 09, p. 01, 09 mar. 1876.

O HOMEM*: Realidade Constitucional ou Dissolução Social*, Recife-PE, ano I, n. 09, p. 01, s/d.

O HOMEM: realidade Constitucional ou Dissolução Social, Recife-PE, Ano I, n. 04, p. 02, 10 fev. 1876.

O HOMEM: realidade Constitucional ou Dissolução Social, Recife-PE, Ano I, n. 08, p. 04, 16 mar. 1876.

O HOMEM: realidade Constitucional ou Dissolução Social, Recife-PE, Ano I, n. 10, p. 04, 16 mar. 1876.

O HOMEM: realidade Constitucional ou Dissolução Social, Recife-PE, Ano I, n. 03, p. 02, 27 jan. 1876.

O HOMEM: realidade Constitucional ou Dissolução Social, Recife-PE, Ano I, n. 01, p. 02, s.d.

O EXEMPLO (1893)

13 DE MAIO. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano 02 [nova numeração], n. 14, p. 02, 13 mai. 1904.

13 DE MAIO. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano I, n. 20, p. 01, 28 mai. 1916.

13 DE MAIO. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano II, n. 20, p. 01, 13 mai. 1917.

28 DE SETEMBRO. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano 02, n. 33, p. 01, 28 set. 1904.

28 DE SETEMBRO. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano IV, n. 39, p. 01, 28 set. 1919.

A "KU KLUX KLAN". *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano XXXI, n. 15, p. 01, 15 abr. 1923.

A DATA. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano 02, n. 14, p. 01, 13 mai. 1904.

A FRATERNIDADE Brasileira. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano I, n. 18, p. 01, 13 mai. 1916.

A LEI de 28 de setembro. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, Ano I, n. 38, p. 01, 28 set. 1916.

A PROIBIÇÃO, no Brasil, da imigração de pretos. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano XXIX, n. 32, p. 01, 21 ago. 1921.

ABREU LIMA, Percy de. O branco e o preto. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano XXX, n. 11, p. 01, 19 mar. 1922.

AINDA há brasileiros de vergonha! *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano XXX, n. 28, p. 01, 30 jul. 1922.

AINDA o 13 de maio. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano XXIX, n. 26, p. 02, 03 jul. 1921.

ALVEJANDO. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano 01, n. 08, p. 01-02, 02 dez. 1902.

ATUALIDADE I. *O Exemplo*, Porto Alegre, ano 02, n. 28, p. 01, s. d. 1893.

BAPTISTA, Diógenes. Impressões. *O Exemplo,* Porto Alegre-RS, Ano 1, n. 28, p. 03, 23 jul. 1916.

BATIDA nojenta. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano 01, n. 06, p. 01, 13 nov. 1902.

CALISTO, Esperidião. 28 de setembro, *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano 02, n. 33, p. 03, 28 set. 1904.

_____. Pelo dever. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano 02, n. 32, p. 01-02, desconhecido 1893.

CARDOSO, Miguel. Atualidade I. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano 02, n. 28, p. 01, desconhecido 1893.

_____. Atualidade III. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano 02, n. 31, p. 01, desconhecido 1893.

CIDADÃOS: às urnas! *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano XXX, n. 08, p. 01, 26 fev. 1922.

CONFRATERNIZAÇÃO? *O Exemplo,* Porto Alegre-RS, Ano 02, n. 04, p. 01, 01 jan. 1893.

DUAS Palavras. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano 02, n. 22, p. 03, 1893

EDITORAL, *O Exemplo,* Porto Alegre, ano 01, n. 01, p. 01, 11 dez 1892.

EDITORIAL, *O Exemplo*, Porto Alegre, ano 02, n. 16, p. 01, s. d. 1983.

EDITORIAL, *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, Ano 02, n. 22, p. 01, 1893.

EDITORIAL. A perniciosa manifestação do preconceito de cor em nossa capital. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, Ano II, n. 42, p. 01, 21 out. 1917.

EDITORIAL. *O Exemplo,* Porto Alegre-RS, Ano I, n. 04, p. 01, 1892.

EXPULSO por ser preto. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, Ano 2, n. 17, p. 01, 22 abr. 1917.

INTOLERÂNCIA de raça. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, Ano II, n. 19, p. 01, 06 mai. 1917.

JESUS Cristo seria de cor preta? *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, Ano XXXII, n. 36, p. 01, 30 nov. 1924.

JUNQUEIRA, Guerra. Morena. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, Ano II, n. 12, p. 01, 06 jan. 1903.

LIBERDADE profissional. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, Ano 02, n. 34, p. 01, 02 out. 1904.

LOURENÇO, Antônio. A Inescurecível Data. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, Ano 29, n. 19, p. 01-02, 15 mai. 1921.

MÃE Preta. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano XXXIV, n. 15, p. 03, 13 mai. 1926.

MÃE Preta. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano XXXVI, n. 13, p. 02, 13 mai. 1928.

O APARECIMENTO d'O Exemplo. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, Ano IV, n. 33, p. 01, 02 jan. 1928.

O CRÍTICO William Stanley, preto, ganha um Prêmio Célebre. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano III, n. 27, p. 01, 14 jul. 1918.

O EXEMPLO, Porto Alegre-RS, ano 02, n. 05, p. 01, 08 jan. 1893.

O EXEMPLO, Porto Alegre-RS, Ano IV, n. 156, p. 02, 06 jun. 1909.

O EXEMPLO. Porto Alegre-RS, Ano II, n. 05, p. 01, 08 jan. 1893.

O MONUMENTO à raça negra em São Paulo. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano XXXI, n. 40, p. 01, 28 out. 1923.

O NEGRO. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano XXIX, n. 34, p. 01, 04 set. 1921.

O PRECONCEITO de cores e o sr. Lanza. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano XXXI, n. 18, p. 02, 06 mai. 1923.

OS NEGROS na América do Norte. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano XXIX, n. 31, p. 02, 14 ago. 1921.

OS PRECONEITOS na Instrução. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, Ano I – nova numeração -, n. 35, p. 01, 10 set. 1916.

PELA Pátria. *O Exemplo*, Porto Alegre, ano III, n. 01, p. 01, 02 jan. 1918.

QUESTÃO de raça. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano XXIX, n. 09, p. 01, 06 mar. 1921.

RAMOS, Lindolpho. 13 de maio. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, Ano 02, n. 14, p. 02, 13 mai. 1904.

_____. O ódio de raças. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano XXIX, n. 40, p. 01, 23 out 1921.

SANTOS, Alcibíades Azeredo dos. O dia de hoje. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano 02, n. 14, p. 02, 13 mai. 1904.

_____. 13 de maio. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, Ano 1, n. 20, p. 01, 28 mai. 1916.

SOBRE a imigração de yankees de escura têz. *O Exemplo*, Porto Alegre-SP, ano XXXII, n. 04, p. 01, 10 fev. 1924.

TEIXEIRA Mendes, o positivismo e o abolicionismo. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano XXXV, p. 01-02, n. 27, 18 set. 1927.

UBY, Carlos. Comentos. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano I, n. 16, 30 abr. 1916.

UM CONGRESSO Monstro de Negros. *O Exemplo*, Porto Alegre-RS, ano XXXII, n. 30, p. 02, 28 set. 1924.

A PÁTRIA (1889)

GALERIA preciosa, *A Pátria*: órgão dos homens de cor, São Paulo-SP, Ano 01, n. 02, p. 04, 02 ago. 1889.

EDITORIAL. *A Pátria:* órgão dos homens de cor, São Paulo-SP, ano 01, n. 2, p. 02, 02 ago. 1889.

EMANCIPAÇÃO da Pátria. *A Pátria:* órgão dos homens de cor, São Paulo-SP, ano 01, n. 02, p. 03, 02 ago. 1889.

13 DE MAIO. *A Pátria*: órgão dos homens de cor, São Paulo-SP, ano 01, n. 02, p. 02-03, 02 ago. 1889.

CHINA, João. Poema: A Liberdade. *A Pátria:* órgão dos homens de cor, São Paulo, ano II, n. 03, p. 03, 24 jul. 1890.

O JUDAS (?)

O JUDAS, Ano XXX, n. 0, 1886. A numeração – "zero" e o "ano" – "sem ano" - são utilizados de modo satírico.

PROGRESSO (1899)

A CRISE da lavoura. *Progresso:* Órgão dos homens de cor, São Paulo-SP, n. 01, p. 04, 24 ago. 1899.

PROGRESSO, São Paulo-SP, Ano I, n. 10, p. 02, 21 mar. 1929.

PROGRESSO: órgão dos homens de cor. São Paulo-SP, Ano I, n. 01, p. 03, 24 ago. 1899.

TRÓIA Negra. *Progresso*, São Paulo, Ano I, n. 04, p. 02, 07 set. 1928.

O BALUARTE (1903)

A REDAÇÃO. *O Baluarte*, Campinas-SP, Ano I, n. 02, p. 01, 15 nov. 1903.

FLORÊNCIO, Benedito. Literatura. *O Baluarte*, Campinas-SP, Ano I, n. 02, p. 01-02, 15 nov. 1903.

_____. O Advento da República. *O Baluarte*, Campinas-SP, Ano I, n. 02, p. 01, 15 nov. 1903.

NEGRO Milionário. *O Baluarte*, Campinas-SP, Ano I, n. 02, p. 03, 15 nov. 1903.

NOSSO PROGRAMA. *O Baluarte*, Campinas-SP, Ano 1, n. 01, p. 01, 15 nov. 1903.

SECÇÃO Moralista: Excertos. *O Baluarte*, Campinas-SP, Ano I, n. 02, p. 04, 15 nov. 1903.

O PROPUGNADOR (1907)

A FUSÃO das sociedades. *O Propugnador*, São Paulo-SP, Ano I, n. 02, p. 01, 06 out. 1907.

DIZEM que Negro não se forma: Diplomatas Pretos. *O Propugnador*, São Paulo-SP, Ano I, n. 02, p. 03, 06 out. 1907.

EDITORIAL. *O Propugnador*, São Paulo-SP, Ano 01, n. 02, p. 01, 06 out. 1907.

COMEZAINA. *O Propugnador*, São Paulo-SP, Ano I, n. 02, p. 01, 06 out. 1907.

O MENELIK (1915)

O MENELIK. *O Menelik*, São Paulo-SP, Ano I, n. 01, p. 01, 17 out. 1915.

PRAZERES, Octavio dos. Guarda Nacional. *O Menelik*, São Paulo-SP, Ano II, n. 13, p. 02, 29 jan. 1917.

PRIMUS, Marcus. Episódio da revolta da ilha de São Domingues. *O Menelik*, São Paulo-SP, Ano I, n. 03, p. 01-02, 01 jan. 1916.

VELHO, João. O que se vê. *O Menelik*, São Paulo-SP, Ano II, n. 14, p. 01, 11 fev. 1917.

O ALFINETE (1918)

A VERDADE. *O Alfinete*, São Paulo-SP, Ano I, n. 04, p. 01, 12 out. 1918.

AZUOS. Reparando. *O Alfinete*, São Paulo-SP, Ano IV, n. 77, p. 02, 12 out. 1921.

FLORÊNCIO, Benedito. Carta sem Cor: caro Albino Aranha. *O Alfinete*, São Paulo-SP, Ano IV, n. 77, p. 02, 12 out. 1921.

LEI do Ventre Livre. *O Alfinete*, São Paulo-SP, Ano IV, n. 75, p. 01-02, 28 set. 1921.

LEITE, Hércules de F. Preconceitos de Raça. *O Alfinete*, São Paulo-SP, Ano I, n. 02, p. 01-02, 03 set. 1918.

MARTINS, José Benedito. Os pretos e o Progresso. *O Alfinete*, São Paulo-SP, Ano I, n. 02, p. 03, 03 set. 1918.

OLIVEIRA, Augusto de. Aos nossos leitores. *O Alfinete*, São Paulo-SP, Ano I, n. 02, p. 01, 03 set. 1918.

PARA os nossos leitores. *O Alfinete*, São Paulo-SP, Ano I, n. 03, p. 01, 22 set. 1918.

PARECE Incrível. *O Alfinete*, São Paulo-SP, Ano I, n. 03, p. 03, 22 set. 1918.

RODRIGUES, A. 28 de Setembro. *O Alfinete*, São Paulo-SP, Ano 4, n. 75, p. 02, 28 set. 1921.

SOUZA, Frederico Batista de. Princesa Imperial. *O Alfinete*, São Paulo-SP, Ano IV, p. 01, 12 out. 1921.

O BANDEIRANTE (1918)

CAMBARÁ, Joaquim. Deputado de Cor. *O Bandeirante*, São Paulo-SP, Ano I, n. 02, p. 02, ago. 1918.

D'ALENCASTRO. Grave Erro! *O Bandeirante*, São Paulo-SP, Ano I, n. 03, p. 02-03, set. 1918.

DE CHATEUBRIAND. O Instinto da Pátria. *O Bandeirante*, São Paulo-SP, Ano I, n. 02, p. 02-03, ago. 1918.

EDITORIAL. *O Bandeirante*, São Paulo-SP, Ano I, n. 03, p. 01, set. 1918.

O BANDEIRANTE, São Paulo-SP, Ano I, n. 01, p. 01, ago. 1918.

OS AGENTES de polícia em ação. *O Bandeirante*. São Paulo-SP, Ano II, n. 04, p. 03, abr. 1919.

O KOSMOS (1922)

28 DE SETEMBRO. *O Kosmos*, São Paulo-SP, Ano I, n. 04, p. 02, set 1922.

BELEZAS Pátrias. *O Kosmos*, São Paulo-SP, Ano II, n. 35, p. 01, 18 mai. 1924.

BRANCO, Camillo Castello. O amor da família. *O Kosmos*. São Paulo-SP, n. 23, p. 01, 20 abr. 1924.

FLORÊNCIO, Benedito. Os pretos em São Paulo. *Kosmos*, São Paulo-SP, Ano III, n. 28, p. 01-02, 16 nov. 1924.

LUIZ Gama. *O Kosmos*, São Paulo-SP, Ano I, n. 04, p. 02, set. 1922.

OS PRETOS em São Paulo. *O Kosmos*, São Paulo-SP, Ano III, n. 28, p. 02, 16 nov. 1924.

RODRIGUES, Abílio. Preto e branco. *O Kosmos*, São Paulo-SP, Ano I, n. 11, p. 01, 18 abr. 1923.

RODRIGUES, Abílio. Preto e Branco. *O Kosmos*, São Paulo-SP, Ano I, n. 11, 18 abr. 1923.

QUE HORROR! *O Kosmos*, São Paulo-SP, Ano I, n. 06, p. 03, nov. 1922.

VIANNA, Pedro Ribeiro. A Família Escrava. *O Kosmos,* São Paulo-SP, Ano II, n. 20, p. 04, 20 jan. 1924.

_____. A Família Escrava. *O Kosmos,* São Paulo-SP, Ano II, n. 21, p. 04, 10 fev. 1924.

VIANNA, Pedro Ribeiro. A Família Escrava. *O Kosmos,* São Paulo-SP, Ano II, n. 22, p. 04, 16 mar. 1924.

_____. A Família Escrava. *O Kosmos*, São Paulo-SP, Ano II, n. 29, p. 04, 21 dez. 1924.

_____. A Família Escrava. *O Kosmos*, São Paulo-SP, Ano II, n. 26, p. 04, 20 set. 1924.

_____. A Família Escrava. *O Kosmos*, São Paulo-SP, Ano II, n. 27, p. 04, 19 out. 1924.

GETULINO (1923)

A. JÚNIOR, Christovam. Liberdade Intelectual. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 13, p. 04, 21 out. 1923.

BUENO, Silveira. Os Gênios da Raça. *Getulino*, Campinas-SP, Ano III, n. 01, p. 02, 13 mai. 1926.

CAMARGO, T. Ecos do Projeto F. Reis. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 27, p. 01, 27 jan. 1924.

CELSO, Afonso. Joanna Angélica e Nicolau: figuras épicas, merecida glorificação. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 04, p. 01, 19 ago. 1923.

CONCURSO de beleza. *Getulino*, Campinas, Ano I, n. 13, p. 01, 21 out. 1923.

COSTA, Ciro. Pai João. *Getulino*, Campinas-S`P, Ano I, n. 14, p. 02, 28 out. 1923.

EDITAL, *Getulino,* Campinas-SP, Ano I, n. 02, p.01, 05 ago. 1923.

FERREIRA, B. H. Liberdade. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 22, p. 01, 23 dez. 1923.

_____. Que atrevimento!...*Getulino*, Campinas-SP, ano I, n. 15, p. 02, 04 nov. 1923.

FLORENCIO, Benedicto. Os pretos em São Paulo. *Getulino*, Campinas-SP, Ano II, n. 53, p. 01, 21 set. 1924.

_____. Cartas de um negro. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 10, p. 01, 30 set. 1923.

GETULINO, Campinas-SP, Ano I, n. 04, p. 01, 19 ago. 1923.

GETULINO, Campinas-SP, Ano I, n. 05, p. 03, 26 ago. 1923.

GETULINO, Campinas-SP, Ano I, n. 10, p. 01, 30 set. 1923.

GETULINO, Campinas-SP, Ano I, n. 11, p. 01, 07 out. 1923.

GUEDES, Lino. Henrique Dias. *O Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 44, p. 02, 15 jun. 1924.

_____. Luiz Gama. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 50, p. 02, 24 ago. 1924.

HONRA a Luiz Gama. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 10, p. 01, 30 set. 1923.

MACHADO, José G. Lacerda Werneck. *Getulino*, Campinas-SP, n. 12, p. 02, 13 out. 1923.

MESQUITA, J. Luiz de. A raça negra no Brasil. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 51, p. 01, 07 set. 1924.

_____. Os negros e a literatura nacional. *Getulino*, Campinas-SP, Ano II, n. 64, p. 08, 20 dez. 1924.

MORAES, Evaristo de. A raça negra e a gratidão nacional. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 15, p. 01, 04 nov. 1923.

_____. A raça negra e a gratidão nacional. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 15, p. 01, 04 nov. 1923.

_____. A vocação libertadora de Joaquim Nabuco. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 14, p. 01, 28 out. 1923.

_____. Brancos, Negros e Mulatos. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 23, p. 01, 30 dez. 1923.

_____. Sem nome. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 25, p. 01, 13 jan. 1924.

_____. Um pouco de psicologia de José do Patrocínio. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 37, p. 01, 06 abr. 1924.

_____. A Ascenção dos mulatos. Getulino, Campinas-SP, Ano I, n. 12, p. 03, 13 out. 1923.

_____. O Papel do escravo na civilização brasileira. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 03, p. 01, 12 ago. 1923.

_____. A Mocidade! *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 02, p. 01, 05 ago. 1923.

NAZARETH, José de. A Boa Severina – Cenas do Cativeiro. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 03, p. 02, 12 ago. 1923.

_____. A Boa Severina – Cenas do Cativeiro. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 04, p. 02, 19 ago. 1923.

_____. A Boa Severina – Cenas do Cativeiro. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 06, p. 02, 02 set. 1923.

_____. A Boa Severina – Cenas do Cativeiro. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 07, p. 02, 09 set. 1923.

_____. A Boa Severina – Cenas do Cativeiro. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 10, p. 02, 30 set. 1923.

_____. A Boa Severina – Cenas do Cativeiro. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 11, p. 02, 11 out. 1923.

_____. A Boa Severina – Cenas do Cativeiro. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 12, p. 02, 13 out. 1923.

_____. A Boa Severina – Cenas do Cativeiro. Getulino, Campinas-SP, Ano I, n. 13, p. 02, 21 out. 1923.

_____. A Boa Severina – Cenas do Cativeiro. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 14, p. 02, 28 out. 1923.

_____. A Boa Severina – Cenas do Cativeiro. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 21, p. 02, 16 dez. 1923.

_____. A Boa Severina – Cenas do Cativeiro. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 03, p. 02, 12 ago. 1923.

_____. A Boa Severina – Cenas do Cativeiro. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 22, p. 02, 23 dez. 1923.

_____. A Boa Severina – Cenas do Cativeiro. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 23, p. 02, 30 dez. 1923.

_____. A Boa Severina – Cenas do Cativeiro. *Getulino*, Campinas-SP, Ano II, n. 24, p. 02, 06 jan. 1924.

_____. A Boa Severina – Cenas do Cativeiro. *Getulino*, Campinas-SP, Ano II, n. 25, p. 02, 13 jan. 1924.

_____. A Boa Severina – Cenas do Cativeiro. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 02, p. 02, 05 ago. 1923.

_____. A Boa Severina – Cenas do Cativeiro. *Getulino*, Campinas-SP, Ano III, n. 02, p. 26, 20 jan. 1924.

_____. A Boa Severina – Cenas do Cativeiro. *Getulino*, Campinas-SP, Ano II, n. 26. p. 02, 20 jan. 1924.

_____. A Raça Brasileira. *Getulino*, Campinas-SP, Ano II, n. 64, p. 04, 20 dez. 1924.

O MONUMENTO à Mãe Preta e o Presidente eleito da República. *Getulino*, Campinas-SP, Ano III, n. 01, p. 01, 13 mai. 1926.

O NOSSO folhetim. *Getulino,* Campinas-SP, n. 54, p.03, 28 set. 1924.

QUESTIONÁRIO. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 12, p. 01-02, 13 out. 1923.

RESPONDENDO.... *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 04, p. 02, 19 ago. 1923.

RESPONDENDO...*Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 05, p. 02, 26 ago. 1923.

SANTOS, Mary. Luz e Liberdade. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 05, p. 01, 26 ago. 1923.

SEM NOME, *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 05, p. 02, 26 ago. de 1923.

SEM NOME. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 04, p. 01, 19 ago. 1923.

SEM NOME. *Getulino,* Campinas-SP, Ano I, n. 08, p. 01, 16 set. 1923.

U.C. Fusão de Raças. *Getulino*, Campinas-SP, Ano II, n. 32, p. 01, 02 mar. 1924.

UM CONGRESSO monstro de negros. *O Getulino*, Campinas-SP, Ano II, n. 49, p. 01, 17 ago. 1924.

VASCONCELLOS, Adriano. Correio de Portugal. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 27, p. 01, 27 jan. 1924.

_____. Correio de Portugal. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 28, p. 02, 03 fev. 1924.

WERNECK, Lacerda. Nilo Peçanha. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 37, p. 01, 06 abr. 1924.

_____. Os negros norte-americanos. *Getulino*, Campinas-SP, Ano I, n. 31, p. 01, 24 fev. 1924.

O CLARIM D'ALVORADA (1924)

A ESCRAVIDÃO. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano VI, n. 23, p. 01-02, 25 jan. 1930.

A QUESTÃO do Haiti. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano VII, n. 25, p. 04, 13 abr. 1930.

A REDENÇÃO de nossa raça. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano I, n. 05, p. 01, 13 mai. 1924.

A VOZ história e os pretos modernos. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano IV, n. 33, p. 12, 13 mai. 1927.

ALVES, E. J. O inimigo do preto é o preto! *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano I, n. 05, p. 03, 13 mai. 1924.

BISHOP, Leslie. Conhece-te a ti mesmo. Propaganda. *O Clarim da Alvorada,* São Paulo-SP, Ano VIII, n. 38, p. 04, 20 dez 1931.

BOOKER. A raça Maldita. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano II, n. 13, p. 01, 26 jul. 1925.

_____. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano II, n. 16, p. 02, 15 nov. 1925.

_____. O continente negro. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano IV, n. 28, p. 04, 15 jan. 1927.

CINTRA, Moysés. Um Dever. *O Clarim*, São Paulo-SP, Ano I, n. 03, 02 mai. 1924, p. 2.

CRUZ e Souza. *O Clarim*, São Paulo-SP, Ano I, n. 01, p. 02, 06 jan. 1924.

CUNHA, Horácio. Sentimentalismo dos Pretos. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano III, n. 19, São Paulo, p. 04, 21 mar. 1926.

DESTRÓI o paternal imperialismo norte-americano. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano VII, n. 30, p. 04, 28 set 1930.

EDITORIAL. Editorial da Frente Negra Brasileira. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano VIII, n. 38, p. 03, 20 dez. 1931.

EDITORIAL. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano VIII, n. 36, p. 01, 28 set. 1931.

EDITORIAL. *O Clarim*, São Paulo-SP, Ano I, n. 01, p. 01, 06 jan. 1924.

EDITORIAL. Ontem e hoje. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano IX, n. 41, p. 01, 13 mai. 1932.

FRONTISPÍCIO. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo, Ano VII, n. 25, p. 01, 13 abr. 1930.

GARVEY, Marcus. Chegou à ocasião de reduplicarmos as nossas forças. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano VII, n. 30, p. 04, 28 set 1930.

_____. Eduquemos nossas massas. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano VI, n. 16, p. 01, 03 fev. 1929.

GRAY, Arthur S. Sem nome. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano VII, n. 29, p. 04, 23 ago. 1930

_____. Um Lynchamento no Texas. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano VII, n. 25, p. 04, 13 abr. 1930.

_____. O que devemos fazer para nos libertar. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano VII, n. 29, p. 04, 23 ago. 1930.

GUEDES, Lino. Ainda há juízes em Berlim! *O Clarim da Alvorada*, São Paulo, Ano IV, n. 36, p. 01, 16 out. 1927.

LEITE, José Benedito Correia. A União faz a força. *O Clarim*, São Paulo-SP, Ano I, n. 03, p. 03, 06 jan. 1924.

_____. E, após a liberdade... *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano II, n. 14, p. 01, 30 ago. 1925.

_____. O preto e a pátria. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano I, n. 07, p. 03, 12 out. 1924.

_____. Capacidade dos incapazes. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano III, n. 24, p. 02, 22 ago. 1926.

_____. Evocações. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano I, n. 05, p. 02, 13 mai. 1924.

_____. Muito Agradecido...*O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano IV, n. 28, p. 01, 15 jan. 1927.

_____. Preparemos homens para amanhã. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano I, n. 2 (Nova numeração), p. 02, 01 abr. 1928.

_____. Um gênio da raça. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano I, n. 07, p. 01, 12 ago. 1928.

_____. Valor da Raça. *O Clarim*, São Paulo-SP, Ano I, n. 04, p. 01, 06 abr. 1924.

MORAES, Gervásio de. Aos negros sensatos de S. Paulo. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano VI, n. 16, p. 04, 03 fev. 1929.

_____. A inquisição moderna. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano III, n. 27, p. 02-03, 14 nov. 1926.

O Clarim da Alvorada, São Paulo-SP, Ano IV, n. 28, p. 01-06, 15 jan. 1927.

O NOSSO dever é enfileirarmos. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano VIII, n. 36, p. 01, 28 set. 1931.

OLIVEIRA, Zênio de. Palmares. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo, Ano VII, n. 26, São Paulo, p. 03, 13 mai. 1930.

ORLANDO, Alberto. O negro na Evolução Brasileira. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano IV, n. 28, p. 03-04, 15 jan. 1927.

OS DOIS 13 de maio. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano I, n. 05 (Nova numeração), p. 02, 03 jun. 1928.

PAI João. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano I, n. 06, p. 03, 22 jun. 1924.

RAUL. Há negros no Brasil, sim. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano IV, n. 12, p. 02, 06 jan. 1929.

SANTOS, Arlindo J. Veiga dos. À gente negra. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano IV, n. 28, p. 04, 15 jan. 1927.

_____. Palavras aos pais negros. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano IV, n. 33, p. 03-04, 13 mai. 1927.

TRIGÉSIMO novo: 1888-1927. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano IV, n. 33, p. 02, 13 mai. 1927.

UMA IMPETUOSA oradora. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano VII, n. 30, p. 04, 28 set 1930.

WASHINGTON, Booker T. O Continente Negro. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano IV, n. 28, p. 04, 15 jan. 1927.

_____. A raça Maldita. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo-SP, Ano II, n. 13, p. 01, 26 jul. 1925.

A ALVORADA (1926)

A ALVORADA, Pelotas-RS, Ano II, n. 37, p. 03, 14 fev. 1932

A ALVORADA, Pelotas-RS, Ano III, n. 56, p. 08, 15 out. 1933.

AURIVERDE (1928)

PRECONCEITOS que devem desaparecer. *Auriverde*, São Paulo-SP, Ano I, n. 02, p. 01, 08 abr. 1928.

A VOZ DA RAÇA (1933)

A VOZ da Raça. *A Voz da Raça*, São Paulo-SP, Ano I, n. 01, p. 01, 18 mar. 1933.

AGINDO de má fé. *A Voz da Raça*, São Paulo-SP, Ano I, n. 02, p. 01, 25 mar. 1933.

AMARAL, Raul J. Avante: que destino, afinal, nos aguarda? *A Voz da Raça*, São Paulo-SP, Ano I, n. 33, p. 08, 17 mar. 1934.

ARLINDO. Ecos da Escravidão. *A Voz da Raça*, São Paulo-SP, Ano IV, n. 64, p. 01, abr. 1937.

COSTA, Justiniano. A bandeira da Frente Negra. *A Voz da Raça*, São Paulo-SP, ano 3, n. 56, p. 1, ago. 1936.

DEÓ, Behenne. Modificação da bandeira nacional. *A Voz da Raça*, São Paulo-SP, Ano I, n. 06, p. 02, 22 abr. 33.

FELICIANO, José Bueno. Em defesa de Palmares. *A Voz da Raça*, São Paulo-SP, Ano I, n. 10, p. 01, 20 mai. 1933.

LIMA, Silvério de. *Surget et Ambula*. *A Voz da Raça*, São Paulo-SP, Ano I, n. 17, p. 01, 15 jul. 1933.

MARIANO, João B. O Brasil ainda é dos Brasileiros. *A Voz da Raça,* São Paulo-SP, Ano I, n. 15, p. 04, 01 jul. 1933.

O CONCURSO da raça negra na grandeza do Brasil - Um Múcio Scévola de cor preta: Henrique Dias. *A Voz da Raça*, São Paulo-SP, Ano I, n. 09, p. 02, 13 mai. 1933.

OS DESCENDENTES de Palmares. *A Voz da Raça,* São Paulo-SP, Ano III, n. 53, p. 02, 23 mai. 1936.

SANTOS, Arlindo da Veiga dos. A Afirmação de Raça. *A Voz da Raça*, São Paulo-SP, Ano I, n. 12, p. 01, 10 jun. 1933.

_____. A Frente Negra Brasileira: e um artigo do Sr. Austregesilo de Athayde. *A Voz da Raça*, São Paulo-SP, Ano I, n. 02, p. 01, 25 mar. 1933.

_____. Aos negros de boa-vontade. *A Voz da Raça*, São Paulo-SP, Ano I, n. 7, p. 04, 29 abr. 1933.

_____. Datas Históricas. *A Voz da Raça*, São Paulo-SP, Ano IV, n. 64, p. 01, abr. 1937.

_____. Resposta a um boletim. *A Voz da Raça*, São Paulo-SP, Ano I, n. 27, p. 01, 09 dez. 1933.

_____. Marchando. *A Voz da Raça*, São Paulo-SP, Ano II, n. 36, p. 04, 28 abr. 1934.

_____. Que o negro brasileiro não se iluda! *A Voz da Raça*, São Paulo-SP, Ano II, n. 42, 15 dez. 1934.

_____. Que o negro brasileiro não se iluda! *A Voz da Raça*, São Paulo-SP, Ano II, n. 42, p. 01, 15 dez 1934.

SANTOS, Isaltino Veiga dos. Liberdade Utópica. *A Voz da Raça*, São Paulo-SP, Ano I, n. 09, p. 01, 13 mai. 1933.

_____. Um batalhador sincero. *A Voz da Raça*, São Paulo-SP, Ano I, n. 13, p. 04, 17 jun. 1933.

SILVA, Olímpio Moreira da. O que foi a Raça Negra. *A Voz da Raça*, São Paulo-SP, Ano I, n. 21, p. 04, 16 set. 1933.

SILVA, Olímpio Moreira da. O que foi a Raça Negra. *A Voz da Raça*, São Paulo-SP, Ano I, n. 20, p. 04, 02 set. 1933.

_____. O que foi a Raça Negra. *A Voz da Raça*, São Paulo-SP, Ano I, n. 25, p. 01, 11 nov. 1933.

_____. O que foi a raça negra. *A Voz da Raça*, São Paulo-SP, Ano I, n. 31, p. 03, 03 fev. 1934.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Marcelo de Paiva. *A Ordem do Progresso:* dois séculos de política econômica no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

ABREU, Martha Campos; PEREIRA, Matheus Serva (Org.). *Caminhos da Liberdade:* Histórias da Abolição e do Pós-abolição no Brasil. Niterói: EDUFF, 2011.

ABREU, Martha; DANTAS, Carolina V.; MATTOS, Hebe; LONER, Beatriz; MONSMA, Karl. *Histórias do Pós-Abolição no mundo Atlântico.* Niterói: Eduff, vol. 01, 2014.

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). *Cultura política e leituras do passado:* historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/ FAPERJ, 2007.

ABREU, P. *Os Capoeiras*. Rio de Janeiro: Tip. Seraphim Alves de Brito, 1886.

ADESKY, Jacques Edgard François D´. *Pluralismo étnico e multiculturalismo* - racismos e anti-racismos no Brasil. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

ADOLFO, Roberto Manoel Andreoni. *A historiografia brasileira da escravidão nos anos 1980: do enunciado ao eclipsado*. Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2019.

ADORNO, Sérgio. Racismo e Discriminação. In: Novas faces da cidadania: Identidades Políticas e Estratégias Culturais. *Cadernos de Pesquisa* n. 4. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP. São Paulo, Editora Entrelinhas, 2004.

ALBERTO, Paulina L. *Terms of Inclusion:* Black Intellectuals in Twentieth-Century Brazil. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2011.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Nas profundezas rasas dos corpos: semióticas a-significantes e processos de subjetivação e dessubjetivação dos marcadores sociais de gênero. *In:* Ana Maria Veiga; Cláudia Regina Nichnig; Cristina Scheibe Wolff; Jair Zandoná. (Org.). *Mundo de Mulheres no Brasil*. 1ed.Curitiba: CRV, 2019, v. 1, p. 73-86.

_____. O grito, o fogo, o animal: a presença do corpo na escrita da história, um gesto político de Michel Foucault. *In:* Eliana Kuster e Fernando Pinho. (Org.). *Foucault e a caixa de ferramentas:* modos de pensar sobre a cidade, modos de agir na cidade. 1ed.Vitória: Edifes, 2018, v. 1, p. 208-223.

_____. O passado, como falo? O corpo sensível como um ausente na escrita da história. *In:* Pablo Spíndola e Wagner Geminiano dos Santos. (Org.). *Teoria da História e História da Historiografia.* 1ed.Jundiaí: Paco Editorial, 2018, v. 1, p. 15-46.

ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O trato dos viventes:* formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Lizandra Magon; RIBEIRO, Djamila; ROCHA, Maurício. *Personalidades negras invisibilizadas da História:* uma nova história feita de histórias. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

ALMEIDA, Silvia Capanema; SILVA, Rogério Sousa. Do (in)visível ao risível: o negro e a "raça nacional" na criação caricatural da Primeira República. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 52, p. 316-345, dez. 2013.

ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas:* o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

_____. *Ideias em movimento:* a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALVES, Ana Maria de Alencar. *Redutos da ciência na "Era dos Museus":* Inglaterra, França, Estados Unidos e Brasil. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de São Paulo, USP, 2004.

AMADO, Gilberto. *Grão de Areia*. São Paulo: José Olympio, 1948.

AMOS, Jair de Souza. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 1920. *In*: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (Orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro, Fiocruz-CCBB, 1996

ANDRÉ, Thiago; BRITO, Raimundo. *Apartheid Tropical. Raimundo Brito; Thiago André, Audible Original. Audible Studios para Amazon Serviços de Varejo do Brasil Ltda*, 30 set. 2024.

ANDREWS, George Reid. O Protesto político negro em São Paulo (1888-1988). *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 21, Rio de Janeiro, 1991.

ARANTES, Mario de. Colonias Orphanologicas - Os que devem receber educação nas colônias. *O Estado de São Paulo*, p. 02, 12 jan. 1893.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo*: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira, 1813-1845. São Paulo: Hucitec, 2008.

ARAÚJO, Valdei; CEZAR, Temístocles; MENESES, Sônia (Orgs.). *Pequeno vocabulário de teoria da história.* Rio de Janeiro: FGV Editora, 2026.

ARFUCH, L. *O espaço biográfico*: dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010.

ARRAIS, Cristiano Alencar; BENTIVOGLIO, Júlio. (Org.). *As revistas de história e as dinâmicas do campo historiográfico*. 1ed.Vitória (ES): Milfontes, 2017.

ASSIS, Machado de. *50 contos/ Machado de Assis*; seleção, introdução e notas John Gledson. – São Paulo: Companhia das letras, 2007.

ASSUNÇÃO, Marcello Felisberto M. de. As injustiças de Clio revisitado: Clóvis Moura e a crítica da branquitude no campo historiográfico. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 15, n. 38, p. 235, jan.-abr. 2022.

_____. Uma epistemologia da ignorância? Os estudos críticos da branquitude e a crise do cânone de intérpretes do Brasil. *Revista Teoria da História*, v. 27, p. 171-188, 2024.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Abolicionismo transatlântico e a memória do paraíso racial brasileiro. *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 30, pp. 151-162.

_____. *Onda negra, medo branco:* o negro no imaginário das elites do século XIX. São Paulo: Annablume, 2004.

AZURARA, Gomes Eannes de. *Crônica do descobrimento e conquista de Guiné*. Paris: J. P. Aillaud, 1841.

BARBATO, Luís Fernando Tosta. A Raça em Revista: um guia de artigos comentados sobre a questão racial nas Revistas do IHGB (1870-1902). *Expedições*: *Teoria da História & Historiografia*, v. 05, n. 01, p. 96, jan.- jun. 2014.

BARBOSA, Francisco de Assis; LACOMBE, Américo Jacobina; SILVA, Eduardo. *Rui Barbosa e a queima dos arquivos.* Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

BARRETO FILHO, Melo; LIMA, Hermeto. *História da Polícia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: A Noite, Volume II, 1940.

BARRETO, Raquel. "O racismo sob olho crítico de Lélia Gonzalez". Pernambuco - Suplemento cultural do *Diário Oficial do Estado* [online], 2019.

BASILE, Marcello. *A politização nas ruas:* projetos de Brasil e ação política nos tempos de Regências. Brasília: Senado Federal, 2022.

BASTDE, Roger. As Religiões Africanas no Brasil. *In: Os Problemas da Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. da USP, 1971.

_____. A imprensa negra no estado de São Paulo. *Estudos afro-brasileiros.* São Paulo: Perspectiva, 1973.

BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (Org.). *Culturas de classe:* identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2004.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política:* ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

_____. Post-colonial Authority and Post-modern Guilt. *In:* GROSSBERG, L. (Org.), *Cultural Studies*. Nova York: Routledge, 1992.

BÍBLIA. Gênesis. *In: Bíblia Shedd*. Traduzida por João Ferreira de Almeida. 2ª Edição. São Paulo: Vida Nova, 1997.

BLUTEAU, D. Rafael. *Diccionario da língua portuguesa* [reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes e Silva – natural do Rio de Janeiro]. Tomo II, Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira. – *com a licença da Real Mesa da Comissão Geral, sobre o Exame, e Censura de Livros*, 1789.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOELEN, Jacobus van. *Reize naar de Oost-en Westkust van Zuid-Amerika en, van daar, naar de Sandwichsen Philippilnsche Eilanden, China enz. gedaan, in de jaren 1826, 1827, 1828 en 1829, met het koopvaarkijschip Wilhelmina en Maria, door J. Boelen, Joh. Zoon. (Volume 1)*. Amsterdan: Tem Brink & De Vries. 1835.

BONETTO, Helena. A invisibilidade negra na cidade de Porto Alegre: uma pesquisa sobre imaginários urbanos. *Revista Para Onde!?*, Porto Alegre, v.12, n.1, p.164-172, 2019.

_____. *Invisibilidade negra na cidade de Porto Alegre: uma pesquisa sobre imaginários urbanos*. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

BOXER, Charles. *Relações raciais no império colonial português*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.

BRADLEY, David. *The Chaneysville Incident*. Londres: Serpent's Tail, 1986

BRAGA, Greenhalgh H. Faria. *De Vassouras: História, Fatos, Gente*. RJ: Ultra Set. 1978.

BRASIL. *Constituição política do Império do Brazil.* Rio de Janeiro, 1824.

BRITO, Luciana da Cruz. o crime da miscigenação: a mistura de raças no Brasil escravista e a ameaça à pureza racial nos estados Unidos pós-abolição. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 36, nº 72, 2016.

BURKE, Peter. A Invenção da Biografia e o individualismo renascentista. *Revista Estudos Históricos*, V. 10, n. 19, p. 83-97, 1997.

CABRAL, S. R.; FILIPE, A. P. Jongo/Caxambu como patrimônio imaterial cultural brasileiro. *Revista Campo da História*, [S. l.], v. 9, n. 2, p. e319, 2024

CAMARA dos Deputados. Projeto n. 250-1893, Parecer Congregação da Faculdade de Direito de São Paulo. 15 ago. 1894.

CAMARGO, Oswaldo de. Apesar de tudo, a quase mudez... *In: O Negro Escrito*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1987.

CAMPOS, Candido Malta. *Os rumos da cidade:* urbanismo e modernização em São Paulo. São Paulo: Editora SENAC, 2002

CARDOSO, Antônio Dimas; PEREIRA, Laurindo Mekie (Org.). *Intelectuais e a modernização do Brasil: os caminhos da Revolução de 1930*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2020.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultural, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*: o Negro na Sociedade Escravista no Rio Grande do Sul. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2015.

_____. Entrevista. *In:* POMPEU, Roberto Toledo de. *O Presidente segundo o Sociólogo, a nódoa da escravidão*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

CARDOSO, Lourenço; MÜLLER, Tânia M. P. *Branquitude*: estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2017.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. *A Luta Contra a Apatia:* Estudo da instituição do movimento negro anti-racista na cidade de São Paulo (1915 – 1931). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (dissertação de mestrado) 1993.

CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. Corpos que nutrem: mulheres procuradas e oferecidas para aluguel e venda na capital federal da Corte Imperial. *Tempo de histórias*, nº. 3, Universidade de Brasília, 2003.

_____. Procuram-se amas-de-leite na historiografia da escravidão: da 'suavidade do leite preto' ao 'fardo' dos homens brancos". *Tempo de histórias*, nº. 5, ano 5. Universidade de Brasília, 2001.

CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de Racialidade:* a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.,

CARULA, Karoline. Perigosas amas de leite: aleitamento materno, ciência e escravidão em *A Mãi de Família*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012.

CARVALHO, Gilmar Luiz de. *A imprensa negra paulista entre 1915 e 1937*: características, mudanças e permanências. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de pós-graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, 2009.

CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTRO, Hebe M. Mattos de. Laços de família e direitos no final da escravidão. *In*: NOVAIS, Fernando A. (coord.) e ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). *História da Vida Privada no Brasil:* Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 359-360.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *O integralismo*: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). São Paulo: EDUSC, 1999.

CERTEAU, Michel de. *História e Psicanálise*: entre ciência e ficção. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011.

CEZAR, Temístocles. *Historia Magistra Vitae*: ensaio sobre a (in)definição do *topos* nos projetos de escrita da história do Brasil no século XIX. *In:* PROTÁSIO, Daniel Estudante (Org.). *Historiografia, cultura e política na época do Visconde de Santarém* (1791-1856). Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2019, p. 21-44.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril:* cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

_____; PINTO, Ana Flavia Magalhães (Org.). *Pensadores Negros-Pensadoras Negras do século XIX e XX*. Belo Horizonte: Traço Fino Ltda., 2016.

CÓDIGO de posturas (continuação*). Jornal do Commercio* (RJ). Rio de Janeiro, n. 44, p. 2-3, 13 fev. 1890.

COLEÇÃO DE LEIS DO BRASIL - 1890, Página 1424 Vol. 1 fasc.VI.

COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL – 1829. Vol. 1, parte II, p. 263.

COLEÇÃO Personagens do Pós-Abolição. *Memórias Brasileiras – Biografias*. Niterói: Eduff, 2020, 07 v.

COMTE, Auguste. *Política Positiva de Augusto Comte II*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

CONSOLIM, Marcia. Circulação de intelectuais e recepção das novas ciências do homem francesas no Brasil: 1908-1932. *Tempo Social*, v. 33, n. 01, p. 17-51, 2021.

CONTI, Viviane Ferreira. *Republicano no Império, Monarquista na República*: a trajetória intelectual de Afonso Celso (1892-1938). Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2023.

CORREA, Sílvio Marcus de Souza. A antropofagia na África Equatorial: etno-história e a realidade do(s) discurso(s) sobre o real. *Afro-Asia*, n. 37, p. 14, 2008.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*: momentos decisivos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

_____. *Da senzala à colônia*. 6. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

COSTA, João Severiano Maciel da. *Memória sobre a necessidade de abolir a introdução dos escravizados no Brasil*: sobre o modo e condições com que esta abolição esse deve fazer e sobre os meios de remediar a falta de braços que ela pode ocasionar. Oferecida aos Brasileiros. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1821.

COUTINHO, Afrânio; SOUSA, José Galante de. *Enciclopédia de literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Academia Brasileira de Letras, 2001.

CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta:* periodismo e vida urbana, 1890-1915. Univ. Pontifica Comillas, 2000.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Cultix, 1973.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e a sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 22.

CUNHA, Olívia Maria Gomes; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Quase-cidadão*: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

DE BARROS, L. P. A subalternização do negro brasileiro: reflexões gerais acerca das políticas do estado brasileiro na República Velha (1889 – 1930) e no Estado Novo (1937 –

1946). *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as* (ABPN), [S. l.], v. 12, n. Ed. Especial, p. 666–693, 2020. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/site/article/view/945. Acesso em: 01 nov. 2025.

DE VIAGEM. *Tribuna Popular*, Salvador, n. 50, p. 3, 29 jun. 1890.

DIAS, Maria Odila da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX:* Ana Gertrudes de Jesus. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DICIONÁRIO MICHAELIS. São Paulo: Editora Melhoramentos Ltda, 2015.

DIEHL, Astor. *A cultura historiográfica brasileira:* do IHGB aos anos 1930. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. O Darwinismo no Brasil, nas ciências naturais e na sociedade. *Rev. UFMG, Belo Horizonte*, V. 21, n. 1 e 2, p. 124, jan./dez. 2014.

DOMINGUES, Petrônio. A nova abolição: a imprensa negra paulista (1889-1930). *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, Universidade Candido Mendes, Ano 25, jul./dez. 2004.

_____. Esta "magnânima volição": a Federação dos Homens de Cor. *Revista História (São Paulo)*, n. 37, 2018.

_____. Lino Guedes: de filho de ex-escravos à elite de cor. *Afro-Asia*, n. 41, p. 133-166, 2010.

_____. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Revista Tempo*, n. 12, vol. 23, 2007.

_____. Negros de almas brancas? – a ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo, 1915-1930. *Estudos Afro-Asiáticos,* ano 24, n. 3, 2002.

_____. O "Moisés dos Pretos": Marcus Garvey no Brasil. *Novos Estudos*, Cebrap, São Paulo, v. 36, n. 03, nov. 2017, p. 130.

_____. Os descendentes de africanos vão à luta em terra brasilis: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e Teatro Experimental do Negro (1944-1968). *Projeto História*, São Paulo-SP, n.33, p. 131-158, dez. 2006.

_____. Por uma história negra. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 38, n. 85, p. 05, 2025.

D'ORLEANS, Louis Philippe Albert. Histoire de la guerre civile en Amérique. *In: Revue Des Deux Mondes*, Wentworth Press, Tomo 4, 1874.

DOUGLASS, Frederick. *Narrativa da vida de Frederick Douglass:* e outros textos. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

DU BOIS, W. E. B. *Black Reconstruction in America.* Nova York: Atheneum, 1977.

_____. *As almas da gente negra*. Rio de Janeiro: Ed. Lacerda, 1999

DUCHET, Michèle. *Anthropologie et histoire au siècle des lumières:* Buffon, Voltaire, Rousseau, Helvétius, Diderot. Paris: François Maspero, 1971.

ENDERS, Armelle. “O Plutarco Brasileiro”. A produção dos Vultos Nacionais no Segundo Reinado. *Estudos Históricos*, n. 25, p. 42, 2000.

_____. *Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

ENGEL, Magali. Educação, sanitarismo e eugenia: o negro e a construção da identidade nacional nos debates científicos da Primeira República (1889-1930). *In*: ABREU, Martha *et al*. *Histórias do Pós Abolição no mundo Atlântico:* Identidades e projetos políticos. V.1. Niterói: Ed. UFF, 2014.

FANINI, Angela Maria Rubel. *Os Romances-Folhetins de Aluísio de Azevedo:* Aventuras Periféricas. Tese (Doutorado) – Curso de Teoria Literária, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

FARIAS, Juliana Barreto. Apagando rastros, limpando histórias: a queima dos documentos da escravidão no Brasil (1890-91). *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, n. 132, p. 34-39, set. 2016.

FAVA, Fernando Mendonça. Houston Stewart Chamberlain: apontamento breve. *Cadernos do CEIS20,* Coimbra: Edição CEIS20, 2007.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1965. v. 1, p. 08.

FERRÃO, Renan Santos. As diferenças do racismo no Brasil e nos Eua: Uma aproximação inicial a partir de um olhar pelo controle social da população negra no pós-abolição. *Revista Res Severa Verum Gaudium*, v. 06, n. 02, p. 152, jan.-jun. 2022.

FERRARA, Mirian Nicolau. *A Imprensa Negra Paulista (1915-1964)*. São Paulo: FFLCH/USP, 1981.

FERREIRA, Antônio Celso; LUCA, Tania Regina de; IOKOI, Zilda Gricoli. *Encontros com a história:* percursos históricos historiográficos. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

FERREIRA, Maria Cláudia Cardoso. “Pelo interesse dos Homens Pretos, Noticioso, Literário e de Combate”. O jornal O Clarim d’ Alvorada no pós-abolição (1924-1932). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH, São Paulo, julho 2011.

FONSECA, Marcus Vinícius. Apontamentos para uma problematização das formas de classificação racial dos negros no século XIX. *Revista Educação Pública*, Cuiabá, v. 18, n. 36, p. 201-219, jan./abr. 2009.

_____. Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX. *In:* ROMÃO, Jeruse (Org.). *História da Educação do Negro e outras histórias.* Brasília: SECAD/MEC, 2005

FORSTER, Maria Thereza Diniz. *Oliveira Lima e As Relações Exteriores do Brasil:* o legado de um pioneiro e sua relevância atual para a diplomacia brasileira. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011.

FORTES, Alexandre et al. (Orgs). *Cruzando Fronteiras:* novos olhares sobre a história do trabalho. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

_____. *A produção da identidade afro-brasileira no pós-abolição:* Imprensa negra em Porto Alegre (1902-1910). Revista de Iniciação Científica da Ulbra, Nº 5, 2006.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. *In: Estratégia, poder-saber*. *Ditos e Escritos IV*. Tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. *Ditos & Escritos V:* Ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. *Em defesa da sociedade: c*urso no Collège de France. São Paulo, Martins Fontes, 2002.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRANCISCO, Flavio Thales Ribeiro. A redenção da raça negra em uma perspectiva internacional: discursos do garveysmo no jornal O Clarim da Alvorada. *Faces da História*, *[S. l.]*, v. 1, n. 1, p. 89–105, 2017.

_____. *Fronteiras em* Definição: identidades negras e imagens dos Estados Unidos e da África no Jornal *O Clarim da Alvorada* (1924-1932). Dissertação – Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, USP, 2010.

FRANKLIN, John Hope. *From slavery to freedom:* a history of Negro Americans. (5ª ed.). New York, Alfred A. Knopf, 1980.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala:* formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

_____. *O mundo que o português criou*. Lisboa: Livros do Brasil, 1940.

FRY, Peter. *A persistência da raça:* ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GARCIA, Marinalda. *Os arcanos da cidadania*: a imprensa negra paulistana nos primórdios do século XX, São Paulo, Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, 1997.

GAZETA da tarde, Rio de Janeiro, n .94, p. 02, 23 abr. 1884.

GIACOMINI, Sonia Maria. *Mulher e escrava:* uma introdução ao estudo histórico da mulher negra no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1988.

_____. Ser escrava no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 15. Universidade Cândido Mendes, 1988, pp. 145-70.

GINZBERG, Louis. *The Legends of the Jews.* The Project Gutenberg: Domínio Público, 1998.

GOBINEAU, Arthur. *Ensaio sobre a Desigualdade das Raças Humanas*. Curitiba: Antoniofontoura, 2021.

GODOI, Rodrigo Camargo de. *Um Editor no Império*: Francisco de Paula Brito (1809-1861). São Paulo: Edusp, Fapesp, 2016.

GOLDENBERG, David M. *Black and Slave*: the origins and history of the Curso of Ham. Berlim: Degruyter, 2017.

_____. *The Curse of Ham*: race and slavery in early judaism, christianity, and islam. Princiton University Press, 2003.

GOMES COSTA, Suely: Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. *Revista de Estudos Feministas* N° 2, 2002.

GOMES, Adriana. A criminalização do espiritismo no Código Penal de 1890: as discussões nos periódicos do Rio de Janeiro. *Revista Eletrônica Cadernos de História*, ano 7, n. 2, dezembro de 2012.

GOMES, Angela de Castro. "Empresariado e legislação social na década de 30". *In:* ABREU, Alzira Alves de(coord.). *Revolução de 1930:* seminário internacional. Brasília, D. F.: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

GOMES, Flávio dos Santos. *Negro e Política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

GOMES, Maria Isabela da Silva. *O problema da Cidadania nos prelos:* escravidão e liberdade no Brasil da primeira metade do século XIX. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, 2024.

GOMES, Tiago de Melo. Problemas no paraíso: a democracia racial brasileira frente à imigração afro-americana (1921). *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 25, no 2, 2003, pp. 307-331.

_____; SEIGEL, Micol. Sabina das laranjas: gênero, raça e nação na trajetória de um símbolo popular, 1889-1930. *Revista Brasileira de História*, nº. 43, v. 22. São Paulo, 2002.

GONÇALVES, José Roberto. *O Getulino - um jornal de carapinha*: jornal editado por jovens negros em Campinas (1923/1925). Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, História Social, 2012.

GONZALES, Lélia. Racismo e Sexismo na cultura Brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje,* Anpocs, 1984.

_____. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

_____. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. In: *União dos Coletivos Pan-Africanistas - UCPA* (Org.). Lélia Gonzalez: Primavera para as rosas negras Diáspora Africana, 2018.

_____. *Por um feminismo afro-latino-americano:* ensaios, intervenções e diálogos. Organização de Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

_____. *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa....* Organização de Flavia Rios e Alex Ratts. São Paulo: Zahar, 2018.

_____; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Editora Ática, 1978

GRINBERG, Keila. *O Fiador dos Brasileiros:* cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial*: volume I 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2025.

GROSSMAN, James R. *A chance to make good:* African-Americans, 1900-1929. New York/Oxford, Oxford University Press, 1997.

GUEDES, Lino. *O canto do cisne preto*. São Paulo: Typographie Aurea, 1927.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Notas sobre raça, cultura e identidade na imprensa negra de São Paulo e Rio de Janeiro, 1925-1950, *Afro-Ásia*, núm. 30, 2003.

_____. Raça, cor, cor da pele e etnia. *Cadernos de campo*, São Paulo, n. 20, p. 1-360, 2011.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu:* Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Uma história da história nacional: textos de fundação. *In:* LIMA, Ivana S. (Org.). *História Social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.

GUIRRO, Leandro Antonio. *Intelectualidade e Imprensa Negra Paulista:* os casos do *Getulino* e *Progresso* (1923-1931). Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, 2013.

GUIZZO, Bianca Salazar; ZUBARAN, Maria Angélica. Imprensa Negra no Rio Grande do Sul: "Raça" e Gênero na Campanha ao Monumento da "Mãe Preta" (1920-1930). *Revista de História Regional* 20(1): 165-179, 2015.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Editora Vértice, 1990.

HALL, Stuart. "Identidades Culturais e Diáspora". *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, p. 70, 1996.

HANDELMANN, Gottfried Heinrich. *História do Brasil*, v. 1. Tradução brasileira do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; introdução e notas de Odilon Nogueira de Matos; notas de Basílio Magalhães. 2. Ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1978.

HARTMAN, Saidiya. *Cenas da sujeição*: terror, escravidão e criação de si na América do século 19. São Paulo: Editora Fósforo, 2025.

_____. Vênus em dois atos. *Revista Eco-Pós*, v. 23, n. 03, 2020, p. 12-33.

HARTOG, François. *Crer em História*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

_____. *Evidências da História:* o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HASENBALG, *Carlos. Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFMG, 2005.

HENRICH, Nathalia. *O antiamericano* que não foi: os Estados Unidos na obra de Oliveira Lima. Porto Alegre: Edi PUCRS, 2021.

HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café:* Café e sociedade em São Paulo, 1886-1934. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HUXLEY, Thomas. *Man's Place in Nature*. London: Williams and Norgate, 1863.

JACINO, Ramatis. Frente Negra, Ação Integralista e o Conservadorismo como estratégia de enfrentamento ao racismo (1930-1937). *Revista História* (São Paulo), n. 181, 2022.

JESUS, Simoneide Correia de. *Mello de Moraes e o modelo de escrita científica e historiográfica do Brasil Império*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, 2016.

KALY, Alain Pascal. O Ser Preto Africano no "paraíso terrestre" brasileiro – Um sociólogo senegalês no Brasil. *Lusotropie*, 2001.

KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil:* a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; São Paulo: Edusp, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado:* Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 268-329

LACERDA, João Batista. *Sur l' Métis au Brésil.* Paris: Imprimerie Devougue, 1911.

LACERDA, N. F. Jongo, Cultura e Resistência Negra no Basil. *Revista Mosaico*, v. 15, n.23, 2023.

LAJOLO, Marisa. Negros e negras em Monteiro Lobato. *In:* LAJOLO, Marisa. *Lendo e escrevendo Lobato*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. pp. 65-82.

LE BOM, Gustave. *Psicologia da Evolução dos Povos*. Niterói-RJ: Teodoro, 2013.

LEITE, José Correia. *E disse o velho militante José Correia Leite:* depoimentos e artigos. Organização e textos de Luiz Silva (Cuti). São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

LIMA, Alex Benjamin de. *Em Tintas Negras:* cultura imprensa e intelectualidade em *A Voz da Raça* (1933-1937). Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Unesp, 2011.

LIMA, Hermeto. *A identidade do homem pela Imprensa Digital (Dactyloscopia)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

_____. *O suicídio no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1913; LIMA, Hermeto. A identidade do homem pela Imprensa Digital (Dactyloscopia). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas*: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 51-60.

LONER, Beatriz A. A queima dos arquivos: Rui Barbosa e a construção da memória nacional. *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 23, n. 1, 2001, p. 89-110.

LOPES, Maria Aparecida de Oliveira. *Beleza e ascensão social na imprensa negra paulistana* (1920-1940), São Paulo, Dissertação de Mestrado, PUC, 2001.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. (in): PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

_____. *O sonho do futuro assegurado: o mutualismo em São Paulo*. São Paulo: Contexto, 1990.

_____.; MARTINS, A. L. (Org.) *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

LUSSAC, Ricardo Martins Porto. *Entre o crime e o esporte: a capoeira em impressos no Rio de Janeiro*, 1890-1960. Tese (Doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, 2016.

_____.; MONTI, Ednardo Monteiro Braga. Repressão à capoeiragem do Rio de Janeiro nos séculos XIX e XX: a infância criminalizada. *Revista Humanidades e Inovação*, v.8, n.33, fev. 2022.

MACAGNO, Lorenzo. Três raças e uma nação? A propósito de África no Brasil e Brasil na África. *Realis, Revista de Estudos Antiuilitaristas e PósColoniais*. Vol. 01, n. 02, p. 110, jul.-dez. 2011.

MACHADO, Antônio de Alcântara. Concurso de lactantes. *Revista de Antropofagia*, nº 7, ano 1. São Paulo, nov. 1928.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e escravidão:* trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888. São Paulo: Edusp, 2014.

_____. *O Plano e o Pânico:* Os movimentos sociais na década da Abolição. São Paulo: Edusp, 2010.

MACIEL, Cleber da Silva. *Discriminações raciais:* negros em Campinas (1888-1926). Campinas: CMU, 1997.

MAESTRI, Mário. O negro e o imaginário étnico gaúcho. In: *Diversidade étnica e identidade gaúcha*. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 1994.

_____. Silêncio, Marginalização, Superação e Restauração: O Cativo Negro na Historiografia Brasileira. *In.:* EUGÊNIO, João Kennedy (Org.). *Escravidão negra no Piauí e temas conexos*. Teresina: EDUFPI, 2014.

MAHL, Marcelo Lapuente. *Teorias raciais e interpretação histórica* – o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1894-1940). Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2001.

MALATIAN, Teresa M. *Império e missão:* um novo monarquismo brasileiro. 1.a. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

_____. Cem anos da Imprensa Negra em São Paulo: da descoberta à edição *fac-similar*. *Revista Patrimônio e Memória*, São Paulo, Unesp, v. 14, n.1, p. 340-364, janeiro-junho, 2018.

_____. *O Cavaleiro Negro*: Arlindo Veiga dos Santos e a Frente Negra. São Paulo: Alameda Editorial, 2015.

MANHANI, Luís R. Entre o Futuro Passado: os prognósticos sobre o negro no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1869). *Tempos Históricos*, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 237–268, 2023.

_____. *O discurso sobre o negro na historiografia e na etnografia do IHGB* (1839-1925). Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, Programa de Pós-Graduação em História, 2021.

_____. O Negro no IHGB: da constituição da "Casa da Memória Nacional" à operação da ausência. *Revista Aedos*, [S. l.], v. 17, n. 39, 2025.

_____. Os "Cortesões do infortúnio": a heroicização pragmática de Henrique Dias nas páginas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Sæculum - Revista de História*, [S. l.], v. 29, n. 51, p. 43–60, 2025b.

MARCUS, Harold G. *The Life and Time of Menelik II* – Ethiopia (1884-1913). Oxford: Clarendon Press, 1975.

MARPEAU, B. *Gustave Le Bon.* Parcours d'un intellectuel 1841-1931. Paris: CNRS Editions, 2000.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. *Novos estudos CEBRAP*, n. 74, p. 107-123, 2006. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-33002006000100007. Acesso em: 24 out. 2022. p. 122-123.

MARTIUS, Carl F. von. Como se deve escrever a história do Brasil (1844), *Revista do IHGB*, 1953, p. 189-190.

MATTA, Roberto da. Digressão: A Fábula das Três Raças, ou o Problema do Racismo à Brasileira". *Relativizando. Uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, p. 58-85.

MATTOSO, Katia. M. de Q. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MAUES, Maria Angélica Motta. *Negro sobre negro:* a questão racial no pensamento das elites negras brasileiras. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1997.

MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

_____. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. *Arte & Ensaios*: Rio de Janeiro, n. 32, p. 131, 2016.

MELLO, Luciana Garcia de. Revisitando as interpretações sociológicas sobre o racismo. *In:* BARROSO, Véra Lucia Maciel; MACEDO, José Rivair; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Racismo, relações de poder e história negra em Porto Alegre:* séculos XIX-XX. Porto Alegre: Evangraf, 2023, p. 24.

MELLO, Marina Pereira de Almeida. *O ressurgir das cinzas:* negros paulistas no pós-abolição, identidade e alteridade na imprensa negra paulista (1915-1923). 1999. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

MIRANDA, Fernanda Rodrigues de. Colonialidade e silenciamento nos cânones literário e historiográfico brasileiros. *Anuario de la escuela de historia virtual*, v. 13, p. 202-217, 2022.

MIRANDA, R. *Um Caminho de suor e letras:* a militância negra em Campinas e na construção de uma comunidade imaginada nas páginas do Getulino (Campinas 1923-1926). Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em História, 2005.

MONSMA, Karl. Vantagens de imigrantes e desvantagens de negros: emprego, propriedade, estrutura familiar e alfabetização depois da abolição no oeste paulista. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 509-543, 2010.

MORAES, Alexandre José de Mello. *O Brasil Social e Político* ou o que fomos e o que somos. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & Cia, 1872.

MORAES, Renata Figueiredo. A República e as festas da abolição: Resistência e liberdade no pós-abolição. *Acerco*, Rio de Janeiro, V. 33, n. 01, 2020, p. 40-62.

MORISSON, TONI. Living Memory. *In:* SHANDS, Kerstin W.; MIKUT, Giulia Grillo. *Living Language, Living Memory:* Essays on the Works of Toni Morrison. English Studies, 2014.

MORSE, Richard M. *Formação histórica de São Paulo*. São Paulo: DIFEL, 1970.

MOTTA, Ubirajara Damasceno da. *Jornegro*: um projeto de comunicação afro-brasileira. Dissertação (Mestrado) – Instituto Metodista de Ensino Superior, São Bernardo dos Campos-SP, 1986.

MOURA, Clóvis. *As injustiças de Clio*: o negro na historiografia brasileira. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

_____. *Dialética radical do Brasil negro*. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2004.

_____. *Imprensa negra*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1984; O negro e os órgãos de comunicação de massa. *Esboço de projeto*, 1978.

_____. *O negro denunciado:* 200 anos de preconceito. São Paulo: Editora Anita, 1994.

_____. *O negro:* de bom escravo a mau cidadão? Rio de Janeiro: Conquista, 1977.

_____. *Rebeliões da senzala:* quilombos, insurreições, guerrilhas. 5. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. *Sociologia do negro brasileiro.* São Paulo: Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil:* identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

NASCIMENTO, Abdias do. *O Brasil na mira do pan-africanismo*. Salvador: EDUFBA, 2002.

_____. *O genocídio do negro brasileiro:* processo de um racismo mascarado. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

_____. *O quilombismo:* documentos de uma militância pan-africanista. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2002.

NASCIMENTO, Beatriz. *Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual*: possibilidades nos dias da destruição. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

_____; RATTS, Alex (Org.). *O Negro visto por ele mesmo*: ensaios, entrevistas e prosa. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

_____; RATTS, Alex (Org.). *Uma história feita por mãos negras:* relações raciais, quilombos e movimentos. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica:* em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

_____. *Estrangeiro em sua própria terra:* representações do brasileiro 1870/1920. São Paulo: Editora Fapesp, 1998.

NEGRÃO, Lísias Nogueira. Cultos Afro-Brasileiros e Fluxos Migratórios. *Travessia*, mai./ago. 1991.

NOGUEIRA, B. Izildinha. *Significações do Corpo Negro.* Tese (Doutorado) - Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1998.

NOGUEIRA, Oracy. *Preconceito de marca*: as relações raciais em Itapetininga. São Paulo: EDUSP, 1998.

NORA, Pierre (Org.). *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Tradução de Yara Aun Khoury. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

NORONHA, Rui de. *Os Meus Versos.* Maputo: Texto Editores, 2006.

OLIVEIRA, André Côrtes de. *Quem é a "Gente Negra Nacional?"* Frente Negra Brasileira e A Voz da Raça (1933-1937). Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2006.

OLIVEIRA, Ângela Pereira. *A racialização nas entrelinhas da imprensa negra: o caso O Exemplo e A Alvorada – 1920-1935*. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, 2017.

OLIVEIRA, L. L. *A Frente Negra Brasileira:* Política e questão racial nos anos 1930. Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *O Brasil dos Imigrantes*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2010.

_____. As Festas que a República manda guardar. *Revista Estudos Históricos*, V. 02, n. 04, 1989.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Brasileiros ilustres no tribunal da posteridade: biografia, memória e experiência da história no Brasil oitocentista. *Varia História*, v. 26, p. 283-298, 2010.

_____. *Escrever vidas, narrar a história*. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. 2009. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

_____. Traçando vidas de brasileiros distintos com escrupulosa exatidão: biografia, erudição e escrita da história na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1850). *Revista História (São Paulo)*, n 26, vol. 01, 2007.

OLIVEIRA, Maria Margarida Dias; FREITAS, Itamar Freitas; SANTOS, Magno Francisco de Jesus; SANTO, Fábio Alves dos; SEMEÃO, Jane. Pós-Abolição e as Relações Raciais. *Crítica Historiográfica*. Natal, v.4, n.15, jan./fev., 2024.

OSÓRIO, Rafael G. Desigualdade racial e mobilidade social no Brasil: um balanço das teorias. *In:* THEODORO, Mário (Org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil*: 120 anos após a abolição. Brasília: IPEA, 2008, p. 75.

OTAVIO, Rodrigo. *Festas Nacionais*. Rio de Janeiro: Briguiet, 1893.

PARDINHO, Ingrid Aveldiane Adriano. *Frente Negra Brasileira e o Integralismo no jornal A Voz da Raça* (SP, 1933-1937). Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras de Assis (FCL-Assis), Assis, 2025.

PEÇANHA, Celso. *Nilo Peçanha e a Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

PEREIRA, Amilcar Araujo. A Lei 10.639/03 e o movimento negro: aspectos da luta pela "reavaliação do papel do negro na história do Brasil". *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 12, n. 17, p. 25–45, 2011.

PEREIRA, Jose Galdino. *Os negros e a construção da sua cidadania:* estudo do Colégio São Benedito e da Federação Paulista dos Homens de Cor de Campinas - 1896 a 1914. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2001.

PERUSSATTO, Melina Kleinert. O Exemplo, a imprensa e os homens "de cor" em Porto Alegre no pós-abolição. *Intellèctus*, Ano XVII, n. 01, p. 29, 2018.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Uma outra cidade:* o mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2001.

PETRUCCELLI, José Luís. Doutrinas francesas e o pensamento racial brasileiro – 1870-1930. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 7, dezembro 1996.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. Biografia dos brasileiros ilustres, por armas, letras, virtudes, etc. Henrique Dias. *Revista do IHGB*, Tomo XXXI, Parte Primeira, p. 365-383, 1868.

PINN, Maria Lídia de Godoy. Beatriz Nascimento e a invisibilidade negra na historiografia brasileira: mecanismos de anulação e silenciamentos das práticas acadêmica e intelectual. *Revista Aedos*, [S. l.], v. 11, n. 25, p. 90, 2020. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/96888. Acesso em: 18 nov. 2025.

PINSKY, Jaime. *A escravidão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833-1899)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, 2006.

_____. *Escritos de liberdade:* Literatos Negros, Racismo e Cidadania no Brasil Oitocentista. Campinas, Editora Unicamp, 2019.

_____. *Imprensa Negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010, p. 24.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Dicionário da Língua Brasileira*. 1ª Ed. Ouro Preto: Tipografia de Silva, 1832.

PINTO, Regina Pahim. *O Movimento negro em São Paulo:* luta e identidade. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, USP, 1993.

PLUTARCO. *Vidas Paralelas:* Demóstenes e Cícero. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

POLÍTICA do Districto. *O Paiz,* Rio de Janeiro-RJ, p. 04, 28 dez. 1923.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Tradução de Dora Rocha Flaksman. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos Orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

QUINTÃO, Antonia Aparecida. *Irmandades Negras:* Outro espaço de luta e resistência (São Paulo:1870-1890). 1. ed. São Paulo: ANNABLUME, 2002.

RAEDERS, G. *O Conde Gobineau no Brasil.* 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se:* feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: EDUNICAMP, 2013.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *A redução sociológica:* introdução ao estudo da razão sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

_____. *Administração e contexto brasileiro*: esboço de uma teoria geral da administração. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

_____. *O problema nacional do Brasil:* introdução a uma sociologia do conhecimento brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1950.

RAMOS, J. de S.: Ciência e racismo: uma leitura crítica de Raça e assimilação em Oliveira Vianna. *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, vol. 10(2):573-601, maio-ago. 2003.

RATTS, Alex. *Eu sou atlântica*: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

_____; RIOS, Flávia. *Lélia Gonzales*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

REBELLO, Henrique Jorge. Memória e considerações sobre a população do Brasil. *Revista do IHGB*, T. XXX, Parte Primeira, p. 05-43, 1867.

REIS, Carlos Antonio dos. *A África impressa:* identidades e representações da África na imprensa negra paulista (1916-1978). Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Campus Franca, 2016.

REIS, João Jose. *Negociação e Conflito:* a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 85.

_____. Quilombos e Revoltas Escravas no Brasil. *Revista USP*, n. 28. São Paulo, CCS-USP, 1996, pp. 14-39.

REIS, Ruan Levy Andrade. *Cidadania e educação dos negros através da imprensa negra em São Paulo (1915-1937)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), 2017.

RIBEIRO, Cristina Betioli. Alexandre José de Melo Morais Filhos (1844-1919): a prioridade da contribuição africana na formação da literatura e da cultura brasileiras. *Remate dos Males*, Campinas-SP, V. 29, n. 01, p. 423-439, jan./jun. 2019.

RIBEIRO, Gladys Sabina. As noites das garrafadas: uma história entre outras de conflitos antilusitanos e raciais na Corte do Rio de Janeiro em 1831. *Luzo-Brazilian Review*, vol. 37, n. 02, p. 59-74, 2000.

RIBEIRO, João. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia, 1914.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, pp. 170-198.

ROBERTS, Brian Russel. *Artistic Ambassadors:* Literary and International Representation of the New Negro Era. Virginia: University of Virginia Press, 2013.

RODRIGUES, Cintia Régia. O positivismo, o Estado Nacional e as populações fetichistas no Brasil. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH, São Paulo, jul. 2011.

RODRIGUES, Raimundo Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Bahia: Progresso, 1894.

_____. *O Animismo fetichista dos negros bahianos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

_____. *Os Africanos no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1988

_____. Os mestiços brasileiros. *Revista Brasil Médico- Revista Semanal de Medicina e Cirurgia*, Rio de Janeiro, Ano IV, N. 07, p. 50-52, 22 fev. 1890

ROLNIK, Raquel. *Cada um no seu lugar!* São Paulo, início da industrialização: geografia do poder. São Paulo, 1981.

ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1888.

_____. *O Brasil Social*. Rio de Janeiro: Typographia Jornal do Comércio, 1907.

_____. *O Evolucionismo e o positivismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica, 1895.

RONCADOR, Sonia. O mito da mãe preta no imaginário literário de raça e mestiçagem cultural. *Estudos de Literatura Brasileira* Contemporânea, n. 31, p. 129-152, 2008.

ROSA, Renata de Melo. A Construção da Desigualdade no Haiti: experiências históricas e situações atuais. *Universitas: Relações Internacionais*, [S.L.], v. 4, n. 2, p. 0-24, 22 out. 2007.

ROUANET, Maria Helena. Indagações sobre a função da literatura no século XIX. *Brasil, Revista de Literatura* Brasileira, n. 17, Ano 10, 1997.

SÁ, Tânia Regina Braga Torreão; MAGALHÃES, Lívia Diana Rocha. Scientificismo "a moda" brasileira: positivismo e regeneração social. *Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde*, Hygeia, n. 13, vol. 24, jun. 2017.

SALGADO, Plinio. Trechos de uma carta. *Panorama*, ano 1, n. 4/5, p. 5, abr./maio 1936.

SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade. *A República e a questão do negro no Brasil.* Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

SALLES, Ricardo. *Nostalgia imperial:* escravidão e formação de identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

SANDES, Noé Freire. 1930: entre a memória e a história. *História Revista*, Goiânia, v. 8, n. 1, p. 143-160, 2010.

SANSONE, L. Nem somente preto ou negro: o sistema de classificação racial no Brasil que muda. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 18, 1996.

SANTOS, Fernando de Oliveira dos. *Pós-Abolição e a luta pela cidadania negra na cidade de São Paulo (1891-1930).* Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2020.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. *A Invenção do Ser Negro:* um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo: Fapesp, 2002.

SANTOS, J. S. *As cotas raciais em uma publicação jornalística universitária*: imagens das relações raciais brasileiras. 2016. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

_____. Intelectuais negros e imprensa no Brasil meridional. *Ìrohìm*. Brasília, ano XI, n.16, abril-maio de 2006.

_____. *Raiou a alvorada:* intelectuais negros e imprensa – Pelotas (19071957), Pelotas, Ed. Universitária, 2003.

SANTOS, Juliana Silva. O discurso sobre as cotas raciais antes da Lei 12.711/2012: letramentos acadêmicos e a ampliação do acesso ao ensino superior no Brasil. *Revista Brasileira de Linguística*, n. 19 (1), mar. 2019.

SANTOS, Vanicéia Silva. *As bolsas de mandinga no espaço Atlântico:* século XVIII. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), 2008.

SANTOS, Wilmihara Benevides da Silva Alves dos. *Povo e raça na formação da nação:* o debate entre Manoel Bomfim e Sílvio Romero. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006.

SAYERS, Raymond S. *The Negro in Brazilian Literature*. New York: Hispanic Institute, 1956.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem Preto nem Branco, muito pelo contrário:* cor e raça na sociabilidade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

_____. *O espetáculo das raças:* Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

_____. *Retrato em branco e negro*: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX, São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

SEGATO, Rita. *O Édipo Brasileiro: a dupla negação de gênero e raça*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2006.

SEIGEL, Micol. *Uneven Encounters:* Making Race and Nation in Brazil and The United States. Durham and London: Duke University Press, 2009.

SENTINELA da Liberdade. Rio de Janeiro-RJ, Ano I, n. 01, 20 nov. 1832.

SENTINELO, Jaqueline Tondato. O lugar das "raças" no projeto de nação da Ação Integralista Brasileira. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 108, maio 2010, p. 145-249.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão:* tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

SEYFERTH, Giralda. A colonização e a questão racial nos primórdios da República. *In:* SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade (Org.). *A República e a questão do negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005, p. 28.

SIBILIA, Paula. *Redes ou paredes.* A escola em tempos de dispersão. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SILVA, Bárbara Winther da. *A escrita da história no IHGB no final do Império e Primeira República*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Pós-Graduação em História, 2015.

SILVA, Eduardo. O Negro e a Conquista da Abolição, *Revista USP*, n. 58. São Paulo, CCS-USP, jun.-jul.-ago./2003, pp. 48-57.

SILVA, Fernanda Oliveira da. *As lutas políticas nos clubes negros:* culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no Pós-Abolição (1870-1960). – Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2017.

SILVA, Hélio. *Nilo Peçanha –*7º Presidente do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Três, 1983.

SILVA, Maciel Henrique. *Nem mãe preta, nem negra fulô. Histórias de trabalhadoras domésticas em Recife e Salvador (1870-1910)*. Jundiaí: Paço Editorial, 2016.

SILVA, Maria Aparecida Pinto. *A Voz da Raça*: uma expressão negra no Brasil que queria ser branco. Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, 2003.

SILVA, Maria Eduarda Ribeiro da. *Como negra que sou, quero a vitória da minha raça:* a produção intelectual feminina na Imprensa negra paulista (1903 - 1930). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2025.

SILVA, P. B. G.; SILVÉRIO, V. R. (Org.). *Educação e ações afirmativas:* entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

SILVA, Tamires Oliveira Souza da. Cidadãos de segunda categoria": a tensão racial na imprensa fluminense do século XIX. *In: 33º Simpósio Nacional de História – ANPUH Nacional*, Anais do Simpósio: os (des)confortos da História e os futuros do ensino de História. Belo Horizonte, MG, 2025.

_____. *Luta por direitos, cor e imprensa:* a trajetória de Maurício José de Lafuente (Rio de Janeiro– 1831-1837). Dissertação (Mestrado) Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História e Relações Internacionais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2024.

_____. O estereótipo do homem de cor como instrumento de controle biopolítico na capital do Império: a trajetória de Maurício José Lafuente (1831-1837). *In: 32º Simpósio Nacional de História – ANPUH Nacional,* Anais do Simpósio Democracia e Direitos Humanos: desafios para uma história profissional, São Luís do Maranhão, 2023.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco:* Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SLENES, Robert W. Escravidão e família escrava: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX). *Estudos Econômicos*, São Paulo, IPE, 17 (2), 1987.

_____. Grandeza ou decadência? O Mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888. *In*: COSTA, Iraci del Nero da. *História econômica e demográfica*. São Paulo: IPE/USP, 1986.

SOARES, Reinaldo da Silva. Negra nobreza: reis, rainhas e a aristocracia no imaginário negro. *Revista USP*, São Paulo, n.69, p. 92-103, março/maio 2006.

SODRÉ, N. W. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SOUZA, Gabriel Claveiro e. *O negro no Brasil República:* revoltas populares e movimentos sociais. Rio de Janeiro: Imperial Editora, 2024.

TEIXEIRA, Cristiane Garcia. O uso da literatura folhetinesca na pesquisa história – uma possível contextualização da fonte. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, vol. 06, n. 12, dez. 2014.

TIEDE, Lívia Maria. *Sob Suspeita*: negros, pretos e homens de cor em São Paulo no Início do Século XX. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas-SP, 2006.

TINOCO, Brígido. *A Vida de Nilo Peçanha*. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1962; SILVA, Hélio. *Nilo Peçanha* –7º Presidente do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Três, 1983.

TONON, Marina Rodrigues. *Reinventando o Brasil: Manoel Bomfim e a crítica à historiografia brasileira*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Assis, 2014.

TRAPP, Rafael Petry. Raça, corporeidade e subjetividade em Beatriz Nascimento e Eduardo de Oliveira e Oliveira. *Revista História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 16, n. 41, p. 09, 2023.

TRINDADE, Liana Salvia. O negro em São Paulo no período pós-abolicionista. In: PORTA, Paula. (org*.). História da cidade de São Paulo* – A cidade na primeira metade do século XX 1890 – 1954. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado:* poder e a produção da história. Rio de Janeiro: Cobogó, 2024.

TURIN, Rodrigo. *Tessituras do Tempo:* discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

UCHÔA, Raphael; WAISSE, Silvia. A "Antítese Essencial": T.H. Huxley e o lugar da humanidade na natureza. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 51-64, jan./jun. 2015.

VACHER DE LAPOUGE, Georges. *Les Sélections Sociales.* Paris: Librairie Thorin & Fils, 1896.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil.* Isto é do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento do Estado, hoje império independente, escrita em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda. Por um sócio do Instituto Histórico do Brasil. Natural de Sorocaba. 1. Ed. Madrid: Imprensa da V. de Dominguez, 1854, t. I; 1. Ed. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857, t. II.

VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical:* história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VIEIRA, Diogo de Moraes; ZUBARAN, Maria Angélica. A produção da identidade afro-brasileira no pós-abolição: imprensa negra em Porto Alegre (1902-1910). *Revista de Iniciação Científica da ULBRA*, n. 05, p. 03, 2006.

VINHAS, Wagner. *Palavras sobre uma historiadora transatlântica:* estudo da trajetória intelectual de Maria Beatriz Nascimento. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos) - Programa de Pós-graduação em Estudos Étnicos e Africanos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. *Memória sobre a fundação de uma Fazenda na Província do Rio de* Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1985.

WERNECK, Luís Peixoto de Lacerda. *Ideias sobre colonização, precedidas de uma sucinta exposição dos princípios gerais que regem a população*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1865.

ZUBARAN, Maria Angélica. Pedagogias da Imprensa Negra: entre fragmentos biográficos e fotogravuras. *Educar em Revista*. Curitiba, n. 60, abr./jun. 2016.